

PROSPECTO DEFINITIVO DA OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA



ESPA
B3 LISTED NM

MPM Corpóreos S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizado
Código CVM nº 2544-5
CNPJ/ME nº 26.659.061/0001-59 | NIRE 35.300.498.607
Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 02, Indianópolis
CEP 04517-050, São Paulo, SP
122.556.860 Ações

Valor Total da Oferta: **R\$2.312.558.083,10**
Código ISIN das Ações BRESPAACNOR7
Código de negociação das Ações na B3: "ESPA"

Registro de Distribuição Pública Primária nº CVM/SRE/REM/2021/001 em 29 de janeiro de 2021
Registro de Distribuição Pública Secundária nº CVM/SRE/SEC/2021/001 em 29 de janeiro de 2021

Preço por Ação: **R\$17,90.**

A **MPM CORPÓREOS S.A.** ("Companhia"), os acionistas vendedores pessoas físicas identificadas na seção "Informações sobre a Oferta - Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", na página 40 deste Prospecto ("Acionistas Vendedores Pessoas Físicas"), **MAGNÓLIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGICA (Magnólia FIP)** e **SMZXP PARTICIPAÇÕES LTDA. (SMZXP)** e, em conjunto com os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e Magnólia FIP, "Acionistas Vendedores" estão realizando uma oferta pública de distribuição de 129.193.189 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembarçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar (conforme abaixo definido), realizada na República Federativa do Brasil ("Brasil"), compreendendo a distribuição (i) primária de 67.039.106 ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) ("Oferta Primária"), e (ii) secundária de 62.154.083 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) ("Oferta Secundária"), em ambos os casos, realizada no Brasil em mercado de balcão não organizado, em conformidade com os procedimentos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários", expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), atualmente vigente ("Código ANBIMA"), e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta").

A Oferta é realizada no Brasil sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander" ou "Agente Estabilizador") e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("Goldman Sachs" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, "Coordenadores da Oferta"), observado o disposto na Instrução CVM 400, bem como os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3" e "Regulamento do Novo Mercado", respectivamente), com a participação de determinadas instituições consorciadas autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta, exclusivamente, para efetuar esforços de colocação das Ações junto aos Investidores Não Institucionais (conforme definido neste Prospecto) ("Instituições Consorciadas" e, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta").

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelo Itaú BBA USA Securities, Inc., pelo Santander Investment Securities Inc. e pelo Goldman Sachs & Co. LLC (em conjunto, "Agentes de Colocação Internacional") (i) nos Estados Unidos da América, exclusivamente para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definido na Regra 144A do U.S. Securities Act de 1933, conforme alterado ("Securities Act") editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América ("SEC"), em operações isentas de registro, previstas no Securities Act e nos regulamentos editados ao amparo do Securities Act, bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos da América sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (*non-U.S. persons*), nos termos do *Regulation S* ("Regulamento S"), editado pela SEC, no âmbito do Securities Act, e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor (investidores descritos nas alíneas (i) e (ii) acima, em conjunto, "Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.373, de 29 de setembro de 2014 ("Resolução CMN 4.373"), e pela Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020 ("Resolução CVM 13"), ou pela Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada ("Lei 4.131"), sem a necessidade, portanto, da solicitação e obtenção de registro de distribuição e colocação das Ações em agência ou órgão regulador do mercado de capitais de outro país, inclusive perante a SEC. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional (conforme definido neste Prospecto).

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar, conforme abaixo definido) foi, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em aproximadamente 5,4% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em 6.636.329 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações Adicionais").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 18.383.529 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("Ações do Lote Suplementar"), conforme opção a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme definido neste Prospecto), as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta ("Opção de Ações do Lote Suplementar"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação (conforme definido neste Prospecto). Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto da Garantia Firme de Liquidação (conforme definido neste Prospecto) por parte dos Coordenadores da Oferta.

Não foi admitida a distribuição parcial no âmbito da Oferta, conforme facultada prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400.

O Preço por Ação é de R\$17,90, o qual foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais (conforme definido neste Prospecto) pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"). O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações cotadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de Bookbuilding. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de Bookbuilding, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de Bookbuilding e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

	Valor (R\$)	Comissões (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾	Recursos Líquidos (R\$) ⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾
Preço por Ação	17,90	0,63	17,27
Oferta Primária ⁽⁴⁾	1.199.999.997,40	41.999.999,90	1.157.999.997,50
Oferta Secundária ⁽⁵⁾	1.112.558.085,70	38.939.532,99	1.073.618.552,71
Total Oferta	2.312.558.083,10	80.939.532,89	2.231.618.550,21

(1) Abrange as comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(2) Para informações sobre as remunerações recebidas pelos Coordenadores da Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Custos de Distribuição", na página 45 deste Prospecto.

(3) Deduzidas as comissões e sem dedução de outros custos, despesas e tributos da Oferta.

(4) Para informações sobre a quantidade de Ações emitida pela Companhia e os recursos líquidos a serem recebidos, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 40 deste Prospecto.

(5) Para informações sobre a quantidade de Ações a serem alienadas pelos Acionistas Vendedores e os recursos líquidos a serem recebidos por cada um, veja a seção "Informações Sobre a Oferta - Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos", constante na página 40 deste Prospecto.

A realização da Oferta, mediante aumento de capital da Companhia, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, incluindo seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial de São Paulo ("JUCESP") em 27 de outubro de 2020, sob o nº 449.591/20-7 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Diário Comercial" em 7 de novembro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de janeiro de 2021, cuja ata será devidamente publicada no jornal "Diário Comercial" e no DOESP no dia subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início e será devidamente arquivada na JUCESP.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive a aprovação do Preço por Ação, foi aprovada pelo FIP Magnólia na forma de seu regulamento em 15 de outubro de 2020. Não foi necessária qualquer aprovação societária pela SMZXP ou pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, e a fixação do Preço por Ação.

Exceto pelo registro da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta não realizaram, e não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Foi admitido o recebimento de reservas a partir de 15 de janeiro de 2021, para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição (conforme definido neste Prospecto).

A Oferta Primária e a Oferta Secundária foram registradas na CVM, sob o nº CVM/SRE/REM/2021/001 e CVM/SRE/SEC/2021/001, respectivamente, ambas em 29 de janeiro de 2021.

"OS REGISTROS DA PRESENTE OFERTA NÃO IMPLICAM, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DA COMPANHIA, BEM COMO SOBRE AS AÇÕES A SEREM DISTRIBUÍDAS".

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de investimento nas Ações. Ao decidir investir nas Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da situação financeira da Companhia, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Ações.

OS INVESTIDORES DEVEM LER ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES "SUMÁRIO DA COMPANHIA - PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA" E "FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES" DESCRITOS NAS PÁGINAS 20 E 66, RESPECTIVAMENTE, DESTES PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO "4. FATORES DE RISCO" DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.



Coordenadores da Oferta



Coordenador Líder



Assessor Independente da Companhia e dos Acionistas Vendedores



A data deste Prospecto Definitivo é 28 de janeiro de 2021.



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	1
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	4
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	5
SUMÁRIO DA COMPANHIA	7
SUMÁRIO DA OFERTA	22
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	38
Composição do Capital Social da Companhia.....	38
Principais Acionistas e Administradores da Companhia.....	38
Acordo de Acionistas	39
Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos.....	40
Modificação da Oferta	41
Descrição da Oferta	41
Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3.....	43
Aprovações Societárias	43
Instituições Participantes da Oferta	44
Preço por Ação.....	44
Ações em Circulação (<i>Free Float</i>) após a Oferta	45
Custos de Distribuição	45
Estabilização do Preço das Ações.....	47
Características das Ações	48
Público Alvo da Oferta	49
Procedimento da Oferta	49
Oferta de Varejo	50
Oferta Institucional	54
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta.....	55
Suspensão ou Cancelamento da Oferta	56
Prazo de Distribuição	56
Liquidação	57
Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação.....	57
Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional	58
Violações de Normas de Conduta	59
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>).....	59
Instituição Financeira Escrituradora das Ações.....	60
Cronograma Tentativo da Oferta	61
Inadequação da Oferta	61
Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta.....	62
Informações Adicionais	63
FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES.....	66
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA	75
Coordenador Líder	75
Santander.....	76
Goldman Sachs.....	78
RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA	80
Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder	80
Relacionamento entre a Companhia e o Santander.....	82
Relacionamento entre a Companhia e o Goldman Sachs.....	85
RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS	
COORDENADORES DA OFERTA	87
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder.....	87
Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander	87

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Goldman Sachs	88
INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES	89
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	91
CAPITALIZAÇÃO	95
DILUIÇÃO	96
Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações	98
Histórico do Preço de Emissão de Ações	98
ANEXOS	99
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA	103
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 123	123
DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	127
DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	139
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA	145
ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO MAGNÓLIA FIP REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020.....	151
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO	157
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017	163
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020.....	335
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480	409

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, “Companhia” ou “Espaçolaser” referem-se, a menos que o contexto determine de forma diversa, à MPM Corpóreos S.A. na data deste Prospecto.

Os termos relacionados especificamente com a Oferta e respectivos significados constam da seção “Sumário da Oferta” na página 22 deste Prospecto. Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos neste Prospecto, salvo se de outra forma determinado neste Prospecto ou se o contexto assim exigir.

Acionistas Vendedores	Magnólia FIP, SMZXP e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Ygor Alessandro de Moura, Paulo José Iasz de Moraes e Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto.
Administração	Conselho de Administração da Companhia e Diretoria da Companhia, considerados em conjunto.
Administradores	Membros da Administração.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Assembleia Geral	Assembleia geral de acionistas da Companhia.
Auditores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
B3	B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNPJ/ME	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia.
CPF/ME	Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia.
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, atualmente em vigor.
Companhia ou Espaçolaser	MPM Corpóreos S.A.
Conselho de Administração	O conselho de administração da Companhia.
Conselho Fiscal	O conselho fiscal da Companhia, de caráter não permanente.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado, celebrado entre, de um lado, a B3 e, de outro, a Companhia, por meio do qual a Companhia aderiu ao Novo Mercado, o qual entrou em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Deliberação CVM 860	Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020.
Diretoria	A diretoria da Companhia.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
Dólar, dólar, dólares ou US\$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Estatuto social da Companhia.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, anexo a este Prospecto.
Instituição Escriutadora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada.
Instrução CVM 505	Instrução da CVM nº 505, de 27 de setembro de 2011, conforme alterada.
Instrução CVM 539	Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada.
IOF/Câmbio	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros ou relativos a Títulos e Valores Mobiliários incidentes sobre o câmbio.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei 4.131	Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, conforme alterada.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei do Mercado de Capitais	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Magnólia FIP	Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
Novo Mercado	Segmento especial de listagem da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.
Offering Memoranda	<i>Preliminary Offering Memorandum</i> e o <i>Final Offering Memorandum</i> , conforme definidos no Contrato de Distribuição Internacional, considerados em conjunto.

Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A., incluindo o Formulário de Referência anexo a ele e eventuais aditamentos e/ou suplementos.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e este Prospecto Definitivo, considerados em conjunto.
Real, real, reais ou R\$	Moeda oficial corrente no Brasil.
Regra 144A	Regra 144A editada ao amparo do Securities Act.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado editado pela B3, que disciplina os requisitos para a negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado, estabelecendo regras diferenciadas para essas companhias, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal, quando instalado.
Regulamento S	Regulamento S editado ao amparo do <i>Securities Act</i> .
Resolução CMN 4.373	Resolução do CMN nº 4.373, de 29 de novembro de 2014, conforme alterada.
Resolução CVM 13	Resolução da CVM nº 13, de 18 de novembro de 2020.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	<i>Securities Act</i> de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
SMZXP	SMZXP Participações Ltda.
Vinci Partners	Vinci Assessoria Financeira Ltda., sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 14º andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 10.904.022/0001-30.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	MPM Corpóreos S.A., sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 26.659.061/0001-59, com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.300.498.607.
Registro na CVM	A Companhia obteve seu registro como emissora de valores mobiliários categoria “A” perante a CVM, sob o nº 2544-5 em 28 de janeiro de 2021.
Sede	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050.
Diretoria de Relações com Investidores	Localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050. O Diretor de Relações com Investidores é o Sr. Leonardo Moreira Dias Correa. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores da Companhia é +55 (11) 4858-3340 e o seu endereço eletrônico é dri@espacolaser.com.br .
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Audidores Independentes	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	As Ações serão listadas no Novo Mercado sob o código “ESPA”, a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior à divulgação do Anúncio de Início, sujeito à conclusão da Oferta.
Jornais nos quais divulga informações	As publicações realizadas pela Companhia em decorrência da Lei das Sociedades por Ações são divulgadas no DOESP e no jornal “Diário Comercial”.
Formulário de Referência	Informações detalhadas sobre a Companhia, seus negócios e operações poderão ser encontradas no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.
Website	http://ri.espacolaser.com.br/ As informações constantes no website da Companhia não são parte integrante deste Prospecto nem estão a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Informações adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidas no Formulário de Referência anexo a este Prospecto e junto à Companhia, às Instituições Participantes da Oferta, à CVM e/ou à B3 nos endereços e páginas da rede mundial de computadores indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 63 deste Prospecto.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto contém estimativas e declarações acerca do futuro, ou estimativas e declarações prospectivas, principalmente, nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, descritos nas páginas 20 e 66, respectivamente, deste Prospecto, e nas seções “4. Fatores de Risco”, “7. Atividades do Emissor” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essas considerações sobre estimativas e declarações prospectivas se basearam, principalmente, nas expectativas atuais da Companhia sobre eventos futuros e tendências financeiras que afetam ou possam afetar seu setor de atuação, sua participação de mercado, sua reputação, seus negócios, sua situação financeira, o resultado das suas operações, suas margens e/ou seu fluxo de caixa. Elas estão sujeitas a diversos riscos e incertezas e foram efetuadas somente com base nas informações de que a Companhia dispõe atualmente.

Além de outros itens discutidos em outras seções deste Prospecto, há uma série de fatores que podem fazer com que as estimativas e declarações não ocorram. Tais riscos e incertezas incluem, entre outras situações, as seguintes:

- rebaixamento na classificação de crédito do Brasil;
- intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas, ambiente regulatório ou regulamentação no Brasil;
- alterações nas leis e nos regulamentos aplicáveis ao setor de atuação da Companhia, bem como alterações no entendimento dos tribunais ou autoridades brasileiras em relação a essas leis e regulamentos;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, taxas de juros, câmbio, nível de emprego, crescimento populacional, confiança do consumidor e liquidez dos mercados financeiro e de capitais;
- impossibilidade ou dificuldade de viabilização e implantação de novos projetos de desenvolvimento e prestação de nossos serviços;
- condições que afetam nosso setor de atuação e a condição financeira de nossos clientes;
- a mudança no cenário competitivo no nosso setor de atuação;
- nosso relacionamento com os nossos atuais e futuros fornecedores, clientes e prestadores de serviços;
- aumento de custos, incluindo, mas não se limitando aos custos: (i) de operação e manutenção; (ii) encargos regulatórios e ambientais; e (iii) contribuições, taxas e impostos;
- fatores negativos ou tendências que podem afetar nossos negócios, participação no mercado, condição financeira, liquidez ou resultados de nossas operações;
- nosso nível de capitalização e endividamento e nossa capacidade de contratar novos financiamentos e executar o nosso plano de expansão;
- eventos de força maior;
- o impacto da pandemia de COVID-19 na economia e condições de negócio no Brasil e no mundo e quaisquer medidas restritivas impostas por autoridades governamentais no combate ao surto;
- nossa capacidade de implementar, de forma tempestiva e eficiente, qualquer medida necessária em resposta ao, ou para amenizar os impactos da pandemia de COVID-19 em nossos negócios, operações, fluxo de caixa, perspectivas, liquidez e condição financeira;

- nossa capacidade de prever e reagir, de forma eficiente, a mudanças temporárias ou de longo prazo no comportamento de nossos consumidores em razão da pandemia de COVID-19, mesmo após o surto ter sido suficientemente controlado;
- a confirmação ou não das principais tendências no nosso setor de atuação; e
- outros fatores de riscos apresentados na seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” e “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, nas páginas 66 e 20, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Essa lista de fatores de risco não é exaustiva e outros riscos e incertezas podem causar resultados que podem vir a ser substancialmente diferentes daqueles contidos nas estimativas e perspectivas sobre o futuro.

O INVESTIDOR DEVE ESTAR CIENTE DE QUE OS FATORES MENCIONADOS ACIMA, ALÉM DE OUTROS DISCUTIDOS NESTE PROSPECTO E NO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, ANEXO A ESTE PROSPECTO, PODERÃO AFETAR OS RESULTADOS FUTUROS DA COMPANHIA E PODERÃO LEVAR A RESULTADOS DIFERENTES DAQUELES CONTIDOS, EXPRESSA OU IMPLICITAMENTE, NAS DECLARAÇÕES E ESTIMATIVAS DESTE PROSPECTO. TAIS ESTIMATIVAS REFEREM-SE APENAS À DATA EM QUE FORAM EXPRESSAS, SENDO QUE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA NÃO ASSUMEM A OBRIGAÇÃO DE ATUALIZAR PUBLICAMENTE OU REVISAR QUAISQUER DESSAS ESTIMATIVAS E PROSPECTIVAS FUTURAS EM RAZÃO DA OCORRÊNCIA DE NOVA INFORMAÇÃO, EVENTOS FUTUROS OU DE QUALQUER OUTRA FORMA. MUITOS DOS FATORES QUE DETERMINARÃO ESSES RESULTADOS E VALORES ESTÃO ALÉM DA CAPACIDADE DE CONTROLE OU PREVISÃO DA COMPANHIA.

As palavras “acreditamos”, “podemos”, “poderemos”, “estimamos”, “continuamos”, “antecipamos”, “pretendemos”, “esperamos” e palavras similares têm por objetivo identificar estimativas e perspectivas para o futuro. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que não podemos assegurar que atualizaremos ou revisaremos quaisquer dessas estimativas em razão da disponibilização de novas informações, de eventos futuros ou de quaisquer outros fatores. Estas estimativas envolvem riscos e incertezas e não consistem em qualquer garantia de desempenho futuro. Os reais resultados podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, constantes neste Prospecto. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência podem não vir a ocorrer e, ainda, nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento.

Declarações prospectivas envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. As condições da situação financeira futura da Companhia e de seus resultados operacionais futuros, sua participação e posição competitiva no mercado poderão apresentar diferenças significativas se comparados àquelas expressas ou sugeridas nas referidas declarações prospectivas. Muitos dos fatores que determinarão esses resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, nenhuma decisão de investimento deve ser tomada somente baseada nas estimativas e declarações prospectivas contidas neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Adicionalmente, os números incluídos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, podem ter sido, em alguns casos, arredondados para números inteiros.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Este Sumário contém um resumo das nossas atividades e das nossas informações financeiras e operacionais, não pretendendo ser completo nem substituir o restante deste Prospecto e do Formulário de Referência. Este Sumário não contém todas as informações que o investidor deve considerar antes de investir em nossas Ações. Antes de tomar sua decisão em investir em nossas Ações, o investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto e o Formulário de Referência, em especial as informações contidas nas seções “Considerações Sobre Estimativas e Perspectivas Sobre o Futuro” e “Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” deste Prospecto, nas seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas”, “4. Fatores de Risco” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência, bem como nas nossas demonstrações e informações financeiras e suas respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto. Declaramos que as informações constantes neste Sumário são consistentes com as informações de nosso Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, nos termos do artigo 40, parágrafo 3º, inciso II, da Instrução CVM 400. A menos que o contexto exija outra interpretação, os termos “Espaçolaser”, “nós”, “nossos” e “nossa Companhia” referem-se à MPM Corpóreos S.A. e suas controladas.

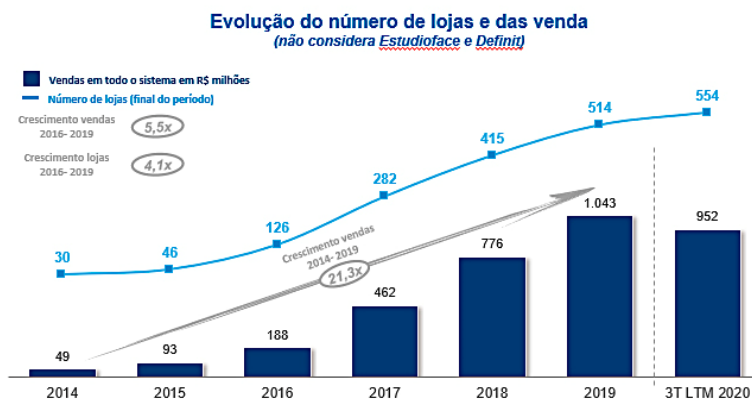
VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

Somos a maior empresa de depilação a laser do Brasil em termos de número de lojas e clientes atendidos¹ e, consequentemente, acreditamos ser a maior do Brasil em termos de faturamento. Ao longo de nossos 16 anos de atuação, construímos nossa posição de liderança de forma disruptiva, na visão da Companhia, no mercado de depilação brasileiro, um mercado com faturamento de R\$36 bilhões em 2019². Acreditamos ser também a maior empresa especializada no setor de serviços estéticos no país, em 30 de setembro de 2020 constituída por uma rede de 554 unidades interligadas, localizadas em todos os estados brasileiros, número que representa um crescimento de 18,5 vezes o número de lojas da Companhia em 31 de dezembro de 2014.

Durante a nossa trajetória, conquistamos uma base sólida de mais de 3,6 milhões de clientes e nos tornamos a segunda marca *top-of-mind* no setor de depilação no Brasil, com *recall* superior à principal marca de lâmina de barbear reconhecida mundialmente³. Buscamos oferecer a todas as classes sociais o bem-estar gerado pela depilação a laser, proporcionando a comodidade de nossa rede interligada de lojas e de nossa plataforma omnicanal e digital, nossa dedicação pela excelência na qualidade do atendimento e pela flexibilidade nas opções de financiamento. Assim, acreditamos ser pioneiros e disruptivos na recente evolução do mercado de depilação no país, ocasionando a gradual substituição dos métodos convencionais de depilação, como a cera e a lâmina de barbear, pela tecnologia a laser.

O mercado brasileiro de estética e *personal care* é o 4º maior do mundo, movimentando o valor de US\$30 bilhões em 2019⁴, sendo os gastos com estética prioridade para a população do país. O mercado de depilação no Brasil se destaca pela sua relevância em termos de valor somando R\$36 bilhões em 2019. No entanto, quando olhamos para a depilação a laser, estimamos que a penetração da tecnologia no Brasil ainda é pouco representativa, correspondente a, aproximadamente, 4,9% da população que utiliza métodos de depilação em 2019, enquanto a penetração em outros países costeiros como Estados Unidos da América e Espanha, correspondem a, aproximadamente, 20% e 50% respectivamente⁵, evidenciando assim um grande potencial de crescimento deste mercado no país.

Nosso modelo de negócios, neste mercado com grande potencial resultou em um crescimento expressivo no número de lojas Espaçolaser e em system-wide sales nos últimos quatro anos, que pode ser verificado também nos períodos de adversidade no cenário econômico, conforme o gráfico abaixo, que apresenta o crescimento de 2014 em relação a 30 de setembro de 2020. Entre 2014 e 2019, período em que o PIB do Brasil apresentou crescimento anual ponderado de -0.6%, de acordo com o IBGE, a evolução do número de lojas apresentou um crescimento anual ponderado de 77% e as system-wide sales apresentaram um crescimento anual ponderado de 84%.



Fonte: Companhia.

Nota: Inclui lojas próprias, *joint-ventures* e franquias.

Escalamos nosso negócio através de um modelo padrão de loja de rápida implementação em qualquer região do país, com dimensões médias entre 25 e 60m² e que não tem a necessidade de estocagem de produtos. Esse modelo único nos proporciona uma flexibilidade para operar tanto em *shopping centers*, como em ruas ou centros comerciais, sendo também adequado a diferentes tipos de operação, como franquias, lojas próprias ou *joint-ventures*, possibilitando que a Companhia escolha as melhores estratégias de crescimento, na forma mais benéfica a cada região. Tais fatores nos permitiram atingir uma capilaridade relevante em todo território nacional, com presença em todos os estados do país.

Ao longo dos últimos anos, atingimos uma combinação de crescimento de venda e expansão da rentabilidade. Nesse sentido, as vendas de todo o sistema (“*System-wide Sales*”) e EBITDA Ajustado da Companhia apresentaram, respectivamente, crescimento anual composto (“*CAGR*”) de 50% e 72% no período de 2017 e 2019, respectivamente, alcançando R\$191 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representa uma margem de EBITDA Ajustado de 29,4% sobre a receita líquida. No mesmo período, nosso fluxo de caixa operacional apresentou um *CAGR* de 80%.

¹ De acordo com pesquisa de mercado por nós contratada com fonte nos *websites* das companhias e *Way-back Machine*.

² Segundo a pesquisa *Way Back Machine*.

³ Segundo pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e em entrevistas realizadas por sites de lojas *online* e IBGE.

⁴ Segundo informações da Euromonitor.

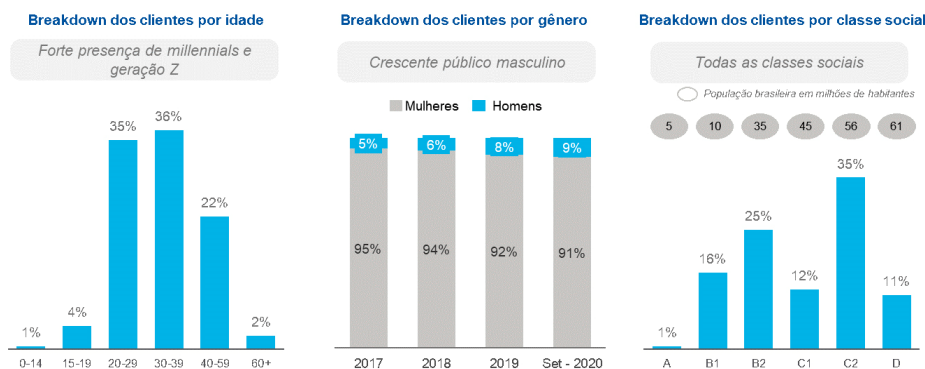
⁵ Segundo pesquisa de mercado por nós contratada baseada em entrevistas e fontes públicas.

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Medições não contábeis (R\$ mil, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Número de lojas EspaçoLaser	554	497	514	415	282
System-wide Sales EspaçoLaser ⁽¹⁾	638.249	729.063	1.042.751	776.279	461.887
Receita Líquida	315.055	500.685	647.595	336.291	193.668
Lucro Bruto	118.618	294.654	362.211	177.817	112.222
Margem Bruta	37,6%	58,9%	55,9%	52,9%	57,9%
EBITDA ⁽²⁾	33.501	201.014	217.771	104.684	64.215
Margem EBITDA ⁽³⁾	10,6%	40,1%	33,6%	31,1%	33,2%
EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	11.646	180.137	190.638	93.759	64.215
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁵⁾	3,7%	36,0%	29,4%	27,9%	33,2%
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado ⁽⁶⁾	(71.581)	96.989	82.867	44.529	40.683
Margem Líquida Ajustada ⁽⁷⁾	(22,7%)	19,4%	12,8%	13,2%	21,0%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(65.569)	85.787	65.380	38.579	40.683
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	125.659	91.358	80.693	53.685	24.985
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado ⁽⁹⁾	1.079,0%	50,7%	42,3%	57,3%	38,9%
Dívida Bruta ⁽¹⁰⁾	487.514	N/A	249.859	162.344	15.789
Dívida (Caixa) Líquida ⁽¹¹⁾	232.383	N/A	194.750	93.092	(4.214)
ROIC Ajustado ⁽¹²⁾	(5,0%)	N/A	24,3%	20,4%	N/A

- (1) O System-wide Sales corresponde às vendas totais das unidades EspaçoLaser, como se a participação detida pela Companhia fosse de 100% em todas as lojas EspaçoLaser (incluindo franquias e joint-ventures). O System-wide Sales não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS.
- (2) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. Para reconciliação do Lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA, vide seção 3.2 do Formulário de Referência.
- (3) A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.
- (4) O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA ajustado pela: (i) eliminação das despesas não recorrentes, com destaque para gastos com consultores e assessores relacionados aos nossos projetos de M&A; (ii) eliminação dos efeitos de ganho por compra vantajosa, e (iii) eliminação dos efeitos relacionados ao IFRS-16.
- (5) A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida.
- (6) O Lucro Líquido Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao Lucro Líquido ajustado por: (i) pela eliminação das despesas não recorrentes, com destaque para gastos com consultores e assessores relacionados aos nossos projetos de M&A; e (ii) pela eliminação dos efeitos de ganho por compra vantajosa, (ii) pelo pela eliminação do impacto contábil referente à evolução da marcação a mercado das opções de compra e venda que a Companhia possui com os acionistas não controladores de determinadas controladas referente a participação remanescente não detida pela Companhia.
- (7) A Margem Líquida Ajustada corresponde à divisão entre o Lucro Líquido Ajustado e a receita líquida.
- (8) O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado é calculado baseado na conta de caixa líquido gerado pelas(aplicado nas) atividades operacionais, deduzido do impacto do resultado financeiro do exercício. O Fluxo de Caixa Operacional não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão.
- (9) É a divisão entre o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e o EBITDA Ajustado.
- (10) A Dívida Bruta é representada pela soma (i) dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), (ii) debêntures (circulante e não circulante), e (iii) contas a pagar a ex-acionistas (circulante e não circulante), referente à valores devidos pela aquisição de lojas franqueadas então detidas por Acionistas da Companhia.
- (11) A Dívida (Caixa) Líquida corresponde à Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras vinculadas e do efeito contábil resultante do swap cambial das operações de empréstimos 4131.
- (12) O ROIC (Return on Invested Capital) Ajustado é o NOPLAT Ajustado dividido pelo capital empregado total da Companhia, sendo o capital empregado total calculado pela média entre as somas do capital de terceiros e o capital próprio dos últimos dois exercícios sociais.

Oferecemos o tratamento de depilação a laser para homens e mulheres, em até 29 e 35 diferentes áreas do corpo, respectivamente, por meio de até dez sessões a depender da área do corpo. Dado o alto crescimento nos últimos anos, os clientes da Companhia possuem relacionamento com a EspaçoLaser, em média, há 17 meses e apenas realizaram o tratamento com a Companhia em 2,1 áreas do corpo. O público feminino ainda compõe a maioria da base de clientes da Companhia, equivalente a aproximadamente 91% do total, sendo que o consumo pelo público masculino vem crescendo de forma contínua em nossa base, de 4,6% em 2017 para 9% do total em setembro de 2020, representando um CAGR de 41% no período, o que acreditamos evidenciar uma importante tendência do setor. Os gráficos abaixo apresentam o *breakdown* de nossos clientes por idade, gênero e classe social:



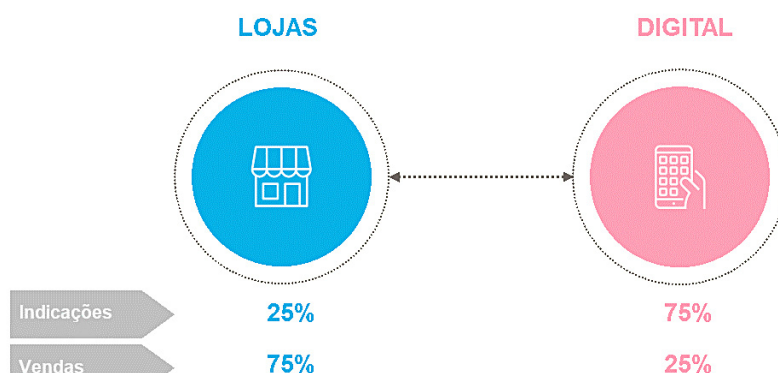
Fonte: Companhia e IBGE. Breakdown de clientes e gênero de 2015 a setembro de 2020. Breakdown de classes sociais baseado na quebra de nossas unidades próprias em São Paulo no ano de 2019.

Acreditamos que a nossa missão totalmente centrada na satisfação e alto engajamento de nossos clientes representa um importante catalisador de crescimento ao longo dos últimos anos. Temos conseguido atingir níveis de avaliação considerados como patamares de excelência pela metodologia Net Promoter Score ("NPS"), equivalente a 82 pontos (sendo o patamar máximo 100 pontos), o que evidencia nosso compromisso

com a excelência na prestação dos nossos serviços. Esse fator é fundamental para a geração de novos clientes, uma vez que mais de 80% de nossos *leads*, em setembro de 2020, vieram por meio de indicações de nossos clientes e apenas 2% por meio do fluxo passante por nossas lojas.

Visando a excelência de nossos serviços, investimos continuamente no treinamento e capacitação de nossos profissionais técnicos e de atendimento. Neste sentido, desenvolvemos a “Universidade do Laser”, um centro de treinamento focado em transmitir as melhores práticas e capacitar nossos colaboradores para proverem aos clientes atendimento e serviços de alta qualidade. Em 2019, 3,3 mil colaboradores foram treinados pela “Universidade do Laser”, sendo que nosso curso de formação inicial de fisioterapeutas abrange 100 horas de treinamento, entre aulas teóricas, práticas e ambientação em loja, preparando-as para atenderem seus clientes com a qualidade e excelência da EspaçoLaser. Por meio do nosso sistema de ensino à distância (“EAD”), também mantemos o contato com nossos colaboradores, visando fortalecer nossa cultura, manter o alto engajamento, bem como promover o aperfeiçoamento constante de todos. Treinamos os franqueados e os colaboradores das franquias sobre o nosso modelo de negócio e sobre a condução das lojas, visando a excelência e padronização no atendimento de toda a rede.

Nosso constante relacionamento com nossos clientes se dá por meio de nossa plataforma omnicanal e digital, que gera comodidade aos nossos clientes pois viabiliza a compra de um serviço, o agendamento de uma sessão ou contato direto para dúvidas e reclamações das formas mais eficientes e com a mais alta disponibilidade, seja via nosso aplicativo exclusivo, nosso *website*, nosso *call center*, via WhatsApp com atendentes, ou diretamente nas lojas. Acreditamos que nossa plataforma omnicanal customizada contribui para o estreitamento do relacionamento com os nossos clientes atuais, gerando a recorrência de compras de serviços adicionais, bem como possibilita o início da construção de confiança com os novos clientes.



Fonte: Companhia.

Nota: Inclui vendas pelo site, aplicativo e mensagens por SMS e *WhatsApp*.

Nossa plataforma tecnológica foi totalmente customizada para nosso modelo de negócio único, consolidando todos os canais de comunicação com nossos clientes e estruturada para gerar alta eficiência em nossas operações, em especial no que tange à otimização de agendamento, opções de pagamento e análise de dados via inteligência de negócios (*business intelligence*). Desta maneira, conseguimos conhecer os perfis individualizados dos nossos clientes o que, por sua vez, fortalece nossa capacidade de *upselling* de novos serviços. Adicionalmente, nossa plataforma permite a distribuição de metas e atividades diárias para todos os níveis operacionais da nossa organização.



Fonte: Companhia.

Por fim, promovemos valores e propósitos claros para todos nossos *stakeholders*, desde clientes e colaboradores a franqueados, buscando promover sólidos conceitos de governança e responsabilidades social e ambiental. Possuímos uma política inclusiva de contratação de nossos colaboradores, com 96% do nosso quadro formado por mulheres, inclusive 50% do *C-Level*, e fomos reconhecidos como uma das Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar, segundo o GPTW (*Great Place to Work*). Além disso, acreditamos que nossa oferta de serviços evita, de forma material, os resíduos gerados anualmente pelas metodologias de depilação como a cera e lâmina de barbear, que consideramos serem as principais alternativas de depilação com as quais concorreremos, gerando um impacto positivo e responsável ao meio ambiente.

Nossa política inclusiva de contratação ainda compreende critérios de diversidade, contando com 25% dos nossos cargos de liderança ocupados por negros e os programas internos “Etnias EL” e “LGBTQ+”.

HISTÓRICO RECENTE

No intuito de acelerar o crescimento da marca no território nacional, em 2015 implementamos o modelo de franquia, de forma complementar ao modelo de lojas próprias. A Companhia possui 192 lojas franqueadas da marca “EspaçoLaser”, representando 35% das vendas das lojas da marca “EspaçoLaser”, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2020. Todas as demais lojas são próprias, incluindo as lojas próprias detidas por meio de nossas *joint ventures*. Suportamos integralmente nossa base de franqueados, auxiliando-os na implantação de nosso sistema de gestão exclusivo, o ELOS, além do treinamento de colaboradores por meio através da Universidade do Laser, e seleção da localização e benfeitoria das lojas, visando sua adequação aos nossos clientes. Adicionalmente, investimos constantemente em *marketing* por meio de campanhas na mídia nacional.

Em 2016 recebemos um aporte de capital da L Catterton, um dos maiores fundos globais de *private equity* focado em consumo e varejo, associado ao grupo internacional LVMH Moët Hennessy Louis Vuitton, que passou a deter uma participação minoritária da Companhia. Este aporte foi importante não apenas para acelerar o crescimento da Companhia por meio da abertura de lojas próprias, mas também para elevar os nossos padrões de governança, para atrair um time de executivos de primeira linha, para enriquecer o nosso debate estratégico, e para aperfeiçoar as nossas práticas, processos e sistemas.

Em 2017, considerando a relevante dimensão do mercado de beleza e estética na América Latina, nossa marca consolidada e nossa base de clientes, criamos a marca “Estudioface” para atuar em tratamentos faciais, como parte da nossa missão de democratizar o bem-estar gerado por serviços estéticos com alta tecnologia. A confiança gerada pela marca “Espaçolaser” é transmitida para a marca “Estudioface”, que possuía em 30 de setembro de 2020 nove lojas franqueadas e uma loja própria. Segundo estudo realizado pela Companhia em 2020, cerca de 85% dos clientes da Espaçolaser possuíam interesse nos serviços da Estudioface, dos quais 45% eram ou foram também clientes da Espaçolaser, revelando a força da nossa marca e elevada capacidade de expansão para outros serviços estéticos. Nosso objetivo é ser o maior provedor de serviços de beleza e estética do Brasil, por meio do nosso modelo de negócio que acreditamos ser único e nossa experiência no setor.

Nos anos de 2018 e 2019, além de seguir no ritmo constante de abertura de novas lojas, tendo em vista a alta rentabilidade das lojas próprias, adquirimos o controle de certos grupos de franqueados da marca “Espaçolaser” que considerávamos estratégicos em nossa base, levando em conta suas respectivas regiões de atuação, tamanhos e potenciais de crescimento. Esse processo culminou com a aquisição de 51,0% de 13 diferentes grupos, equivalente a 111 lojas franqueadas, hoje totalmente integradas com nossas plataformas tanto de *back-office*, tecnológicas e comerciais.

A Companhia detém o controle acionário destes grupos de franqueados estratégicos (cerca de 51% em média do capital social), bem como opção de compra das participações acionárias remanescentes, sujeito a um evento de liquidez da Companhia e com metodologia de precificação já estabelecidas. A Companhia utilizará parte dos recursos de sua potencial oferta pública inicial de distribuição de ações para exercer as opções de compra de referidas participações acionárias remanescente. Para maiores detalhes sobre as aquisições societárias em referência, bem como os termos e condições do exercício das opções de compra de ações, vide o item 15.7 do Formulário de Referência da Companhia.

RECONHECIMENTOS E AÇÕES SOCIAIS

Ao longo de nossos anos de atuação, fomos reconhecidos por meio de diversos prêmios que nos foram atribuídos. Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, recebemos os seguintes prêmios e reconhecimentos:

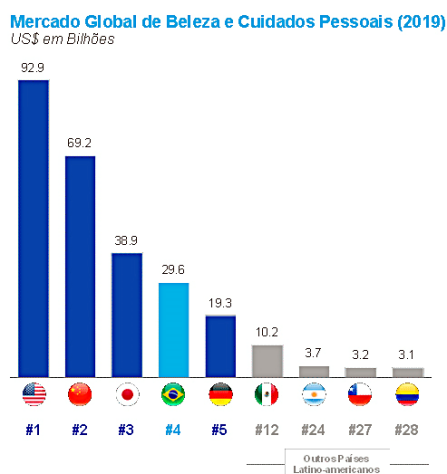
- Prêmio Top of Wellness da revista Boa Forma em 2018;
- Prêmio Época Reclame Aqui em 2018 (6º lugar);
- Prêmio Lojista Alshop em 2018 e 2019;
- Prêmio Great Place to Work®- Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar em 2019;
- Prêmio de Excelência em Franchising da ABF em 2019 e 2020; e
- Prêmio de Franquias Internacionais da ABF em 2019 e 2020.

Nós acreditamos que a atitude em construir uma sociedade melhor deve ser de todos. Desta forma, temos responsabilidade social e consciência dos nossos deveres e obrigações como cidadãos em relação à nossa comunidade. Por isso, buscamos realizar ações simples, organizadas e assertivas que contribuam para a formação de uma sociedade mais justa.

Na Espaçolaser, valorizamos a inclusão e o acolhimento, pois acreditamos que a promoção da igualdade é o caminho para o crescimento de nossa sociedade. A importância da inclusão dentro de uma empresa significa aprendizado, responsabilidade social e evolução. Seguimos firmes no nosso propósito de transformar vidas e promover o bem-estar em diversas esferas da sociedade. Para maiores informações sobre as nossas iniciativas sociais e projetos de responsabilidade social, vide itens 7.8 e 7.9 do Formulário de Referência.

MERCADO DE ATUAÇÃO

Segundo a *Euromonitor International* o Brasil é o quarto maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo, totalizando aproximadamente US\$30 bilhões em 2019. Este mercado está posicionado após países como Estados Unidos, China e Japão, e é o maior da América Latina, sendo três vezes maior que o México, segundo maior mercado da região⁷.



Fonte: Edição 2020 de “Beauty and Personal Care” da Euromonitor International Limited; o valor de varejo refere-se ao preço de venda no varejo incluindo imposto sobre vendas e preços constantes; utilizam taxas de câmbio fixas, as classificações representam apenas os mercados pesquisados.

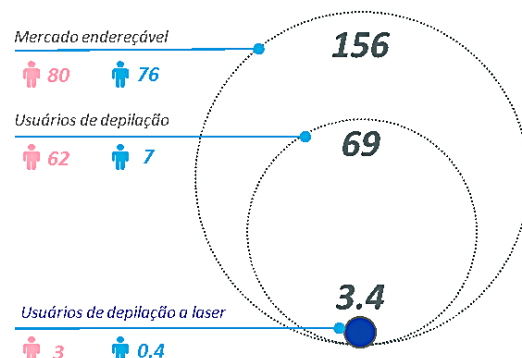
⁶ As exigências para o selo do prêmio GTPW envolve a satisfação de 70% dos funcionários.

⁷ Euromonitor International Limited, Beleza e Cuidados Pessoais in the World 2021, vendas ao consumidor final incluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD de 2019, termos atuais de 2019.

Depilação a Laser

Em relação ao mercado de depilação, em 2019, aproximadamente 78% da população feminina brasileira entre 12 e 65 anos e 9% da população masculina⁸ na mesma faixa etária utiliza algum método de depilação, totalizando 69 milhões de usuários, de acordo com Informações de Pesquisa Primária⁹. Nesse contexto, a depilação a laser destaca-se como o método com o mais alto potencial de adoção por novos consumidores dentre as diferentes tecnologias disponíveis no mercado.

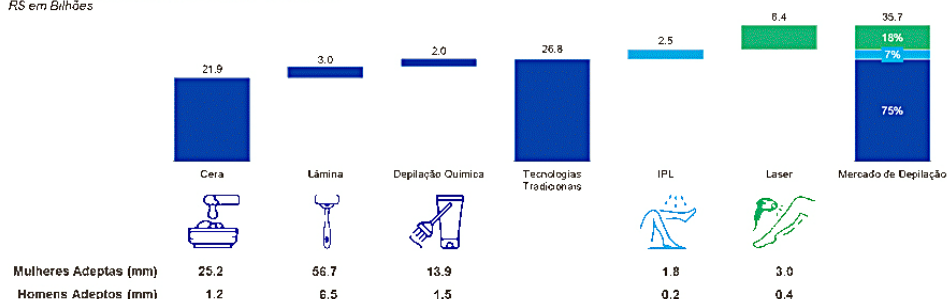
Dados em milhões de pessoas



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com assessoria de consultora internacional especializada e dados do IBGE.

Tamanho do Mercado de Depilação em Valores

RS em Bilhões



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com assessoria de consultora internacional especializada, dados do IBGE e IPC. Dados referentes ao ano de 2019.

A Companhia acredita que uma experiência diferenciada de atendimento aliado a tecnologias avançadas, menos dolorosas e efeitos prolongados, tais como depilação a laser, e estruturas de financiamento ao consumidor que as tornem acessíveis a diversas classes sociais, podem influenciar positivamente o mercado de depilação, incrementando a base de consumidores endereçáveis e explorando um universo de potenciais novos usuários. A Companhia acredita que o crescimento do mercado de depilação a laser no Brasil deverá ser impulsionado por três principais fatores:

- Aumento da Penetração da Tecnologia a Laser:** o mercado de depilação a laser no Brasil ainda tem uma baixa penetração, equivalente a 4,9%¹ em 2019, especialmente quando comparada a países costeiros como os EUA e Espanha, com 20% e 50%¹⁰ de penetração, respectivamente.
- Crescimento Populacional:** o crescimento médio da população no Brasil é de 1,7 milhão a cada ano, conforme ilustra o gráfico abaixo, sendo que em média 44% da população realizam algum método de depilação:

População brasileira histórico e projetado

Milhões de pessoas



Fonte: IBGE, consulta em outubro de 2020.

⁸ Para homens, não considera aqueles cujo único procedimento utilizado é barbear-se com lâmina ou aparar o cabelo.

⁹ Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada, e dados do IBGE

¹⁰ Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada.

- iii) **Aumento de Penetração em Outras Partes do Corpo.** De acordo com informações de Pesquisa Primária¹¹, a média de áreas tratadas por usuários de depilação a laser é atualmente de 2,5 partes entre mulheres e 2,1 partes entre homens. Ainda de acordo com informações da Pesquisa Primária¹², essa média tende a alcançar 5,3 partes entre mulheres e 4,9 partes entre homens.



Dados da Companhia referente ao ano de 2019.

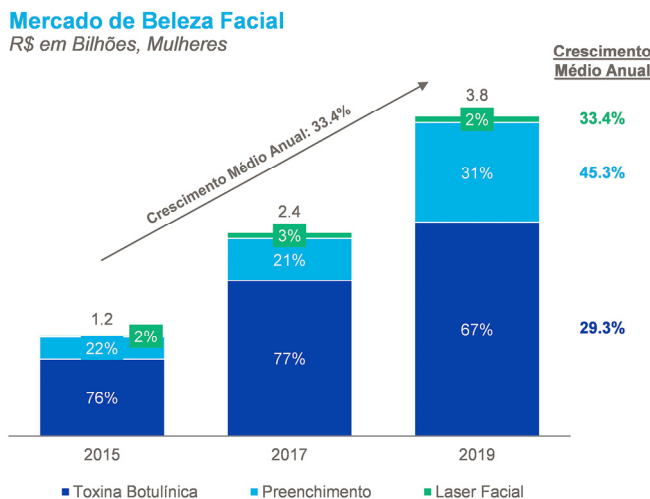
Aumento da Penetração no Público Masculino: Com penetração inferior na base de usuários, o público masculino representa importante alavanca de crescimento para o mercado de depilação a laser. Apesar da baixa penetração, quase 45% dos homens considera fazer uso de algum método de depilação e quase 37% daqueles que fazem uso de depilação considera fazer uso da tecnologia a laser e/ou IPL de acordo com informações de Pesquisa Primária¹³ representando um importante potencial de conversão para a tecnologia.

- iv) **Substituição por Metodologias Ambientalmente Sustentáveis:** A Companhia acredita que a crescente tendência para consumo consciente aos impactos ambientais impulsionará positivamente o segmento de depilação a laser uma vez que a tecnologia evita, de forma material, os resíduos gerados anualmente pelas metodologias de depilação como a cera e lâmina de barbear, as quais consideramos serem as principais alternativas de depilação atualmente, gerando um impacto positivo e responsável ao meio ambiente.

Estética Facial

De acordo com informações de Pesquisa Primária¹⁴ no Brasil, 12% das mulheres acima de 16 anos faz ou já fez uso de algum procedimento de estética facial (totalizando quase 10 milhões de mulheres), sendo que, nos últimos 12 meses, findo em 31 de dezembro de 2019, destas mulheres 1,4 milhão realizaram procedimentos relacionados a toxina botulínica, 0,7 milhão realizaram procedimentos de preenchimento facial e 0,02 milhão realizaram procedimentos de laser facial.

Ainda que em estágios iniciais, o mercado brasileiro de procedimentos estéticos faciais relacionados à toxina botulínica, preenchimento facial e laser facial registrou crescimento médio anual de quase 35% entre 2015 e 2019, representando R\$3,8 bilhões em 2019.



Fonte: pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e entrevistas em dados internos da Companhia e IBGE.

¹¹ Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada.

¹² Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada.

¹³ Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com assessoria de consultora internacional especializada e dados do IBGE.

¹⁴ Fonte: pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e em dados internos da companhia e IBGE.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia é líder de mercado, com uma marca top-of-mind no Brasil, oferece um serviço ainda sub-penetrado e com amplo espaço para crescimento.

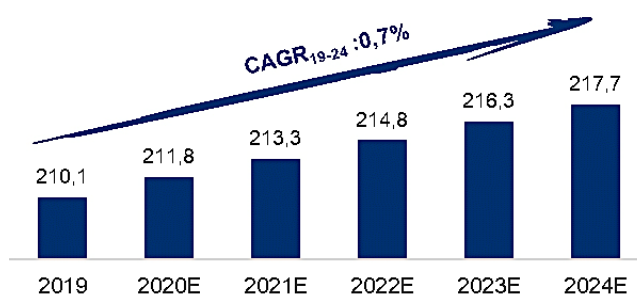
A Companhia é líder no mercado de depilação a laser no Brasil em número de lojas e clientes atendidos e, consequentemente, a Companhia acredita que é líder em termos de faturamento, de acordo com pesquisa de mercado contratada¹⁵. Além disso, acreditamos ser a maior plataforma de serviços de beleza e estética do país e da América Latina.

Além da relevante abrangência e capilaridade, a Companhia também possui a segunda marca mais lembrada do Brasil, no que se refere à depilação. Em pesquisa contratada com a *Opinion Box* em outubro de 2019, 8% dos entrevistados apontaram a marca EspaçoLaser como a preferida entre àquelas relacionadas à depilação no país, o que qualifica nossa marca como a segunda marca *top-of-mind* em depilação em geral.

O mercado de depilação a laser no Brasil apresenta baixa penetração, quando comparado a países desenvolvidos. De acordo com estudo realizado por consultoria internacional especializada contratada pela Companhia¹⁶, estima-se que, em 2019, das 69 milhões de pessoas que se depilavam no país (62 milhões de mulheres e 7 de milhões de homens), apenas 3,0 milhões de mulheres sejam usuárias dos serviços de depilação a laser (4,8% de penetração) e 0,4 milhão de homens (5,6% de penetração), enquanto a penetração em outros países costeiros como Estados Unidos da América e Espanha, correspondem a, aproximadamente, 20% e 50% respectivamente¹⁷, evidenciando assim um grande potencial de crescimento deste mercado no país. Além disso, o mercado de depilação a laser continua crescendo no Brasil, suportado pela conversão de usuários de metodologias de depilação convencionais como a cera e lâmina de barbear para a tecnologia a laser, do aumento do número de áreas depiladas dos atuais clientes e pelo aumento da penetração da população masculina, especialmente considerando as novas gerações. Para ilustrar esse ponto, cabe ressaltar que, enquanto o crescimento populacional adiciona em torno de 1,5 milhão de pessoas ao mercado por ano, estima-se que a quantidade de usuários de depilação a laser cresça a aproximadamente 2,5 milhões por ano, conforme é possível observar nos gráficos abaixo.

Crescimento da População Brasileira

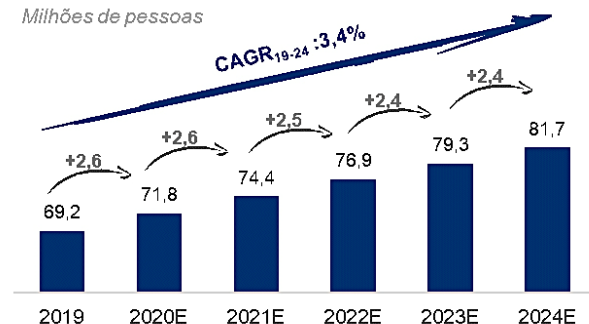
Milhões de pessoas



Fonte: IBGE.

Mercado de Depilação

Milhões de pessoas



Fonte: Pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário do IBGE.

A Companhia acredita que, entre outros fatores, a combinação de sua escala com a força da sua marca sejam vantagens competitivas relevantes em um mercado ainda sub-penetrado e com alto potencial de crescimento. De acordo com a pesquisa realizada pela consultoria internacional especializada¹⁸, o mercado de depilação a laser apresentou um CAGR de 58% entre 2015 e 2019, tendo encerrado o ano fiscal de 2019 com um tamanho estimado de R\$6,4 bilhões.

Somos focados na experiência e satisfação dos nossos clientes, suportados pela nossa plataforma omnicanal e digital, além de oferecer flexibilidade para nossos clientes serem atendidos em qualquer uma de nossas lojas.

Em setembro de 2020, mais de 80% de nossos *leads* foram captados por meio da indicação de clientes. Acreditamos que isso é consequência de nosso compromisso total com a excelência de nosso serviço e satisfação de nossos clientes, evidenciado também pelo nosso alto nível de NPS (*Net Promoter Score*), que atingiu 82 pontos em agosto de 2020, em uma escala de 0 a 100. Nossa estrutura é orientada, e nossos colaboradores compensados, também pelo parâmetro do NPS, criando um ciclo virtuoso e uma experiência muito positiva para os clientes.

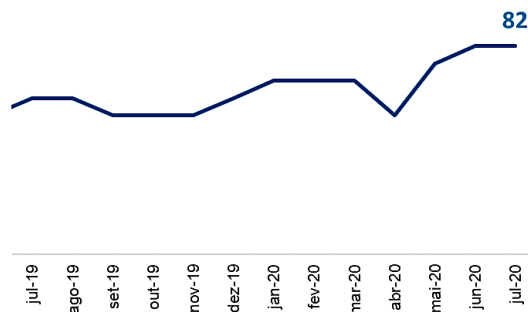
¹⁵ Fonte: pesquisa de mercado por nós contratada com fonte nos *websites* das companhias e *Way-back Machine*.

¹⁶ Fonte: pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e entrevistas realizadas em sites de lojas *online* e IBGE.

¹⁷ Segundo pesquisa de mercado por nós contratada baseada em entrevistas e experiência internacional e fontes públicas.

¹⁸ Pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e em entrevistas realizadas por IBGE.

Evolução do NPS



Ainda quanto ao engajamento dos clientes, em 2019, de acordo com estimativas internas, atingimos em torno de 25 milhões de pessoas através de influenciadores digitais, temos mais de 1 milhão de seguidores nas plataformas Facebook e Instagram. Nossas iniciativas levaram a um crescimento de 88% nos leads digitais entre 2018 e 2019, entretanto, aproximadamente 80% dos nossos clientes vieram via publicidade direta entre consumidores.

Nosso modelo de negócio baseado na experiência do usuário é escalável dado as funcionalidades de nossa plataforma omnicanal e digital. Facilitamos o contato e comunicação com nossos clientes de variadas maneiras. Desde a compra de um serviço, o agendamento de uma sessão ou o contato direto para dúvidas e reclamações, todos podem ser feitos por meio do nosso aplicativo exclusivo, nosso website, nosso *call center*, via WhatsApp com atendentes das lojas ou diretamente e presencialmente nas lojas. Acreditamos que essa plataforma omnicanal e digital contribui com o estreitamento do relacionamento com os nossos clientes e traz uma comodidade diferenciada a nossos clientes, fator considerado crítico para a prestação de um serviço.

Essa plataforma tecnológica, que foi totalmente customizada para nosso modelo de negócio, é integrada com nossas operações, para o aperfeiçoamento contínuo da gestão do nosso negócio. O sistema, chamado de "ELOS" (*Espaçolaser Operating System*), é *Cloud-based* e possui infraestrutura altamente escalável, e é integrado em todas as lojas, constituindo nossa principal ferramenta de gestão das tarefas do dia-a-dia, nos permitindo acompanhar de perto nossas lideranças e colaboradores, fornecendo de maneira confiável e eficiente todo o suporte em termos de dados necessário ao nosso rápido crescimento.

Por fim, nossa rede de lojas interligada e crescente capilaridade oferece, na nossa visão, mais flexibilidade e comodidade aos nossos clientes, ampliando de maneira relevante os locais e horários de atendimento, facilmente consultados através do nosso aplicativo exclusivo. Isso faz com que o excesso de demanda de uma loja seja escoado para outra loja próxima e que os níveis de satisfação dos clientes permaneçam elevados, dado a comodidade em poderem escolher a melhor localização e horário para serem atendidos. Na cidade de São Paulo, por exemplo, 51% de nossos clientes realizaram sessões de seus tratamentos em mais de 1 loja, quando olhamos dados de janeiro de 2016 até 30 de setembro de 2020.

Oferecemos uma solução de depilação de ponta, aspiracional e acessível para todas as classes sociais.

Aliado a uma experiência de depilação, na visão da Companhia, disruptiva e ao alto engajamento com a marca, oferecemos também uma das melhores tecnologias de depilação a laser atualmente disponíveis no mercado, proporcionando aos nossos clientes maior bem-estar, eficiência, conforto e agilidade. Dado nossa escala e relevância no mercado, acreditamos que somos os primeiros a terem acesso às tecnologias mais avançadas, o que, na visão da Companhia, a coloca em vantagem em termos de proposta de valor. Atualmente, a Companhia utiliza uma tecnologia que acreditamos possuir maior eficiência e eficácia do que as demais máquinas disponíveis no mercado, da qual possuímos exclusividade de aquisição dentro do mercado brasileiro.

Financiamos a oferta desse serviço de ponta aos nossos clientes em até 24 parcelas, por meio da estrutura de pagamentos recorrentes e nosso cartão de crédito, Espaçolaser, em conjunto com a operadora Credz, possibilitando também que as classes B, C e D também sejam amplas consumidoras do serviço, ao mesmo tempo que mitigamos nosso risco de inadimplência. A Companhia preza pela universalidade dos seus serviços, com lojas aspiracionais em bairros de todas as classes sociais, incluindo regiões que a Companhia entende ser de renda familiar mais alta, como o bairro da Vila Olímpia (dentro do Shopping Vila Olímpia), na cidade e estado de São Paulo e regiões que a Companhia entende ser de renda familiar mais baixa como a cidade de Taboão da Serra, no estado de São Paulo. Em São Paulo, os nossos clientes das classes A, B1, B2, C1, C2 e D representaram, respectivamente, 0,6%, 15,8%, 24,7%, 12,4%, 35,4% e 11,2% de nossos clientes no ano de 2019. Acreditamos que a experiência dos clientes da Companhia é disruptiva em seu segmento e que estamos transformando de maneira positiva a forma de consumo do público brasileiro no mercado de beleza, levando consumidores a substituírem métodos convencionais de depilação pela tecnologia à laser que, no Brasil, ainda possui penetração imaterial.

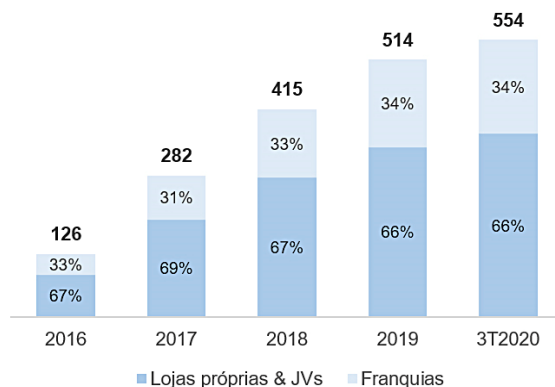
Possuímos um modelo de loja altamente escalável e rentável, permitindo o crescimento em todas as regiões do Brasil.

A Companhia desenvolveu um modelo flexível de abertura de lojas, o qual acreditamos que possibilitou uma expansão consistente da plataforma desde 2004. O *layout* da loja é padrão, no formato "loja box" e com dimensões médias entre 25 m² e 60 m². A Companhia entende que, além de adaptável a qualquer localização, público alvo e escalável para qualquer região do país, tal modelo demonstrou ser, na opinião da Companhia, e até a presente data, eficiente e altamente rentável, com capacidade de produzir retornos atrativos. Ao serem comparadas com outras operações varejistas com elevada eficiência no país, as lojas da Espaçolaser produzem um dos maiores indicadores de venda por metro quadrado do Brasil, de aproximadamente R\$53 mil por ano em 2019, que se converte em uma contribuição bruta média por loja de R\$1,2 milhão no mesmo ano, de acordo com estimativa da Companhia¹⁹.

A performance das lojas localizadas em *shoppings centers* é similar a das lojas em rua ou em outros centros comerciais, e pouco depende do movimento dos *shoppings*, pois as lojas são classificadas como loja-destino para 98% dos clientes da Companhia, em setembro de 2020. A Companhia mantém um modelo também flexível à operação via franquia, loja própria ou via *joint-ventures*, dependendo da estratégia de crescimento para a região. Além disto, a Companhia oferece treinamento extensivo no conceito "*one company concept*" e suporte total e integrado de tecnologia da informação e *back-office* para todas as lojas, próprias, *joint-ventures* e franquias.

¹⁹ Calculado conforme as demonstrações financeiras da Companhia, considerando (i) o lucro bruto do segmento operacional de Laser no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 326,0 milhões, somado à (ii) depreciação e amortização total que consta no custo dos serviços prestados pela Companhia nesse mesmo período, de R\$ 37,9 milhões, e dividido pelo (iii) número médio de 309 lojas entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 (de 278 e 339 lojas, respectivamente). Tal métrica é utilizada pela Companhia como uma referência e estimativa da contribuição bruta por loja, e não deve ser considerada como alternativa ao lucro bruto ou a nenhum outro número contábil, nem tampouco como garantia de receita gerada individualmente por cada loja.

Em 30 de setembro de 2020, a rede Espaçolaser (incluindo franquias) conta com 554 lojas em operação, sendo 374 (68%) lojas em *shopping centers*, 139 (25%) em ruas e 41 (7%) em centros comerciais. O gráfico abaixo demonstra o crescimento de cada um dos modelos descritos, de 2016 ao terceiro trimestre de 2020:



Fonte: Companhia.

Nota: Lojas próprias incluem também as *joint ventures*.

Acreditamos que para a manutenção de nossa qualidade de atendimento e engajamento com nossos clientes, nosso sistema ELOS é fundamental. O sistema foi totalmente customizado para nosso modelo de negócio único, consolidando todos os canais de comunicação com nossos clientes e estruturado para gerar alta eficiência em nossas operações, em especial no que tange à otimização de agendamento, opções de pagamento e análise de dados via inteligência de negócios (*business intelligence*).

Geramos uma cultura de alto engajamento com nossos clientes, franqueados e colaboradores.

Acreditamos que o engajamento de nossos clientes com nossa marca é um atributo da Espaçolaser, considerando o alto patamar de novos *leads* originados pela indicação de clientes existentes, superando 80% em setembro de 2020. De modo a sustentar esse engajamento de nossos clientes, investimos esforços contínuos em nossa capacidade de recrutar, desenvolver, capacitar e engajar nossos próprios colaboradores, mantendo programas de treinamento e capacitação contínua de nossos profissionais técnicos. De acordo com a pesquisa *Great Place to Work*, 79% dos funcionários da Espaçolaser recomendariam a Companhia. Como prestadores de serviço, acreditamos que esse engajamento é fundamental para a relação de nossos clientes com nossa marca.

O zelo por nossos franqueados também é matéria igualmente importante para nós. Temos apoiado nossa rede de franqueados ao longo dos 5 anos do início da operação de franquias. Como reconhecimento do trabalho prestado, fomos eleitos Selo de Excelência em Franchising pela Associação Brasileira de Franchising (ABF) em 2019 e 2020. Embora concedido pela ABF, o Selo de Excelência em Franchising só é entregue à franqueadora após pesquisa interna feita com sua própria rede de franqueados, que avalia a qualidade da prestação de serviços e apoio de fato entregue naquele ano.

Somos orientados por uma cultura de propósito, fundamentada em um modelo de gestão voltado à eficiência operacional, crescimento e geração de valor para nossos acionistas, em observância a práticas de governança, responsabilidade social e responsabilidade ambiental.

Acreditamos que nosso desenvolvimento sempre observou e valorizou conceitos de governança e responsabilidades social e ambiental. Engajados em iniciativas ambientais e projetos de responsabilidade social, acreditamos sermos referência em sustentabilidade e atuamos para buscar um alto grau de responsabilidade em nossas atividades, com uma baixa geração de resíduos, especialmente quando comparado aos métodos convencionais de depilação. De acordo com nossas estimativas internas, nossas atividades são capazes de substituir cerca de 600kg de cera e 3.000 lâminas de depilação que são descartadas como resíduos no meio ambiente em média por pessoa, ao longo de sua vida.

Além disto, a Companhia acredita possuir uma equipe de administradores profissionalizada e comprometida, com experiência em seu setor de atuação. Em 2015, com o ingresso da SMZTO Holding de Franquias, e em 2016, com o ingresso da L Catterton em nossa base acionária, aprimoramos nossas práticas de governança corporativa, especialmente com a implementação de diversas políticas e procedimentos internos. O Conselho de Administração tem um profundo conhecimento da Companhia e sua cultura, além de experiência no setor de consumo e varejo.

Nossa cultura corporativa é focada em resultados, baseada em sólidos valores, metas objetivas e transparentes. Além disso, nossa cultura é fundamentada em um modelo de gestão voltado à eficiência operacional, crescimento e geração de valor para nossos acionistas. Acreditamos que o trabalho de nosso time de gestão sob esses pilares tem sido fundamental no forte crescimento da nossa receita líquida e no controle de despesas gerais e administrativas observado nos últimos anos.

ESTRATÉGIA

Crescimento orgânico em um mercado ainda muito pouco penetrado, por meio da abertura de lojas no Brasil.

Pretendemos expandir a nossa rede de lojas por todo país e atingir todas as classes sociais, por meio de uma abertura seletiva de novas lojas, observado o nosso criterioso método de avaliação de localização e público-alvo. Esta estratégia está em linha com o nosso histórico de crescimento acelerado nos últimos anos, que teve uma média de abertura de 133 lojas por ano nos três últimos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, no mercado de depilação, que ainda é pouco penetrado e tem significativo espaço de crescimento, na visão da Companhia.

Considerando a demanda por nossos serviços observada em nossas lojas atuais, a estratégia de abertura de novas lojas tem como finalidade também acomodar os clientes das lojas atuais, que hoje estão operando no limite de sua capacidade, em outras lojas, atendendo aos nossos clientes de forma satisfatória. Desta forma, o objetivo é de que mais clientes possam ser atendidos, aumentando proporcionalmente o nosso faturamento total.

Acreditamos que temos capacidade de gestão e a infraestrutura necessária para suportar o crescimento orgânico de abertura de novas lojas, principalmente, mas não se limitando ao sistema de vendas ELOS, nosso rigoroso treinamento e capacitação de nossos profissionais pela Universidade do Laser e pelo nosso sistema operacional e de gestão comercial de nossas lojas.

Além disso, a Companhia entende que tem um modelo padrão de loja, escalável e de fácil implementação em qualquer região do país, com dimensões médias entre 25 e 60m², que não tem a necessidade de estocagem de produtos. A abertura de lojas é conduzida por meio de estudos de viabilidade elaborados por nossa equipe de expansão, após a realização de visitas e análise técnica nos locais potenciais. Quando aprovada, é realizada a negociação com os proprietários dos locais desejados para a instalação das lojas, firmado o contrato e realizado o *kick-off* do projeto, dando início às fases de licenciamento e construção. Esta fase de implementação dura em torno de três meses. Após implementada a loja, os funcionários são selecionados e treinados, e após receberem seus certificados de aprovação nos cursos oferecidos pela Companhia, a loja pode ser aberta e iniciar o atendimento aos clientes.

Estratégia de aquisição de lojas franqueadas, de modo a capturar valor e acelerar o crescimento em regiões estratégicas.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia realizou aquisições e *joint-ventures* que entendeu serem estratégicas de lojas franqueadas da Espaçolaser, que, na nossa visão, agregaram valor à Companhia e levaram à expertise da Companhia na geração de sinergia durante a integração das lojas adquiridas. Pretendemos continuar crescendo por meio da estratégia de consolidação do resultado das lojas franqueadas pela compra de grupos estratégicos de franqueados, em operações mutualmente benéficas e com determinados termos e condições pré-estabelecidos, por meio de opções de compra.

Acreditamos que temos capacidade de integrar as operações das lojas franqueadas estratégicas, que possuem rentabilidade relevante e grande potencial de crescimento nas regiões em que estão localizadas, em linha com a nossa capacidade de gerir de forma integrada as operações de nossas lojas à nível nacional, por meio da nossa plataforma avançada de *back-office* e gestão regional, capazes de suportar a absorção das operações das lojas franqueadas. Para maiores informações sobre as aquisições societárias da Espaçolaser já realizadas ou em andamento, vide itens 3.3 e 15.7 do Formulário de Referência da Companhia.

Upselling na base atual de clientes, com o aumento na quantidade de áreas do corpo por cliente.

Pretendemos aumentar as nossas vendas dentro da nossa atual base de clientes, oferecendo serviços de depilação para uma maior quantidade de áreas do corpo, alinhada à nossa estratégia de continuar satisfazendo nossos clientes, oferecendo novos tratamentos ao longo dos próximos anos, uma vez que estes já experimentaram e aprovaram a qualidade do nosso serviço, conforme comprovado pelo nosso NPS de 82 pontos atingido em setembro de 2020.

Nossa rápida expansão ao longo dos últimos anos resultou em uma base de clientes ainda incipiente, com uma média atual de consumo de depilação de apenas 2,1 áreas do corpo por cliente, sendo que oferecemos serviços de depilação para até 29 e 35 diferentes áreas do corpo, tanto para homens como para mulheres, respectivamente. Estimativas indicam que seis áreas do corpo são depiladas por cerca 2/3 (dois terços) das pessoas que utilizam qualquer forma de depilação. Considerando a comodidade que acreditamos gerar com nossos serviços de depilação a laser, visamos o aumento do *life time value* de nossos clientes, ou seja, um aumento no montante total que um cliente gasta com nossos tratamentos durante o seu relacionamento com a Espaçolaser, para que depilem seis áreas do corpo, ou mais. Desta forma, acreditamos no crescimento orgânico da Espaçolaser por meio do *upselling* de vendas dentro da nossa base sólida de clientes.

Ampliação da nossa atuação no mercado de beleza e estética, por meio da expansão de nosso portfólio de produtos e serviços, em benefício da sinergia com a oferta atual de serviços oferecidos pela Espaçolaser.

O mercado de beleza e estética no Brasil é altamente fragmentado. Acreditamos que possuímos a experiência e dados para continuar a ampliar nossos negócios por meio de uma estratégia de expansão do nosso portfólio de serviços de estética. Em decorrência da nossa sólida base de clientes e do nosso modelo único de aquisição de clientes, acreditamos que alguns serviços de estética são complementares aos serviços de depilação a laser, demonstrando o elevado potencial de *cross selling* na nossa crescente base de clientes.

Uma dessas frentes de diversificação foi executada por meio do lançamento da marca "Estudioface", focada em serviços e tratamentos faciais, como botox, tratamentos faciais com laser, preenchimento, entre outros, sendo assim um *one-stop-shop* para tratamentos faciais. A Estudioface está em operação desde 2017, sendo o modelo de franquia lançado em 2019, e possui, atualmente, 10 lojas em funcionamento. De acordo com pesquisas internas conduzidas junto aos nossos clientes, aproximadamente 85% dos clientes da Espaçolaser possuem interesse em tratamentos faciais. Considerando que, atualmente, 45% dos clientes da Estudioface são oriundos da Espaçolaser, acreditamos no forte potencial de *cross selling* entre as nossas marcas.

A Companhia estuda atualmente a introdução de novos produtos e serviços no mercado de estética e beleza, para ampliação de seu portfólio, por meio de parcerias, aquisições ou pelo próprio desenvolvimento de tais produtos e serviços. Por meio da oferta de novos produtos e serviços, buscamos estar presentes no dia-a-dia de nossos clientes, estreitando ainda mais o nosso relacionamento com os consumidores de nossos serviços.

Crescimento em outros mercados também pouco penetrados, por meio da expansão internacional.

Buscamos avançar a nossa estratégia de crescimento internacional em países da América Latina, por meio da abertura de lojas próprias, franquizadas ou por aquisições de sociedades e *joint ventures* com parceiros locais, tendo em vista as oportunidades de mercado que a Companhia acredita serem oferecidas pela baixa penetração da tecnologia de depilação utilizada pela Espaçolaser nestes mercados.

Em 2018, inauguramos nossa primeira unidade na Argentina sob a denominação Definit e por meio de um modelo de *joint venture*, atualmente, já contamos com seis lojas naquele país. Adicionalmente, considerando nossa experiência positiva na Argentina, amparada pela expertise da Espaçolaser, iniciamos estudos de investimento para viabilizar a abertura de outras unidades em diferentes localidades da América Latina, com perspectivas próximas de abertura de novas lojas na Colômbia e Chile, bem como perspectivas de médio prazo de abertura de novas lojas no México. O gráfico abaixo demonstra a estimativa do mercado endereçável de depilação a laser nos países da América Latina em que a Companhia atua ou planeja atuar²⁰:

²⁰ Estimativa calculada com a aplicação da média da população brasileira que realiza algum método de depilação (44%) aos países da América Latina que a Companhia atua ou planeja atuar.

Experiência positiva na Argentina



Total de 6 lojas
(1ª abertura em 2018)

Modelo de JV

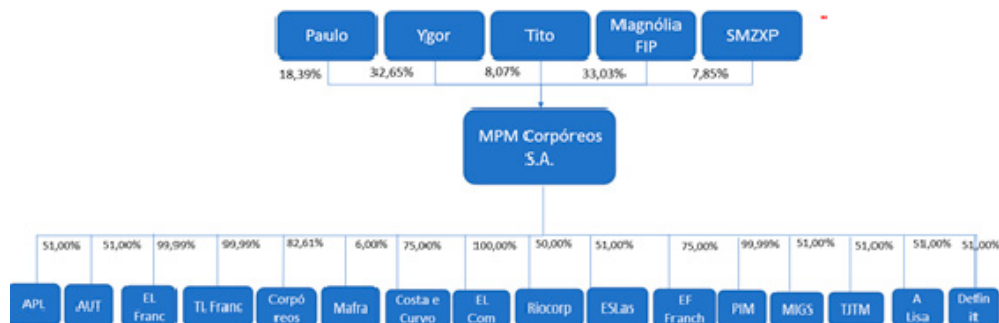
Aproveitando a expertise da
EspaçoLaser

Mercado endereçável relevante para expansão para outros países na América Latina

País	Presença EspaçoLaser	População	Mercado Endereçável Estimado ¹
Argentina	✓	45 mm	20 mm
Chile	Em breve	19 mm	8 mm
Colômbia	Em breve	51 mm	22 mm
México	Médio Prazo	129 mm	57 mm

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

O organograma abaixo apresenta nossa estrutura societária, nesta data:



Legenda

- Paulo Paulo José de Iász de Moraes
- Ygor Ygor Alessandro de Moura
- Tito Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto
- Magnólia FIP Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
- SMZXP SMZXP Participações
- APL APL Participações Societárias S.A.
- AUT AUT Estética S.A.
- EL Franc EL Franchising Ltda.
- TL Franc TL Franchising Ltda.
- Corpóreos Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.
- MAFRA Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda.
- Costa Costa & Curvo Estetica Ltda.
- EL Com EL Commerce - Plataforma Digital Para Intermediação De Negócios Ltda.
- Riocorp Riocorp Serviços Estéticos Ltda.
- ESLas ES LASER.
- EF Franch EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda.
- PIM PIM Serviços Administrativos Ltda.
- MIGS M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.
- TJTM Tjtm Serviços Estéticos S.A.
- A LISA A Lisa Depilação A Laser S.A.
- DEFINIT HR-ARG

A estrutura societária da Companhia contém controladas diretas e indiretas, sendo certo que no organograma acima foram mencionadas as controladas diretas. As controladas indiretas da Companhia encontram-se listadas no item 15.8 do Formulário de Referência.

Para informações detalhadas sobre os acordos de acionistas da Companhia, veja a seção "Informações sobre a Oferta – Acordo de Acionistas", na página 39 deste Prospecto, bem como o item "15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte", do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 727 deste Prospecto.

Após a realização da Oferta o atual grupo de controle da Companhia formado pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas e a SMZXP poderá deter menos que 50% mais uma ação da Companhia, o que pode vir a ser interpretado como uma alteração no controle da Companhia. Para mais informações sobre a composição do capital social da Companhia após a Oferta, vide Seção "Informações sobre a Oferta" contida na página 38 deste Prospecto.

EVENTOS RECENTES

Aquisição de Franqueados

Em 1 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. ("Corpóreos"), celebrou nove memorandos de entendimento tendo por objeto estabelecer os termos e condições de mecanismos de opções de compra da totalidade das participações societárias das sociedades franqueadas, detentoras de 60 lojas localizadas em todo o território nacional. As opções de compra poderão ser exercidas pela Corpóreos a qualquer momento a partir de 01 de janeiro de 2021, a seu exclusivo critério, em até 18 meses contados da data de assinatura dos memorandos. A Corpóreos já manifestou sua intenção de exercer a totalidade das opções após a data de início do exercício, observado que o efetivo exercício das opções de compra dependerá da negociação e celebração de contratos definitivos para efetivar as referidas aquisições. Cada memorando prevê exclusividade da Corpóreos pelo período de 18 meses. O preço de exercício de cada opção de compra considerará um fator de multiplicação de cinco vezes o EBITDA dos últimos 12 meses das lojas sendo adquiridas, este sendo contratualmente calculado como 35,0% da receita líquida exclusivamente para fins do cálculo do valor da opção do instrumento, deduzido da Dívida (Caixa) Líquida de cada sociedade. A Companhia ressalta que, apesar de sua intenção e exercer as opções, em relação a aquisição de sociedades franqueadas ainda não há uma posição definida sobre essas potenciais transações, nem quanto tempo as negociações junto a tais sociedades levarão para ser concluídas, não tendo sido celebrado qualquer contrato definitivo para efetivar referidas aquisições.

Além disso, em 17 de outubro de 2020, a Companhia, também por meio da Corpóreos, celebrou um aditamento a um contrato de investimento celebrado com a EL Bahia, constituída por um grupo de franqueados que possui 18 lojas localizadas nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Referido aditamento prevê a outorga de uma opção de compra sobre as ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da sociedade franqueada (detentora da totalidade do capital social das demais sociedades do grupo de franqueados), a qual poderá ser exercida caso seja aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia ou de sua controlada, a realização de um processo de oferta IPO, no prazo de 3 meses contados da liquidação do IPO.

O preço de exercício, sujeito a ajuste, considera: (i) Valor da Firma, ajustado pela variação do CDI, menos a Dívida (Caixa) Líquida estimada; (ii) valor adicional calculado com base no CAPEX desembolsado pelos vendedores em duas das sociedades do grupo entre 25 de setembro de 2019 e a data de exercício, reajustado pela variação positiva do CDI; e (iii) valor do EBITDA dos últimos 12 meses, considerando as últimas demonstrações financeiras auditadas disponíveis, o múltiplo a ser definido nos termos do contrato e a Dívida (Caixa) Líquida estimada.

#	Lojas	Lojas Maduras	Venda bruta dos últimos 12 meses (em R\$ milhões)
1	15	12	35,1
2	7	6	13,9
3	3	3	8,6
4	8	6	18,6
5	2	1	2,7
6	6	5	9,9
7	13	6	22,1
8	3	2	4,5
9	3	1	5,6
10	18	14	28,5
Total	78	56	149,8

(1) Assim consideradas as lojas com mais de 24 meses de funcionamento desde a sua inauguração.

(2) Até setembro de 2020.

Considerando tais premissas de precificação de referidas aquisições bem como premissas de rentabilidade observadas em lojas próprias, a Companhia estima o montante total de R\$250 milhões para a aquisição das participações de sociedades franqueadas descritas acima, incluindo a EL Bahia. A Companhia utilizará parte dos recursos de sua potencial oferta pública inicial de distribuição de ações ("Oferta") para arcar com a integralidade de tais aquisições.

Caso tais aquisições sejam concluídas, a Companhia passará a deter cerca 80% do total de lojas da rede, ficando aproximadamente 20% de lojas como franqueadas.

Para fins deste item, os seguintes termos utilizados possuem os significados abaixo:

"Caixa" significa, na data a que se refere, de forma consolidada, sem duplicidade e observados os princípios contábeis, o saldo de caixa, depósitos bancários, bem como quaisquer aplicações financeiras de disponibilidade imediata da pessoa em questão, em qualquer caso disponíveis e livres de todo e qualquer ônus, sem levar em consideração quaisquer depósitos em garantia, depósitos judiciais ou outros depósitos relacionados a quaisquer contingências;

"CAPEX" significa toda e qualquer despesa comprovadamente incorrida ou suportada pelas sociedades com a finalidade de abertura de novas lojas, discriminadas por cada loja;

"CDI" significa a variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (Certificado de Depósitos Interbancários) "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, na base de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário;

"Dívida (Caixa) Líquida" significa a diferença entre a Dívida Bruta e o Caixa e equivalente de caixa, na data a que se referem;

"EBITDA" significa, com relação ao período a que o cálculo se referir, o lucro líquido do período em questão, auferido antes (i) das despesas e receitas financeiras líquidas, (ii) do imposto de renda e contribuição social, (iii) de depreciação e amortização, e (iv) de despesas não-recorrentes, apurado de acordo com as normas contábeis aplicáveis;

"Dívida Bruta" significa o somatório dos seguintes itens, na data a que se refere, de forma consolidada, sem duplicidade e observados os princípios contábeis: (i) todas as dívidas de natureza financeira, com instituições financeiras ou qualquer pessoa; (ii) todas as outras dívidas de longo ou curto prazo, vencidas e não pagas; (iii) todas as dívidas repactuadas, mesmo que estejam contabilizadas sob a rubrica de "contas a pagar"; (iv) todos os recebíveis descontados; (v) todos os valores devidos a empregados e prestadores de serviços que não tenham sido pagos no prazo originalmente avençado; (vi) contratos de swap para a proteção de taxa de câmbio, de moeda ou contratos semelhantes; (vii) todos os valores de tributos vencidos, incluindo, sem limitação, todo e qualquer saldo de parcelamento de tributos; (viii) todas as contas a pagar em atraso; (ix) todos os adiantamentos de terceiros, inclusive clientes; (x) todas as operações de leasing operacional e/ou financeiro; (xi) todos os valores devidos em decorrência de sentenças judiciais ou arbitrais transitadas em julgado; (xii) cheques emitidos e que ainda não tenham sido compensados e saldos negativos em contas correntes; (xiii) quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio, outras vantagens pecuniárias e/ou qualquer outra forma de distribuição de lucros, em dinheiro ou em espécie, declarados e não pagos; (xiv) dívidas pendentes ou vencidas relacionadas aos direitos de uso (luvas) cobrados por shoppings centers; (xv) mútuos com partes relacionadas; e (xvi) as despesas de capital sendo pagas em parcelas; e (xvii) qualquer garantia ou indenização em favor de terceiros, para pagamento de obrigações mencionadas nos itens (i) à (xvi) (inclusive) desta definição; (xviii) todos e quaisquer valores acessórios aos acima descritos, incluindo multa e juros incidentes até a data de levantamento da dívida bruta, independentemente de estarem contabilizados nas demonstrações financeiras da pessoa em questão;

"Valor da Firma" significa o valor de firma atribuído às sociedades do grupo, no montante de R\$59.000.000,00.

Desdobramento de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 7 de janeiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o desdobramento de ações, sem modificação do valor do capital social da Companhia, à razão de 20 ações para 1 ação de emissão da Companhia, ordinária, nominativa e sem valor nominal, na forma do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de que o capital social da Companhia resultasse no total de 176.031.660 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme descrito no item 17.3 do Formulário de Referência.

Atendimento aos covenants financeiros

Parte dos contratos de financiamento da Companhia contém cláusulas restritivas e *covenants financeiros*. Em especial, algumas dessas cláusulas a impedem de incorrer em dívida adicional ou de efetuar pagamentos, caso alguns índices e testes financeiros não sejam cumpridos. Esses índices e testes financeiros têm como base o atingimento de certos níveis de EBITDA (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida) e dívida bruta. Esses índices e testes financeiros são testes de manutenção, o que significa que a Companhia deve cumpri-los anualmente para não descumprir suas obrigações de dívida. Além disso, alguns dos contratos financeiros celebrados contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-default* ou *cross-acceleration*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia.

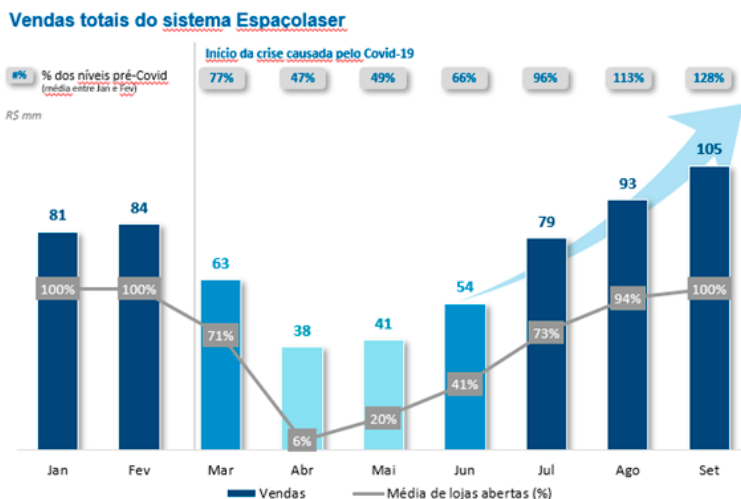
Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em conformidade com todas as restrições e índices financeiros estabelecidos nos contratos financeiros acima descritos. No entanto, em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento líquido (quociente "Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA") da Companhia era de 4,6x e, portanto, acima do limite de 2,5x previsto em determinados contratos financeiros da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, com base em demonstrações financeiras preliminares e não auditadas referentes a tal exercício, o referido índice financeiro era equivalente a 2,2x, ou seja, dentro do limite previsto nos contratos financeiros da Companhia em questão. Cumpre ressaltar que a efetiva verificação do cumprimento do índice financeiro se dará com base nas demonstrações financeiras devidamente auditadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Caso seja verificado, com base nas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, eventual descumprimento de referido índice, a Companhia iniciará tratativas para obtenção de dispensa da obrigação de adimplir com referidos *covenants (waivers)* junto a cada instituição financeira credora de suas dívidas que contenham tais restrições, a fim de evitar o vencimento antecipado de tais dívidas que preveem restrições por inadimplemento das obrigações contratuais. No entanto, não há garantia de que, caso solicitados, tais *waivers* serão obtidos. Para mais informações a esse respeito vide fator de risco "A Companhia pode não ser capaz de cumprir com os índices financeiros ou outras disposições restritivas nos contratos financeiros (*covenants*) previstos em contratos que compõem o endividamento atual.", na seção "Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia" na página 20 deste Prospecto.

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 EM NOSSAS ATIVIDADES

A Companhia está enfrentando um período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia da COVID-19 sobre suas atividades e sobre as atividades de seus principais prestadores de serviços e fornecedores. Devido a esta situação sem precedentes, a Companhia acredita ter atribuído como prioridade máxima e imediata a segurança e a saúde de nossos funcionários e clientes.

A disseminação da COVID-19 gerou incertezas macroeconômicas, volatilidades e perturbações significativas no Brasil e no mundo. Como forma de minimizar os impactos, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à livre circulação e até mesmo o isolamento social, que influenciaram nosso comportamento, de nossos clientes e da população em geral. Como resultado de tais restrições, houve uma acentuada queda ou até mesmo paralisação da prestação de nossos serviços e das atividades de empresas de diversos setores. Conseqüentemente, as nossas receitas das operações sofreram um declínio em decorrência dos impactos das restrições de circulação impostas nas jurisdições em que operamos. Além disso, nós fechamos temporariamente parte das lojas neste período de isolamento, principalmente as nossas lojas localizadas em *shoppings*, o que causou um grande impacto financeiro e no dia a dia da Companhia.

Este momento demandou um aumento na nossa eficiência operacional e o fortalecimento da nossa capacidade de venda, de maneira a minimizar os impactos da pandemia. Mesmo com as lojas fechadas, fomos capazes de manter o nível médio de *system-wide sales* em aproximadamente 48%, considerando os meses de abril e maio, dos níveis normais durante o referido período, principalmente devido (i) à nossa omnicanalidade e capacidade de manter contato recorrente com nossa base atual de clientes, (ii) à força de nossa marca, da nossa capacidade de vender pacotes para uso futuro (com a promessa de entrega do serviço após a reabertura de lojas e *shoppings centers*), o que reforça a confiança dos nossos clientes; e (ii) à intensa dedicação de nossas equipes, tanto de suporte quanto comerciais e operacionais. Acreditamos que, mesmo diante das adversidades dos últimos meses, conseguimos nos fortalecer e ainda aumentar a nossa capacidade de revenda, bem como estreitamos nosso relacionamento com a nossa base de clientes. Na imagem abaixo é possível observar que em setembro de 2020, a marca Espaçolaser alcançou o patamar de *system-wide sales* equivalente a 128% da média do faturamento atingido entre janeiro e fevereiro de 2020 o que constata que já superamos o patamar de *system-wide sales* pré-COVID, com 100% de nossas lojas abertas:



A disseminação da COVID-19 nos levou a modificar nossa prática de negócios (incluindo práticas de higienização de locais de trabalho dos funcionários e cancelamento de clientes agendados), e podemos precisar adotar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração, considerando o melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios.

O escopo e a natureza desses impactos estão em constante evolução. A seguir, apresentamos um resumo de nossas ações recentes e previstas em resposta à pandemia da COVID-19 e seus impactos em nossos negócios:

- em função da pandemia da COVID-19, tendo em vista as normas e orientações governamentais, a Companhia fechou temporariamente lojas e escritórios administrativos, adotando uma política de *home office* para seus funcionários administrativos;
- as nossas unidades intensificaram seus processos de higiene e limpeza, que já eram rigorosos, com as seguintes medidas para qualquer procedimento: (i) álcool gel disponível no balcão e salas de procedimento para assepsia das mãos; (ii) higienização de maca com álcool 70% a cada troca de cliente e uso de lençóis descartáveis; (iii) todo profissional da saúde passa a usar máscaras, luvas e toucas descartáveis; (iv) obrigatoriedade de uso de máscaras por todos dentro das lojas, incluindo clientes; (v) óculos de proteção higienizados a cada paciente com papel interfolhado, evitando o contato direto com os olhos; e (vi) ponteiros de laser higienizadas seguindo as recomendações do fabricante e validadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- implementamos, em nossa visão, rígidos protocolos em nossas lojas de esterilização e higienização de todos os equipamentos, materiais e locais com maior frequência, implementamos sinalização de distanciamento, organização de filas para entrada nas lojas e divulgação de informações em nossas lojas e redes sociais, com o objetivo de manter distância segura entre os clientes e evitar aglomerações;
- identificação e afastamento dos funcionários no grupo de risco;
- negociação com fornecedores, de modo a repactuar valores ou prazos de pagamento, para equilibrar e conter os aumentos de despesas causados pela implantação de protocolos de segurança da pandemia da COVID-19;
- desenvolvimento acelerado de nosso *e-commerce* rapidamente nossas capacidades no *e-commerce*, para o qual houve expressivo crescimento da procura; e
- realização de pacotes promocionais de venda durante a pandemia da COVID-19 para serem utilizados pelos clientes após a normalização das lojas.

Para maiores detalhes sobre os impactos da COVID-19 sobre os negócios da Companhia e sobre seu resultado financeiro, vide o item 10.9 do Formulário de Referência da Companhia.

PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS PELA COMPANHIA

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças referentes a Companhia, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Vide seção “Principais Fatores de Risco Relacionados à Companhia” abaixo e os itens 4.1 e 4.2 do Formulário de Referência.

PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA

A Companhia pode ser prejudicada se não conseguir abrir e instalar suas lojas em condições economicamente eficientes ou obter autorizações, licenças ou credenciamentos necessários de forma tempestiva. Se a Companhia não for capaz de executar seu plano de expansão por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, isso poderá afetar adversamente a Companhia.

O crescimento da Companhia depende, principalmente, da capacidade de abrir e operar, com êxito, novas lojas, por meio da identificação e contratação de pontos comerciais que a Companhia acredita serem adequados para a abertura de novas lojas próprias além da abertura de novas franquias, ampliando, assim, a rede da Companhia. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre os recursos operacionais, gerenciais e administrativos da Companhia, o que poderá impactar adversamente a gestão dos negócios da Companhia.

O crescimento da Companhia também depende da abertura de novas lojas, próprias e por franqueados, da Estudioface, da comercialização dos produtos cosméticos pela Companhia e da expansão almejada pela Companhia no Brasil e na América Latina.

A abertura e operação de novas lojas, bem como a expansão no Brasil e na América Latina, estão sujeitas a diversos riscos e incertezas, incluindo inúmeros fatores alheios ao controle da Companhia, tais como: (i) a expansão de competidores, com o aumento da competição da busca por locais estratégicos e o surgimento de novos concorrentes nos mercados em que atua; (ii) dificuldades em encontrar locais apropriados para a abertura de novas lojas; (iii) conhecimento baixo sobre as novas regiões geográficas em que a Companhia planeja ter novas lojas; (iv) condições de locação, aquisição ou os investimentos necessários para adequação do imóvel ou construção em condições desfavoráveis; (v) a abertura de novas lojas próprias ou franqueadas poderá não ser concluída ao custo e no momento em que considera apropriado; (vi) dificuldades na contratação e treinamento adequado de empregados; (vii) dificuldades em contratar, treinar e transmitir a sua cultura a franqueados qualificados para atender apropriadamente os seus clientes; ou (viii) não obtenção das autorizações exigidas para iniciar e desenvolver suas atividades.

As lojas que a Companhia planeja abrir, bem como aquelas recém-inauguradas e atualmente em maturação (lojas com menos de 24 meses contados da inauguração), poderão apresentar desempenho abaixo dos padrões de venda e de lucratividade em relação às lojas que operam há mais de 24 meses, inclusive apresentando perdas durante os primeiros anos de operação, o que pode afetar o desempenho financeiro e operacional da Companhia. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 554 lojas, sendo que 182 lojas (ou 33%) foram abertas nos últimos 2 anos, e, portanto, ainda estão em processo de maturação. Os resultados das lojas novas ou de lojas recentemente abertas podem afetar negativamente os resultados da Companhia, bem como a rentabilidade da Companhia. Não há garantia de que lojas recentemente abertas, mesmo ao se tornarem maduras, gerarão retornos positivos ou cumprirão suas metas, o que poderá levar ao fechamento dessas lojas e a perda dos investimentos feitos pela Companhia em referidas lojas. Para maiores informações sobre as operações das lojas da EspaçoLaser, vide item 7.1 do Formulário de Referência.

Além disso, a capacidade da Companhia de abrir novas lojas pode ser impactada pela pandemia da COVID-19 bem como outras pandemias que venham a surgir, tendo em vista a possível paralisação de atividades comerciais, industriais, econômicas e de locomoção, além do atraso na obtenção de licenças necessárias para a operação, o que pode afetar adversamente os resultados e operações da Companhia.

Uma das estratégias de negócios da Companhia é entrar em novos mercados e implementar novos negócios, como instalação em outros países na América Latina e desenvolvimento de outros procedimentos e produtos estéticos. A Companhia pode não ser bem-sucedida em explorar essas oportunidades, o que pode ter um efeito adverso em suas operações.

A Companhia planeja operar em mercados e setores nos quais não possui experiência, por exemplo, o desenvolvimento de outros procedimentos e produtos estéticos, e a implantação de lojas em outros países na América Latina. Ainda, a Companhia pode ter estimado de maneira incorreta o tamanho desses novos mercados e setores, bem como sua habilidade de penetrar em tais mercados ou ingressar em novos negócios. Além disso, a Companhia pode enfrentar competição de participantes atuais ou novos ingressantes nesses mercados, sendo que tais competidores podem ter mais recursos e experiência do que a Companhia ou podem oferecer produtos e serviços mais atrativos.

Se a Companhia não for bem-sucedida em ingressar em novos mercados ou em desenvolver novos negócios, a Companhia pode incorrer em custos que seja incapaz de recuperar, e a imagem e reputação da Companhia podem ser adversamente afetadas, o que pode gerar um efeito adverso nos resultados e na posição financeira da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de cumprir com os índices financeiros ou outras disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) previstos em contratos que compõem o endividamento atual.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tinha, respectivamente, um total de R\$487,5 milhões e R\$140,7 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), sendo que alguns dos contratos firmados estabelecem o compromisso de manutenção de determinados índices financeiros. Esse compromisso pode afetar a capacidade da Companhia de reagir a mudança na economia ou no setor de atuação ou a capacidade de aproveitar novas oportunidades de negócios lucrativos.

Alguns dos contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas. Em especial, algumas dessas cláusulas a impedem de incorrer em dívida adicional ou de efetuar pagamentos, caso alguns índices e testes financeiros não sejam cumpridos. Esses índices e testes financeiros têm como base o atingimento de certos níveis de EBITDA (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida) e dívida bruta. Esses índices e testes financeiros são testes de manutenção, o que significa que a Companhia deve cumpri-los anualmente para não descumprir suas obrigações de dívida. A capacidade da Companhia de cumprir com esses índices e testes financeiros pode ser afetada por eventos além do seu controle e a Companhia não pode garantir que irá cumprir com esses índices e testes financeiros.

Em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento líquido da Companhia era de 4,6x. Caso, em 31 de dezembro de 2020, este índice continue superior a 2,5x, ou em qualquer outro período de aferição os índices financeiros em questão sejam descumpridos e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis de referidos contratos, e o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia poderá ser afetada de maneira relevante e adversa. Em 30 de setembro de 2020, a dívida total da Companhia sujeita a covenant financeiro representava um total de R\$398.270.784,31.

Além disso, alguns dos contratos financeiros celebrados contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-default* ou *cross-acceleration*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia. A Companhia pode não conseguir cumprir com tais ou outras cláusulas aplicáveis e ser obrigada a solicitar anuências, para as respectivas instituições financeiras, as quais poderão não ser obtidas. Nesse sentido, a ocorrência de um evento de inadimplemento nos termos de tais contratos pode resultar no vencimento antecipado e vencimento cruzado dos instrumentos financeiros da Companhia, o que, por sua vez, pode representar uma obrigação de antecipação de pagamentos no montante de até R\$391.793.329,67, em 31 de dezembro de 2020.

Para maiores informações sobre os contratos financeiros da Companhia, incluindo sobre *covenants* financeiros e operacionais, ver seção 10.1(f)(iv) do Formulário de Referência.

Os clientes e as parcerias da Companhia podem interromper o pagamento das parcelas relativas aos serviços contratados em um cenário de deterioração de crédito. Um aumento em pagamentos em atraso e/ou inadimplência nos montantes devidos à Companhia por seus clientes pode afetar adversamente os resultados e fluxo de caixa da Companhia.

Os clientes da Companhia podem enfrentar dificuldades financeiras e, em certos casos, insolvência ou falência. Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19. A deterioração do cenário de crédito, uma piora na situação financeira dos clientes da Companhia e um aumento dos níveis de pagamentos em atraso e/ou inadimplência podem afetar os resultados e o fluxo de caixa da Companhia, bem como comprometer a habilidade da Companhia de cumprir com suas obrigações.

Aproximadamente 80% das vendas da Companhia são efetuadas por meio de uma modalidade que se chama recorrência, que permite o parcelamento, pelo cliente, do valor dos serviços em até 18 vezes, sem a necessidade de bloquear no limite do cartão de crédito a totalidade do valor necessário para a quitação dos serviços a serem prestados. Os clientes podem não ter condições financeiras para quitar as parcelas ou o valor total dos serviços contratados. Nestas ocasiões os clientes têm seus tratamentos interrompidos imediatamente e ficam passíveis ao pagamento de multas. Caso os clientes não paguem tempestivamente as parcelas dos serviços contratados, as operações, negócios e resultados da Companhia poderão ser negativamente afetadas.

Adicionalmente, a Companhia tinha uma parceria com a plataforma Pago Livre, a qual foi descontinuada para novos clientes em abril de 2020, (observado que ainda existem pagamentos a receber no âmbito da parceria com a Pago Livre), e tem atualmente uma parceria com a Elos Gate, as quais permitem os clientes da Companhia a receber e fazer pagamentos online. Caso a Pago Livre ou a Elos Gate enfrentem dificuldades financeiras que levem a uma eventual recuperação judicial ou decretação de falência, a Companhia pode ter dificuldade em receber os valores em aberto de ambas as sociedades, tendo que assumir a operação que hoje é prestada por tais sociedades e/ou incorrer em custos adicionais para viabilizar tais serviços o que pode ter um efeito adverso na condição financeira da Companhia. Para maiores informações sobre a parceria com a Elos Gate, vide item 7.9 do Formulário de Referência.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é parte em determinadas transações com partes relacionadas incluindo, mas não se limitando ao contrato de compartilhamento de despesas entre determinadas empresas do grupo econômico e a contratação da parceria com a Elos Gate, para o desenvolvimento, manutenção e customização de *software* com abrangência de escopo comercial para dar suporte à operação das lojas, por meio da empresa Elosgate Portal de Serviços Financeiros Ltda., empresa detida em conjunto pelos Srs. Paulo José Lász de Moraes e Ygor Alessandro Moura, que também são acionistas controladores da Companhia. A Companhia poderá contratar novas transações com partes relacionadas, em particular, contratos de mútuos e compartilhamento de custos e despesas. As partes relacionadas à Companhia podem ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia.

Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações poderão ser insuficientes, levando a potenciais impactos negativos para os negócios da Companhia, afetando adversamente suas atividades, reputação, situação financeira e resultados, bem como seus acionistas. Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja o item 16 do Formulário de Referência.

SUMÁRIO DA OFERTA

O presente sumário não contém todas as informações que o potencial investidor deve considerar antes de investir nas Ações. O potencial investidor deve ler cuidadosa e atentamente todo este Prospecto, principalmente as informações contidas nas seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações” nas páginas 20 e 66, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto, para melhor compreensão das atividades da Companhia e da Oferta, antes de tomar a decisão de investir nas Ações.

Acionistas Vendedores	Magnólia FIP, SMZXP e os Acionistas Vendedores Pessoas Físicas.
Acionistas Vendedores Pessoas Físicas	Ygor Alessandro de Moura, Paulo José Iasz de Moraes e Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto.
Ações	129.193.189 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Companhia, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, objeto da Oferta, sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
Ações Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) foi, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em aproximadamente 5,4% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em 6.636.329 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicadas na página 38 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas.
Ações Alocação Lock-up	Montante de aproximadamente 5% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), alocado prioritariamente aos Investidores da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , no âmbito da Alocação Varejo <i>Lock-up</i> .
Ações da Oferta de Varejo	Montante de 10% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizaram Pedido de Reserva.
Ações do Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais) poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 18.383.529 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas, conforme Opção de Ações do Lote Suplementar.

Ações em Circulação (Free Float) após a Oferta	São as ações ordinárias de emissão da Companhia menos as de propriedade dos acionistas controladores, de diretores, de conselheiros de administração e as em tesouraria. Na data deste Prospecto, a Companhia possuía 58.149.220 ações ordinárias, representativas de 33,03% do seu capital social em circulação. Após a realização da Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar Ações do Lote Suplementar), um montante de 151.631.470 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 62,38% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, um montante de 160.387.557 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 65,98% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 38 deste Prospecto.
Ações Sem Alocação Prioritária	Montante de aproximadamente 5% da totalidade das Ações ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), alocado aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária.
Agente Estabilizador ou Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Itau BBA USA Securities, Inc., Santander Investment Securities Inc. e Goldman Sachs & Co. LLC, considerados em conjunto.
Alocação Varejo Lock-up	Alocação prioritária aos Investidores da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , no âmbito da Oferta de Varejo.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreo S.A., a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 29 da Instrução CVM 400, informando acerca do resultado final da Oferta, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 62 deste Prospecto.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreo S.A., divulgado em 29 de janeiro de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na forma do artigo 52 da Instrução CVM 400, informando acerca do início do Prazo de Distribuição das Ações, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 62 deste Prospecto.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a eventual suspensão, cancelamento, revogação ou modificação da Oferta, a ser divulgado pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta na rede mundial de computadores, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 62 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Primária, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, incluindo seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 27 de outubro de 2020, sob o nº 449.591/20-7 e publicada no DOESP e no jornal “Diário Comercial” em 7 de novembro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de janeiro de 2021, cuja ata será devidamente publicada no jornal “Diário Comercial” e no DOESP no dia subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início e registrada na JUCESP.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive a aprovação do Preço por Ação, foi aprovada pelo Magnólia FIP na forma de seu regulamento em 15 de outubro de 2020. Não foi necessária qualquer aprovação societária pela SMZXP ou pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, e a fixação do Preço por Ação.

Assessor Independente da Companhia e dos Acionistas Vendedores

A Vinci Partners atuará na qualidade de assessor financeiro independente da Companhia e dos Acionistas Vendedores, atuando em todo o processo da oferta pública, desde o seu planejamento até a efetiva liquidação das ações da Oferta, incluindo o seguinte: (i) assessoria no *valuation* da Companhia; (ii) assessoria na preparação das apresentações de *marketing* para potenciais investidores; (iii) coordenação da elaboração e revisão da documentação necessária para o registro da Oferta; e (iv) acompanhamento do processo de registro perante a CVM e a B3.

Aviso ao Mercado

Aviso ao Mercado da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A., divulgado nesta data, e novamente divulgado em 15 de janeiro de 2021 e em 25 de janeiro de 2021 pela Companhia e pelas Instituições Participantes da Oferta, na forma do artigo 53 da Instrução CVM 400, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 62 deste Prospecto.

Características das Ações	Para informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja item “Informações Sobre a Oferta – Características das Ações”, na página 48 deste Prospecto.
Comunicado ao Mercado Referente à Modificação de Condições da Oferta e Abertura de Prazo de Desistência	Comunicado ao Mercado Referente à Modificação de Condições da Oferta e Abertura de Prazo para Desistência no Âmbito da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A., divulgado em 25 de janeiro de 2021, informando que a Oferta foi modificada e, conseqüentemente, o Prospecto Preliminar e o Aviso ao Mercado foram ajustados para: em razão de exigências formuladas pela CVM no âmbito do pedido de registro da Oferta, incluir informações adicionais relativas ao risco de descumprimento, pela Companhia de condição restritiva prevista em determinados contratos financeiros da Companhia, qual seja a manutenção de índice de endividamento líquido igual ou inferior a 2,5x (“ Covenant Financeiro ”), incluindo: (a) a classificação do referido risco dentre os 5 (cinco) principais fatores de risco da Companhia descritos na seção “Sumário da Companhia” deste Prospecto; (b) ajuste da seção “Destinação de Recursos” deste Prospecto para incluir avaliação sobre o reflexo de eventual necessidade de repagamento de dívidas decorrentes de declaração de vencimento antecipado por não atendimento ao <i>Covenant Financeiro</i> ; (c) menção de que as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 poderão ser divulgadas durante o período de <i>Lock-up</i> Oferta de Varejo de modo que caso os <i>Covenant Financeiro</i> poderá ser descumprido enquanto estiver vigente o período de <i>Lock-up</i> Oferta de Varejo; e (d) inclusão de evento recente na seção “Sumário da Companhia” do Prospecto Preliminar com informações a respeito da necessidade de atendimento pela Companhia do <i>Covenants Financeiro</i> , com referência ao risco aplicável em caso de descumprimento de tal <i>Covenant Financeiro</i> pela Companhia. Adicionalmente, tendo em vista a abertura do período de desistência informada pelo Comunicado ao Mercado Referente à Modificação de Condições da Oferta e Abertura de Prazo de Desistência, o cronograma tentativo da Oferta foi ajustado exclusivamente para prever os prazos de início e término do período de desistência.
Contrato de Distribuição	Contrato de Coordenação, Distribuição e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e, na qualidade de interveniente anuente, a B3.
Contrato de Distribuição Internacional	<i>Placement Facilitation Agreement</i> , celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A., celebrado entre os Acionistas Vendedores, na qualidade de doadores, o Agente Estabilizador, na qualidade de tomador, e a Corretora.

Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A., celebrado entre a Companhia, os Acionistas Vendedores, o Agente Estabilizador, a Corretora e, na qualidade de intervenientes anuentes, os demais Coordenadores da Oferta, que rege os procedimentos para a realização de operações de estabilização de preços das ações de emissão da Companhia no mercado brasileiro pelo Agente Estabilizador, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenadores da Oferta	O Coordenador Líder, o Santander e o Goldman Sachs.
Corretora	Santander CCVM S.A.
Cronograma Tentativo da Oferta	Para informações acerca dos principais eventos a partir da divulgação do Anúncio de Início, veja a seção “Informações sobre a Oferta – Cronograma Tentativo da Oferta”, na página 61 deste Prospecto.
Data de Liquidação	Data da liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), que deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data de divulgação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar	Data da liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, que ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contados do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.
Deliberação CVM 476	Deliberação da CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005.
Destinação dos Recursos	<p>Os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, após a dedução das comissões e das despesas estimadas pela Companhia no âmbito da Oferta, serão destinados para (i) aquisição de participação societária remanescente em sociedades controladas da Companhia, mediante o exercício das opções de compra de ações que possui em relação à tais sociedades após a Oferta; (ii) aquisição de dez sociedades franqueadas da Companhia, as quais possuem um total de 78 franquias, sobre as quais a Companhia já celebrou memorandos de entendimento com a finalidade de estabelecer os termos e condições de mecanismos de opções de compra da totalidade das participações societárias de tais sociedades franqueadas; e (iii) outras iniciativas de expansão.</p> <p>Os recursos líquidos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente repassados aos Acionistas Vendedores, na respectiva proporção, inclusive os resultantes da distribuição das Ações Adicionais e de eventual exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar.</p> <p>Para informações adicionais, veja a seção “Destinação dos Recursos” na página 95 deste Prospecto.</p>

Disponibilização de anúncios e avisos da Oferta

O Aviso ao Mercado, o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta, serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3. Para informações adicionais, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 62 deste Prospecto.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de disponibilizar os anúncios e avisos relacionados à Oferta, bem como o Prospecto Preliminar e este Prospecto Definitivo, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

Fatores de Risco

Os investidores devem ler as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, descritos nas páginas 20 e 66, respectivamente, deste Prospecto, e na seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para ciência dos riscos que devem ser considerados antes de decidir investir nas Ações.

Garantia Firme de Liquidação

Consiste na obrigação individual e não solidária de subscrição/aquisição e integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição.

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição; e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação definido conforme o Procedimento de *Bookbuilding*. Tal Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, deferido os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado este Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 47 deste Prospecto.

Goldman Sachs

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Inadequação da Oferta	<p>Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações. Os investidores devem ler atentamente as seções deste Prospecto e do Formulário de Referência que tratam sobre “<i>Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações</i>”.</p>
Informações Adicionais	<p>Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços e telefones indicados na seção “Informações sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 63 deste Prospecto.</p> <p>A Oferta está sujeita à prévia análise e aprovação da CVM, sendo que os registros da Oferta foram requeridos junto à CVM em 9 de novembro de 2020.</p> <p>Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto, ao Formulário de Referência ou informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3 indicadas na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 63 deste Prospecto.</p>
Instituição Financeira Escrituradora das Ações	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instituições Consorciadas	Determinadas instituições intermediárias autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro, credenciadas junto à B3, convidadas a participar da Oferta para efetuar esforços de colocação das Ações exclusivamente junto aos Acionistas e aos Investidores Não Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Coordenadores da Oferta e Instituições Consorciadas, considerados em conjunto.
Investidores da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i>	Investidores Não Institucionais que concordaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o <i>Lock-up</i> Oferta de Varejo.
Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária	Investidores Não Institucionais que não sejam caracterizados como Investidores da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> .

Investidores Estrangeiros	Os Investidores Estrangeiros contemplam: (i) nos Estados Unidos investidores institucionais qualificados (<i>qualified institutional buyers</i>), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, conforme definidos na Regra 144A do <i>Securities Act</i> editada pela SEC, em operações isentas de registro, previstas no <i>Securities Act</i> e nos regulamentos editados ao amparo do <i>Securities Act</i> , bem como nos termos de quaisquer outras regras federais e estaduais dos Estados Unidos sobre títulos e valores mobiliários; e (ii) nos demais países, exceto os Estados Unidos e o Brasil, os investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos ou não constituídos de acordo com as leis dos Estados Unidos da América (<i>non-U.S. persons</i>), nos termos do Regulamento S, editado pela SEC, no âmbito do <i>Securities Act</i> , e observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, em ambos os casos, desde que tais Investidores Estrangeiros invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 4.373, e pela Resolução CVM 13, ou pela Lei 4.131.
Investidores Institucionais	Investidores Institucionais Locais e Investidores Estrangeiros, considerados em conjunto.
Investidores Institucionais Locais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3 e investidores que sejam considerados profissionais ou qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, que não sejam consideradas Investidores Não Institucionais, além de fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, carteiras administradas discricionárias, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central, condomínios destinados à aplicação em carteira de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na B3, seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e de capitalização, investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, inexistindo para estes, valores mínimos e máximos.
Investidores Não Institucionais	Investidores pessoas físicas e jurídicas, e clubes de investimento registrados na B3, nos termos da regulamentação vigente, em qualquer caso, residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, que não sejam considerados Investidores Institucionais, que formalizaram Pedido de Reserva durante o Período de Reserva ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, junto a uma única Instituição Consorciada, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, nos termos da Instrução CVM 539.

Lock-up Oferta de Varejo	Obrigação, aplicável aos Investidores Não Institucionais que subscreveram/adquiriram Ações no âmbito da Alocação Varejo <i>Lock-up</i> , pelo prazo de 45 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, de não, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações. Como condição para a participação na Alocação Varejo <i>Lock-up</i> , cada Investidor da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> , ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizou seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do <i>Lock-up</i> Oferta de Varejo. Não obstante o <i>Lock-up</i> Oferta de Varejo, as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Alocação Varejo <i>Lock-up</i> poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Alocação Varejo <i>Lock-up</i> que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3.
Negociação na B3	As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “ESPA”. A adesão ao Novo Mercado está sujeita à realização da Oferta.
Oferta	Em conjunto, (i) a Oferta Primária e (ii) a Oferta Secundária.
Oferta de Varejo	Distribuição de 10% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), definido a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, destinada prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizaram Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, sendo que: (i) o montante de aproximadamente 5% das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) foi prioritariamente alocado aos Investidores da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> ; e (ii) o montante de aproximadamente 5% das Ações inicialmente ofertadas (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) foi alocado aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária.

Oferta Institucional	Após o atendimento aos Pedidos de Reserva, as Ações remanescentes que não foram colocadas na Oferta de Varejo, foram destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não tendo sido admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem tendo sido estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional assumiu a obrigação de verificar se cumpriu com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de <i>Bookbuilding</i> .
Oferta Primária	A distribuição primária de, inicialmente, 67.039.106 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Oferta Secundária	A distribuição secundária de, 62.154.083 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob coordenação dos Coordenadores da Oferta, com a participação das Instituições Consorciadas, junto a Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, com esforços de colocação das Ações no exterior realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, exclusivamente junto a Investidores Estrangeiros.
Opção de Ações do Lote Suplementar	Opção de distribuição das Ações do Lote Suplementar, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a ser outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito da Oferta. O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

Pedido de Reserva	Formulário específico, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto nas circunstâncias ali previstas, para a subscrição/aquisição de Ações no âmbito da Oferta de Varejo, firmado por Investidores Não Institucionais e por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas com uma única Instituição Consorciada durante o Período de Reserva e durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme o caso.
Período de Reserva	Período compreendido entre 15 de janeiro de 2021, inclusive, e 27 de janeiro de 2021, inclusive, destinado à efetivação dos Pedidos de Reserva pelos Investidores Não Institucionais.
Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	Período compreendido entre 15 de janeiro de 2021, inclusive, e 18 de janeiro de 2021, inclusive, data esta que antecedeu em pelo menos 7 dias úteis a conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , destinado à formulação de Pedido de Reserva pelos Investidores Não Institucionais que sejam considerados Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Para fins da presente Oferta, e nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400 e do artigo 1º, inciso VI, da Instrução CVM 505, serão consideradas pessoas vinculadas à Oferta os investidores que sejam (i) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores da Companhia, dos Acionistas Vendedores e/ou outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau; (ii) controladores pessoa física ou jurídica e/ou administradores das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional; (iii) empregados, operadores e demais prepostos das Instituições Participantes da Oferta e/ou dos Agentes de Colocação Internacional diretamente envolvidos na estruturação e distribuição da Oferta; (iv) agentes autônomos que prestem serviços às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (v) demais profissionais que mantenham, com as Instituições Participantes da Oferta e/ou com os Agentes de Colocação Internacional, contrato de prestação de serviços diretamente relacionados à atividade de intermediação ou de suporte operacional no âmbito da Oferta; (vi) sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelas Instituições Participantes da Oferta e/ou pelos Agentes de Colocação Internacional, desde que diretamente envolvidos na Oferta; (vii) sociedades controladas, direta ou indiretamente por pessoas físicas ou jurídicas vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou aos Agentes de Colocação Internacional desde que diretamente envolvidas na Oferta; (viii) cônjuge ou companheiro e filhos menores das pessoas mencionadas nos itens (ii) a (v) acima; (ix) clubes e fundos de investimento cuja maioria das cotas pertença a pessoas vinculadas, salvo se geridos discricionariamente por terceiros não vinculados; e (x) a Vinci Partners e/ou pessoas a ela ligadas (inclusive qualquer veículo sob sua gestão ou administração).
Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Preço por Ação	No contexto da Oferta, o Preço por Ação foi fixado em R\$17,90.

O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de Bookbuilding. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta, e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação”, na página 75 deste Prospecto.

Procedimento de *Bookbuilding*

Procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400.

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, em até 20% da quantidade de ações inicialmente ofertada. No entanto, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não foi permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, foram permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, não foram considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas. **Para mais informações, leia a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, neste Prospecto.**

Público Alvo da Oferta	Investidores Não Institucionais e Investidores Institucionais, considerados em conjunto.
Rateio Varejo	Rateio Varejo <i>Lock-up</i> e Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária, considerados em conjunto.
Rateio Varejo <i>Lock-up</i>	Rateio que seria, mas não foi, realizado entre os Investidores da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> que apresentaram Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, caso o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo <i>Lock-up</i> excedesse o total de Ações Alocação <i>Lock up</i> .
Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária	Rateio realizado entre os Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentaram Pedido de Reserva da Oferta Varejo proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva Oferta Varejo, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações, tendo em vista que o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária excedeu o total de Ações Sem Alocação Prioritária.
Restrições à Negociação das Ações (<i>Lock-up</i>)	A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigaram-se perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, observadas as restrições e exceções adicionais previstas no Contrato de Distribuição Internacional e/ou nos respectivos <i>Lock-up Agreements</i> , pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não (i) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, vender qualquer opção ou contratar a compra, comprar qualquer opção, outorgar qualquer opção, direito ou garantia de aquisição, ou de qualquer outra forma transferir ou ceder, direta ou indiretamente, protocolar ou causar o protocolo de pedido de registro de oferta pública de distribuição no âmbito da <i>Securities Act</i> ou da legislação brasileira, em todos os casos em relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> , ou celebrar qualquer transação que teria efeito semelhante; (ii) celebrar qualquer contrato de <i>swap</i> , <i>hedge</i> ou outro acordo que transfira, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> , seja a transação negociada com ações de emissão da Companhia ou outros valores mobiliários, em dinheiro ou qualquer outra forma; (iii) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer das ações especificadas nos itens (i) e (ii) acima; ou (iv) demandar ou exercer qualquer direito relativo ao registro dos Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i> .

As vedações listadas acima não se aplicam: (i) aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* adquiridos no mercado secundário após o início de vigência dos *Lock-up Agreements*; (ii) a transferências de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* a familiares imediatos ou a um *trust*, desde que, anteriormente a tal transferência, o cessionário comprometa-se, por escrito, a respeitar os termos do respectivo *Lock-up Agreement* e confirme que, desde a data de celebração do respectivo *Lock-up Agreement*, esteve em conformidade ao respectivo *Lock-up Agreement*, tal transferência seja não onerosa ou qualquer protocolo por qualquer parte (doador, donatário, cedente ou cessionário) no âmbito do *Securities Act* ou de qualquer outra forma seja exigido ou seja voluntariamente feito qualquer registro com relação a tal transferência; (iii) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se, por escrito, a respeitar os termos do respectivo *Lock-up Agreement* e confirme que, desde a data de celebração do respectivo *Lock-up Agreement*, esteve em conformidade ao respectivo *Lock-up Agreement* e tal doação seja feita a título não oneroso; (iv) transferências a quaisquer afiliadas, conforme definidas na *Rule 405* do *Securities Act*, dos signatários do respectivo *Lock-up Agreement*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se por escrito a respeitar os termos do respectivo *Lock-up Agreement* e confirme que ele estava observando os seus termos desde a data de celebração do respectivo *Lock-up Agreement* e tal transferência seja feita a título não oneroso; (v) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do respectivo *Lock-up Agreement* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição; (vi) em relação a emissões de ações em razão do exercício de opções de compra de ações da Companhia pelos funcionários da Companhia no âmbito do primeiro plano de opções da Companhia atualmente vigente, desde que tal emissão e transferência seja realizada pela Companhia; (vii) transferência realizadas em decorrência da lei, como em razão da regulação aplicável a sucessões, efeitos de fusões ou incorporações, ou em razão de divórcios; ou (viii) com o consentimento prévio dos Agentes de Colocação Internacional. A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, inclusive pelos seus acionistas controladores, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de *lock-up* pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 68 deste Prospecto.**

Termo de Aceitação	Modelo de ato de aceitação da Oferta Institucional elaborado nos termos da Deliberação 860, o qual foi previamente apresentado à CVM e utilizado pelos Coordenadores da Oferta para fins de cumprimento do disposto em referido Deliberação CVM 860.
Valor Total da Oferta	R\$2.312.558.083,10, considerando o Preço por Ação, e considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.
Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva	O valor mínimo de pedido de investimento é de R\$3.000,00 e o valor máximo de pedido de investimento é de R\$1.000.000,00 por Investidor Não Institucional.
Valores Mobiliários Sujeitos ao <i>Lock-up</i>	Ações ordinárias de emissão da Companhia ou quaisquer valores mobiliários conversíveis, exercíveis ou permutáveis por ações ordinárias de emissão da Companhia.
Veracidade das Informações	A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder, prestaram declarações de veracidade a respeito das informações constantes deste Prospecto, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, as quais se encontram anexas a este Prospecto a partir da página 123.

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição do Capital Social da Companhia

Na data deste Prospecto, o capital social da Companhia é de R\$98.403.252,05, totalmente subscrito e integralizado, representado por 176.031.660 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Nos termos do Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, até o limite de 240.000.000 ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão, a quantidade de ações ordinárias a serem emitidas e as demais condições de subscrição e integralização de tais ações dentro do capital autorizado, assim como a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia.

Os quadros abaixo indicam a composição do capital social da Companhia integralmente subscrito e integralizado, na data deste Prospecto, e a previsão após a conclusão da Oferta, considerando os efeitos da eventual subscrição acima. Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	176.031.660	98.403.252,05	243.070.766	1.298.403.249,45
Total.....	176.031.660	98.403.252,05	243.070.766	1.298.403.249,45

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,90.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e considerando as Ações do Lote Suplementar:

Espécie e Classe das Ações	Composição Atual		Composição Após a Oferta	
	Quantidade	Valor (em R\$)	Quantidade	Valor ⁽¹⁾⁽²⁾ (em R\$)
Ordinárias.....	176.031.660	98.403.252,05	243.070.766	1.298.403.249,45
Total.....	176.031.660	98.403.252,05	243.070.766	1.298.403.249,45

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,90.

(2) Sem dedução das comissões e das despesas da Oferta, tributos e outras retenções. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Principais Acionistas e Administradores da Companhia

Os quadros abaixo indicam a quantidade de ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos acionistas titulares de 5% ou mais de ações ordinárias de emissão da Companhia e Administradores, na data deste Prospecto e a previsão para após a conclusão da Oferta.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Magnólia FIP	58.149.220	33,03	22.438.281	9,23
SMZXP	13.826.660	7,85	10.369.995	4,27
Ygor Alessandro de Moura	57.479.380	32,65	43.109.535	17,74
Paulo José Iasz de Moraes	32.374.020	18,39	26.384.826	10,85
Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto.....	14.202.380	8,07	11.574.940	4,76
Ações em tesouraria	0	0,00	0	0,00
Administradores ⁽¹⁾	0	0,00	0	0,00
Outros	0	0,00	129.193.189	53,15
Total.....	176.031.660	100,00	243.070.766	100,00

(1) Não considera as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Srs. Ygor Alessandro de Moura e Paulo José Iasz de Moraes, que são Administradores.

Na hipótese de colocação total das Ações, considerando as Ações Adicionais e considerando as Ações do Lote Suplementar:

Acionista	Antes da Oferta		Após a Oferta	
	Ações Ordinárias	%	Ações Ordinárias	%
Magnólia FIP	58.149.220	33,03	12.810.839	5,27
SMZXP	13.826.660	7,85	9.225.394	3,80
Ygor Alessandro de Moura	57.479.380	32,65	38.351.265	15,78
Paulo José Iasz de Morais	32.374.020	18,39	24.401.631	10,04
Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto.....	14.202.380	8,07	10.704.919	4,40
Administradores ⁽¹⁾	0	0,00	0	0,00
Ações em tesouraria	0	0,00	0	0,00
Outros	0	0,00	147.576.718	60,71
Total.....	176.031.660	100,00	243.070.766	100,00

⁽¹⁾ Não considera as ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pelos Srs. Ygor Alessandro de Moura e Paulo José Iasz de Morais, que são Administradores.

Acordo de Acionistas

Em 27 de dezembro de 2016, Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (que passou a incorporar a totalidade dos direitos e obrigações da CMN Solutions A0401 Participações S.A.), Ygor Alessandro de Moura, Paulo José de Iasz de Morais, Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto e SMZXP Participações Ltda. celebraram um acordo de acionistas, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, o qual estabelece determinadas previsões em relação aos negócios da Companhia, dentre as quais o quórum a ser observado em relação a aprovação de matérias em assembleia geral e reuniões do conselho, a indicação de membros do conselho de administração dos representantes dos acionistas e ainda determinadas restrições à transferência de ações pelos acionistas (“**Acordo de Acionistas Magnólia FIP**”).

Na mesma data, Ygor Alessandro de Moura; Paulo José de Iasz de Morais, Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto e SMZXP Participações Ltda. celebraram um acordo de acionistas para estabelecer determinadas previsões em relação aos negócios da Companhia, dentre as quais a de que toda deliberação social a ser tomada em assembleia geral e reunião do conselho de administração deverá ser precedida de reunião prévia a ser realizada pelos representantes de cada grupo de acionistas, bem como a indicação de membros do conselho de administração dos representantes dos acionistas (“**Acordo de Acionistas Fundadores**”).

Os signatários do Acordo de Acionistas Magnólia FIP celebraram, em 4 de janeiro de 2021, um novo acordo de acionistas, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, o qual estabelece determinadas previsões em relação aos negócios da Companhia, dentre as quais determinadas matérias de competência da Assembleia Geral em relação às quais deverão ser realizadas reuniões prévias para a definição de voto entre os signatários, a indicação de membro efetivo e suplente ao Conselho de Administração, nomeação de membros de comitês criados pelo Conselho de Administração e a indicação de um observador para as reuniões do Conselho de Administração da Companhia. Este acordo não possui cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las. O referido acordo possui vigência de 20 anos contados da data de divulgação do Anúncio de Início, podendo ser automaticamente prorrogado por igual período caso nenhum acionista se manifestar sobre sua intenção de não o renovar, por escrito, em até 6 meses antes do fim do prazo inicial.

Por fim, os signatários do Acordo de Acionistas Fundadores celebraram, em 4 de janeiro de 2021, um novo acordo de acionistas, o qual foi aditado em 23 de janeiro de 2021, nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, para estabelecer determinadas previsões em relação aos negócios da Companhia, dentre as quais a de que toda deliberação social a ser tomada em assembleia geral e reunião do conselho de administração deverá ser precedida de reunião prévia a ser realizada pelos representantes de cada grupo de acionistas, bem como a indicação de membros do Conselho de Administração. Este acordo possui cláusulas com determinadas restrições à transferência ou oneração de ações e à preferência para adquiri-las. O referido acordo possui vigência de 20 anos contados da data de divulgação do Anúncio de Início, podendo ser automaticamente prorrogado por igual período caso nenhum acionista se manifestar sobre sua intenção de não o renovar, por escrito, em até 6 meses antes do fim do prazo inicial.

Para mais informações a respeito do Acordo de Acionistas, veja os itens “4.1 – Fatores de Risco – (b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia” e “15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte” do Formulário de Referência, a partir da página 727 deste Prospecto.

Acionistas Vendedores, Quantidade de Ações Ofertadas, Montante e Recursos Líquidos

Segue abaixo descrição sobre os Acionistas Vendedores:

MAGNÓLIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA, fundo de investimento em participações multiestratégia, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 26.290.061/0001-24, representado pelo seu administrador, BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/ME 23.025.053/0001-62.

SMZXP PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.377.621/0001-21, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4800, Conjunto 61, CEP 05502-001.

YGOR ALESSANDRO DE MOURA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade CRM/SP nº 98.830 inscrito no CPF/ME sob o nº 651.412.881-53.

PAULO JOSÉ IASZ DE MORAIS, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.204.210-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 091.195.798-70.

TITO VIRGÍLIO AUGUSTO VEIGA PINTO, português, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 331.392-R SE/DPMAF/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 486.540.197-00.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

	Quantidade	Montante⁽¹⁾	Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾
		<i>(R\$)</i>	<i>(R\$)</i>
Companhia.....	67.039.106	1.199.999.997,40	1.143.430.969,55
Magnólia FIP	35.710.939	639.225.808,10	609.092.155,89
SMZXP	3.456.665	61.874.303,50	58.957.495,83
Ygor Alessandro de Moura	14.369.845	257.220.225,50	245.094.643,73
Paulo José Iasz de Morais	5.989.194	107.206.572,60	102.152.762,93
Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto.....	2.627.440	47.031.176,00	44.814.086,08
Total.....	129.193.189	2.312.558.083,10	2.203.542.114,01

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,90.

⁽²⁾ Com dedução das comissões e outros custos, despesas e tributos estimados da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

A tabela abaixo apresenta a quantidade de Ações a ser emitida pela Companhia e a ser alienada pelos Acionistas Vendedores, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	<u>Quantidade</u>	<u>Montante⁽¹⁾</u>	<u>Recursos Líquidos⁽¹⁾⁽²⁾</u>
		(R\$)	(R\$)
Companhia.....	67.039.106	1.199.999.997,40	1.144.631.126,12
Magnólia FIP	45.338.381	811.557.019,90	774.111.189,63
SMZXP	4.601.266	82.362.661,40	78.562.388,40
Ygor Alessandro de Moura	19.128.115	342.393.258,50	326.594.984,92
Paulo José Iasz de Morais	7.972.389	142.705.763,10	136.121.215,57
Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto.....	3.497.461	62.604.551,90	59.715.932,42
Total.....	147.576.718	2.641.623.252,20	2.519.736.837,06

⁽¹⁾ Com base no Preço por Ação de R\$17,90.

⁽²⁾ Com dedução das comissões e outros custos, despesas e tributos estimados da Oferta. Valores estimados e, portanto, sujeitos a alterações.

Modificação da Oferta

Em razão do Comunicado ao Mercado Referente à Modificação de Condições da Oferta e Abertura de Prazo de Desistência, com a modificação dos termos da Oferta, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM nº 400, os Investidores Não Institucionais que já tenham aderido à Oferta por meio de celebração de Pedido de Reserva junto à respectiva Instituição Consorciada poderão desistir do seu Pedido de Reserva, até às 14h00 do dia 29 de janeiro de 2021, mediante comunicação à respectiva Instituição Consorciada na qual tenha efetuado seu Pedido de Reserva, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do Investidor Não Institucional em não revogar sua aceitação. Se o Investidor Não Institucional que revogar sua aceitação já tiver efetuado qualquer pagamento, os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva.

Assessor Independente da Companhia e dos Acionistas Vendedores

A Companhia e os Acionistas Vendedores contrataram a Vinci Partners para a prestação de serviços de assessoria financeira independente da Companhia e dos Acionistas Vendedores, atuando em todo o processo da oferta pública, desde o seu planejamento até a efetiva liquidação das ações da Oferta, incluindo o seguinte: (i) assessoria no *valuation* da Companhia; (ii) assessoria na preparação das apresentações de *marketing* para potenciais investidores; (iii) coordenação da elaboração e revisão da documentação necessária para o registro da Oferta; e (iv) acompanhamento do processo de registro perante a CVM e a B3. **Para informações sobre a remuneração do Assessor Independente da Companhia e dos Acionistas Vendedores, veja a seção “Custos de Distribuição”, na página 45 deste Prospecto.**

O Assessor Independente e/ou sociedades de seu grupo econômico não transacionou títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia nos últimos 12 meses.

Descrição da Oferta

A Oferta consiste na distribuição pública primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, com o Código ANBIMA, bem como com esforços de dispersão acionária nos termos do Regulamento do Novo Mercado e demais normativos aplicáveis, sob a coordenação dos Coordenadores da Oferta, e com a participação de determinadas Instituições Consorciadas.

Simultaneamente, foram realizados esforços de colocação das Ações no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros, exclusivamente no exterior, foram realizados nos termos do Contrato de Distribuição Internacional.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) foi, a critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, acrescida em aproximadamente 5,4% do total de Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações do Lote Suplementar), ou seja, em 6.636.329 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas proporções indicadas na página 38 deste Prospecto, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações Adicionais**").

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Ações inicialmente ofertada poderá (sem considerar as Ações Adicionais) ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15% do total das Ações inicialmente ofertado (sem considerar as Ações Adicionais), ou seja, em até 18.383.529 ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos Acionistas Vendedores, nas mesmas condições e ao mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas ("**Ações do Lote Suplementar**"), conforme opção outorgada pelos Acionistas Vendedores ao Agente Estabilizador, nos termos do Contrato de Distribuição, as quais serão destinadas, exclusivamente, para prestação dos serviços de estabilização de preço das Ações no âmbito Oferta ("**Opção de Ações do Lote Suplementar**"). O Agente Estabilizador terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início da negociação das Ações na B3, inclusive, de exercer a Opção de Ações do Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação, por escrito, aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação das ações ordinárias de emissão da Companhia seja tomada em comum acordo entre o Agente Estabilizador e os demais Coordenadores da Oferta quando da fixação do Preço por Ação. Conforme disposto no Contrato de Distribuição, as Ações do Lote Suplementar não serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta.

No âmbito da Oferta, a emissão das Ações pela Companhia será realizada com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, sendo que tal emissão será realizada dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social.

As Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) serão colocadas pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de Garantia Firme de Liquidação, de forma individual e não solidária, a ser prestada pelos Coordenadores da Oferta, de acordo com os limites individuais e demais disposições previstas no Contrato de Distribuição. As Ações que foram objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Lei do Mercado de Capitais.

As Ações não foram e poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no *Regulamento S* sem que haja registro ou isenção de registro nos termos da Regra 144A do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos e nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país.

Listagem e Negociação no Novo Mercado da B3

A Companhia voluntariamente solicitou à B3 adesão ao segmento de listagem do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3 que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e de divulgação de informações ao mercado mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações (“**Novo Mercado**” e “**Adesão ao Novo Mercado**”, respectivamente), condicionada à realização da Oferta.

As ações ordinárias de emissão da Companhia passarão a ser negociadas no Novo Mercado a partir do dia útil seguinte à divulgação do Anúncio de Início, sob o código “ESPA”. A Adesão ao Novo Mercado está sujeita à conclusão da Oferta.

A Companhia celebrou o Contrato de Participação no Novo Mercado com a B3, por meio do qual a Companhia aderiu às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado, segmento especial de negociação de valores mobiliários da B3, disciplinado pelo Regulamento do Novo Mercado, que estabelece regras diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações ao mercado a serem observadas pela Companhia, mais rigorosas do que aquelas estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações, observado que o referido contrato entrou em vigor na data de divulgação do Anúncio de Início. As principais regras relativas ao Regulamento do Novo Mercado estão descritas de forma resumida no item “12.12 – Outras informações relevantes” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Para mais informações sobre a negociação das Ações na B3, consulte uma instituição autorizada a operar na B3.

Recomenda-se a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, para informações adicionais sobre a Companhia, incluindo seu setor de atuação, suas atividades e situação econômica e financeira, e os fatores de risco que devem ser considerados antes da decisão de investimento nas Ações, em especial a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência da Companhia, e a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, na página 66 deste Prospecto.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta, mediante aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto em seu estatuto social, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, incluindo seus termos e condições, bem como a adesão da Companhia ao segmento de listagem do Novo Mercado foram aprovadas em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 15 de outubro de 2020, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 27 de outubro de 2020, sob o nº 449.591/20-7 e publicada no DOESP e no jornal “Diário Comercial” em 7 de novembro de 2020.

O Preço por Ação e o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite de capital autorizado previsto no Estatuto Social, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de janeiro de 2021, cuja ata será devidamente publicada no jornal “Diário Comercial” e no DOESP no dia subsequente à data de disponibilização do Anúncio de Início e registrada na JUCESP.

A realização da Oferta Secundária, bem como seus termos e condições, inclusive a aprovação do Preço por Ação, foi aprovada pelo Magnólia FIP na forma de seu regulamento em 15 de outubro de 2020. Não foi necessária qualquer aprovação societária pela SMZXP ou pelos Acionistas Vendedores Pessoas Físicas para a participação na Oferta Secundária incluindo a venda das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, e a fixação do Preço por Ação.

Instituições Participantes da Oferta

Os Coordenadores da Oferta, em nome da Companhia e dos Acionistas Vendedores, convidaram as Instituições Consorciadas para participar da colocação das Ações, exclusivamente, junto a Investidores Não Institucionais.

Preço por Ação

No contexto da Oferta, o Preço por Ação foi fixado em R\$17,90.

O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento realizado exclusivamente junto a Investidores Institucionais pelos Coordenadores da Oferta, no Brasil, conforme previsto no Contrato de Distribuição, e pelos Agentes de Colocação Internacional, no exterior, conforme previsto no Contrato de Distribuição Internacional, em consonância com o disposto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400 (“**Procedimento de *Bookbuilding***”).

O Preço por Ação foi calculado tendo como parâmetro as indicações de interesse em função da qualidade e quantidade da demanda (por volume e preço) por Ações coletadas junto a Investidores Institucionais, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério para determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações a serem subscritas/adquiridas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de investimento nas Ações no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações. **Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.**

Foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*, em até 20% da quantidade de ações inicialmente ofertada. No entanto, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), não foi permitida a colocação de Ações a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo sido as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

As Pessoas Vinculadas às Instituições Participantes da Oferta e/ou a quaisquer dos Agentes de Colocação Internacional, puderam realizar seus respectivos Pedidos de Reserva ou intenções de investimento, conforme o caso, somente por meio da entidade a que estiverem vinculadas.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo transações de *total return swap*), foram permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, e não foram considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas no âmbito da Oferta para fins do artigo 55 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros (i) não sejam Pessoas Vinculadas, e (ii) se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações”, na página 73 deste Prospecto.**

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação. Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação”, na página 69 deste Prospecto.

Ações em Circulação (*Free Float*) após a Oferta

Na data de divulgação deste Prospecto, a Companhia possuía 58.149.220 ações ordinárias, representativas de 33,03% do seu capital social em circulação. Após a realização da Oferta (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar Ações do Lote Suplementar), um montante de 151.631.470 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 62,38% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, um montante de 160.387.557 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de 65,98% do seu capital social, estarão em circulação no mercado. Para mais informações, ver seção “Informações sobre a Oferta – Composição do Capital Social da Companhia” na página 38 deste Prospecto e seções 15.1/15.2 e 15.3 do Formulário de Referência.

Cumprе ressaltar que, de acordo com o disposto no Regulamento do Novo Mercado, o percentual mínimo de ações em circulação que deve ser mantido pelas sociedades que aderirem ao Novo Mercado é de 25% do total do capital social de tais sociedades, de modo que, após a realização da Oferta, a Companhia deverá manter ações representativas de, no mínimo, 25% do seu capital social em circulação (*free float*).

Custos de Distribuição

As comissões a serem pagas aos Coordenadores da Oferta, bem como as despesas com auditores, advogados, traduções, taxas de registro e outras despesas descritas abaixo serão suportadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, na proporção das Ações ofertadas por cada um deles. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A Companhia arcará juntamente com os Acionistas Vendedores com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará com as comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma”, na página 74 deste Prospecto.**

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽⁸⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta⁽⁸⁾	Custo unitário por Ação⁽⁸⁾
	<i>(R\$)</i>		<i>(R\$)</i>
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	13.875.348,49	0,60%	0,11
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	41.626.045,49	1,80%	0,32
Comissão de Garantia Firme ⁽³⁾	13.875.348,49	0,60%	0,11
Comissão de Incentivo ⁽⁵⁾	11.562.790,42	0,50%	0,09
Total de Comissões	80.939.532,89	3,50%	0,63
Despesas da Oferta			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	8.644.897,54	0,37%	0,07
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,03%	0,00
Taxa de Registro na B3	875.256,62	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA	97.289,32	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas	10.252.072,20	0,44%	0,08
Despesas com Advogados ⁽⁶⁾	4.000.000,00	0,17%	0,03
Despesas com Auditores Independentes	2.800.000,00	0,12%	0,02
Despesas com Assessor Independente da Companhia e dos Acionistas Vendedores	10.000.000,00	0,43%	0,08
Outras Despesas ⁽⁷⁾	1.024.364,00	0,04%	0,01
Total de Outras Despesas	17.824.364,00	0,77%	0,14
Total de Despesas	28.076.436,20	1,21%	0,22
Total de Comissões e Despesas	109.015.969,09	4,71%	0,84

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,90.

(2) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações, (ii) pelo Preço por Ação.

(3) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações, (ii) pelo Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(4) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações, (ii) pelo Preço por Ação.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de 0,5%, que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e consultores.

(8) Considerando as Ações Adicionais, mas sem Ações do Lote Suplementar.

A tabela abaixo indica as comissões e as despesas da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações da Oferta, considerando Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

Comissões e Despesas	Valor total⁽¹⁾⁽⁸⁾	% em relação ao Valor Total da Oferta⁽⁸⁾	Custo unitário por Ação⁽⁸⁾
	<i>(R\$)</i>		<i>(R\$)</i>
Comissões da Oferta⁽²⁾			
Comissão de Coordenação ⁽²⁾	18.811.326,03	0,71%	0,13
Comissão de Colocação ⁽⁴⁾	46.562.023,03	1,76%	0,32
Comissão de Garantia Firme ⁽³⁾	13.875.348,49	0,53%	0,09
Comissão de Incentivo ⁽⁵⁾	13.208.116,27	0,50%	0,09
Total de Comissões	92.456.813,82	3,50%	0,63
Despesas da Oferta			
Impostos, Taxa e Outras Retenções.....	9.875.022,17	0,37%	0,07
Taxa de Registro na CVM.....	634.628,72	0,02%	0,00
Taxa de Registro na B3.....	990.429,43	0,04%	0,01
Taxa de Registro na ANBIMA.....	105.157,00	0,00%	0,00
Total de Despesas com Taxas	11.605.237,32	0,44%	0,08
Despesas com Advogados ⁽⁶⁾	4.000.000,00	0,15%	0,03
Despesas com Auditores Independentes.....	2.800.000,00	0,11%	0,02
Despesas com Assessor Independente da Companhia e dos Acionistas Vendedores.....	10.000.000,00	0,38%	0,07
Outras Despesas ⁽⁷⁾	1.024.364,00	0,04%	0,01
Total de Outras Despesas	17.824.364,00	0,67%	0,12
Total de Despesas	29.429.601,32	1,11%	0,20
Total de Comissões e Despesas	121.886.415,14	4,61%	0,83

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,90.

(2) Comissão de Coordenação composta de 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações, (ii) pelo Preço por Ação.

(3) Comissão de Garantia Firme composta de 20% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações, (ii) pelo Preço por Ação. Devida exclusivamente aos Coordenadores da Oferta, uma vez que prestarão Garantia Firme de Liquidação no âmbito da Oferta.

(4) Comissão de Colocação composta de 60% da remuneração base, aplicada sobre o produto resultante da multiplicação (i) da quantidade total de Ações, (ii) pelo Preço por Ação.

(5) A Comissão de Incentivo, conforme descrito pelo Contrato de Distribuição, constitui parte estritamente discricionária da remuneração a ser paga aos Coordenadores da Oferta, que independe de parâmetros objetivos e será paga a exclusivo critério da Companhia e dos Acionistas Vendedores, na proporção de suas Ações alocadas na Oferta, utilizando como parâmetro a sua percepção acerca do resultado da Oferta. A Comissão de Incentivo é de 0,5%, que, conforme descrita no Contrato de Distribuição, será aplicada sobre o valor total da Oferta, neste cenário, incluindo a totalidade das Ações, sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

(6) Despesas estimadas dos consultores legais da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, para o direito brasileiro e para o direito dos Estados Unidos.

(7) Incluídos os custos estimados com a apresentação para investidores (*roadshow*) e consultores.

(8) Considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

Para fins da Instrução CVM 400 e do artigo 3º do Anexo II do Código ANBIMA, não há outra remuneração devida pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores às Instituições Participantes da Oferta ou aos Agentes de Colocação Internacional, exceto pela remuneração descrita acima e pelos ganhos decorrentes da atividade de estabilização, bem como não existe nenhum outro tipo de remuneração que dependa do Preço por Ação.

Estabilização do Preço das Ações

O Agente Estabilizador, por intermédio da Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das ações ordinárias de emissão da Companhia na B3, a partir da data de assinatura do Contrato de Distribuição, inclusive, e por um período de até 30 dias contados da data de início de negociação das Ações na B3, inclusive, por meio de operações bursáteis de compra e venda de ações ordinárias de emissão da Companhia, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi previamente submetido à análise e aprovação da B3 e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM 476.

Não existe obrigação, por parte do Agente Estabilizador ou da Corretora, de realizar operações de estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento, observadas as disposições do Contrato de Estabilização. Assim, o Agente Estabilizador e a Corretora poderão escolher livremente as datas em que realizarão as operações de compra e venda das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito das atividades de estabilização, não estando obrigados a realizá-las em todos os dias ou em qualquer data específica, podendo, inclusive, interrompê-las e retomá-las a qualquer momento, a seu exclusivo critério.

A partir da presente data, o Contrato de Estabilização estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto ao Agente Estabilizador e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 63 deste Prospecto.

Características das Ações

As Ações conferirão a seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos atuais titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Estatuto Social, na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado, conforme vigentes nesta data, dentre os quais se incluem os seguintes:

- (a) direito de voto nas assembleias gerais da Companhia, sendo que cada ação ordinária de emissão da Companhia corresponde a um voto;
- (b) observadas as disposições aplicáveis na Lei das Sociedades por Ações, direito ao recebimento de dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, não inferior a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e dividendos adicionais e demais proventos de qualquer natureza eventualmente distribuídos por deliberação de assembleia geral ou pelo Conselho de Administração, conforme aplicável, que a Companhia vier a declarar a partir da data de divulgação do Anúncio de Início;
- (c) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia, nas mesmas condições asseguradas aos acionistas controladores da Companhia, no caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso do controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhe assegurar tratamento igualitário àquele dado aos acionistas controladores (*tag along*);
- (d) direito de alienar as ações ordinárias de emissão da Companhia em oferta pública de aquisição de ações a ser realizada pela Companhia ou pelos acionistas controladores da Companhia, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das ações ordinárias de emissão da Companhia no Novo Mercado (salvo hipóteses de dispensa previstas no Regulamento do Novo Mercado), pelo seu valor justo, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por instituição ou empresa especializada, de acordo com os critérios estabelecidos no artigo 4º, parágrafo 4º da Lei das Sociedades por Ações, bem como nos critérios aceitos pela CVM;
- (e) no caso de liquidação da Companhia, os acionistas terão direito de participar do acervo da Companhia, na proporção da sua participação no capital social, nos termos do artigo 109, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações;

- (f) direito de preferência na subscrição de novas ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição emitidos pela Companhia, conforme conferido pelo artigo 109, inciso IV, e artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) direito integral ao recebimento de dividendos e demais distribuições pertinentes às ações ordinárias de emissão da Companhia que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do Anúncio de Início; e
- (h) todos os demais direitos assegurados às ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, no Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

Para mais informações sobre os direitos, vantagens e restrições das ações ordinárias de emissão da Companhia, veja a seção “18. Valores Mobiliários” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Público Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta efetuarão a colocação das Ações para (i) Investidores Não Institucionais, em conformidade com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva; e (ii) Investidores Institucionais, no âmbito da Oferta Institucional.

Procedimento da Oferta

Após a divulgação do Aviso ao Mercado, bem como sua nova divulgação (com os logotipos das Instituições Consorciadas), a disponibilização do Prospecto Preliminar, o encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas e do Período de Reserva, a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a celebração do Contrato de Distribuição e do Contrato de Distribuição Internacional, a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a divulgação do Anúncio de Início e a disponibilização deste Prospecto Definitivo, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição pública das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) em regime de Garantia Firme de Liquidação, em conformidade com o disposto na Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Novo Mercado, por meio de três ofertas distintas, quais sejam: (i) uma Oferta de Varejo, destinada aos Investidores Não Institucionais; e (ii) uma Oferta Institucional, destinada aos Investidores Institucionais.

Os Coordenadores da Oferta, a Companhia e os Acionistas Vendedores elaboraram um plano de distribuição das Ações, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, e do Regulamento do Novo Mercado, no que diz respeito ao esforço de dispersão acionária, o qual levou em conta a criação de uma base acionária diversificada de acionistas, as relações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, observado que os Coordenadores da Oferta asseguraram: (i) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, (ii) o tratamento justo e equitativo aos investidores, em conformidade com o artigo 21 da Instrução CVM 400, e (iii) o recebimento prévio, pelas Instituições Participantes da Oferta, de exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória, assegurando o esclarecimento de eventuais dúvidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder.

Conforme faculdade prevista nos artigos 30 e 31 da Instrução CVM 400, não foi admitida distribuição parcial no âmbito da Oferta.

Em conformidade com o disposto no Código ANBIMA, os Coordenadores da Oferta recomendaram à Companhia e os Acionistas Vendedores a contratação de instituição para desenvolver atividades de formador de mercado em relação às Ações. No entanto, não houve contratação de formador de mercado no âmbito da Oferta.

Oferta de Varejo

A Oferta de Varejo foi realizada junto a Investidores Não Institucionais que realizaram solicitações de reserva antecipada mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, ou durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, em ambos os casos, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva.

Os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, não foram cancelados, mesmo tendo sido caso verificado de excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar).

Nos termos da Deliberação da CVM nº 860, de 22 de julho de 2020 (“**Deliberação CVM 860**”), com respaldo no parágrafo 2º do artigo 85 da Lei das Sociedades por Ações, no caso de a reserva antecipada efetuada pelo referido Investidor Não Institucional tenha sido efetivamente alocada no contexto da Oferta, o Pedido de Reserva preenchido por referido Investidor Não Institucional passou a ser o documento de aceitação de que trata a Deliberação CVM 860 por meio do qual referido Investidor Não Institucional aceitou participar da Oferta e subscrever/adquirir e integralizar/liquidar as Ações que foram a ele alocados.

No contexto da Oferta de Varejo e considerando que a Companhia deve envidar melhores esforços para atingir a dispersão acionária, o montante de 10% da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), definido a critério dos Coordenadores da Oferta, da Companhia e dos Acionistas Vendedores, foi destinado prioritariamente à colocação pública junto a Investidores Não Institucionais que realizaram Pedido de Reserva, nos termos do artigo 12 do Regulamento do Novo Mercado, de acordo com as condições ali previstas e o procedimento abaixo indicado, sendo que:

- (i) o montante de aproximadamente 5% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) foi prioritariamente alocado aos Investidores Não Institucionais que concordaram, em seus respectivos Pedidos de Reserva, com o *Lock-up* Oferta de Varejo (conforme definido abaixo) (“**Investidores da Oferta de Varejo Lock-up**”, “**Alocação Varejo Lock-up**” e “**Ações Alocação Lock-up**”, respectivamente);e
- (ii) o montante de aproximadamente 5% das Ações (considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) foi alocado aos demais Investidores Não Institucionais (“**Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária**” e “**Ações Sem Alocação Prioritária**”).

Considerando que a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais foi superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, houve Rateio Varejo (conforme abaixo definido).

Os Pedidos de Reserva foram efetuados pelos Investidores Não Institucionais de maneira irrevogável e irreatável, exceto pelo disposto nas alíneas (a), (c) e (e) abaixo e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 55, 56 e 59, respectivamente, deste Prospecto, observadas as condições do próprio instrumento de Pedido de Reserva, de acordo com as seguintes condições:

- (a) durante o Período de Reserva e o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, conforme aplicável, cada um dos Investidores Não Institucionais interessados em participar da Oferta realizou a reserva de Ações, mediante o preenchimento do Pedido de Reserva junto a uma única Instituição Consorciada, nos termos da Deliberação CVM 476, observados os Valores Mínimo e Máximo do Pedido de Reserva, sendo que tais Investidores Não Institucionais puderam estipular, no Pedido de Reserva, como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, um preço máximo por Ação, conforme previsto no artigo 45, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, sem necessidade de posterior confirmação. Caso o Investidor Não Institucional tenha estipulado um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva abaixo do Preço por Ação, o seu Pedido de Reserva foi automaticamente cancelado pela respectiva Instituição Consorciada, sendo os valores eventualmente depositados devolvidos no prazo máximo de 3 dias úteis contados da divulgação do Anúncio de Início, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer Tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). **Recomendou-se aos Investidores Não Institucionais interessados na realização de Pedido de Reserva que (i) lessem cuidadosamente os termos e condições estipulados no Pedido de Reserva, especialmente no que se refere aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta e as informações constantes do Prospecto Preliminar e, posteriormente, neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 66, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto; (ii) verificassem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiria (a) a abertura ou atualização de conta e/ou cadastro; e/ou (b) a manutenção de recursos em conta corrente nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva; (iii) verificassem com a Instituição Consorciada de sua preferência, antes de realizar o seu Pedido de Reserva, a possibilidade de débito antecipado da reserva por parte da Instituição Consorciada; e (iv) entrassem em contato com a Instituição Consorciada de sua preferência para obter informações mais detalhadas sobre o prazo estabelecido pela Instituição Consorciada para a realização do Pedido de Reserva ou, se for o caso, para a realização do cadastro na Instituição Consorciada, tendo em vista os procedimentos operacionais adotados por cada Instituição Consorciada;**
- (b) os Investidores Não Institucionais que tiveram interesse em participar da Alocação Varejo *Lock-up* devem, necessariamente, ter indicado no Pedido de Reserva que estavam de acordo com o *Lock-up* da Oferta de Varejo, sob pena de terem sido considerados Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária e não ter participado da Alocação Varejo *Lock-up*;

- (c) **os Investidores Não Institucionais indicaram, obrigatoriamente, no respectivo Pedido de Reserva, a sua qualidade ou não de Pessoa Vinculada, conforme o caso, sob pena de seu Pedido de Reserva ter sido cancelado pela respectiva Instituição Consorciada.** Tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), foi vedada a colocação de Ações junto a Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, com exceção daqueles realizados durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas, tendo sido os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente cancelados, e os valores depositados devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados do pedido de cancelamento do respectivo Pedido de Reserva;
- (d) após a concessão dos registros da Oferta pela CVM, a quantidade de Ações subscritas/adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não Institucionais serão informados a cada Investidor Não Institucional até às 12:00 horas do dia útil imediatamente seguinte à data de divulgação do Anúncio de Início pela Instituição Consorciada que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sendo o pagamento a ser feito de acordo com a alínea (e) abaixo limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de Rateio Varejo;
- (e) cada Investidor Não Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado na alínea (d) acima junto à Instituição Consorciada com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, até às 10:30 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, a Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado irá garantir a liquidação por parte do Investidor Não Institucional e o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado por tal Instituição Consorciada;
- (f) até às 16:00 horas da Data de Liquidação, a B3, em nome de cada Instituição Consorciada junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não Institucional o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, desde que efetuado o pagamento previsto acima, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nas alíneas (a), (c) e (e) acima e nas seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 55,56 e 59, respectivamente, deste Prospecto e a possibilidade de Rateio Varejo. Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações, desprezando-se a referida fração;
- (g) tendo em vista que o total das Ações da Oferta de Varejo objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* foi igual ou inferior ao montante de Ações da Oferta de Varejo, não houve rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* que apresentaram Pedido de Reserva (“**Rateio Varejo Lock-up**”), sendo integralmente atendidos todos os Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up*, de modo que as Ações da Oferta de Varejo remanescentes foram destinadas aos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária; e

(h) tendo em vista que o total de Ações objeto dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária excedeu o total de Ações Sem Alocação Prioritária, foi realizado rateio entre os respectivos Investidores da Oferta de Varejo Sem Alocação Prioritária que apresentaram Pedido de Reserva proporcionalmente ao valor dos respectivos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, as frações de Ações ("**Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária**" e, em conjunto com o Rateio Varejo *Lock-up*, "**Rateio Varejo**"). Como houve Rateio Varejo Sem Alocação Prioritária, os valores depositados em excesso serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada), no prazo máximo de 3 dias úteis contados da Data de Liquidação.

Para as hipóteses de suspensão, modificação, revogação ou cancelamento da Oferta, veja as seções “Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta”, “Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Violações de Normas de Conduta” nas páginas 55, 56 e 59, respectivamente, deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, não participaram da fixação do Preço por Ação.

Os Investidores Não Institucionais deverão realizar a integralização/liquidação das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, de acordo com o procedimento descrito acima. As Instituições Consorciadas somente atenderam aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não Institucionais titulares de conta nelas aberta ou mantida pelo respectivo Investidor Não Institucional.

Os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* que adquiriram/subscreveram Ações no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* não poderão, pelo prazo de 45 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título, tais Ações ("**Lock-up Oferta de Varejo**"). Dessa forma, como condição para a participação na Alocação Varejo *Lock-up*, cada Investidor da Oferta de Varejo *Lock-up*, ao realizar seu Pedido de Reserva, autorizou seu agente de custódia na Central Depositária gerida pela B3 a depositar tais Ações para a carteira mantida pela Central Depositária gerida pela B3 exclusivamente para este fim. Em qualquer hipótese, tais Ações ficarão bloqueadas na Central Depositária gerida pela B3 até o encerramento do *Lock-up* Oferta de Varejo. Não obstante o *Lock-up* Oferta de Varejo, as Ações adquiridas/subscritas no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* poderão ser outorgadas em garantia da Câmara de Compensação e Liquidação da B3, caso as Ações venham a ser consideradas elegíveis para depósito de garantia, de acordo com os normativos da B3, independentemente das restrições mencionadas acima. Neste caso, a Câmara de Compensação e Liquidação da B3 estará autorizada a desbloquear as Ações subscritas/adquiridas no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up* que foram depositadas em garantia para fins de excussão da garantia, nos termos dos normativos da B3. **Caso o preço de mercado das Ações venha a cair e/ou os Investidores da Oferta de Varejo *Lock-up* por quaisquer motivos venham a precisar de liquidez durante o período de *Lock-up* Oferta de Varejo e tendo em vista a impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações, referidas restrições poderão causar-lhes perdas. Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – Os Investidores Não Institucionais que subscreverem/adquirirem Ações no âmbito da Alocação Varejo *Lock-up*, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações” na página 70 deste Prospecto.**

Oferta Institucional

A Oferta Institucional foi realizada exclusivamente pelos Coordenadores da Oferta e pelos Agentes de Colocação Internacional junto a Investidores Institucionais.

Após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos da Oferta de Varejo, as Ações remanescentes que não foram colocadas na Oferta de Varejo, foram destinadas à colocação junto a Investidores Institucionais, por meio dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional, não tendo sido admitidas para tais Investidores Institucionais reservas antecipadas nem sendo estipulados valores mínimo ou máximo de investimento, uma vez que cada Investidor Institucional assumiu a obrigação de verificar se está cumprindo com os requisitos para participar da Oferta Institucional, para então apresentar suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

Tendo em vista que o número de Ações objeto de intenções de investimento recebidas de Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, excedeu o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, nos termos e condições descritos acima, tiveram prioridade no atendimento de suas respectivas intenções os Investidores Institucionais que, a critério da Companhia, dos Acionistas Vendedores e dos Coordenadores da Oferta, levando em consideração o disposto no plano de distribuição, nos termos do artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, melhor atenderam ao objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas, formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas da Companhia, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional.

Até às 16:00 horas do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação do Anúncio de Início, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional informarão aos Investidores Institucionais, por meio de seu endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone, fac-símile ou correspondência, sobre a quantidade de Ações que cada um deverá subscrever/adquirir e o Preço por Ação. A entrega das Ações deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante a integralização/liquidação à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, do valor resultante do Preço por Ação multiplicado pela quantidade de Ações alocadas ao respectivo Investidor Institucional, em conformidade com os procedimentos previstos no Contrato de Distribuição.

No contexto da Oferta Institucional, e conforme dispõe a Deliberação CVM 860, a subscrição/aquisição das Ações será formalizada mediante o ato de aceitação da Oferta pelo Investidor Institucional, o qual deverá ser realizado junto ao Coordenador com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento e, nos termos da Deliberação CVM 860, deverá, no mínimo, (i) conter as condições de subscrição/aquisição e de integralização/liquidação das Ações, (ii) esclarecer que não será admitida a distribuição parcial da Oferta (exceto pelas Ações Adicionais e pelas Ações do Lote Suplementar), (iii) conter esclarecimento sobre a condição de Pessoa Vinculada (ou não) à Oferta e (iv) conter declaração de que obteve cópia dos Prospectos, observado que tal formalização poderá ocorrer, inclusive, mediante o preenchimento e entrega, ao Coordenador com o qual tiver efetuado sua ordem de investimento, do modelo de termo de aceitação da Oferta previamente apresentado à CVM ("**Termo de Aceitação**"). As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou a revogação da Oferta caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta ou que o fundamento, que resultem em um aumento relevante nos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta.

Além disso, caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos investidores, ou as suas decisões de investimento, nos termos do artigo 45, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400, os Investidores Não Institucionais poderão desistir dos respectivos Pedidos de Reserva, sem quaisquer ônus, devendo, para tanto, informar sua decisão à Instituição Consorciada que tenha recebido seus respectivos Pedidos de Reserva (por meio de mensagem eletrônica, fac-símile ou correspondência enviada ao endereço da Instituição Consorciada) (a) até às 12:00 horas do 5º dia útil subsequente à data de disponibilização deste Prospecto Definitivo, no caso do item (i) acima; e (b) até às 14:00 horas do 5º dia útil subsequente à data em que o investidor for comunicado diretamente pela Instituição Consorciada sobre a suspensão ou a modificação da Oferta, nos casos dos itens (ii) e (iii) acima.

Adicionalmente, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no artigo 25, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400.

Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o encerramento do Prazo de Distribuição poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação, suspensão ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio de Anúncio de Retificação.

Em qualquer hipótese, a revogação ou cancelamento tornam ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida às Ações, no prazo de 3 dias úteis contados da data de divulgação da revogação, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Na hipótese de suspensão ou modificação da Oferta, nos termos dos artigos 20 e 27 da Instrução CVM 400, as Instituições Participantes da Oferta deverão acautelarem-se e certificar-se, no momento das aceitações da Oferta, de que o Investidor Não Institucional está ciente de que a Oferta foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições estabelecidas. Caso o Investidor Não Institucional já tenha aderido à Oferta, cada Instituição Participante da Oferta deverá comunicar diretamente, por correio eletrônico, correspondência física ou qualquer outra forma de comunicação passível de comprovação ao Investidor Não Institucional que tenha efetuado Pedidos de Reserva junto a tal Instituição Participante da Oferta a respeito da modificação efetuada.

Após a divulgação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão intenções no Procedimento de *Bookbuilding* e as Instituições Consorciadas só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis do recebimento da comunicação, não revogarem expressamente suas intenções no Procedimento de *Bookbuilding*, seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, os Coordenadores da Oferta e/ou as Instituições Consorciadas presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Suspensão ou Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro. Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até às 16:00 horas do 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a Oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de 3 dias úteis, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada).

Ademais, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta, nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, sujeito, no entanto, ao acolhimento, pela CVM, do pleito de revogação da Oferta.

Prazo de Distribuição

O prazo para a distribuição das Ações será (i) de até 6 meses contados da data de divulgação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400; ou (ii) até a data de divulgação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro (“**Prazo de Distribuição**”).

O término da Oferta e seu resultado serão anunciados mediante divulgação do Anúncio de Encerramento, com data limite para ocorrer em 28 de julho de 2021, em conformidade com o artigo 29 da Instrução CVM 400.

Liquidação

A liquidação física e financeira das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) deverá ser realizada dentro do prazo de até 2 dias úteis contados da data divulgação do Anúncio de Início (“**Data de Liquidação**”), de acordo com o disposto no Contrato de Distribuição. A liquidação física e financeira das Ações do Lote Suplementar, caso haja o exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar, ocorrerá dentro do prazo de até 2 dias úteis, contado do exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar (“**Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar**”).

As Ações, as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, conforme o caso, serão entregues aos respectivos investidores até as 16:00 horas da Data de Liquidação ou da Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme o caso. As Ações que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Estrangeiros, serão obrigatoriamente subscritas/adquiridas e integralizadas/liquidadas no Brasil junto aos Coordenadores da Oferta, em moeda corrente nacional, por meio dos mecanismos previstos na Resolução CMN 4.373 e na Resolução CVM 13, ou na Lei 4.131.

Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação

A garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta consiste na obrigação individual e não solidária de integralização/liquidação, pelos Coordenadores da Oferta, na Data de Liquidação, da totalidade das Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) que não forem integralizadas/liquidadas pelos investidores que as subscreverem/adquirirem na Oferta, na proporção e até os limites individuais de garantia firme de cada um dos Coordenadores da Oferta, conforme indicado no Contrato de Distribuição (“**Garantia Firme de Liquidação**”).

Caso as Ações (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar) efetivamente subscritas/adquiridas por investidores não tenham sido totalmente integralizadas/liquidadas na Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores da Oferta, observado o disposto no Contrato de Distribuição, realizará, de forma individual e não solidária, a integralização/liquidação, na Data de Liquidação, na proporção e até os limites individuais previstos no Contrato de Distribuição, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre (i) o número de Ações objeto da Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição e (ii) o número de Ações efetivamente integralizadas/liquidadas por investidores no mercado, multiplicado pelo Preço por Ação. Tal Garantia Firme de Liquidação é vinculante a partir do momento em que, cumulativamente, for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, deferido os registros da Oferta pela CVM, divulgado o Anúncio de Início e disponibilizado este Prospecto Definitivo, sendo eficaz a partir do momento em que forem cumpridas as condições suspensivas previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional.

Para fins do disposto no item 5 do Anexo VI, da Instrução CVM 400, em caso de exercício da Garantia Firme de Liquidação e posterior revenda das Ações junto ao público pelos Coordenadores da Oferta, nos termos do Contrato de Distribuição, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda dessas Ações será o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia, limitado ao Preço por Ação estabelecido conforme Procedimento de *Bookbuilding*, sendo certo que o disposto nesse parágrafo não se aplica às operações realizadas em decorrência das atividades previstas no Contrato de Estabilização, conforme disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Estabilização do Preço das Ações” na página 47 deste Prospecto.

Segue abaixo relação das Ações (sem considerar as Ações do Lote Suplementar) objeto de Garantia Firme de Liquidação prestada por cada um dos Coordenadores da Oferta:

Coordenadores da Oferta	Quantidade de Ações ⁽¹⁾	Quantidade de Ações ⁽²⁾	Percentual (%)
Coordenador Líder	42.894.900	45.217.615	35,00%
Santander.....	39.830.980	41.987.787	32,50%
Goldman Sachs.....	39.830.980	41.987.787	32,50%
Total.....	122.556.860	129.193.189	100,00%

(1) Sem considerar a colocação das Ações Adicionais.

(2) Considerando a colocação das Ações Adicionais.

A proporção prevista acima poderá ser realocada de comum acordo entre os Coordenadores da Oferta.

Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem a colocação das Ações, bem como de suas respectivas garantias firme estarão sujeitas a determinadas condições, sem limitação, como (i) a entrega de opiniões legais e cartas negativas de conforto (*negative comfort letter*) pelos assessores jurídicos da Companhia e dos Acionistas Vendedores, dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional; e (ii) a assinatura de compromissos de restrição à negociação de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* pela Companhia, pelos Acionistas Vendedores e pelos membros da Administração. De acordo com o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional, a Companhia obrigará-se a indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores serão obrigados, nos termos do Contrato de Distribuição Internacional, a indenizar os Agentes de Colocação Internacional na ocasião de perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes relativas às informações de sua respectiva responsabilidade nos *Offering Memoranda*. O Contrato de Distribuição Internacional determina ainda que a inobservância às leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, pode resultar em eventuais potenciais procedimentos judiciais. A condenação em um procedimento judicial no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda* poderá ocasionar um impacto significativo e adverso na Companhia e em seus negócios. **Para informações sobre os riscos relacionados ao Contrato de Distribuição Internacional, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de venda no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil, com esforços de venda no exterior”, na página 70 deste Prospecto.**

Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços físicos indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais” na página 63 deste Prospecto.

Violações de Normas de Conduta

Na hipótese de haver descumprimento e/ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas nos respectivos termos de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável no âmbito da Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400 e no Código ANBIMA, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as ações ordinárias de emissão da Companhia, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas por eles julgadas cabíveis, (i) deixará de integrar o grupo de instituições financeiras responsáveis pela colocação das Ações no âmbito da Oferta, sendo cancelados todos os Pedidos de Reserva que tenha recebido e a Instituição Consorciada deverá informar imediatamente aos respectivos investidores de quem tenham recebido os Pedidos de Reserva sobre referido cancelamento, devendo ser restituídos pela Instituição Consorciada integralmente aos respectivos investidores os valores eventualmente dados em contrapartida às Ações, no prazo máximo de 3 dias úteis contados da data de divulgação do descredenciamento da Instituição Consorciada, sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada); (ii) arcará integralmente com quaisquer custos e prejuízos relativos à sua exclusão como Instituição Consorciada, incluindo custos com publicações, indenizações decorrentes de eventuais condenações judiciais em ações propostas por investidores por conta do cancelamento dos Pedidos de Reserva, honorários advocatícios e demais custos perante terceiros, inclusive custos decorrentes de demandas de potenciais investidores; (iii) indenizará, manterá indene e isentará os Coordenadores da Oferta, suas afiliadas e respectivos administradores, acionistas, sócios, funcionários e empregados, bem como os sucessores e cessionários dessas pessoas por toda e qualquer perda que estes possam incorrer; e (iv) poderá ter suspenso, por um período de 6 meses contados da data da comunicação da violação, o direito de atuar como instituição intermediária em ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários sob a coordenação de quaisquer dos Coordenadores da Oferta. A Instituição Consorciada a que se refere esta seção deverá informar imediatamente o referido cancelamento aos investidores de quem tenha recebido Pedidos de Reserva. Os Coordenadores da Oferta não serão, em hipótese alguma, responsáveis por quaisquer prejuízos causados aos investidores que tiverem suas intenções de investimento e/ou Pedidos de Reserva por força do descredenciamento da Instituição Consorciada.

Restrições à Negociação das Ações (*Lock-up*)

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia obrigaram-se perante os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional, observadas as restrições e exceções adicionais previstas no Contrato de Distribuição Internacional e/ou nos respectivos *Lock-up Agreements*, pelo período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não (i) emitir, ofertar, vender, contratar a venda, empenhar, vender qualquer opção ou contratar a compra, comprar qualquer opção, outorgar qualquer opção, direito ou garantia de aquisição, ou de qualquer outra forma transferir ou ceder, direta ou indiretamente, protocolar ou causar o protocolo de pedido de registro de oferta pública de distribuição no âmbito da *Securities Act* ou da legislação brasileira, em todos os casos em relação aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*, ou celebrar qualquer transação que teria efeito semelhante; (ii) celebrar qualquer contrato de *swap*, *hedge* ou outro acordo que transfira, no todo ou em parte, quaisquer dos resultados econômicos decorrentes da titularidade dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock up*, seja a transação negociada com ações de emissão da Companhia ou outros valores mobiliários, em dinheiro ou qualquer outra forma; (iii) divulgar publicamente a intenção de efetuar qualquer das ações especificadas nos itens (i) e (ii) acima; ou (iv) demandar ou exercer qualquer direito relativo ao registro dos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up*.

As vedações listadas acima não se aplicam: (i) aos Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* adquiridos no mercado secundário após o início de vigência dos *Lock-up Agreements*; (ii) a transferências de Valores Mobiliários Sujeitos ao *Lock-up* a familiares imediatos ou a um *trust*, desde que, anteriormente a tal transferência, o cessionário comprometa-se, por escrito, a respeitar os termos do respectivo *Lock-up Agreement* e confirme que, desde a data de celebração do respectivo *Lock-up Agreement*, esteve em conformidade ao respectivo *Lock-up Agreement*, tal transferência seja não onerosa ou qualquer protocolo por qualquer parte (doador, donatário, cedente ou cessionário) no âmbito do Securities Act ou de qualquer outra forma seja exigido ou seja voluntariamente feito qualquer registro com relação a tal transferência; (iii) doações de boa-fé, desde que, antes de tal doação, o respectivo donatário comprometa-se, por escrito, a respeitar os termos do respectivo *Lock-up Agreement* e confirme que, desde a data de celebração do respectivo *Lock-up Agreement*, esteve em conformidade ao respectivo *Lock-up Agreement* e tal doação seja feita a título não oneroso; (iv) transferências a quaisquer afiliadas, conforme definidas na Rule 405 do *Securities Act*, dos signatários do respectivo *Lock-up Agreement*, desde que, antes de tal transferência, o respectivo destinatário comprometa-se por escrito a respeitar os termos do respectivo *Lock-up Agreement* e confirme que ele estava observando os seus termos desde a data de celebração do respectivo *Lock-up Agreement* e tal transferência seja feita a título não oneroso; (v) transferências realizadas para fins de empréstimo de ações pelo signatário do respectivo *Lock-up Agreement* para um Coordenador da Oferta ou a qualquer instituição indicada por tal Coordenador da Oferta, de um determinado número de ações para fins de realização das atividades de estabilização do preço das Ações, nos termos do Contrato de Distribuição; (vi) em relação a emissões de ações em razão do exercício de opções de compra de ações da Companhia pelos funcionários da Companhia no âmbito do primeiro plano de opções da Companhia atualmente vigente, desde que tal emissão e transferência seja realizada pela Companhia; (vii) transferências realizadas em decorrência da lei, como em razão da regualmentação aplicável a sucessões, efeitos de fusões ou incorporações, ou em razão de divórcios; ou (viii) com o consentimento prévio dos Agentes de Colocação Internacional.

A venda ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial das ações poderá prejudicar o valor de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia. **Para mais informações, veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia, após a conclusão da Oferta e/ou após o período de lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia”, na página 68 deste Prospecto.**

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para a prestação de serviços de escrituração das ações ordinárias de emissão da Companhia é a Itaú Corretora de Valores S.A.

Cronograma Tentativo da Oferta

Segue, abaixo, um cronograma tentativo indicativo das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da divulgação deste Prospecto:

#	Eventos	Data ⁽¹⁾
1	Concessão dos registros da Oferta pela CVM Divulgação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Término do prazo para desistência da Oferta	29 de janeiro de 2021
2	Início de negociação das Ações no segmento do Novo Mercado da B3	1 de fevereiro de 2021
3	Data de Liquidação	2 de fevereiro de 2021
4	Data limite do prazo de exercício da Opção de Ações do Lote Suplementar	3 de março de 2021
5	Data limite para a liquidação das Ações do Lote Suplementar	5 de março de 2021
6	Término do <i>Lock-up</i> Oferta de Varejo	15 de março de 2021
7	Data limite para a divulgação do Anúncio de Encerramento	28 de julho de 2021

⁽¹⁾ Todas as datas futuras previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões, antecipações ou prorrogações a critério da Companhia e dos Coordenadores da Oferta. Qualquer modificação no cronograma da distribuição deverá ser comunicada à CVM e poderá ser analisada como modificação da Oferta, seguindo o disposto nos artigos 25 e 27 da Instrução CVM 400. Ainda, caso ocorram alterações das circunstâncias, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado.

Foi admitido o recebimento de reservas a partir da nova divulgação do Aviso ao Mercado (com o logotipo das Instituições Consorciadas), para subscrição/aquisição das Ações, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor/adquirente após o início do Prazo de Distribuição.

Na hipótese de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, este cronograma será alterado. Quaisquer comunicados ao mercado relativos a tais eventos relacionados à Oferta serão informados por meio de anúncio divulgado nas páginas da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3 na rede mundial de computadores, constantes da seção “Informações sobre a Oferta – Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta” na página 62 deste Prospecto, mesmos meios utilizados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início.

Para informações sobre os prazos, termos, condições e forma para devolução e reembolso dos valores dados em contrapartida às Ações, nos casos de suspensão, cancelamento, modificação ou revogação da Oferta, consulte este Prospecto. Para informações sobre os prazos, condições e preço de revenda no caso de alienação das Ações integralizadas/liquidadas pelos Coordenadores da Oferta, em decorrência do exercício da Garantia Firme de Liquidação, nos termos descritos no Contrato de Distribuição, veja a seção “Informações Sobre a Oferta – Informações sobre a Garantia Firme de Liquidação” na página 57 deste Prospecto.

Inadequação da Oferta

Como todo e qualquer investimento em valores mobiliários de renda variável, o investimento nas Ações apresenta riscos e possibilidade de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimentos. Portanto, uma decisão de investimento nas Ações requer experiência e conhecimentos específicos que permitam ao investidor uma análise detalhada dos negócios da Companhia, mercado de atuação e os riscos inerentes aos negócios da Companhia, que podem, inclusive, ocasionar a perda integral do valor investido. O investimento em Ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais e aos setores em que a Companhia atua. Recomenda-se que os interessados em participar da Oferta consultem seus advogados, contadores, consultores financeiros e demais profissionais que julgarem necessários para auxiliá-los na avaliação da adequação da Oferta ao perfil de investimento, dos riscos inerentes aos negócios da Companhia e ao investimento nas Ações.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil, descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento.

Divulgação de Avisos e Anúncios da Oferta

O Aviso ao Mercado, bem como sua nova disponibilização (com o logotipo das Instituições Consorciadas), o Anúncio de Início, o Anúncio de Encerramento, eventuais Anúncios de Retificação, bem como todo e qualquer aviso ou comunicado relativo à Oferta serão disponibilizados, até o encerramento da Oferta, exclusivamente nas páginas na rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de disponibilizar os anúncios e avisos relacionados à Oferta, bem como o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

COMPANHIA

<http://ri.espacolaser.com.br/> (neste *website*, acessar “Documentos da Oferta Pública Inicial de Ações” e, em seguida, clicar no *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, acessar “MPM Corpóreos S.A.”, clicar em “2021”, em “Oferta Pública de Ações (IPO)” e, em seguida, clicar no *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Banco Santander (Brasil) S.A.

www.santander.com.br/prospectos (neste *website*, acessar o *link* “Ofertas em andamento”, posteriormente identificar “IPO EspaçoLaser” e selecionar o *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/areas-de-negocios/investment-banking.html> (neste *website*, acessar “MPM Corpóreos S.A.”, em seguida clicar em “De Acordo” e em seguida no *link* específico de cada aviso, anúncio ou comunicado da Oferta).

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Central de Sistemas” na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o *link* referente à “MPM Corpóreos S.A.”, no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-para-emissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “MPM Corpóreos S.A.”, *link* no qual serão disponibilizados os anúncios e avisos da Oferta).

Informações Adicionais

Maiores informações sobre a Oferta e sobre o procedimento de reserva das Ações puderam e poderão ser obtidas junto aos Coordenadores da Oferta, nos endereços e telefones abaixo mencionados e, no caso de Investidores Não Institucionais, também junto às Instituições Consorciadas.

É recomendada aos investidores a leitura deste Prospecto e do Formulário de Referência em especial as seções “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” e “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações”, a partir das páginas 20 e 66, respectivamente, deste Prospecto, bem como a seção “4. Fatores de Risco” constante do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, antes da tomada de qualquer decisão de investimento.

Os investidores que desejarem obter acesso a este Prospecto ou a informações adicionais sobre a Oferta deverão acessar as seguintes páginas da rede mundial de computadores da Companhia, das Instituições Participantes da Oferta, da CVM e/ou da B3.

Nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 400, os Acionistas Vendedores foram dispensados pela CVM de disponibilizar este Prospecto uma vez que os Acionistas Vendedores não possuem página própria registrada na rede mundial de computadores para este fim.

COMPANHIA

MPM Corpóreos S.A.

Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 02, Indianópolis

CEP 04517-050, São Paulo, SP

At.: Sr. Leonardo Moreira Dias Correa

Tel.: +55 (11) 4858-3340

<http://ri.espacolaser.com.br/> (neste *website*, acessar “Documentos da Oferta Pública Inicial de Ações” e, em seguida, “Prospecto Definitivo”).

COORDENADORES DA OFERTA

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 2º andar

CEP 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Renata Dominguez

Tel.: +55 (11) 3708-8876

Fax: +55 (11) 3708-8107

<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/nossos-negocios/ofertas-publicas/> (neste *website*, clicar em “MPM Corpóreos S.A.” e, posteriormente, clicar em “2021” e, em seguida, em “Oferta Pública Inicial de Ações (IPO)”, por fim em “Prospecto Definitivo”).

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041 e 2.235, 24º andar

CEP 04543-011, São Paulo, SP

At.: Sr. José Pedro Leite da Costa

Tel.: +55 (11) 3553-3489

<https://www.santander.com.br/prospectos> (neste *website*, acessar o link “Ofertas em andamento”, posteriormente identificar “IPO Espaçolaser” e selecionar o link “Prospecto Definitivo”).

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr, 700, 17º andar

CEP 04542-000 São Paulo, SP

At.: Sr. Fábio Federici

Telefone: (11) 3371-0700

<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/areas-de-negocios/investment-banking.html> (neste *website*, acessar "MPM Corpóreos S.A." e em seguida clicar em "De Acordo" e em seguida clicar em "Prospecto Definitivo")

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM

Rua de Sete de Setembro, nº 111, 5º andar

CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares

CEP 01333-010, São Paulo, SP

www.cvm.gov.br (neste *website* acessar “Central de Sistemas”, na página inicial, acessar “Ofertas Públicas”, em seguida, na tabela de “Primárias”, clicar no item “Ações”, depois, na página referente a “Ofertas Primárias em Análise”, na tabela “Oferta Inicial (IPO) – Volume em R\$”, acessar o *link* referente ao “MPM Corpóreos S.A.” e, posteriormente, clicar no link referente ao Prospecto Definitivo disponível”).

B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO

http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/solucoes-paraemissores/ofertas-publicas/ (neste *website* acessar “Ofertas em andamento”, clicar em “Empresas”, depois clicar em “MPM Corpóreos S.A.”, posteriormente acessar “Prospecto Definitivo”).

INSTITUIÇÕES CONSORCIADAS

Informações adicionais sobre as Instituições Consorciadas podem ser obtidas nas dependências das Instituições Consorciadas credenciadas junto à B3 para participar da Oferta, bem como na página da rede mundial de computadores da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

Este Prospecto não constitui uma oferta de venda das Ações nos Estados Unidos da América ou em qualquer outra jurisdição em que a venda seja proibida. As Ações não foram e não poderão ser ofertadas ou vendidas nos Estados Unidos da América ou a pessoas consideradas *U.S. persons*, conforme definido no Regulamento S, sem que haja registro sob o *Securities Act*, ou de acordo com uma isenção de registro nos termos do *Securities Act*. Exceto pelos registros da Oferta pela CVM, a Companhia, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não pretendem realizar nenhum registro da Oferta ou das Ações nos Estados Unidos da América nem em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país. Qualquer informação aqui contida não deverá ser levada, transmitida, divulgada, distribuída ou disseminada nos Estados Unidos.

Tendo em vista a possibilidade de veiculação de matérias na mídia sobre a Companhia, os Acionistas Vendedores e a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta alertam os investidores que estes deverão basear suas decisões de investimento única e exclusivamente nas informações constantes deste Prospecto e do Formulário de Referência.

O investimento em ações representa um investimento de risco, uma vez que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive aqueles relacionados às Ações, à Companhia, ao setor da economia em que esta atua, aos seus acionistas e ao ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e no Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações é um investimento em renda variável, não sendo, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há qualquer classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de subscrever Ações ou, com relação à qual o investimento em Ações seria, no entendimento da Companhia e dos Coordenadores da Oferta, inadequado.

LEIA ESTE PROSPECTO E O FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANTES DE ACEITAR A OFERTA, EM ESPECIAL AS SEÇÕES “SUMÁRIO DA COMPANHIA – PRINCIPAIS FATORES DE RISCO RELATIVOS À COMPANHIA” E “FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES”, NAS PÁGINAS 20 E 66, RESPECTIVAMENTE, DESTE PROSPECTO, BEM COMO A SEÇÃO “4. FATORES DE RISCO” DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA ANEXO A ESTE PROSPECTO, PARA CIÊNCIA E AVALIAÇÃO DE CERTOS FATORES DE RISCO QUE DEVEM SER CONSIDERADOS NA TOMADA DE DECISÃO DE INVESTIMENTO COM RELAÇÃO À COMPANHIA, À OFERTA E AO INVESTIMENTO NAS AÇÕES.

FATORES DE RISCO RELACIONADOS À OFERTA E ÀS AÇÕES

O investimento nas Ações envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Ações, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Prospecto, incluindo os riscos mencionados abaixo, os riscos constantes da seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia”, a partir da página 20 deste Prospecto, e da seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto, e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

As atividades da Companhia, sua situação financeira, seus resultados operacionais, fluxos de caixa, liquidez e/ou negócios futuros podem ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia pode diminuir devido à ocorrência de quaisquer desses riscos e/ou outros fatores, e os investidores podem vir a perder parte substancial ou a totalidade de seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que, atualmente, a Companhia acredita que poderão lhe afetar e afetar os titulares de ações ordinárias de sua emissão de maneira adversa. Riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidas pela Companhia, ou que atualmente a Companhia considere irrelevantes, também podem prejudicar suas atividades de maneira significativa.

Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode causar ou ter ou causará ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou lhe “afetará adversamente” ou o uso de expressões similares significa que o risco, incerteza ou problema pode ou poderá resultar em um efeito material adverso em seus negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado de ações ordinárias de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção devem ser compreendidas nesse contexto.

Esta seção faz referência apenas aos fatores de risco relacionados à Oferta e às Ações. Para os demais fatores de risco, os investidores devem ler a seção “Sumário da Companhia – Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia” na página 20 deste Prospecto e a seção “4. Fatores de Risco” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

O surto de doenças transmissíveis em escala global, como a COVID-19, tem acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia.

Surtos de doenças transmissíveis em escala global que afetem o comportamento das pessoas, como a COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde decretou a pandemia decorrente de COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto de COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Um mercado ativo e líquido para as Ações poderá não se desenvolver. A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais com condições políticas e econômicas mais estáveis, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Esses investimentos estão sujeitos a determinados riscos econômicos e políticos, tais como, entre outros: (i) mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que possam afetar a capacidade de investidores de obter retorno, total ou parcial, em relação a seus investimentos; e (ii) restrições a investimento estrangeiro e a repatriamento do capital investido.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários, podendo, inclusive, ser mais volátil do que alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos. Desta forma, fatores que possam ter impactos econômicos nos mercados internacionais podem trazer impactos ainda mais profundos no mercado brasileiro de valores mobiliários. A este respeito, veja o risco “*O surto de doenças transmissíveis em escala global, como a COVID-19, tem acarretado medidas diversas cujos efeitos podem levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, impactando o mercado de negociação das ações de emissão da Companhia*” na página 66 deste Prospecto.

Em 30 de junho de 2020, a capitalização de todas as companhias listadas na B3 representava, aproximadamente, R\$4,0 trilhões e a média de negociações diárias de, aproximadamente, R\$25,9 bilhões, segundo dados da própria B3. O mercado de capitais brasileiro é significativamente concentrado, de forma que as dez principais ações negociadas na B3 foram responsáveis por, aproximadamente, 41,4% do volume total de ações negociadas na B3 durante o ano de 2019, enquanto que a New York Stock Exchange teve uma capitalização de mercado de aproximadamente US\$18,3 trilhões em 31 de dezembro de 2019 e um volume diário médio de negociação de US\$169,9 bilhões durante o ano de 2019.

Essas características do mercado de capitais brasileiro poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia, de que sejam titulares, pelo preço e na ocasião desejados, o que pode ter efeito substancialmente adverso no preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Se um mercado ativo e líquido de negociação não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser negativamente impactado.

A Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. Além disso, caso tais surtos aconteçam, a Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo em seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia de COVID-19.

A emissão, a venda ou a percepção de uma potencial emissão ou venda de quantidades significativas das ações ordinárias de emissão da Companhia após a conclusão da Oferta e/ou após o período de lock-up pode afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia no mercado secundário ou a percepção dos investidores sobre a Companhia.

A Companhia, os Acionistas Vendedores e os membros da Administração celebraram acordos de restrição à venda de ações ordinárias de emissão da Companhia (*lock-up*), por meio dos quais se comprometerão a, sujeitos tão somente às exceções previstas no Contrato de Distribuição e no Contrato de Distribuição Internacional, durante o período de 180 dias contados da data de divulgação do Anúncio de Início, a não transferir, emprestar, onerar, dar em garantia ou permutar, de forma direta ou indireta, até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta.

Após tais restrições terem se extinguido, as ações ordinárias de emissão da Companhia estarão disponíveis para venda no mercado. A ocorrência de vendas ou percepção de uma possível venda de um número substancial de ações ordinárias de emissão da Companhia pode afetar adversamente o valor de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia. Para informações adicionais, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)” na página 59 deste Prospecto.

Eventual descumprimento por quaisquer das Instituições Consorciadas de obrigações relacionadas à Oferta poderá acarretar seu desligamento do grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, com o consequente cancelamento de todos Pedidos de Reserva feitos perante tais Instituições Consorciadas.

Caso haja descumprimento ou indícios de descumprimento, por quaisquer das Instituições Consorciadas, de qualquer das obrigações previstas no respectivo instrumento de adesão ao Contrato de Distribuição, na carta-convite ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta, ou, ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, as normas previstas na Instrução CVM 400, especialmente as normas referentes ao período de silêncio, condições de negociação com as Ações, emissão de relatórios de pesquisa e de *marketing* da Oferta, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Instituição Consorciada, a critério exclusivo dos Coordenadores da Oferta e sem prejuízo das demais medidas julgadas cabíveis pelos Coordenadores da Oferta, poderá deixar imediatamente de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações. Caso tal desligamento ocorra, a(s) Instituição(ões) Consorciada(s) em questão deverá(ão) cancelar todos os Pedidos de Reserva que tenha(m) recebido e informar imediatamente os respectivos investidores sobre o referido cancelamento, os quais não mais participarão da Oferta, sendo que os valores depositados serão devolvidos sem qualquer remuneração, juros ou correção monetária, sem reembolso de custos incorridos e com dedução de quaisquer tributos ou taxas eventualmente incidentes (incluindo, sem limitação, quaisquer tributos sobre movimentação financeira aplicáveis, sobre os valores pagos em função do IOF/Câmbio e quaisquer outros tributos que venham a ser criados, bem como aqueles cuja alíquota atual venha a ser majorada). Para maiores informações, ver a seção “Informações Sobre a Oferta – Violações de Norma de Conduta” na página 59 deste Prospecto.

A Companhia poderá precisar de capital adicional no futuro, a ser obtido por meio da emissão de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, o que pode resultar na diluição da participação dos detentores das ações ordinárias de sua emissão e afetar o preço das Ações.

A Companhia poderá precisar de recursos adicionais no futuro e optar por obtê-los no mercado de capitais, por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações. Qualquer captação de recursos adicionais, desde que devidamente aprovada, por meio de distribuição pública de ações e/ou valores mobiliários conversíveis em ações, inclusive em oferta públicas com esforços restritos, poderá ser realizada com exclusão do direito de preferência de seus atuais acionistas e acarretar na diluição da participação acionária de seus acionistas no capital social da Companhia, bem como diminuir o preço de mercado de suas ações, sendo que o grau de diluição econômica dependerá do preço e da quantidade dos valores mobiliários emitidos.

A participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação.

O Preço por Ação foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, foi aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Ação, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding* em até 20% das ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar). No entanto, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, não foi permitida a colocação de Ações junto a Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, tendo em vista que foi verificado excesso de demanda superior a 1/3 das Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar), tendo sido as intenções de investimento realizadas por Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas.

Ainda que tenha sido verificado excesso de demanda superior em 1/3 (um terço) à quantidade de Ações inicialmente ofertada (sem considerar as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar) e as intenções dos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas tenham sido canceladas, a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* pode ter impactado adversamente a formação do Preço por Ação.

Adicionalmente, os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadre dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II, da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400 e não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. Tais operações poderão influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço das Ações e, deste modo, o Preço por Ação poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta.

Investidores que subscreverem/adquirirem Ações poderão sofrer diluição imediata e substancial no valor contábil de seus investimentos.

O Preço por Ação foi fixado em valor superior ao patrimônio líquido por ação das ações emitidas e em circulação imediatamente após a Oferta. Como resultado desta diluição, em caso de liquidação da Companhia, os investidores que subscreverem Ações por meio da Oferta receberão um valor significativamente menor do que o preço que pagaram ao subscrever as Ações na Oferta.

Considerando a subscrição de 67.039.106 Ações no âmbito da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar, pelo Preço por Ação, de R\$17,90, isso significaria um aumento imediato no valor do patrimônio líquido da Companhia por ação de R\$4,35 para os acionistas existentes e uma diluição imediata por Ação de 75,68% para novos investidores que investirem em Ações da Companhia no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

A Companhia poderá, ainda, no futuro, ser obrigada a buscar recursos adicionais nos mercados financeiro e de capitais brasileiro, os quais podem não estar disponíveis ou podem estar disponíveis em condições que sejam desfavoráveis ou desvantajosas à Companhia. A Companhia poderá, ainda, recorrer a ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia. Qualquer captação de recursos por meio de ofertas públicas ou privadas de ações ordinárias de emissão da Companhia ou valores mobiliários lastreados, conversíveis, permutáveis ou que, por qualquer forma, confirmam um direito de subscrever ou receber ações ordinárias de emissão da Companhia pode ser realizada com exclusão do direito de preferência dos então acionistas da Companhia e/ou alterar o valor das Ações da Companhia, o que pode resultar na diluição da participação dos investidores.

Para mais informações sobre a diluição da realização da Oferta, consulte a seção “Diluição”, na página 97 deste Prospecto.

Os Investidores Não Institucionais que subscreveram/adquiriram Ações no âmbito da Alocação Varejo Lock-up, diante da impossibilidade de oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título as ações ordinárias de emissão da Companhia de sua titularidade após a liquidação da Oferta, poderão incorrer em perdas em determinadas situações.

Os Investidores Não Institucionais que subscreveram/adquiriram Ações no âmbito da Alocação Varejo Lock-up não poderão, pelo prazo de 45 dias contados da data da divulgação do Anúncio de Início, oferecer, vender, alugar (emprestar), contratar a venda, dar em garantia ou ceder ou alienar de outra forma ou a qualquer título tais Ações de sua titularidade após a liquidação da Oferta. Desta forma, caso o preço de mercado das ações venha a cair e/ou Investidores da Oferta de Varejo Lock-up, por quaisquer motivos, venham a precisar de liquidez durante o período de Lock-up Oferta de Varejo, e tendo em vista a impossibilidade tais Ações de sua titularidade serem oferecidas, vendidas, alugadas (emprestadas), contratadas a venda, dadas em garantia ou cedidas ou alienadas de outra forma ou a qualquer título, tais restrições poderão causar-lhes perdas. Nesse sentido, em linha com o fator de risco “A Companhia pode não ser capaz de cumprir com os índices financeiros ou outras disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) previstos em contratos que compõem o endividamento atual”, descrito na seção “Sumário da Companhia” na página 21 deste Prospecto, as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 podem ser divulgadas dentro do período de Lock-up Oferta de Varejo e, caso os índices financeiros previstos em determinados contratos financeiros da Companhia sejam descumpridos de acordo com as referidas demonstrações financeiras, os referidos contratos poderão vencer antecipadamente pelos respectivos credores e o preço das Ações poderão ser afetados negativamente durante o período de Lock-up Oferta de Varejo, período no qual os investidores da Oferta de Varejo Lock-up estarão impedidos de vender suas Ações.

A realização desta oferta pública de distribuição das Ações, com esforços de colocação no exterior, poderá deixar a Companhia exposta a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a distribuição primária e secundária das Ações no Brasil, em mercado de balcão não organizado, incluindo esforços de colocação das Ações junto a Investidores Estrangeiros. Os esforços de colocação das Ações no exterior expõem a Companhia a normas relacionadas à proteção dos Investidores Estrangeiros por incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

Adicionalmente, a Companhia e os Acionistas Vendedores são parte do Contrato de Distribuição Internacional, que regula os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Distribuição Internacional apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional para que a Companhia e os Acionistas Vendedores os indenizem, caso estes venham a sofrer perdas no exterior por conta de eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*.

A Companhia e os Acionistas Vendedores também fazem diversas declarações e garantias relacionadas aos negócios da Companhia e em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra a Companhia e os Acionistas Vendedores no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nesses processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos. Uma eventual condenação da Companhia em um processo no exterior com relação a eventuais incorreções ou omissões relevantes nos *Offering Memoranda*, poderá envolver valores elevados e afetar negativamente a Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros, inclusive o preço de mercado de valores mobiliários da Companhia.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, incluindo países da América Latina, Ásia, Estados Unidos, Europa e outros. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras. Crises no Brasil e nesses países podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras, inclusive com relação aos valores mobiliários de emissão da Companhia.

Adicionalmente, a economia brasileira é afetada pelas condições de mercado e pelas condições econômicas internacionais, especialmente, pelas condições econômicas dos Estados Unidos. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

A Companhia não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras e que os custos de financiamento no mercado sejam favoráveis às companhias brasileiras. Crises econômicas em mercados emergentes podem reduzir o interesse do investidor por valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive os valores mobiliários emitidos pela Companhia. Isso poderá afetar a liquidez e o preço de mercado das Ações, bem como poderá afetar o futuro acesso da Companhia ao mercado de capitais brasileiros e a financiamentos em termos aceitáveis, o que poderá afetar adversamente o preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os interesses dos atuais acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos acionistas minoritários.

Os atuais acionistas controladores da Companhia são signatários de um acordo de acionistas e têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares que excederem o dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Esse controle limita o poder dos acionistas minoritários de influenciar em questões corporativas e, dessa forma, os interesses dos acionistas controladores podem conflitar com os interesses dos acionistas minoritários. Para maiores informações sobre os termos e condições previstos nos acordos de acionistas, vide item “15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte”, do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 727 deste Prospecto.

Eventual conflito entre os acionistas controladores da Companhia poderia prejudicar a condução estratégica de seus negócios, afetando inclusive o seu resultado operacional.

Os acionistas controladores da Companhia são signatários de um acordo de acionistas que garante o poder para condução estratégica de seus negócios e controle substancial de todas as questões submetidas à aprovação de seus acionistas. Dessa forma, caso os acionistas controladores da Companhia tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em tribunal arbitral acerca dos termos e condições do acordo de acionistas vigentes ou acordo que venham a ser celebrados no futuro pelos acionistas controladores, estes poderão retardar ou não implementar medidas fundamentais e significativas para a Companhia. Portanto, eventual discordância entre os seus acionistas controladores poderá prejudicar a condução estratégica da Companhia, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. Para mais informações acerca do acordo de acionistas da Companhia atualmente vigente, ver item “15.5 Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte”, do Formulário de Referência da Companhia, a partir da página 727 deste Prospecto.

Caso a Companhia e seus controladores tenham êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um acionista controlador definido, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou um grupo de controle.

Em razão da realização Oferta, os atuais acionistas controladores da Companhia deixarão de deter, em conjunto, mais do que 50% do capital votante da Companhia. Neste sentido, caso a Companhia tenha êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um grupo de acionistas detentores, em conjunto, da maioria absoluta do seu capital votante.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A eventual contratação e realização de operações de total return swap e hedge podem influenciar a demanda e o preço das Ações.

Os Coordenadores da Oferta e as sociedades de seu conglomerado econômico poderão realizar operações com derivativos como forma de proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swaps*), conforme permitido pelo artigo 48 da Instrução CVM 400, desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas, tais operações não serão considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400. A realização de tais operações pode constituir uma porção significativa da Oferta e poderá influenciar a demanda e, conseqüentemente, o preço e a liquidez das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Os investimentos realizados pelas pessoas mencionadas no artigo 48 da Instrução CVM 400 (i) para proteção (*hedge*) em operações com derivativos contratadas com terceiros, tendo as ações de emissão da Companhia como referência (incluindo operações de *total return swap*), desde que tais terceiros não sejam Pessoas Vinculadas; e (ii) que se enquadrem dentre as outras exceções previstas no artigo 48, inciso II da Instrução CVM 400, são permitidos na forma do artigo 48 da Instrução CVM 400, não sendo considerados investimentos realizados por Pessoas Vinculadas para os fins do artigo 55 da Instrução CVM 400.

Eventuais matérias veiculadas na mídia com informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta poderão gerar questionamentos por parte da CVM, B3 e/ou de potenciais investidores da Oferta, o que poderá impactar negativamente a Oferta.

A Oferta e suas condições, incluindo o presente Prospecto, passaram a ser de conhecimento público após a realização do protocolo do pedido dos registros da Oferta na CVM. Até a divulgação do Anúncio de Encerramento, poderão ser veiculadas na mídia matérias contendo informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta, a Companhia, os Acionistas Vendedores e/ou os Coordenadores da Oferta, ou, ainda, contendo informações que não constam dos Prospectos e/ou do Formulário de Referência.

Tendo em vista que o artigo 48 da Instrução CVM 400 veda qualquer manifestação na mídia por parte da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta sobre a Oferta até a divulgação do Anúncio de Encerramento, eventuais notícias sobre a Oferta poderão conter informações que não foram fornecidas ou que não contaram com a revisão da Companhia, dos Acionistas Vendedores ou dos Coordenadores da Oferta.

Assim, caso sejam divulgadas informações sobre a Oferta ou a Companhia em outros meios que não sejam os Prospectos ou o Formulário de Referência, ou, ainda, caso haja informações equivocadas ou imprecisas sobre a Oferta divulgadas na mídia, a CVM, a B3 ou potenciais investidores poderão questionar o conteúdo de tais matérias midiáticas, o que poderá afetar negativamente a tomada de decisão de investimento pelos potenciais investidores, assim como a CVM poderá a seu exclusivo critério, caso haja comprovação ou suspeita de participação de pessoas relacionadas com a Oferta ou a Companhia em tal divulgação, suspender a Oferta, com a conseqüente alteração de seu cronograma.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional contêm condições suspensivas em relação à colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar. Caso tais condições não sejam implementadas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos e, conseqüentemente, os registros da Oferta pela CVM será cancelado.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional condicionam a colocação das Ações, considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar, à implementação de certas condições suspensivas até a Data de Liquidação e/ou a Data de Liquidação das Ações do Lote Suplementar, conforme aplicável. Caso as referidas condições suspensivas não sejam implementadas, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Distribuição Internacional poderão ser rescindidos. Nos termos do artigo 19, parágrafo 4º, da Instrução CVM 400, a rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento dos registros da Oferta pela CVM. Para mais informações, veja as seções “Informações Sobre a Oferta – Suspensão ou Cancelamento da Oferta” e “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição e Contrato de Distribuição Internacional, nas páginas 56 e 58 deste Prospecto, respectivamente. Após a divulgação do Anúncio de Início, o Contrato de Distribuição estará disponível para consulta e obtenção de cópias junto aos Coordenadores da Oferta e à CVM, nos endereços indicados na seção “Informações Sobre a Oferta – Informações Adicionais”, na página 63 deste Prospecto.

A Companhia arcará com as despesas relacionadas à Oferta, bem como arcará com parte das comissões da Oferta, o que impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e poderá afetar adversamente os resultados da Companhia no período subsequente à realização da mesma.

Por meio do Contrato de Distribuição, a Companhia arcará com parte das comissões da Oferta, além de assumir a obrigação de pagamento de certas despesas relacionadas à Oferta. O desembolso desses valores pela Companhia impactará os valores líquidos a serem recebidos no âmbito da Oferta e, por consequência, os valores creditados ao seu patrimônio líquido e poderá impactar negativamente seus resultados no período de apuração subsequente à realização da Oferta. Para mais informações sobre os custos e despesas incorridos pela Companhia com a Oferta, veja a seção “Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição” na página 45 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA OFERTA

Coordenador Líder

O Itaú BBA é o banco de atacado do conglomerado Itaú Unibanco. O Itaú BBA é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 30 de setembro de 2019, o Itaú Unibanco apresentou os seguintes resultados: ativos na ordem de R\$1,6 trilhão e uma carteira de crédito de R\$689 bilhões. A história do Itaú BBA começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o Bank Austria Creditanstalt. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para *underwriting*, *hedge*, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais no país. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do BACEN para operar subsidiária em Bahamas e atender a demanda de clientes na área internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Em 1996, adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Itaú BBA. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporativos e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base de capital e liquidez do Itaú e a especialização do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Itaú BBA ampliou as atividades de banco de investimentos e, com isso, consolidou-se como um player de mercado em fusões e aquisições, *equities* e renda fixa local, conforme descrito abaixo. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em renda fixa internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o BACEN aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Itaú BBA uniu-se com a área corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de tesouraria institucional do grupo.

- Atividade de *Investment Banking* do Itaú BBA

A área de *investment banking* do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

O Itaú BBA tem sido reconhecido como um dos melhores bancos de investimento nas regiões em que atua: foi eleito cinco anos consecutivos, de 2011 a 2015, banco de investimento mais inovador da América Latina pela The Banker, para a mesma região, foi considerado o melhor banco de investimento em 2011, 2012, 2013, 2015, 2016 e 2017 pela Global Finance, mesma instituição que o apontou como o melhor investment bank do Brasil em 2009, 2012, 2013, 2014 e 2015 e como o banco mais criativo do mundo em 2016. Também em 2016, o Itaú BBA foi eleito pela Bloomberg como o melhor assessor em transações de M&A da América Latina e Caribe.

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de Deposit Receipts (DRs), ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora de Valores S.A., que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais, além de contar com o apoio da melhor casa de research do Brasil e da América Latina, segundo a Institutional Investor. Em 2019 o Itaú BBA foi líder em emissões no mercado brasileiro em número de transações que totalizaram US\$18,8 bilhões.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Dealogic, o Itaú BBA prestou assessoria financeira a 45 transações em 2019 na América do Sul, obtendo a primeira colocação no ranking por quantidade de operações acumulando um total de US\$8,5 bilhões.

No segmento de renda fixa, o Itaú BBA conta com equipe dedicada para prover aos clientes produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI) e certificados de recebíveis do agronegócio (CRA). Em 2014, segundo o ranking da ANBIMA, o Itaú BBA foi líder em distribuição de renda fixa local, coordenando 20% do volume total distribuído, que ultrapassou os R\$7 bilhões. Pelo mesmo ranking, o Itaú BBA ficou em segundo lugar em 2015 e 2016, tendo coordenado operações cujo volume total somou mais de US\$4 bilhões em 2015, US\$8 bilhões em 2016 e US\$6 bilhões em 2017, equivalente a 14%, 21% e 27% do total, respectivamente. Em 2018 o Itaú BBA foi líder obtendo 37% de participação sobre o volume total emitido, tendo coordenado operações cujo volume total somou aproximadamente US\$8 bilhões.

Santander

O Santander é controlado pelo Banco Santander S.A., instituição com sede na Espanha fundada em 1857 (“Santander Espanha”). O Santander e/ou seu conglomerado econômico (“Grupo Santander”) possui, atualmente, cerca de €1,52 trilhão em ativos, 12 mil agências e milhares de clientes em diversos países. O Santander desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou presença no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc. Adicionalmente, atua no financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 15 países do continente e nos Estados Unidos da América.

Em 2019, o Grupo Santander registrou lucro líquido atribuído de aproximadamente €8,3 bilhões no mundo, dos quais 53% nas Américas e 28% no Brasil. Na América Latina, em 2019, o Grupo Santander possuía cerca de 4,6 mil agências e cerca de 69 mil funcionários.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997, adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.) e em 2000 adquiriu o Banespa.

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., um consórcio composto pelo Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pelo consórcio. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e o Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander e foi extinto como pessoa jurídica independente.

Com a incorporação do Banco Real, o Santander passou a ter presença em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes – pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. As atividades do Santander compreendem três segmentos operacionais: banco comercial, banco global de atacado e gestão de recursos de terceiros e seguros.

O Santander oferece aos seus clientes um portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às necessidades dos clientes. Produtos e serviços são oferecidos nas áreas de transações bancárias globais (*Global Transaction Banking*), mercados de crédito (*Credit Markets*), finanças corporativas (*Corporate Finance*), ações (*Equities*), taxas (*Rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Dessa forma, os clientes corporativos podem se beneficiar dos serviços globais fornecidos pelo Grupo Santander.

Na área de *Equities*, o Santander atua na estruturação de operações na América Latina, contando com equipe de *Equity Research*, *Equity Sales* e *Equity Capital Markets*.

A área de *Equity Research* do Santander é considerada pela publicação Institutional Investor como uma das melhores não somente no Brasil, mas também na América Latina. Adicionalmente, o Santander dispõe de estrutura de *research* dedicada exclusivamente ao acompanhamento de ativos latino-americanos, o que assegura credibilidade e acesso de qualidade a investidores target em operações brasileiras.

Em *Sales & Trading*, o Grupo Santander possui equipes dedicadas a ativos latino-americanos no mundo. Presente no Brasil, Estados Unidos da América, Europa e Ásia, a equipe do Grupo Santander figura dentre as melhores da América Latina pela publicação da Institutional Investor. O Santander dispõe de uma estrutura dedicada de acesso ao mercado de varejo e pequenos investidores institucionais no Brasil por meio do Coordenador Contratado.

Em 2019, o Santander, no Brasil, possuía uma carteira de mais de 26,3 milhões de clientes, 3.840 agências e pontos de atendimento bancário (PABs) e cerca de 37,1 mil caixas eletrônicos próprios e compartilhados, além de um total de ativos em torno de R\$858 bilhões e patrimônio líquido de, aproximadamente, R\$68,2 bilhões. O Santander, no Brasil, em 2019, possui uma participação de aproximadamente 28% dos resultados das áreas de negócios do Grupo Santander no Mundo, além de representar cerca de 53% no resultado do Grupo Santander na América.

A área de *Equity Capital Markets* do Santander participou como *bookrunner* em diversas ofertas públicas de valores mobiliários no Brasil nos últimos anos.

Em 2015, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta de *follow-on* da Telefônica Brasil S.A. e atuou como coordenador na oferta de *follow-on* da General Shopping Brasil S.A.

Em 2016, o Santander atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial do Centro de Imagem Diagnósticos S.A. e na oferta de *follow-on* da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., como coordenador na oferta de *follow-on* da Rumo Logística Operadora Multimodal S.A. e na oferta de *follow-on* da Fras-le S.A. Além disto, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Energisa S.A.

Em 2017, o Santander atuou como coordenador no *follow-on* da Alupar S.A. e no *follow-on* do Banco Santander (Brasil) S.A., como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais de Movida Participações S.A., Azul S.A., Atacadão S.A., Ômega Geração S.A. Camil Alimentos S.A. e Petrobras Distribuidora S.A., e nas ofertas de *follow-on* da CCR S.A., Lojas Americanas S.A., BR MALLS Participações S.A., BR Properties S.A., Azul S.A., Magazine Luiza S.A., Rumo S.A., International Meal Company Alimentação S.A. e Restoque S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta de Re-IPO da Eneva S.A.

Em 2019, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de *follow-on* da CPFL Energia S.A., Light S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Restoque Comércio e Confeções de Roupas S.A. O Santander também atuou como *bookrunner* nas ofertas de *follow-on* da Eneva S.A., Tecnisa S.A., Petrobras Distribuidora S.A., Hapvida Participações e Investimentos S.A., Movida Participações S.A., Banco Inter S.A., Banco PAN S.A., Omega Geração S.A., Magazine Luiza S.A., BR Properties S.A., Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. e Notre Dame Intermédica Participações S.A., e na oferta pública inicial da C&A Modas S.A.

Em 2020, o Santander atuou como coordenador nas ofertas públicas iniciais da Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços S.A., da Empreendimentos Pague Menos S.A., da Pet Center Comércio e Participações S.A., da Hidrovias do Brasil S.A., da Sequoia Logística e Transportes S.A., da Track & Field Co S.A. e da Aeris Indústria e Comércio de Equipamentos para Geração de Energia S.A. e nas ofertas de *follow-on* do Grupo SBF S.A., da Via Varejo S.A., do Banco BTG Pactual S.A., do Banco Inter S.A., do BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A. e da Anima Holding S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* nas ofertas públicas iniciais do Grupo Mateus S.A. e da Rede D'Or São Luiz S.A. e nas ofertas de *follow-on* da Cogna Educação S.A., das Lojas Americanas S.A. e da Notre Dame Intermédica Participações S.A.

Em 2021, o Santander atuou como coordenador nas ofertas de *follow-on* da Light S.A. e do Banco BTG Pactual S.A. Além disso, atuou como *bookrunner* na oferta pública inicial da HBR Realty Empreendimentos Imobiliários S.A.

Goldman Sachs

O Goldman Sachs é uma instituição financeira global com atuação em fusões e aquisições, coordenação de oferta de ações, serviços de investimento, investimentos de carteira própria e análise de empresas, prestando em todo o mundo uma ampla gama de serviços a empresas, instituições financeiras, governos e indivíduos de patrimônio pessoal elevado. Fundado em 1869, o Goldman Sachs tem sua sede global em Nova York, com escritórios também em Londres, Frankfurt, Tóquio, Hong Kong e outros importantes centros financeiros. O Goldman Sachs tem três atividades principais:

Banco de investimentos: ampla gama de serviços de assessoria financeira e participação em ofertas de valores mobiliários, atendendo grupo de clientes que inclui empresas, instituições financeiras, fundos de investimento, governos e indivíduos;

Trading e investimentos com recursos próprios: intermediação de operações financeiras tendo como contraparte empresas, instituições financeiras, fundos de investimentos, governos e indivíduos. Além disso, o Goldman Sachs investe seus recursos, diretamente, em renda fixa e produtos de renda variável, câmbio, commodities e derivativos de tais produtos, bem como realiza investimentos diretamente em empresas e por meio de fundos que são captados e geridos pelo banco; e

Investment Management: assessoria e serviços de planejamento financeiro, bem como produtos de investimentos (por meio de contas e produtos geridos separadamente, tais como fundos de investimentos) em todas as classes de ativos para investidores institucionais e indivíduos no mundo inteiro, provendo também serviços de *prime brokerage*, financiamento e empréstimo de ativos para clientes institucionais, incluindo *hedge funds*, fundos de investimento abertos, fundos de pensão e fundações, e para indivíduos de patrimônio pessoal elevado.

O Goldman Sachs tem representação em São Paulo desde meados da década de 90 e, recentemente, ampliou suas operações locais por meio da estruturação de um banco múltiplo e uma corretora de títulos e valores mobiliários. Atualmente, a plataforma brasileira inclui atividades de carteira de banco de investimento, operações com recursos próprios, nas áreas de renda variável, renda fixa, câmbio e commodities, dentre outros. Atualmente, aproximadamente 250 pessoas trabalham no escritório de São Paulo. Em particular, na área de banco de investimentos, o Goldman Sachs acredita que tem vasto conhecimento local e experiência comprovada em fusões e aquisições, emissão de ações e instrumentos de dívida. Goldman Sachs tem desempenhado importante papel em ofertas realizadas no mercado brasileiro, tais como a coordenação da oferta pública inicial de ações da BM&FBOVESPA em 2007 (R\$6,7 bilhões), da Visanet em 2009 (R\$8,4 bilhões), da Qualicorp S.A. em 2011 (R\$1,1 bilhão), do BTG Pactual em 2012 (R\$3,2 bilhões), do *follow-on* da TAESA (R\$1,8 bilhão) e do *follow-on* da Equatorial (R\$1,4 bilhão) também em 2012, do *follow-on* da BHG (R\$329 milhões), do IPO da Alupar (R\$851 milhões), do IPO da Ser Educacional (R\$619 milhões), do re-IPO da Via Varejo (R\$2,8 bilhões) no ano de 2013, do *follow-on* da Oi (R\$13,2 bilhões) no ano de 2014, do *follow-on* da Telefônica Brasil (R\$16,1 bilhões) no ano de 2015, do IPO do Atacadão S.A. (R\$5,1 bilhões) no ano de 2017, do *follow-on* de Rumo (R\$2,6 bilhões) e do re-IPO de ENEVA (R\$834 milhões na oferta base) também no ano de 2017, do IPO de Hapvida (R\$3 bilhões na oferta base) no ano de 2018, bem como do IPO de Centauro (R\$671 milhões), do *follow-on* de Linx (R\$1,1 bilhão), do *follow-on* de Hapvida (R\$2,3 bilhões), do *follow-on* de Banco Inter (R\$1,2 bilhão) e do *follow-on* de Log-In (R\$634 milhões) no ano de 2019, valores constantes dos prospectos ou memorandos da oferta.

Em 2019, como reconhecimento à expansão e excelência de sua atuação no mercado de capitais e assessoria financeira na América Latina, o Goldman Sachs foi eleito “Latin America’s best bank for advisory” pela Euromoney pelo segundo ano consecutivo, além do reconhecimento em 2018 como “Latin America Equity House of the Year” pela International Financing Review (IFR) e “Equity House of the Year” pela LatinFinance.

RELACIONAMENTO ENTRE A COMPANHIA E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento da Companhia com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre a Companhia e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre a Companhia e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Definitivo, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico mantêm relacionamento comercial relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro, conforme detalhado a seguir:

- Contrato de empréstimo na modalidade 4131, no valor de EUR 25,1 milhões, com saldo devedor atual de R\$173,5 milhões de principal, emitido em 18 de março de 2020 e vencimento final em 20 de março de 2025, com taxa contratual entre 1% e 2% ao ano e garantia composta por R\$15 milhões em aplicações financeiras;
- Contrato de *swap* de R\$140 milhões, celebrado em 20 de março de 2020 com vencimento em 20 de março de 2025, com taxa contratual de CDI + 3,75% ao ano. O contrato não conta com garantias;
- CCB no valor total de R\$580 mil, contratado em 25 de agosto de 2017, com vencimento em 25 de agosto de 2021, com taxa de 1,43% ao mês, com garantia composta por aval de Rubens Dario de Moura Junior;
- CCB no valor total de R\$10 milhões, contratado em 26 de junho de 2020, com vencimento em 15 de junho de 2021, com taxa de CDI + 0,73% ao ano, com garantia composta por avais da MPM Corpóreos S.A. e da EL Franchising Ltda, além 30% de aplicações financeiras;
- CCB no valor total de R\$17 milhões e saldo devedor atual de R\$17 milhões, contratado em 21 de setembro de 2020, com vencimento em 21 de março de 2023, com taxa de CDI + 4,32% ao ano, com garantia composta por avais da MPM Corpóreos S.A. e da EL Franchising Ltda, além 30% de aplicações financeiras;
- CCB no valor total de R\$21,5 milhões, contratado em 21 de setembro de 2020, com vencimento em 21 de março de 2023, com taxa de CDI + 4,50% ao ano, com garantia composta por avais da MPM Corpóreos S.A. e da EL Franchising Ltda, além de 30% de aplicações financeiras;
- CCB no valor total de R\$1,4 milhões, contratado em 25 de outubro de 2018, com vencimento em 25 de outubro de 2021, com taxa de 1,08% ao mês, com garantia composta por avais da MPM Corpóreos S.A. e da Corporeos Serviços Terapêuticos SA, além de 50% de recebíveis de agenda de cartões;
- Serviços de cobrança, cujas taxas variam entre R\$1 e R\$15 para TEDs, R\$1 e R\$15 para DOCs, R\$0 e R\$1 para boletos. O volume nos últimos 6 meses de 2020 foi de R\$285 milhões, com um total de 43,300 boletos. Os serviços foram contratados em 17 de dezembro de 2007, por prazo indeterminado. Tais serviços não contam com nenhuma garantia por parte da Companhia e/ou sociedades pertencentes a seus grupos econômicos.

Adicionalmente, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão da Companhia, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado. Todavia, a participação acionária do Coordenador Líder e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado financeiro não atinge, e não atingiu, nos últimos 12 meses, mais que 5% do capital social da Companhia.

Na data deste Prospecto Definitivo, exceto pelo disposto acima e pelo relacionamento referente à Oferta, a Companhia e/ou sociedades de seu grupo econômico não possuem qualquer outro relacionamento relevante com o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro.

Entretanto, a Companhia poderá, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

O Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade do seu conglomerado financeiro poderão: (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Coordenador Líder no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações de emissão da Companhia, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro poderão adquirir ações de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das Ações, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta. Para maiores informações leia a seção “*Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de hedge podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia*” na página 73 deste Prospecto Definitivo.

Nos últimos 12 meses, exceto pela Oferta, o Coordenador Líder e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro não participou de qualquer outra oferta pública de valores mobiliários realizada pela Companhia ou por suas controladas e coligadas, ou de operações de financiamento ou reestruturações societárias da Companhia e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção “*Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição*” na página 45 deste Prospecto Definitivo, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia ao Coordenador Líder ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações. Exceto pelo acima descrito, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia ao Coordenador Líder ou a sociedades de seu conglomerado financeiro dependente do Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária da Oferta. A Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre a Companhia e o Santander

Na data deste Prospecto, a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico possuem relacionamento com o Santander e demais sociedades do seu grupo econômico, conforme detalhado a seguir:

Corporeos Serviços Terapêuticos S.A.

- Prestação de serviços de *Cash Management* com volume mensal de aproximadamente 21 milhões de pagamentos, tarifas variando entre R\$0,20 e R\$6,20, com prazo indeterminado. Não existem garantias para essa operação. O Santander é o responsável pelos pagamentos aos fornecedores;
- Prestação de serviços de Adquirência, sendo a Getnet a responsável pelos processamentos de R\$350 milhões, com taxas que variam entre 1,40% a.a. e 2,41% a.a. O prazo do contrato é outubro de 2022 podendo ser renovado;
- Prestação de serviços de folha de pagamento para os funcionários da Corporeos Terapêuticos S.A. Não há valores, taxas ou garantias devidas pela Corporeos Serviços Terapêuticos S.A. ao Santander pela prestação deste serviço. Este serviço é prestado por prazo indeterminado;
- Aplicações financeiras com saldo atual no valor de R\$27 milhões contratadas entre maio de 2020 e setembro de 2020, taxa de 100% do CDI. Não existem garantias para essa operação;
- Operações de empréstimos offshore no volume aproximado de R\$145 milhões contratadas entre março de 2020 e abril de 2020, taxas variando entre CDI + 3,0% a.a. e CDI + 3,67% a.a. Garantia de R\$20 milhões de títulos de capitalização, R\$30 milhões de cessão fiduciária de recebíveis da Getnet, R\$2 milhões de boletos emitidos pela EL Franchising Ltda. para a cobrança dos *royalties* e aval prestado pela EL Franchising Ltda. e pela Companhia;
- Operações de arrendamento mercantil financeiro no valor aproximado de R\$17 milhões contratados entre março de 2018 e agosto de 2020 com prazo final máximo em agosto de 2023. As garantias são aval prestado pela EL Franchising Ltda. e pela Companhia e a alienação fiduciária do próprio bem arrendado. Taxas variam entre 0,92% a.a. e 0,99% a.a.;
- Prestação do serviço de cartão de crédito, sendo o Santander responsável, com limite de R\$500 mil, sem garantia e com saldo utilizado de R\$6 mil em outubro de 2020. Taxas líquidas que variam de 1,6% a.a. a 6,0% a.a. e prazo indeterminado;
- Prestação de serviço de empréstimo disponível em conta corrente no valor de R\$145 mil de limite, sem saldo utilizado em outubro de 2020, com garantia de aval prestado pela EL Franchising Ltda. e pela Companhia e taxa de 13% a.m.

EL Franchising Ltda

- Prestação de serviços de *Cash Management* com volume mensal aproximado de R\$6 milhões de cobrança, 1.141 boletos e R\$815 mil em pagamentos, com tarifas variando entre R\$0,20 e R\$6,20. Não existem garantias para essa operação. O Santander é o responsável por parte dos pagamentos aos fornecedores e cobrança;
- Prestação de serviços de folha de pagamento para os funcionários da EL Franchising Ltda. Não há valores, taxas ou garantias devidas pela EL Franchising Ltda. ao Santander pela prestação deste serviço. Este serviço é prestado por prazo indeterminado; e
- Aplicações financeiras com saldo atual no valor aproximado de R\$15 milhões contratados em setembro de 2020, taxa de 99,5% do CDI. Não existem garantias para essa operação.

E L Participações Ltda.

- Prestação de serviços de *Cash Management* com prazo indeterminado. Não existem garantias para essa operação. O Santander é o responsável por parte dos pagamentos. Tarifas variam entre R\$0,20 e R\$6,20.

Urban Laser Serviços Estéticos S.A.

- Prestação de serviços de *Cash Management* com prazo indeterminado. Não existem garantias para essa operação. O Santander é o responsável por parte dos pagamentos;
- Operações de arrendamento mercantil financeiro no valor aproximado de R\$907 mil contratados entre maio de 2018 e setembro de 2018 com prazo final máximo em setembro de 2021. As garantias são aval prestado pela EL Franchising e pela Companhia e a alienação fiduciária do próprio bem arrendado. Taxas de 0,99% a.a.;
- Prestação de serviços de folha de pagamento para os funcionários da Urban Laser Serviços Estéticos Ltda. Não há valores, taxas ou garantias devidas Urban Laser Serviços Estéticos Ltda. ao Santander pela prestação deste serviço. Este serviço é prestado por prazo indeterminado;
- Prestação de serviços de *Cash Management* com prazo indeterminado. Não existem garantias para essa operação. O Santander é o responsável por parte dos pagamentos. Tarifas variam entre R\$0,20 e R\$6,20.

Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.

- Operações de arrendamento mercantil financeiro no valor aproximado de R\$77 mil contratados em março de 2018 com prazo final em março de 2021. As garantias são aval prestado pela EL Franchising Ltda. e a Companhia e a alienação fiduciária do próprio bem. arrendado Taxas de 0,97% a.a.;
- Prestação de serviços de *Cash Management* com prazo indeterminado. Não existem garantias para essa operação. O Santander é o responsável por parte dos pagamentos. Tarifas variam entre R\$0,20 e R\$6,20.

Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.

- Operações de arrendamento mercantil financeiro no valor aproximado de R\$718 mil contratados entre agosto de 2018 e janeiro de 2020 com prazo final em janeiro de 2023. As garantias são aval prestado pela empresa EL Franchising Ltda. e a Companhia e a alienação fiduciária do próprio bem. Taxas de 0,97% a.a.;

- Prestação de empréstimo disponível em conta corrente no valor de R\$66 mil de limite, sem saldo utilizado em outubro de 2020, com garantia de aval prestado pela EL Franchising Ltda. e Companhia, Taxa de 10% a.m.;
- Prestação de serviços de *Cash Management* com prazo indeterminado. Não existem garantias para essa operação. O Santander é o responsável por parte dos pagamentos. Tarifas variam entre R\$0,20 e R\$6,20.

Nine Members Laser – Serviços Estéticos S.A.

- Prestação de serviços de *Cash Management* com prazo indeterminado. Não existem garantias para essa operação. O Santander é o responsável por parte dos pagamentos. Tarifas variam entre R\$0,20 e R\$6,20.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Santander e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Santander no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. **Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 73 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 45 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Santander e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações veja seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 45 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações. Exceto pelo acima descrito, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia ao Santander ou a sociedades de seu conglomerado financeiro dependente do Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Santander como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre a Companhia e o Goldman Sachs

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à Oferta, o Goldman Sachs e demais sociedades do seu grupo econômico não possuem qualquer relacionamento com a Companhia e/ou sociedades integrantes do seu grupo econômico.

A Companhia contratou e poderá vir a contratar, no futuro, o Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico para celebrar acordos e para a realização de operações financeiras, a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das atividades da Companhia.

A Companhia pode ou poderá vir a deter, no futuro, participação em fundos de investimentos geridos ou administrados pelo Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico.

Adicionalmente, o Goldman Sachs e/ou sociedades de seu grupo econômico eventualmente possuem títulos e valores mobiliários de emissão e/ou lastreados em créditos originados pela Companhia e/ou de sociedades de seu grupo econômico, diretamente ou por meio de fundos de investimento administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridos em operações regulares de mercado a preços e condições de mercado.

O Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão negociar outros valores mobiliários (que não ações ordinárias ou que não valores mobiliários referenciados, conversíveis ou permutáveis nas ações ordinárias) de emissão da Companhia. Adicionalmente, nos termos da regulamentação aplicável, o Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão (i) mediante a solicitação de seus clientes, adquirir ou alienar quaisquer valores mobiliários de emissão da Companhia, com o fim de prover liquidez; (ii) negociar valores mobiliários de emissão da Companhia com o fim de realizar arbitragem entre valores mobiliários e seus certificados de depósito e/ou arbitragem entre índice de mercado e contrato futuro referenciado nas Ações; e (iii) realizar operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes da contratação do Goldman Sachs no âmbito da Oferta decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções de compra ou venda por terceiros e/ou contratos de compra e venda a termo.

O Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as ações ordinárias de emissão da Companhia como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das ações contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operação com *total return swap*). O Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico poderão adquirir ações ordinárias de emissão da Companhia como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das ações ordinárias da Companhia, sem, contudo, gerar demanda artificial durante Oferta. **Para mais informações veja a seção “Fatores de Risco Relacionados à Oferta e às Ações – A eventual contratação e realização de operações de *hedge* podem influenciar a demanda e o preço das ações ordinárias de emissão da Companhia” na página 73 deste Prospecto.**

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição”, na página 45 deste Prospecto, não há qualquer remuneração a ser paga pela Companhia ao Goldman Sachs e/ou qualquer sociedade do seu grupo econômico no contexto da Oferta. Para mais informações veja seção “Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição” na página 45 deste Prospecto. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Goldman Sachs poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos de estabilização de preço das Ações. Exceto pelo acima descrito, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pela Companhia ao Goldman Sachs ou a sociedades de seu conglomerado financeiro dependente do Preço por Ação.

A Companhia declara que não há qualquer conflito de interesse em relação à atuação do Goldman Sachs como instituição intermediária da Oferta. Ainda, a Companhia declara que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre a Companhia e o Goldman Sachs ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

RELACIONAMENTO ENTRE OS ACIONISTAS VENDEDORES E OS COORDENADORES DA OFERTA

Para fins do disposto no Item 3.3.2 do Anexo III da Instrução CVM 400, são descritos abaixo o relacionamento dos Acionistas Vendedores com os Coordenadores da Oferta.

Nenhuma das operações descritas abaixo é vinculada à Oferta e/ou ao Preço por Ação e não há, na data deste Prospecto, quaisquer operações celebradas entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta e/ou outras sociedades pertencentes aos seus respectivos grupos econômicos que estejam vinculadas à Oferta e/ou ao Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Na data deste Prospecto Definitivo, além do relacionamento relativo à Oferta, o Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro prestam serviços bancários para alguns Acionistas Vendedores incluindo, entre outros, investimentos, operações de crédito, consultoria ou gestão financeira.

O Coordenador Líder e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro não participaram em ofertas públicas de valores mobiliários de emissão ou de titularidade dos Acionistas Vendedores nos 12 meses que antecederam o pedido de registro da presente Oferta.

Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder e/ou sociedades do seu conglomerado financeiro para a prestação de serviços ou realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, coordenação de operações no mercado de capitais brasileiro ou internacional, operações de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, serviços de formador de mercado, celebração de contratos derivativos ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme previsto na seção "*Informações Relativas à Oferta – Custos de Distribuição*" na página 45 deste Prospecto Definitivo, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder ou a sociedades de seu conglomerado financeiro no contexto da Oferta. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Coordenador Líder poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. Exceto pelo acima descrito, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder ou a sociedades de seu conglomerado financeiro dependente do Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Coordenador Líder como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder ou qualquer sociedade de seu conglomerado financeiro.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à presente Oferta, o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico não tinham qualquer relacionamento com o Magnólia FIP ou com os Srs. Paulo José Iasz de Moraes e Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto.

O Magnólia FIP e os Srs. Paulo José Iasz de Moraes e Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto poderão, no futuro, vir a contratar o Santander e/ou sociedades pertencentes ao seu grupo econômico para celebrar acordos, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras relacionadas com os Acionistas Vendedores ou sociedades controladas pelos Acionistas Vendedores.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, o Santander e/ou sociedades integrantes de seu conglomerado econômico prestam serviços bancários, incluindo, entre outros, prestação de serviço de conta corrente, prestação de serviço de cartão de crédito, prestação de serviço de cheque, operação de financiamento de veículos, aplicações financeiras, prestação de serviço de seguro e investimentos em poupança, para o Sr. Ygor Alessandro de Moura.

Os Sr. Ygor Alessandro de Moura poderá, no futuro, contratar o Santander e/ou qualquer sociedade de seu conglomerado econômico para realização de operações financeiras, em condições a serem acordadas oportunamente entre as partes, incluindo, entre outras, investimentos, operações de crédito, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimentos, formador de mercado, consultoria ou gestão financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades e/ou de seu patrimônio.

Na data deste Prospecto, além do relacionamento referente à Oferta, a SMZXP, possui o seguinte relacionamento comercial relevante com o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado financeiro:

- Prestação de serviços de conta corrente;
- Prestação de serviços de conta *Escrow*;
- Aplicações financeiras realizadas junto ao Santander em operações de Certificado de Depósito Bancário, no montante de R\$1.066.928,05, na data-base de outubro de 2020.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta, conforme prevista na seção “*Informações sobre a Oferta – Custos de Distribuição*”, na página 45 deste Prospecto, não há qualquer outra remuneração a ser paga pelos Acionistas Vendedores ao Santander ou sociedades de seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Santander poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. Exceto pelo acima descrito, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores ao Santander ou a sociedades de seu conglomerado financeiro dependente do Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Santander como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Goldman Sachs

Na data deste Prospecto, exceto no que se refere à Oferta, o Goldman Sachs e demais sociedades do seu grupo econômico não possuem qualquer relacionamento com os Acionistas Vendedores. Não obstante, nos termos do Contrato de Estabilização, durante a Oferta, o Goldman Sachs poderá fazer jus, ainda, a eventuais ganhos oriundos da estabilização do preço das Ações. Exceto pelo acima descrito, não há qualquer outra remuneração a ser paga, pelos Acionistas Vendedores ao Goldman Sachs ou a sociedades de seu conglomerado financeiro dependente do Preço por Ação.

Os Acionistas Vendedores declaram que não há qualquer conflito de interesses referente à atuação do Santander como instituição intermediária na Oferta. Ainda, os Acionistas Vendedores declaram que, além das informações prestadas acima, não há qualquer outro relacionamento relevante entre os Acionistas Vendedores e o Santander ou qualquer sociedade de seu grupo econômico.

INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA, OS ACIONISTAS VENDEDORES, OS COORDENADORES DA OFERTA, OS CONSULTORES E OS AUDITORES

Para fins do disposto no item 2 do Anexo III da Instrução CVM 400, esclarecimentos sobre a Companhia e a Oferta, bem como este Prospecto, poderão ser obtidos com a Companhia, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta nos seguintes endereços:

Companhia

MPM Corpóreos S.A.

Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 02, Indianópolis
CEP 04517-050, São Paulo, SP
At.: Sr. Leonardo Moreira Dias Correa
Tel.: +55 (11) 4858-3340
<http://www.espacolaser.com.br>

Acionistas Vendedores

Magnólia Fundo de Investimento em

Participações Multiestratégia

Rua Iguatemi, 151, 19º andar
CEP 01451-011, São Paulo, SP
At.: Julio Babecki
Tel.: +1 917 975-8963

SMZXP Participações Ltda.

Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800,
conj. 61, Torre 2, 6º andar
CEP 05502-001, São Paulo, SP
At.: José Carlos Semenzato
Tel.: +55 (11) 3049-0050

Acionistas Vendedores Pessoas Físicas

Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 02, Indianópolis
CEP 04517-050, São Paulo, SP
At.: Sr. Leonardo Moreira Dias Correa
Tel.: +55 (11) 4858-3340

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500,
2º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sra. Renata Dominguez
Tel.: +55 (11) 3708-8876
<http://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/>

Banco Santander (Brasil) S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2.041
e 2.235, 24º andar
CEP 04543-011, São Paulo, SP
At.: Sr. José Pedro Leite da Costa
Tel.: +55 (11) 3553-3489
<https://www.santander.com.br>

Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A.

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., nº 700,
16º andar
CEP 04542-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Fábio Federici
Tel.: +55 (11) 3371-0700
<http://www.goldmansachs.com/worldwide/brazil/>

**Consultores Legais Locais
da Companhia e dos Acionistas Vendedores**

Lefosse Advogados

Rua Tabapuã, nº 1.277, 14º andar
CEP 04533-014, São Paulo, SP
At.: Sr. Rodrigo Junqueira
Tel.: +55 (11) 3024-6100
www.lefosse.com

**Consultores Legais Locais
dos Coordenadores da Oferta**

Stocche Forbes Advogados

Av. Brigadeiro Faria Lima, 4100 - 10º andar
CEP 04538-132, São Paulo, SP
At.: Sr. Henrique Filizzola
Tel.: +55 (11) 3755-5400
www.stoccheforbes.com.br

**Consultores Legais Externos
da Companhia**

Simpson Thacher & Bartlett LLP

Avenida Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1.455,
12º andar
CEP 04543-000, São Paulo, SP
At.: Sr. Grenfel Calheiros
Tel.: +55 (11) 3546-1011
<http://www.stblaw.com/>

**Consultores Legais Externos
dos Coordenadores da Oferta**

Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom LLP

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311,
7º andar
CEP 04538-133, São Paulo, SP
At.: Sr. Filipe Areno
Tel.: +55 (11) 3708-1848
<https://www.skadden.com/>

Audidores Independentes

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909, Torre Norte
CEP 04543-011 São Paulo - SP - Brasil
At.: Sra. Alessandra Aur
Tel.: +55 (011) 2573-5780
www.ey.com.br

Declarações de Veracidade das Informações

A Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder prestaram declarações de veracidade das informações, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400. Estas declarações de veracidade estão anexas a este Prospecto, a partir da página 123.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

A Companhia estima que os recursos líquidos provenientes da Oferta Primária obtidos pela Companhia serão, após a dedução das comissões e despesas estimadas devidas no âmbito da Oferta, com base no Preço por Ação de R\$17,90, de aproximadamente (i) R\$1.143.430.969,54, sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar; (ii) R\$1.144.631.126,11, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar.

Os recursos líquidos da Oferta Primária e da Oferta Secundária correspondem a 51,9% e 48,1% da Oferta, respectivamente, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “*Informações Sobre a Oferta – Custos de Distribuição*”, na página 45 deste Prospecto. A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos que estima receber com a Oferta Primária para (i) aquisição de participação societária remanescente em sociedades controladas da Companhia, mediante o exercício das opções de compra de ações que possui em relação à tais sociedades após a Oferta; e (ii) aquisição de dez sociedades franqueadas da Companhia, as quais possuem um total de 78 franquias, sobre as quais a Companhia já celebrou memorandos de entendimento vinculantes com a finalidade de estabelecer os termos e condições de mecanismos de opções de compra da totalidade das participações societárias de tais sociedades franqueadas.

Conforme indicado no item (i) acima, parte dos recursos líquidos estimados para Oferta Primária, serão utilizados pela Companhia na aquisição de participações societárias remanescentes em sociedades controladas da Companhia, mediante o exercício de opções de compra de ações que possui com tais sociedades. A Companhia ressalta que, em relação a aquisição de sociedades franqueadas ainda não há uma posição definida sobre essas potenciais transações, nem quanto tempo tais potenciais negociações levarão para serem finalizadas, não tendo celebrado qualquer contrato definitivo para efetivar referidas aquisições, sendo uma opção da Companhia e vinculante entre as Partes. Adicionalmente, determinadas participações societárias serão adquiridas de sociedades controladas e das sociedades franqueadas que são partes relacionadas da Companhia, conforme a seguir indicado:

Em relação à DyelCorp Serviços Estéticos Ltda., Dyel Cuiabá Clínica de Estética Ltda. - ME, Dyel Porto Velho Clínicas de Estética Ltda. e Dyel Várzea Grande Clínica de Estética Ltda., o Sr. Ygor Alessandro de Moura e família possuem a totalidade da participação do capital social, tais sociedades foram adquiridas em 2018, e utilizou como métrica de precificação o múltiplo de 5x o EBITDA à época, da mesma forma que são feitas aquisições dos demais franqueados. A forma de pagamento foi parcelada havendo, portanto, um saldo a pagar que será acelerado pelo evento de liquidez (a presente Oferta), conforme previsto no contrato de compra e venda assinado entre as partes.

Em relação às sociedades franqueadas, do total de 78 lojas franqueadas, três lojas possuem como acionista minoritário o irmão do Sr. Ygor Alessandro de Moura.

Em relação às sociedades controladas que a Companhia possui opção de compra, envolvendo 218 lojas, as sociedades indicadas na tabela abaixo possuem partes relacionadas à Companhia. Tais aquisições terão como base os mesmos parâmetros de formação de preço de exercício das opções de compra que as demais sociedades, conforme detalhado no item 15.7 do Formulário de Referência da Companhia.

Nome da Sociedade	Nome da parte relacionada	Relação com a empresa	Número de lojas da Sociedade	Percentual detido da Sociedade- %
Flor do Campo - Serviços Estéticos Ltda	Paulo José Iász de Morais	Co-CEO e Acionista	1	40,0%
Flor do Campo - Serviços Estéticos Ltda	Fabio Iász de Morais	Irmão do Co-CEO e Acionista	1	10,0%
AT CORP Serviços Estéticos Ltda	Thayssa Christina de Moura	Irmã do Co-CEO e Acionista	3	20,0%
ATM CORP Serviços Estéticos Ltda	Thayssa Christina de Moura	Irmã do Co-CEO e Acionista	3	20,0%
URBAN LASER Serviços Estéticos S.A.	Thayssa Christina de Moura	Irmã do Co-CEO e Acionista	41	7,1%
Santa Úrsula Serviços Estéticos Ltda.	Thayssa Christina de Moura	Irmã do Co-CEO e Acionista	1	20,0%
Limeira Serviços Estéticos Ltda	Thayssa Christina de Moura	Irmã do Co-CEO e Acionista	2	20,0%
TJTM Serviços Estéticos S.A.	Thayssa Christina de Moura	Irmã do Co-CEO e Acionista	2	12,2%
DYELCorp Serviços Estéticos Ltda	Thayssa Christina de Moura	Ex-cunhado do Co-CEO e Acionista	10	8,2%
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	Diego Luis Milred	Esposo da Diretora da Franqueadora	10	8,5%
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	Fabio Rodrigues Salles de Oliveira	Irmão da Diretora da Franqueadora	10	3,5%
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	Juliana Utrabo Rodrigues Tubino	Prima da Diretora da Franqueadora	10	9,0%
ACLO SERVIÇOS ESTÉTICOS LTDA. - ME.	Adriana Iász de Morais Barretto	Irmã do Co-CEO e Acionista	3	24,5%
VERANO DEPILACAO LTDA	Adriana Iász de Morais Barretto	Irmã do Co-CEO e Acionista	1	12,3%
VERANO DEPILACAO LTDA	Bruno Henrique Pinto Semenzato	Filho do Acionista	1	8,2%
ALEXANDRITE ESTÉTICA E LASER LTDA. - ME.	Adriana Iász de Morais Barretto	Irmã do Co-CEO e Acionista	2	24,5%
APL Participações Societárias S.A.	Ramon Leão Netto	Diretor Regional	33	10,5%

Parte dos contratos de financiamento da Companhia contém cláusulas restritivas e *covenants* financeiros. Em especial, algumas dessas cláusulas a impedem de incorrer em dívida adicional ou de efetuar pagamentos, caso alguns índices e testes financeiros não sejam cumpridos. Esses índices e testes financeiros têm como base o atingimento de certos níveis de EBITDA (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida) e dívida bruta. Em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento líquido da Companhia era de 4,6x. Caso, em 31 de dezembro de 2020, este índice continue superior a 2,5x, ou em qualquer outro período de aferição os índices financeiros em questão sejam descumpridos e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis de referidos contratos, e o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia poderá ser afetada de maneira relevante e adversa. Além disso, alguns dos contratos financeiros celebrados contém cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-default* ou *cross-acceleration*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia. Para mais informações sobre os *covenants* financeiros da Companhia, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência.

Em 31 de dezembro de 2020, com base nas demonstrações financeiras preliminares e não auditadas referentes a tal exercício, o índice de endividamento líquido (quociente “**Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA**”) era equivalente a 2,2x, portanto, inferior ao parâmetro de 2,5x previsto em determinados contratos financeiros da Companhia. No entanto, a efetiva verificação do cumprimento do índice financeiro se dará com base nas demonstrações financeiras devidamente auditadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Na hipótese de, após a auditoria das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, haver uma divergência entre os valores apurados nas demonstrações financeiras preliminares e não auditadas e nas demonstrações financeiras auditadas e o índice apurado esteja acima de 2,5x, a Companhia estará em descumprimento das cláusulas que exigem a manutenção do referido índice financeiro, o que poderá resultar no vencimento antecipado das dívidas que preveem o referido índice financeiro, bem como o vencimento antecipado dos instrumentos financeiros da Companhia que contenham previsão de vencimento ou inadimplemento cruzado. Considerando os instrumentos que preveem o índice financeiro e os instrumentos que preveem vencimento antecipado cruzado, o descumprimento do índice financeiro pode representar uma obrigação de antecipação de pagamentos no montante de até R\$391.793.329,67, valor este que representa cerca de 34% dos recursos líquidos da Oferta Primária. Nesta hipótese, a Companhia iniciará tratativas para obtenção de renúncia da obrigação de adimplir com referidos *covenants (waivers)* junto a cada instituição financeira credora de suas dívidas que contenham tais restrições, conforme indicadas na Seção 10.1 (f) (iv) do Formulário de Referência. Para mais informações a esse respeito vide fator de risco “*A Companhia pode não ser capaz de cumprir com os índices financeiros ou outras disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) previstos em contratos que compõem o endividamento atual.*”, na seção “*Principais Fatores de Risco Relativos à Companhia*” na página 66 deste Prospecto. No entanto, caso haja o descumprimento em questão, a Companhia não pode garantir que será capaz de obter as renúncias necessárias junto a seus credores. Neste sentido, caso haja o vencimento antecipado de referidas dívidas, a Companhia poderá utilizar parcela dos recursos líquidos da Oferta Primária, bem como recursos de seu caixa próprio para realizar o pagamento antecipado dos contratos financeiros que venham a ser declarados vencidos antecipadamente.

A tabela abaixo resume os percentuais e valores estimados das destinações dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária, (i) considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar; e (ii) considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar:

	Percentual Estimado dos Recursos líquidos	Valor Estimado Líquido⁽¹⁾⁽²⁾⁽³⁾	Valor Estimado Líquido⁽¹⁾⁽²⁾⁽⁴⁾
	<i>(%)</i>	<i>(em R\$)</i>	<i>(em R\$)</i>
Aquisição de sociedades controladas.....	79,2%	905.216.184,22	906.166.308,17
Aquisição de franqueados.....	20,8%	238.214.785,32	238.464.817,94
Total.....	100,0%	1.143.430.969,54	1.144.631.126,11

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,90.

(2) Considerando a dedução das comissões e despesas estimadas para a Companhia na Oferta.

(3) Considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(4) Considerando as Ações Adicionais e as Ações do Lote Suplementar.

A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez, tais como títulos de dívida pública e aplicações financeiras de renda fixa contratados ou emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

A Companhia não receberá qualquer recurso decorrente da Oferta Secundária, por se tratar exclusivamente de Ações de titularidade dos Acionistas Vendedores. Portanto, os recursos provenientes da Oferta Secundária serão integralmente destinados aos Acionistas Vendedores.

Para informações sobre o impacto dos recursos líquidos decorrentes da Oferta em nossa situação patrimonial e nos resultados da Companhia, veja a seção “Capitalização” na página 95 deste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta a capitalização total da Companhia, correspondente por empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivo de arrendamento (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido da Companhia, em 30 de setembro de 2020, indicando (i) a posição efetiva em 30 de setembro de 2020; (ii) o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária no montante de R\$1.143.430.969,54 (considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar), com base no Preço por Ação de R\$17,90; e (iii) o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária no montante de R\$1.144.631.126,11 (considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar), com base no Preço por Ação de R\$17,90.

As informações descritas abaixo na coluna denominada “Efetivo” foram extraídas do Formulário de Informações Trimestrais – ITR relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Os investidores devem ler a tabela abaixo em conjunto com as seções “3. Informações Financeiras Seleccionadas” e “10. Comentários dos Diretores” do Formulário de Referência da Companhia, anexo a este Prospecto, bem como as Informações Trimestrais da Companhia, anexas a este Prospecto.

	Efetivo	Ajustado Pós-Oferta ⁽²⁾⁽⁴⁾	Ajustado Pós-Oferta ⁽³⁾⁽⁴⁾
	<i>(em milhões de R\$)</i>		
Empréstimos e financiamentos (circulante).....	143	143	143
Empréstimos e financiamentos (não circulante).....	345	345	345
Passivo de Arrendamento (circulante).....	15	15	15
Passivo de Arrendamento (não circulante).....	33	33	33
Patrimônio Líquido	224	1.368	1.369
Capitalização Total⁽¹⁾.....	760	1.903	1.905

(1) Corresponde à soma do total dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), passivos de arrendamento (circulante e não circulante) e o patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020. A definição aqui prevista pode variar das usadas por outras companhias.

(2) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária estimados, com base no Preço por Ação de R\$17,90, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(3) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos provenientes da Oferta Primária estimados, com base no Preço por Ação de R\$17,90, considerando as Ações Adicionais, mas sem considerar as Ações do Lote Suplementar.

(4) Não inclui eventuais valores que a Companhia e/ou suas controladas precisem desembolsar para eventuais pagamentos antecipados das dívidas que poderão ser vencidas antecipadamente em razão de eventual descumprimento do *Covenant* Financeiro, no montante de até R\$391.793.329,67, o que corresponde ao valor total da dívida da Companhia sujeita a *covenant* financeiro e da dívida da Companhia sujeita a vencimento antecipado cruzado em 31 de dezembro de 2020. Para mais informações, veja o item 10.1(f) do Formulário de Referência e o fator de risco “A Companhia pode não ser capaz de cumprir com os índices financeiros ou outras disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) previstos em contratos que compõem o endividamento atual” na página 21 deste Prospecto.

DILUIÇÃO

Os investidores que participarem da Oferta sofrerão diluição imediata de seu investimento, calculada pela diferença entre o Preço por Ação e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a conclusão da Oferta.

Em 30 de setembro de 2020, o valor do patrimônio líquido da Companhia era de R\$224 milhões e o valor patrimonial por ação de sua emissão, na mesma data, era de R\$25,48. O referido valor patrimonial por ação representa o valor do patrimônio líquido da Companhia, dividido pelo número total de ações ordinárias de sua emissão em 30 de setembro de 2020.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2020, foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação preferencial para uma ação ordinária, passando o capital social da Companhia a ser dividido em 8.801.583 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nos termos do artigo 136, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, a referida conversão foi ratificada em Assembleia Geral Especial de acionistas titulares das ações preferenciais de emissão da Companhia objeto da conversão.

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 7 de janeiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o desdobramento de ações, sem modificação do valor do capital social da Companhia, à razão de 20 ações para 1 ação de emissão da Companhia, ordinária, nominativa e sem valor nominal, na forma do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de que o capital social da Companhia resultasse no total de 176.031.660 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Após o referido desdobramento, o valor patrimonial por ação de emissão da Companhia passou a ser de R\$1,27, considerando o valor do patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020.

Considerando a emissão da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar, pelo Preço por Ação de R\$17,90, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia estimado em 30 de setembro de 2020 seria de R\$1.367.758.969,54, representando um valor patrimonial de aproximadamente R\$5,63 por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020, após o desdobramento ocorrido em 7 de janeiro de 2021, bem como as ações emitidas no contexto da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R\$4,35 para os acionistas existentes, e uma diminuição imediata por Ação de R\$13,55 para novos investidores que investirem em nossas Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Considerando a emissão da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia no âmbito da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar, pelo Preço por Ação de R\$17,90, e após a dedução das comissões e das despesas estimadas devidas pela Companhia no âmbito da Oferta, o patrimônio líquido da Companhia estimado em 30 de setembro de 2020 seria de R\$1.368.959.126,11, representando um valor patrimonial de aproximadamente R\$5,63 por ação ordinária de emissão da Companhia, considerando a quantidade total de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020, após o desdobramento ocorrido em 7 de janeiro de 2021, bem como as ações emitidas no contexto da Oferta Primária, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar. Isso significaria um aumento imediato no valor do nosso patrimônio líquido por ação de R\$4,36 para os acionistas existentes, e uma diminuição imediata por Ação de R\$13,54 para novos investidores que investirem em nossas Ações no âmbito da Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Ação pago pelos investidores na Oferta e o valor patrimonial contábil por ação imediatamente após a Oferta.

Para informações detalhadas acerca das comissões e despesas da Oferta, veja a seção “*Informações Sobre à Oferta – Custos de Distribuição*”, na página 45 deste Prospecto.

A tabela abaixo ilustra a diluição por Ação, com base no patrimônio líquido da Companhia em 30 de setembro de 2020, considerando a realização da Oferta:

	Após a Oferta ⁽⁵⁾	Após a Oferta ⁽⁶⁾
	<i>(em milhões de R\$)</i>	
Preço por Ação ⁽¹⁾	17,90	17,90
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020 após o desdobramento ocorrido em 7 de janeiro de 2021 ⁽²⁾	1,27	1,27
Valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020 após o desdobramento ocorrido em 7 de janeiro de 2021 e ajustado para refletir a Oferta.....	5,63	5,63
Aumento do valor patrimonial contábil líquido por ação de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020 após o desdobramento ocorrido em 7 de janeiro de 2021 para os atuais acionistas.....	4,35	4,36
Diluição do valor patrimonial contábil por ação de emissão da Companhia dos novos investidores ⁽³⁾	13,55	13,54
Percentual de diluição imediata resultante da Oferta ⁽⁴⁾	75,68%	75,66%

⁽¹⁾ Considerando a subscrição das Ações, com base no Preço por Ação de R\$17,90.

⁽²⁾ O valor patrimonial por ação de emissão da Companhia representa o valor do patrimônio líquido consolidado da Companhia, dividido pelo número total de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020.

⁽³⁾ Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o preço por ação de emissão da Companhia, calculado com base no Preço por Ação a ser pago pelos investidores, e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a conclusão da Oferta.

⁽⁴⁾ O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

⁽⁵⁾ Considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar.

⁽⁶⁾ Considerando a colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da Oferta não guarda relação com o valor patrimonial das ações de emissão da Companhia e foi fixado com base na conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da Oferta, veja a seção “*Informações Sobre a Oferta*” nas páginas 38 a 65 deste Prospecto.

A realização da Oferta Secundária não resultará em nenhuma mudança no número de ações de emissão da Companhia, nem em alteração em seu patrimônio líquido, uma vez que os recursos recebidos, nesse caso, serão integralmente entregues aos Acionistas Vendedores.

Planos de Outorga de Opções de Compra de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de julho de 2014, os acionistas da Companhia aprovaram o primeiro plano de opção de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Plano**”). De acordo com suas disposições, são elegíveis a receber opções de compra de ações de emissão da Companhia (“**Opções**”), os administradores, empregados e prestadores de serviços, atuais e futuros, da Companhia ou de suas subsidiárias. Nos termos do Plano podem ser outorgadas, considerando o desdobramento de ações aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de janeiro de 2021, até 1.212.580,00 Opções, sendo que cada uma atribuirá ao seu titular o direito à aquisição de uma ação de emissão da Companhia, a serem exercidas no período de 5 anos ou durante a realização da Oferta.

Cálculo da diluição considerando as opções que já foram outorgadas e não exercidas, bem como as opções que ainda poderão ser outorgadas no âmbito do Plano.

A tabela abaixo apresenta os efeitos hipotéticos do exercício de todas as opções outorgadas, mas ainda não exercidas, bem como aquelas passíveis de outorga no âmbito do Plano, considerando um preço de exercício das opções de R\$3,98 por ação, atualizado monetariamente em 30 de setembro de 2020, que representa a média ponderada do preço de exercício de todas as opções já outorgadas, passíveis de exercício, mas ainda não exercidas, no âmbito do Plano:

	Em R\$, exceto quantidade de ações e %
Preço por Ação ⁽¹⁾	17,90
Quantidade de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2020 após o desdobramento ocorrido em 7 de janeiro de 2021	176.031.660
Quantidade de ações a serem emitidas no âmbito da Oferta Primária ⁽²⁾	67.039.106
Quantidade de ações passíveis de serem emitidas em decorrência do exercício de todas as opções outorgadas, mas ainda não exercidas, bem como aquelas passíveis de outorga, no âmbito do Plano	1.212.580
Valor patrimonial contábil por ação em 30 de setembro de 2020.....	1,27
Valor patrimonial contábil por Ação em 30 de setembro de 2020 considerando a Oferta e o exercício de todas as opções outorgadas, mas ainda não exercidas, bem como aquelas passíveis de outorga, no âmbito do Plano ⁽¹⁾⁽²⁾	5,62
Aumento do valor contábil patrimonial líquido por ação em 30 de setembro de 2020 para os atuais acionistas, considerando todos os eventos acima ⁽³⁾	4,34
Diluição do valor patrimonial contábil por Ação para os novos investidores da Oferta, considerando todos os eventos acima ⁽⁴⁾	13,56
Percentual de diluição imediata resultante dos eventos descritos acima ⁽⁴⁾	75,73%

(1) Com base no Preço por Ação de R\$17,90.

(2) Considerando a colocação das Ações Adicionais, mas sem considerar a colocação das Ações do Lote Suplementar.

(3) Para os fins aqui previstos, diluição representa a diferença entre o Preço por Ação a ser pago pelos investidores e o valor patrimonial líquido por ação de emissão da Companhia imediatamente após a realização dos eventos descritos acima.

(4) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores é obtido por meio da divisão do valor da diluição dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Para mais informações sobre o Plano, ver item “13.4 Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto.

Histórico do Preço de Emissão de Ações

Nos últimos cinco anos a Companhia realizou os seguintes aumentos de capital:

Data do Aumento	Órgão que deliberou o aumento	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias / Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão ⁽¹⁾	Fator cotação
11/11/2019	Assembleia Geral	90.000.00,00	Subscrição particular	Sem emissão de ações	Sem emissão de ações	1071%	Sem emissão de ações	R\$ por Unidade
21/02/2018	Assembleia Geral	0,05	Subscrição particular	Sem emissão de ações	Sem emissão de ações	–	Sem emissão de ações	R\$ por Unidade

Para informações adicionais referentes aos últimos aumentos do capital social da Companhia, veja o item “17.2. Aumentos do Capital Social” do Formulário de Referência, anexo a este Prospecto Definitivo.

ANEXOS

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A REALIZAÇÃO DA OFERTA

ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO MAGNÓLIA FIP REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019, 2018 E 2017

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA MPM CORPÓREOS S.A.

Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/ME nº 26.659.061/0001-59
NIRE 35.300.498.607

Capítulo I Denominação, Sede, Foro, Objeto Social e Prazo de Duração

Artigo 1º. A MPM Corpóreos S.A. (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima de capital autorizado, regida pelo presente estatuto social (“**Estatuto Social**”) e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º. Com a admissão da Companhia no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**” e “**Novo Mercado**”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Novo Mercado (“**Regulamento do Novo Mercado**”).

Parágrafo 2º. As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto Social.

Parágrafo 3º. A Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado, deverão observar os prazos, as obrigações e os procedimentos previstos no Regulamento para Listagem de Emissores e Admissão à Negociação de Valores Mobiliários da B3, no Manual do Emissor da B3 e no Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050.

Parágrafo único. A Companhia poderá abrir, manter, transferir, extinguir e alterar endereço de filiais, escritórios, agências, depósitos e quaisquer outros estabelecimentos, em qualquer ponto do país ou do exterior, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º. A Companhia tem por objeto social a participação como acionista, sócia ou quotista de sociedades empresárias, personificadas ou não, no Brasil ou no exterior, que desenvolvam direta ou indiretamente atividades de depilação, estética facial, capilar e, de modo geral, corporal e a comercialização de produtos cosméticos e de cuidados corporais.

Capítulo II Capital Social e Ações

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$98.403.252,05 (noventa e oito milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos) dividido em 176.031.660 (cento e setenta e seis milhões, trinta e uma mil, seiscentas e sessenta) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo 1º. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a 1 (um) voto nas Assembleias Gerais de acionistas da Companhia. A propriedade das ações será comprovada pelo registro existente na conta do acionista junto à instituição depositária.

Parágrafo 2º. As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Parágrafo 3º. Mediante a aprovação do Conselho de Administração e observado o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”) e nas demais normas aplicáveis, a Companhia poderá adquirir suas próprias ações. Essas ações deverão ser mantidas em tesouraria, alienadas ou canceladas, conforme for decidido pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso, nos termos da regulamentação aplicável da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”).

Parágrafo 4º. Para fins de reembolso, de acordo com as hipóteses previstas em lei, o valor da ação será determinado com base no valor econômico da Companhia, apurado em avaliação procedida por empresa especializada indicada e escolhida em conformidade com o disposto no artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 6º. Mediante deliberação do Conselho de Administração da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de até 240.000.000 (duzentas e quarenta milhões de ações) de ações ordinárias pela Companhia.

Parágrafo 1º. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, subscrição, forma e prazo de integralização, preço por ação, forma de colocação (pública ou privada) e sua distribuição no país e/ou no exterior.

Parágrafo 2º. A critério do Conselho de Administração, poderá ser realizada emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos na legislação e na regulamentação aplicáveis, dentro do limite do capital autorizado.

Artigo 7º. As ações de emissão da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, perante instituição financeira autorizada pela CVM.

Parágrafo único. Observados os limites máximos fixados pela CVM, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações.

Artigo 8º. Fica vedada a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias pela Companhia.

Artigo 9º. Observado o disposto neste Estatuto Social, notadamente o disposto no Artigo 6º, Parágrafo 2º, e na Lei das Sociedades por Ações, os acionistas terão direito de preferência para, na proporção de sua respectiva participação acionária, subscrever ações, bônus de subscrição e outros valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia.

Artigo 10. A não integralização do valor subscrito pelo subscritor, nas condições previstas no boletim ou na chamada requerida pelo órgão da administração, constituirá, de pleno direito, o acionista remisso em mora, de acordo com os artigos 106 e 107 da Lei das Sociedades por Ações, sujeitando-se o subscritor ao pagamento do valor em atraso corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços ao Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGP-M/FGV) ou por outro índice que vier a substituí-lo, na menor periodicidade legalmente

admitida, além de juros de 12% (doze por cento) ao ano, *pro rata temporis*, e multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor da prestação em atraso, devidamente atualizada.

Capítulo III Assembleia Geral de Acionistas

Artigo 11. As Assembleias Gerais de acionistas realizar-se-ão (a) ordinariamente, uma vez por ano, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes à data de encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (b) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições deste Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas.

Parágrafo único. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Artigo 12. Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas serão convocadas pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das demais hipóteses previstas no artigo 123, parágrafo único, da Lei das Sociedades por Ações e neste Estatuto Social, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações, será considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as Assembleias Gerais somente se instalarão e validamente deliberarão em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total das ações com direito a voto representativas do capital social e, em segunda convocação, com qualquer número, sendo que para as deliberações não se computarão os votos em branco.

Parágrafo 2º. O edital de convocação deverá indicar a hora, data e local em que será realizada a Assembleia Geral, bem como as matérias a serem deliberadas na respectiva Assembleia Geral, sendo que a ordem do dia não poderá incluir itens genéricos como “outras matérias de interesse da Companhia”.

Parágrafo 3º. Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 4º. O acionista que comparecer à Assembleia Geral munido dos documentos que comprovem sua condição de acionista referidos no artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, até o momento da abertura dos trabalhos em Assembleia Geral, poderá participar e votar, ainda que tenha deixado de apresentá-los previamente.

Parágrafo 5º. As Assembleias Gerais serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer membro do Conselho de Administração ou da Diretoria por ele indicado, competindo-lhe, na qualidade de presidente da mesa, escolher o secretário, dentre os presentes.

Parágrafo 6º. O exercício do direito de voto nos casos especiais de condomínio, acordos de acionistas, usufruto e de ações empenhadas ou alienadas fiduciariamente fica sujeito às exigências legais específicas e às comprovações estabelecidas em lei.

Parágrafo 7º. Não poderá votar na Assembleia Geral o acionista com direitos sociais suspensos na forma dos artigos 120 e 122, inciso V, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 8º. O acionista não poderá votar nas deliberações relativas a laudo de avaliação dos bens com que concorrer para o capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia.

Parágrafo 9º. Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata em livro próprio, assinada pelos membros da mesa e pelos acionistas presentes, na forma da legislação e regulamentação aplicáveis. Da ata extrair-se-ão certidões ou cópias autênticas para os fins legais.

Artigo 13. Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e, ainda:

- (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- (ii) fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iii) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (iv) alterar este Estatuto Social e/ou deliberar acerca do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista, nas assembleias de sócios das subsidiárias da Companhia, com relação à alteração do estatuto social ou contrato social das referidas sociedades;
- (v) deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão, consolidação ou outra reorganização societária ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- (vi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- (vii) deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- (viii) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (ix) aprovar a saída do Novo Mercado;
- (x) aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM;
- (xi) aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM ou saída do Novo Mercado, conforme previsto no Capítulo VII deste Estatuto Social;

- (xii) aprovar a venda, disposição, arrendamento, locação ou transferência de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (xiii) aprovar investimento fora do objeto social da Companhia, observado o disposto no artigo 117, parágrafo 1º, alínea (a), da Lei das Sociedades por Ações; e
- (xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto acima, o presidente da mesa da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições de acordos de acionistas eventualmente arquivados na sede da Companhia, não sendo permitido o cômputo de votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos de acionistas, nos termos do artigo 118, parágrafo 8º, da Lei das Sociedades por Ações.

Capítulo IV Dos Órgãos da Administração

Seção I Das Disposições Comuns

Artigo 14. A administração da Companhia será exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, na forma da lei e deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º. A posse dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador ou conselheiro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 40 deste Estatuto Social, sendo dispensada qualquer garantia de gestão, e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 2º. A assinatura do termo de posse deverá ser realizada nos 30 (trinta) dias subsequentes à eleição, sob pena da nomeação tornar-se sem efeito, salvo justificação aceita pelo respectivo órgão da administração para o qual o administrador tiver sido eleito.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão formalizar sua adesão às políticas internas em vigor da Companhia na data de posse.

Parágrafo 4º. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos e novos titulares, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Parágrafo 5º. Observado o disposto na Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, a Companhia deverá divulgar a renúncia ou a destituição dos seus administradores até o dia útil seguinte em que a Companhia for comunicada da referida renúncia ou em que for aprovada referida destituição.

Parágrafo 6º. A Assembleia Geral fixará a remuneração, de forma individual ou global, anual para distribuição entre os administradores e caberá ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da remuneração individualmente.

Parágrafo 7º. Só será dispensada a convocação prévia de reunião de qualquer órgão da administração como condição de sua validade se presentes todos os seus membros. São considerados presentes os administradores que manifestarem seu voto por meio da

delegação feita em favor de outro membro do respectivo órgão, por voto escrito antecipado ou por voto escrito transmitido por e-mail ou por qualquer outro meio legítimo de comunicação que possa ser comprovada a sua autoria e origem, neste caso, até o encerramento da respectiva reunião.

Seção II Do Conselho de Administração

Artigo 15. O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 7 (sete) e, no máximo, 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil ou no exterior, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) conselheiros ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização como conselheiro independente ser deliberada pela Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s), enquanto houver acionista controlador, o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Parágrafo 2º. Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo anterior, resultar número fracionário de conselheiros independentes, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

Parágrafo 3º. O Conselho de Administração terá um Presidente eleito pela maioria de votos dos membros do Conselho de Administração. Em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, as suas funções serão exercidas pelo membro do Conselho de Administração indicado na forma do Artigo 16, Parágrafo 1º, deste Estatuto Social.

Parágrafo 4º. O Presidente terá, além do próprio voto, o voto de desempate, em caso de empate na votação em decorrência de eventual composição de número par de membros do Conselho de Administração. Cada membro do Conselho de Administração terá direito a 1 (um) voto nas deliberações do órgão.

Parágrafo 5º. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto nos casos de vacância, sendo que, nesse caso, a Companhia deverá (i) divulgar a acumulação de cargos em decorrência da vacância até o dia útil seguinte ao da ocorrência; (ii) divulgar, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da vacância, as providências tomadas para cessar a acumulação dos cargos; e (iii) cessar a acumulação no prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 6º. Em caso de vacância de cargo, impedimento ou ausência permanente de qualquer membro do Conselho de Administração, os membros do Conselho de Administração remanescentes deverão nomear substituto, que servirá até a primeira Assembleia Geral da Companhia, a qual deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da vacância ou impedimento do cargo.

Artigo 16. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com cronograma a ser definido pelos membros do Conselho de Administração na primeira reunião de cada ano, e extraordinariamente, sempre que for necessário.

Parágrafo 1º. O Presidente do Conselho de Administração presidirá as reuniões do Conselho de Administração e deverá nomear um dos presentes (o qual não precisa ser

membro do Conselho de Administração) para atuar na qualidade de secretário. Em caso de ausência do Presidente do Conselho de Administração, a maioria dos membros do Conselho de Administração presentes decidirá quem presidirá a reunião, cabendo ao substituto indicar entre os presentes aquele que atuará como secretário da reunião.

Parágrafo 2º. O Presidente do Conselho de Administração poderá dispensar uma reunião do Conselho de Administração, em até 5 (cinco) dias da sua realização, se não houver matérias a serem discutidas e aprovadas pelo Conselho de Administração, exceto se ao menos 2 (dois) membros do Conselho de Administração requererem a realização de tal reunião ao Presidente dentro de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação de dispensa. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente ou por qualquer outro membro, se e quando solicitado e autorizado pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º. Sem prejuízo do disposto acima, a convocação das reuniões do Conselho de Administração, com a designação de dia, hora e a especificação detalhada das matérias que serão objeto de discussão e deliberação, será encaminhada por escrito e/ou por correspondência eletrônica, aos membros do Conselho de Administração, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, em 1ª (primeira) convocação, e 3 (três) dias de antecedência, em 2ª (segunda) convocação.

Parágrafo 4º. Não obstante as formalidades previstas no Parágrafo 1º acima, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas devidamente instaladas e regulares quando a totalidade de seus membros estiver presente, nos termos do Artigo 14, Parágrafo 7º, acima e reputar-se-ão válidas as deliberações tomadas pela maioria dos votos dos presentes, ressalvadas as hipóteses especiais previstas na Lei das Sociedades por Ações e observado o disposto no Artigo 19, Parágrafo 2º, deste Estatuto Social.

Artigo 17. As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença, inclusive de forma remota, (i) em 1ª (primeira) convocação, com a presença de todos os membros eleitos do Conselho de Administração; e (ii) em 2ª (segunda) convocação, com a presença da maioria dos membros eleitos do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º. Os membros do Conselho de Administração poderão participar remotamente das reuniões do Conselho de Administração, por teleconferência ou videoconferência, desde que (i) seja possível a identificação do(s) membro(s) que estiver(em) participando remotamente; e (ii) enviem por carta ou comunicação eletrônica (e-mail) (com confirmação de recebimento) para o Presidente do Conselho de Administração, na data de ocorrência da referida reunião do Conselho de Administração, cópia assinada do voto proferido na reunião do Conselho de Administração da qual participou de forma remota, voto este que deverá ser arquivado na sede da Companhia. Na presente hipótese, a reunião deverá ser considerada realizada no local onde se encontrava o Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º. Sem prejuízo do disposto no Parágrafo 3º abaixo, no caso de ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, o membro ausente poderá indicar seu substituto dentre os demais membros do Conselho de Administração, para representá-lo e deliberar e votar, na reunião a qual não puder estar presente, as matérias especificadas na autorização, por meio de carta entregue ou correio eletrônico ao Presidente do Conselho de Administração, com prova de recebimento. Tais autorizações devem ser arquivadas no livro próprio em que forem lavradas as atas das reuniões do Conselho de Administração, nos termos do Parágrafo 4º abaixo.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho de Administração que indicarem representantes, nos termos do Parágrafo 2º acima, serão considerados, para todos os efeitos, presentes à respectiva reunião.

Parágrafo 4º. Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio, assinadas por todos os membros presentes, observado o disposto no parágrafo anterior, devendo ser arquivadas na Junta Comercial e publicadas aquelas que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Parágrafo 5º. Os Diretores deverão fornecer ao Conselho de Administração toda e qualquer informação requisitada em relação à Companhia e suas controladas e coligadas e, caso solicitados, deverão comparecer às reuniões do Conselho de Administração a fim de prestar esclarecimentos.

Parágrafo 6º. É vedada a deliberação pelo Conselho de Administração de assunto que não tenha sido incluído na notificação de convocação, ressalvado o caso em que todos os membros do Conselho de Administração compareçam à reunião e concordem em deliberá-la.

Artigo 18. O Conselho de Administração poderá criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração, além das demais atribuições estabelecidas na legislação aplicável ou neste Estatuto Social, observado que, em relação às matérias que sejam de competência dos órgãos deliberativos das subsidiárias da Companhia, a atribuição do Conselho de Administração da Companhia consistirá na definição do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista, nas referidas deliberações:

- (i) eleger e destituir os membros da Diretoria da Companhia e de suas subsidiárias e fixar-lhes as atribuições;
- (ii) fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;
- (iii) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social;
- (iv) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (v) estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas sociedades controladas, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos;
- (vi) aprovar o orçamento anual da Companhia e/ou de suas subsidiárias (“**Orçamento Anual**”), bem como qualquer modificação ou aditamento ao mesmo, sendo certo que, caso um Orçamento Anual não seja aprovado pelo Conselho de Administração por qualquer razão em um determinado exercício social, então o último Orçamento Anual será mantido e todos os números contidos em tal Orçamento Anual deverão ser aumentados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“**IPCA**”), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no exercício social imediatamente anterior;

- (vii) aprovar o plano de negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias (“**Plano de Negócios**”) para os próximos 5 (cinco) anos, conforme aplicável, bem como qualquer modificação ou aditamento ao mesmo, sendo certo que, caso um Plano de Negócios não seja aprovado pelo Conselho de Administração por qualquer razão em um determinado exercício social, então o último Plano de Negócios será mantido;
- (viii) deliberar sobre qualquer aquisição ou alienação de ativos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias (exceto por participações societárias em outras sociedades), superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por operação, exceto se estiver previsto no Orçamento Anual;
- (ix) aprovar a constituição de qualquer sociedade, bem como qualquer aquisição ou alienação de ações, quotas ou outros valores mobiliários que confirmam ao seu titular direito a participação societária, emitidas por qualquer entidade, associações e/ou joint ventures pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, exceto se estiver previsto no Orçamento Anual;
- (x) deliberar sobre a celebração, aditamento substancial ou término de qualquer acordo de acionistas, acordo de associação ou qualquer acordo de voto similar, em conexão com a participação societária detida pela Companhia em outras entidades;
- (xi) aprovar qualquer despesa de capital pela Companhia e/ou suas subsidiárias superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por transação ou em uma série de transações em um período subsequente de 12 (doze) meses, exceto se previsto no Orçamento Anual;
- (xii) aprovar resgate, recompra ou amortização de qualquer valor mobiliário de emissão das subsidiárias da Companhia;
- (xiii) deliberar sobre a constituição de gravames sobre os valores mobiliários de emissão das subsidiárias detidos pela Companhia;
- (xiv) aprovar qualquer forma de associação ou parceria da Companhia e/ou de suas subsidiárias com qualquer terceiro, incluindo *joint ventures*;
- (xv) aprovar a contratação de qualquer indivíduo, cuja remuneração anual e total, incluindo salário, bônus e outros benefícios, seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por ano;
- (xvi) nomear e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (xvii) deliberar sobre qualquer decisão ou escolha relevante com respeito a matérias tributária ou contábil, e modificação de qualquer método, prática, procedimento ou política relevante sobre contabilidade tributária, exceto se tal modificação seja obrigatória pela lei aplicável;
- (xviii) celebrar quaisquer contratos que poderiam limitar ou restringir qualquer direito de propriedade intelectual da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (xix) aprovar o ajuizamento de qualquer litígio ou celebrar acordo sobre qualquer litígio envolvendo valor acima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em nome da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- (xx) declarar dividendos intermediários ou intercalares, conforme previsto no Artigo 30 deste Estatuto Social, observado o disposto em lei;

- (xxi) autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6º deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- (xxii) autorizar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- (xxiii) aprovar o registro de qualquer das subsidiárias da Companhia como companhia aberta ou companhia com permissão para emitir qualquer tipo de valor mobiliário admitido a negociação no mercado de capitais, bem como de qualquer outra oferta pública de ações ou valores mobiliários de emissão de qualquer das subsidiárias da Companhia;
- (xxiv) outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como os administradores, empregados e prestadores de serviços de suas controladas e coligadas, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- (xxv) autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;
- (xxvi) independentemente do valor envolvido e exceto se previsto no Orçamento Anual, a celebração ou término de, ou qualquer aditamento a, qualquer contrato envolvendo a marca “Espaçolaser”, fora do escopo normal dos negócios;
- (xxvii) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- (xxviii) cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas em lei e neste Estatuto Social; e
- (xxix) definir e gerir o nível de exposição ao risco na condução dos negócios da Companhia.

Parágrafo 1º. Ao Conselho de Administração caberá ainda acompanhar e fiscalizar a gestão da Diretoria da Companhia, examinando a qualquer tempo documentos, livros e papéis da Companhia, e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, incluindo eventuais acordos de acionistas devidamente arquivados na sede da Companhia, contratos com partes relacionadas, programas de opção de aquisição de ações e de outros títulos conversíveis de emissão da Companhia.

Parágrafo 2º. Ressalvadas as transações entre partes relacionadas de valor inferior a R\$200.000,00 (duzentos mil reais), todas e quaisquer operações celebradas entre a

Companhia e qualquer de suas partes relacionadas deverão ser aprovadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, incluindo obrigatoriamente todos os conselheiros independentes.

Parágrafo 3º. Para fins do disposto no Parágrafo 4º deste Artigo 19, prevalecerá a competência da Assembleia Geral na ocasião de conflito entre as matérias a serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Parágrafo 4º. Exceto no caso dos conselheiros independentes, o exercício do direito de voto pelos membros do Conselho de Administração nas matérias previstas neste Artigo 19 e em quaisquer outras de sua competência, em especial, nas deliberações a respeito do exercício do direito de voto pela Companhia no âmbito de suas controladas e coligadas, deverá observar as disposições previstas em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, conforme aplicável.

Parágrafo 5º. Os valores previstos neste Artigo 19 deverão ser corrigidos, ao final de cada exercício social, pela variação positiva do IPCA no exercício social inteiro em questão, ou por outro índice com base similar que venha a substituí-lo.

Parágrafo 6º. Até 30 de novembro de cada exercício social, a Diretoria deverá apresentar proposta ao Conselho de Administração referente ao Orçamento Anual para o exercício social subsequente e ajustes ao plano de negócios da Companhia para os próximos 5 (cinco) exercícios sociais.

Seção III Da Diretoria

Artigo 20. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo, 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição, sendo composta pelos seguintes cargos: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro e os demais serão Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos.

Parágrafo 1º. Compete ao Diretor Presidente a busca do crescimento, a gestão estratégica da Companhia e de suas controladas, a condução geral dos negócios, a efetivação de novos negócios, a representação institucional, o planejamento estratégico, a promoção de políticas corporativas, a valorização do negócio e a maximização do retorno dos investimentos dos acionistas.

Parágrafo 2º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Parágrafo 3º. Compete ao Diretor Financeiro a capitalização e a gestão financeira da Companhia, bem como o relacionamento com o mercado financeiro. Adicionalmente, responde pelas funções corporativas de planejamento econômico-financeiro, finanças e controladoria da Companhia.

Parágrafo 4º. Caberá ao Conselho de Administração determinar atribuições adicionais aos membros da Diretoria da Companhia além das já previstas no presente Estatuto Social.

Parágrafo 5º. Os Diretores ficam dispensados de prestar caução, como permitido por lei.

Parágrafo 6º. O cargo de Diretor de Relações com Investidores pode ser acumulado por outro Diretor da Companhia.

Parágrafo 7º. Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse e a investidura dos seus respectivos substitutos. As competências dos cargos de Diretores que não tiverem sido preenchidos, ou cujo respectivo Diretor esteja impedido ou ausente, serão exercidas pelo Diretor Presidente, até a designação do Diretor que assumirá o respectivo cargo.

Parágrafo 8º. Os Diretores deverão ser pessoas com reputação ilibada, comprovada experiência prática na sua área de atuação e ausência de conflito de interesse, cujos mandatos devem ter caráter de exclusividade.

Artigo 21. Compete à Diretoria, observadas as disposições deste Estatuto Social, especialmente as competências específicas constantes do Artigo 20 deste Estatuto Social, a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições previstas neste Estatuto Social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo (i) deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos; (ii) transigir, renunciar, ceder direitos; confessar dívidas; (iii) fazer acordos; (iv) firmar compromissos; (v) contrair obrigações; (vi) celebrar contratos; (vii) adquirir, transferir e onerar bens móveis e imóveis da Companhia; (viii) prestar caução, avais e fianças; (ix) emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral; assim como (x) abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições e limites da lei, bem como aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Artigo 22. Em caso de vacância dos cargos de Diretor, será convocada reunião do Conselho de Administração para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, dentro de 45 (quarenta e cinco) dias contados da data da vacância do cargo ou verificação do impedimento.

Artigo 23. Observados os termos abaixo, a Companhia ficará obrigada:

- (i) com relação a qualquer obrigação que tenha sido expressa e previamente aprovada pela Assembleia Geral de acionistas ou pelo Conselho de Administração da Companhia:
 - (a) pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores; e
 - (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo 1º abaixo.
- (ii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de obrigações para a Companhia em montante inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações em um período subsequente de 12 (doze) meses:
 - (a) pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores; e

- (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo 1º abaixo.
- (iii) na prática de qualquer ato que resulte na assunção de obrigações para a Companhia em montante superior a R\$100.000,00 (cem mil reais), em uma única transação ou em uma série de transações em um período subsequente de 12 (doze) meses:
 - (a) pela assinatura conjunta de quaisquer 2 (dois) Diretores, sendo um deles, obrigatoriamente, o Diretor Financeiro; e
 - (b) pela assinatura de 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador, devidamente constituído na forma do Parágrafo 1º abaixo (com assinatura do Diretor Financeiro).

Parágrafo 1º. As procurações serão outorgadas pela assinatura conjunta de 2 (dois) Diretores (sendo, no caso do disposto no Artigo 23, inciso (iii), alínea (b) acima, que um dos Diretores deverá ser o Diretor Financeiro) e conterão poderes expressos para o desempenho de atividades específicas, vedado o substabelecimento, e válidas para um período limitado de, no máximo, um ano. Procurações com cláusula *ad juditia et extra* poderão ser outorgadas por prazo indeterminado e permitir o substabelecimento.

Parágrafo 2º. É vedado aos Diretores e procuradores comprometer a Companhia em operações estranhas ao negócio, objetivos e interesses da Companhia.

Artigo 24. Qualquer ato estranho ao objeto social e aos negócios da Companhia praticado por acionistas, membros do Conselho da Administração, da Diretoria, procuradores ou empregados da Companhia, como, por exemplo, avais, fianças, endossos e outras garantias dadas em benefício de terceiros, são expressamente proibidas e deverão ser ineficazes perante a Companhia e terceiros, exceto se prévia e expressamente autorizado neste Estatuto Social, pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso.

Artigo 25. As subsidiárias da Companhia deverão possuir uma Diretoria composta pelos mesmos indivíduos eleitos para ocupar os cargos de Diretores da Companhia, de tempos em tempos.

Capítulo V Do Conselho Fiscal

Artigo 26. A Companhia terá um Conselho Fiscal composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas da Companhia ou não, o qual não funcionará em caráter permanente e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nos termos da legislação e da regulamentação aplicáveis.

Parágrafo 1º. Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão, e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a eleição.

Parágrafo 2º. A posse dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado nos termos deste Estatuto Social, dar-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo referido membro empossado e contemplando a sua sujeição à cláusula compromissória de que trata o Artigo 40 deste Estatuto Social e estará condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo 3º. Os membros do Conselho Fiscal farão jus à remuneração que lhes for fixada em Assembleia Geral.

Parágrafo 4º. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar.

Parágrafo 5º. Não poderá ser eleito para o cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia aquele que incorra em qualquer hipótese legal de inelegibilidade, incluindo o caso em que ocupe cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia.

Artigo 27. O Conselho Fiscal, quando instalado, terá as atribuições previstas em lei, sendo indelegáveis as funções de seus membros. O Regimento Interno do Conselho Fiscal deverá ser elaborado, discutido e votado por seus membros na primeira reunião convocada após a sua instalação.

Capítulo VI Exercício Social e Lucros

Artigo 28. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras deverão ser preparados de acordo com os prazos e demais condições previstas na legislação aplicável.

Parágrafo único. As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas, na forma da legislação aplicável, por auditor independente, devidamente registrado na CVM.

Artigo 29. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. O lucro líquido deverá ser alocado na seguinte forma:

- (i) 5% (cinco por cento) serão destinados para a reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;
- (ii) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas, observadas as demais disposições deste Estatuto Social e a legislação aplicável; e
- (iii) eventual saldo será destinado de acordo com deliberação da Assembleia Geral.

Artigo 30. A Companhia poderá:

- (i) declarar dividendos intermediários, à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros;
- (ii) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos intercalares, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iii) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor do dividendo obrigatório, passando a integrá-los para todos os efeitos legais.

Parágrafo único. Revertem em favor da Companhia os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados por seus beneficiários dentro do prazo de 3 (três) anos contados da data em que foram colocados à disposição dos acionistas.

Artigo 31. Salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias contados da data em que forem declarados e, de qualquer modo, dentro do exercício social.

Capítulo VII Alienação de Controle, Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e Saída do Novo Mercado

Artigo 32. A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, quanto por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição de que o adquirente se obrigue a efetivar OPA, tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 33. A saída da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer em decorrência (i) de decisão do acionista controlador ou da Companhia; (ii) do descumprimento de obrigações do Regulamento do Novo Mercado; e (iii) do cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia ou da conversão de categoria do registro na CVM.

Artigo 34. A saída voluntária da Companhia do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA, respeitadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis, em especial os procedimentos previstos na regulamentação da CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta, e observados os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deverá ser justo, o qual deverá ser obtido conforme disposto no Artigo 35 deste Estatuto Social e nas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação, deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do Novo Mercado sem efetuar a venda das ações.

Parágrafo 1º. Os aceitantes da OPA não poderão ser submetidos a rateio na alienação de sua participação, observados os procedimentos de dispensa dos limites previstos na regulamentação aplicável.

Parágrafo 2º. O ofertante ficará obrigado a adquirir as ações em circulação remanescentes, pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da realização do leilão, pelo preço final do leilão da OPA, atualizado até a data do efetivo pagamento, nos termos do edital, da legislação e da regulamentação em vigor, que deve ocorrer em, no máximo, 15 (quinze) dias contados da data do exercício da faculdade pelo acionista.

Parágrafo 3º. Independentemente da previsão contida no *caput* deste Artigo 34, a saída voluntária da Companhia do Novo Mercado poderá ocorrer na hipótese de dispensa de realização da OPA aprovada pela maioria dos votos dos acionistas titulares de ações em circulação presentes em Assembleia Geral, desde que instalada em (i) primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das ações em circulação, ou (ii) segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas titulares de ações em circulação.

Artigo 35. Na OPA a ser feita pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço a ser ofertado deverá corresponder ao preço justo, ao menos igual ao valor de avaliação da Companhia apurado em laudo de avaliação de que tratam os Parágrafos 1º e 2º deste Artigo 35, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo 1º. O laudo de avaliação mencionado no *caput* deste Artigo 35 deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e

independência quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou acionista(s) controlador(es), além de satisfazer os requisitos do artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º desse mesmo artigo.

Parágrafo 2º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do preço justo a ser ofertado nos termos deste Artigo 35 é de competência privativa da Assembleia Geral, observado os requisitos previstos no Artigo 34 acima.

Artigo 36. Na hipótese de operação de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, a(s) sociedade(s) resultante(s) deverá(ão) pleitear o ingresso no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação.

Parágrafo único. Caso a operação de reorganização societária envolva sociedade resultante que não pretenda pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão anuir com essa decisão.

Artigo 37. A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado estará condicionada à efetivação de OPA a ser realizada com as mesmas características descritas no Artigo 34 deste Estatuto Social.

Parágrafo único. Na hipótese de não atingimento do percentual de que trata o *caput* do Artigo 34 deste Estatuto Social, após a realização de OPA, as ações de emissão da Companhia ainda serão negociadas pelo prazo de 6 (seis) meses no Novo Mercado, contados da realização do leilão da OPA.

Capítulo VIII Dissolução e Liquidação

Artigo 38. O falecimento, falência, insolvência, declaração de incapacidade ou retirada de qualquer dos acionistas não dissolverá a Companhia, que continuará com os demais acionistas.

Artigo 39. A Companhia dissolver-se-á nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia Geral, quando for o caso, determinar o modo de liquidação e nomear o Conselho Fiscal e o liquidante que deverão atuar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração.

Capítulo IX Resolução de Disputas

Artigo 40. A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, neste Estatuto Social, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de valores mobiliários em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do contrato de participação no Novo Mercado.

Capítulo X Disposições Gerais

Artigo 41. Este Estatuto Social rege-se pela Lei das Sociedades por Ações. Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei das Sociedades por Ações, respeitado o Regulamento do Novo Mercado.

Artigo 42. A Companhia observará, no que aplicável, as regras de divulgação de informações previstas na regulamentação da CVM e nas normas da B3, aplicáveis a companhias listadas em geral e no segmento especial de listagem denominado Novo Mercado, em particular.

Artigo 43. A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente “Beneficiários”), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Parágrafo 1º. Não são passíveis de indenização as despesas decorrentes de atos dos Beneficiários praticados (i) fora do exercício de suas atribuições; (ii) com má-fé, dolo, culpa grave ou mediante fraude; ou (iii) em interesse próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social da Companhia.

Parágrafo 2º. Caso a Companhia delibere pelo adiantamento de despesas antes de decisão final no âmbito arbitral, judicial ou administrativo, o Beneficiário estará obrigado a devolver os valores adiantados nos casos em que, após tal decisão, restar comprovado que o ato praticado pelo administrador não é passível de indenização nos termos do Parágrafo 1º deste Artigo 43 ou do respectivo contrato de indenização.

Artigo 44. A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, na forma do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 45. As disposições contidas no Artigo 7º; no Artigo 8º; nos itens (x) e, no que se refere ao cancelamento de registro de companhia aberta ou da conversão de categoria de registro perante a CVM, (xi) do Artigo 13; e no Parágrafo 5º do Artigo 14 somente terão eficácia a partir da data de concessão do registro de companhia aberta da Companhia pela CVM. As disposições contidas nos Parágrafos 1º, 2º e 3º do Artigo 1º; nos itens (ix) e, no que se refere à saída do Novo Mercado, (xi) do Artigo 13; no Parágrafo 1º do Artigo 14; nos Parágrafos 1º, 2º e 5º do Artigo 15; no item (xxvii) e nos Parágrafos 3º e 4º do Artigo 19; no Parágrafo 2º do Artigo 26; e nos Capítulos VII e IX deste Estatuto Social somente terão eficácia com a entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, a ser assinado entre a Companhia e a B3.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

MPM CORPÓREOS S.A., sociedade por ações em fase de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) na categoria A, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 26.659.061/0001-59, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“**Companhia**”), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de sua emissão, todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames (“**Ações**”), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. (“**Prospecto Preliminar**”), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. (“**Coordenador Líder**” ou “**Itaú BBA**”), do Banco Santander (Brasil) S.A. (“**Santander**”) e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. (“**Goldman Sachs**” e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, “**Coordenadores da Oferta**”), com esforços de colocação das Ações no exterior (“**Oferta**”), nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“**Instrução CVM 400**”), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.


A Companhia, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) disponibilizou para análise dos Coordenadores da Oferta e de seus assessores legais todos os documentos e informações relevantes sobre a Companhia e relacionados à Oferta;
- (ii) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ela prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (iii) as informações prestadas pela Companhia, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. (“**Prospecto Definitivo**”), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iv) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (v) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de

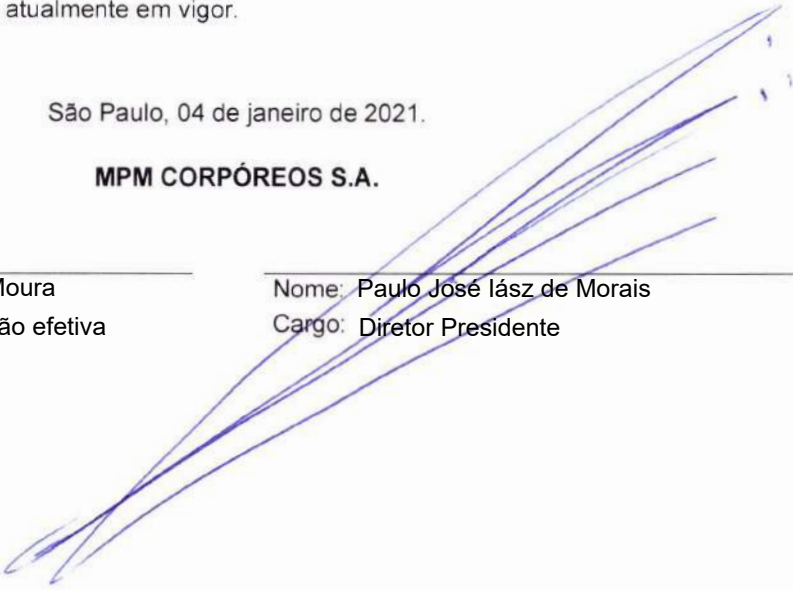
Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários – ANBIMA atualmente em vigor.

São Paulo, 04 de janeiro de 2021.

MPM CORPÓREOS S.A.



Nome: Ygor Alessandro de Moura
Cargo: Diretor sem designação efetiva



Nome: Paulo José Iász de Moraes
Cargo: Diretor Presidente

**DECLARAÇÃO DOS ACIONISTAS VENDEDORES NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA
INSTRUÇÃO CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

MAGNÓLIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIELABRATÉGIA, fundo de investimento em participações multielabratégia, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 26.290.061/0001-24, representado pelo seu administrador, BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar, CEP 01451-011, inscrita no CNPJ/ME 23.025.053/0001-62 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Empreendimentos MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e
- (iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários,

expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e atualmente em vigor.

São Paulo, 04 de janeiro de 2021.

DocuSigned by:
Daniela Bonifacio
6D2AE9CC1C2045E...

MAGNÓLIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA

Daniela Bonifacio

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

PAULO JOSÉ IASZ DE MORAIS, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Cidade de Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.204.210-0 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 091.195.798-70 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Empreendimentos MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

- (iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e atualmente em vigor.

São Paulo, 04 de janeiro de 2021.



PAULO JOSÉ IASZ DE MORAIS

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

SMZXP PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.377.621/0001-21, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4800, Conjunto 61, CEP 05502-001, neste ato representada na forma de seu contrato social ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Empreendimentos MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e atualmente em vigor.

São Paulo, 04 de janeiro de 2021.

SMZXP PARTICIPAÇÕES LTDA.



Nome: José Carlos Semenzato
Cargo: Administrador



Nome: Maria da Graça Xuxa Meneghel
Cargo: Administradora

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

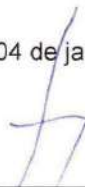
TITO VIRGÍLIO AUGUSTO VEIGA PINTO, português, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade RG nº 331.392-R SE/DPMAF/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 486.540.197-00 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Empreendimentos MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

- (iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e atualmente em vigor.

São Paulo, 04 de janeiro de 2021.



TITO VIRGÍLIO AUGUSTO VEIGA PINTO

**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

YGOR ALESSANDRO DE MOURA, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, portador da Cédula de Identidade CRM/SP nº 98.830 inscrito no CPF/ME sob o nº 651.412.881-53 ("**Acionista Vendedor**"), vem, no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade do Acionista Vendedor e dos demais acionistas vendedores identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Empreendimentos MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Banco Itaú BBA S.A. ("**Coordenador Líder**" ou "**Itaú BBA**"), do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A. ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

O Acionista Vendedor, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações por ele prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta;
- (ii) as informações prestadas pela Companhia e pelo Acionista Vendedor, no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Definitivo**"), incluindo seus respectivos anexos, bem como as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas divulgadas pela Companhia, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterà, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das ações a serem ofertadas, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as novas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários, expedido pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA e atualmente em vigor.

São Paulo, 04 de janeiro de 2021.



YGOR ALESSANDRO DE MOURA

**DECLARAÇÃO DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO
CVM 400**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



**DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400**

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com endereço na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CEP 04538-132, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ/ME) sob o nº 17.298.092/0001-30, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Coordenador Líder**"), vem, na qualidade de instituição intermediária líder da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**"), todas livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("**Ações**"), compreendendo a distribuição (i) primária de ações ordinárias a serem emitidas pela Companhia; e (ii) secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia e de titularidade dos acionistas vendedores ("**Acionistas Vendedores**") identificados no Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Preliminar**"), em ambos os casos, a ser realizada no Brasil, sob coordenação do Coordenador Líder, do Banco Santander (Brasil) S.A. ("**Santander**") e do Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo ("**Goldman Sachs**" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Santander, "**Coordenadores da Oferta**"), com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**"), apresentar a declaração de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400.

CONSIDERANDO QUE:

- (A) a Companhia, os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder constituíram seus respectivos assessores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;
- (B) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia, iniciada em 30 de setembro de 2020 ("**Auditoria**"), a qual prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A. ("**Prospecto Definitivo**");
- (C) por solicitação do Coordenador Líder, a Companhia contratou a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para aplicação dos procedimentos previstos na Norma Brasileira de Contabilidade – CTA 23, de 15 de maio de 2015, e nos termos definidos pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) no Comunicado Técnico 01/2015, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles anexos por referência;
- (D) foram disponibilizados, pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores, os documentos que a Companhia e os Acionistas Vendedores consideraram relevantes para a Oferta;
- (E) além dos documentos a que se refere o item (D) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia e aos Acionistas Vendedores, os quais a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado;

- (F) a Companhia e os Acionistas Vendedores confirmaram ter disponibilizado, para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e dos assessores legais dos Coordenadores da Oferta, com veracidade, consistência, qualidade e suficiência, todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia para análise do Coordenador Líder, dos demais Coordenadores da Oferta e dos assessores legais dos Coordenadores da Oferta, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (G) a Companhia e os Acionistas Vendedores, em conjunto com o Coordenador Líder, participaram da elaboração do Prospecto Preliminar e participarão da elaboração do Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a eles incorporados por referência, diretamente e por meio de seus respectivos assessores legais.

O Coordenador Líder, em cumprimento ao disposto no artigo 56 da Instrução CVM 400, declara que:

- (i) tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que (a) as informações prestadas pela Companhia e pelos Acionistas Vendedores no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, incluindo seus respectivos anexos e documentos a ele incorporados por referência, nas datas de suas respectivas publicações, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que integram o Prospecto Preliminar e/ou que venham a integrar o Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400 e ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários e atualmente em vigor; e

- (iii) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações a serem ofertadas, da Companhia, incluindo informações relacionadas às atividades da Companhia e à situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes à atividade da Companhia e quaisquer outras informações relevantes, incluindo os riscos que possam afetar a Companhia e a Oferta.

São Paulo, 04 de janeiro de 2021.

BANCO ITAÚ BBA S.A.

Ulton S. Machado

Nome:
Cargo:

Rodolfo Gualtero

Nome:
Cargo:

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA QUE APROVOU A
REALIZAÇÃO DA OFERTA**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP
27 10 20

MPM CORPÓREOS S.A.

CNPJ/ME nº 26.659.061/0001-59

NIRE 35.300.498.607



JUCESP PROTOCOLO
0.790.629/20-3

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020**



1 DATA, HORA E LOCAL: No dia 15 de outubro de 2020, às 10:00 horas, na sede social da MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, 762, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050.

2 PRESENCAS: Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas.

3 CONVOCAÇÃO: Dispensada a publicação do edital de convocação, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**")

4 MESA: Verificado o quórum para instalação da Assembleia, a mesa foi composta pelo Presidente, Sr. Paulo José Iasz de Moraes, e pelo Secretário, o Sr. Ygor Alessandro de Moura.

5 ORDEM DO DIA: Discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a realização da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Ações**"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**") e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("**Oferta**"); (ii) a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 29 de dezembro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 480**"); (iii) a submissão à B3 (a) do pedido de registro de emissora perante a B3 e adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações de emissão da Companhia na B3; (iv) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias (a) à obtenção do registro como emissor de valores mobiliário categoria "A" e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado; (b) ao aumento de capital social a ser realizado no contexto da Oferta; (c) à fixação do preço de emissão das Ações objeto da Oferta; (d) à aprovação dos prospectos preliminar e definitivo e dos *offering memoranda* relacionados à Oferta; (e) à aprovação de todos os termos e condições da Oferta, incluindo a celebração de todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (f) à definição à destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta.

ATA DA REUNIÃO
DE 27/03/2014

A

6 DELIBERAÇÕES: Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, foram aprovadas, por unanimidade de votos e sem ressalvas:

(i) a realização da Oferta que compreenderá a distribuição pública primária e secundária de Ações de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e que invistam no Brasil, em conformidade com a legislação brasileira aplicável. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil;

(ii) a autorização para a realização da abertura de capital da Companhia e, conseqüentemente, a submissão, pela administração da Companhia, do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480 ("**Registro de Companhia Aberta**");

(iii) a submissão à B3 (a) do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 e adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações de emissão da Companhia na B3, ficando a administração da Companhia autorizada a (x) submeter tais pedidos à B3; (y) celebrar com a B3 o Contrato de Participação do Novo Mercado; bem como (z) tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado e ao cumprimento de todas as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado ("**Adesão ao Novo Mercado**"); e

(iv) a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias (a) à obtenção do Registro de Companhia Aberta e à Adesão ao Novo Mercado; (b) ao aumento de capital social a ser realizado no contexto da Oferta; (c) à fixação do preço de emissão das Ações objeto da Oferta; (d) à aprovação dos prospectos preliminar e definitivo e dos *offering memoranda* relacionados à Oferta; (e) aprovação de todos os termos e condições da Oferta, incluindo a celebração de todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (f) à definição à destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta.

7 LAVRATURA: Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

ACIONISTAS PRESENTES:

Daniilo Barbieri
CPF: 287.297.108-47
Diretor

Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, neste ato representado por seu gestor BRL Trust Investimentos Ltda.

[Página de assinaturas da Ata da Assembleia Geral Extraordinária da MPM Corpóreas S.A., realizada em 15 de outubro de 2020.]

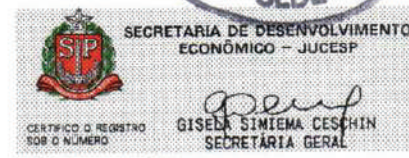
SMZXP Participações Ltda.

Jose Carlos Semenzato

Ygor Alessandro Moura

Paulo José lázs de Moraes

Tito Virgilio Augusto Veiga Pinto



JUCESP

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO MAGNÓLIA FIP REALIZADA EM
15 DE OUTUBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MAGNOLIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA
CNPJ/ME nº 26.290.061/0001-24

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

HORÁRIO E LOCAL: Às 09:00 horas, na sede social do administrador do Fundo, a **BRL TRUST INVESTIMENTOS LTDA.**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 151, 19º andar ("Administrador"), com possibilidade de participação por meio de conferência telefônica ou vídeo conferência.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Comitê de Investimentos do **MAGNOLIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA** ("Fundo"), em conformidade com o regulamento do Fundo ("Regulamento").

MESA: Presidente: Dirk Donath. **Secretário(a):** Farah Deeba Khan.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre a participação na oferta pública inicial de distribuição primária e secundária de ações ordinárias do **MPM CORPÓREOS S.A.**, sociedade por ações, inscrita sob o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia ("CNPJ/ME") nº 26.659.061/0001-59, com sede localizada cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, 762, sala 02, Indianópolis, CEP 04517-050 ("Companhia"), e, em caso de aprovação: **(A)** orientar o Administrador à comparecer na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada nos próximos 10 (dez) dias para deliberar sobre os seguintes temas: **(i)** a realização da oferta pública primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações"), a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, nos termos da Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior ("Oferta"); **(ii)** a autorização para a administração da Companhia realizar a abertura de capital da Companhia e submissão do pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 29 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); **(iii)** a submissão à B3 (a) do pedido de registro de emissora perante a B3 e adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações de emissão da Companhia na B3; **(iv)** a autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias (a) à obtenção do registro como emissor de valores mobiliário categoria "A" e do registro da Oferta, ambos perante a CVM, e da autorização pela B3 para aderir ao Novo Mercado; (b) ao aumento de capital social a ser realizado no contexto da Oferta; (c) à fixação do preço de emissão das Ações objeto da Oferta; (d) à aprovação dos prospectos preliminar e definitivo e dos *offering memoranda* relacionados à Oferta; (e) à aprovação de todos os termos e condições da Oferta, incluindo a celebração de todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (f) à definição à destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta; **(B)** autorizar o Administrador a atender em nome do Fundo em quaisquer assembleias gerais extraordinárias da Companhia, sendo que tais assembleias gerais extraordinárias da Companhia devem, de forma exclusiva, deliberar acerca de atos preparatórios a serem adotados pela Companhia para fins da Oferta, conforme termo definido abaixo, e para aprovação dos termos relacionados à própria Oferta; e **(C)** autorizar o Administrador a aprovar e assinar em nome do Fundo, na qualidade de acionista vendedor, quaisquer atos necessários no contexto da Oferta, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior

("Oferta"), nos termos da Instrução da CVM 400 e demais atos normativos aplicáveis, incluindo, mas não se limitando (a) ao conteúdo do prospecto preliminar brasileiro (incluindo o Formulário de Referência) e do prospecto definitivo brasileiro (incluindo o Formulário de Referência), (b) assinatura pelo Fundo de quaisquer declarações a serem prestadas em nome do Fundo na qualidade de acionista vendedor para fins da Oferta, em especial a declaração do artigo 56 da Instrução CVM 400, (c) assinatura pelo Fundo do pedido de registro da Oferta perante a CVM; (d) assinatura pelo Fundo do Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação da Oferta Pública de Distribuição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Contrato de Distribuição"), (e) assinatura pelo Fundo do *Placement Facilitation Agreement*, (f) assinatura pelo Fundo do Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preços de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Contrato de Estabilização"), (g) assinatura pelo Fundo do Contrato de Empréstimo de Ações, (h) assinatura dos Instrumentos de *Lock-Up*, e (i) assinatura ou aprovação pelo Fundo de quaisquer outros documentos, incluindo instrumentos acessórios, necessários para realização da Oferta pela Companhia ou necessários para alienação das ações detidas pelo Fundo na Companhia no âmbito da Oferta.

DELIBERAÇÕES: Após análise dos fornecidos pela Companhia, considerando a política de investimentos/estratégia do Fundo, os membros do Comitê de Investimentos decidiram, sem quaisquer ressalvas ou restrições, de forma unânime, aprovar conforme segue:

(A) Aprovar a orientação de voto favorável na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, de forma a:

- (i) Aprovar a realização da Oferta que compreenderá a distribuição pública primária e secundária de Ações de emissão da Companhia a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, e demais normativos aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, exclusivamente junto a investidores institucionais qualificados residentes e domiciliados nos Estados Unidos da América, conforme definidos na Regra 144A do *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América, em operações isentas de registro previstas no *Securities Act*, e a investidores nos demais países, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em ambos os casos, desde que tais investidores estrangeiros sejam registrados na CVM e que invistam no Brasil, em conformidade com a legislação brasileira aplicável. Não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na *Securities and Exchange Commission* dos Estados Unidos da América ou em qualquer agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil;
- (ii) Autorizar a realização da abertura de capital da Companhia e, consequentemente, a submissão, pela administração da Companhia, do pedido de registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480 ("Registro de Companhia Aberta");
- (iii) Autorizar a submissão à B3 (a) do pedido de registro de emissor da Companhia na B3 e adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações de emissão da Companhia na B3, ficando a administração

da Companhia autorizada a (x) submeter tais pedidos à B3; (y) celebrar com a B3 o Contrato de Participação do Novo Mercado; bem como (z) tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado e ao cumprimento de todas as regras previstas no Regulamento do Novo Mercado ("Adesão ao Novo Mercado"); e

- (iv) Autorizar que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias (a) à obtenção do Registro de Companhia Aberta e à Adesão ao Novo Mercado; (b) ao aumento de capital social a ser realizado no contexto da Oferta; (c) à fixação do preço de emissão das Ações objeto da Oferta; (d) à aprovação dos prospectos preliminar e definitivo e dos *offering memoranda* relacionados à Oferta; (e) aprovação de todos os termos e condições da Oferta, incluindo a celebração de todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (f) à definição à destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da Oferta;

(B) A recomendação ao Administrador atender em nome do Fundo nas assembleias gerais extraordinárias da Companhia relacionadas à Oferta e votar favoravelmente nas matérias da ordem do dia, desde que estritamente relacionadas a atos preparatórios da Oferta, observando a regulamentação vigente e normas aplicáveis; e

(C) A aprovação, pelo Fundo, dos atos relacionados à Oferta a ser realizada, incluindo mas não se limitando (i) assinatura pelo Fundo do pedido de registro da Oferta perante à CVM; (ii) assinatura pelo Fundo do Contrato de Distribuição, (iii) assinatura pelo Fundo do *Placement Facilitation Agreement*, (iv) assinatura pelo Fundo do Contrato de Estabilização, (v) assinatura pelo Fundo do Contrato de Empréstimo de Ações, (vi) assinatura dos Instrumentos de *Lock-Up*, e (vii) assinatura ou aprovação pelo Fundo de quaisquer outros documentos, incluindo instrumentos acessórios, necessários para realização da Oferta pela Companhia ou necessários para alienação das ações detidas pelo Fundo na Companhia no âmbito da Oferta.

Por fim, o membro do Comitê de Investimentos autorizou o Administrador a praticar todos e quaisquer atos que se fizerem necessários para implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas não se limitando, a assinatura dos documentos relativos à Oferta.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

São Paulo, 15 de outubro de 2020.

Mesa:





Dirk Donath
Presidente



Farah Deeba Khan
Secretária

MAGNOLIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIELSTRATÉGIA
CNPJ/ME nº 26.290.061/0001-24

LISTA DE PRESENÇA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS
REALIZADA EM 15 DE OUTUBRO DE 2020

Membro	Assinatura
DIRK DONATH	
FARAH DEEBA KHAN	

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2021, QUE APROVOU A FIXAÇÃO DO PREÇO POR AÇÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

MPM CORPÓREOS S.A.

CNPJ/ME nº 26.659.061/0001-59

NIRE 35.300.498.607

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2021**

- 1 **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 28 de janeiro de 2021, às 20:00 horas, na sede social da MPM Corpóreos S.A. ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida dos Eucaliptos, nº 762, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050.
- 2 **PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia.
- 3 **CONVOCAÇÃO:** Foram dispensadas as formalidades de convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.
- 4 **MESA:** A mesa foi composta pelo Presidente, Sr. Ygor Alessandro de Moura, e pelo Secretário, o Sr. Paulo José Iász de Moraes.
- 5 **ORDEM DO DIA:** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** a fixação e justificativa do preço de emissão das ações ordinárias de emissão da Companhia ("**Ações**"), no âmbito da oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia, a ser realizada na República Federativa do Brasil ("**Brasil**"), nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**") nº400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("**Instrução CVM 400**") e demais normativos aplicáveis, e com esforços de colocação no exterior de acordo com isenções de registro sob o *U.S. Securities Act of 1933* ("**Oferta**"); **(ii)** o aumento do capital da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, nos termos do artigo 6º do estatuto social da Companhia, mediante a emissão de Ações, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações a serem emitidas no âmbito da Oferta, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"); **(iii)** a verificação da subscrição das Ações, bem como a homologação do aumento de capital social da Companhia, no âmbito da Oferta; **(iv)** a determinação da forma de subscrição e integralização das Ações; **(v)** a ratificação dos atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta e à listagem no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("**B3**"); **(vi)** a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências e pratique todos os atos necessários à realização da Oferta; e **(vii)** a aprovação, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, da reforma do artigo 5º, *caput*, do estatuto social da Companhia.
- 6 **DELIBERAÇÕES:** Após análise e discussão das matérias da ordem do dia, os conselheiros presentes decidiram, por unanimidade de votos e sem qualquer ressalva, aprovar:
 - (i) aprovar a fixação do preço de emissão de R\$17,90 por Ação objeto da Oferta ("**Preço por Ação**"). O Preço por Ação foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento ("**Procedimento de Bookbuilding**") conduzido por instituições integrantes do sistema de distribuição de

valores mobiliários junto a investidores institucionais, conforme previsto no artigo 23, parágrafo 1º, e no artigo 44 da Instrução CVM 400. A escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada na medida em que o preço de mercado das Ações subscritas foi aferido de acordo com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os investidores institucionais apresentaram suas intenções de investimento no contexto da Oferta e, portanto, não haverá diluição injustificada dos atuais acionistas da Companhia, nos termos do artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações;

- (ii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$1.199.999.997,40 (um bilhão, cento e noventa e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), o qual passará de R\$98.403.252,05 (noventa e oito milhões, quatrocentos e três mil e duzentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos) para R\$1.298.403.249,45 (um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), mediante a emissão de 67.039.106 (sessenta e sete milhões, trinta e nove mil, cento e seis) ações ordinárias no âmbito da Oferta, passando o capital social da Companhia de 176.031.660 (cento e setenta e seis milhões, trinta e um mil, seiscentas e sessenta) ações ordinárias para 243.070.766 (duzentos e quarenta e três milhões, setenta mil, setecentos e sessenta e seis) ações ordinárias, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia na subscrição das Ações, em conformidade com o disposto no artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações;
- (iii) aprovar a verificação pelo Conselho de Administração da subscrição de 67.039.106 (sessenta e sete milhões, trinta e nove mil, cento e seis) Ações e a consequente homologação do aumento de capital social da Companhia, em razão da deliberação tomada nos itens (i) e (ii) acima, no montante de R\$1.199.999.997,40 (um bilhão cento e noventa e nove milhões e novecentos e noventa e nove mil e novecentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), mediante a emissão de 67.039.106 (sessenta e sete milhões, trinta e nove mil, cento e seis) Ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal;
- (iv) aprovar que as Ações deverão ser subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, em recursos imediatamente disponíveis, e conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições conferidos aos titulares de ações ordinárias de emissão da Companhia, nos termos previstos em seu estatuto social, na legislação e na regulamentação aplicáveis, bem como no Regulamento do Novo Mercado da B3, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pela Companhia a partir da divulgação do anúncio de início da Oferta;
- (v) ratificar os atos que a Diretoria da Companhia já tenha praticado, única e exclusivamente, com vistas à realização da Oferta e à listagem no Novo Mercado da B3;
- (vi) autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências e a praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações tomadas nesta reunião. Para tanto, a Diretoria da Companhia está investida de plenos poderes para, desde já, tomar todas as providências e praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Oferta, e em especial dos poderes de representação da Companhia perante a

CVM, a B3 e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA, conforme se faça necessário, podendo para tanto praticar ou fazer com que sejam praticados quaisquer atos e/ou negociar, aprovar e firmar quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados, documentos ou instrumentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta, incluindo, sem limitação, a celebração do (a) "Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A."; (b) "Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações Ordinárias de Emissão da MPM Corpóreos S.A."; (c) "Placement Facilitation Agreement"; e (d) "Contrato de Prestação de Serviços da B3", bem como a assumir todas as obrigações estabelecidas nos referidos documentos, ratificando todos os atos já praticados para a realização da Oferta; e

- (vii) face ao aumento de capital objeto das deliberações acima, aprovar, *ad referendum* da próxima assembleia geral da Companhia, a reforma do *caput* do artigo 5º do seu estatuto social, para refletir o aumento do capital social da Companhia que passará a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 5º. *O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em bens e moeda corrente nacional, é de R\$1.298.403.249,45 (um bilhão, duzentos e noventa e oito milhões, quatrocentos e três mil, duzentos e quarenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), dividido em 243.070.766 (duzentos e quarenta e três milhões, setenta mil, setecentos e sessenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.*

- 7 **LAVRATURA:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.
- 8 **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.
- 9 **ASSINATURAS:** Mesa: Sr. Ygor Alessandro de Moura (Presidente); e Sr. Paulo José Iász de Moraes (Secretário). Membros do Conselho de Administração Presentes: Srs. Paulo José Iász de Moraes, Ygor Alessandro de Moura, Ricardo Moor Whitaker de Assumpção, José Carlos Semenzato, Julio Andres Babecki, Farah Deebea Khan, Anna Andrea Votta Alves Chaia e Tallis Regence Coelho Gomes.

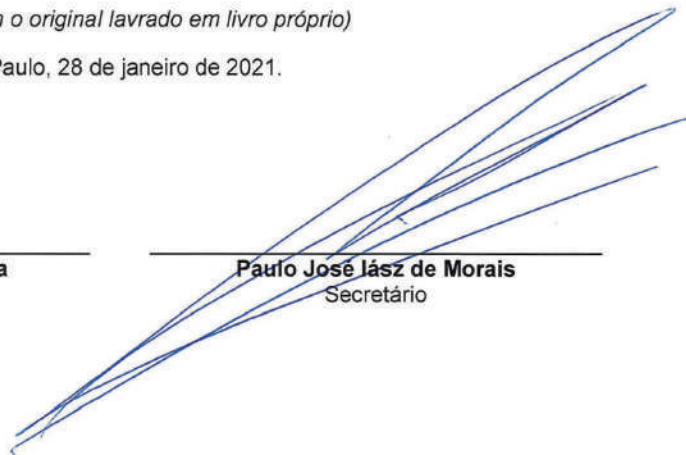
(confere com o original lavrado em livro próprio)

São Paulo, 28 de janeiro de 2021.

Mesa:



Ygor Alessandro de Moura
Presidente



Paulo José Iász de Moraes
Secretário

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019,
2018 E 2017**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

MPM Corpóreos S.A.

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
com Relatório do Auditor Independente

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017

Índice

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras	
Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente	
Relatório da Administração	
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....	1
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	8
Demonstrações dos resultados.....	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

Declaração da Diretoria Estatutária

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria Estatutária da MPM Corpóreos S.A. declara que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria Estatutária da MPM Corpóreos S.A. declara que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria Estatutária da MPM Corpóreos S.A. declara que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Srs. Acionistas,

Atendendo às disposições legais, a Administração da MPM Corpóreos S.A. e controladas – “Espaçolaser” ou “Companhia” – apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Sobre a Espaçolaser

A Espaçolaser é a maior empresa de depilação a laser do Brasil em termos de faturamento, número de lojas e clientes atendidos¹. Em atuação há 16 anos e presente em todos os estados brasileiros, nossa ambição é democratizar o bem-estar por meio da oferta da melhor tecnologia para todos, rompendo com soluções tradicionais. Possuímos um modelo de negócios disruptivo, baseado na satisfação de nossos clientes e colaboradores, e que permite rápida expansão para capturar as oportunidades de mercado. Em 31 de dezembro de 2019, contávamos com 514 lojas (próprias e franquias) de depilação a laser no Brasil, 6 lojas de depilação a laser na Argentina (através da marca parceira Definit) e 6 lojas da Estudioface, nossa marca para a oferta serviços de estética facial. Ao final do ano de 2019, a Espaçolaser contava também com 2.495 colaboradores.

Mensagem da Administração

A Espaçolaser nasceu em 2004 a partir da união de três empreendedores com um conjunto de habilidades complementares, os Srs. Ygor Moura, médico, Paulo de Moraes, advogado, e Tito Pinto, ex-militar, que tinham o sonho de democratizar a depilação a laser no Brasil, consagrar essa tecnologia como uma nova tendência no mercado de remoção de pelos, e montar um negócio que poderia ser replicável ao longo do tempo.

Essa expansão só foi possível por conta de nosso foco na satisfação dos nossos clientes. A fim de assegurar a melhor qualidade dos nossos atendimentos, investimos continuamente no treinamento e capacitação de nossos fisioterapeutas, profissionais técnicos e de atendimento. Desenvolvemos a “Universidade do Laser”, um centro de treinamento focado em transmitir as melhores práticas e capacitar nossos funcionários para atenderem nossos clientes nas lojas “Espaçolaser” com excelência. A criação de uma cultura de engajamento em nosso ecossistema (clientes, colaboradores e franqueados) se traduziu em diversos prêmios, como Excelência em Franchising da ABF, Época Reclame Aqui e *Great Place to Work* (GPTW).

¹ Segundo informações públicas coletadas dos sites da Companhia e suas competidoras

Em junho de 2015, a Espaçolaser já somava 35 clínicas e decidiu dar um novo passo, para garantir seu crescimento acelerado. Ao associar-se com a rede de franquias SMZTO, junto à apresentadora de televisão Xuxa Meneghel, a Espaçolaser iniciou a operação de franquias, que possibilitou sua rápida expansão no território nacional. No primeiro ano de operação, ao invés das 40 franquias inicialmente planejadas, a Espaçolaser conseguiu vender 120 unidades de franquias, ampliando, desta forma, a base de lojas em mais de quatro vezes, e tornando-se uma referência no mercado de franquias em um curto período de tempo.

A rápida expansão da Espaçolaser e o potencial do mercado de estética despertou o interesse de investidores globais, dentre eles, a gestora de investimentos em *private equity* L Catterton, especialista no desenvolvimento de empresas de varejo e de bens consumo. A entrada do novo sócio em 2016 permitiu um salto em termos de governança corporativa, além da captura da experiência inigualável que a L Catterton possui na construção de marcas líderes de consumo em todo o mundo. Os aportes da L Catterton na Espaçolaser proporcionaram os recursos necessários para um novo ciclo de expansão, que resultou em um crescimento exponencial nos anos de 2017, 2018 e 2019.

Em 2017, inauguramos nossa primeira unidade da Estudioface, marcando a nossa estreia no promissor segmento de estética facial. Já em 2018, abrimos nossa primeira loja fora do país com um parceiro local, localizada em Buenos Aires (Argentina), comprovando o sucesso de nosso modelo para além das fronteiras nacionais. Por fim, esse ano também foi marcado pelo desenvolvimento do *Espaçolaser Operating System* (ELOS), uma arquitetura de TI de última geração que permite uma integração perfeita de todos os processos operacionais e fornece controle completo sobre a operação de todas as lojas, sejam elas próprias ou franquias.

A pandemia mundial da COVID-19, permitiu que a Espaçolaser evoluísse de forma significativa no caminho da digitalização e desenvolvimento do *omnichannel* (vendas virtuais, chat, e-mail e aplicativo). Essas ferramentas e a confiança em nossa marca nos permitiram manter os níveis de vendas em patamares próximos a 50% dos níveis pré-COVID-19 nos meses de abril e maio, mesmo quando a maior parte das nossas lojas estavam fechadas, com um estreitamento de nossa relação com atuais e novos clientes.

Ao longo de pouco mais de 16 anos, a Espaçolaser se consolidou como líder dominante em serviços de depilação na América Latina respaldada por um histórico de inovação e engajamento de nossos colaboradores e franqueados na busca incessante de satisfazer nossos clientes. Ao avaliarmos as oportunidades de mercado relativas à democratização dos serviços de estética, entendemos que nossa jornada está apenas começando!

Paulo Morais e Ygor Moura

Co-CEOs

Desempenho Operacional

Em 31 de dezembro de 2019, contávamos com 514 lojas da EspaçoLaser, considerando lojas próprias, *joint-ventures* e franquias, distribuídas por todos os estados brasileiros. Esse patamar representa um aumento de 24% frente às 415 lojas que tínhamos ao final de 2018.

Em relação às demais operações da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, tínhamos 6 lojas da Estudioface, nossa marca para serviços estéticos faciais, além de 6 lojas de depilação a laser na Argentina, através da marca parceira Definit.

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

A receita líquida de vendas da Companhia aumentou 92,6% em 2019, passando de R\$336,3 milhões em 2018 para R\$647,6 milhões em 2019. Esta variação é explicada pelo aumento das vendas, decorrente da abertura de 232 novas unidades ao longo dos anos de 2018 e 2019, pela maturação das lojas novas e pela aquisição de grupos de franqueados, que contribuíram com aproximadamente R\$ 85,0 milhões na receita líquida de 2019.

A receita líquida de vendas da Companhia aumentou 73,6%, passando de R\$193,7 milhões em 2017 para R\$336,3 milhões em 2018, principalmente devido às aquisições de quatro grandes grupos de franqueados realizadas ao longo de 2018, que totalizavam 70 lojas ao final de 2018 e que contribuíram com aproximadamente R\$ 66,0 milhões na receita líquida de 2018.

Custo dos Serviços Prestados

Em 2019, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 80,1%, passando de R\$ 158,5 milhões em 2018, para R\$ 285,4 milhões em 2019. Esta variação ocorreu devido à consolidação de grupos de franqueados que foram adquiridos no ano, os quais totalizavam 56 lojas ao final de 2019.

Não obstante, em uma análise relativa, os custos dos serviços prestados passaram de 47,1% da receita líquida em 2018 para 44,1% da receita líquida em 2019, evidenciando os ganhos de eficiência capturados no período, em decorrência dos investimentos realizados para criação de estrutura corporativa centralizada.

Os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 94,6%, passando de R\$81,4 milhões em 2017 para R\$158,5 milhões em 2018, pelos mesmos motivos que impactaram a receita líquida. Como percentual da receita líquida, nota-se um aumento no período, com os custos dos serviços prestados passando de 42,1% em 2017 para 47,1%, refletindo o alto volume de abertura de lojas sob nossa gestão (53 no total), as quais possuem uma curva de maturação de 24 meses.

Lucro e Margem Bruta

Em 2019, o lucro bruto da Companhia aumentou 103,7%, passando de R\$177,3 milhões, em 2018 para R\$362,2 milhões em 2019, com a margem bruta subindo de 52,9% em 2018 para 55,9% em 2019.

Em 2018, o lucro bruto da Companhia aumentou 58,5%, passando de R\$112,2 milhões em 2017 para R\$177,8 milhões em 2018, com a margem bruta passando de 57,9% para 52,9%, em função do alto volume de abertura de lojas sob nossa gestão conforme comentado.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia aumentaram 103,9%, alcançando R\$ 26,9 milhões em 2019, em decorrência dos investimentos na divulgação da marca além das despesas crescentes com a captação de novos clientes. Como percentual da receita líquida, as despesas com vendas tiveram um aumento de 0,3 p.p., passando de 3,9% em 2018 para 4,2% em 2019.

As despesas com vendas da Companhia aumentaram 151,8%, passando de R\$ 5,2 milhões em 2017 para R\$ 13,2 milhões em 2018. Esta variação ocorreu pelos investimentos na divulgação da marca além das despesas crescentes com a captação de novos clientes.

Despesas Gerais e Administrativas

Em 2019, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 66,6%, passando de R\$106,4 milhões em 2018 para R\$177,3 milhões em 2019. Esta variação ocorreu devido ao aumento de nossa estrutura corporativa para suportar o crescimento de vendas e crescimento exponencial da rede, bem como para auxiliar na integração de todos os grupos de franqueados adquiridos. Em termos relativos, as despesas gerais e administrativas apresentaram uma queda de 4,3 p.p., demonstrando os esforços da Companhia em elevar seus níveis de eficiência.

Em 2018, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 101,2%, passando de R\$52,9 milhões em 2017 para R\$106,4 milhões em 2018, decorrente do fortalecimento da estrutura da Companhia para suportar o maior número de lojas, incluindo as novas lojas abertas e as aquisições de franqueados realizadas durante o ano de 2018.

Resultado Financeiro

As receitas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de 374,5%, representando uma receita financeira de R\$8,0 milhões em 2019, comparado a R\$1,7 milhão em 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à maior posição de caixa no período, refletindo os recursos captados pela Companhia.

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de 107,8%, representando uma despesa financeira total de R\$54,4 milhões em 2019, comparado a R\$26,2 milhões em 2018. Esta variação ocorreu devido ao aumento do endividamento da Companhia no exercício, para financiar o plano de expansão e aquisição de franqueados da rede.

Em 2018, as receitas financeiras da Companhia apresentaram uma redução de 39,4%, totalizando R\$1,7 milhão, frente a R\$2,8 milhões no em 2017, principalmente, devido aos descontos a juros recebidos de clientes. Já as despesas financeiras apresentaram um aumento de R\$23,7 milhões, representando uma despesa financeira de R\$26,2 milhões em 2018,

comparado a R\$2,5 milhões em 2017. Esta variação ocorreu principalmente devido aos encargos financeiros decorrentes do maior endividamento da Companhia, por sua vez refletindo a emissão das debêntures em dezembro de 2018.

Lucro Líquido do Exercício

Em 2019, o lucro líquido da Companhia aumentou 69,5%, passando de R\$38,6 milhões em 2018 para R\$65,4 milhões em 2019, atingindo uma margem líquida de 10,1% apesar do plano de expansão acelerado.

Em 2018, o lucro líquido da Companhia reduziu 5,2%, passando de R\$40,7 milhões em 2017 para R\$38,6 milhões em 2018, devido aos fatores acima descritos.

Geração de Caixa

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de 17,3%, passando de um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$47,6 milhões em 2018 para um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$55,8 milhões em 2019, em decorrência principalmente do aumento no lucro do período.

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de 107,0%, passando de um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$23,0 milhões em 2017 para um caixa líquido gerado pelas atividades operacionais de R\$47,6 milhões em 2018. Este aumento ocorreu em decorrência do crescimento da rede e aquisição de grupos de franqueados, que impactaram positivamente a receita e lucro do período.

Investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de 30,3%, passando de um caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$91,9 milhões em 2018 para um caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$119,7 milhões em 2019. Esse aumento deu-se, principalmente, em decorrência dos pagamentos das aquisições de grupos de franquias realizados entre 2018 e 2019 em decorrência da inauguração de novas unidades.

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$54,3 milhões, sendo em 2017, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$37,6 milhões, enquanto em 2018, o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$91,9 milhões. Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência da aquisição de imobilizado que totalizou R\$ 49,8 milhões em 2018, R\$ 16,2 milhões superior ao ano anterior.

Endividamento

O endividamento da Companhia aumentou 53,9%, passando de R\$162,3 milhões em 2018 para R\$249,9 milhões em 2019. Esse aumento deu-se, principalmente, pela contratação de novas linhas de crédito mencionadas no resultado financeiro acima, para sustentar o crescimento da Companhia no exercício.

Já na comparação entre 2018 e 2017, o endividamento da Companhia aumentou 928,2%, passando de R\$15,8 milhões para R\$162,3 milhões, em função da emissão de debêntures em dezembro de 2018.

Governança Corporativa e Premiações

A Companhia está buscando sua listagem no Novo Mercado da B3, segmento que contempla as melhores práticas de governança corporativa de companhias abertas, demonstrando a importância deste tema para a Companhia. Em linha com a regulamentação do Novo Mercado, a Espaçolaser aprovou as seguintes políticas:

- Código de Conduta Ética;
- Política de Gerenciamento de Riscos;
- Política de Transações com Partes Relacionadas;
- Política de Divulgação;
- Política de Remuneração;
- Política de Indicação de Membros;
- Política de Negociação.

Adicionalmente, a Espaçolaser possui um Comitê de Auditoria composto de 3 membros, responsáveis, entre outras obrigações, por: (i) avaliar as demonstrações financeiras da Companhia, (ii) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas, e (iii) acompanhar a evolução e atualização do mapeamento de riscos. Por fim, a Espaçolaser conta ainda com um departamento de Auditoria e Controles Internos que tem como principais objetivos (i) mapear e gerenciar os riscos aos quais a Companhia é exposta, (ii) realizar auditorias independentes nas áreas de negócios, (iii) aplicar todas as práticas de *compliance* por meio de políticas, normas e procedimentos, e (iv) gerenciar e apurar relatos realizados por meio de nosso canal confidencial.

Ao longo de nossos anos de atuação, fomos reconhecidos por meio de diversos prêmios, com os seguintes prêmios e reconhecimentos nos três últimos exercícios sociais:

- Prêmio *Top of Wellness* da revista Boa Forma em 2018;
- Prêmio época Reclame Aqui em 2018;
- Prêmio Lojista Alshop em 2018 e 2019;
- Prêmio *Great Place to Work* em 2019;
- Prêmio de Excelência em Franchising da ABF em 2019 e 2020; e
- Prêmio de Franquias Internacionais da ABF em 2019 e 2020.

Responsabilidade Social

A Companhia busca realizar ações que contribuam para a formação de uma sociedade mais justa. Valorizamos a inclusão e o acolhimento, adotando práticas que visam transformar vidas e promover o bem-estar em diversas esferas da sociedade. Abaixo são listadas algumas das principais iniciativas da Companhia:

- **Patrocínio de atletas.** A Companhia patrocina a carreira de vários atletas brasileiros de diferentes modalidades, entre eles, o medalhista paraolímpico Phelipe Rodrigues, o esgrimista Paulo Morais, o recordista mundial de base jump Sabiá, os surfistas Sophia Medina e Herbert Moreno e o tenista Thiago Monteiro.
- **Projeto Mel Acolhe.** A Companhia criou um programa de apoio às suas colaboradoras vítimas de violência doméstica, através de um canal para apoio às mulheres. O Mel Acolhe oferece acolhimento e orientação jurídica, psicológica, socioassistencial e médica às mulheres em situação de vulnerabilidade. O atendimento é sigiloso e sem nenhum tipo de interferência da Companhia, apenas de especialistas. Com esse projeto, a Companhia almeja que todas as colaboradoras que precisarem de ajuda encontrem o suporte adequado e sintam-se amparadas.
- **Projeto Espaçolaser Abraça.** O Espaçolaser Abraça é um projeto de inclusão social e acolhimento de pessoas com deficiência intelectual. Com atenção, carinho e treinamento adequado, a Companhia oferece qualificação para a inserção desses novos profissionais no mercado de trabalho, formando pessoas capacitadas para integrar as equipes das unidades da Companhia e atuar no atendimento ao público. Os alunos são selecionados com a ajuda do Instituto Jô Clemente, antiga APAE-SP, organização pioneira no Brasil em promover a saúde das pessoas com deficiência intelectual, apoiando sua inclusão social, a defesa de seus direitos e produzindo e disseminando conhecimento. Já em parceria com a U Diversidade, a Companhia criou o curso de capacitação em atendimento ao cliente voltado para pessoas com deficiência intelectual. Após dois meses de curso, os alunos recebem diploma de conclusão e podem ser contratados por uma das unidades da Companhia. Além disso, são promovidos treinamentos para os atuais colaboradores e parceiros, para receberem os nossos novos profissionais da Companhia.
- **ONU Mulheres.** A Companhia é signatária da **ONU Mulheres**. A Companhia se juntou a essa importante entidade na defesa dos direitos da mulher, firmando o compromisso com os **Princípios de Empoderamento das Mulheres** (ou **Women's Empowerment Principles - WEPS**). O propósito da Companhia com esse pacto é contribuir com o empoderamento das mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia. A título exemplificativo, dentro do quadro de funcionários da Companhia, dos 5.000 funcionários, 96% são do sexo feminino, sendo que 93% ocupam cargos de gestão e 50% cargos *C-Level*.
- **Projeto Gestantes Espaçolaser.** Programa que assegura acompanhamento durante a gestação e retorno seguro ao trabalho para as mães que integram as equipes da Companhia.

Audidores Independentes

Informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços para a Companhia: (i) revisão das informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com o “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária” e a norma internacional “IAS 34 – Interim Financial Reporting”, emitida pelo International

Accounting Standards Board (IASB) referentes aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2020; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017; (iii) revisão de documentos da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e emissão de carta conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia; e (iv) assim como um trabalho de seller due *diligence* contratado pela empresa no quarto trimestre de 2019.

Adicionalmente, em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não deve exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.

Declaração da Diretoria Executiva

A Diretoria da EspaçoLaser declara, nos termos da Instrução CVM n.º 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., emitido em 5 de novembro de 2020; e (ii) com as demonstrações financeiras contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Agradecimentos

A Administração da EspaçoLaser agradece a todos seus clientes, colaboradores e franqueados pela confiança e apoio. O ano de 2020 foi desafiador, mas temos a segurança que saímos mais fortes e preparados para continuar entregando serviços de qualidade e que contribuem com o bem-estar de milhares de brasileiros!

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MPM Corpóreos S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MPM Corpóreos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para apresentar as demonstrações do valor adicionado, as informações por segmentos e resultado por ação, aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à correção de erros descritos na referida nota explicativa. Em 26 de junho de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificações, sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, de 2018 e de 2017, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos períodos anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita sobre prestação de serviços de depilação

A Companhia presta serviços que são reconhecidos como receita no seu resultado conforme a obrigação de performance é satisfeita. Conforme nota explicativa nº 3 e 21, as receitas com prestação de serviços de depilação são reconhecidas ao longo do tempo utilizando estimativas preparadas pela administração que avaliam o momento em que as obrigações de desempenho previstas em contrato são satisfeitas. Esse reconhecimento leva em consideração fatores que dependem da realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A administração exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, conseqüentemente, existe o risco de que uma receita seja reconhecida fora do seu período de competência.

Considerando o risco inerente, o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos a adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento das receitas, efetuamos testes amostrais visando confirmar a adequação dos valores reconhecidos perante o total do serviço e o tempo de duração do serviço que foi contratado, bem como, analisamos o processo de revisão das estimativas e julgamentos exercidos pela Administração e confirmamos o correto momento em que essa receita foi reconhecida. Também avaliamos a adequação das divulgações sobre o tema incluídas pela administração na nota explicativa nº 21.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas sobre prestação de serviços de depilação, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios utilizados pela administração são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Combinação de negócios

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida, quando da realização de uma combinação de negócios, a efetuar a alocação do preço de aquisição através da mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos, a mensuração das opções de compra e venda de participação de não controladores e do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou, como consequência da aquisição de controladas, a alocação do preço de aquisição, e após a mensuração dos ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos e das considerações sobre as opções de compra e venda de participação de não controladores, identificou ativos intangíveis de vida útil indefinida e ganho por compra vantajosa no montante total de R\$87.833 mil e R\$3.807 mil, respectivamente, conforme divulgado na nota explicativa nº 7 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido, além do impacto que possíveis alterações nas premissas poderiam trazer às demonstrações financeiras, à subjetividade e julgamento na preparação das projeções de geração de caixa elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros utilizadas para mensuração de ativos identificáveis adquiridos, dos passivos assumidos, opções de compra e venda de participação de não controladores e, conseqüentemente, do valor do ágio e ganho por compra vantajosa auferidos nessas aquisições.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, lemos os documentos que formalizaram as operações, como contratos e atas, envolvemos nossos profissionais especialistas em avaliação de projeções para nos auxiliar na validação das premissas e metodologias utilizadas para determinação e mensuração do valor justo dos ativos identificados, passivos assumidos e opções de compra e venda de participação de não controladores. Também avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados, confrontando, quando disponível, com informações de mercado. Adicionalmente, avaliamos as divulgações incluídas nas demonstrações financeiras pela administração.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas utilizados pela administração na contabilização das combinações de negócios, que envolvem o processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos, passivos assumidos e opções de compra e venda de participação de não controladores, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 7, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro, a Companhia é requerida a realizar anualmente teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativo intangível de vida útil indefinida, tal como o ágio por rentabilidade futura. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo total relacionado aos ágios gerados na aquisição de controladas totalizava R\$156.068 mil e está divulgado na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade do ágio é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia em exercícios futuros. Tais premissas poderão ser afetadas, de forma relevante, pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos as premissas e metodologia utilizada pela Companhia, em particular estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento e margem de lucro, envolvemos nossos especialistas na avaliação da taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, verificamos a acuracidade matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e aos saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Analisamos também a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ágio, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável do ágio adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.



Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 05 de novembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alessandra Aur Raso', is positioned above the printed name and title.

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

MPM Corpóreo S.A.

Balances patrimoniais 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Notas	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.510	220	3.825	55.109	69.252	20.003
Contas a receber de clientes	-	-	-	380.490	227.086	126.810
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	820	2.243	-
Adiantamento a fornecedores	165	521	-	1.588	21.574	-
Outros ativos	189	164	102	12.689	12.868	6.833
Total do ativo circulante	1.864	905	3.927	450.696	333.023	153.646
Não circulante						
Contas a receber de clientes	-	-	-	36.456	22.984	7.935
Contas a receber - partes relacionadas	10.515	1.982	24.690	6.076	3.014	2.500
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	128	-
Opções de compra de ações não controladoras	3.987	1.216	-	35.068	30.778	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3	-	-	7.512	2.656	-
Outros ativos	5.016	-	-	11.909	3.341	1.690
Investimentos	261.243	257.762	138.873	-	-	-
Imobilizado	333	262	-	160.550	114.699	50.009
Intangível	14	-	-	348.197	264.830	203.046
Ativos por direito de uso	-	-	-	68.788	-	-
Total do ativo não circulante	281.111	261.222	163.563	674.556	442.430	265.180
	282.975	262.127	167.490	1.125.252	775.453	418.826

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	-	74.600	80.796
Debêntures	-	-	-	314
Passivo de arrendamento	-	-	28.718	-
Fornecedores	1.046	373	24.418	13.514
Contrato oneroso	-	-	8.243	8.243
Receita diferida	-	-	180.485	140.656
Salários e encargos sociais	-	17	26.971	16.190
Impostos e contribuições a pagar	17	-	41.449	25.195
Parcelamento de impostos	-	-	2.733	1.031
Contas a pagar a ex-acionistas	390	9.608	24.650	26.658
Outras contas a pagar	-	2.960	-	-
Total do passivo circulante	1.453	12.958	421.262	324.705
Não circulante				
Contrato oneroso	-	-	82.369	90.673
Empréstimos e financiamentos	-	-	66.113	27.935
Debêntures	-	-	109.146	53.299
Passivo de arrendamento	-	-	39.797	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.684	4.377
Opções de compra e venda de participação de não controladores	62.714	42.188	123.753	42.839
Impostos e contribuições a pagar	-	-	3.979	3.371
Parcelamento de impostos	619	-	13.035	874
Contas a pagar a ex-acionistas	-	-	8.380	4.090
Provisões para desmantelamento de ativos	-	-	5.039	3.346
Provisão para perda de investimentos	1.412	201	-	-
Provisões para demandas judiciais	-	-	20.621	7.106
Contas a pagar - partes relacionadas	17.112	15.845	3.896	9.702
Total do passivo não circulante	81.857	58.234	480.812	247.612
Patrimônio líquido				
Capital social	98.403	8.403	98.403	8.403
Reserva de capital	85.922	77.059	85.922	84.609
Agio/deságio em transação de capital	(26.163)	(1.187)	(26.163)	(1.187)
Reserva de lucros	41.503	80.549	41.503	92.954
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	199.665	164.824	199.665	190.935
Participação de acionistas não controladores	-	-	23.513	12.201
Total do patrimônio líquido	199.665	164.824	223.178	203.136
Total do passivo e patrimônio líquido	282.975	262.127	1.125.252	775.453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

Notas	Controladora			Consolidado		
	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
21	-	-	-	647.595	336.291	193.668
22.a	-	-	-	(285.384)	(158.474)	(81.446)
	-	-	-	362.211	177.817	112.222
22.b	-	-	-	(26.920)	(13.205)	(5.244)
22.b	(3.278)	(1.339)	(1.435)	(177.334)	(106.436)	(52.907)
6	62.823	35.816	35.690	-	-	-
23	259	1.170	-	614	24.461	1.565
	59.804	35.647	34.255	158.571	82.637	55.636
24	4.054	55	1.931	8.023	1.691	2.791
24	(12.825)	(2.757)	(12)	(54.375)	(26.170)	(2.503)
	51.033	32.945	36.174	112.219	58.158	55.924
	-	(13)	(389)	(46.839)	(19.579)	(15.241)
16	-	(13)	(389)	(51.695)	(20.349)	(15.241)
16	-	-	-	4.856	770	-
	51.033	32.932	35.785	65.380	38.579	40.683
	-	-	-	51.033	32.932	35.785
	-	-	-	14.347	5.647	4.898
25	-	-	-	5.7982	3.9228	4.7179
25	-	-	-	5.7982	3.9228	4.7179
25	-	-	-	5.7982	3.8902	4.7179
25	-	-	-	5.7982	3.8902	4.7179

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Lucro líquido do exercício	51.033	32.932	35.785	65.380	38.579	40.683
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	51.033	32.932	35.785	65.380	38.579	40.683
Atribuído aos						
Acionistas controladores	-	-	-	51.033	32.932	35.785
Acionistas não controladores	-	-	-	14.347	5.647	4.898

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de capital				Reserva de Lucros				Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido
		Reserva para aumento de capital	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva para investimento	Ágio/deságio em transação de capital	Lucro líquido	Patrimônio líquido aos acionistas controladores			
17	8.403	5.059	72.000	-	45.164	-	-	-	-	2.721	133.347
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.062	1.062
	-	-	-	-	-	(1.187)	-	-	-	-	(1.187)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125	125
	-	-	-	-	-	-	-	35.785	-	4.898	40.683
	-	-	-	-	-	-	-	(400)	-	(2.597)	(2.997)
	-	-	-	1.907	-	-	-	(1.907)	-	-	-
	-	-	-	-	33.478	-	-	(33.478)	-	-	-
17	8.403	5.059	72.000	1.907	78.642	(1.187)	-	-	164.824	6.209	171.033
2.2	-	-	-	-	(2.977)	-	-	-	(2.977)	(590)	(3.567)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.363	15.363
	-	-	-	-	-	6.156	-	-	6.156	(17.622)	(11.466)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.178	8.178
	-	-	-	-	-	-	-	32.932	32.932	5.647	38.579
	-	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	(4.984)	(14.984)
	-	-	-	1.647	-	-	-	(1.647)	-	-	-
	-	7.550	-	-	13.735	-	-	(7.550)	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	(13.735)	-	-	-
17	8.403	12.609	72.000	3.554	89.400	4.969	-	-	190.935	12.201	203.136
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.125	3.125
	-	-	-	-	-	-	(31.132)	-	(31.132)	(9.750)	(40.882)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.916	8.916
	-	-	-	-	(2.484)	-	-	-	(2.484)	-	(2.484)
	90.000	1.313	-	-	(90.000)	-	-	-	-	-	-
15	-	-	-	-	-	-	-	-	1.313	-	1.313
	-	-	-	-	-	-	-	-	51.033	14.347	65.380
	-	-	-	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)	(5.326)	(15.326)
	-	-	-	2.552	-	-	-	(2.552)	-	-	-
	-	-	-	-	38.481	-	-	(38.481)	-	-	-
17	98.403	13.922	72.000	6.106	35.397	(26.163)	-	-	199.665	23.513	223.178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2018		2017	31 de dezembro de 2018		2017
	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)	(reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	51.033	32.932	36.174	112.219	58.158	55.924
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(4.932)	(3.826)	(368)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa das atividades operacionais	38	4	-	59.200	22.047	8.579
Ajuste a valor presente	(62.823)	(35.816)	(35.690)	-	-	-
Depreciação e amortização	8.194	(1.170)	-	16.151	(1.682)	-
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	34.062	8.181	28
Valor justo de instrumentos financeiros	-	-	-	30.485	25.033	3.552
Juros de empréstimos	-	-	-	2.091	671	261
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	520	-	-	1.043
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.313	-	-	1.313	-	-
Provisão para não recuperação de ativos	-	-	-	391	(1.026)	2.746
Despesas com plano de opção de ações	-	-	-	-	-	-
Valor residual da baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	-
Redução (aumento) em ativos	-	-	-	(144.575)	(100.379)	(74.300)
Contas a receber	(3)	-	(389)	(3.000)	(1.801)	(15.141)
Imposto de renda e contribuição social	356	(521)	-	20.052	(17.638)	-
Adiantamentos a fornecedores	(5.042)	(62)	(79)	(14.499)	(6.552)	(5.413)
Outros ativos	(8.388)	22.708	(22.190)	(2.859)	1.403	1.335
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	(1.829)	(591)	(308)
Aumento (redução) em passivos	673	373	(2.616)	10.295	6.973	1.298
Pagamento de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(17)	17	-	8.238	9.684	3.026
Fornecedores	17	(20)	20	(37.275)	(12.066)	6.855
Salários e encargos sociais	(1.694)	16.495	(1.691)	(9.770)	32.684	(3.273)
Impostos e contribuições a pagar	-	-	-	15.944	33.802	36.853
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(336)	337	(5.234)	610	2.288
Receita Diferida	-	-	-	(5.775)	-	-
Demais contas a pagar	-	-	-	(24.870)	(6.102)	(1.947)
Juros pagos - Arrendamento Mercantil	-	-	-	-	-	-
Juros pagos - Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	(16.343)	34.604	(25.604)	55.823	47.583	23.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)	2019 (reapresentado)	2018 (reapresentado)	2017 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Caixa adquirido na aquisição de controle	-	-	-	-	-	151
Aquisição de controladas, líquido do caixa obtido na aquisição	(5.087)	(32.545)	-	24.183	(22.952)	(1.187)
Aquisição de participação acionária	(8.598)	-	-	-	-	-
Pagamento a ex-acionistas por aquisição de empresas	(2.407)	(24.822)	-	(56.723)	(3.760)	-
Aporte de capital em controladas	(103)	(266)	-	(47.482)	(49.797)	125
Aquisição de Intangível	(20)	-	-	(39.696)	(15.343)	(3.062)
Dividendos recebidos	43.848	29.424	2.300	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimentos	27.633	(28.209)	2.300	(119.718)	(91.852)	(37.583)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento						
Aporte de capital dos acionistas	-	-	-	7.690	8.178	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	184.478	119.140	12.803
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	-	(104.015)	(18.816)	(3.895)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	36	-	-
Contraprestação de arrendamentos	-	-	-	(23.111)	-	-
Dividendos pagos	(10.000)	(10.000)	(400)	(15.326)	(14.984)	(2.997)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento	(10.000)	(10.000)	(400)	49.752	93.518	5.911
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	1.290	(3.605)	(23.704)	(14.143)	49.249	(8.634)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	220	3.825	27.529	69.252	20.003	28.637
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.510	220	3.825	55.109	69.252	20.003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2017
			31 de dezembro de	31 de dezembro de
			2018	2017
Receitas	258	-	686.624	364.414
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	678.024	343.742
Outras receitas	258	-	39.375	35.577
Provisão/Reversão de Perdas Crédito Esperada	-	-	(30.775)	(14.905)
Insumos adquiridos de terceiros	(2.605)	(1.095)	(110.736)	(61.135)
Custos Prods. Mercs e Servs Vendidos	-	-	(17.484)	(10.427)
Materiais, energia, Servs. De terceiros e Outros	(2.605)	(1.095)	(93.252)	(50.708)
Perda/recuperação de Valores ativos	-	-	-	-
Valor Adicionado Bruto	(2.347)	(1.095)	575.888	303.279
Retenções	(32)	(4)	(59.200)	(21.008)
Depreciação e Amortização	(32)	(4)	(59.200)	(21.008)
Valor adicionado líquido produzido	(2.379)	(1.099)	516.688	282.271
Valor adicionado recebido em transferência	54.683	34.293	(9.866)	5.250
Receitas financeiras	(8.140)	(1.523)	(9.866)	5.250
Resultado de equivalência patrimonial	62.823	35.816	-	-
Valor adicionado total a distribuir	52.304	33.194	506.822	287.521
Distribuição do valor adicionado	(52.304)	(33.194)	(506.822)	(287.521)
Pessoal	(1.329)	(2)	(237.026)	(136.098)
Remuneração direta	(1.311)	-	(123.868)	(63.449)
Benefícios	(18)	(2)	(100.405)	(65.870)
F.G.T.S.	-	-	(12.753)	(6.779)
Impostos, Taxas e contribuições	(8)	(73)	(125.601)	(60.216)
Federais	(5)	(21)	(91.929)	(42.693)
Estaduais	-	-	(5.424)	-
Municipais	(3)	(52)	(28.248)	(17.523)
Remuneração de capitais de terceiros	66	(196)	(78.815)	(52.628)
Aluguéis	-	(184)	(32.872)	(33.209)
Despesas financeiras	5	-	(35.250)	(8.732)
Outros	61	(12)	(10.693)	(10.687)
Remuneração de capitais próprios	(51.033)	(32.923)	(65.380)	(38.579)
Lucros retidos	(41.033)	(22.923)	(50.054)	(23.595)
Dividendos pagos	(10.000)	(10.000)	(15.326)	(14.984)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional

A MPM Corpóreos S.A. (“MPM”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida do Eucaliptos, no. 762 - sala 02, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. A MPM foi constituída em 4 de novembro de 2016, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta e indireta no capital de Companhias dedicadas à atividade de prestação de serviços fisioterapêuticos. A MPM e suas controladas são, em conjunto, chamadas “Companhia”.

A Companhia tem como controlador seus acionistas fundadores conforme Nota Explicativa nº 17.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com os exercícios anteriores apresentados e são comuns à controladora e suas controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 05 de novembro de 2020.

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras

Após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Administração identificou ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados e demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos naquelas datas. Conseqüentemente, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendendo esses exercícios.

As demonstrações do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa individuais e consolidadas foram reapresentadas em decorrência dos ajustes nos lucros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Os ajustes e reclassificações identificados no não geraram efeitos nos saldos de balanço patrimonial, individual e consolidado, de abertura em 1º de janeiro de 2017, portanto, Estes saldos não estão sendo reapresentados nestas demonstrações financeiras.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Balancos patrimoniais - Consolidado

Ref.	Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado		
	31/12/2019 (apresentado originalmente)	Ajustes	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (apresentado originalmente)	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2017 (apresentado originalmente)	Ajustes	31/12/2017 (reapresentado)
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	55.109	-	55.109	69.477	(225)	69.252	20.003	-	20.003
Contas a receber de clientes	423.090	(42.600)	380.490	255.068	(27.982)	227.086	126.810	-	126.810
Instrumentos financeiros derivativos	820	-	820	940	1.303	2.243	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	2.866	(1.278)	1.588	21.573	1	21.574	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	1.256	(1.256)	-	-	-	-
Outros ativos	8.733	3.956	12.689	9.497	3.371	12.868	7.267	(434)	6.833
Total do ativo circulante	490.618	(39.922)	450.696	357.811	(24.788)	333.023	154.080	(434)	153.646
Não circulante									
Contas a receber de clientes	36.456	-	36.456	22.984	-	22.984	7.935	-	7.935
Contas a receber - partes relacionadas	6.018	58	6.076	4.702	(1.688)	3.014	2.533	(33)	2.500
Instrumentos financeiros derivativos	-	35.068	35.068	129	30.777	30.906	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	7.512	7.512	-	2.656	2.656	-	-	-
Outros ativos	11.909	-	11.909	3.341	-	3.341	1.690	-	1.690
Imobilizado	160.575	(25)	160.550	114.699	-	114.699	52.756	(2.747)	50.009
Intangível	317.108	31.089	348.197	256.830	8.000	264.830	203.046	-	203.046
Ativos por direito de uso	68.788	-	68.788	-	-	-	-	-	-
Total do ativo não circulante	600.854	73.702	674.556	402.685	39.745	442.430	267.960	(2.780)	265.180
Total do ativo	1.091.472	33.780	1.125.252	760.496	14.957	775.453	422.040	(3.214)	418.826

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Balancos patrimoniais - Controladora

Notas	Controladora		Controladora		Controladora	
	31/12/2019 (apresentado originalmente)	Ajustes (reapresentado)	31/12/2018 (apresentado originalmente)	Ajustes (reapresentado)	31/12/2017 (apresentado originalmente)	Ajustes (reapresentado)
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	1.510	-	220	-	3.825	-
Adiantamento a fornecedores	-	165	-	-	-	-
Outros ativos circulantes	97	189	685	-	102	-
Total do ativo circulante	1.607	257	905	-	3.927	-
Não circulante						
Investimentos	253.938	7.305	219.553	38.209	141.409	(2.536)
Outros ativos não circulantes	15.798	4.070	2.244	1.216	24.690	-
Total do ativo não circulante	269.736	11.375	221.797	39.425	166.099	(2.536)
Total ativo	271.343	11.632	222.702	39.425	170.026	(2.536)
Passivo						
Circulante						
Outros passivos circulantes	1.450	3	12.958	-	356	-
Total do passivo circulante	1.450	3	12.958	-	356	-
Não circulante						
Contas a pagar - partes relacionadas	17.112	-	17.350	(1.505)	2.309	1
Instrumentos financeiros derivativos	-	62.714	-	42.188	-	-
Outros passivos não circulantes	1.608	423	256	(55)	179	(179)
Total passivo não circulante	18.720	63.137	17.606	40.628	2.488	(178)
Total passivo	251.173	(51.508)	192.138	(1.203)	167.182	(2.358)
Patrimônio líquido	251.173	(51.508)	192.138	(1.203)	167.182	(2.358)
Total do passivo e patrimônio líquido	271.343	11.632	222.702	39.425	170.026	(2.536)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Demonstrações do resultado consolidado

Ref.	Consolidado		Consolidado		Consolidado		Consolidado	
	31/12/2019 (apresentado originalmente)	Ajustes (reapresentado)	31/12/2018 (apresentado originalmente)	Ajustes (reapresentado)	31/12/2017 (apresentado originalmente)	Ajustes (reapresentado)	31/12/2017 (reapresentado)	
(a)	646.702	893	336.291	-	193.668	-	193.668	
(d) (g)	(284.924)	(460)	(159.749)	1.275	(80.173)	(1.273)	(81.446)	
	361.778	433	176.542	1.275	113.495	(1.273)	112.222	
(b) (g)	(26.920)	-	(13.205)	-	(5.289)	45	(5.244)	
	(161.290)	(16.044)	(98.215)	(8.221)	(50.882)	(2.025)	(52.907)	
	614	-	7.612	16.849	1.565	-	1.565	
	174.182	(15.611)	72.734	9.903	58.889	(3.253)	55.636	
(i)	6.465	1.568	1.676	15	2.791	-	2.791	
(c) (f) (i)	(35.345)	(19.030)	(11.307)	(14.863)	(26.170)	-	(2.503)	
	145.302	(33.083)	63.103	(4.945)	59.177	(3.253)	55.924	
	(54.617)	7.778	(20.319)	740	(15.241)	-	(15.241)	
(e)	(54.617)	2.922	(14.561)	(6.460)	(10.981)	(4.260)	(15.241)	
(e)	-	4.856	(5.758)	7.200	(4.260)	4.260	-	
	90.685	(25.305)	42.784	(4.205)	43.936	(3.253)	40.683	
	71.433	(20.400)	38.850	(5.918)	38.143	(2.358)	35.785	
	19.252	(4.905)	14.347	1.713	5.793	(895)	4.898	

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Demonstrações do resultado consolidado--Continuação

Ref.	Controladora		Controladora		Controladora		Controladora		
	31/12/2019 (apresentado originalmente)	Ajustes	31/12/2019 (reapresentado)	31/12/2018 (apresentado originalmente)	Ajustes	31/12/2018 (reapresentado)	31/12/2017 (apresentado originalmente)	Ajustes	31/12/2017 (reapresentado)
Despesas gerais e administrativas	(3.278)	-	(3.278)	(1.339)	-	(1.339)	(1.435)	-	(1.435)
Resultado com equivalência patrimonial	74.669	(11.846)	62.823	40.156	(4.340)	35.816	38.048	(2.358)	35.690
Outras receitas operacionais, líquidas	-	259	259	1.170	1.170	1.170			
Lucro antes do resultado financeiro	71.391	(11.587)	59.804	38.817	(3.170)	35.647	36.613	(2.358)	34.255
Receitas financeiras	55	3.999	4.054	55	0	55	1.930	1	1.931
Despesas financeiras	(13)	(12.812)	(12.825)	(9)	(2.748)	(2.757)	(12)	-	(12)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	71.433	(20.400)	51.033	38.863	(5.918)	32.945	38.531	(2.357)	36.174
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(13)	-	(13)	(389)	-	(389)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	-	-	(8)	(5)	(13)	(281)	(108)	(389)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	-	(5)	5	-	(108)	108	-
Lucro líquido do exercício	71.433	(20.400)	51.033	38.850	(5.918)	32.932	38.142	(2.357)	35.785

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado - exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Ref.	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(J) (i)	93.884	(38.061)	55.823
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(127.359)	7.641	(119.718)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(J)	19.107	30.645	49.752
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(14.368)	225	(14.143)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		69.477	(225)	69.252
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		55.109	-	55.109

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado - exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Ref.	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(J) (i)	57.922	(10.339)	47.583
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(95.864)	4.012	(91.852)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(J)	87.416	6.102	93.518
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		49.474	(225)	49.249
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		20.003	-	20.003
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		69.477	(225)	69.252

Demonstração dos fluxos de caixa consolidado - exercício findo em 31 de dezembro de 2017

Ref.	Originalmente apresentado	Ajustes	Valores reapresentados	
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	(J)	24.985	(1.947)	23.038
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		(37.583)	-	(37.583)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(J)	3.964	1.947	5.911
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(8.634)	-	(8.634)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		28.637	-	28.637
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		20.003	-	20.003

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Descrição dos ajustes efetuados

- (a) Refere-se a ajustes de reconciliação entre os saldos contábeis de caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos a fornecedores, outros ativos, imobilizado e receita de vendas e seus respectivos relatórios analíticos auxiliares.
- (b) A Administração revisou o prática contábil adotada para a constituição de provisões para perdas de créditos esperada envolvendo o contas a receber de clientes. A Companhia e suas controladas aprimoraram o uso do expediente prático previsto no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, para a utilização de uma matriz de provisão baseada na experiência histórica de perdas com inadimplência de seus clientes.

Com base nessa revisão, a matriz foi atualizada para incorporar os conceitos de perdas esperadas previstas no CPC 48/IFRS 9, aumentando os percentuais de provisão sobre contas a receber a vencer e vencidos há menos de 241 dias e, dessa forma, aumentando os montantes de provisão. Como nosso contas a receber é inicialmente reconhecido tendo como contrapartida a conta de receitas diferidas, o ajuste na provisão para perdas de recebíveis teve parte de seu montante reconhecido contra essa conta (reduzindo o passivo circulante) e parte reconhecida no resultado do exercício, relativo às parcelas das receitas cuja obrigação de desempenho foi cumprida. Os ajustes efetuados em cada exercício são como segue:

	Aumento (Diminuição)		
	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Provisão para créditos esperada	39.538	24.607	8.343
Receita diferida	(24.607)	(10.044)	(3.634)
Despesas com vendas	8.343	14.564	4.709

- (c) Refere-se a ajustes gerados pela adequação da metodologia de cálculo dos ganhos e perdas pela marcação a valor justo dos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas.
- (d) Refere-se a reclassificações efetuadas em compensação de saldos ativos e passivos onde há o direito contratual de liquidação pelo valor líquido, bem como para melhor apresentação e comparabilidade.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

- (e) Refere-se a efeitos tributários identificados devido a reconciliação das memórias de cálculos dos impostos, bem como, devido aos efeitos fiscais sobre os ajustes identificados nessa reapresentação.
- (f) Refere-se a atualização dos saldos pelos índices de atualização monetária previstos contratualmente.
- (g) Complemento de provisão para demandas judiciais com base no suporte dos advogados externos.
- (h) Refere-se ao efeito dos ajustes de reapresentação efetuados nas controladas no resultado de equivalência patrimonial.
- (i) Registro do valor justo das opções de compra e opções de compra e venda de participação de não controladores na data de combinação de negócios.
- (j) Nas demonstrações financeiras originalmente emitidas, a Companhia apresentava os pagamentos de juros de empréstimos e arrendamento mercantil, dentro do grupo de atividades de financiamento, conforme opção permitida pelo CPC 03 (R2)/IAS 7. Quando da reapresentação das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia revisou a classificação adotada, e decidiu alterar esses fluxos de pagamentos e recebimentos para as atividades operacionais, em consonância com o parágrafo 34 (a) do CPC 03 (R2)/IAS 7. Foram efetuadas outras reclassificações para melhor comparabilidade dos fluxos de caixa entre os exercícios conforme a natureza das movimentações.

2.3. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da MPM Corpóreos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle.

Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes controladas:

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

	% Participação					
	2019		2018		2017	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas						
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	100,00%
At Corp Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	50,00%
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	50,00%
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	50,00%
Limeira Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	50,00%
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%	-	50,00%
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	40,00%
Lasercorp Serv. Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%	-	50,00%
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda	-	40,00%	-	40,00%	-	50,00%
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%	-	40,00%
Laser Rio El Serviços Terapêuticos Ltda.	-	99,00%	-	99,00%	-	40,00%
El Participações S.A.	-	52,50%	-	51,00%	-	-
Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%	-	-
UI - Serviços Estéticos Eireli	-	51,00%	-	51,00%	-	-
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%	-	-
Lagos Laser Serviços Terapêuticos Ltda	-	51,00%	-	51,00%	-	-
El Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda	-	52,50%	-	51,00%	-	-
Cuiaba Laser Serviços Terapêuticos Ltda	-	99,00%	-	99,00%	-	-
Drbm Serviços Estéticos Ltda	-	100,00%	-	100,00%	-	-
Jacarei Serv. Esteticos Eireli	-	51,00%	-	-	-	-
Gbm Servicos De Estetica Ltda.	-	52,50%	-	-	-	-
El Pedra Selada Servicos De Estetica Ltda.	-	52,50%	-	-	-	-
M3 Servicos Esteticos Ltda.	-	51,00%	-	-	-	-
Mmc Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
Mm Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
Mpac Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
Mgm Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
Mg Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
M5 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
M2 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
M4 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
Mt Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
Mtg Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-	-	-
Dyel Cuiabá Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	-	-	-
Dyel Porto Velho Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	-	-	-
Dyel Várzea Grande Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	-	-	-
Aclo Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	-	-	-
Vila Velha Laser Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	-	-	-
Alexandrite Estética E Laser S.A.	-	51,00%	-	-	-	-
Verano Depilação S.A.	-	51,00%	-	-	-	-
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	51,00%	-	-	-
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	51,00%	-	-	-
A Lisa Depilação A Laser S.A.	-	51,00%	51,00%	-	-	-
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	-	51,00%	-	-	-	-
YAM Participações Ltda. (iii)	-	-	99,99%	-	99,99%	-
PIM Serviços Administrativos Ltda	99,99%	-	99,99%	-	99,99%	-
EL Franchising Ltda	99,99%	0,01%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
TL Franchising Ltda	99,99%	0,01%	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

	% Participação					
	2019		2018		2017	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas						
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	82,61%	17,39%	82,61%	17,39%	25,00%	75,00%
APL Participações Societárias S.A.	51,00%	-	51,00%	-	-	-
Tew Estetica Ltda	-	51,00%	-	51,00%	-	-
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	6,00%	51,00%	6,00%	51,00%	-	-
Leew Serviços Estéticos Ltda	-	51,00%	-	51,00%	-	-
Clinica de Estética Fortaleza 01 Ltda	-	51,00%	-	51,00%	-	-
Clinica de Estética Fortaleza 02 Ltda	-	51,00%	-	51,00%	-	-
Costa & Curvo Estetica Ltda.	75,00%	-	51,00%	-	-	-
Riocorp Serviços Estéticos Ltda. (iv)	50,00%	-	-	50,00%	-	50,00%
YTP Participações Ltda. (iii)	-	-	25,00%	75,00%	25,00%	75,00%
ELCommerce - Plataforma Digital Para Intermediação De Negócios Ltda. (i)	99,99%	0,01%	-	100,00%	-	100,00%
AUT Estética S.A.	51,00%	-	-	-	-	-
ES LASER.	51,00%	-	-	-	-	-
Abbruzzese & Moura Estetica Ltda.	-	51,00%	-	-	-	-
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda	75,00%	-	51,00%	-	-	-
Morumbi Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Frei Caneca Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Orquídeas Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Arnolfo Azevedo Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Tatuapé Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Rebouças Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Sabatina Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Brooklin Paulista Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Center 3 Corp Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
West Plaza Corp Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Santana Park Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Light Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Bela Vista Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
CNEL Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
PSEL Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Itaim Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
SMTEL Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
SCEL Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
STAMEL Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Andrade Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Jardins EL Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Nova Morumbi EL Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%
Center Paulista EL Serviços Estéticos Ltda. (ii)	-	-	-	-	-	99,99%

- (i) A empresa "MR Laser Ltda" teve sua razão social alterada para "EL COMMERCE - PLATAFORMA DIGITAL PARA INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS Ltda" durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. A empresa passou a ser uma controlada direta da MPM devido a incorporação da YAM Participações Ltda. pela Companhia.
- (ii) Empresas incorporadas pela controlada Corpóreos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, conforme Nota Explicativa nº 6.2.
- (iii) Empresas incorporadas pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, conforme descrito na Nota 6.2.
- (iv) Devido a incorporação da empresa YTP Participações Ltda. (investida direta) na controladora, a empresa Riocorp Serviços Estéticos Ltda. que antes era uma investida direta da YTP Participações Ltda. passou a ser investida direta da controladora MPM.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida ao valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Combinações de negócios e ágio--Continuação

Quando a combinação de negócios possui emissões simultaneas de opções de compra e venda envolvendo a participação remanescente de acionistas não controladores, a Companhia tem como política contábil considerar o CPC 39/IAS 32 como o pronunciamento a ser aplicado. Dessa forma, a Companhia contabiliza as ações/quotas sujeitas às opções como se tivessem sido adquiridas na data de combinação do negócio, não demonstrando no patrimônio líquido e nas demonstrações de resultado e resultado abrangente a participação de não controladores.

O valor justo das opções de venda pelo acionista não controlador é reconhecido na data de combinação de negócio no passivo circulante ou não circulante, dependendo do prazo de exercício, e sua atualização pelo valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras é reconhecida no resultado financeiro, como um ganho ou perda.

Quando a combinação de negócios possui somente emissão de opções de compra pela Companhia envolvendo a participação remanescente de acionistas não controladores, aplica-se o pronunciamento CPC 48/IFRS 9.

2.5. Classificação entre circulante e não circulante

O Companhia apresenta ativos e passivos nos balanços patrimoniais individuais e consolidados com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da Companhia;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e
- Está classificado como caixa ou equivalente de caixa, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Classificação entre circulante e não circulante--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da Companhia;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data de encerramento do exercício; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data de encerramento do exercício.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

2.6. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura os derivativos ao valor justo em cada data de encerramento do exercício.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Mensuração do valor justo--Continuação

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são categorizados dentro da

hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas.

2.7. 2.7. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de todas as controladas.

Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio de fechamento na data de encerramento do exercício. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. 2.8. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.9. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Os saldos bancários a descoberto representam contas correntes garantidas, as quais são apresentadas como parte de empréstimos e financiamentos de forma consistente com sua natureza de atividade de financiamento e não como parte de caixa e equivalentes de caixa uma vez que não há outras contas correntes mantidas junto à respectiva instituição financeira, as quais pudessem compensar o saldo devedor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, os saldos bancários a descoberto são incluídos como componente de caixa e equivalentes de caixa, uma vez que estas contas garantidas são liquidadas em curto espaço de tempo e compõem parte integral da gestão de caixa da Companhia.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia e sua controlada consideram como equivalentes de caixa uma aplicação financeira com vencimentos diários resgatáveis com o próprio emissor, sem perda significativa de valor.

2.10. Outros ativos e passivos

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial individual e consolidado quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e/ou de suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Outros ativos e passivos--Continuação

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial individual e consolidado quando a Companhia e/ou suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.11. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver. Custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para desmantelamento de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente, e estão demonstrados na Nota 8.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida, representados substancialmente por software, são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida (representados substancialmente por ágio) não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

2.13. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Arrendamentos--Continuação

A Companhia como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento inicialmente reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Arrendamentos--Continuação

A Companhia como arrendatária--Continuação

Passivos de arrendamento--Continuação

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes.

Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.15. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser pago para as autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado nos países em que a Companhia e suas controladas operam e gera lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos também nesse grupo. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de encerramento do exercício entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Tributos--Continuação

Tributos diferidos--Continuação

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data de encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data de encerramento do exercício.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Benefícios fiscais adquiridos como parte de uma combinação de negócios, mas que não cumprem os critérios para reconhecimento em separado naquela data, são reconhecidos subsequentemente em caso de novas informações sobre fatos e mudanças nas circunstâncias. O ajuste é tratado como redução no ágio (contanto que não exceda o ágio) se incorrido durante o período de mensuração ou reconhecido no resultado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Tributos--Continuação

Tributos diferidos--Continuação

A Companhia contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, a Companhia e suas controladas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e pretendam fazer ou receber este pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, houver o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Tributos sobre as vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais individuais e consolidados.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no encerramento de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e que uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Receita de contrato com cliente

A Companhia e suas controladas atuam no ramo de prestação de serviços fisioterapêuticos na área de depilação a laser, estética facial e estética corporal.

Devido à característica de suas atividades operacionais, a Companhia possui obrigações de desempenho, que se referem à realização das sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes, mediante pacotes de serviços. A receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são efetivamente prestados, que é caracterizado pelo cumprimento da obrigação de desempenho pela Companhia.

No momento da contratação desses serviços, as obrigações de desempenho relativo às sessões não estão cumpridas. Os montantes dos serviços a serem prestados são reconhecidos no passivo circulante, na conta de receita diferida, e são apropriados conforme a obrigação de desempenho é satisfeita.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Receita de contrato com cliente--Continuação

A Administração exerce julgamento para determinar o prazo médio de satisfação das obrigações de desempenho e, conseqüentemente, o reconhecimento da receita (vide Nota 3). Os critérios de apropriação da receita estão descritos na Nota 23.

Passivos de contrato

Um passivo de contrato consiste na obrigação de prestação de serviços a um cliente pelo qual a Companhia e suas controladas receberam uma contraprestação (ou um montante devido) deste cliente. Se o cliente efetuar pagamento de contraprestação antes os serviços sejam prestados pela Companhia ou suas controladas, um passivo de contrato é reconhecido quando o pagamento for efetuado. Os passivos de contrato são reconhecidos como receita quando a Companhia e suas controladas cumprem as obrigações previstas no contrato.

Receita de royalties e taxa de franquia

As receitas da controlada EL Franchising correspondem substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de franquias e royalties realizadas no curso regular das atividades da Empresa, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos e descontos, incidentes sobre essas receitas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de vendas de franquias é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos à Empresa, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando os treinamentos forem devidamente concedidos aos franqueados, transferindo assim o know-how. As receitas são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são reconhecidas no mês em que os serviços são prestados. As receitas de royalties são reconhecidas com base em percentual cobrado sobre as vendas efetuadas pelas franqueadas, independente da forma como essa venda será recebida, se á vista ou de forma parcelada, conforme acordo firmado com franqueados. As receitas de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS) às alíquotas vigentes em cada região de sua atuação e diretrizes à tributação pelo Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.18. Receitas (despesas) financeiras

Representam juros, variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, bem como ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas.

2.19. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado;
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).

A Companhia possui instrumentos financeiros ativos somente das categorias custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem principalmente contas a receber de clientes e partes relacionadas, classificados no ativo circulante e não circulante.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos financeiros derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Companhia não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

Um derivativo embutido em um contrato híbrido com um passivo financeiro é separado do passivo e contabilizado como um derivativo separado se: a) as características e aos riscos econômicos não estiverem estritamente relacionados às características e riscos econômicos do contrato principal; b) o instrumento separado, com os mesmos termos que o derivativo embutido, atenda à definição de derivativo; e c) o contrato híbrido não for mensurado ao valor justo, com alterações reconhecidas no resultado. Derivativos embutidos são mensurados ao valor justo, com mudanças no valor justo reconhecidas no resultado. Uma reavaliação somente ocorre se houver uma mudança nos termos do contrato que modifique significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam necessários ou uma reclassificação de um ativo financeiro fora da categoria de valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui derivativos de *swap e opções de compra e venda de participações de acionistas não controladores* classificados nesse grupo de ativos financeiros.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia).

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração--Continuação

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescidos ou deduzidos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures, passivos de arrendamento, conta a pagar a ex-acionistas, contas a pagar a partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado--Continuação

Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Exceto quanto aos instrumentos financeiros derivativos de *swap*, a Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo.

A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de taxa de juros, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao valor justo. Derivativos são registrados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo.

A Companhia não aplica a contabilidade de hedge (*hedge accounting*) prevista no CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

2.21. Dividendos

O Grupo reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando esta distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

2.22. Investimentos em controladas e coligadas

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. As controladas são aquelas entidades em que direta ou indiretamente a Companhia possui o controle. A Companhia não possui participações em coligadas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.23. Participação dos empregados nos resultados

A Companhia possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados. Estas obrigações são provisionadas para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados no resultado ao longo do exercício a que se referem. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de custo dos serviços prestados, despesas com comercialização de serviços e despesas gerais e administrativas

2.24. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários (inclusive executivos seniores) da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais ("transações liquidadas com títulos patrimoniais).

Em situações em que títulos patrimoniais forem emitidos e alguns ou todos os bens ou serviços recebidos pela Companhia como contrapartida não puderem ser especificamente identificados, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados por meio da diferença entre o valor justo do pagamento baseado em ações e o valor justo de quaisquer produtos ou serviços recebidos na data de sua outorga. Entretanto, para transações liquidadas em caixa, o passivo deve ser remensurado ao término de cada período de reporte, até que ele seja liquidado.

Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, o Grupo utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Esse custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados (vide Nota 15) em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.24. Transações envolvendo pagamento baseado em ações--Continuação

Transações liquidadas com títulos patrimoniais--Continuação

A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Condições de serviço e outras condições de desempenho que não sejam de mercado não são consideradas na determinação do valor justo dos prêmios outorgados, porém a probabilidade de que as condições sejam satisfeitas é avaliada como parte da melhor estimativa do Grupo sobre o número de outorgas que, em última instância, serão cumpridas e os títulos adquiridos. Condições de desempenho de mercado são refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições atinentes, mas que não possuam uma exigência de serviço a elas associada, são consideradas condições de não aquisição de direito. Condições de não aquisição de direito são refletidas no valor justo da outorga e levam ao lançamento imediato da outorga como despesa, a não ser que também existem condições de serviço e/ou desempenho. Nenhuma despesa é reconhecida para outorgas que completam o seu período de aquisição por não terem sido cumpridas as condições de desempenho e/ou de serviços. Quando as outorgas incluem uma condição de mercado ou uma condição de não aquisição de direito, as transações são tratadas considerando o direito como adquirido independentemente de a condição de mercado ou a condição de não aquisição de direito ser satisfeitas, desde que todas as outras condições de desempenho e/ou serviços sejam satisfeitas. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. Todas as outorgas realizadas pelo grupo até o exercício findo de 31 de dezembro de 2019 são transações com títulos patrimoniais.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.25. Depósitos judiciais

Existem situações em que as controladas da Companhia questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que as controladas da Companhia continuem questionando as ações. Nessas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos das controladas da Companhia estes são ajustados de acordo com sua natureza pela TR (Taxa Referencial), JAM (Juros e Atualização Monetária) e SELIC, os valores somente são liberados mediante determinação judicial ou o recebimento de uma decisão judicial final favorável às controladas da Companhia.

2.26. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias e preferenciais.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

2.27. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.27. Demonstração do valor adicionado--Continuação

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas controladas, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros, (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.28. Segmento operacional

Como forma de gestão dos negócios, a administração classificou suas operações em Laser, Estética e Franquias (royalties). Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Laser - Corresponde substancialmente ao tratamento de depilação oferecido aos seus clientes nas lojas através da marca “Espaçolaser”;
- Estética Facial - Por meio de sua controlada Costa & Curvo, esse segmento tem como objetivo oferecer aos clientes serviços de estética facial nas lojas físicas através da marca “Estudio Face”;
- Franquias (Royalties) - Por meio de sua controlada EL Franchising, esse segmento oferece aos potenciais investidores a oportunidade de se tornarem franqueados das marcas citadas acima, a rentabilidade desse segmento se dá substancialmente pela cobrança de royalties.

2.29. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) IFRS 16 - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma são descritos a seguir.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.29. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019-- Continuação

CPC 06 (R2) IFRS 16 - Arrendamentos

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) IFRS 16 - Arrendamentos, para o período anual iniciado em 1º de janeiro de 2019. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma são descritos a seguir.

O CPC 06 (R2) IFRS 16 se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; e

	<u>Consolidado</u>
Ativo	
Ativos de direito de uso - imóveis	65.172
Passivo	
Valor a pagar de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019	70.155
(-) Ajuste a valor presente	<u>(4.983)</u>
	<u>65.172</u>
Impacto no patrimônio líquido	<u>-</u>

Antes da adoção do CPC 06 (R2) IFRS 16, a Companhia e suas controladas já estimavam e contabilizavam a provisão para desmantelamento das lojas para devolução do imóvel ao final dos contratos. Até 31 de dezembro de 2018, a contrapartida dessa provisão era registrada em uma conta separada do ativo imobilizado. Com a introdução do CPC 06 (R2) IFRS 16, esse ativo foi reclassificado de imobilizado para ativo por direito de uso em 1º de janeiro de 2019.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.29. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019-- Continuação

ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito desse CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a Companhia considera tratamentos fiscais incertos separadamente;
- As suposições que a Companhia faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a Companhia determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a Companhia considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

A Companhia não identificou outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019, que tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.30. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia e suas controladas aplicaram, pela primeira vez, determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações, que são aplicáveis à Companhia, estão descritos a seguir:

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.30. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018-- Continuação

CPC 48 - Instrumentos financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, equivalente à norma internacional IFRS 9, substitui o CPC 38 (equivalente à norma internacional IAS 39) para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de hedge.

A Companhia aplicou o CPC 48 retrospectivamente, com a data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia realizou uma avaliação do impacto do novo pronunciamento conforme descrito a seguir.

a) *Classificação e mensuração*

A Companhia não identificou nenhum impacto significativo no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido ao aplicar as exigências de classificação e mensuração do CPC 48/IFRS 9. Será mantida a mensuração a valor justo todos os ativos financeiros atualmente já mantidos a valor justo. Empréstimos bem como contas a receber de clientes são mantidos para recolher os fluxos de caixa contratuais e dão origem a fluxos de caixa que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. Assim, a Companhia manteve a mensuração desses ativos financeiros pelo custo amortizado.

b) *Perdas por redução do valor recuperável ("Impairment")*

A Administração concluiu que as características de seu contas a receber de clientes se enquadram no expediente prático previsto pelo CPC 48/IFRS 9 para a adoção de uma matriz de provisões para perdas. Com base na experiência histórica de perdas, a Companhia atualizou sua matriz de provisões, e identificou um impacto significativo decorrente da adoção do conceito de perda esperada previsto no CPC 48/IFRS 9 para a provisão para créditos de perda esperada. Os efeitos desta adoção estão descritos na Nota 2.2, item (b).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.30. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018-- Continuação

CPC 48 - Instrumentos financeiros--Continuação

c) *Contabilidade de hedge*

A Companhia não identificou impacto no seu balanço patrimonial ou patrimônio líquido uma vez que não possui operações de contabilidade de hedge.

CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (equivalente à norma internacional IAS 11), CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

A Companhia e suas controladas têm por atividade preponderante a prestação de serviços fisioterapêuticos na área de depilação a laser, estética facial e estética corporal mediante a formalização contratual junto aos clientes. Os tópicos avaliados foram:

Prestação de serviços de depilação - reconhecimento da venda de serviços mediante atendimento da obrigação de desempenho

Com base em parecer técnico, a Companhia entende que são necessárias em média cinco sessões, para alcançar resultados com 90% de eficácia nos tratamentos adquiridos para diminuição dos pelos. Levando ainda em consideração fatores externos, entende-se que três sessões adicionais seriam suficientes para um resultado de 100% de eficácia.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.30. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018-- Continuação

CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes--Continuação

Prestação de serviços de depilação - reconhecimento da venda de serviços mediante atendimento da obrigação de desempenho--Continuação

Dessa forma, a receita é contabilizada em duas etapas (obrigação de desempenho aplicável):

- 90% do valor do contrato firmado é reconhecido em 240 dias (período médio de realização das cinco sessões) de forma linear e registrados pelo critério pro rata dia.
- 10% do valor do contrato firmado é reconhecido em 90 dias (período médio de realização das três sessões adicionais), após o encerramento do prazo total do item acima, de forma linear e registrados pelo critério pro rata dia.

A Companhia e suas controladas esperam que o reconhecimento de receita ocorra ao longo do tempo, geralmente por ocasião da prestação dos serviços de depilação, o que já ocorre atualmente.

Outras avaliações consideradas:

Direitos de cancelamento

Atualmente, conforme política operacional da Companhia e suas controladas, em caso de cancelamento é devolvido aos clientes 70% do valor das sessões não realizadas.

A Companhia e suas controladas não fornecem garantias.

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, devido ao fato da existência da prerrogativa de cancelamento por parte dos clientes, a contraprestação recebida do cliente é variável. A Administração decidiu usar o método do valor esperado para estimar os montantes que serão devolvidos porque este método prevê melhor o montante de contraprestação variável a que a Companhia terá direito. A Companhia e suas controladas aplicaram os requisitos do CPC 47/IFRS 15 sobre a restrição de estimativas de contraprestação variável para determinar o montante da contraprestação variável que pode ser incluído no preço da transação. A Companhia e suas controladas concluíram que não houve impactos relevantes em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas com relação à esse assunto.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.30. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018-- Continuação

CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes--Continuação

Prestação de serviços de depilação - reconhecimento da venda de serviços mediante atendimento da obrigação de desempenho--Continuação

Reconhecimento de adiantamentos recebidos de clientes

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes (receita diferida), referente saldo de contratos assinados cujas sessões ainda não foram executadas pelos clientes. De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a Companhia deve determinar se existe um componente de financiamento significativo em seus contratos. A Companhia utilizou o expediente prático previsto no CPC 47/IFRS 15, que determina que não há a necessidade de avaliar a existência de componente financeiro significativo se os contratos possuem prazo de recebimento inferior a 12 meses. O prazo médio dos contratos gira em torno de nove meses.

2.31. Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

A Companhia não identificou assuntos ligados a pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras que possam ter um impacto significativo em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia pretende adotar tais normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem com as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 9.

Provisão para perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de serviço prestado ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e controladas. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de encerramento do exercício, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Provisão para perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato-- Continuação

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. As informações sobre as perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber e ativos de contrato da Companhia estão divulgadas na Nota 5.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Ativo imobilizado e intangível

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização. A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e aos usos alternativos dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Ativo imobilizado e intangível--Continuação

Quando uma desvalorização é identificada no valor do ativo imobilizado, é registrado um ajuste do valor na demonstração do resultado do exercício. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização bem como o momento e o montante esperado desta. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Companhia possui vários contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão. A Companhia aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do Grupo (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

Consolidação de controladas

Para algumas controladas, a Companhia possui participação societária no capital social votante inferior a maioria absoluta. Nesses casos, a Companhia e os demais acionistas/quotistas firmaram um acordo de acionistas/quotistas que regula a condução e decisão sobre as atividades relevantes dessas controladas. A Administração exerce julgamento significativo para determinar se esses acordos de acionistas/quotistas possuem cláusulas que permitam à Companhia: (i) exercer poder sobre a controlada; (ii) possuir exposição e direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada; e (iii) utilizar seu poder sobre a controlada para afetar o valor de seus retornos. Cláusulas que contenham limitações a esse poder não permitiriam a consolidação dessas controladas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração não identificou nenhuma situação nos acordos de acionistas/quotistas vigentes que impeça o exercício de controle sobre as atividades relevantes das investidas cujo percentual de participação é inferior à maioria absoluta.

Reconhecimento de receita

Devido à característica de suas atividades operacionais, as controladas da Companhia possuem obrigações de desempenho, que se refere à realização das sessões de tratamento de depilação pelos clientes, mediante a contratação de pacotes de serviços. No momento da contratação desses serviços, as obrigações de desempenho relativo às sessões não estão cumpridas. A receita da prestação de serviços é reconhecida somente quando os serviços são efetivamente prestados. A Companhia exerce julgamento para determinar o prazo de utilização das sessões pelos clientes. Para isso, a Administração desenvolveu um modelo estatístico para estimar esse prazo, que combina padrões de utilização de sessões históricas. Quaisquer alterações significativas no prazo de utilização afetam de forma relevante o prazo de reconhecimento da receita de prestação de serviços.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Transações com pagamentos baseados em ações

A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e das condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. Para a mensuração do valor justo de transações liquidadas com ações outorgadas a empregados na data de concessão, A Companhia utiliza o modelo de Montecarlo.

4. Caixa e equivalentes de caixa (reapresentado)

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de			31 de dezembro de		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Caixas e bancos	757	220	7	12.954	17.795	1.631
Aplicações financeiras	753	-	3.818	42.155	51.457	18.372
	1.510	220	3.825	55.109	69.252	20.003

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa podem ser resgatáveis com o próprio emissor a qualquer momento, são de curto prazo e não sofrem risco de mudanças de valores.

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 31 de dezembro de 2019, as aplicações financeiras em CDB eram remuneradas a uma taxa entre 95% a 100% do CDI (97,5% a 100% do CDI em 2018 e (92,5% a 100% do CDI 2017).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Contas a receber de clientes (reapresentado)

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor total da transação e ajustadas pela provisão para perda de crédito esperada se necessário. A provisão é substancialmente constituída sobre recebíveis vencidos, além de contas a receber específicas consideradas não cobráveis.

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Proveniente de vendas por meio de:			
Administradoras de cartões de crédito (a)	455.325	262.410	123.316
Venda de franquias (c)	3.526	2.666	599
Cheques (b)	-	1.665	4.210
Serviços (royalties)	27.036	24.252	9.265
Outros	-	-	2.442
Ajuste a Valor Presente	(2.050)	(6.982)	(1.048)
Provisão para perda de crédito esperada	(66.891)	(33.941)	(4.039)
	416.946	250.070	134.745
Ativo circulante	380.490	227.086	126.810
Ativo não circulante	36.456	22.984	7.935

(a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam 18 meses.

(b) Vendas a prazo com cheques são recebidas em parcelas que não ultrapassam 12 meses. Desde o ano de 2018 a Companhia optou por não receber cheque como forma de pagamento.

(c) Vendas a prazo de franquias são recebidas em parcelas que não ultrapassam 10 meses.

A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
A vencer	415.927	248.642	127.640
Títulos vencidos			
De 1 a 30 dias	666	1.159	1.996
De 31 a 90 dias	327	246	1.534
De 91 a 180 dias	26	23	1.191
Acima de 181 dias	-	-	2.384
Total	416.946	250.070	134.745

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

5. Contas a receber de clientes (reapresentado)--Continuação

A movimentação da provisão para perda de crédito esperada no exercício foi:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016 - reapresentado	(268)
Constituição de provisão	<u>(3.771)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017 - reapresentado	(4.039)
Adoção CPC 48/IFRS 9 - perda esperada	(4.647)
Aquisição e/ou Incorporação de controladas	(224)
Constituição de provisão	(34.379)
Recuperação de créditos vencidos	<u>9.348</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018 - reapresentado	(33.941)
Aquisição e/ou Incorporação de controladas	(887)
Constituição de provisão	(55.216)
Recuperação de créditos vencidos	<u>23.153</u>
Saldo final em 31 de dezembro de 2019 - reapresentado	<u>(66.891)</u>

Ajuste a valor presente

A Companhia e suas controladas efetuam o desconto a valor presente de seus recebíveis considerando taxas de juros diretamente relacionadas com seu perfil de crédito oferecidos aos clientes. A Companhia e suas controladas utilizaram a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

6. Investimentos (reapresentado)

	<u>Controladora</u>		
	<u>31 de dezembro de</u>		
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Investimentos	261.243	257.762	138.873
Provisão para perdas com investimentos	(1.412)	(201)	-
	<u>259.831</u>	<u>257.561</u>	<u>138.873</u>

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos (reapresentado)--Continuação

A movimentação do investimento da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está representada abaixo:

	31/12/2016	Provisão para perdas	Transações com acionistas não controladores	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	31/12/2017
YAM Participações Ltda	28.515	-	(593)	14.552	-	42.474
PIM Serviços Administrativos Ltda	15.588	-	(295)	7.266	-	22.559
EL Franchising Ltda	47.600	-	-	6.664	(2.300)	51.964
TL Franchising Ltda. (a)	400	(342)	-	(58)	-	-
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	2.792	-	(299)	5.105	-	7.598
YTP Participações Ltda	12.117	-	-	2.161	-	14.278
Total	107.012	(342)	(1.187)	35.690	(2.300)	138.873

A movimentação do investimento da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está representada abaixo:

	31/12/2017	Aquisição (Nota 7)	Resultado de equivalência patrimonial	Integralização de capital	Incorporação de Companhias	Dividendos recebidos	Transações com acionistas não controladores	31/12/2018
YAM Participações Ltda	42.474	-	7.249	-	-	(5.550)	-	44.173
PIM Serviços Administrativos Ltda	22.559	-	5.325	1.724	629	(3.480)	-	26.757
EL Franchising Ltda	51.964	-	18.894	-	-	(13.600)	-	57.258
TL Franchising Ltda. (a)	-	-	(78)	-	(179)	-	-	(257)
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	7.598	-	5.215	24.956	9.300	(4.170)	9.265	52.164
APL Participações Societárias S.A.	-	62.956	(3.683)	-	-	-	-	59.273
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	-	(9)	20	-	-	-	-	11
A LISA Depilação a Laser S.A.	-	500	(119)	-	-	-	-	381
Costa & Curvo Estética S.A.	-	325	(526)	-	-	-	-	(201)
YTP Participações Ltda	14.278	-	3.825	-	-	(2.600)	-	15.503
TJTM Serviços Estéticos S.A.	-	2.144	(229)	-	-	-	-	1.915
LASERSUL Serviços Terapêuticos Ltda.	-	-	(4)	-	-	-	-	(4)
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	-	661	(73)	-	-	-	-	588
Total	138.873	66.577	35.816	26.680	9.750	(29.400)	9.265	257.561

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos(reapresentado)--Continuação

A movimentação do investimento da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está representada abaixo:

	31/12/2018	Aquisição (Nota 7.1)	Resultado de equivalência patrimonial	Integralização de capital	Cessão/ Transferência de investimentos (Nota 6.2)	Incorporação de Companhias	Dividendos recebidos	Transações com acionistas não controladores	31/12/2019
YAM Participações Ltda	44.173	-	-	-	-	(44.173)	-	-	-
ativos Ltda	26.757	-	2.353	-	-	-	-	(5.240)	23.870
EL Franchising Ltda	57.258	-	50.307	-	57.256	-	(38.500)	-	126.321
TL Franchising Ltda. (a)	(257)	-	(67)	-	(257)	-	-	-	(581)
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	52.164	-	11.355	-	-	-	(5.003)	(25.476)	33.040
APL Participações Societárias S.A.	59.273	-	520	-	-	-	-	-	59.793
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	11	-	50	-	-	-	-	-	61
A LISA Depilação a Laser S.A.	381	-	(11)	-	(219)	-	-	-	151
Costa & Curvo Estética S.A.	(201)	(185)	(566)	1.244	-	-	-	-	292
YTP Participações Ltda	15.503	-	-	-	-	(15.503)	-	-	-
TJTM Serviços Estéticos S.A.	1.915	-	(32)	-	(595)	-	-	-	1.288
LASERSUL Serviços Terapêuticos Ltda.	(4)	-	-	-	-	-	-	4	-
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	588	-	(44)	-	(553)	-	-	-	(9)
AUT Estética S.A.	-	13.271	(291)	1.800	-	-	-	-	14.780
EF Franchising Serviços Terapeuticos Ltda	-	-	(63)	10	-	-	-	-	(53)
Es Laser.	-	(80)	(727)	857	-	-	-	-	50
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	-	-	861	-	1.264	-	(345)	-	1.780
El Commerce - Plataforma Digital Para Intermediacao De Negocios	-	-	(822)	140	(270)	-	-	-	(952)
Total	257.561	13.006	62.823	4.051	56.626	(59.676)	(43.848)	(30.712)	259.831

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos(reapresentado)--Continuação

O sumário das informações financeiras das empresas controladas, diretas e indiretas, e coligadas está apresentado a seguir:

2019 (reapresentado)	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Lasercorp Serv. Estéticos Ltda	6.764	3.540	4.810	947	4.547	3.636
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda	2.787	1.510	1.548	696	2.053	1.851
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	11.347	8.800	9.022	1.700	9.425	4.908
At Corp Serviços Estéticos Ltda	3.568	3.892	2.706	1.253	3.501	1.671
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda	1.250	467	986	26	705	620
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	10.880	7.815	9.743	3.640	5.312	3.352
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda	1.305	943	954	278	1.016	472
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda	3.400	3.903	2.600	1.197	3.506	2.087
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda	6.208	3.648	4.327	693	4.836	3.273
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda	1.872	758	1.077	248	1.305	1.105
Limeira Serviços Estéticos Ltda	1.934	1.100	1.227	214	1.593	1.193
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda	1.228	478	774	607	325	683
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda	3.330	2.218	3.314	1.528	706	805
EI Participações S.A.	59	17.164	(1)	6.361	10.863	(2.444)
EI Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda	38.058	51.462	50.129	39.939	(548)	(1.820)
Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	34.722	28.113	39.068	14.276	9.491	7.421
UL - Serviços Estéticos Eireli	8.566	9.278	8.580	12.755	(3.491)	(2.597)
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	3.063	2.488	3.449	1.325	777	1.140
Lagos Laser Serviços Terapêuticos Ltda	5.100	5.375	4.967	3.338	2.170	634
Cuiaba Laser Serviços Terapêuticos Ltda	1.033	310	672	186	485	498
Drbm Serviços Estéticos Ltda	236	(184)	104	52	(104)	(125)
Jacarei Serv. Esteticos Eireli	1.193	103	840	63	393	187
Gbm Servicos De Estetica Ltda.	2.002	833	637	429	1.769	1.261
EI Pedra Selada Servicos De Estetica Ltda.	1.299	945	665	351	1.228	952
M3 Servicos Esteticos Ltda.	4.512	1.473	2.118	541	3.326	618
Mmc Corp Serviços Estéticos Ltda	10.601	9.200	12.413	7.269	119	958
Mm Corp Serviços Estéticos Ltda	4.201	2.585	3.965	5.631	(2.810)	2.315
Mpac Corp Serviços Estéticos Ltda	2.319	2.401	2.750	3.152	(1.182)	286
Mgm Corp Serviços Estéticos Ltda	2.521	716	2.448	636	153	1.001
Mg Corp Serviços Estéticos Ltda	1.859	555	2.031	2.145	(1.762)	819
M5 Serviços Estéticos Ltda	1.826	12.354	8.405	7.967	(2.192)	(1.309)
M2 Serviços Estéticos Ltda	1.030	235	948	2.882	(2.565)	441
M4 Serviços Estéticos Ltda	1.222	1.640	1.522	1.711	(371)	445
Mt Corp Serviços Estéticos Ltda	4.473	2.896	4.000	217	3.152	2.167
Mtg Corp Serviços Estéticos Ltda	1.510	322	1.110	167	555	509
Dyel Cuiabá Clínicas De Estética Ltda	2.511	914	2.676	871	(122)	203
Dyel Porto Velho Clínicas De Estética Ltda	1.133	754	1.076	315	496	363
Dyel Várzea Grande Clínicas De Estética Ltda	730	286	629	56	331	42
Aclo Serviços Estéticos S.A.	2.667	1.481	2.871	380	897	(266)
Vila Velha Laser Serviços Estéticos S.A.	2.343	1.157	2.959	541	-	675
Alexandrite Estética E Laser S.A.	2.633	615	1.650	111	1.487	967
Verano Depilação S.A.	940	195	701	40	394	283
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	2.025	1.507	1.357	752	1.423	338
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	1.879	1.666	1.917	894	734	137
A Lisa Depilação A Laser S.A.	933	374	746	482	79	(347)
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	928	8.033	1.022	6.879	1.060	6.736
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	151.551	281.353	159.637	233.317	39.950	13.745
EI Commerce - Plataforma Digital Para Intermediação De Negocios	136	(72)	163	853	(952)	(822)
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	5.177	3.903	4.896	625	3.559	1.721
Costa & Curvo Estetica Ltda.	1.311	1.862	2.003	763	407	(856)
Leew Serviços Estéticos Ltda	5.054	5.924	4.866	4.102	2.010	1.002
Tew Estetica Ltda	28.914	15.623	22.708	22.359	(530)	1.394
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	2.055	734	1.534	227	1.028	839
Clínica de Estética Fortaleza 01 Ltda	2.177	2.974	3.737	4.344	(2.930)	(620)
Clínica de Estética Fortaleza 02 Ltda	1.542	1.938	1.235	674	1.571	569
APL Participações Societárias S.A.	1	9.505	6	1	9.499	3.087
AUT Estética S.A.	(220)	5.463	(1)	123	5.121	963
Abbruzzese & Moura Estetica Ltda.	6.459	3.865	5.140	574	4.610	945
ES Laser.	3.225	2.896	4.834	1.001	286	(1.009)
EL Franchising Ltda	48.718	4.518	10.006	497	42.733	53.880
TL Franchising Ltda	25	63	57	613	(582)	(67)
EF Franchising Serviços Terapeuticos Ltda	112	39	55	168	(72)	(84)
PIM Serviços Administrativos Ltda	26	8.353	618	(15.668)	23.429	2.354

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos(reapresentado)--Continuação

2018 (reapresentado)	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Lasercorp Serv. Estéticos Ltda	6.137	3.235	6.072	520	2.780	1.912
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda	2.626	1.365	2.241	228	1.522	1.049
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	9.229	3.810	8.147	846	4.046	4.163
At Corp Serviços Estéticos Ltda	2.831	2.273	2.177	266	2.661	2.748
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda	1.100	443	1.009	25	509	464
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	7.391	4.989	11.538	1.344	(502)	723
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda	753	486	567	91	581	638
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda	3.286	2.548	3.240	256	2.338	1.556
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda	4.183	3.305	4.542	437	2.509	1.414
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda	1.745	887	1.256	237	1.139	842
Limeira Serviços Estéticos Ltda	1.961	1.084	2.127	17	901	1.015
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda	1.257	580	929	601	307	711
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda	2.177	1.656	2.665	1.266	(98)	(67)
Laser Rio El Serviços Terapêuticos Ltda.	-	-	1	-	(1)	(1)
El Participações S.A.	15	13.892	23	582	13.302	(2.594)
El Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda	29.590	20.389	29.357	19.343	1.279	(2.544)
Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	24.986	16.352	31.109	8.159	2.070	(2.082)
UL - Serviços Estéticos Eireli	1.205	1.583	1.823	1.859	(894)	(990)
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	2.280	604	2.772	400	(288)	(162)
Lagos Laser Serviços Terapêuticos Ltda	1.586	1.753	2.578	937	(176)	(1.018)
Cuiaba Laser Serviços Terapêuticos Ltda	7	-	20	-	(13)	(13)
Drbm Serviços Estéticos Ltda	101	394	262	212	21	(217)
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	261	1.198	301	72	1.086	(58)
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	192	889	346	138	597	(210)
A Lisa Depilação A Laser S.A.	307	573	432	22	426	(138)
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	1	180	180	10	(9)	(8)
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	170.661	142.994	172.547	78.217	62.891	6.311
MR Laser Ltda	68	524	(8)	870	(270)	(59)
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	5.688	3.784	6.192	752	2.528	1.406
Costa & Curvo Estetica Ltda.	1.304	756	797	1.656	(393)	(1.032)
Leew Serviços Estéticos Ltda	4.059	4.610	4.118	3.543	1.008	482
Tew Estetica Ltda	7.967	8.289	10.032	8.147	(1.923)	(282)
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	1.368	1.134	1.466	846	190	332
Clínica de Estética Fortaleza 01 Ltda	3.170	2.616	4.524	3.572	(2.310)	(1.552)
Clínica de Estética Fortaleza 02 Ltda	1.495	1.590	1.426	657	1.002	(175)
APL Participações Societárias S.A.	3.928	2.488	5	-	6.411	(1.260)
EL Franchising Ltda	37.115	3.884	9.925	3.720	27.354	37.788
TL Franchising Ltda	114	65	80	613	(514)	(157)
YTP Participações Ltda	147	62.269	14	378	62.024	17.202
PIM Serviços Administrativos Ltda	76	27.192	7	505	26.756	5.395
YAM Participações Ltda	53	48.181	1.769	2.251	44.214	8.522

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos(reapresentado)--Continuação

2017 (reapresentado)	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Lasercorp Serv. Estéticos Ltda	4.687	1.550	3.852	382	2.003	1.575
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda	1.476	296	1.204	13	555	618
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	6.468	2.774	5.474	1.993	1.775	1.164
At Corp Serviços Estéticos Ltda	3.298	1.688	2.826	431	1.729	1.617
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda	1.453	319	1.228	22	522	746
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	5.546	1.476	6.228	902	(108)	(631)
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda	1.252	128	924	35	421	602
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda	2.874	1.843	2.784	225	1.708	1.231
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda	2.810	1.609	2.316	227	1.876	1.128
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda	1.972	627	1.283	299	1.017	1.133
Limeira Serviços Estéticos Ltda	1.958	1.025	1.876	210	897	1.074
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda	1.552	570	1.016	718	388	790
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda	555	171	731	10	(15)	(264)
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	95.012	99.585	86.162	77.324	31.111	20.420
MR Laser Ltda	134	518	437	436	(221)	(268)
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	4.815	2.281	6.646	746	(296)	(325)
EL Franchising Ltda	20.541	2.330	4.091	2.013	16.767	20.583
TL Franchising Ltda	119	49	101	426	(359)	(117)
YTP Participações Ltda	48	58.872	36	1.769	57.115	8.646
PIM Serviços Administrativos Ltda	1.120	22.057	617	-	22.560	7.267
YAM Participações Ltda	424	44.192	2.139	1	42.476	14.553
Orquideas Serviços Estéticos Ltda	(1.278)	9.163	17	70	7.798	(6.591)
Center 3 Corp Serviços Estéticos Ltda	109	2.840	6	83	2.860	1.268
Cnel Serviços Estéticos Ltda	87	2.238	0	10	2.315	1.036
Center Paulista EI Serviços Estéticos Ltda	55	1.053	3	54	1.051	643
Bela Vista Serviços Estéticos Ltda	153	3.296	20	17	3.412	1.588
Rebouças Serviços Estéticos Ltda	115	3.881	1	-	3.995	1.520
Frei Caneca Serviços Estéticos Ltda	102	2.908	1	-	3.009	1.029
Itaim Serviços Estéticos Ltda	128	1.835	7	-	1.956	1.068
Jardins EI Serviços Estéticos Ltda	61	879	1	24	915	526
Andrade Serviços Estéticos Ltda	439	408	7	-	840	951
Light Serviços Estéticos Ltda	75	1.280	8	-	1.347	744
Stamel Serviços Estéticos Ltda	103	1.866	5	10	1.954	1.144
Sabatina Serviços Estéticos Ltda	46	1.825	2	39	1.830	784
Morumbi Serviços Estéticos Ltda	108	3.035	2	-	3.141	1.360
Brooklin Paulista Serviços Estéticos Ltda	65	1.892	5	-	1.952	895
Nova Morumbi EI Serviços Estéticos Ltda	52	1.003	2	20	1.033	560
Amolfo Azevedo Serviços Estéticos Ltda	136	2.530	11	151	2.504	1.433
Psel Serviços Estéticos Ltda	76	1.891	3	-	1.964	992
Santana Park Serviços Estéticos Ltda	73	1.578	4	-	1.647	757
Scel Serviços Estéticos Ltda	45	1.229	3	16	1.255	995
Smtel Serviços Estéticos Ltda	67	1.239	6	20	1.280	924
Tatuapé Serviços Estéticos Ltda	174	3.670	2	0	3.842	1.436
West Plaza Corp Serviços Estéticos Ltda	169	2.714	7	13	2.863	1.304

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos(reapresentado)--Continuação

6.1. Transações com não controladores

Em 28 de março de 2019, a Companhia efetuou um aporte no valor de R\$1.656 na empresa Costa & Curvo Estética Ltda., aumentando o capital social da mesma de R\$800 para R\$2.456. A integralização ocorreu apenas por parte da MPM, dessa forma houve a diluição da participação dos acionistas não controladores, sendo assim, Companhia aumentou a sua participação em 24%, passando de 51% para 75%. O valor de R\$414 gerado pela diferença entre o total aportado e a parcela adquirida a valor contábil foram registrados no patrimônio líquido.

Em 29 de agosto de 2019, a Curitiba Laser Participações, que é um dos sócios não controladores da Winners Corp. Serviços Estéticos S.A. ("Winners"), efetuou a integralização de um aporte de R\$2.462 nessa controlada. Essa transação gerou um ganho de participação de R\$1.257 (que corresponde a 51% do montante de R\$2.462), o qual foi registrado no patrimônio líquido, por se tratar de resultado de operações com acionistas não controladores.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia através de sua controlada Corporeos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu dos acionistas não controladores da EL Participações S.A. 144.479 ações ordinárias, aumentando sua participação de 51% para 52,5% do capital social. O valor da transação foi de R\$1.261, sendo que o valor de R\$1.040, gerado pela diferença entre a contraprestação paga e a parcela adquirida a valor contábil foram registrados no patrimônio líquido, por se tratar de resultado de operações com acionistas não controladores.

Em 1º de novembro de 2018, a Companhia através de sua controlada Corporeos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu dos acionistas não controladores da Dyelcorp Serviços Estéticos S.A., 59.915 ações ordinárias, correspondentes a 11% do capital social da Companhia. O valor da transação foi de R\$2.854, dos quais R\$854 foram pagos diretamente aos acionistas vendedores, e R\$2.000 foram aportados como aumento de capital na controlada em 11 de janeiro de 2019. Esse aporte gerou uma perda no montante de R\$980, que corresponde à diferença entre a contraprestação aportada e a parcela de participação da Companhia sobre os ativos líquidos a valor contábil. Esse efeito foi registrado no patrimônio líquido, por se tratar de resultado de operações com acionistas não controladores portanto, o aumento no investimento foi de R\$1.020. Do montante de R\$854, 50% foram pagos na data de aquisição, e o saldo remanescente foi pago em 6 parcelas que foram liquidados durante o exercício de 2019.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos(reapresentado)--Continuação

6.1. Transações com não controladores--Continuação

Adicionalmente, em 13 de abril de 2018, a Companhia através de sua controlada Corporeos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu dos não controladores da Winners Corp. Serviços Estéticos S.A., 66.000 ações ordinárias, correspondentes a 11% do capital social da Companhia. O valor da transação foi de R\$1.375, que foram pagos dentro do próprio exercício, sendo que o valor de R\$1.365, gerado pela diferença entre a contraprestação paga e a parcela adquirida a valor contábil foram registrados no patrimônio líquido, por se tratar-se de resultado de operações com acionistas não controladores.

Em 23 de outubro de 2017, a Companhia alienou 180.000 quotas da Winners Corp. Serviços Estéticos Ltda. pelo seu valor de custo.

Em 20 de setembro de 2017, a Companhia adquiriu dos não controladores da Winners Corp. Serviços Estéticos Ltda., 60.000 quotas sócias, correspondentes a 10% do capital social da Empresa. O valor da transação foi de R\$1.250, que foram pagos dentro do próprio exercício, sendo que o valor de R\$1.187, gerados pela diferença entre a contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil foram registrados no patrimônio líquido, por se tratar-se de resultado de operações com acionista não controlador.

As transações acima não alteram as condições previas de controle direto ou indireto da Companhia sobre estas empresas.

6.2. Incorporações

Em 11 de novembro de 2019, foi aprovada a reorganização societária da MPM envolvendo a incorporação de algumas empresas holdings, bem como a incorporação reversa de uma das controladas da Companhia. A reorganização societária aprovada proporcionará a racionalização e simplificação da estrutura societária das empresas pertencentes ao Grupo, trazendo benefícios de ordem administrativa, operacional, econômica e financeira.

O acervo líquido das empresas na data de incorporação está demonstrado a seguir:

	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos totais	Acervo líquido incorporado
YTP Participações LTDA. ("YTP")	430	33.981	385	34.026
YAM Participações LTDA. ("YAM")	805	32.409	2.254	30.960
Aspen Road Participações S.A. (*)	22	-	2.504	(2.482)
Total	1.257	66.390	5.143	62.504

(*) Incorporação reversa.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos(reapresentado)--Continuação

6.2. Incorporações--Continuação

A Companhia indiretamente através das suas controladas YTP e YAM possuía controle sobre as empresas EL Franchising, TL Franchising, RioCorp Serviços Estéticos Ltda. e EL Commerce. Com a incorporação da YTP e YAM, as respectivas participações societárias nestas empresas foram transferidas para a Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, a Companhia incorporou a acionista Aspen, os detalhes estão descritos na Nota 17.

Em 31 de janeiro de 2018, foi aprovada a reorganização societária da Corpóreos envolvendo a incorporação de diversas subsidiárias. A reorganização societária aprovada proporcionará a racionalização e simplificação da estrutura societária das empresas pertencentes ao Grupo, trazendo benefícios de ordem administrativa, operacional, econômica e financeira.

O acervo líquido das empresas na data de incorporação está demonstrado a seguir:

2017	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Acervo líquido incorporado
Morumbi Serviços Estéticos	108	3.035	2	-	3.141
Frei Caneca Serviços Estéticos Ltda	102	2.908	1	-	3.009
Orquideas Serviços Estéticos	(1.278)	9.163	17	70	7.798
Arnolfo Azevedo Serviços Estéticos Ltda	136	2.530	11	151	2.504
Tatuapé Serviços Estéticos	174	3.670	2	-	3.842
Rebouças Serviços Estéticos	115	3.881	1	-	3.995
Sabatina Serviços Estéticos	46	1.825	2	39	1.830
Brooklin Paulista Serviços Estéticos Ltda	65	1.892	5	-	1.952
Center 3 Corp Serviços Estéticos Ltda	109	2.840	6	83	2.860
West Plaza Corp Serviços Estéticos Ltda	169	2.714	8	13	2.862
Santana Park Serviços Estéticos Ltda	73	1.578	3	-	1.648
Light Serviços Estéticos	75	1.280	8	-	1.347
Bela Vista Serviços Estéticos	153	3.296	21	17	3.411
CNEL Serviços Estéticos	87	2.238	-	10	2.315
PSEL Serviços Estéticos	76	1.891	4	-	1.963
Itaim Serviços Estéticos	128	1.835	7	-	1.956
SMTEL Serviços Estéticos	103	1.866	5	10	1.954
SCEL Serviços Estéticos	45	1.229	2	16	1.256
STAMEL Serviços Estéticos	67	1.239	6	20	1.280
Andrade Serviços Estéticos	439	408	7	-	840
Jardins EL Serviços Estéticos Ltda	61	879	1	24	915
Nova Morumbi EL Serviços Estéticos Ltda	52	1.003	2	20	1.033
Center Paulista EL Serviços Estéticos Ltda	55	1.053	3	54	1.051
Total	1.160	54.253	124	527	54.762

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Investimentos(reapresentado)--Continuação

6.3. Cessão de investimento sem perda de controle

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia efetuou a cessão de suas participações para a controlada Corporeos Serviços Terapeuticos S.A. nas investidas M.I.G.S Serviços Estéticos S.A., Tjtm Serviços Estéticos S.A. e A Lisa Depilação a Laser S.A. Abaixo estão demonstradas as datas de cessão de cada investida, bem como os percentuais de participação e os valores contábeis dos ativos líquidos transferidos nas referidas datas.

	Data da cessão	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos totais	Acervo líquido	Percentual participação cedido
TJTM Serviços Estéticos S.A.	20/09/2019	772	323	(496)	(599)	51%
M.I.G.S. Serviços Estéticos S.A.	20/09/2019	1.220	489	(389)	(1.320)	51%
A LISA Depilação a Laser S.A.	25/09/2019	279	622	(470)	(431)	51%
Total		<u>2.271</u>	<u>1.434</u>	<u>(1.355)</u>	<u>(2.350)</u>	

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)

7.1. Aquisições ocorridas em 2019

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de cada aquisição é apresentado a seguir:

Nota	El Pedra Selada	GMB	7.1.2	Nine	7.1.3	ACLO	Alexandrite	7.1.5	Verano	7.1.6	Dyel Cuiabá	7.1.7	Dyel Porto Velho	7.1.8	Dyel Várzea Grande	7.1.9	Vila Velha	7.1.10	D'Lasere Derm	7.1.11	Jacarei	7.1.12	M3	7.1.13	AUT	7.1.14	ESLASER	7.1.15		
Ativo																														
Caixa e equivalentes de caixa	32	19	571	12	24	28	5	82	22	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	
Contas a receber de clientes	464	591	24.528	2.137	1.526	678	2.810	987	613	1.146	2.810	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	987	
Outros ativos	-	-	40	-	-	-	20	-	-	202	-	-	-	-	-	-	202	-	-	-	-	-	44	81	1.134	22	22			
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	787	4.494	4.691	603	603				
Imobilizado	362	418	6.663	528	710	359	1.006	299	432	772	1.006	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	299	
Intangível	100	100	1.530	186	145	80	225	53	60	219	225	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	53	
Acordo de não Competição	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Total ativo	958	1.128	33.332	2.863	2.405	1.145	4.066	1.421	1.127	2.359	4.066	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	1.421	
Passivo																														
Empréstimos e financiamentos	-	-	5.947	34	262	316	421	-	-	140	421	-	-	-	-	-	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Fornecedores	4	6	255	38	45	13	9	5	-	13	9	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5	
Receita diferida	275	235	13.350	730	650	295	1.355	505	238	1.155	1.355	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505	505
Obrigações trabalhistas e tributárias	24	20	3.044	183	148	71	401	126	97	231	401	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126	126
Provisão para desmantelamento	13	37	294	26	26	13	62	13	13	26	62	13	13	13	13	13	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26
Outros passivos	-	-	13.382	-	-	-	322	11	-	-	322	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	11	
Total passivo	316	288	36.272	1.011	1.131	708	2.570	660	348	1.776	2.570	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660	660
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	642	830	(2.940)	1.852	1.274	437	1.496	761	779	583	1.496	761	761	761	761	761	583	583	583	583	583	583	583	583	583	583	583	583	583	583

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

O ágio apurado em aquisição é apresentado a seguir:

Nota	El Pedra Selada	GMB	Nine	ACLO	Alexandrite	Verano	Dyel Cuiabá	Dyel Porto Velho	Dyel Várzea Grande	Vila Velha	D'Lasere Derm	Jacarei	M3	AUT	ESLASER
Participação transferida de não controladores	7.1.1	7.1.2	7.1.3	7.1.4	7.1.5	7.1.6	7.1.7	7.1.8	7.1.9	7.1.10	7.1.11	7.1.12	7.1.13	7.1.14	7.1.15
(-) Acervo líquido adquirido na data de aquisição	1.598	1.598	33.631	2.384	1.776	1.188	16.426	3.447	4.199	757	2.004	2.115	7.416	4.433	1.680
Opção de Compra ou Venda	(642)	(830)	2.940	(1.852)	(1.274)	(437)	(1.496)	(761)	(779)	(583)	(1.094)	(742)	(4.854)	(4.807)	180
Aporte de capital a ser efetuado na controlada	-	-	4.488	7.768	5.529	2.853	-	-	-	-	-	-	-	10.638	(4.722)
Parte do aporte de capital que pertence aos não controladores	-	-	(7.690)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.800)	(1.680)
Ágio determinado na transação	956	766	33.369	8.300	6.031	3.604	14.930	2.686	3.420	460	910	1.373	2.562	8.464	823
Ganho por compra vantajosa determinado na transação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.807)

Os ativos intangíveis adquiridos e os passivos identificados em cada combinação de negócios possuem os seguintes prazos de amortização, em anos:

Mais-valia de ativo imobilizado	10
Contrato de franquia	5
Taxa de franquia	2,5 a 5
Acordo de não competição	5
Receita diferida	1

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019

7.1.1. El Pedra Selada Serviços de Estética Ltda. (El Pedra Selada)

Em 2 de janeiro de 2019, a controlada indireta E.L. Rio Serviços de Depilação Estética Limitada adquiriu 100% das quotas da El Pedra Selada, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser.

O ágio de R\$956 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$464 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$1.437 e lucro antes dos tributos de R\$1.054. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$1.530 para a receita do consolidado e R\$1.109 para o lucro das operações.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	1.598
Caixa adquirido da controlada	(32)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	1.566

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante de R\$1.598 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$1.600, foi pago como segue:

- (a) R\$100 pago de forma antecipada aos vendedores;
- (b) R\$900 na data de assinatura do contrato;
- (c) R\$300 em 1º de fevereiro de 2019; e
- (d) R\$300 em 1º de março de 2019.

7.1.2. GBM Serviços de Estética Ltda. (GBM)

Em 2 de janeiro de 2019, a controlada indireta E.L. Rio Serviços de Depilação Estética Limitada adquiriu 100% das quotas da GBM, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.2. GBM Serviços de Estética Ltda. (GBM)--Continuação

O ágio de R\$768 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$591 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$1.443 e lucro antes dos tributos de R\$1.503. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$1.539 para a receita do consolidado e R\$1.710 para o lucro das operações.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	1.598
Caixa adquirido da controlada	(19)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	1.579

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante de R\$1.598 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$1.600, foi pago como segue:

- (a) R\$100 pago de forma antecipada aos vendedores;
- (b) R\$900 na data de assinatura do contrato;
- (c) R\$300 em 1º de fevereiro de 2019; e
- (d) R\$300 em 1º de março de 2019.

7.1.3. Nine Members Serviços Estéticos Ltda. (Nine)

Em 17 de janeiro de 2019, a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 51% do capital social votante da Nine, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser. . Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de quotistas onde foi estabelecida uma opção de compra e de venda da participação remanescente de 49% dos não controladores da Nine.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.3. Nine Members Serviços Estéticos Ltda. (Nine)--Continuação

O ágio de R\$33.369 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$24.528 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$56.932 e lucro antes dos tributos de R\$19.872. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$72.878 para a receita do consolidado e R\$8.439 para o lucro das operações.

Abaixo está demonstrada a composição da contraprestação transferida:

Integralização de capital na adquirida	8.932
Pagamento aos vendedores	24.699
Opção de compra e venda	4.488
Total da contraprestação	38.119
Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Valor da contraprestação de compra (a)	33.631
Caixa adquirido da controlada	(571)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	33.060

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

A abertura do montante de R\$24.699, representa o valor presente da contraprestação paga aos vendedores na data da aquisição cujo valor nominal de R\$24.921. O pagamento aos vendedores, é como segue:

- (a) R\$13.127 na data de fechamento da transação (montante já pago); e
- (b) R\$11.794 será retido até que sejam liquidadas quaisquer indenizações devidas pela adquirida a terceiros, cujo fato gerador tenha sido antes da data de fechamento. Essa parcela foi descontada a valor presente com base na melhor estimativa sobre a data de pagamento, resultando no montante de R\$11.572.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.4. ACLO Serviços Estéticos Ltda. (ACLO)

Em 4 de fevereiro de 2019 a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 51% do capital social votante da ACLO, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaçolaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de quotistas onde foi estabelecida uma opção de compra e de venda da participação remanescente de 49% dos não controladores da ACLO.

O ágio de R\$8.300 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$2.137 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$4.760 e lucro antes dos tributos de R\$684. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$5.211 para a receita do consolidado e R\$1.044 para o lucro das operações.

Contraprestação de compra

Pagamento aos vendedores	2.384
Opção de compra e venda	7.768
Total da contraprestação	10.152

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	2.384
Caixa adquirido da controlada	(12)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	2.372

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante da contraprestação de compra foi pago em duas parcelas mensais e consecutivas, em 11 de fevereiro e 11 de março de 2019.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.5. Alexandrite Estética e Laser Ltda. - ME (Alexandrite)

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 51% do capital social votante da Alexandrite, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de quotistas onde foi estabelecida uma opção de compra e de venda da participação remanescente de 49% dos não controladores da Alexandrite.

O ágio de R\$6.031 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$1.526 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$3.745 e lucro antes dos tributos de R\$1.534. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$4.076 para a receita do consolidado e R\$1.612 para o lucro das operações.

Contraprestação de compra

Pagamento aos vendedores	1.776
Opção de compra e venda	5.529
Total da contraprestação	7.305

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	1.776
Caixa adquirido da controlada	(24)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	1.752

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante da contraprestação de compra foi pago em duas parcelas mensais e consecutivas, em 11 de fevereiro e 11 de março de 2019.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.6. Verano Depilação Ltda. (Verano)--Continuação

Em 4 de fevereiro de 2019, a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 51% do capital social votante da Verano, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaçolaser. . Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de quotistas onde foi estabelecida uma opção de compra e de venda da participação remanescente de 49% dos não controladores da Verano.

O ágio de R\$3.604 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$678 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$1.599 e lucro antes dos tributos de R\$567. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$1.799 para a receita do consolidado e R\$353 para o lucro das operações.

Contraprestação de compra

Pagamento aos vendedores	1.188
Opção de compra e venda	2.853
Total da contraprestação	4.041

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	1.188
Caixa adquirido da controlada	(28)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	1.160

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante da contraprestação de compra foi pago em duas parcelas mensais e consecutivas, em 11 de fevereiro e 11 de março de 2019.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.7. Dyel Cuiabá Clínica de Estética Ltda. (Dyel Cuiabá)

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Dyel Cuiabá, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser.

O ágio de R\$14.930 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$2.810 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$4.967 e lucro antes dos tributos de R\$869. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$5.192 para a receita do consolidado e R\$1.534 para o lucro das operações.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	16.426
Caixa adquirido da controlada	(5)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	<u>16.421</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante de R\$16.426 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$16.944, deverá ser pago em 4 parcelas anuais e iguais, sendo que a Companhia já efetuou o pagamento da primeira e segunda parcela em janeiro e dezembro de 2019, respectivamente. O saldo remanescente a pagar está registrado em contas a pagar a ex-acionistas.

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Dyel Cuiabá, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.8. Dyel Porto Velho Clínica de Estética Ltda. (Dyel Porto Velho)--Continuação

Em 1º de Janeiro de 2019 a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Dyel Porto Velho, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser.

O ágio de R\$2.686 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$987 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$2.212 e lucro antes dos tributos de R\$756. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$2.361 para a receita do consolidado e R\$698 para o lucro das operações.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	3.447
Caixa adquirido da controlada	(82)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	3.365

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante de R\$3.447 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$3.725 deverá ser pago no prazo máximo de 48 meses, sendo que até 31 de dezembro de 2019 a Companhia ainda não efetuou nenhum pagamento. O montante a pagar está registrado em contas a pagar a ex-acionistas.

7.1.9. Dyel Várzea Grande Clínica de Estética Ltda. (Dyel Várzea Grande)

Em 1º de janeiro de 2019, a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Dyel Várzea Grande, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.9. Dyel Várzea Grande Clínica de Estética Ltda. (Dyel Várzea Grande)--Continuação

O ágio de R\$3.420 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$613 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$1.229 e lucro antes dos tributos de R\$247. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$1.324 para a receita do consolidado e R\$193 para o lucro das operações.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	4.199
Caixa adquirido da controlada	(22)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	<u>4.177</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante de R\$4.199 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$4.331, o qual deverá ser pago em 4 parcelas anuais e iguais, sendo que a Companhia já efetuou o pagamento da primeira e segunda parcela em janeiro e dezembro de 2019, respectivamente. O saldo remanescente a pagar está registrado em contas a pagar a ex-acionistas.

7.1.10. Vila Velha Laser Ltda. (Vila Velha)

Em 17 de janeiro de 2019, a Companhia através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A. adquiriu 51% do capital social votante da Vila Velha, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores pela participação proporcional atual conferida nos montantes reconhecidos dos passivos líquidos identificáveis da adquirida.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.10. Vila Velha Laser Ltda. (Vila Velha)--Continuação

O ágio de R\$460 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$1.146 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$4.579 e lucro antes dos tributos de R\$1.378. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$4.774 para a receita do consolidado e R\$1.399 para o lucro das operações.

Contraprestação de compra

Liquidação de mútuo do quotista vendedor com a adquirida	200
Pagamento aos vendedores	557
Total da contraprestação	<u>757</u>

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	757
Caixa adquirido da controlada	(20)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	<u>737</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

A liquidação do mútuo e o pagamento aos vendedores foram efetuados durante no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.11. D´Laser Depilação e Estética Ltda. e Derm Depilação a Laser Ltda. (D´Laser e Derm)

Em 24 de julho de 2019, a controlada indireta Dyelcorp Serviços Estéticos adquiriu a totalidade de ativos vinculados ao serviço de depilação a laser, bem como assumiu: (i) o contrato de aluguel onde está localizado fisicamente as operações das vendedoras; (ii) a transferência dos funcionários que prestavam serviços estéticos nas vendedoras; e (iii) a carteira de clientes e contratos em aberto de prestação de serviços das vendedoras. O conjunto dos itens adquiridos representam a definição de um negócio previsto no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios. Portanto, essa transação foi contabilizada considerando o escopo e determinações desse pronunciamento.

O ágio de R\$910 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O montante de R\$2.004 referente a contraprestação paga foi incluída no fluxo de caixa das atividades de investimento e já foi integralmente liquidada pela Companhia.

7.1.12. Jacareí Serviços Eireli (Jacareí)

Em 17 de outubro de 2019, a controlada indireta Urban Laser Servicos Esteticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Jacareí, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser.

O ágio de R\$1.373 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$787 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$271 e lucro antes dos tributos de R\$86. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$1.555 para a receita do consolidado e R\$475 para o lucro das operações.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.12. Jacareí Serviços Eireli (Jacareí)--Continuação

Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Valor da contraprestação de compra (a)	2.115
Caixa adquirido da controlada	(44)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	<u>2.071</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante de R\$2.115 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$2.318, do qual R\$1.068 foi pago na data da transação e o saldo remanescente deverá ser pago em 48 parcelas mensais e sucessivas, a serem atualizadas pelo CDI. O saldo remanescente a pagar está registrado em contas a pagar a ex-acionistas.

7.1.13. M3 Serviços Estéticos Ltda. (M3)

Em 26 de setembro de 2019, a controlada indireta M5 Serviços Estéticos Ltda. adquiriu 100% das quotas da M3 Serviços Estéticos Ltda. (M3), companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser.

O ágio de R\$2.562 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$4.494 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$2.224 e lucro antes dos tributos de R\$1.886. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$5.267 para a receita do consolidado e R\$2.945 para o lucro das operações.

Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Valor da contraprestação de compra (a)	7.416
Caixa adquirido da controlada	(81)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	<u>7.335</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.13. M3 Serviços Estéticos Ltda. (M3)--Continuação

O montante de R\$7.416 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$7.614, do qual R\$1.500 foi pago na data da transação e o saldo remanescente deverá ser pago em 12 parcelas mensais e sucessivas. O saldo remanescente a pagar está registrado em contas a pagar a ex-acionistas.

7.1.14. AUT Estética Eireli. (AUT)

Em 1º de Março de 2019 , a Companhia concluiu a aquisição de 51% das quotas da AUT Estética Eireli., companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de quotistas onde foi estabelecida uma opção de compra e de venda da participação remanescente de 49% dos não controladores da AUT.

O ágio de R\$8.464 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$4.691 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$469 e lucro antes dos tributos de R\$1.303. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$990 para a receita do consolidado e R\$1.615 para o lucro das operações.

Contraprestação de compra

Integralização de capital na adquirida	1.800
Pagamento aos vendedores	2.644
Opção de compra e venda	10.638
Total da contraprestação	15.082

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	4.433
Caixa adquirido da controlada	(1.134)
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	3.299

Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.14. AUT Estética Eireli. (AUT)--Continuação

O montante de R\$4.433 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal é de R\$4.444, do qual R\$2.644 será pago aos vendedores da seguinte forma:

- 70% - na data de fechamento;
- 15% - 180 dias após a data de fechamento; e
- 15% - 360 dias após a data de fechamento.

O valor de R\$1.800 correspondente a integralização de capital na adquirida foi efetuado dentro do ano de 2019.

7.1.15. Eslaser Serviços Estéticos S.A. (ESLASER)

Em 1º de Janeiro de 2019, a Companhia concluiu a aquisição de 51% das quotas da Eslaser Serviços Estéticos S.A., companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaçolaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de quotistas onde foi estabelecida uma opção de compra da participação remanescente de 49% dos não controladores da ESLASER.

A transação resultou em ganho de compra vantajosa no valor de R\$3.807 que afetou o resultado da Companhia na conta de outras receitas.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$603 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas de R\$4.945 e prejuízo antes dos tributos de R\$244. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$5.055 para a receita do consolidado e R\$86 para o lucro das operações.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.1. Aquisições ocorridas em 2019--Continuação

7.1.15. Eslaser Serviços Estéticos S.A. (ESLASER)--Continuação

Contraprestação de compra	
Integralização de capital na adquirida	1.680
Total da contraprestação	<u>1.680</u>
Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Valor da contraprestação de compra (a)	1.680
Caixa adquirido da controlada	<u>(22)</u>
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	<u>1.658</u>

Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante de R\$1.680 representa o valor da contraprestação na data da aquisição que corresponde a integralização de capital que foi efetuado na adquirida em 2019.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição de cada aquisição é apresentado a seguir:

Nota	EL										Costa & Curvo
	Ayoub	Urban	Participações	DRBM	Flo	APL	A-Lisa	MIGS	TJTM		
	7.2.1	7.2.2	7.2.3	7.2.4	7.2.5	7.2.6	7.2.7	7.2.8	7.2.9	7.2.10	
Ativo											
Caixa e equivalentes de caixa	124	183	5	24	-	387	9	26	73	23	
Contas a receber de clientes	234	7.700	-	197	-	18.226	70	97	167	223	
Outros ativos	3	308	6	-	-	8.572	500	942	559	298	
Partes relacionadas	-	0	-	-	-	3.919	-	-	-	-	
Investimento	-	-	8.552	-	-	-	-	-	-	-	
Imobilizado	213	1.233	-	130	535	7.020	140	411	208	225	
Intangível	737	5.676	-	314	-	1.986	80	138	77	50	
Total ativo	1.311	15.100	8.563	665	535	40.110	799	1.614	1.084	819	
Passivo											
Empréstimos e financiamentos	524	4.791	-	-	-	6.534	-	104	92	-	
Fornecedores	6	143	18	6	-	172	1	4	2	117	
Receita diferida	409	3.698	-	130	330	6.400	80	140	80	-	
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	1.232	2	-	-	2.443	8	68	43	32	
Provisão para demandas judiciais	-	152	-	-	-	5.366	-	-	-	99	
Provisão para desmantelamento	26	239	-	73	-	220	13	-	13	13	
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	4.490	-	-	-	-	
Outros passivos	313	1.572	-	31	-	336	-	3	7	-	
Total passivo	1.278	11.827	20	240	330	25.961	102	319	237	261	
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	33	3.273	8.543	425	205	14.149	697	1.295	847	558	

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

O ágio apurado em aquisição é apresentado a seguir:

Nota	Ayoub		Urban		Participações		DRBM	Flo	APL	A-Lisa	MIGS	TJTM	Costa & Curvo
	7.2.1	7.2.2	7.2.2	7.2.3	7.2.4	7.2.5							
Contraprestação transferida	1.577	15.687	28.580	1.140	885	24.844	500	900	408				
Participação de não controladores	163	2.594	-	-	-	-	342	635	273				
(-) Acervo líquido adquirido na data de aquisição	(33)	(3.273)	(8.543)	(425)	(205)	(14.149)	(697)	(1.295)	(558)				
Aporte de capital a ser efetuado na controlada	(300)	(2.020)	(11.966)	-	-	-	-	-	(80)				
Opção de Compra e Venda	(4.733)	(25.339)	665	-	-	38.115	-	-	1.603				
Parte do aporte de capital que pertence aos não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ágio determinado na transação	-	-	8.736	715	680	48.810	145	240	-	-	-	-	-
Ganho por compra vantajosa determinado na transação	(3.326)	(12.351)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(969)

Os ativos intangíveis adquiridos e os passivos identificados em cada combinação de negócios possuem os seguintes prazos de amortização, em anos:

Mais-valia de ativo imobilizado	10
Taxa de franquia	2,5 a 5
Key Money	2,5
Receita diferida	1

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.1. Ayoub & Ayoub S.A. ("Ayoub")

Em 17 de janeiro de 2018 a Companhia, através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A., adquiriu 51% do capital social da Ayoub & Ayoub S.A., companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca EspaçoLaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de acionistas onde foi estabelecida uma opção de compra da participação remanescente de 49% dos não controladores da Ayoub.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

A transação resultou em um ganho de compra vantajosa no valor de R\$3.326 que afetou diretamente o resultado da Companhia na conta de outras receitas, o IR reconhecido sobre a operação foi de R\$1.131.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$234 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a Ayoub contribuiu para o consolidado com receitas de R\$3.377 e lucro antes dos tributos de R\$365. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a Ayoub teria contribuído em R\$3.493 para a receita do consolidado e R\$241 para o lucro das operações.

Contraprestação de compra

Integralização de ações emitidas	750
Valor pago à vista em dinheiro	827
Total da contraprestação	1.577

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor pago à vista em dinheiro	827
Integralização capital na data de aquisição	300
Caixa adquirido da controlada	(124)
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	1.003

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.1. Ayoub & Ayoub S.A. ("Ayoub")--Continuação

O valor justo da contraprestação para aquisição da participação nas adquiridas, conforme contrato firmado, foi de R\$1.577, sendo que o pagamento foi efetuado como segue:

- R\$750 mediante integralização de 1.010 novas ações ordinárias emitidas pela adquirida. O valor justo das ações corresponde ao preço das ações da Companhia na data da aquisição. O saldo pendente de integralização em 31 de dezembro de 2018 foi totalmente integralizado em 2019.
- R\$827 pagos integralmente em dinheiro à vista.

7.2.2. Urban Laser Serviços Estéticos S.A. ("Urban")

Em 4 de janeiro de 2018 a Companhia, através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A., adquiriu 51% do capital social da Urban Laser Serviços Estéticos S.A., companhia de capital fechado com sede no Brasil, franquia da marca EspaçoLaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de acionistas onde foi estabelecida uma opção de compra da participação remanescente de 49% dos não controladores da Urban.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

A transação resultou em um ganho de compra vantajosa no valor de R\$12.988 que afetou diretamente o resultado da Companhia na conta de outras receitas, o imposto diferido passivo reconhecido sobre esta a operação foi de R\$4.199.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$7.700 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.2. Urban Laser Serviços Estéticos S.A. ("Urban")--Continuação

Desde a data da aquisição, a Urban contribuiu para o consolidado com receitas de R\$28.248 e lucro antes dos tributos de R\$5.781. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a Urban teria contribuído em R\$28.366 para a receita do consolidado e R\$4.673 para o lucro das operações.

Contraprestação de compra	
Integralização de ações emitidas	3.520
Valor pago à vista em dinheiro	5.188
Valor parcelas a pagar a valor justo	6.979
Total da contraprestação	<u>15.687</u>
Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Valor pago à vista em dinheiro	8.708
Integralização capital na data de aquisição	2.020
Caixa adquirido da controlada	(183)
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	<u>10.545</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

O valor total da contraprestação, antes do ajuste a valor presente das parcelas a vencer, conforme contrato firmado, foi de R\$20.012, sendo que o pagamento foi efetuado como segue:

- R\$3.520 mediante integralização de 573.982 novas ações ordinárias emitidas pela adquirida. O valor justo das ações corresponde ao preço das ações da Companhia na data da aquisição. Este valor foi integralmente aportado até 31 de dezembro de 2018, não restando saldos pendentes de pagamento;
- R\$8.708 pagos integralmente em dinheiro à vista;
- R\$7.784 a pagar em 8 parcelas trimestrais vencendo a última em janeiro de 2020. O saldo pendente de pagamento ajustado a valor presente em 31 de dezembro de 2019 é de R\$974 (Vide Nota 20).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.3. EL Participações S.A. ("EL Participações")

Em 3 de julho de 2018 a Companhia, através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A., adquiriu 51% do capital social da EL Participações, companhia de capital fechado com sede no Brasil, franquia da marca EspaçoLaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de quotistas onde foi estabelecida uma opção de compra e de venda da participação remanescente de 49% dos não controladores da EL Participações.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores pela participação proporcional atual conferida nos montantes reconhecidos dos passivos líquidos identificáveis da adquirida.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

O ágio de R\$10.320 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$17.708 de curto prazo.

Desde a data da aquisição, a EL Participações contribuiu para o consolidado com lucro antes dos tributos de R\$643. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a EL Participações teria contribuído em R\$758 para o lucro líquido consolidado das operações.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018—Continuação

7.2.3. EL Participações S.A. (“EL Participações”)--Continuação

Contraprestação de compra	
Integralização de ações	12.080
Pagamento devido aos vendedores	13.435
Desconto a valor presente	(835)
<i>Earn-out (b)</i>	3.900
Opção de compra	665
Total da contraprestação	<u>29.245</u>
Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Pagamento devido aos vendedores a valor presente	12.600
Integralização capital na data de aquisição	12.080
Caixa adquirido da controlada	(5)
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	<u>24.675</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

(b) O cálculo de “Earn-out” foi efetuado com base de projeções do EBITDA de cada loja efetuadas pela administração.

O valor total da contraprestação, antes do ajuste a valor presente das parcelas a vencer, conforme contrato firmado, foi de R\$25.515, sendo que o pagamento foi efetuado como segue:

- R\$12.080 mediante integralização, em 5 parcelas, de 4.928.860 novas ações ordinárias emitidas pela adquirida. O valor justo das ações corresponde ao preço das ações da Companhia na data da aquisição. Este valor foi integralmente aportado até 31 de dezembro de 2018, não restando saldos pendentes de pagamento;
- R\$6.478 pagos integralmente em dinheiro à vista;
- R\$6.957 a pagar em 15 de outubro de 2019, data do primeiro aniversário do acordo de acionistas, este valor deverá ser acrescido do CDI desde a data da assinatura do contrato de compra e venda de ações até a data do efetivo pagamento. O saldo pendente de pagamento em 31 de dezembro de 2018 é foi integralmente pago em 2019.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018—Continuação

7.2.3. EL Participações S.A. (“EL Participações”)--Continuação

Foi reconhecido na data de aquisição valor de contraprestação contingente referente a pagamento adicional com base em determinados índices de performance no valor de R\$3.900. O processo de avaliação da contraprestação contingente foi concluído durante o exercício findo de 2019, resultando no pagamento de R\$3.500. A diferença de R\$464 foi ajustada contra o ágio, seguindo o período de mensuração de 12 meses previsto no CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

7.2.4. DRBM Serviços Estéticos Ltda. (“DRBM”)

Em 29 de outubro de 2018 a Companhia, através da sua controlada Corporéos Serviços Teraupeticos S.A., adquiriu 100% do capital social da DRBM Serviços Estéticos Ltda., franquia da marca Totallaser. A DRBM possui duas unidades no interior de São Paulo e as lojas serão convertidas em franquia da marca EspaçoLaser.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

O ágio de R\$715 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$197 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a DRBM contribuiu para o consolidado com receitas de R\$26 e prejuízo antes dos tributos de R\$240.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.4. DRBM Serviços Estéticos Ltda. ("DRBM")--Continuação

Contraprestação de compra	
Valor pago à vista em dinheiro	1.140
Total da contraprestação	<u>1.140</u>
Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Valor pago à vista em dinheiro	1.140
Caixa adquirido da controlada	<u>(24)</u>
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	<u>1.116</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

O valor da transação foi de R\$1.140 totalmente pagos dentro do próprio exercício de 2018.

7.2.5. Flo Serviços de Estética Eireli ("Flo")

Em 3 de julho de 2018, a controlada indireta EL Participações, através de sua controlada direta EL RIO Serviços de Depilação Estética Ltda., adquiriu os ativos e passivos operacionais da Flo Serviços de Estética Eireli, franquia da marca EspaçoLaser. A transação foi caracterizada como Combinação de Negócios uma vez que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio.

A EL Participações optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida ao valor justo.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

O ágio de R\$680 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.5. Flo Serviços de Estética Eireli ("Flo")--Continuação

Contraprestação de compra	
Valor pago à vista em dinheiro	885
Total da contraprestação	<u>885</u>
Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Valor pago à vista em dinheiro	885
Caixa adquirido da controlada	<u>-</u>
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	885

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

O valor total da contraprestação, antes do ajuste a valor presente das parcelas a vencer, conforme contrato firmado, foi de R\$896, sendo que o pagamento foi efetuado como segue:

- R\$191 pagos integralmente em dinheiro à vista;
- R\$705 a pagar em 15 parcelas mensais vencendo a última em julho de 2019. Esse saldo remanescente foi totalmente liquidado durante o exercício de 2019.

7.2.6. APL Participações Societárias S.A. ("APL")

Em 13 de julho de 2018, A Companhia adquiriu 51% do capital social da APL Participações Societárias S.A., companhia de capital fechado com sede no Brasil, franquia da marca EspaçoLaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de acionistas onde foi estabelecida uma opção de compra e de venda da participação remanescente de 49% dos não controladores da APL

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

O ágio de R\$22.402 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$18.226 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.6. APL Participações Societárias S.A. ("APL")--Continuação

Desde a data da aquisição, a APL contribuiu para o consolidado com receitas de R\$17.143 e lucro antes dos tributos de R\$3.034. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a APL teria contribuído em R\$28.700 para a receita do consolidado e R\$(6.714) para o prejuízo das operações.

Contraprestação de compra

Integralização de ações emitidas	8.500
Valor pago à vista em dinheiro	8.316
Valor parcelas a pagar a valor justo	8.028
Opção de compra e venda	38.115
Total da contraprestação	<u>62.959</u>

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor pago à vista em dinheiro	8.316
Caixa adquirido da controlada	(387)
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	<u>7.929</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

O valor total da contraprestação, antes do ajuste a valor presente das parcelas a vencer, conforme contrato firmado, foi de R\$25.673, sendo que o pagamento foi efetuado como segue:

- R\$8.500 mediante integralização de 10.032.219 novas ações ordinárias emitidas pela adquirida. O valor justo das ações corresponde ao preço das ações da Companhia na data da aquisição. Este valor foi integralmente aportado até 31 de dezembro de 2018;
- R\$8.316 pagos integralmente em dinheiro à vista;
- R\$8.857 a pagar em 30 de junho de 219, data do primeiro aniversário do acordo de acionistas, este valor deverá ser acrescido do CDI desde a data da assinatura do contrato de compra e venda de ações até a data do efetivo pagamento. O saldo pendente de pagamento ajustado a valor presente em 31 de dezembro de 2018 é de R\$8.412 (Vide Nota 15.3).

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.7. A-LISA Depilação a Laser S.A. ("A-Lisa")

Em 17 de julho de 2018, A Companhia adquiriu 51% do capital social da A-Lisa Depilação a Laser S.A., companhia de capital fechado com sede no Brasil, franquia da marca Totallaser. A A-Lisa possui uma unidade no interior de São Paulo e a loja foi convertida em franquia da marca EspaçoLaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de acionistas onde foi estabelecida uma opção de compra da participação remanescente de 49% dos não controladores da A-Lisa.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

O ágio de R\$145 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$70 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a A-Lisa contribuiu para o consolidado com receitas de R\$103 e prejuízo antes dos tributos de R\$(128). Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a A-Lisa teria contribuído em R\$193 para a receita do consolidado e R\$76 para o resultado das operações.

Contraprestação de compra

Integralização de ações emitidas	300
Integralização a realizar	200
Total da contraprestação	500

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Caixa adquirido da controlada	(9)
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	(9)

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.7. A-LISA Depilação a Laser S.A. ("A-Lisa")--Continuação

O valor total da contraprestação, antes do ajuste a valor presente das parcelas a vencer, conforme contrato firmado, foi de R\$500, sendo que o pagamento foi efetuado como segue:

- R\$500 mediante integralização de 312.245 novas ações ordinárias emitidas pela adquirida. O valor justo das ações corresponde ao preço das ações da Companhia na data da aquisição. Este valor não foi integralmente aportado até 31 de dezembro de 2018, restando R\$200 de saldos pendentes de pagamento.

7.2.8. M.I.G.S Serviços Estéticos S.A. ("MIGS")

Em 22 de outubro de 2018, a Companhia adquiriu 51% do capital social da M.I.G.S Serviços Estéticos S.A., companhia de capital fechado com sede no Brasil, franquia da marca Totallaser. A MIGS possui duas unidades no interior de São Paulo e as lojas foram convertida em franquia da marca Espaçolaser.

A Companhia optou por mensurar a participação de não controladores na adquirida ao valor justo.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

A Companhia obteve um ganho por compra vantajosa no montante de R\$175 nessa aquisição.

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$97 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a MIGS contribuiu para o consolidado com receitas de R\$602 e lucro antes dos tributos de R\$353. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a MIGS teria contribuído em R\$984 para a receita do consolidado e R\$232 para o lucro das operações.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.8. M.I.G.S Serviços Estéticos S.A. ("MIGS")--Continuação

Contraprestação de compra	
Integralização de ações emitidas	219
Integralização a realizar	681
Total da contraprestação	<u>900</u>
Análise do fluxo de caixa da aquisição	
Integralização capital na data de aquisição	27
Caixa adquirido da controlada	(26)
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	<u>1</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

O valor total da contraprestação, antes do ajuste a valor presente das parcelas a vencer, conforme contrato firmado, foi de R\$900, sendo que o pagamento foi efetuado como segue:

- R\$900 mediante integralização de 609.940 novas ações ordinárias emitidas pela adquirida. O valor justo das ações corresponde ao preço das ações da Companhia na data da aquisição. Este valor não foi integralmente aportado até 31 de dezembro de 2018, restando R\$681 de saldos pendentes de pagamento.

7.2.9. TJTM Serviços Estéticos S.A. ("TJTM")

Em 6 de setembro de 2018, A Companhia adquiriu 51% do capital social da TJTM Serviços Estéticos S.A, companhia de capital fechado com sede no Brasil, franquia da marca Totallaser. A TJTM possui uma unidade no interior de São Paulo e a loja foi convertida em franquia da marca EspaçoLaser. Na mesma data, a Companhia celebrou um acordo de acionistas onde foi estabelecida uma opção de compra e de venda da participação remanescente de 49% dos não controladores da TJTM.

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

O ágio de R\$1.296 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.9. TJTM Serviços Estéticos S.A. ("TJTM")--Continuação

O valor nominal bruto dos recebíveis adquiridos, na data da aquisição, considerados pelo valor justo é de R\$167 de curto prazo e não há expectativa de perda sobre este valor.

Desde a data da aquisição, a TJTM contribuiu para o consolidado com receitas de R\$417 e lucro antes dos tributos de R\$198. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a TJTM teria contribuído em R\$440 para a receita do consolidado e R\$(166) para o prejuízo das operações.

Contraprestação de compra

Integralização de ações emitidas	130
Integralização a realizar	410
Opção de compra e venda	1.603
Total da contraprestação	2.143

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Caixa adquirido da controlada	(73)
Fluxo de saída de caixa, líquido (a)	(73)

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento.

O valor total da contraprestação, antes do ajuste a valor presente das parcelas a vencer, conforme contrato firmado, foi de R\$540, sendo que o pagamento foi efetuado como segue:

- R\$540 mediante integralização de 208.164 novas ações ordinárias emitidas pela adquirida. O valor justo das ações corresponde ao preço das ações da Companhia na data da aquisição. Este valor não foi integralmente aportado até 31 de dezembro de 2018, restando R\$410 de saldos pendentes de pagamento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.2. Aquisições ocorridas em 2018--Continuação

7.2.10. Costa & Curvo Estética Ltda. ("Costa & Curvo")--Continuação

Em 1º de Janeiro de 2018, A Companhia concluiu a aquisição de 51% do capital social da Costa & Curvo Estética Ltda. ., companhia de capital fechado com sede no Brasil, franquia da marca EspaçoLaser

A contabilização dos ativos líquidos adquiridos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foi feita com base em avaliação do valor justo dos ativos e passivos na data da aquisição.

A transação resultou em um ganho de compra vantajosa no valor de R\$969 que afetou diretamente o resultado da Companhia na conta de outras receitas.

Contraprestação de compra

Integralização de ações emitidas	408
Total da contraprestação	<u>408</u>

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Integralização de capital na data de aquisição	80
Caixa adquirido da controladora	<u>(23)</u>
Fluxo de saída de caixa líquido	57

Não há ativos intangíveis e passivos identificados na combinação de negócios.

7.3. Aquisições ocorridas em 2017

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia obteve controle das investidas Lasercorp Serviços Estéticos Ltda., Lisa a Laser Embaré Serviços Estéticos Ltda., MV Corp Serviços Estéticos Ltda., Dyelcorp Serviços Estéticos Ltda. e Riocorp Serviços Estéticos Ltda.

Tais transações não envolveram contraprestação em troca do controle das adquiridas e não houve alteração na participação societária. A contabilização dos ativos líquidos adquiridos foi feita com base numa avaliação do valor justo de ativos e passivos na data base de aquisição, não tendo sido, identificados ativos intangíveis na data de aquisição do controle.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

7. Combinação de negócios(reapresentado)--Continuação

7.4. Opção de compra de participação de não controladores - Put and Call Options

A Companhia possui contratos firmados com os acionistas não controladores de determinadas controladas que incluem opções de compra e venda referente a participação remanescente não detida pela Companhia. A avaliação destas condições dessas opções, sua valorização inicial e movimentações subsequentes estão descritas a seguir.

Controlada	Data da emissão	Valor justo na data da emissão	Ganho (perda) valor justo	Saldo 12/2018	Ganho (perda) valor justo	Saldo 12/2019
Emissão simultânea de opções de compra e venda sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios						
APL Participações Societárias S.A.	07/2018	(38.115)	(2.406)	(40.521)	(5.714)	(46.235)
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	09/2018	(1.603)	(64)	(1.667)	(1.995)	(3.662)
El Rio Participações S.A.	07/2018	(665)	14	(651)	(1.137)	(1.788)
AUT Estética S.A.	03/2019	(10.638)	-	-	(2.179)	(12.817)
Verano Depilação S.A.	02/2019	(2.853)	-	-	(360)	(3.213)
Aclo Serviços Estéticos S.A.	02/2019	(7.768)	-	-	(1.985)	(9.753)
Alexandrite Estética E Laser S.A.	02/2019	(5.529)	-	-	(1.566)	(7.095)
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	01/2019	(4.488)	-	-	(696)	(5.184)
Outras emissões de opções de compra e venda sobre a de não controladores						
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	01/2019	(32.095)	-	-	(3.911)	(36.006)
Total opções de compra e venda		(103.754)	(2.456)	(42.839)	(19.543)	(125.753)
Emissão de opções de compra sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios						
Costa & Curvo Estética Ltda.	01/2018	1.053	(223)	830	(7)	823
M.I.G.S. Serviços Estéticos S.A.	10/2018	441	(55)	386	34	420
Urban Laser ServiçoEstéticos S.A.	01/2018	25.339	(7.838)	17.501	934	18.435
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	01/2018	4.733	(826)	3.907	(742)	3.165
A Lisa Depilação a Laser S.A.	01/2019	-	-	-	589	589
ES Laser S.A.	01/2019	4.722	-	-	(2.569)	2.153
Outras opções de compra						
EL Bahia	09/2019	1.388	-	-	(150)	1.238
Outras emissões de opções de compra sobre não controladores						
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	04/2018	9.915	(1.761)	8.154	89	8.243
Total opções de compra		47.591	(10.703)	30.778	(1.822)	35.066

As informações sobre a metodologia utilizada para cálculo das opções acima, bem como os inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo estão incluídos na Nota 20.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado (reapresentado)

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear e leva em consideração a expectativa de vida útil dos bens, conforme indicada a seguir:

	Controladora				Total imobilizado
	Benefitorias propriedade de terceiros 25%	Computadores e periféricos 20%	Equipamento eletrônico 10%	Utensílios e equipamentos 10%	
Taxa de depreciação					
Custo ou avaliação					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-
Adições	243	17	4	2	266
Saldos em 31 de dezembro de 2018	243	17	4	2	266
Adições	-	88	-	15	103
Transferências	-	4	(4)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	243	109	-	17	369
Depreciação					
Saldos em 31 de dezembro de 2017					
Depreciação do exercício	(2)	(1)	(1)	-	(4)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(2)	(1)	(1)	-	(4)
Depreciação do exercício	(12)	(18)	-	(2)	(32)
Transferências	2	(3)	1	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(12)	(22)	-	(2)	(36)
Valor líquido					
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	241	16	3	2	262
Saldos em 31 de dezembro de 2019	231	87	-	15	333

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado (reapresentado)--Continuação

Taxa de depreciação	Benefícios de propriedade de terceiros		Computadores e periféricos		Equipamentos de laser		Instalações		Móveis e utensílios		Veículos		Equipamento eletrônico		Utensílios e equipamentos		Imóveis		Provisão para desmantelamento (i)		Provisão para baixa de imobilizado		Total imobilizado	
	25%	10% a 20%	20%	10% a 20%	10%	10% a 20%	10%	10% a 20%	10%	10% a 20%	20%	10%	10%	10%	10%	10%	25%							
Custo ou avaliação																								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.406		1.029	14.479	1.714	1.057	622	1.564		383													24.158	
Aquisição de Controladas	874		66	2.050	217	185		2		269													3.663	
Adições	8.590		1.038	22.163	6	1.051	4	232		454													35.315	
Baixas	-		(44)	(1.571)	(588)	(143)	(10)			(206)													(3.950)	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	13.870		2.089	37.121	1.349	2.150	616	1.798		900													59.186	
Aquisição de Controladas	3.482		538	13.051	869	1.131		107		4.950													25.054	
Adições	9.353		2.201	34.805	745	1.299	145	632		2.392													53.634	
Transferências entre contas	(536)		(887)	7.527	1.183	(138)	(114)	(972)		(7.778)													(728)	
Baixas	(54)		(314)	(878)	(588)	(23)	(350)	(65)		140													2.015	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	26.115		3.627	93.182	4.731	4.419	297	1.530		604													139.161	
Aquisição de Controladas	577		147	12.018	614	240	29			5.325													17.854	
Adições	8.709		1.253	35.164	324	1.393	42			984													47.482	
Transferências entre contas - Direito de Uso	-		-	-	-	-	-	-		-													-	
Transferências entre contas	(19)		1.543	909	(22)	5		(1.530)		(886)													(4.403)	
Baixas	(375)		(52)	(1.082)	-	-	-	-		-													(28)	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	35.007		6.518	140.191	5.647	6.087	368	-	-	6.027													200.066	
Depreciação																								
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(227)		(654)	(2.142)	(662)	(201)	(423)	(1.042)		(76)													(5.427)	
Aquisição de Controladas	(23)		(17)	(386)	(86)	(64)				(42)													(618)	
Depreciação do exercício	(385)		(235)	(2.304)	(194)	(177)	(29)	(188)		(82)													(4.213)	
Transferências entre contas	-		38	814	146	83				-													1.081	
Saldo em 1º de janeiro de 2017	(635)		(868)	(4.018)	(796)	(359)	(452)	(1.230)		(200)													(9.177)	
Aquisição de Controladas	(752)		(121)	(2.109)	(134)	(105)	44	(445)		(116)													(3.343)	
Depreciação do exercício	(2.150)		(617)	(6.162)	(432)	(314)	282	1.320		(113)													(10.887)	
Transferências entre contas	47		313	(1.878)	(233)	(2)		12		60													(86)	
Baixas	-		52	(813)	(146)	(75)				1													(969)	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(3.490)		(1.241)	(14.980)	(1.741)	(855)	(126)	(343)		(258)													(24.462)	
Aquisição de Controladas	(2)		(18)	(1.316)	(94)	(29)				(385)													(1.844)	
Depreciação do exercício	(1.930)		(1.020)	(11.350)	(283)	(503)	(50)			(101)													(15.257)	
Transferências entre contas	397		(399)	(366)	(25)	(17)		343		(3)													(70)	
Transferências entre contas - Direito de Uso	-		-	-	-	-	-	-		-													-	
Baixa	590		-	126	1	11				(39)													1.428	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.435)		(2.678)	(27.886)	(2.142)	(1.393)	(176)	-	-	(756)													(39.516)	
Valor líquido																								
Saldo em 31 de dezembro de 2017	13.235		1.221	33.103	553	1.791	164	568		700													50.009	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	22.625		2.386	78.202	2.990	3.564	171	1.187		346													114.699	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	30.572		3.840	112.305	3.505	4.664	192	-		5.241													160.550	

(i) Na provisão para gastos com desmantelamento está registrado o custo de restauração dos imóveis alugados onde funcionam as operações da Companhia. Esses custos surgem da obrigação contratual da Companhia em devolver esses locais nas mesmas condições nas quais foram alugados. Os mesmos são amortizados pelo prazo estimado de vigência do contrato de aluguel. Com a adoção do CPC 06 (R2) IFRS 16, tanto o custo quanto a depreciação acumulada foram reclassificados para ativo por direito de uso.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível (reapresentado)

O saldo de intangível do Consolidado está composto da seguinte forma:

	Marcas e patentes	Licenças de uso	Software	Ágio por rentabilidade futura (b)	Mais-valia de contrato de franquia	Marca Espaçolaser (a)	Mais-valia não competição	Provisão de baixa de intangível	Total intangível
Custo ou avaliação									
Saldos em 31 de dezembro de 2016	3	3.998	770	9.060	-	201.800	-	(918)	214.713
Aquisição de Controladas	-	647	1	-	-	-	-	-	648
Adições	49	1.863	1.169	-	-	-	-	(19)	3.062
Baixas (c)	-	-	-	(1.043)	-	-	-	-	(1.043)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	52	6.508	1.940	8.017	-	201.800	-	(937)	217.380
Aquisição de Controladas	20	5.723	-	-	-	-	-	-	5.743
Adições	-	6.814	529	62.628	2.107	-	-	-	72.078
Baixas	-	(83)	(474)	-	-	-	-	-	(557)
Transferências entre contas	-	(6)	(6)	-	-	-	-	(66)	(78)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72	18.956	1.989	70.645	2.107	201.800	-	(1.003)	294.566
Aquisição de Controladas	216	1.049	9	64.783	3.467	-	683	-	70.207
Adições	-	8.131	1.620	23.555	-	-	-	-	33.306
Baixas	-	(242)	-	(2.915)	-	-	-	-	(3.157)
Transferências entre contas	(216)	216	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	72	28.110	3.618	156.068	5.574	201.800	683	(1.003)	394.922
Amortização									
Saldos em 31 de dezembro de 2016	-	(1.418)	(266)	-	-	-	-	-	(1.684)
Aquisição de Controladas	-	(134)	(1)	-	-	-	-	-	(135)
Amortização do exercício	-	(260)	(384)	-	-	(11.871)	-	-	(12.515)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(1.812)	(651)	-	-	(11.871)	-	-	(14.334)
Aquisição de Controladas	-	(2.437)	-	-	-	-	-	-	(2.437)
Amortização do exercício	-	(1.234)	(145)	-	(745)	(11.871)	-	-	(13.995)
Baixas	-	1	-	-	-	-	-	-	1
Transferências entre contas	-	872	157	-	-	-	-	-	1.029
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(4.610)	(639)	-	(745)	(23.742)	-	-	(29.736)
Aquisição de Controladas	-	(336)	-	-	-	-	-	-	(336)
Amortização do exercício	(10)	(2.862)	(612)	-	(1.237)	(11.872)	(129)	-	(16.722)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências entre contas	(1)	74	(4)	-	-	-	-	-	69
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(11)	(7.734)	(1.255)	-	(1.982)	(35.614)	(129)	-	(46.725)
Valor líquido									
Saldos em 31 de dezembro de 2017	52	4.696	1.289	8.017	-	189.929	-	(937)	203.046
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72	14.346	1.350	70.645	1.362	178.058	-	(1.003)	264.830
Saldos em 31 de dezembro de 2019	61	20.376	2.363	156.068	3.592	166.186	554	(1.003)	348.197

(a) Refere-se à ativo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda., no montante de R\$201.800 referente a Marca Espaçolaser. A vida útil da Marca Espaçolaser é de 17 anos.

(b) O valor corresponde ao valor do ágio gerado nas aquisições conforme descrito na Nota 7.

(c) O valor corresponde a provisão para perda do valor recuperável da marca Totallaser em decorrência da descontinuidade da marca.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por valor recuperável, a taxa de amortização praticada é de 20% a.a.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

O ágio adquirido por meio de combinação de negócios é alocado a cada uma das UGCs para teste de impairment.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível (reapresentado)--Continuação

O processo de determinação do valor em uso envolveu a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros, perpetuidade e taxa de desconto. Tal entendimento está de acordo com o parágrafo 35 do CPC 01 R1 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Todas as premissas utilizadas estão descritas abaixo:

Unidades geradoras de caixa - Laser

As premissas abaixo foram utilizadas para todas as unidades geradoras de caixa classificadas no segmento operacional Laser. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia identificou 10 UGCs neste segmento. (4 em 31 de dezembro de 2018).

- (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro - 12,1 % a.a. (11,6 % a.a. em 2018). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado.
- (ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de perpetuidade de 3.5% a.a.
- (iii) Crescimento de receita: no período de 2020 a 2024, a taxa de crescimento da receita de em média 21% a.a. (24% a.a. em 2018) foi estimada com base na base histórica de vendas para cada loja e também no potencial de crescimento para cada região
- (iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista.
- (v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a captação de novos clientes.

Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas:

- (i) Taxa de desconto
- (ii) Crescimento na perpetuidade

Taxa de desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível (reapresentado)--Continuação

Crescimento na perpetuidade

A estimativa foi baseada principalmente em:

- (i) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas;
- (ii) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projetada (IPCA do período);

Não houve registro de perdas por impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, para 2017 não havia ágio adquirido por meio de combinação de negócios para esse segmento.

Unidade geradora de caixa - Franquias (EL Franchising)

- (i) Taxa de desconto dos fluxos de caixa futuro - 12,1 % a.a. (11,6 % a.a. em 2018 e 20,1% a.a. em 2017). Segundo a avaliação da Administração, este é um percentual que reflete o custo de capital ponderado.
- (ii) Projeção de fluxo de caixa para 5 anos com taxa de perpetuidade de 3.5% a.a.
- (iii) Crescimento de receita: no período de 2020 a 2024, a taxa de crescimento da receita de em média 22% a.a. (23% a.a. em 2018) foi estimada com base na base histórica de vendas para cada loja e também no potencial de crescimento para cada região
- (iv) Evolução do resultado operacional: leva em consideração a margem histórica da empresa, estimativa de inflação dos principais custos e despesas e dissídio trabalhista.
- (v) Investimentos: considerados investimentos necessários para a captação de novos clientes.

Premissas com impacto relevante utilizadas no cálculo do valor em uso

O cálculo do recuperável é mais sensível às seguintes premissas:

- (i) Taxa de desconto
- (ii) Crescimento na perpetuidade

Taxa de desconto

A taxa de desconto representa a avaliação de risco no atual mercado. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo derivada dos custos de capital médio ponderado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível (reapresentado)--Continuação

Crescimento na perpetuidade

A estimativa foi baseada principalmente em:

- (iii) Resultados históricos obtidos pela Companhia e suas controladas;
- (iv) Expectativa de crescimento orgânico em função de aumento de volumetria das operações atuais e reajuste de preço com base na inflação projetada (IPCA do período);

Não houve registro de perdas por impairment nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

Análise de sensibilidade

Conforme descrito na Nota 31, a pandemia do COVID-19 afetou de forma significativa as operações da Companhia no segundo trimestre de 2020. Apesar de se tratar de um evento subsequente que não gera ajustes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração desenvolveu uma análise de sensibilidade onde incorporou às projeções anteriormente efetuadas os impactos financeiros já conhecidos no segundo trimestre, tais como redução da receita, custos com demissões e reduções de folha de pagamento baseado em medidas anunciadas pelas autoridades federais. Como resultado dessa análise, o valor em uso dos ativos continua acima do valor contábil registrado.

9.1. Contrato oneroso

Refere-se à passivo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda. referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo na data de aquisição da pela MPM.

O montante original identificado foi de R\$115.400 com prazo de amortização de 14 anos. O total da amortização registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$8.304 (R\$8.241 e R\$8.243 em 2018 e 2017, respectivamente).

10. Direito de uso e arrendamentos (reapresentado)

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de diversos imóveis, que são utilizados para a prestação dos serviços de depilação de seus clientes. Os prazos de arrendamento desses imóveis variam entre 2 a 5 anos. As obrigações da Companhia e suas controladas nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Direito de uso e arrendamentos (reapresentado)--Continuação

A Companhia e suas controladas também possui alguns arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor e com prazo de duração inferior a 12 meses, tais como impressoras, por exemplo. Para esses casos, a Companhia e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

Companhia possui somente um contrato em que atua como sub-arrendadora, firmado pela controlada El Rio Serviços de Depilação Estética Ltda. cujo aluguel mensal é de R\$15 mil. O CPC 06 (R2) IFRS 16 não gerou impacto para o único contrato em que a Companhia atua como arrendadora.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso de imóveis reconhecidos e as movimentações durante o exercício de 2019:

	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	65.172
Reclassificação de provisão para desmantelamento	2.590
Adições	11.773
Aquisições de empresas	10.530
Amortização	(27.221)
Remensuração	5.944
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>68.788</u>

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante o exercício:

	<u>Consolidado</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>Arrendamento</u>	<u>Provisão para desmantelamento</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	65.172	2.590
Adições	10.679	1.927
Aquisições de empresas (a)	9.971	660
Juros	5.634	(138)
Remensuração	5.945	-
Pagamentos	(28.886)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>68.515</u>	<u>5.039</u>
Circulante	28.718	-
Não circulante	39.797	5.039

(a) Na combinação de negócios das empresas "M3 Serviços Estéticos Ltda" e "Jacarei Serviços Estéticos Ltda" ocorrido em 26 de Setembro de 2019 e 17 de Outubro de 2019 respectivamente, no balanço de aquisição dessas empresas já estava registrado o efeito da adoção da norma em 1º de Janeiro de 2019, juntamente com a amortização do período correspondente até a data de aquisição.

Não há contratos de arrendamento firmados pela Controladora.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Direito de uso e arrendamentos (reapresentado)--Continuação

O cronograma de pagamentos das parcelas não circulantes do passivo de arrendamento é como segue:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u> <u>valor</u>
2021	24.990
2022	15.127
2023	6.412
2024	620
2025	222
Total	47.371
(-) Juros embutidos	(7.574)
Total	39.797
Passivo de arrendamento	39.797

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R\$10.727 no consolidado.

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento das controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, as controladas calcularam para fins de divulgação os saldos de arrendamento considerando a taxas de juros incremental real. Nesse cálculo, o saldo do passivo foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporando a inflação futura projetada e descontando pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. A comparação os saldos de arrendamentos descontados pela taxa de juros nominal (contabilizado) e taxa de juros real está abaixo demonstrada, na data-base de 31 de dezembro de 2019. O cenário 1 considera a projeção do fluxo com inflação, e o cenário 2 considera a projeção do fluxo sem inflação (CPC 06 (R2) IFRS 16/IFRS 16):

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Direito de uso e arrendamentos (reapresentado)--Continuação

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019--Continuação

	Cenário	Taxa (% a.a.)	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante
Ativo por direito de uso	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	72.069	44.588	21.297	7.230	840	840
Ativo por direito de uso	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	68.788	42.558	20.328	6.901	801	801
Passivo de arrendamento	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	75.952	48.936	24.177	8.307	1.000	259
Passivo de arrendamento	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	67.289	43.026	20.952	7.067	825	220
Encargos Financeiros	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	-	4.402	2.436	852	201	314
Encargos Financeiros	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	-	4.027	2.248	830	146	39
Despesa de Depreciação	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	-	27.481	23.291	14.067	6.390	840
Despesa de Depreciação	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	-	26.230	22.230	13.427	6.100	679
Total de Despesa	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	-	31.883	25.727	14.919	6.591	1.154
Total de Despesa	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	-	30.257	24.478	14.257	6.246	718

11. Empréstimos e financiamentos (reapresentado)

	Tipo	Vencimento	Encargos	Consolidado		
				31 de dezembro de 2019		
				Circulante	Não circulante	Total
Aymoré	Capital de Giro	Out/2020	1,75% a 2,21% a.m.	228	-	228
ABC	Capital de Giro	Mar/2021	0,96% a.m.	4.636	477	5.113
Daycoval	Capital de Giro	Jul/2022	1,28% a.m.	1.162	2.162	3.324
Itaú	Capital de Giro	Out/2021	0,96% a 2,14% a.m.	1.844	616	2.460
Citibank	Leasing Financeiro	Nov/2023	0,78% a.m.	2.120	8.471	10.591
Itaú USD (i)	Empréstimo 4131	Ago/2021	0,99% a.m.	46.030	32.977	79.007
Safra	Capital de Giro	Dez/2022	1,25% a.m.	612	767	1.379
Santander	Capital de Giro	Dez/2022	0,85% a 2,65% a.m.	10.059	7.032	17.091
Bradesco	Capital de Giro	Set/2022	1,24% a 2,22% a.m.	1.647	852	2.499
Bradesco	Leasing Financeiro	Set/2023	1,05% a 1,88% a.m.	3.786	8.805	12.591
Votorantim	Leasing Financeiro	Jul/2022	1,01% a 1,11% a.m.	2.357	3.903	6.260
Caixa	Leasing Financeiro	Mai/2021	0,45% a.m.	119	51	170
Total				74.600	66.113	140.713

- (i) A Companhia possui contratos de empréstimo na modalidade 4131 junto ao Banco Itaú denominados em US\$, para mitigar o risco de variação cambial, celebrou contratos de swap para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados de 11,88% ao ano.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos (reapresentado)--Continuação

Os contratos de empréstimos relativos a Leasing Financeiro possuem garantia real (máquina laser), para os contratos que são da modalidade 4131 a garantia dada é o saldo de contas a receber, os demais itens não possuem garantias.

				Consolidado		
				31 de dezembro de 2018		
	Tipo	Vencimento	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
Aymoré	Capital de Giro	Out/2020	1,75% a 2,21% a.m.	432	187	619
ABC	Capital de Giro	Dez/2020	0,96% a.m.	2.273	2.727	5.000
Daycoval	Capital de Giro	Nov/2019	1,19% a.m.	125	-	125
Itaú	Capital de Giro	Out/2021	0,96% a 2,14% a.m.	5.609	4.017	9.626
Itaú	Leasing Financeiro	Dez/2021	0,73% a 2,84% a.m.	4.446	2.663	7.109
Itaú USD (i)	Empréstimo 4131	Nov/2020	0,86% a 0,96% a.m.	23.562	2.538	26.100
Santander	Capital de Giro	Out/2021	0,97% a 1,74% a.m.	10.528	10.729	21.257
Santander	Capital de Giro	Jan/2019	0,76% a.m.	31.426	-	31.426
Bradesco	Capital de Giro	Dez/2022	1,06% a.m.	1.221	3.240	4.461
Bradesco	Leasing Financeiro	Mai/2022	2,46% a 2,73% a.m.	210	367	577
Safra	Capital de Giro	Jan/2022	1,17% a.m.	538	1.330	1.868
Astral	Capital de Giro	Abr/2019	2,8% a.m.	87	-	87
Caixa	Conta Garantida	Jan/2019	13,55% a.m.	179	-	179
Outros	Capital de Giro	Jun/2020	2,3% a.m.	160	137	297
Total				80.796	27.935	108.731

Os contratos de empréstimos relativos a Leasing Financeiro possuem garantia real (máquina laser), para os contratos que são da modalidade 4131 a garantia dada é o saldo de contas a receber, os demais itens não possuem garantias.

				Consolidado		
				31 de dezembro de 2017		
	Tipo	Vencimento	Encargos	Circulante	Não circulante	Total
Aymoré	Capital de Giro	Fev/2018	1,48% a.m.	249	183	432
BNDES	Capital de Giro	Jun/2018	0,73% a 1,14% a.m.	43	-	43
Daycoval	Capital de Giro	Nov/2019	1,27% a.m.	93	147	240
Itaú	Capital de Giro	Nov/2019	1,36% a 1,94% a.m.	550	394	944
Itaú	Leasing Financeiro	Out/2018	102,67% cdi	720	105	825
Itaú USD (i)	Empréstimo 4131	Nov/2018	103,66% cdi	5.000	-	5.000
Santander	Leasing Financeiro	Fev/2020	1,15% a 1,66% a.m.	3.493	4.607	8.100
Santander	Capital de Giro	Out/2018	1,72% a.m.	113	92	205
Total				10.261	5.528	15.789

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Empréstimos e financiamentos (reapresentado)--Continuação

Os contratos de empréstimos relativos a Leasing Financeiro possuem garantia real (máquina laser), para os contratos que são da modalidade 4131 a garantia dada é o saldo de contas a receber, os demais itens não possuem garantias.

O cronograma de pagamentos das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos é conforme a seguir:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u> <u>Valor</u>
2021	53.034
2022	9.998
2023	3.081
Total	66.113

12. Debêntures (reapresentado)

			<u>31 de dezembro de 2019</u>		
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	dez/2022	0 81% a.m.	-	110.429	110.429
Custos de captação			-	(1.283)	(1.283)
			-	109.146	109.146
			<u>31 de dezembro de 2018</u>		
			<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Debêntures	dez/2022	0 81% a.m.	314	55.000	55.314
Custos de captação			-	(1.701)	(1.701)
			314	53.299	53.613

Em 14 de dezembro de 2018 a Companhia firmou a primeira emissão de debêntures no valor de R\$110.000, conforme “Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A.” celebrado entre a Emissora e o Banco Santander S.A.

Foram emitidas 11.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), e terão prazo de 4 anos a contar da data de emissão (14 de dezembro de 2018), vencendo-se, portanto, em 14 de dezembro de 2022.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures (reapresentado)--Continuação

As debêntures foram integralizadas conforme descrito abaixo:

<u>Evento</u>	<u>Data</u>	<u>Quantidade de debêntures</u>
1ª integralização	14/12/2018	5.500
2ª integralização	15/01/2019	4.000
3ª integralização	20/03/2019	1.500

O Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago em parcelas trimestrais sempre no dia 14 dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, com 18 meses de carência.

Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros prefixados equivalentes a 10,30% ao ano, desde a respectiva primeira data de integralização.

Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão serão destinados para (i) liquidação integral do financiamento contratado junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. - Cayman Branch - contrato n.º G8613092 27062018; e (ii) aquisição, pela Companhia, de participações societárias de franqueados, sejam elas majoritárias ou minoritárias, bem como, quaisquer outros custos relacionados a tal aquisição.

O contrato de emissão de debêntures prevê o cumprimento do seguinte compromisso ("covenants"): i) Dívida Líquida/EBITDA ajustado das companhias em que Interviente Garantidora detenha, direta ou indiretamente, 100% das ações + EBITDA proveniente da operação de franquias, igual ou inferior a 2,5 vezes. ii) Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado da empresa garantidora, igual ou inferior a 1,5 vezes.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia está em conformidade com as cláusulas de compromisso.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Parcelamento de impostos (reapresentado)

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Ordinário - IRPJ, CSLL, PIS e COFINS	6.050	4.312	-
Ordinário - INSS	235	299	-
PERT - IRPJ, CSLL, PIS e COFINS	460	510	611
Simplex Nacional	213	-	-
Simplificado - IRPJ, CSLL, PIS e Cofins	3.212	-	-
Dívida Ativa	943	-	-
TOTAL	11.113	5.121	611
Circulante	2.733	1.031	105
Não circulante	8.380	4.090	506

O cronograma de pagamentos das parcelas não circulantes dos parcelamentos de impostos é conforme a seguir:

	2019
de 1 a 2 anos	1.994
de 2 a 3 anos	1.984
de 3 a 4 anos	1.909
mais de 5 anos	2.493
Total	8.380

14. Provisões para demandas judiciais (reapresentado)

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas eram partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais (incluído em outras contas a receber). As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para demandas judiciais (reapresentado)--Continuação

O saldo em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Consolidado			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	80	112	26	218
Adições	-	171	-	171
Reversões	(80)	(112)	(26)	(218)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	171	-	171
Aquisição de Controladas	-	410	6.445	6.855
Adições	37	888	-	925
Reversões	(37)	(808)	-	(845)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	661	6.445	7.106
Aquisição de Controladas	6.938	1.235	4.258	12.431
Adições	1.830	5.045	884	7.759
Reversões	-	(6.675)	-	(6.675)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)	8.768	266	11.587	20.621

Os processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda “possível” totalizam R\$4.293, R\$2.301 e R\$384, em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente, e tem como natureza processos Cíveis, Trabalhistas e Tributários.

15. Plano de remuneração baseado em ações (reapresentado)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de Julho de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 50.986 opções concedidas para os gerentes e diretores.

A titularidade das opções de conversão de ações será transferida aos participantes em proporções idênticas de 20%, em cada aniversário do plano ao longo do período de 5 anos após a data da outorga. A transferência é sujeita ao cumprimento cumulativo das duas condições a seguir, em cada aniversário da data da outorga:

- (i) O participante deverá ter permanecido ao longo do respectivo período de carência como empregado da Companhia.
- (ii) Evento de liquidez ou transferência de controle societário da Companhia para um terceiro.

O preço do exercício a ser pago pelos participantes pelas opções vestidas no final do período é de R\$55,03.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Plano de remuneração baseado em ações (reapresentado)--Continuação

Movimentação do exercício de 2019

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	MPPE (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Opções Outorgadas durante o exercício	50.986	55,03
Saldo em 31 de dezembro de 2019	50.986	55,03

(*) Média Ponderada do Preço do Exercício.

Durante o exercício, não houve opções exercidas, vencidas ou canceladas, devido ao recente lançamento do plano.

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2019 era de 4,5 anos. O valor justo médio ponderado das opções outorgadas durante o exercício era de R\$154,71. O preço de exercício para as opções remanescentes no fim do exercício era de R\$55,03.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	154,71
Taxa de retorno livre de risco (%)	7.2%
Prazo de vida esperado das opções	31/07/2024
Modelo utilizado	Binominal

Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$1.313 de despesa relativa ao plano de remuneração baseado em ações, tendo como contrapartida a conta reserva de capital - ações outorgadas. As despesas a serem conhecidas nos próximos exercícios são como segue:

<u>Exercício social</u>	<u>R\$</u>
2020	2.576
2021	1.484
2022	889
2023	477
2024	161

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Impostos e contribuições a pagar (reapresentado)

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
ISS a recolher (a)	9.248	5.351	4.486
IRRF a recolher	1.674	1.289	-
COFINS a recolher	6.592	6.067	2.534
PIS a recolher	1.398	7.978	550
IRPJ a recolher	19.721	4.698	6.265
CSLL a recolher	6.568	2.717	2.326
Outros impostos a recolher	227	466	496
Total	45.428	28.566	16.657
Circulante	41.449	25.195	15.001
Não Circulante	3.979	3.371	1.656

(a) Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia através de sua controlada EL Franchising possui um saldo de ISS a recolher sobre vendas de franquias no montante de R\$3.979 (R\$3.419 em 31 de dezembro de 2018) para o qual entrou com pedido requerendo a inconstitucionalidade da cobrança da alíquota de 5% do tributo sobre atividade de franquia, eximindo a prestação do serviço. Para os valores de ISS cuja competência tenha ocorrido até Dezembro 2018, a empresa efetuou provisão no montante correspondente que considera provável o futuro desembolso de caixa e efetua o depósito judicialmente. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de depósitos judiciais referente a este questionamento é de R\$4.351 (R\$3.207 em 31 de dezembro de 2018), para os valores de ISS cuja competência seja a partir de janeiro 2019 a administração entende que não há mais obrigatoriedade para o recolhimento desse tributo por esse motivo, os valores respectivos não foram provisionados tampoco houve depósito judicial. Esse processo está pautado por uma liminar que a empresa possui, expedida pela Comarca de Barueri da qual está isenta do pagamento do ISS.

Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.219	58.158	55.924
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	(38.154)	(19.774)	(19.014)
Provisão para perda de créditos esperada	752	93	(858)
Outras diferenças permanentes	(757)	3	(537)
Resultado de equivalência patrimonial - Amortização Mais Valia	(8.559)	(4.051)	-
Reconhecimento de prejuízo fiscal	(3.786)	708	1.781
Empresas com tributação no lucro presumido	760	3.216	6.426
Ativo fiscal diferido não reconhecido	117	(146)	(3.039)
Outros	2.788	372	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(46.839)	(19.579)	(15.241)
Aliquota efetiva	42%	34%	27%

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Impostos e contribuições a pagar (reapresentado)--Continuação

16.1. Imposto de renda e a contribuição social diferidos (reapresentado)

Reconciliação do resulta com o imposto de renda e a contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2019	2018
Provisão para desmantelamento de ativos	(127)	123
Arrendamentos Mercantil - Aluguel	508	-
Arrendamento Mercantil - Máquinas	(1.492)	(867)
Provisão para demandas judiciais	34	-
Provisão para perda de créditos esperada	3.192	2.177
Ganho Compra Vantajosa	2.766	(1.790)
Outros efeitos	(25)	1.127
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	4.856	770

Natureza	Saldo 2018	Resultado		Saldo 2019
		Adições	Baixas	
Diferenças temporárias ativas (passivas)	2.656	8.454	(3.598)	7.512

16.2. Prejuízo fiscal e base negativa (reapresentado)

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada EL Rio Serviços de Depilação Estética S.A. possui saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$3.053 (R\$1.247 em 2018 e 2017, respectivamente). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem diferenças temporárias dedutíveis que geram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Os prejuízos fiscais da controlada EL Rio não possuem prazo de prescrição, permanecendo o crédito fiscal disponível para a controlada por tempo indeterminado.

A Companhia e suas controladas não registraram tributos diferidos ativos em função da incerteza sobre a expectativa de lucros futuros tributáveis e o prazo para a sua compensação. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido (reapresentado)

a) Capital social

O capital subscrito em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é representado por 5.894.122 ações ordinárias e 2.907.461 ações preferenciais e é distribuído conforme descrito abaixo:

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2017		
	Ações			Ações			Ações		
	Ordinárias	Preferenciais	Valor em R\$	Ordinárias	Preferenciais	Valor em R\$	Ordinárias	Preferenciais	Valor em R\$
Ygor Alessandro de Moura	2.873.969	-	32.132	2.873.969	-	2.744	2.562.893	-	3.201
Paulo José de Iasz de Moraes	1.618.701	-	18.097	1.618.701	-	1.545	1.441.130	-	1.601
Tito Virgílio Augusto Veiga									
Pinto	710.119	-	7.939	710.119	-	678	642.713	-	1.601
Magnólia FIP Multiestratégia	-	2.907.461	32.506	-	2.907.461	2.776	-	2.554.933	1.000
SMZXP Participações	691.333	-	7.729	691.333	-	660	383.240	-	1.000
Total	5.894.122	2.907.461	98.403	5.894.122	2.907.461	8.403	5.029.976	2.554.933	8.403

(*) A empresa "CMN Solutions A041 Participações S.A" teve sua razão social alterada para "Aspen Road Participações S.A." durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em 11 de novembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia através de assembléia geral extraordinária, o valor aprovado de aumento foi de R\$90.000, dessa forma o capital social que antes era de R\$8.403 passa a ser de R\$98.403. Não houve alteração no quadro societário tampouco emissão de novas ações, o aumento foi realizado através da reserva de lucros que a Companhia possui.

Em 31 de dezembro de 2019, a administração da Companhia aprovou a incorporação da empresa Aspen Road Participações S.A. na MPM.

Essa empresa era uma das acionistas da Companhia, todas as ações que antes pertenciam a ela foram transferidas para o fundo de investimento Magnólia FIP Multiestratégia, com essa transação não houve emissão de novas ações ou aumento de capital.

Em 27 de dezembro de 2017 a CMN Solutions A041 Participações S.A. ("CMN") adquiriu 27,43% do capital social dos acionistas, correspondente a 1.756.516 ações ordinárias, que posteriormente foram convertidas em ações preferenciais. No mesmo dia, a CMN integralizou R\$50.000, sendo R\$47.500 disponível em caixa e R\$2.500 retido e será disponibilizado para reembolsar despesas incorridas com a negociação da transação. Do total integralizado, R\$1.000 foram destinados como aumento de capital social, correspondente a 798.417 novas ações preferenciais e R\$49.000 foram destinados à conta de reserva de capital - ágio na emissão de novas ações e como forma de pagamento na aquisição da participação da EL Franchising e TL Franchising, a Companhia emitiu 383.240 novas ações ordinárias, pelo valor de R\$24.000, sendo R\$1.000 destinados como aumento de capital e R\$23.000 destinados à conta de reserva de capital - ágio na emissão de novas ações, totalizando R\$8.403 de capital social e R\$72.000 de reserva de capital - ágio na emissão de novas ações.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Patrimônio líquido (reapresentado)--Continuação

b) Reserva de capital

A reserva de capital representam acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital e que poderá ser utilizado para futuro aumento de capital.

A reserva de ágio na subscrição de ações, refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumentar o capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendos cumulativos a ações preferenciais.

c) Destinação dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

A proposta da Administração para a destinação do lucro líquido apurado em 2019 é a seguinte:

Lucro líquido do exercício	51.033
(-) Reserva legal - 5%	(2.552)
(=) Lucro líquido a destinar	<u>48.481</u>

Destinação dos resultados

Dividendos propostos e pagos no exercício	(10.000)
Constituição de reserva de lucro (i)	38.481

- (i) O montante de R\$2.120 correspondente a diferença entre dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido a destinar e o já efetivamente pago durante o exercício será destinado à reserva de lucros nos termos da Lei das S.A. Em função dos eventos subsequentes relacionados à pandemia do Covid 19, a Administração optou por não distribuir totalmente os dividendos mínimos obrigatórios previstos em lei e no estatuto social.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas (reapresentado)

A totalidade do saldo a receber de partes relacionadas refere-se a mútuos realizados entre as empresas, cuja data de vencimento é indefinida e estão compostos da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
A - Lisa depilacao a laser Ltda.	120	-	-	-
Abbruzzese & moura estetica Ltda.	383	-	-	-
Clinica de estetica fortaleza 01 Ltda.	-	(95)	-	-
Corporeos - servicos terapeuticos S.A.	3.862	-	-	-
Costa & curvo estetica Ltda.	491	-	-	-
Cuiaba laser servicos terapeuticos Ltda.	20	-	-	-
Drbm servicos esteticos Ltda.	98	-	-	-
Ef franchising servicos terapeuticos Ltda.	-	(31)	-	-
El commerce - plataforma digital para intermediacao de negocios Ltda	1.081	-	-	-
El franchising Ltda.	1.506	-	-	-
Eslaser servicos esteticos S.A.	401	-	-	-
M.i.g.s. servicos esteticos S.A.	-	(27)	-	-
Mmc corp servicos esteticos Ltda.	286	-	-	-
Pim - servicos administrativos Ltda.	-	(16.594)	-	-
Riocorp servicos esteticos Ltda.	-	(19)	-	-
Tew estetica Ltda.	126	-	-	-
Tjtm servicos esteticos S.A.	103	-	-	-
Ti franchising Ltda.	130	-	-	-
Urban laser servicos esteticos S.A.	-	(295)	-	-
Vila velha laser Ltda.	-	(51)	-	-
Outros (a)	1.908	-	6.076	(3.896)
Total não circulante	10.515	(17.112)	6.076	(3.896)

(a) Refere-se à adiantamentos e mútuos realizados com acionistas não controladores de empresas controladas sem a incidência de encargos financeiros e sem prazo de vencimento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas (reapresentado)--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2018	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Yam Participações Ltda	-	(16.939)	-	-
YTP Participações Ltda	-	(767)	-	-
Costa & Curvo Estética Ltda	1.155	-	-	-
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	-	(1.099)	-	-
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	38	-	-	-
TJTM Serviços Estéticos S.A.	20	-	-	-
TL Franchising Ltda	40	-	-	-
A-LISA Depilação a Laser S.A.	-	-	200	-
TJTM Serviços Estéticos S.A.	-	-	410	-
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	-	-	681	-
Outros (a)	729	-	1.723	(9.702)
Total	1.982	(18.805)	3.014	(9.702)
Circulante	-	(2.960)	-	-
Não circulante	1.982	(15.845)	3.014	(9.702)

(a) Refere-se à adiantamentos e mútuos realizados com acionistas não controladores de empresas controladas sem a incidência de encargos financeiros e sem prazo de vencimento.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2017		31 de dezembro de 2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
YTP Participações Ltda	1.765	-	-	-
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	20.416	-	-	-
CMN Solutions A041 Participações S.A.	2.500	-	2.500	-
Ygor Alessandro de Moura	-	(2.310)	-	(2.307)
LCLM Participações e Consultoria Ltda.	-	-	-	(1.124)
Curitiba Laser Participações Ltda.	-	-	-	(718)
Flavio Loureiro Alves de Souza	-	-	-	(346)
Outros (a)	9	-	-	(266)
Total	24.690	(2.310)	2.500	(4.761)
Circulante	-	-	-	(3.477)
Não circulante	24.690	(2.310)	2.500	(1.284)

(a) Refere-se à adiantamentos e mútuos realizados com acionistas não controladores de empresas controladas sem a incidência de encargos financeiros e sem prazo de vencimento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Partes relacionadas (reapresentado)--Continuação

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Administração (Diretoria Executiva) nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram como segue:

	2019	2018	2017
Remuneração	3.550	2.059	1.189
Encargos e benefícios	819	782	451
Total	4.369	2.841	1.640

19. Contas a pagar ex-acionistas (reapresentado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia possuía os seguintes saldos a pagar, ajustados a valor presente, aos ex-acionistas de empresas adquiridas:

	2019		2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Aclo Serviços Estéticos Ltda.	-	23	-	-
Alexandrite Estética e Laser Ltda.	-	17	-	-
Vila Velha Laser Ltda.	-	5	-	-
Verano Depilação Ltda	-	9	-	-
GBM Serviços De Estética Ltda.	-	25	-	-
ApI Participações Societárias S.A.	535	535	8.317	8.317
Aut Estética S.A.	400	401	-	-
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	-	19	-	250
A-Lisa Depilação A Laser S.A.	-	-	200	200
Dyel Cuiaba Clinica De Estetica Ltda.	-	8.282	-	-
Dyel Porto Velho Clinica De Estetica Ltda.	-	2.941	-	-
Dyel Varzea Grande Clinica De Estetica Ltda.	-	2.117	-	-
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	-	40	-	2.427
Ei Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda	-	1.208	-	10.497
Eslaser Serviços stéticos S.A.	74	74	-	-
Flo Serviços De Estética Eireli	-	7	-	135
Jacarei Serv. Esteticos Eireli Me	-	997	-	-
M3 Servicos Esteticos Ltda.	-	6.765	-	-
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	-	-	681	681
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	-	12.755	-	-
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	-	-	410	410
Urban Laser Servicos Esteticos S.A.	-	1.465	-	4.615
Total	1.009	37.685	9.608	27.532
Circulante	390	24.650	9.608	26.658
Não circulante	619	13.035	-	874

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros (reapresentado)

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data-base são os seguintes:

	Hierarquia valor justo	Atualização	Controladora		
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	1.510	220	3.825
Contas a receber com partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	10.515	1.982	24.690
Adiantamento de fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	165	521	-
Opção de compra de participações de não controladores	Nível 3	Valor justo	3.987	1.216	-
			14.667	3.939	28.515
Passivo					
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	1.046	373	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	17.112	18.805	2.310
Contas a pagar a ex-acionistas	Nível 2	Custo amortizado	619	9.608	-
Opções de compra e venda de participações de não controladores	Nível 3	Valor justo	62.714	42.188	-
			81.491	70.974	2.310
Controladora					
	Hierarquia valor justo	Atualização	Consolidado		
			31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	Custo amortizado	55.109	69.252	20.003
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	416.946	250.070	134.745
Adiantamento de fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	1.588	21.574	-
Contas a receber com partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	6.076	3.014	2.500
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Custo amortizado	820	2.371	-
Opção de compra de participações de não controladores	Nível 3	Valor justo	35.068	30.778	-
			515.607	377.059	157.248
Passivo					
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	24.418	13.514	5.503
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	140.713	108.731	15.789
Debentures	Nível 2	Custo amortizado	109.146	53.613	-
Passivo de arrendamento	Nível 2	Custo amortizado	68.515	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	3.896	9.702	4.761
Contas a pagar a ex-acionistas	Nível 2	Custo amortizado	37.685	27.532	-
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Custo amortizado	2.684	4.377	-
Compensação aos ex acionistas (Earn-out)	Nível 3	Valor justo	-	3.900	-
Opções de compra e venda de participações de não controladores	Nível 3	Valor justo	125.753	42.839	-
			512.810	264.208	26.053

Os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros (reapresentado)--Continuação

Análise de sensibilidade dos inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo - Nível 3

Conforme divulgado na Nota 7.4, a Companhia e suas controladas possuem opções de compra e opções de compra e venda de participações de não controladores em algumas controladas. Essas opções são avaliadas a valor justo, sendo classificadas na hierarquia de Nível 3.

Os inputs significativos não observáveis utilizados nas mensurações do valor justo dessas opções, juntamente com uma análise de sensibilidade quantitativa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (não há essas opções em 2017), são apresentados abaixo:

Instrumento derivativo/técnica de valorização	Input significativo não observável	Variação (média ponderada)	Sensibilidade dos inputs	Variação no valor justo
Opção de compra	Taxa de desconto (WACC)	2018: 7,20% 2019:7,53%	1% de aumento ou redução na taxa WACC	Ganho ou perda de R\$795
Opção de compra	Volatilidade da ação	2018: 35% 2019: 33%	5% de aumento ou redução no valor da ação	Ganho de R\$2.166 ou perda de R\$2.047
Opção de compra	Múltiplos IPO		0,5 de aumento ou redução no múltiplo	Ganho de R\$4.334 ou perda de R\$3.979
Opção de compra e venda	Taxa de desconto (WACC)	2018: 7,20% 2019:7,53%	1% de aumento ou redução na taxa WACC	Ganho de R\$1.128 ou perda de R\$1.148
Opção de compra e venda	Múltiplos IPO	2018: 35% 2019: 33%	0,5 de aumento ou redução no múltiplo	Ganho ou perda de R\$6.267

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros (reapresentado)--Continuação

Análise de sensibilidade dos inputs não observáveis significativos na avaliação do valor justo - Nível 3--Continuação

Instrumento derivativo/técnica de valorização	Input significativo não observável	Varição (média ponderada)	Sensibilidade dos inputs	Varição no valor justo
Opção de compra	Taxa de desconto (WACC)	2018: 7,20% 2019:7,53%	1% de aumento ou redução na taxa WACC	Ganho ou perda de R\$795
Opção de compra	Volatilidade da ação	2018: 35% 2019: 33%	5% de aumento ou redução no valor da ação	Ganho de R\$2.166 ou perda de R\$2.047
Opção de compra	Múltiplos IPO		0,5 de aumento ou redução no múltiplo	Ganho de R\$4.334 ou perda de R\$3.979
Opção de compra e venda	Taxa de desconto (WACC)	2018: 7,20% 2019:7,53%	1% de aumento ou redução na taxa WACC	Ganho de R\$1.128 ou perda de R\$1.148
Opção de compra e venda	Múltiplos IPO	2018: 35% 2019: 33%	0,5 de aumento ou redução no múltiplo	Ganho ou perda de R\$6.267

Não houve transferência entre classificação de nível dos instrumentos financeiros em 2019, 2018 e 2017.

Análise sensibilidade

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia com um Cenário Provável (Cenário Base) e mais dois cenários, nos termos determinados por meio da Instrução CVM no. 475/08 representando 25% e 50% de deterioração da variável de risco considerada.

	Risco	2019	Taxa	Resultado financeiro		
				Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos						
Aplicações financeiras	Alta do CDI	42.155	CDI (i)	1.876	2.345	2.814
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	60.353	CDI (i)	(2.686)	(3.357)	(4.029)
Total exposição líquida				(810)	(1.012)	(1.215)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros (reapresentado)--Continuação

Análise sensibilidade--Continuação

O CDI projetado usado foi de 4,45% extraído do site da B3 em 30 de dezembro de 2019 a projeção usada foi para 365 dias.

Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõe a diversos tipos de risco: (a) risco de mercado, incluindo o risco de moeda e o risco de preço; (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada segundo políticas elaboradas pela Diretoria de Finanças e aprovadas pela Administração da Companhia. Essa Diretoria é responsável pelas políticas à exposição aos riscos, bem como pela elaboração de processos, controles internos e a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Desse modo a Diretoria Executiva de Finanças mantém a Companhia protegida contra eventuais riscos financeiros.

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é compartilhada pelo corpo Diretivo da Companhia e considera o acompanhamento permanente das taxas contratadas e as taxas de mercado.

A Companhia não efetua aplicações de cunho especulativo em derivativos ou outros ativos de risco.

a) *Risco de mercado*

Risco de moeda

A Companhia possui um passivo em moeda estrangeira composto de de empréstimo para capital de giro (operação estruturada 4131) junto ao Banco Itáu (conforme Nota 11).

Risco de preço dos serviços e receitas da Companhia

O acirramento da concorrência pode levar as controladas a reverem seus preços de serviços, tendo impacto direto sobre os resultados. A Companhia e suas controladas monitoram as práticas da concorrência e estabelece cenários avaliando os resultados futuros em relação à mudança de preços.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Instrumentos financeiros (reapresentado)--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

b) *Risco de crédito*

Incorre em risco de crédito, os valores de caixa e equivalentes de caixa, representados por depósitos e aplicações financeiras de curtíssimo prazo em instituições financeiras no país. Este risco é gerido na Diretoria de Finanças. A Companhia tem a política de somente manter valores em instituições financeiras de primeira linha, não mantendo investimentos concentrados em qualquer conglomerado financeiro.

A Companhia tem estabelecida uma política de crédito na qual avalia o risco de cada cliente ou contraparte não cumprir as obrigações contratuais assumidas. Baseada nessa política, a Companhia provisiona créditos para liquidação duvidosa, caso ocorra inadimplência de um cliente por mais de 30 dias.

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez origina-se da falta de recursos no fluxo de caixa para atender às necessidades operacionais. A previsão do fluxo de caixa é efetuada pela área financeira, na Diretoria de Finanças da Companhia. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, assegurando o valor de caixa suficiente para atender às necessidades da Companhia.

Gestão de capital

O objetivo da Companhia em relação a gestão de capital é a manutenção da capacidade de investimento, permitindo viabilizar seu processo de crescimento e oferecer retorno aos seus investidores. Dessa forma, o índice de alavancagem financeira é o resultado da divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. A dívida líquida resulta na somatória dos financiamentos subtraído do total de caixa e equivalentes de caixa.

Demonstramos abaixo os índices em 31 de dezembro de 2019:

	<u>Consolidado</u>
Empréstimos, financiamentos e debêntures	249.859
Passivo de arrendamento	68.515
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(55.109)</u>
Dívida líquida	263.265
Patrimônio líquido	<u>223.178</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>486.443</u>
Índice de alavancagem financeira	<u>118%</u>

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita (reapresentado)

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Serviços prestados	697.232	349.994	190.872
Royalties	29.244	27.394	19.543
Taxa de franquia	10.130	7.671	9.496
Total receita	736.606	385.059	219.911
Impostos sobre vendas	(75.515)	(42.527)	(24.167)
Cancelamentos	(13.496)	(6.241)	(2.076)
Total da receita operacional líquida	647.595	336.291	193.668

21.1. Informações desagregadas da receita (reapresentado)

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Tipo de bens e serviços			
Prestação de serviço de depilação	692.532	346.971	190.872
Royalties de licenciadas	29.244	27.394	19.543
Taxa de franquia	10.131	7.671	9.496
Prestação de serviço de estética	4.699	3.023	-
Total receita	736.606	385.059	219.911
Mercados geográficos			
Norte	22.471	5.560	-
Nordeste	59.365	12.485	-
Centro-Oeste	34.283	16.500	9.189
Sudeste	506.432	307.228	202.155
Sul	114.055	43.286	8.567
Total receita	736.606	385.059	219.911
Época do reconhecimento da receita			
Serviços transferidos ao longo do tempo	702.663	354.642	200.368
Serviços transferidos em momento específico do tempo	33.943	30.417	19.543
Total receita	736.606	385.059	219.911

21.2. Ativos e passivos do contrato (reapresentado)

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Contas a receber (Nota 5)	416.946	250.070	134.745
Receita diferida	180.485	140.656	84.813

As contas a receber não estão sujeitas a juros e geralmente são negociadas em termos de pagamento que giram em torno de 14 meses.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita (reapresentado)--Continuação

21.2. Ativos e passivos do contrato (reapresentado)--Continuação

O valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviço serão prestados ao longo do contrato, porém que em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 ainda não foram executadas pelos clientes.

21.3. Obrigações de performance (reapresentado)

A obrigação de desempenho dos contratos firmados pela Companhia e suas controladas refere-se à prestação dos serviços aos clientes. Dessa forma, para cada tipo operação há um preço estipulado no contrato - preço de venda individual estabelecido em contrato, não havendo previsão de valores variáveis a serem considerados. O preço de venda individual é estabelecido no início do contrato, caracterizando o preço pelo qual as entidades prestam serviços aos clientes. A obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo, e a contraprestação é devida no momento que cliente assina o contrato de prestação de serviço.

Até 31 de dezembro de 2018, com base em parecer técnico e modelos estatísticos, a Companhia entendia que eram necessárias em média cinco sessões, para alcançar resultados com 90% de eficácia nos tratamentos adquiridos para diminuição dos pelos. Levando ainda em consideração fatores externos, entendia-se que três sessões adicionais seriam suficientes para um resultado de 100% de eficácia. Dessa forma, a receita era reconhecida em duas etapas: (i) 90% do valor do contrato firmado era reconhecido em 240 dias (período médio de realização das cinco sessões) de forma linear e registrados pelo critério *pro rata* dia; e, posteriormente, (ii) 10% do valor do contrato firmado era reconhecido em 90 dias de forma linear e registrados pelo critério *pro rata* dia. Com este critério, a receita total dos contratos era reconhecida 11 meses após sua assinatura.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia revisou as estimativas relativas à obrigação de performance, utilizando modelos estatísticos, e concluiu que houve uma alteração no período médio de realização das sessões de tratamento e manutenção. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2019 a receita passou a ser reconhecida em: (i) 90% do valor do contrato firmado é reconhecido em 180 dias (período médio de realização de quatro sessões) de forma linear e registrados pelo critério *pro rata* dia; e, posteriormente, (ii) 10% do valor do contrato firmado é reconhecido em 150 dias (período médio de realização das três sessões adicionais) de forma linear e registrados pelo critério *pro rata* dia. Com esta revisão, a receita total continua a ser reconhecida 11 meses após a assinatura do contrato. Por se tratar de uma revisão de estimativa contábil, a alteração do prazo médio de reconhecimento da receita foi tratada de forma prospectiva, sem alteração dos montantes de receita reconhecidos em exercícios anteriores, conforme previsto pelo pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Receita (reapresentado)--Continuação

21.3. Obrigações de performance (reapresentado)--Continuação

A receita diferida registrada no passivo circulante é descontada a valor presente, refletindo o desconto que ocorre em contas a receber de clientes. A Companhia utilizou a taxa do Certificado de Depósito Bancário (CDI), para o cálculo a valor presente da receita diferida em aberto em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. Os montantes de ajuste a valor presente sobre o saldo em aberto são de R\$8.126 no consolidado (R\$6.015 em 2018 e R\$3.422 em 2017).

22. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais (reapresentado)

a) Custo dos serviços prestados

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Pessoal	(197.014)	(110.474)	(52.956)
Aluguel	(23.109)	(31.212)	(20.884)
Custos diretos	(30.789)	(14.418)	(6.866)
Depreciação e amortização	(37.876)	(5.275)	(2.462)
Crédito de PIS/COFINS sobre imobilizado	3.404	2.905	1.722
Total custo dos serviços prestados	(285.384)	(158.474)	(81.446)

b) Despesas por natureza

	Controladora		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Despesas com propaganda e publicidade	-	(26)	(43)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(1.313)	-	-
Despesas com aluguel	-	(184)	-
Despesas com consultoria e assessorial	(850)	(592)	(564)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	(520)
Despesas com manutenção e conservação	(153)	-	-
Despesas com material de consumo	-	(1)	-
Despesas com telefonia e internet	(142)	(82)	-
Despesas com viagens e estadias	(23)	(221)	(265)
Despesas/Reversões legais e judiciais	-	(1)	-
Despesas operacionais	(141)	(52)	(38)
Despesas com depreciação e amortização	(32)	(5)	-
Outros	(624)	(175)	(5)
Total despesas gerais e administrativas	(3.278)	(1.339)	(1.435)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Custo dos serviços prestados e despesas operacionais (reapresentado)-- Continuação

b) Despesas por natureza--Continuação

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Despesas com propaganda e publicidade	(20.810)	(9.686)	(3.666)
Despesas com serviço de telemarketing	(5.972)	(3.519)	(1.623)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(37.404)	(25.047)	(14.264)
Despesas com aluguel	(7.611)	(487)	(113)
Comissões cartões de crédito	(15.267)	(7.136)	(6.768)
Despesas com consultoria e assessorial	(16.687)	(15.263)	(6.668)
Provisão para perdas de crédito esperadas	(30.775)	(14.904)	(3.553)
Despesas com backoffice	(6.222)	(2.144)	(468)
Despesas com locação de equipamentos	(2.090)	(1.509)	(1.022)
Despesas com manutenção e conservação	(4.008)	(5.401)	(2.012)
Despesas com material de consumo	(1.692)	(1.253)	(722)
Despesas com telefonia e internet	(2.252)	(1.674)	(610)
Despesas com viagens e estadias	(1.635)	(2.123)	(822)
Despesas/Reversões legais e judiciais	(1.356)	(593)	(260)
Despesas operacionais	(8.479)	(4.216)	(1.905)
Despesas com depreciação e amortização	(4.602)	(3.818)	(5.346)
Despesas com mais valia	(25.090)	(11.873)	(3.628)
Outros	(12.302)	(8.995)	(4.701)
Total despesas gerais e administrativas	(204.254)	(119.641)	(58.151)
Despesas com vendas	(26.920)	(13.205)	(5.244)
Despesas gerais e administrativas	(177.334)	(106.436)	(52.907)
Total	(204.254)	(119.641)	(58.151)

23. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas (reapresentado)

Nota	Controladora			Consolidado		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Ganho por compra vantajosa 7.1/7.2	3.807	969	-	3.807	16.646	-
Outras receitas (despesas)	(3.548)	201	-	(3.193)	7.815	1.565
	259	1.170	-	614	24.461	1.565

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro (reapresentado)

	Controladora		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Encargos financeiros	(619)	-	-
Outros	(12)	(9)	(12)
Total despesas financeiras	(631)	(9)	(12)
Rendimentos s/ aplicação financeira	55	55	1.931
Total receitas financeiras	55	55	1.931
Resultado financeiro líquido	(576)	46	1.919

	Consolidado		
	31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Encargos financeiros	(34.765)	(8.732)	(203)
Perda por opção de compra	(17.890)	(13.175)	
Varição cambial passiva	(220)	(357)	
Resultado de instrumentos financeiros	361	(2.006)	
Outros	(1.861)	(1.900)	(2.300)
Total despesas financeiras	(54.375)	(26.170)	(2.503)
Rendimentos s/ aplicação financeira	3.190	921	2.313
Ganho por compra vantajosa	1.560	15	
Varição cambial ativa	-	722	-
Outros	126	14	95
Ajuste a Valor Presente	3.147	19	383
Total receitas financeiras	8.023	1.691	2.791
Resultado financeiro líquido	(46.352)	(24.479)	288

25. Lucro por ação (reapresentado)

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos acionistas controladores detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas (o denominador) durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Lucro por ação (reapresentado)--Continuação

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

Lucro básico por ação	2019		2018		2017	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	34.175	16.858	22.053	10.879	23.731	12.054
Média ponderada da quantidade de ações	5.894.122	2.907.461	5.621.857	2.796.391	5.029.676	2.554.933
Lucro básico por ação - R\$	5,7982	5,7982	3,9228	3,8902	4,7179	4,7179

Lucro diluído por ação	2019		2018		2017	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	34.175	16.858	22.053	10.879	23.731	12.054
Média ponderada da quantidade de ações	5.894.122	2.907.461	5.621.857	2.796.391	5.029.676	2.554.933
Lucro básico por ação - R\$	5,7982	5,7982	3,9228	3,8902	4,7179	4,7179

Em 31 de dezembro de 2019, o único instrumento financeiro que proporcionaria diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, que são conversíveis em ações ordinárias, cujos detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 16. Não há instrumentos financeiros que proporcionariam diluição em exercícios anteriores.

Considerando o valor justo das ações ordinárias da Companhia, o plano de remuneração proporcionaria um efeito anti-dilutivo, e por isso não foi considerado no cálculo acima demonstrado.

26. Segmentos operacionais (reapresentado)

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Segmentos operacionais (reapresentado)--Continuação

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 as informações por segmento operacional estão abaixo demonstradas:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019	Laser	Estética facial	Franquias	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de vendas	606.967	3.892	66.078	(29.342)	647.595
Custo dos serviços prestados	(280.937)	(3.568)	(834)	(45)	(285.384)
Lucro bruto	326.030	324	65.244	(29.387)	362.211
Despesas com vendas	(56.332)	(28)	(160)	29.600	(26.920)
Despesas gerais e administrativas	(149.922)	(516)	(4.135)	(22.761)	(177.334)
Outras receitas operacionais, líquidas	6.333	(19)	(13)	(5.687)	614
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	126.109	(239)	60.936	(28.235)	158.571
Receitas financeiras	3.827	-	140	4.056	8.023
Despesas financeiras	(41.461)	(173)	90	(12.831)	(54.375)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	88.475	(412)	61.166	(37.010)	112.219
Diferido	4.856	-	-	-	4.856
Corrente	(43.724)	(444)	(7.438)	(89)	(51.695)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	49.607	(856)	53.728	(37.099)	65.380

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Segmentos operacionais (reapresentado)--Continuação

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018	Laser	Estética facial	Franquias	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de vendas	303.197	2.760	45.042	(14.708)	336.291
Custo dos serviços prestados	(155.141)	(2.618)	(694)	(21)	(158.474)
Lucro bruto	148.056	142	44.348	(14.729)	177.817
Despesas com vendas	(27.761)	(119)	(5)	14.680	(13.205)
Despesas gerais e administrativas	(88.178)	(735)	(3.796)	(13.727)	(106.436)
Outras receitas operacionais, líquidas	20.320	-	2.262	1.879	24.461
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro	52.437	(712)	42.809	(11.897)	82.637
Receitas financeiras	1.331	-	305	55	1.691
Despesas financeiras	(23.240)	(58)	(112)	(2.760)	(26.170)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	30.528	(770)	43.002	(14.602)	58.158
Diferido	770	-	-	-	770
Corrente	(14.716)	(262)	(5.371)	-	(20.349)
Lucro líquido do exercício	16.582	(1.032)	37.631	(14.602)	38.579

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017	Laser	Franquias	Eliminação	Consolidado
Receita líquida de vendas	169.010	26.774	(2.116)	193.668
Custo dos serviços prestados	(79.108)	(2.338)	-	(81.446)
Lucro bruto	89.902	24.436	(2.116)	112.222
Despesas com vendas	(5.130)	(69)	(45)	(5.244)
Despesas gerais e administrativas	(48.766)	(1.269)	(2.872)	(52.907)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.309	442	(1.186)	1.565
Lucro antes do resultado financeiro	38.315	23.540	(6.219)	55.636
Receitas financeiras	619	215	1.957	2.791
Despesas financeiras	(2.379)	(106)	(18)	(2.503)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.555	23.649	(4.280)	55.924
Imposto de renda e contribuição social	(11.671)	(3.181)	(389)	(15.241)
Lucro líquido do exercício	24.884	20.468	(4.669)	40.683

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Seguros (reapresentado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os seguros contratados possuem cobertura sobre responsabilidade civil, danos materiais, entre outros. A cobertura em 31 de dezembro de 2019 está apresentada abaixo:

	Importância segurada	
	Controladora	Consolidado
Multirrisco patrimonial (lucros cessantes, danos Morais e danos materiais)	-	321.000
Responsabilidade cível dos diretores e administradores	20.000	-

28. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento (reapresentado)

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício de 2019, 2018 e 2017:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2019 (reapresentado)							
	Em 31 de dezembro de 2018	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Mudança no valor justo	Aquisição de Controladas	Em 31 de dezembro de 2019
Empréstimos, debêntures e financiamentos	162.344	(104.015)	(24.870)	184.478	23.795	-	8.127	249.859
Instrumentos financeiros derivativos a receber	(2.371)	433	-	-	-	1.118	-	(820)
Opções de compra de acionistas não controladores	30.778	-	-	6.110	-	(1.820)	-	35.068
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	4.377	(397)	-	-	-	(1.296)	-	2.684
Opções de compra e venda de participação de não controladores	42.839	-	-	63.211	-	19.703	-	125.753
Total	237.967	(103.979)	(24.870)	253.799	23.795	17.705	8.127	412.544

	Consolidado								
	31 de dezembro de 2018 (reapresentado)								
	Em 31 de dezembro de 2017	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Mudança no valor justo	Custos financeiros	Aquisição de Controladas	Em 31 de dezembro de 2018
Empréstimos, debêntures e financiamentos	15.789	(17.107)	(6.102)	151.533	8.173	-	(1.701)	11.759	162.344
Instrumentos financeiros derivativos a receber	-	-	-	-	-	(2.371)	-	-	(2.371)
Opções de compra de acionistas não controladores	-	-	-	41.481	-	(10.703)	-	-	30.778
Instrumentos financeiros derivativos a pagar	-	-	-	-	-	4.377	-	-	4.377
Opções de compra e venda de participação de não controladores	-	-	-	40.383	-	2.456	-	-	42.839
Total	15.789	(17.107)	(6.102)	233.397	8.173	(6.241)	(1.701)	11.759	237.967

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento (reapresentado)-- Continuação

	Consolidado							Em 31 de dezembro de 2017
	31 de dezembro de 2017							
Em 1º de janeiro de 2017	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Mudança no valor justo	Aquisição de Controladas		
Empréstimos e financiamentos	8.344	(3.695)	(1.947)	12.601	28	-	458	15.789

29. Transações que não afetam caixa (reapresentado)

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Consolidado		
	2019	2018	2017
Contas a pagar a ex-acionistas por aquisição de controladas	62.439	-	-
Opções de compra e venda de participações de não controladores	63.371	40.383	-
Opções de compra de participações de não controladores	6.110	41.481	-
Adição de imobilizado pela aquisição de controladas	16.010	21.709	-
Adição de direito de uso pela aquisição de controladas	9.900	-	-
Adição de intangível pela aquisição de controladas	938	3.306	4.636
Adoção inicial arrendamentos (CPC 06 R2)	65.172	-	-
Arrendamentos contratados em 2019	11.773	-	-
Remensuração dos arrendamentos	5.944	-	-
Dividendos a Receber	(5.003)	-	-
Máquinas e Equip. adq. c/ Oper. de Arrendamento Mercantil	-	32.393	2.757
Provisões para desmantelamento	1.693	1.867	1.244

30. Eventos subsequentes (reapresentado)

30.1. COVID-19

Atendendo às determinações das autoridades competentes, a Companhia e suas controladas fecharam temporariamente lojas em várias cidades do Brasil. Desde que teve início a crise do COVID-19 (coronavírus), foi adotado um plano de contingenciamento pela diretoria que trabalha pela prevenção e contenção da proliferação da doença, bem como pela continuidade dos seus negócios.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequentes (reapresentado)--Continuação

30.1. COVID-19--Continuação

Em decorrência das medidas restritivas, associadas à disseminação da pandemia de COVID-19, o grupo precisou interromper temporariamente as operações das unidades, a partir do dia 23 de março de 2020. Ao longo dos meses posteriores, foi feita a reabertura gradual das lojas até o mês de setembro, quando a operação foi totalmente restabelecida. Durante esses meses, apesar do grupo estar realizando vendas de novos contratos e contar com clientes ativos e pagantes dos serviços previamente contratados, não foi possível realizar as sessões nas unidades que estiveram fechadas. Consequentemente, nesse período, conforme práticas contábeis definidas pela Companhia, não ocorreu o reconhecimento de receita sobre serviços, dado a impossibilidade destes serem prestados. Os respectivos valores foram mantidos temporariamente em uma conta do Passivo Circulante denominada "Receita a Diferir". Com a reabertura das unidades e restabelecimento dos serviços, os clientes poderão ser atendidos novamente seguindo o curso normal de suas sessões, conforme previsto na estimativa de reconhecimento em receita. Esse efeito tenderá a se compensar nos meses seguintes, no momento em que o grupo concluir a prestação dos serviços previamente contratados, normalizando esse efeito do encerramento intempestivo das atividades.

Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

30.2. Captação de empréstimos

Em 11 de março de 2020 a Companhia através de sua controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A contratou um novo empréstimo junto ao banco Santander S.A. no valor de R\$ 50 milhões de reais com vencimento em 02 de março de 2022, além desse, junto ao mesmo banco a controlada contratou um outro empréstimo no montante de R\$ 117 milhões de reais com vencimento em 19 de março de 2025. Os recursos líquidos obtidos por meio dessa captação foram destinados para a liquidação integral das 11.000 debêntures emitidas junto ao Banco Santander S.A.. A liquidação total das debêntures ocorreu em 14 de abril de 2020.

Em 20 de março de 2020 a Companhia através de sua controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A contratou um novo empréstimo junto ao banco Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$140 milhões de reais com vencimento em 20 de março de 2025. Os recursos líquidos obtidos por meio dessas captações foram destinados para o reforço de caixa da Companhia durante todo o período da pandemia.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequentes (reapresentado)--Continuação

30.3. Memorando de entendimentos firmado entre MPM e a sua controlada Corporeos

Em 24 de abril de 2020, foi assinado um memorando de entendimentos entre a MPM e sua controlada Corporeos, que ratifica que a MPM utilizará o direito de receber os valores decorrentes da seção de participações nas investidas M.I.G.S Serviços Estéticos S.A., Tjtm Serviços Estéticos S.A., e A Lisa Depilação a Laser S.A., registrado em 31 de dezembro de 2019 como um contas a pagar, para efetuar um aumento de capital na Companhia durante o exercício de 2020.

30.4. Recolhimento impostos sobre serviços atividades de franquia

A Companhia através de sua controlada EL Franchising, requereu junto a justiça a inconstitucionalidade da cobrança da alíquota de Imposto sobre prestação de serviço ("ISS") sobre a atividade de franquia, eximindo-o da prestação de serviço.

Pautado nesse entendimento, a controlada possui uma liminar expedida pela Comarca de Barueri no qual suspende o recolhimento do ISS. Em 28 de Maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal ("STF") reafirmou a jurisprudência de que é constitucional a incidência do ISS nos contratos de franquia através do julgamento do Recurso Extraordinário ("RE") 603136, com repercussão geral reconhecida (Tema 300).

Apesar do processo da controlada ainda estar em julgamento, por ser uma tese de repercussão geral, a administração entende que a decisão proferida pelo STF poderá trazer possíveis impactos no recolhimento do ISS.

30.5. Aquisições realizadas em 2020

Memorando de entendimentos firmado entre MPM e a sua controlada Corporeos

Em 24 de abril de 2020, foi assinado um memorando de entendimentos entre a MPM e sua controlada Corporeos, que ratifica que a MPM utilizará o direito de receber os valores decorrentes da seção de participações nas investidas M.I.G.S Serviços Estéticos S.A., Tjtm Serviços Estéticos S.A., e A Lisa Depilação a Laser S.A., registrado em 31 de dezembro de 2019 como um contas a pagar, para efetuar um aumento de capital na Companhia durante o exercício de 2020.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequentes (reapresentado)--Continuação

30.5. Aquisições realizadas em 2020--Continuação

Combinações de negócios - BDG Clínica Estética Ltda. (BDG)

Em 22 de abril de 2020, a controlada indireta Urban Laser Serviços Estéticos S.A. adquiriu 100% das quotas da BDG, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser. Essa aquisição visa fortalecer nossa operação na cidade de Varginha.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

Ativo	
Contas a receber de clientes	454
Outras contas a receber	4
Imobilizado	326
Intangível - contratos de franquia	265
Direito de uso de arrendamentos	56
Intangível - acordo de não competição	161
Total ativo	1.266
Passivo	
Outros passivos	99
Passivo de arrendamento	56
Receita diferida	115
Total passivo	270
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	996

O ágio apurado nessa aquisição foi como segue:

Contraprestação transferida	694
(-) Ativos líquidos adquiridos na data de aquisição	(996)
Ganho por compra vantajosa	(302)

Os ativos intangíveis adquiridos e os passivos identificados na combinação de negócios possuem os seguintes prazos de amortização:

Mais-valia de ativo imobilizado	10 anos
Taxa de franquia	5 anos
Receita diferida	1 ano

A Companhia está utilizando o período de mensuração previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 para revisão dos cálculos do valor justo e confirmação do ganho por compra vantajosa.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequentes (reapresentado)--Continuação

30.5. Aquisições realizadas em 2020--Continuação

Combinações de negócios - BDG Clínica Estética Ltda. (BDG)--Continuação

O montante de R\$694 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$700, foi totalmente pago em agosto de 2020.

A Companhia não incorreu em custos relevantes associados à aquisição.

Combinações de negócios - Global Laser Mauro Ramos Ltda. (Global Laser Mauro Ramos)

Em 14 de agosto de 2020, a controlada indireta Urban Laser Serviços Estéticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Global Laser Mauro Ramos, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser. Essa aquisição visa fortalecer nossa operação na cidade de Florianópolis.

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

Ativo	
Contas a receber de clientes	711
Outras contas a receber	7
Imobilizado	334
Intangível - contratos de franquia	79
Direito de uso de arrendamentos	417
Intangível - acordo de não competição	122
Total ativo	1.670
Passivo	
Outros passivos	464
Passivo de arrendamento	417
Receita diferida	303
Total passivo	1.184
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	486

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequentes (reapresentado)--Continuação

30.5. Aquisições realizadas em 2020--Continuação

Combinações de negócios - Global Laser Mauro Ramos Ltda. (Global Laser Mauro Ramos)--Continuação

Ativos adquiridos e passivos assumidos--Continuação

O ágio apurado nessa aquisição foi como segue:

Contraprestação transferida	2.698
(-) Ativos líquidos adquiridos na data de aquisição	(486)
Ágio determinado na transação	<u>2.212</u>

Os ativos intangíveis adquiridos e os passivos identificados na combinação de negócios possuem os seguintes prazos de amortização:

Mais-valia de ativo imobilizado	10 anos
Taxa de franquia	5 anos
Receita diferida	1 ano

O ágio de R\$2.212 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O montante de R\$2.698 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$3.155, que será pago em parcelas mensais até 31 de agosto de 2022.

A Companhia não incorreu em custos relevantes associados à aquisição.

Combinações de negócios - Global Laser Benvenuta Ltda. (Global Laser Benvenuta)

Em 14 de agosto de 2020, a controlada indireta Urban Laser Serviços Estéticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Global Laser Benvenuta, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser. Essa aquisição visa fortalecer nossa operação na cidade de Florianópolis.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequentes (reapresentado)--Continuação

30.5. Aquisições realizadas em 2020--Continuação

Combinações de negócios - Global Laser Benvenuta Ltda. (Global Laser Benvenuta)-- Continuação

Ativos adquiridos e passivos assumidos

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data da aquisição é apresentado a seguir:

Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	4
Contas a receber de clientes	854
Outras contas a receber	18
Imobilizado	406
Intangível - contratos de franquia	72
Direito de uso de arrendamentos	148
Intangível - acordo de não competição	61
Total ativo	1.563
Passivo	
Outros passivos	398
Passivo de arrendamento	148
Receita diferida	346
Total passivo	892
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	671

O ágio apurado nessa aquisição foi como segue:

Contraprestação transferida	2.831
(-) Ativos líquidos adquiridos na data de aquisição	(671)
Ágio determinado na transação	2.160

Os ativos intangíveis adquiridos e os passivos identificados na combinação de negócios possuem os seguintes prazos de amortização:

Mais-valia de ativo imobilizado	10 anos
Taxa de franquia	5 anos
Receita diferida	1 ano

O ágio de R\$2.160 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Eventos subsequentes (reapresentado)--Continuação

30.5. Aquisições realizadas em 2020--Continuação

Combinções de negócios - Global Laser Benvenuta Ltda. (Global Laser Benvenuta)--
Continuação

Ativos adquiridos e passivos assumidos--Continuação

O montante de R\$2.831 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$3.155, que será pago em parcelas mensais até 31 de agosto de 2022.

A Companhia não incorreu em custos relevantes associados à aquisição.

30.6. Colômbia

Em 09 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a remessa para integralização do Capital Social Corpóreos Colômbia SAS, localizada em Bogotá, Colômbia no montante de US\$ 250 (duzentos e cinquenta mil dólares), equivalente a aproximadamente R\$1.318 naquela data.

30.7. Argentina – DEFINIT

Em 02 de Outubro de 2020, a MPM celebrou com a HR-ARG (“Definit”) acordo de capitalização mediante transferência de 11.879.950 ações que representam a aquisição de uma participação de 51% na Companhia.

30.8. Outras aquisições

No dia 03 de novembro de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A assinou termo de fechamento efetivando a aquisição de 100% das quotas da empresa A3 Beleza e Saúde Ltda no montante de R\$3.690 e da empresa B JL Clínica Estética Ltda no montante de R\$ 1.963, ambas franquias da marca Espaço Laser.

30.9. Cancelamento das opções de vendas de ações e registro de opções de compras

Durante o mês de setembro de 2020, os acionistas / quotistas não controladores das controladas Dyelcorp, Verano, ACLO, Alexandrite e Nine renunciaram ao seu direito de exercício das opções de venda de suas participações nessas controladas, conforme distratos assinados entre as partes. Dessa forma, os contratos que anteriormente possuíam emissão simultânea de opções de compra e venda sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios passaram a conter somente uma opção de compra da participação dos acionistas não controladores pela Companhia.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Devido ao cancelamento da opção de venda, a Companhia reverteu o passivo contabilizado relacionado a essa opção no montante de R\$ 57.642, e restabeleceu a apresentação de acionistas / quotistas não controladores no patrimônio líquido no montante de R\$ 6.096.

A diferença entre o valor da baixa das opções e o valor da participação de acionista não controladores foi reconhecida na linha de Lucros acumulados, dentro do patrimônio líquido pertencente aos controladores.

Adicionalmente, como os contratos após a renúncia passaram então a conter somente opções de compra, a Companhia aplicou o pronunciamento CPC 48/IFRS 9 e registrou um ativo no montante de R\$ 80.847, tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

30.10. Plano de remuneração baseado em ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020 foi aprovado o segundo programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 9.643 opções, totalizando o montante de 54.244 em opções concedidas para os executivos da Companhia.

A titularidade das opções de conversão de ações será transferida aos participantes em proporções idênticas de 20%, em cada aniversário do plano ao longo do período de 5 anos após a data da outorga. A transferência é sujeita ao cumprimento cumulativo das duas condições a seguir, em cada aniversário da data da outorga:

(i) O participante deverá ter permanecido ao longo do respectivo período de carência como empregado da Companhia.

(ii) Evento de liquidez ou transferência de controle societário da Companhia para um terceiro.

O preço do exercício global a ser pago pelos participantes pelas opções vestidas no final do período é de R\$209,30 para outorgas de 2020.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados na data de outorga:

	Outorgas de 2020
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	80,8
Taxa de retorno livre de risco (%)	6.3%
Prazo de vida esperado das opções	31/07/2024
Modelo utilizado	Binominal

**INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR, INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS, DA COMPANHIA
REFERENTE AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2020**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

MPM Corpóreos S.A.

30 de setembro de 2020 e 2019
com Relatório de Revisão do Auditor Independente

MPM Corpóreos S.A.

Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

30 de setembro de 2020 e 2019

Índice

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	1
Informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas revisadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	11



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

MPM Corpóreos S.A.

Balancos patrimoniais
30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
(reapresentado)					
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	863	1.510	217.084	55.109
Contas a receber de clientes	4	-	-	379.884	380.490
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	-	820
Opções de compra de acionistas não controladores	6.5	5.882	3.987	121.859	35.068
Adiantamento a fornecedores		-	165	56	1.588
Outros ativos		148	189	13.036	12.689
Total do ativo circulante		6.893	5.851	731.919	485.764
Não circulante					
Contas a receber de clientes	4	-	-	5.495	36.456
Contas a receber - partes relacionadas	17	11.335	10.515	5.738	6.076
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	-	38.047	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	2	12.172	7.512
Outros ativos		6.442	5.017	18.913	11.909
Investimentos	5	276.655	261.243	-	-
Imobilizado	7	308	333	172.033	160.550
Intangível	8	11	14	347.195	348.197
Ativos por direito de uso	9	-	-	54.702	68.788
Total do ativo não circulante		294.751	277.124	654.295	639.488
Total do ativo		301.644	282.975	1.386.214	1.125.252

MPM Corpóreos S.A.

Balancos patrimoniais
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
				(reapresentado)	
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	142.703	74.600
Passivo de arrendamento	9	-	-	15.242	28.718
Fornecedores		2.678	1.046	33.072	24.418
Contrato oneroso	8	-	-	8.243	8.243
Receita diferida	20.2	-	-	262.583	180.485
Salários e encargos sociais	-	803	-	39.106	26.971
Impostos e contribuições a pagar	16	-	17	23.546	41.449
Parcelamento de impostos	13	-	-	2.731	2.733
Contas a pagar a ex-acionistas	18	-	390	43.423	24.650
Opções de compra e venda de participação de não controladores	6.5	62.103	62.714	64.634	125.753
Contas a pagar - partes relacionadas				213	-
Outras contas a pagar	-	-	-	14.768	8.995
Total do passivo circulante		65.584	64.167	650.264	547.015
Não circulante					
Contrato oneroso	8	-	-	73.466	82.369
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	344.811	66.113
Debentures	11	-	-	0	109.146
Passivo de arrendamento	9	-	-	33.167	39.797
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	2.387	2.684
Impostos e contribuições a pagar	16	-	-	3.743	3.979
Contas a pagar a ex-acionistas	18	619	619	12.915	13.035
Parcelamento de impostos	13	-	-	7.534	8.380
Provisões para desmantelamento de ativos		-	-	6.020	5.039
Provisão para perda de investimentos	5	3.073	1.412	0	-
Provisões para demandas judiciais	14	-	-	18.680	20.621
Contas a pagar - partes relacionadas	17	17.156	17.112	8.899	3.896
Total do passivo não circulante		20.848	19.143	511.622	355.059
Patrimônio líquido	19				
Capital social		98.403	98.403	98.403	98.403
Reserva de capital		89.412	85.922	89.412	85.922
Reserva de lucros	-	29.031	41.503	29.031	41.503
Prejuízos acumulados	-	(56.129)	-	(56.129)	-
Ágio/deságio em transação de capital		54.495	(26.163)	54.495	(26.163)
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		215.212	199.665	215.212	199.665
Participação de acionistas não controladores		-	-	9.116	23.513
Total do patrimônio líquido		215.212	199.665	224.328	223.178
Total do passivo e patrimônio líquido		301.644	282.975	1.386.214	1.125.252

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora			
		Trimestre atual	Acumulado no exercício atual	Trimestre do exercício anterior	Acumulado no exercício anterior
		01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Notas					
	Receita líquida de vendas	-	-	-	-
	Custo dos serviços prestados	-	-	-	-
	Prejuízo bruto	-	-	-	-
	Despesas com vendas	-	-	-	-
	Despesas gerais e administrativas	22 (932)	(3.342)	(776)	(1.262)
	Resultado de equivalência patrimonial	5 (2.931)	(54.993)	48.779	76.713
	Outras receitas operacionais	(83)	(204)	(174)	3.568
	(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro	(3.946)	(58.539)	47.829	79.019
	Receitas financeiras	23 701	10.579	4	275
	Despesas financeiras	23 (978)	(8.168)	(3)	(10.031)
	(Prejuízo) lucro líquido do período	(4.223)	(56.128)	47.830	69.263

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos resultados--Continuação

Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Consolidado			
		Trimestre atual	Acumulado no exercício atual	Trimestre do exercício anterior	Acumulado no exercício anterior
		01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Receita líquida de vendas	20	114.011	315.055	204.114	500.685
Custo dos serviços prestados	21	(72.717)	(196.437)	(71.147)	(206.031)
Lucro bruto		41.294	118.618	132.967	294.654
Despesas com vendas	22	(23.774)	(37.053)	2.195	(7.983)
Despesas gerais e administrativas	22	(599)	(93.102)	(49.319)	(138.084)
Outras receitas operacionais		1.707	1.567	4.585	8.449
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		18.628	(9.970)	90.428	157.036
Receitas financeiras	23	3.466	37.374	3.638	12.667
Despesas financeiras	23	(24.023)	(72.101)	(11.462)	(40.328)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(1.929)	(44.697)	82.604	129.375
Imposto de renda e contribuição social		(5.284)	(20.872)	(17.595)	(43.588)
Imposto de renda e contribuição social - Corrente	16	(5.284)	(25.532)	(11.232)	(33.460)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	16	-	4.660	(6.363)	(10.128)
(Prejuízo) lucro líquido do período		(7.213)	(65.569)	65.009	85.787
(Prejuízo) lucro líquido do período atribuído a					
Acionistas controladores		(4.223)	(56.129)	47.830	69.264
Acionistas não controladores		(2.990)	(9.440)	17.179	16.523
(Prejuízo) lucro líquido por ação ordinária - básico	24	(0,4798)	(6,3771)	5,4342	7,8695
(Prejuízo) lucro líquido por ação ordinária - diluído	24	(0,4798)	(6,3771)	5,4342	7,8695
(Prejuízo) lucro líquido por ação preferencial - básico	24	(0,4798)	(6,3771)	5,4342	7,8695
(Prejuízo) lucro líquido por ação preferencial - diluído	24	(0,4798)	(6,3771)	5,4342	7,8695

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Trimestres e períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Controladora			
Trimestre atual	Acumulado no exercício atual	Trimestre do exercício anterior	Acumulado no exercício anterior
01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	(4.223)	47.830	69.263
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	(4.223)	47.830	69.263
Consolidado			
Trimestre atual	Acumulado no exercício atual	Trimestre do exercício anterior	Acumulado no exercício anterior
01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020	01/07/2019 a 30/09/2019	01/01/2019 a 30/09/2019
Lucro (prejuízo) líquido do período	(7.213)	65.009	85.787
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total de resultado abrangente do período	(7.213)	65.009	85.787
Atribuído a			
Acionistas controladores	(4.223)	47.830	69.264
Acionistas não controladores	(2.990)	17.179	16.523

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva para aumento de capital	Ágio na subscrição de ações	Reserva legal	Reserva para investimento	Prejuízos acumulados				Ágio/deságio em transação de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2018	8.403	12.609	72.000	3.554	89.400	-	4.969	190.935	12.201	203.136
Adição de não controladores devido combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	3.125	3.125
Plano de opção de compra de ações	-	436	-	-	-	-	-	436	-	436
Efeito da alteração de participação em controladas	-	-	-	-	-	-	(37.503)	(37.503)	(5.565)	(43.068)
Aporte de capital em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	1.225	1.225
Constituição de reserva legal	-	-	-	3.463	(3.463)	-	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	(10.460)	-	-	(10.460)	(3.917)	(14.377)
Lucro (prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	69.263	-	-	69.263	16.523	85.786
Saldos em 30 de setembro de 2019	8.403	13.045	72.000	7.017	144.740	-	(32.534)	212.671	23.592	236.263
Saldos em 31 de dezembro de 2019	98.403	13.922	72.000	6.106	35.397	-	(26.163)	199.665	23.513	223.178
Efeito da alteração de participação em controladas	-	-	-	-	(2.472)	-	80.658	78.186	(2.094)	76.092
Plano de opção de compra de ações	-	2.255	-	-	-	-	-	2.255	-	2.255
Aporte de capital em controladas	-	1.235	-	-	-	-	-	1.235	264	1.499
Dividendos pagos	-	-	-	-	(10.000)	-	-	(10.000)	(3.127)	(13.127)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	(56.129)	-	(56.129)	(9.440)	(65.569)
Saldos em 30 de setembro de 2020	98.403	17.412	72.000	6.106	22.925	(56.129)	54.495	215.212	9.116	224.328

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de		30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
			(reapresentado)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
(Prejuízo) lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social	(56.128)	69.263	(44.697)	129.375
Ajustes para reconciliar o resultado do período com o caixa das atividades operacionais				
Ajuste a valor presente	-	-	(1.742)	(6.982)
Depreciação e amortização	28	23	43.471	43.978
Resultado de equivalência patrimonial	54.993	(76.713)	-	-
Resultado de instrumentos financeiros	(2.506)	15.513	(5.813)	10.598
Juros de empréstimos, arrendamentos e parcelamentos fiscais	-	776	45.657	23.900
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	-	-	37.459	46.453
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(1.939)	13.672
Despesas com plano de opção de ações	2.255	436	2.255	436
Valor residual da baixa de ativo imobilizado e intangível	-	-	1.377	4.850
Redução (aumento) em ativos				
Contas a receber	-	-	(1.767)	(81.238)
Adiantamentos a fornecedores	165	(2.744)	1.532	7371
Outos ativos	(1.382)	(329)	(12.003)	(18.130)
Contas a receber - partes relacionadas	(820)	(4.088)	338	(10.843)
Aumento (redução) em passivos				
Fornecedores	1.632	(1.009)	8.654	4.697
Salários e encargos sociais	786	-	12.135	12.501
Impostos e contribuições a pagar	-	-	1.223	4.183
Contas a pagar - partes relacionadas	44	9.051	5.215	16.868
Receita Diferida	-	-	80.932	(72.538)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-	-	(33.116)	(1.902)
Demais contas a pagar	-	(166)	(4.295)	(30.670)
Pagamento de parcelamento de impostos	-	-	(2.487)	(740)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	-	-	(45.660)	(14.300)
Juros pagos - arrendamentos	-	-	(6.730)	(4.481)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais	(933)	10.013	79.999	77.058
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Caixa adquirido na aquisição de controle	-	-	20	2.052
Aquisição de controladas	(1.235)	(9.092)	(7.565)	10.265
Pagamento a ex-acionistas por aquisição de empresas	(390)	(12.457)	(51.682)	(56.723)
Aquisição de Imobilizado	-	(102)	(23.961)	(42.443)
Aquisição de Intangível	-	-	(5.058)	(25.963)
Dividendos recebidos	11.911	22.000	-	-
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de investimentos	10.286	349	(88.246)	(112.812)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	450.326	103.396
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	-	-	(252.152)	(35.670)
Contraprestação de arrendamentos	-	-	(14.823)	(17.312)
Dividendos pagos	(10.000)	(10.460)	(13.129)	(14.377)
Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamento	(10.000)	(10.460)	170.222	36.037
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos	(647)	(98)	161.975	283
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.510	220	55.109	69.252
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	863	122	217.084	69.535

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Demonstrações do valores adicionado
Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de		30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Receitas	-	1	341.966	571.890
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	360.805	599.046
Outras receitas	-	1	1.933	1.144
Provisão/Reversão de Perdas Crédito Esperada	-	-	(20.772)	(28.300)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.412)	(1.036)	(80.615)	(74.054)
Custos Prods. Mercs e Servs Vendidos	-	-	(2.359)	(12.716)
Materiais, energia, Servs. De terceiros e Outros	(1.412)	(1.036)	(78.256)	(61.338)
Perda / recuperação de ativos				
Valor Adicionado Bruto	(1.412)	(1.035)	261.351	497.836
Retenções	(28)	(24)	(35.733)	(53.477)
Depreciação e Amortização	(28)	(24)	(35.733)	(53.477)
Valor adicionado líquido produzido	(1.440)	(1.059)	225.618	444.359
Valor adicionado recebido em transferência	(52.486)	72.346	14.612	591
Receitas financeiras	2.507	6	14.612	591
Resultado de equivalência patrimonial	(54.993)	72.340	-	-
Valor adicionado total a distribuir	(53.926)	71.287	240.230	444.950
Distribuição do valor adicionado	53.926	(71.287)	(240.230)	(444.950)
Pessoal	(2.060)	(438)	(165.730)	(171.949)
Remuneração direta	(2.021)	(438)	(86.533)	(91.437)
Benefícios	(39)	-	(71.124)	(71.728)
F.G.T.S.	-	-	(8.073)	(8.784)
Impostos, Taxas e contribuições	(29)	(7)	(57.303)	(111.303)
Federais	(5)	(4)	(41.552)	(85.441)
Estaduais	-	-	(9)	(2)
Municipais	(24)	(3)	(15.742)	(25.860)
Remuneração de capitais de terceiros	(114)	(1)	(82.765)	(69.351)
Aluguéis	(31)	-	(14.601)	(20.873)
Despesas financeiras	(91)	-	(50.415)	(22.148)
Outros	8	(1)	(17.749)	(26.330)
Remuneração de capitais próprios	56.129	(70.841)	65.568	(92.347)
Prejuízo do período (lucros retidos)	66.129	(60.381)	78.697	(77.970)
Dividendos pagos	(10.000)	(10.460)	(13.129)	(14.377)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A MPM Corpóreos S.A. (“MPM”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida do Eucaliptos, no. 762 - sala 02, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. A MPM foi constituída em 04 de novembro de 2016, tendo como objeto social, primordialmente, a participação direta e indireta no capital de Companhias dedicadas à atividade de prestação de serviços fisioterapêuticos. A MPM e suas controladas são, em conjunto, chamadas “Companhia”. A Companhia tem como controlador o bloco contendo os acionistas fundadores.

COVID-19

Atendendo às determinações das autoridades competentes, a Companhia e suas controladas fecharam temporariamente lojas em várias cidades do Brasil. Desde que teve início a crise do COVID-19 (coronavírus), foi adotado um plano de contingenciamento pela diretoria que trabalha pela prevenção e contenção da proliferação da doença, bem como pela continuidade dos seus negócios.

A Companhia segue monitorando o assunto e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país, estados e prefeituras onde possui lojas. Como forma de atenuar os impactos mencionados, a Companhia montou um comitê de crise e vêm trabalhando fortemente em ajustes de gastos recorrentes e revisão dos planos de investimento, visando a preservação dos resultados e geração de caixa da Companhia.

Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos do COVID-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

- (i) Perdas estimadas do contas a receber;
- (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros;
- (iii) Taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente;
- (iv) Avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso;
- (iv) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID-19; e
- (v) Revisão da satisfação das obrigações de performance para reconhecimento da receita de serviços prestados.

Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes que deveriam ser reconhecidos nas informações financeiras intermediárias do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020. Os efeitos dos descontos obtidos nos contratos de arrendamento estão descritos na Nota 9, e os efeitos do diferimento do reconhecimento da receita de serviços prestados estão descritos na Nota 20.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com a Deliberação CVM nº 673/11, que estabelece o conteúdo mínimo de uma demonstração financeira intermediária e os princípios para reconhecimento e mensuração para demonstrações completas ou condensadas de período intermediário.

As informações financeiras intermediárias, nesse caso, têm como objetivo prover as informações trimestrais com base nas últimas demonstrações financeiras anuais completas. Portanto, elas focam em novas atividades, eventos e circunstâncias e não duplicam informações previamente divulgadas, exceto quando a Administração julga relevante a manutenção de uma determinada informação. As informações financeiras intermediárias aqui apresentadas foram preparadas com base nas políticas contábeis e métodos de cálculo de estimativas adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Exceto quanto à contabilização dos benefícios concedidos à Companhia na condição de arrendatária devido à COVID-19, não houve mudanças de qualquer natureza em relação a tais políticas e métodos de cálculo de estimativas. Conforme permitido pela Deliberação CVM nº 673/11, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

Em 7 de julho de 2020, a CVM emitiu a Deliberação CVM Nº 859, que trata da contabilização de benefícios concedidos pelos arrendadores a arrendatários devido ao COVID-19. A Deliberação proporciona um expediente prático. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. Isso implica no tratamento contábil dos descontos de aluguéis recebidos pela Companhia na condição de arrendatária como um ganho a ser abatido da despesa financeira de arrendamentos reconhecida no resultado do período.

Esse expediente prático pode ser aplicado somente se as seguintes condições forem satisfeitas:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de setembro de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

Reconhecimento da receita diante do cenário da COVID-19

A Comissão de Valores Mobiliários acompanhou atentamente os impactos do Coronavírus nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro. Dada a interconectividade da cadeia produtiva global, alguns regulados da CVM podem estar sujeitos a impactos econômico financeiros advindos da epidemia. Tais impactos devem ser, na medida do possível, refletidos nas demonstrações financeiras das companhias registradas na CVM. Para tanto, as Áreas Técnicas da CVM destacam a importância de as Companhias Abertas e seus Auditores Independentes considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis e de auditoria aplicáveis. Nesse sentido, dentre os diversos riscos e incertezas aos quais a Companhia está exposta, especial atenção deve ser dada àqueles eventos econômicos que tenham relação com a continuidade de seus negócios e/ou às estimativas contábeis levadas à efeito, como, por exemplo, o Reconhecimento de Receita e Provisões para Perda Esperada

Em decorrência das medidas restritivas, associadas à disseminação da pandemia de COVID-19, tivemos que encerrar temporariamente as operações de nossas lojas, a partir do dia 23 de março de 2020. Ao longo dos meses posteriores, fomos reabrindo gradualmente até o mês de setembro, quando nossa operação foi totalmente restabelecida. Durante esses meses, apesar de estarmos realizando vendas de novos contratos e contarmos com clientes ativos e pagantes dos serviços previamente contratados, não foi possível realizar as sessões nas unidades que estiveram fechadas. Conseqüentemente, nesse período, conforme práticas contábeis, não ocorreu o reconhecimento de receita sobre serviços, dada a impossibilidade destes serviços serem prestados. Os respectivos valores foram mantidos momentaneamente em uma conta do Passivo Circulante denominada "Receita diferida". Com a reabertura das unidades e restabelecimento de nossos serviços, nossos clientes poderão ser atendidos novamente seguindo o curso normal de suas sessões, conforme previsto em nossa estimativa de reconhecimento em receita.

Esse efeito tenderá a se compensar nos meses seguintes, no momento em que conseguirmos concluir a prestação dos serviços previamente contratados, normalizando esse efeito do encerramento intempestivo de nossa atividade.

A Companhia optou pela utilização desse expediente prático. O impacto no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 estão demonstrados na Nota 9.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros derivativos, que foram mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 06 de janeiro de 2021.

2.2. Reapresentação das informações financeiras trimestrais

Após a emissão das informações financeiras individuais e consolidadas referentes ao período findo em 30 de setembro de 2020, a Administração identificou reclassificações que afetam os balanços patrimoniais e demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período findo naquela data. Consequentemente, a Companhia está reapresentando as informações financeiras individuais e consolidadas compreendendo esses exercícios.

Os ajustes nas atividades operacionais, nas demonstrações dos fluxos de caixa foram decorrentes das reclassificações para melhor apresentação das demonstrações dos fluxos de caixa conforme descrito a seguir.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das informações financeiras trimestrais--Continuação

Balancos patrimoniais

Ref	Controladora			Consolidado		
	30/09/2020	Ajustes	30/09/2020	30/09/2020	Ajustes	30/09/2020
Ativo						
Circulante				Reapresentado		
Caixa e equivalentes de caixa	863		863	217.084		217.084
Contas a receber de clientes	-		-	379.884		379.884
Opções de compra de acionistas não controladores	5.882		5.882	121.859		121.859
Adiantamento a fornecedores	-		-	56		56
Outros ativos	148		148	13.036		13.036
Total do ativo circulante	6.893		6.893	731.919		731.919
Não circulante						
Contas a receber de clientes	-		-	5.495		5.495
Contas a receber - partes relacionadas	11.335		11.335	5.738		5.738
Instrumentos financeiros derivativos				38.047	38.047	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-		-	12.172		12.172
Outros ativos	6.442		6.442	18.913		18.913
Investimentos	276.655		276.655	0		-
Imobilizado	308		308	172.033		172.033
Intangível	11		11	347.195		347.195
Ativos por direito de uso	-		-	54.702		54.702
Total do ativo não circulante	294.751		294.751	654.295	38.047	616.248
Total do ativo	301.644		301.644	1.386.214	38.047	1.348.167

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Base de consolidação--Continuação

	Controladora			Consolidado			
	Ref	30/09/2020	Ajustes	30/09/2020	30/09/2020	Ajustes	30/09/2020
Passivo							
Circulante				Reapresentado			
Empréstimos e financiamentos		-	-	142.703			142.703
Passivo de arrendamento		-	-	15.242			15.242
Fornecedores	(b) & (c)	2.678	2.678	33.072	9.301		23.771
Contrato oneroso		-	-	8.243			8.243
Receita diferida		-	-	262.583			262.583
Salários e encargos sociais		803	803	39.106			39.106
Impostos e contribuições a pagar		-	-	23.546			23.546
Parcelamento de impostos		-	-	2.731			2.731
Contas a pagar a ex-acionistas		-	-	43.423			43.423
Opções de compra e venda de participação de não controladores		62.103	62.103	64.634			64.634
Contas a pagar - partes relacionadas	(b) & (c)	-	-	213	(9.301)		9.514
Outras contas a pagar		-	-	14.768			14.768
Total do passivo circulante		65.584	40.434	65.584	650.264		650.264
Não circulante							
Contrato oneroso		-	-	73.466			73.466
Empréstimos e financiamentos	(a)	-	-	344.811	38.047		306.764
Debentures		-	-	-			-
Passivo de arrendamento		-	-	33.167			33.167
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	2.387			2.387
Impostos e contribuições a pagar		-	-	3.743			3.743
Contas a pagar a ex-acionistas		619	619	12.915			12.915
Parcelamento de impostos		-	-	7.534			7.534
Provisões para desmantelamento de ativos		-	-	6.020			6.020
Provisão para perda de investimentos		3.073	3.073	-			-
Provisões para demandas judiciais		-	-	18.680			18.680
Contas a pagar - partes relacionadas		17.156	17.156	8.899			8.899
Total do passivo não circulante		20.848	-	20.848	511.622	38.047	473.575
Patrimônio líquido							
Capital social		98.403	98.403	98.403			98.403
Reserva de capital		89.412	89.412	89.412			89.412
Reserva de lucros	-	29.031	29.031	29.031			29.031
Prejuízos acumulados	-	56.129	-56.129	56.129			-56.129
Ágio/deságio em transação de capital		54.495	54.495	54.495			54.495
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		215.212	-	215.212	215.212	-	215.212
Participação de acionistas não controladores		-	-	9.116			9.116
Total do patrimônio líquido		215.212	-	215.212	224.328	-	224.328
Total do passivo e patrimônio líquido		301.644	40.434	301.644	1.386.214	38.047	1.348.167

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Reapresentação das informações financeiras trimestrais--Continuação

- (a) Refere-se a reclassificações de determinados instrumentos financeiros derivativos anteriormente apresentados de forma líquida na rubrica de empréstimos e financiamentos no passivo circulante.
- (b) R\$ 9.514 referem-se a eliminação no processo de consolidação de valores de royalties a pagar entre empresas controladas anteriormente apresentadas no grupo de contas a pagar com partes relacionadas.
- (c) R\$ 213 referem-se a reclassificação de valores a pagar para Elosgate Portal de Serviços Financeiros Ltda. anteriormente apresentados no grupo de fornecedores.

2.3. Base de consolidação

As informações financeiras intermediárias consolidadas compreendem as informações financeiras da MPM Corpóreos S.A. e suas controladas em 30 de setembro de 2020, 31 de dezembro e 30 de setembro de 2019, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas ou indiretas:

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

	% Participação			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda (v)	-	100,00%	-	50,00%
At Corp Serviços Estéticos Ltda (iv)	-	60,00%	-	50,00%
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda (iv)	-	60,00%	-	50,00%
Limeira Serviços Estéticos Ltda (iv)	-	60,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda (vii)	-	100,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda (vii)	-	100,00%	-	50,00%
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A. (xi)	-	56,00%	-	51,00%
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda (iv)	-	60,00%	-	50,00%
Lasercorp Serv. Estéticos Ltda (vi)	-	87,50%	-	50,00%
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda (vii)	-	100,00%	-	50,00%
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda (ix)	-	100,00%	-	40,00%
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
El Participações S.A.	-	52,50%	-	51,00%
Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
UI - Serviços Estéticos Eireli	-	51,00%	-	51,00%
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Lagos Laser Serviços Terapêuticos Ltda	-	51,00%	-	51,00%
El Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda	-	52,50%	-	51,00%
Cuiaba Laser Serviços Terapêuticos Ltda	-	100,00%	-	99,00%
Drbm Serviços Estéticos Ltda	-	100,00%	-	100,00%
Jacarei Serv. Esteticos Eireli	-	52,50%	-	51,00%
Gbm Servicos De Estetica Ltda	-	52,50%	-	51,00%
El Pedra Selada Servicos De Estetica Ltda	-	51,00%	-	51,00%
M3 Servicos Esteticos Ltda	-	51,00%	-	51,00%
Mmc Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
Mm Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
Mpac Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
Mgm Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
Mg Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
Gavea Servicos Esteticos Ltda	-	52,50%	-	-
Bdg Clinica Estetica Ltda	-	51,00%	-	-
Global Laser Mauro Ramos Ltda	-	51,00%	-	-
Global Laser Benvuta Ltda	-	51,00%	-	-
M5 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
M2 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
M4 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
Mt Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
Mtg Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	51,01%
Dyel Cuiabá Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	100,00%
Dyel Porto Velho Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	100,00%
Dyel Várzea Grande Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	100,00%
Aclo Serviços Estéticos S.A. (ii)	-	63,00%	-	51,00%
Vila Velha Laser Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Alexandrite Estética E Laser S.A. (ii)	-	63,00%	-	51,00%
Verano Depilação S.A. (iii)	-	57,00%	-	51,00%

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Base de consolidação--Continuação

	% Participação			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A. (viii)	-	100,00%	51,00%	-
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	51,00%	-
A Lisa Depilação A Laser S.A.	-	51,00%	51,00%	-
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	-	51,00%	-	51,00%
YAM Participações Ltda	-	-	-	-
PIM Serviços Administrativos Ltda	99,99%	-	99,99%	-
EL Franchising Ltda	99,99%	-	99,99%	-
TL Franchising Ltda	99,99%	-	99,99%	-
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	82,61%	17,39%	82,61%	17,39%
APL Participações Societárias S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Tew Estetica Ltda	-	51,00%	-	51,00%
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	6,00%	51,00%	6,00%	51,00%
Leew Serviços Estéticos Ltda	-	51,00%	-	51,00%
Clínica de Estética Fortaleza 01 Ltda	-	51,00%	-	51,00%
Clínica de Estética Fortaleza 02 Ltda	-	51,00%	-	51,00%
Costa & Curvo Estetica Ltda.	75,00%	-	51,00%	-
Riocorp Serviços Estéticos Ltda (x)	50,00%	50,00%	50,00%	-
YTP Participações Ltda	-	-	-	-
EL Commerce - Plataforma Digital Para Intermediacao De Negocios Ltda.				
(i)	100%	-	-	100,00%
AUT Estética S.A.	51,00%	-	51,00%	-
ES LASER.	51,00%	-	51,00%	-
Abbruzzese & Moura Estetica Ltda	-	51,00%	-	51,00%
EF Franchising Serviços Terapeuticos Ltda	75,00%	-	75,00%	-

- (i) A empresa "MR Laser Ltda" teve sua razão social alterada para "EL COMMERCE - PLATAFORMA DIGITAL PARA INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS Ltda" durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.
- (ii) No dia 17 de agosto de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu mais 12,25% da participação acionária das entidades Aclo Serviços Estéticos SA e Alexandrite Estética e Laser SA. A participação indireta da controladora nessas companhias passa de 51% para 63,25%.
- (iii) No dia 17 de agosto de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu mais 6,125%, da participação acionária da empresa Verano Depilação Ltda. A participação indireta da controladora na entidade passa de 51% para 57,125%.
- (iv) No dia 24 de agosto de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu mais 10% da participação das entidades At Corp Serviços Estéticos Ltda, que detém 100% de participação na Santa Úrsula Serviços Estéticos Ltda, Atm Corp Serviços Estéticos Ltda e Limeira Serviços Estéticos Ltda. companhias de capital fechado com sede no Brasil e franqueadas da marca Espaçolaser. A participação indireta da controladora passa de 50% para 60%.
- (v) No dia 14 de agosto de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu 50% da participação da empresa Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda. A participação indireta da controladora passa de 50% para 100%.
- (vi) No dia 19 de agosto de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu 37,5% da participação da empresa Lasercorp Serv. Estéticos Ltda. A participação indireta da controladora passa de 50% para 87,5%.
- (vii) No dia 21 de agosto de 2020 a controlada indireta Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu 50% da participação das empresas Lisa a Laser Serviços Estéticos Ltda, Lisa a Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda e Lisa a Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda. A participação indireta da controladora passa de 50% para 100%.
- (viii) No dia 21 de agosto 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu 50% da participação acionária da empresa MIGS Serviços Estéticos S.A. A participação indireta da controladora passa de 50% para 100%.
- (ix) No dia 21 de agosto 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu 60% da participação da empresa MV Corp Serviços Estéticos Ltda. A participação indireta da controladora passa de 40% para 100%.
- (x) No dia 21 de agosto 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu 50% da participação da empresa Riocorp Serviços Estéticos Ltda. A participação indireta da controladora passa de 50% para 100%.
- (xi) No dia 14 de agosto de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A adquiriu 5% da participação acionária da verna Corp. Serviços Estéticos S.A. A participação indireta da controladora passa de 51% para 56%.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações adotados

Não foram emitidas ou alteradas normas ou interpretações que ainda não estejam vigentes que possam, na opinião da Companhia, quando da sua adoção, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
Caixas e bancos	863	757	125.760	12.954
Aplicações financeiras	-	753	91.324	42.155
	863	1.510	217.084	55.109

Os equivalentes de caixa estão representados por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Os equivalentes de caixa podem ser resgatáveis com o próprio emissor a qualquer momento, são de curto prazo e não sofrem risco de mudanças de valores.

Os títulos possuem rentabilidade compatível com a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e são mantidos junto a instituições de primeira linha e em Fundos de investimentos financeiros, com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Em 30 de setembro de 2020, as aplicações financeiras em CDB eram remuneradas a uma taxa entre 97,50% a 100% do CDI (95% a 100% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

4. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor total da transação e ajustadas pela provisão para crédito de liquidação duvidosa, se necessário. A provisão é substancialmente constituída sobre recebíveis vencidos, além de contas a receber específicas consideradas não cobráveis.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Proveniente de vendas por meio de:		
Administradoras de cartões de crédito (a)	373.483	455.325
Vendas de franquias (c)	13	3.526
Serviços (royalties)	50.589	27.036
Ajuste a Valor Presente	(308)	(2.050)
Provisão de crédito de liquidação duvidosa	(38.398)	(66.891)
	385.379	416.946
Ativo circulante	379.884	380.490
Ativo não circulante	5.495	36.456

- (a) Vendas a prazo com cartões de crédito são recebidas em parcelas que não ultrapassam 18 meses. Tais parcelas não são sujeitas a taxas de juros explícitas.
- (b) Vendas a prazo com cheques são recebidas em parcelas que não ultrapassam 12 meses. Desde o ano de 2018 a Companhia optou por não receber cheque como forma de pagamento.
- (c) Vendas a prazo de franquias são recebidas em parcelas que não ultrapassam 10 meses. Tais parcelas não são sujeitas a taxa de juros explícitas.

A idade do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber pode ser demonstrada conforme segue:

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
A vencer	383.599	415.927
Títulos vencidos		
De 1 a 30 dias	1.195	666
De 31 a 90 dias	529	327
De 91 a 180 dias	56	26
Total	385.379	416.946

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa no período foi:

	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(33.941)
Constituição de provisão	(46.453)
Recuperação de créditos vencidos	20.555
Incorporação de controladas	(606)
Saldo em 30 de setembro de 2019	(60.445)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(66.891)
Constituição de provisão	(37.459)
Recuperação de créditos vencidos	25.054
Cancelamento do contas a receber por inadimplência	41.275
Incorporação de controladas	(377)
Saldo em 30 de setembro de 2020	(38.398)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber de clientes--Continuação

Ajuste a valor presente

A Companhia efetua o desconto a valor presente de seus recebíveis considerando taxas de juros diretamente relacionadas com seu perfil de crédito oferecidos aos clientes. A Companhia utilizou a taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) para o cálculo a valor presente dos recebíveis em aberto em 30 de setembro de 2020 e 2019.

5. Investimentos

	Controladora	
	30/09/2020	31/12/2019
Investimentos	276.655	261.243
Provisão para perdas com investimentos	(3.073)	(1.412)
	273.582	259.831

A movimentação do investimento da Companhia nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 está representada abaixo:

	31/12/2018	Aquisição	Resultado de equivalência patrimonial	Integralização de capital	Dividendos recebidos	Transações com acionistas não controladores	30/09/2019
YAM Participações Ltda	44.173	-	7.791	-	(5.000)	-	46.964
PIM Serviços Administrativos Ltda	26.754	-	11.634	-	-	(6.514)	31.874
EL Franchising Ltda	57.257	-	14.697	-	(13.750)	-	58.204
TL Franchising Ltda	(257)	-	(47)	-	-	-	(304)
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	52.164	-	36.743	-	-	(31.074)	57.833
APL Participações Societárias S.A.	59.278	-	1.334	-	-	-	60.612
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	11	-	44	-	-	-	55
A LISA Depilação a Laser S.A.	381	-	561	-	-	-	942
Costa & Curvo Estética S.A.	(203)	(181)	(494)	-	-	-	(878)
YTP Participações Ltda	15.506	-	3.897	-	(3.250)	-	16.153
TJTM Serviços Estéticos S.A.	1.915	-	21	-	-	-	1.936
LASERSUL Serviços Terapêuticos Ltda	(4)	-	-	-	-	4	-
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	586	-	79	-	-	-	665
Aut Estética S.A.	-	13.271	992	500	-	-	14.763
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda	-	-	99	-	-	-	99
Es Laser.	-	(92)	(638)	-	-	-	(730)
Total	257.561	12.998	76.713	500	(22.000)	(37.584)	288.188

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

	31/12/2019	Aumento de participação em controladas	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	30/09/2020
PIM Serviços Administrativos Ltda	23.864	13.706	(13.168)	-	24.402
EL Franchising Ltda	126.321	-	32.444	(9.712)	149.053
TL Franchising Ltda	(582)	-	(7)	-	(589)
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	33.040	66.948	(65.520)	-	34.468
APL Participações Societárias S.A.	59.798	-	(5.037)	-	54.761
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	62	-	(15)	-	47
A LISA Depilação a Laser S.A.	152	-	-	-	152
Costa & Curvo Estética S.A.	294	-	(914)	-	(620)
YTP Participações Ltda	-	-	-	-	-
TJTM Serviços Estéticos S.A.	1.287	1	1	1	1.290
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	-	-	-	-	-
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	(8)	-	-	-	(8)
Aut Estética S.A.	14.779	-	(1.419)	(2.000)	11.360
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda	(53)	-	(226)	-	(279)
Es Laser.	49	-	(425)	-	(376)
LASERSUL Serviços Terapêuticos Ltda	1.780	-	(458)	(200)	1.122
El Commerce - Plataforma Digital	(952)	-	(249)	-	(1.201)
Total	259.831	80.655	(54.993)	(11.911)	273.582

O sumário das informações financeiras das empresas controladas, diretas e indiretas, e coligadas está apresentado a seguir:

30/09/2020	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Lasercorp Serv. Estéticos Ltda	4.817	2.797	4.676	1.047	1.891	(772)
EL Commerce	72	(396)	35	842	(1.201)	(249)
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda	2.915	1.107	2.383	161	1.478	194
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	14.265	7.030	12.325	994	7.976	332
At Corp Serviços Estéticos Ltda	1.943	2.942	2.795	925	1.165	(1.537)
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda	935	273	743	30	435	321
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	10.393	6.340	11.258	2.232	3.243	(2.070)
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda	1.456	678	1.162	184	788	35
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda	4.025	3.172	4.052	871	2.274	(511)
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda	4.417	3.239	3.627	367	3.662	146
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda	1.150	652	828	386	588	14
Limeira Serviços Estéticos Ltda	1.607	829	1.282	158	996	(48)
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda	1.245	361	1.115	611	(120)	(35)
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda	3.916	1.895	4.561	669	581	(554)
El Participações S.A.	(1)	3.273	(2)	8.747	(5.473)	(16.337)
El Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda	37.297	50.722	63.798	41.100	(16.879)	(16.330)
Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	44.577	30.395	37.497	34.101	3.374	(6.118)
UL - Serviços Estéticos Eireli	12.234	10.772	15.205	14.554	(6.753)	(3.262)
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	3.968	1.532	3.914	1.513	73	(515)
Lagos Laser Serviços Terapêuticos Ltda	8.725	5.078	6.571	4.458	2.774	57
Cuiaba Laser Serviços Terapêuticos Ltda	863	810	764	147	762	278
Drbm Serviços Estéticos Ltda	257	(288)	94	48	(173)	(69)
Jacarei Serv. Esteticos Eireli	1.479	288	672	50	1.045	653
Gbm Servicos De Estetica Ltda	6.445	375	840	405	5.575	3.806
El Pedra Selada Servicos De Estetica Ltda	2.396	456	780	314	1.758	530
M3 Servicos Esteticos Ltda	3.743	2.284	3.072	346	2.609	(716)
Mmc Corp Serviços Estéticos Ltda	12.415	7.370	15.993	5.908	(2.116)	(2.235)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

30/09/2020	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Mm Corp Serviços Estéticos Ltda	3.267	3.302	3.774	4.765	(1.970)	839
Mpac Corp Serviços Estéticos Ltda	2.826	2.833	4.340	2.939	(1.620)	(438)
Mgm Corp Serviços Estéticos Ltda	3.407	498	2.228	568	1.109	956
Mg Corp Serviços Estéticos Ltda	1.264	481	2.006	1.750	(2.011)	(249)
M5 Serviços Estéticos Ltda	3.768	7.387	6.668	8.243	(3.756)	(1.564)
M2 Serviços Estéticos Ltda	1.102	310	1.266	2.597	(2.451)	114
M4 Serviços Estéticos Ltda	997	998	1.467	1.228	(700)	(330)
Mt Corp Serviços Estéticos Ltda	1.422	3.564	4.270	396	320	(2.831)
Mtg Corp Serviços Estéticos Ltda	1.074	562	1.046	124	466	(88)
Dyel Cuiabá Clínicas De Estética Ltda	2.639	(387)	3.039	654	(1.441)	(1.318)
Dyel Porto Velho Clínicas De Estética Ltda	1.441	609	1.553	180	317	(179)
Dyel Várzea Grande Clínicas De Estética Ltda	872	130	931	20	51	(280)
Aclo Serviços Estéticos S.A.	2.485	2.090	4.116	748	(289)	(1.185)
Vila Velha Laser Serviços Estéticos S.A.	3.610	1.030	3.741	475	424	424
Alexandrite Estética E Laser S.A.	2.954	347	1.563	90	1.648	160
Verano Depilação S.A.	965	27	579	36	377	(16)
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	2.193	1.269	1.662	580	1.220	194
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	3.545	1.518	2.940	2.090	33	(701)
A Lisa Depilação A Laser S.A.	1.031	264	983	355	(43)	(122)
Nine Members Servs Estética Ltda	1.221	3.466	2.095	7.505	(4.913)	(5.973)
Global Laser Mauro Ramos Ltda.	773	264	466	224	347	179
Global Laser Madre Benvenuta Ltda.	2.831	379	496	247	2.467	2.107
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	4.966	3.109	5.258	573	2.244	(915)
Costa & Curvo Estetica Ltda.	562	1.055	1.533	895	(811)	(1.219)
Leew Serviços Estéticos Ltda	5.348	5.214	5.162	3.512	1.888	(122)
Teew Estetica Ltda	30.057	16.333	26.298	21.744	(1.652)	(1.123)
Maфра Centro de Beleza Depilação Ltda	2.291	678	2.001	186	782	(245)
Clínica de Estética Fortaleza 01 Ltda	129	2.313	4.318	4.156	(6.032)	(3.103)
Clínica de Estética Fortaleza 02 Ltda	1.857	1.695	1.586	604	1.362	(209)
APL Participações Societárias S.A.	5	4.657	6	1	4.655	(4.843)
AUT Estética S.A.	(426)	3.221	(46)	124	2.717	(404)
Abbruzzese & Moura Estetica Ltda	5.853	3.355	5.667	1.127	2.414	(396)
ES Laser.	8.361	5.900	9.664	5.169	(572)	(857)
EL Franchising Ltda	69.540	4.134	9.840	974	62.860	29.726
TL Franchising Ltda	25	62	63	613	(589)	(7)
EF Franchising Serviços Terapeuticos Ltda	518	(235)	487	168	(372)	(301)
PIM Serviços Administrativos Ltda	26	8.247	-	(15.668)	23.941	(13.170)
Gávea Serv. Estéticos Ltda.	(75)	292	269	71	(123)	(314)
BDG Clínica Estética Ltda.	950	136	956	23	107	(282)
Lasercorp Serv. Estéticos Ltda	5.203	2.797	4.676	1.047	2.277	(387)
EL Commerce	116	(396)	35	841	(1.156)	(204)
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda	3.065	1.107	2.379	165	1.628	345
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	14.465	7.030	12.318	1.001	8.176	532
At Corp Serviços Estéticos Ltda	2.515	2.820	2.795	926	1.614	(1.088)
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda	813	273	743	29	314	199
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	10.816	6.340	11.242	2.248	3.666	(1.647)
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda	1.598	678	1.161	185	930	177
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda	4.355	3.172	4.047	876	2.604	(181)
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda	4.873	3.239	3.627	368	4.117	602
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda	1.392	652	826	387	831	256
Limeira Serviços Estéticos Ltda	1.765	829	1.279	162	1.153	110
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda	1.370	361	1.115	611	5	89
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda	4.193	1.895	4.561	669	858	(277)
EI Participações S.A.	(1)	6.949	(2)	8.748	(1.798)	(12.660)
El Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda	43.767	47.928	63.798	41.100	(13.203)	(12.654)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Investimentos--Continuação

	30/09/2020	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido
Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	43.841	28.187	37.497	34.077	454	(9.038)	
UL - Serviços Estéticos Eireli	12.189	10.772	15.205	14.554	(6.798)	(3.306)	
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	4.010	1.532	3.914	1.514	114	(473)	
Lagos Laser Serviços Terapêuticos Ltda	8.739	5.078	6.571	4.458	2.788	71	
Cuiaba Laser Serviços Terapêuticos Ltda	908	810	764	146	808	323	
Drbm Serviços Estéticos Ltda	243	(288)	94	48	(187)	(83)	
Jacarei Serv. Estéticos Eireli	1.298	288	671	50	865	472	
Gbm Servicos De Estetica Ltda	3.280	375	840	405	2.410	642	
El Pedra Selada Servicos De Estetica Ltda	2.396	456	780	315	1.757	530	
M3 Servicos Esteticos Ltda	4.013	2.284	3.322	96	2.879	(446)	
Mmc Corp Serviços Estéticos Ltda	12.837	7.369	15.992	5.908	(1.694)	(1.813)	
Mm Corp Serviços Estéticos Ltda	3.362	3.302	3.774	4.765	(1.875)	935	
Mpac Corp Serviços Estéticos Ltda	2.714	2.833	4.340	2.940	(1.733)	(350)	
Mgm Corp Serviços Estéticos Ltda	2.678	498	2.228	567	381	228	
Mg Corp Serviços Estéticos Ltda	1.660	481	2.006	1.750	(1.615)	147	
M5 Serviços Estéticos Ltda	3.273	7.657	6.668	8.243	(3.981)	(1.789)	
M2 Serviços Estéticos Ltda	1.073	310	1.266	2.597	(2.480)	85	
M4 Serviços Estéticos Ltda	1.022	998	1.467	1.227	(674)	(304)	
Mt Corp Serviços Estéticos Ltda	2.451	3.564	4.270	396	1.349	(1.801)	
Mtg Corp Serviços Estéticos Ltda	1.124	562	1.046	124	516	(39)	
Dyel Cuiabá Clínicas De Estética Ltda	3.045	(387)	3.039	654	(1.035)	(912)	
Dyel Porto Velho Clínicas De Estética Ltda	1.597	609	1.553	179	474	(23)	
Dyel Várzea Grande Clínicas De Estética Ltda	933	130	924	28	111	(219)	
Aclo Serviços Estéticos S.A.	3.336	2.090	4.116	747	563	(334)	
Vila Velha Laser Serviços Estéticos S.A.	3.906	1.030	3.741	474	721	721	
Alexandrite Estética E Laser S.A.	2.546	347	(1.563)	(91)	4.547	(248)	
Verano Depilação S.A.	951	27	579	36	363	(30)	
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	2.259	1.269	1.657	584	1.287	261	
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	3.549	1.518	2.934	2.096	37	(697)	
A Lisa Depilação A Laser S.A.	1.106	264	981	357	32	(47)	
Nine Members Servs Estética Ltda	1.221	4.589	2.095	7.505	(3.790)	(4.850)	
Global Laser Mauro Ramos Ltda.	851	264	455	196	464	179	
Global Laser Madre Benvenuta Ltda.	1.188	672	517	225	1.118	302	
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	5.458	3.109	5.257	574	2.736	423	
Costa & Curvo Estetica Ltda.	964	1.105	1.533	895	(359)	(816)	
Leew Serviços Estéticos Ltda	5.117	5.214	5.162	3.512	1.657	353	
Teew Estetica Ltda	29.750	16.333	26.298	21.745	(1.960)	(1.430)	
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda	2.400	677	2.001	184	892	(136)	
Clínica de Estética Fortaleza 01 Ltda	2.252	2.313	4.318	4.156	(3.909)	(979)	
Clínica de Estética Fortaleza 02 Ltda	1.977	1.695	1.595	596	1.481	(89)	
APL Participações Societárias S.A.	5	6.465	6	1	6.463	(3.036)	
AUT Estética S.A.	(426)	3.166	(46)	125	2.661	(459)	
Abbruzzese & Moura Estetica Ltda	5.798	3.355	5.734	1.059	2.360	(451)	
ES Laser.	8.481	5.900	9.664	5.169	(452)	(737)	
EL Franchising Ltda	69.539	4.134	9.839	974	62.860	29.726	
TL Franchising Ltda	25	62	63	613	(589)	(7)	
EF Franchising Serviços Terapeuticos Ltda	518	(235)	487	168	(372)	(301)	
PIM Serviços Administrativos Ltda	26	(8.296)	-	(15.668)	7.398	(10.870)	
Gávea Serv. Estéticos Ltda.	295	292	269	71	247	57	
BDG Clínica Estética Ltda.	950	136	956	22	108	(281)	

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Combinação de negócios ocorridas em 2020

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis na data de cada aquisição é apresentado a seguir:

Nota	Gávea	BDG	GL Mauro Ramos	GL Benvenuta
	6.1	6.2	6.3	6.4
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	16	-	-	4
Contas a receber de clientes	364	454	711	854
Outras contas a receber	9	4	7	18
Imobilizado	318	326	334	406
Intangível - contratos de franquia	502	265	79	72
Direito de uso de arrendamentos	119	56	417	148
Intangível - acordo de não competição	275	161	122	61
Total ativo	1.603	1.266	1.670	1.563
Passivo				
Outros passivos	205	99	464	398
Passivo de arrendamento	119	56	417	148
Receita diferida	219	115	303	346
Total passivo	543	270	1.184	892
Total dos ativos identificáveis líquidos ao valor justo	1.060	996	486	671

O ágio apurado em aquisição é apresentado a seguir:

Nota	Gávea	BDG	GL Mauro Ramos	GL Benvenuta
	6.1	6.2	6.3	6.4
Contraprestação transferida	1.774	694	2.698	2.831
(-) Ativos líquidos adquiridos na data de aquisição	(1.060)	(996)	(486)	(671)
Ágio (compra vantajosa) determinado na transação	714	(302)	2.212	2.160

6.1. Gávea Serviços Estéticos Ltda. ("Gávea")

Em 16 de março de 2020, a controlada indireta E.L. Rio Serviços de Depilação Estética Ltda. adquiriu 100% das quotas da Gávea, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser. Essa aquisição visa fortalecer nossa operação na cidade do Rio de Janeiro.

O ágio de R\$714 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Combinação de negócios ocorridas em 2020--Continuação

6.1. Gávea Serviços Estéticos Ltda. (“Gávea”)--Continuação

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas líquidas de R\$292 e prejuízo antes dos tributos de R\$314. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$790 para a receita do consolidado e R\$368 para o prejuízo das operações.

Análise do fluxo de caixa da aquisição

Valor da contraprestação de compra (a)	1.774
Caixa adquirido da controlada	<u>(16)</u>
Fluxo de saída de caixa, líquido (b)	<u>1.758</u>

(a) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento da controladora.

(b) Incluído no fluxo de caixa das atividades de investimento do consolidado.

O montante de R\$1.774 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$1.800, substancialmente liquidado até maio de 2020.

A Companhia não incorreu em custos relevantes associados à aquisição.

6.2. BDG Clínica Estética Ltda. (“BDG”)

Em 22 de abril de 2020, a controlada indireta Urban Laser Serviços Estéticos S.A. adquiriu 100% das quotas da BDG, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser. Essa aquisição visa fortalecer nossa operação na cidade de Varginha.

A Companhia está utilizando o período de mensuração previsto no CPC 15 (R1) / IFRS 3 para revisão dos cálculos do valor justo e confirmação do ganho por compra vantajosa.

Desde a data da aquisição, a adquirida contribuiu para o consolidado com receitas líquidas de R\$220 e prejuízo antes dos tributos de R\$282. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início do exercício, a adquirida teria contribuído em R\$585 para a receita do consolidado e R\$398 para o prejuízo das operações.

O montante de R\$694 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$700, foi totalmente pago em agosto de 2020.

A Companhia não incorreu em custos relevantes associados à aquisição.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Combinação de negócios ocorridas em 2020--Continuação

6.3. Global Laser Mauro Ramos Ltda. (“Global Laser Mauro Ramos”)

Em 14 de agosto de 2020, a controlada indireta Urban Laser Serviços Estéticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Global Laser Mauro Ramos, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser. Essa aquisição visa fortalecer nossa operação na cidade de Florianópolis.

O ágio de R\$2.212 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O montante de R\$2.698 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$3.155, que será pago em parcelas mensais até 31 de agosto de 2022.

A Companhia não incorreu em custos relevantes associados à aquisição.

6.4. Global Laser Benvenuta Ltda. (“Global Laser Benvenuta”)

Em 14 de agosto de 2020, a controlada indireta Urban Laser Serviços Estéticos S.A. adquiriu 100% das quotas da Global Laser Benvenuta, companhia de capital fechado com sede no Brasil e franqueada da marca Espaço laser. Essa aquisição visa fortalecer nossa operação na cidade de Florianópolis.

O ágio de R\$2.160 representa o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da aquisição.

O montante de R\$2.831 representa o valor presente da contraprestação na data da aquisição cujo valor nominal de R\$3.155, que será pago em parcelas mensais até 31 de agosto de 2022.

A Companhia não incorreu em custos relevantes associados à aquisição.

6.5. Opção de compra de participação de não controladores - Put and Call Options

A Companhia possui contratos firmados com os acionistas não controladores de determinadas controladas que incluem opções de compra e venda referente a participação remanescente não detida pela Companhia. A avaliação destas condições dessas opções, sua valorização inicial e movimentações subsequentes estão descritas a seguir.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Combinação de negócios ocorridas em 2020--Continuação

6.5. Opção de compra de participação de não controladores - Put and Call Options-- Continuação

Movimentação de 2019

Controlada	Data da emissão	Valor justo na data da emissão	Saldo 12/2018	Ganho (perda) valor justo	Saldo 09/2019
Emissão simultânea de opções de compra e venda sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios					
APL Participações Societárias S.A.	07/2018	(38.115)	(40.521)	(4.225)	(44.746)
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	09/2018	(1.603)	(1.667)	(2.189)	(3.856)
El Rio Participações S.A.	07/2018	(665)	(651)	(1.095)	(1.746)
AUT Estética S.A.	03/2019	(10.638)	-	(1.860)	(12.498)
Verano Depilação S.A.	02/2019	(2.853)	-	(253)	(3.106)
Aclo Serviços Estéticos S.A.	02/2019	(7.768)	-	(1.622)	(9.390)
Alexandrite Estética E Laser S.A.	02/2019	(5.529)	-	(1.316)	(6.845)
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	01/2019	(4.488)	-	(947)	(5.435)
Outras emissões de opções de compra e venda sobre a de não controladores					
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	01/2019	(32.095)	-	(2.721)	(34.816)
Total opções de compra e venda		(103.754)	(42.839)	(16.228)	(122.438)
Emissão de opções de compra sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios					
Costa & Curvo Estética Ltda.	01/2018	1.053	830	(952)	931
M.I.G.S. Serviços Estéticos S.A.	10/2018	441	386	(272)	555
Urban Laser ServiçoEstéticos S.A.	01/2018	25.339	17.501	(20.798)	22.042
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	01/2018	4.733	3.907	(5.188)	3.452
A Lisa Depilação a Laser S.A.	01/2019	-	-	604	604
ES Laser S.A.	01/2019	4.722	-	(1.752)	2.970
Outras opções de compra					
EL Bahia	09/2019	1.388	-	(9)	1.379
Outras emissões de opções de compra sobre não controladores					
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	04/2018	9.915	8.154	(8.869)	9.200
Total opções de compra		47.591	30.778	(37.236)	41.133

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Combinação de negócios ocorridas em 2020--Continuação

6.5. Opção de compra de participação de não controladores - Put and Call Options-- Continuação

Movimentação de 2020

Consolidado	Data da emissão	Valor justo na data da emissão	Saldo 12/2019	Ganho (perda) valor justo	Cancelamento opções (i)	Saldo 09/2020
Emissão simultânea de opções de compra e venda sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios						
APL Participações Societárias S.A.	07/2018	(38.115)	(46.235)	(21)	-	(46.256)
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	09/2018	(1.603)	(3.662)	(440)	-	(4.102)
El Rio Participações S.A.	07/2018	(665)	(1.788)	(743)	-	(2.531)
AUT Estética S.A.	03/2019	(10.638)	(12.817)	1.072	-	(11.745)
Verano Depilação S.A.	02/2019	(2.853)	(3.213)	241	2.972	-
Aclo Serviços Estéticos S.A.	02/2019	(7.768)	(9.753)	659	9.094	-
Alexandrite Estética E Laser S.A.	02/2019	(5.529)	(7.095)	549	6.546	-
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	01/2019	(4.488)	(5.184)	(777)	5.961	-
Outras emissões de opções de compra e venda sobre a de não controladores						
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	01/2019	(32.095)	(36.006)	2.947	33.059	-
Total opções de compra e venda		(103.754)	(125.753)	3.487	57.632	(64.634)

Emissão de opções de compra sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios	Data da emissão	Valor justo na data da emissão	Saldo 12/2019	Ganho (perda) valor justo	Registro de opções (i)	Saldo 09/2020
Costa & Curvo Estética Ltda.	01/2018	1.053	823	39	-	862
M.I.G.S. Serviços Estéticos S.A.	10/2018	441	420	328	-	748
Urban Laser ServiçoEstéticos S.A.	01/2018	25.339	18.435	3.404	-	21.839
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	01/2018	4.733	3.165	575	-	3.740
A Lisa Depilação a Laser S.A.	01/2019	-	589	911	-	1.500
ES Laser S.A.	01/2019	4.722	2.153	619	-	2.772
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	09/2020	15.131	-	-	15.131	15.131
Verano Depilação S.A.	09/2020	1.343	-	-	1.343	1.343
Aclo Serviços Estéticos S.A.	09/2020	4.108	-	-	4.108	4.108
Alexandrite Estética E Laser S.A.	09/2020	2.957	-	-	2.957	2.957
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	09/2020	57.308	-	-	57.441	57.441
Outras opções de compra						
EL Bahia	09/2019	1.388	1.238	24	-	1.262
Outras emissões de opções de compra sobre não controladores						
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	04/2018	9.915	8.245	(89)	-	8.156
Total opções de compra		128.438	35.068	5.811	80.980	121.859

(i) Cancelamento das opções de vendas de ações e registro de opções de compras

Quando a combinação de negócios possui emissões simultaneas de opções de compra e venda envolvendo a participação remanescente de acionistas não controladores, a Companhia tem como política contábil considerar o CPC 39 / IAS 32 como o pronunciamento a ser aplicado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Combinação de negócios ocorridas em 2020--Continuação

6.5. Opção de compra de participação de não controladores - Put and Call Options-- Continuação

Dessa forma, a Companhia contabiliza as ações / quotas sujeitas às opções como se tivessem sido adquiridas na data de combinação do negócio, não demonstrando no patrimônio líquido e nas demonstrações de resultado e resultado abrangente a participação de não controladores.

O valor justo das opções de compra é reconhecido na data de combinação de negócio no passivo circulante ou não circulante, dependendo do prazo de exercício, e sua atualização pelo valor justo nas datas de encerramento das demonstrações financeiras é reconhecida no resultado financeiro, como um ganho ou perda.

Quando a combinação de negócios possui somente emissão de opções de vendas envolvendo a participação remanescente de acionistas não controladores, a Companhia aplica o pronunciamento CPC 48 / IFRS 9.

Durante o mês de setembro de 2020, os acionistas / quotistas não controladores das controladas Dyelcorp, Verano, ACLO, Alexandrite e Nine renunciaram ao seu direito de exercício das opções de venda de suas participações nessas controladas, conforme distratos assinados entre as partes. Dessa forma, os contratos que anteriormente possuíam emissão simultânea de opções de compra e venda sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios passaram a conter somente uma opção de compra da participação dos acionistas não controladores pela Companhia.

Devido ao cancelamento da opção de venda, a Companhia reverteu o passivo contabilizado relacionado a essa opção no montante de R\$ 57.642, e restabeleceu a apresentação de acionistas / quotistas não controladores no patrimônio líquido no montante de R\$ 6.096.

A diferença entre o valor da baixa das opções e o valor da participação de acionista não controladores foi reconhecida na linha de Lucros acumulados, dentro do patrimônio líquido pertencente aos controladores.

Adicionalmente, como os contratos após a renúncia passaram então a conter somente opções de compra, a Companhia aplicou o pronunciamento CPC 48/IFRS 9 e registrou um ativo no montante de R\$ 80.847, tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

	Controladora			
	Benefitorias propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Utensílios e equipamentos	Total imobilizado
Taxa de depreciação Custo ou avaliação	25%	20%	10%	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	243	21	2	266
Adições		88	14	102
Transferencias				
Saldos em 30 de setembro de 2019	243	109	16	368
Depreciação				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(2)	(2)	-	(4)
Depreciação do período	(9)	(13)	(1)	(23)
Transferencias	1	(1)		-
Saldos em 30 de setembro de 2019	(10)	(16)	(1)	(27)
Valor líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2018	241	19	2	262
Saldos em 30 de setembro de 2019	233	93	15	341

	Controladora			
	Benefitorias propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Utensílios e equipamentos	Total imobilizado
Taxa de depreciação Custo ou avaliação	25%	20%	10%	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	243	109	17	369
Saldos em 30 de setembro de 2020	243	109	17	369
Depreciação				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(12)	(22)	(2)	(36)
Depreciação do período	(7)	(16)	(2)	(25)
Saldos em 30 de setembro de 2020	(19)	(38)	(4)	(61)
Valor líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	231	87	15	333
Saldos em 30 de setembro de 2020	224	71	13	308

MPM Corpóreo S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

Custo ou avaliação	Beneficiária propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Equipamentos de laser	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamento eletrônico	Utensílios e equipamentos	Imóveis	Provisão para desmantela- mento (f)	Provisão para baixa de imobilizado	Total imobilizado
Saldo em 01 de janeiro de 2019	26.115	3.627	93.182	4.731	4.419	297	1.530	604	638	4.018	-	139.161
Aquisição de Companhias	201	3.783	6.424	512	184	127	129	-	-	13	(846)	10.527
Adições	7.035	636	27.876	276	1.383	24	946	-	319	-	-	38.495
Transferências entre contas - Direito de Uso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.031)	-	(4.031)
Transferências entre contas Baixas	397	(882)	513	(56)	(28)	-	(46)	-	-	-	-	(102)
	2	-	(1.562)	(7)	-	-	(33)	-	(312)	-	-	(1.912)
Saldo em 30 de setembro de 2019	33.750	7.164	126.433	5.456	5.958	448	2.526	604	645	-	(846)	182.138
Depreciação												
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(3.490)	(1.241)	(14.980)	(1.741)	(855)	(126)	(343)	(258)	-	(1.428)	-	(24.462)
Depreciação do período	(1.478)	(74)	(8.032)	(168)	(353)	(37)	(739)	-	(21)	-	-	(10.902)
Saldo em 30 de setembro de 2019	(4.968)	(1.315)	(23.012)	(1.909)	(1.208)	(163)	(1.082)	(258)	(21)	(1.428)	-	(35.364)
Valor líquido												
Saldo em 01 de janeiro de 2019	22.625	2.386	78.202	2.990	3.564	171	1.187	346	638	2.590	-	114.699
Saldo em 30 de setembro de 2019	28.782	5.849	103.421	3.547	4.750	285	1.444	346	624	(1428)	(846)	146.774

(f) Na provisão para gastos com desmantelamento está registrado o custo de restauração dos móveis alugados onde funcionam as operações da Companhia. Esses custos surgem da obrigação contratual da Companhia em devolver esses locais nas mesmas condições nas quais foram alugados. Os mesmos são amortizados pelo prazo estimado de vigência do contrato de aluguel. Com a adoção do CPC 06 (R2), tanto o custo quanto a depreciação acumulada foram reclassificados para ativo por direito de uso.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

Custo ou avaliação	Beneficiárias propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Equipamentos de laser	Instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamento eletrônico	Utensílios e equipamentos	Imóveis	Provisão para desmantela- mento (i)	Provisão para baixa de imobilizado	Total imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	35.007	6.518	140.191	5.647	6.057	368	-	6.027	638	-	(387)	200.066
Aquisição de Companhias	209	12	347	22	154	-	-	1.305	-	-	-	2.049
Adições	5.295	580	18.993	226	431	34	-	231	-	-	-	25.790
Baixas	(39)	-	(2.132)	(13)	(17)	(5)	-	4	-	-	-	(2.202)
Transferências	45	-	1.380	2	(47)	-	-	(1.380)	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2020	40.517	7.110	158.779	5.884	6.578	397	-	6.187	638	-	(387)	225.703
Depreciação												
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(4.435)	(2.678)	(27.886)	(2.142)	(1.393)	(176)	-	(786)	(20)	-	-	(39.516)
Aquisição de Companhias	(185)	(7)	(168)	(7)	(55)	-	-	(162)	-	-	-	(584)
Depreciação do período	(837)	(930)	(11.333)	(361)	(460)	(34)	-	(320)	(19)	-	-	(14.294)
Baixas	624	-	-	-	5	-	-	95	-	-	-	724
Transferências	(153)	-	30	-	-	-	-	123	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2020	(4.986)	(3.615)	(39.357)	(2.510)	(1.903)	(210)	-	(1.050)	(39)	-	-	(53.670)
Valor líquido												
Saldos em 31 de dezembro de 2019	30.572	3.840	112.305	3.505	4.664	192	-	5.241	618	-	(387)	160.550
Saldos em 30 de setembro de 2020	35.531	3.495	119.422	3.374	4.675	187	-	5.137	599	-	(387)	172.033

(i) Na provisão para gastos com desmantelamento está registrado o custo de restauração dos móveis alugados onde funcionam as operações da Companhia. Esses custos surgem da obrigação contratual da Companhia em devolver esses locais nas mesmas condições nas quais foram alugados. Os mesmos são amortizados pelo prazo estimado de vigência do contrato de aluguel. Com a adoção do CPC 06 (R2), tanto o custo quanto a depreciação acumulada foram reclassificados para ativo por direito de uso.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

O saldo de intangível do Consolidado está composto da seguinte forma:

	Marcas e patentes	Licenças de uso	Software	Ágio por rentabilidade futura (b)	Mais-valia de contrato de franquia	Marca Espaçolaser (a)	Mais-valia não competição	Provisão de baixa de intangível (c)	Total intangível
Custo ou avaliação									
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72	18.956	1.989	70.645	2.107	201.800	-	(1.003)	294.566
Aquisição de controle	216	758	9	-	-	-	-	(16)	967
Adições	-	4.942	797	67.331	3.276	-	508	-	76.854
Baixas	-	(24)	-	(2.914)	-	-	-	-	(2.938)
Transferências entre contas	(216)	216	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de setembro de 2019	72	24.848	2.795	135.062	5.383	201.800	508	(1.019)	369.449
Amortização									
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	(4.610)	(639)	-	(745)	(23.742)	-	-	(29.736)
Aquisição de controle	-	(27)	-	-	-	-	-	-	(27)
Amortização do período	(9)	(1.124)	(281)	-	(927)	(8.903)	-	-	(11.244)
Transferência entre contas	-	107	(4)	-	-	-	-	-	103
Saldos em 30 de setembro de 2019	(9)	(5.654)	(924)	-	(1.672)	(32.645)	-	-	(40.904)
Valor líquido									
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72	14.346	1.350	70.645	1.362	178.058	-	(1.003)	264.830
Saldos em 30 de setembro de 2019	63	19.194	1.871	135.062	3.711	169.155	508	(1.019)	328.545
Custo ou avaliação									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	72	28.110	3.618	156.068	5.574	201.800	683	(1.003)	394.922
Aquisição de controle	-	72	-	4.784	-	-	-	-	4.856
Adições	-	2.305	1.353	-	781	-	619	-	5.058
Baixas	-	(29)	(130)	-	-	-	-	-	(159)
Saldos em 30 de setembro de 2020	72	30.458	4.841	160.852	6.355	201.800	1.302	(1.003)	404.677
Amortização									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(11)	(7.734)	(1.255)	-	(1.982)	(35.614)	(129)	-	(46.725)
Aquisição de controle	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do período	(3)	(2.846)	(550)	-	(1.074)	(6.182)	(102)	-	(10.757)
Saldos em 30 de setembro de 2020	(14)	(10.580)	(1.805)	-	(3.056)	(41.796)	(231)	-	(57.482)
Valor líquido									
Saldos em 31 de dezembro de 2019	61	20.376	2.363	156.068	3.592	166.186	554	(1.003)	348.197
Saldos em 30 de setembro de 2020	58	19.878	3.036	160.852	3.299	160.004	1.071	(1.003)	347.195

(a) Refere-se à ativo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda e da TL Franchising Ltda, no montante de R\$201.800 referente a Marca Espaçolaser. A vida útil da Marca Espaçolaser é de 17 anos.

(b) O valor corresponde a provisão para perda do valor recuperável da marca Totallaser.

A Companhia não identificou indicadores de não recuperação de ativos durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

Contrato oneroso

Refere-se à passivo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda e da TL Franchising Ltda referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo na data de aquisição pela MPM.

O montante original identificado foi de R\$115.400 com prazo de amortização de 14 anos. O total da amortização registrada no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 foi de R\$8.903 (R\$8.903 em 30 de setembro de 2019).

9. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas possuem contratos de arrendamento de diversos imóveis, que são utilizados para a prestação dos serviços de depilação de seus clientes. Os prazos de arrendamento desses imóveis variam entre 2 a 5 anos. As obrigações da Companhia e suas controladas nos termos de seus arrendamentos são asseguradas pela titularidade do arrendador sobre os ativos arrendados. Existem vários contratos de arrendamento que contemplam opções de renovação e de rescisão, além de pagamentos variáveis de arrendamento.

A Companhia e suas controladas também possui alguns arrendamentos de equipamentos de escritório de baixo valor e com prazo de duração inferior a 12 meses, tais como impressoras, por exemplo. Para esses casos, a Companhia e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento de arrendamento de curto prazo e arrendamento de ativos de baixo valor.

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso de imóveis reconhecidos e as movimentações durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	65.172
Reclassificação de provisão para desmantelamento	2.580
Adições	11.075
Aquisições de empresas	10.145
Amortização	(21.832)
Remensuração	5.943
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>73.083</u>

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamentos--Continuação

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	68.788
Adições	11.847
Aquisições de empresas	344
Amortização	(18.420)
Remensuração	(5.703)
Baixa	(2.154)
Saldo em 30 de setembro de 2020	<u>54.702</u>

Abaixo são apresentados os valores contábeis dos passivos de arrendamento e as movimentações durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	<u>Consolidado</u>
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	65.172
Adições	9.980
Aquisições de empresas	8.606
Juros	4.481
Remensuração	5.943
Pagamentos	(21.793)
Saldo em 30 de setembro de 2019	<u>72.389</u>

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	68.515
Adições	11.326
Aquisições de empresas	313
Juros	6.939
Remensuração	(5.703)
Pagamentos	(21.553)
Descontos - expediente prático CPC 06 (R2 / IFRS 16 (a))	(9.014)
Baixa	(2.414)
Saldo em 30 de setembro de 2020	<u>48.409</u>
Circulante	15.242
Não circulante	33.167

(a) Refere-se aos descontos obtidos nas parcelas fixas mensais por conta da pandemia do COVID-19. A Companhia e suas controladas optaram pela utilização do expediente prático, e o desconto foi reconhecido no grupo de resultado financeiro, reduzindo a despesa de juros de atualização do passivo de arrendamento.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamentos--Continuação

O cronograma de pagamentos das parcelas não circulantes do passivo de arrendamento é como segue:

Ano	Consolidado Valor
2021 (a partir de 1º de julho)	20.099
2022	10.710
2023	4.299
2024	625
2025	51
Total	35.784
(-) Juros embutidos	(2.617)
Total	33.167

Parte dos contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas são baseados em pagamentos variáveis (normalmente um percentual sobre o faturamento das lojas). Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, as despesas relativas a pagamentos de aluguéis variáveis totalizaram R\$2.783 no consolidado (R\$5.940 em 30 de setembro de 2019).

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019

Para efetuar o desconto a valor presente de arrendamentos a pagar, a Companhia e suas controladas utilizaram a taxa de juros incremental nominal. Os contratos de arrendamento da Companhia e suas controladas têm substancialmente seus fluxos de pagamentos indexados por índices inflacionários. Para atender as orientações da CVM, em seu Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019, a Companhia e suas controladas calcularam para fins de divulgação os saldos de arrendamento considerando a taxa de juros incremental real. Nesse cálculo, o saldo do passivo foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim de cada contrato, incorporando a inflação futura projetada e descontando pela taxa incremental de financiamento, ou seja, a taxa de juros nominal. A comparação os saldos de arrendamentos descontados pela taxa de juros nominal (contabilizado) e taxa de juros real está abaixo demonstrada, na data-base de 30 de setembro de 2020. O cenário 1 considera a projeção do fluxo com inflação, e o cenário 2 considera a projeção do fluxo sem inflação (CPC 06 (R2) / IFRS 16):

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Arrendamentos--Continuação

Informações adicionais - Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 2, 2019--Continuação

	Cenário	Taxa (% a.a.)	2020	2021	2022	2023	2024 em diante
Ativo por direito de uso	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	16.832	6.238	1.230	-	-
Ativo por direito de uso	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	14.687	5.533	1.029	-	801
Passivo de arrendamento	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	41.464	20.023	7.652	1.548	93
Passivo de arrendamento	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	37.004	17.501	6.547	1.295	74
Encargos Financeiros	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	3.218	1.422	432	55	5
Encargos Financeiros	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	2.854	1.235	367	46	4
Despesa de Depreciação	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	19.465	10.594	5.008	1.230	-
Despesa de Depreciação	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	17.651	9.354	4.304	1.029	-
Total de Despesa	1 - c/ inflação	9,2% a 11,9%	22.683	12.016	5.440	1.285	5
Total de Despesa	2 - CPC 06 R2	9,2% a 11,9%	20.505	10.589	4.671	1.075	4

10. Empréstimos e financiamentos (reapresentado)

			Consolidado			
			30 de setembro de 2020			
Tipo	Vencimento	Encargos	Circulante	Não circulante	Total	
Aymoré	Leasing Financeiro	Out/2020	1,75% a.m.	10	-	10
ABC	Leasing Financeiro	Mar/2021	0,96% a.m.	1.636	-	1.636
Daycoval	Leasing Financeiro	Mar/2023	1,20% a.m.	1.412	1.384	2.796
Citibank	Empréstimo 4131 (i)	Mar/2024	0,75% a.m.	20.427	62.673	83.100
Itaú	Capital de Giro	Mar/2023	CDI + spread	15.288	12.267	27.555
Itaú	Capital de Giro	Out/2021	1,08% a.m.	1.027	47	1.074
Itaú	Empréstimo 4131 (i)	Mar/2023	0,94% a.m.	34.237	139.238	173.475
Safra	Leasing Financeiro	Jan/2022	1,17% a.m.	679	248	927
Santander	Leasing Financeiro	Ago/2023	0,95% a 2,32%	10.021	7.691	17.712
Santander	Empréstimo 4131 (i)	Mar/2025	CDI + spread	47.180	103.974	151.154
Bradesco	Capital de Giro	Mar/2023	CDI + spread	2.589	5.100	7.689
Bradesco	Capital de Giro	Fev/2023	1,06% a 2,73% a.m.	478	713	1.191
Bradesco	Leasing Financeiro	Mar/2023	CDI + spread	1.029	3.057	4.086
Bradesco	Leasing Financeiro	Fev/2024	0,967 a 2,16% a.m.	4.025	6.484	10.509
Votorantim	Leasing Financeiro	Jul/2022	0,96% a 1,05% a.m.	2.584	1.935	4.519
Caixa	Leasing Financeiro	Mai/2021	TJLP + 5% a.a.	81	-	81
Total			142.703	344.811	487.514	

- (i) A Companhia possui contratos de empréstimo na modalidade 4131 junto ao Banco Itaú, Citibank e Santander denominados em US\$ e, para mitigar o risco de variação cambial, celebrou contratos de swap para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados e pós-fixados.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos (reapresentado) --Continuação

	Tipo	Vencimento	Encargos	Consolidado		
				31 de dezembro de 2019		
				Circulante	Não circulante	Total
Aymoré	Capital de Giro	Out/2020	1,75% a 2,21% a.m.	228	-	228
ABC	Capital de Giro	Mar/2021	0,96% a.m.	4.636	477	5.113
Daycoval	Capital de Giro	Jul/2022	1,28% a.m.	1.162	2.162	3.324
Itaú	Capital de Giro	Out/2021	0,96% a 2,14% a.m.	1.844	616	2.460
Citibank	Leasing Financeiro	Nov/2023	0,78% a.m.	2.120	8.471	10.591
Itaú USD (i)	Empréstimo 4131	Ago/2021	0,99% a.m.	46.030	32.977	79.0077
Safra	Capital de Giro	Dez/2022	1,25% a.m.	612	767	1.379
Santander	Capital de Giro	Dez/2022	0,85% a 2,65% a.m.	10.059	7.032	17.091
Bradesco	Capital de Giro	Set/2022	1,24% a 2,22% a.m.	1.647	852	2.499
Bradesco	Leasing Financeiro	Set/2023	1,05% a 1,88% a.m.	3.786	8.805	12.591
Votorantim	Leasing Financeiro	Jul/2022	1,01% a 1,11% a.m.	2.357	3.903	6.260
Caixa	Leasing Financeiro	Mai/2021	0,45% a.m.	119	51	170
Total				74.600	66.113	140.713

(i) A Companhia possui contratos de empréstimo na modalidade 4131 junto ao Banco Itaú denominados em US\$ e, para mitigar o risco de variação cambial, celebrou contratos de swap para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados de 11,88% ao ano.

O cronograma de pagamentos das parcelas não circulantes dos empréstimos e financiamentos é conforme a seguir:

Ano	Consolidado Valor
2021 (a partir de 1º de outubro)	101.781
2022	94.480
2023	75.009
2024	73.541
Total	344.811

11. Debêntures

			31 de dezembro de 2019		
			Circulante	Não circulante	Total
Debêntures	dez/2022	0 81% a.m.	429	110.000	110.429
Custos de captação			(429)	(854)	(1.283)
			-	109.146	109.146

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures--Continuação

Em 20 de março de 2020 a Companhia, através de sua controlada Corporeos Serviços Teraupeticos S.A., contratou um novo empréstimo junto ao banco Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$140.000 com vencimento em 20 de março de 2025. Os recursos líquidos obtidos por meio dessa captação foram destinados para a liquidação integral das debêntures. A liquidação ocorreu em 14 de abril de 2020, com pagamento de R\$110.000 de principal e R\$18.905 de juros.

12. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento (reapresentado)

A seguir é apresentado a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

	Em 31 de dezembro de 2019	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações de empréstimos	Operações Derivativos	Juros provisionados	Renúncia Nota 6.5	Mudança no valor justo	Em 30 de setembro de 2020
Empréstimos, debêntures e financiamentos	249.859	(252.152)	(45.660)	450.326	38.047	47.094	-	-	487.514
Instrumentos derivativos a receber	(820)	-	-	-	(38.047)	-	-	820	(38.047)
Opções de compra de acionistas não controladores	(35.068)	-	-	(86.791)	-	-	-	-	(121.859)
Instrumentos derivativos a pagar	2.684	-	-	-	-	-	-	(297)	2.387
Opções de compra e venda de participação de não controladores	125.753	-	-	-	-	-	(61.119)	-	64.634
Total	342.408	(252.152)	(45.660)	365.535	-	47.094	(61.119)	523	394.629

	Em 31 de dezembro de 2018	Pagamento de principal	Juros pagos	Novas captações	Juros provisionados	Mudança no valor justo	Aquisição de Companhias	Em 30 de setembro de 2019
Empréstimos, debêntures e financiamentos	162.344	(35.670)	(14.300)	110.634	16.775	-	875	240.658
Instrumentos derivativos a receber	(2.372)	-	-	-	-	1.069	-	(1.303)
Instrumentos derivativos a pagar	4.378	-	-	-	-	(1.387)	-	2.991
Total	164.350	(35.670)	(14.300)	110.634	16.775	(318)	875	242.346

As movimentações de passivo de arrendamento e das opções de compra e venda de participações de acionistas não controladores estão demonstradas nas notas 6.5 e 9, respectivamente.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Parcelamento de impostos

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Auto de Infração	36	-
Ordinário - IRPJ, CSLL, PIS e COFINS	5.120	6.050
Ordinário - INSS	185	235
ISS	268	
PERT - IRPJ, CSLL, PIS e COFINS	434	460
Simplex Nacional	595	213
Simplificado - IRPJ, CSLL, PIS e Cofins	2.818	3.212
Dívida Ativa	809	943
TOTAL	10.265	11.113
Circulante	2.731	2.733
Não circulante	7.534	8.380

O cronograma de pagamentos das parcelas não circulantes dos parcelamentos de impostos é conforme a seguir:

	30/09/2020
de 1 a 2 anos	887
de 2 a 3 anos	719
de 3 a 4 anos	628
mais de 5 anos	5.300
Total	7.534

14. Provisões para demandas judiciais

Em 30 de setembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas eram partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais (incluído em outras contas a receber). As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pelo apoio de seus consultores legais.

As movimentações dos saldos em 30 de setembro de 2020 e 2019 são como segue:

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Provisões para demandas judiciais--Continuação

	Consolidado			Total
	Trabalhistas	Cíveis	Tributário	
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	661	6.445	7.106
Aquisição de empresas	7.120	1.235	5.848	14.203
Adições	114	163	374	651
Reversões	(251)	(202)	(728)	(1.181)
Saldo em 30 de setembro de 2019	6.983	1.857	11.939	20.779
Saldo em 31 de dezembro de 2019	8.768	266	11.587	20.621
Adições	19	1.410	649	2.078
Reversões	(2.160)	(252)	(1.607)	(4.019)
Saldo em 30 de setembro de 2020	6.627	1.424	10.629	18.680

Os processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda “possível” totalizam R\$ 6.412 (R\$4.293 em 31 de dezembro de 2019) e tem como natureza processos Cíveis, Trabalhistas e Tributários.

Recolhimento Impostos Sobre Serviços Atividades de Franquia

A Companhia através de sua controlada EL Franchising, requereu junto a justiça a inconstitucionalidade da cobrança da alíquota de Imposto sobre prestação de serviço (“ISS”) sobre a atividade de franquia, eximindo-o da prestação de serviço.

Pautado nesse entendimento, a controlada possui uma liminar expedida pela Comarca de Barueri no qual suspende o recolhimento do ISS. Em 28 de Maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal (“STF”) reafirmou a jurisprudência de que é constitucional a incidência do ISS nos contratos de franquia através do julgamento do Recurso Extraordinário (“RE”) 603136, com repercussão geral reconhecida (Tema 300).

Apesar do processo da controlada ainda estar em julgamento, por ser uma tese de repercussão geral, a administração entende que a decisão proferida pelo STF poderá trazer possíveis impactos no recolhimento do ISS.

15. Plano de remuneração baseado em ações

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de julho de 2019 foi aprovado o primeiro programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 50.986 opções concedidas para os executivos.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2020 foi aprovado o segundo programa de remuneração baseada em ações, nos termos do Plano de Opção de Compra da Companhia. Com a outorga de opções de compra de ações, foram aprovadas 9.643 opções, totalizando o montante de 54.244 em opções concedidas para os executivos da Companhia.

A titularidade das opções de conversão de ações será transferida aos participantes em proporções idênticas de 20%, em cada aniversário do plano ao longo do período de 5 anos após a data da outorga. A transferência é sujeita ao cumprimento cumulativo das duas condições a seguir, em cada aniversário da data da outorga:

- (i) O participante deverá ter permanecido ao longo do respectivo período de carência como empregado da Companhia.
- (ii) Evento de liquidez ou transferência de controle societário da Companhia para um terceiro.

O preço do exercício global a ser pago pelos participantes pelas opções vestidas no final do período é de R\$55,03 e R\$209,30 para outorgas de 2019 e 2020 respectivamente.

Durante o período, não houve opções exercidas, vencidas ou canceladas, devido ao recente lançamento do plano.

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade	MPPE (*)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-
Opções Outorgadas durante o exercício	50.986	55,03
Saldo em 31 de dezembro de 2019	50.986	55,03
Opções Outorgadas em 13 de agosto de 2020	9.643	209,3
Saldo em 30 de setembro de 2020	60.629	82,45

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 30 de setembro de 2020 era de 4 anos (4,5 anos em 31 de dezembro de 2019).

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações dos modelos utilizados na data de outorga:

	Outorgas de 2020	Outorgas de 2019
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	80,8	154,71
Taxa de retorno livre de risco (%)	6.3%	7.2%
Prazo de vida esperado das opções	31/07/2024	31/07/2024
Modelo utilizado	Binominal	Binominal

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Plano de remuneração baseado em ações--Continuação

Para o cálculo da volatilidade, foi considerada a volatilidade histórica de empresas comparáveis em períodos compatíveis com o tempo de vida das ações para cada lote.

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a Companhia reconheceu R\$2.255 de despesa relativa ao plano de remuneração baseado em ações de 2019, tendo como contrapartida a conta reserva de capital - ações outorgadas.

16. Impostos e contribuições a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019
ISS a recolher (a)	-	-	5.991	9.248
IRRF a recolher	-	-	891	1.674
COFINS a recolher	-	-	(261)	6.592
PIS a recolher	-	-	(483)	1.398
IRPJ a recolher	-	-	15.214	19.721
CSLL a recolher	-	-	6.044	6.568
Outros impostos a recolher	-	17	(107)	227
Total	-	17	27.289	45.428
Circulante	-	17	23.546	41.449
Não Circulante	-	-	3.743	3.979

(a) De sua controlada EL Franchising possui um saldo de ISS a recolher sobre vendas de franquias no montante de R\$3.743 (R\$4.073 em 30 de setembro de 2019) para o qual entrou com pedido requerendo a inconstitucionalidade da cobrança da alíquota de 5% do tributo sobre atividade de franquia, eximindo a prestação do serviço. Para os valores de ISS cuja competência tenha ocorrido até Dezembro 2018, a empresa efetuou provisão no montante correspondente que considera provável o futuro desembolso de caixa e efetua o depósito judicialmente. Em 30 de setembro de 2020 o saldo de depósitos judiciais referente a este questionamento é de R\$4.399 (R\$4.311 em 30 de setembro de 2019), para os valores de ISS cuja competência seja a partir de janeiro 2019 a administração entende que não há mais obrigatoriedade para o recolhimento desse tributo por esse motivo, os valores respectivos não foram provisionados tampoco houve depósito judicial. Esse processo está pautado por uma liminar que a empresa possui, expedida pela Comarca de Barueri da qual está isenta do pagamento do ISS.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Impostos e contribuições a pagar--Continuação

Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Consolidado	
	30 de setembro de	
	2020	2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(44.697)	129.375
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal vigente	15.197	(43.988)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.376	279
Outras diferenças permanentes	(13)	(12)
Resultado de equivalência patrimonial - Amortização Mais Valia	(210)	(6.314)
Reconhecimento de prejuízo fiscal	(39.802)	24.131
Empresas com tributação no lucro presumido	(28.245)	28.249
Ativo fiscal diferido não reconhecido		80
Outros	30.825	(46.013)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(20.872)	(43.588)
Aliquota efetiva	47%	(34%)

16.1. Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Provisão para desmantelamento de ativos	261	(127)
Arrendamentos Mercantil - Aluguel	270	508
Arrendamento Mercantil - Máquinas	(834)	(1.492)
Provisão para demandas judiciais	78	34
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.494	3.192
Provisão de Cancelamento	2.640	266
Provisão de Aluguel	304	96
Ganho Compra Vantajosa	(1.124)	2.766
Outros efeitos	571	(387)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos	4.660	4.856

Natureza	Saldo	Resultado		Saldo
	31/12/2018	Adições	Baixas	30/09/2019
Diferenças temporárias	770	2.855	-	3.625
Total	770	2.855		3.625

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Impostos e contribuições a pagar--Continuação

16.1. Imposto de renda e a contribuição social diferidos--Continuação

Natureza	Saldo 31/12/2019	Resultado		Saldo 30/09/2020
		Adições	Baixas	
Diferenças temporárias	4.856	-	(195)	4.661
Total	4.856	-	(195)	4.661

16.2. Prejuízo fiscal e base negativa

Em 30 de setembro de 2020, a controlada EL Rio Serviços de Depilação Estética S.A. possui saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$15.302 (R\$3.053 em 31 de dezembro de 2019). Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem diferenças temporárias dedutíveis que geram imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

A Companhia e suas controladas não registraram tributos diferidos ativos em função da incerteza sobre a expectativa de lucros futuros tributáveis e o prazo para a sua compensação. Os prejuízos fiscais da controlada EL Rio não possuem prazo de prescrição, permanecendo o crédito fiscal disponível para a controlada por tempo indeterminado. Na medida em que se tornar provável a geração de lucro tributável, a Companhia poderá registrar esse ativo.

17. Partes relacionadas (reapresentado)

As operações com partes relacionadas apresentadas no quadro abaixo em 30 de setembro de 2020 são oriundas de transações que a Companhia mantém com seus principais acionistas, suas controladas ou com outras entidades relacionadas, a exemplo não controladores. Essas transações foram contabilizadas substancialmente segundo valores, termos e condições acordadas entre as partes.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas (reapresentado)—Continuação

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2020		30 de setembro de 2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas (a):				
A - Lisa Depilacao a Laser Ltda.	60	-	-	-
Abbruzzese & Moura Estetica Ltda.	383	-	-	-
Clinica de Estetica Fortaleza 01 Ltda.	-	95	-	-
Corporeos - Servicos Terapeuticos S.A.	3.552	-	-	-
Costa & Curvo Estetica Ltda.	666	-	-	-
Cuiaba Laser Servicos Terapeuticos Ltda.	20	-	-	-
DRBM Servicos Esteticos Ltda.	164	-	-	-
Ef Franchising Servicos Terapeuticos Ltda.	252	-	-	-
El Commerce - Plataforma Digital para Intermediacao de Negocios Ltda.	2.252	-	-	-
El Franchising Ltda.	2.316	-	-	-
Elosgate Portal de Servicos Financeiros Ltda.	-	-	-	213
Eslaser Servicos Esteticos S.A.	811	-	-	-
Leew Servicos Esteticos Ltda.	46	-	-	-
Limeira Servicos Esteticos Ltda.	-	2	-	-
M.i.g.s. Servicos Esteticos S.A.	-	27	-	-
Mmc Corp Servicos Esteticos Ltda.	320	-	-	-
Mpac Corp Servicos Esteticos Ltda.	-	6	-	-
Nine Members Laser - Servicos Esteticos S.A.	1	-	-	-
PIM - Servicos Administrativos Ltda. (b)	-	16.594	-	-
Riocorp Servicos Esteticos Ltda.	31	-	-	-
Santa Ursula Servicos Esteticos Ltda.	17	-	-	-
Tew Estetica Ltda.	254	-	-	-
Tjtm Servicos Esteticos S.A.	-	85	-	-
TI Franchising Ltda.	130	-	-	-
Urban Laser Servicos Esteticos S.A.	-	295	-	-
Vila Velha Laser Ltda.	-	52	-	-
Yam Participacoes Ltda.	60	-	-	-
Ytp Participacoes Ltda.	-	-	-	-
Mútuos com acionistas não controladores (c)	-	-	5.738	8.899
Total	11.335	17.156	5.738	9.122
Circulante	-	-	-	213
Não circulante	11.335	17.156	5.738	8.899

(a) Refere-se à contratos de compartilhamento de despesas.

(b) Cessão não onerosa de 99.99% das ações da PIM Serviços Administrativos Ltda na constituição da MPM Corpóreos S.A.

(c) Refere-se à contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e os respectivos acionistas não controladores das sociedades controladas da Companhia ("Contratos de Mútuo"), os termos contratuais são padronizados e, portanto, seguem em geral as mesmas condições, com prazos entre 12 e 24 meses, com o principal objetivo de liquidação do valor do transacionado, considerando cobrança de 1% de juros ao mês do mutuário e em eventual atraso no pagamento multa de 2% com acréscimo de correção monetária.

Parte dos Contratos de Mútuo Ativos tem como objeto empréstimos com finalidade de pagamento de compromissos assumidos pelos acionistas não controladores das sociedades controladas, para pagamento de tributos devidos por tal sociedade.

Em 24 de abril de 2020, foi assinado um memorando de entendimentos entre a MPM e sua controlada Corporeos, que ratifica que a MPM utilizará o direito de receber os valores decorrentes da seção de participações nas investidas M.I.G.S Serviços Estéticos S.A., Tjtm Serviços Estéticos S.A., e A Lisa Depilação a Laser S.A., registrado em 31 de dezembro de 2019

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas (reapresentado)--Continuação

como um contas a pagar, para efetuar um aumento de capital na Companhia durante o exercício de 2020.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2019		31 de dezembro de 2019	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Controladas (a):				
A - Lisa Depilacao a Laser Ltda	120	-	-	-
Abbruzzese & Moura Estetica Ltda	383	-	-	-
Clinica de Estetica Fortaleza 01 Ltda	-	95	-	-
Corporeos - Servicos Terapeuticos S.A.	3.862	-	-	-
Costa & Curvo Estetica Ltda	491	-	-	-
Cuiaba Laser Servicos Terapeuticos Ltda	20	-	-	-
Drbm Servicos Esteticos Ltda	98	-	-	-
Ef Franchising Servicos Terapeuticos Ltda	-	31	-	-
El Commerce - Plataforma Digital para Intermediacao de Negocios Ltda	1.081	-	-	-
El Franchising Ltda	1.506	-	-	-
Eslaser Servicos Esteticos S.A..	401	-	-	-
M.i.g.s. Servicos Esteticos S.A.	-	27	-	-
Mmc Corp Servicos Esteticos Ltda	286	-	-	-
PIM - Servicos Administrativos Ltda (b)	-	16.594	-	-
Riocorp Servicos Esteticos Ltda	-	19	-	-
Tew Estetica Ltda	126	-	-	-
Tjtm Servicos Esteticos S.A..	103	-	-	-
TI Franchising Ltda	130	-	-	-
Urban Laser Servicos Esteticos S.A..	-	295	-	-
Vila Velha Laser Ltda	-	51	-	-
Mútuos com acionistas não controladores (c)	1.908	-	6.076	3.896
Total não circulante	10.515	17.112	6.076	3.896

(a) Refere-se à contratos de compartilhamento de despesas.

(b) Cessão não onerosa de 99.99% das ações da PIM Serviços Administrativos Ltda na constituição da MPM Corpóreos S.A.

(c) Refere-se à contratos de mútuo celebrados entre a Companhia e os respectivos acionistas não controladores das sociedades controladas da Companhia ("Contratos de Mútuo"), os termos contratuais são padronizados e, portanto, seguem em geral as mesmas condições, com prazos entre 12 e 24 meses, com o principal objetivo de liquidação do valor do transacionado, considerando cobrança de 1% de juros ao mês do mutuário e em eventual atraso no pagamento multa de 2% com acréscimo de correção monetária.

Parte dos Contratos de Mútuo Ativos tem como objeto empréstimos com finalidade de pagamento de compromissos assumidos pelos acionistas não controladores das sociedades controladas, para pagamento de tributos devidos por tal sociedade.

A remuneração do pessoal chave da Administração foi como segue:

	30/09/2020	30/09/2019
Remuneração	2.490	2.224
Encargos e benefícios	681	628
Total	3.171	2.852

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Contas a pagar ex-acionistas

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro 2019 a Companhia possuía os seguintes saldos a pagar, ajustados a valor presente, aos ex-acionistas de empresas adquiridas:

	30/09/2020		31/12/2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Aclo Serviços Estéticos Ltda.	-	568	-	23
Alexandrite Estética e Laser Ltda.	-	381	-	17
Vila Velha Laser Ltda.	-	5	-	5
Verano Depilação Ltda	-	99	-	9
GBM Serviços De Estética Ltda	-	25	-	25
Apl Participações Societárias S.A.	-	535	535	535
Aut Estética S.A	619	6	401	401
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	-	19	-	19
Dyel Cuiaba Clinica De Estetica Ltda	-	4.300	-	8.282
Dyel Porto Velho Clinica De Estetica Ltda	-	2.941	-	2.941
Dyel Varzea Grande Clinica De Estetica Ltda	-	1.099	-	2.117
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	-	40	-	40
El Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda	-	804	-	1.208
Eslaser Serviços stéticos S.A.	-	74	73	74
Flo Serviços De Estética Eireli	-	7	-	7
Jacarei Serv. Esteticos Eireli Me	-	738	-	997
M3 Servicos Esteticos Ltda	-	3.278	-	6.765
Nine Members Laser - Servicos Esteticos Sa	-	660	-	12.755
Urban Laser Servicos Esteticos S.A.	-	491	-	1.465
A3 beleza- Rio Verde	-	2.390	-	-
Gobal Mauro Ramos e Benvenuta - Florianópolis	-	3.823	-	-
BJL Clinica Estética Ltda	-	982	-	-
Elcorp Rio Servicos Esteticos Ltda	-	2.833	-	-
Mv Corp Servicos Esteticos Ltda	-	4.586	-	-
MIGS Servicos Esteticos SA	-	1.455	-	-
Riocorp Servicos Esteticos Ltda	-	4.455	-	-
At Corp, ATM Corp e Limeira	-	2.200	-	-
Lisa Laser Santos, Embaré e Gonzaga	-	12.662	-	-
Lasercorp Serv. Esteticos Ltda	-	4.882	-	-
Total	619	56.338	1.009	37.685
Circulante	-	43.423	390	24.650
Não circulante	619	12.915	619	13.035

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital subscrito em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é representado por 5.894.122 ações ordinárias e 2.907.461 ações preferenciais e é distribuído conforme descrito abaixo:

	30 de setembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Valor em R\$	Ordinárias	Preferenciais	Valor em R\$
Ygor Alessandro de Moura	2.873.969	-	32.132	2.873.969	-	32.132
Paulo José de Iasz de Moraes	1.618.701	-	18.097	1.618.701	-	18.097
Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto	710.119	-	7.939	710.119	-	7.939
Magnólia FIP Multiestratégia	-	2.907.461	32.506	-	2.907.461	32.506
SMZXP Participações	691.333	-	7.729	691.333	-	7.729
Total	5.894.122	2.907.461	98.403	5.894.122	2.907.461	98.403

b) Reserva de capital

A reserva de capital representam acréscimos efetivos aos ativos da companhia que não foram originados dos lucros auferidos em suas operações, por não representarem efeitos de seus próprios esforços, mas assim de contribuições de acionistas para o patrimônio líquido da companhia com o fim de propiciar recursos para o capital e que poderá ser utilizado para futuro aumento de capital.

A reserva de ágio na subscrição de ações, refere-se à diferença entre o preço da subscrição que os acionistas pagaram pelas ações e o seu valor nominal. Por se tratar de uma reserva de capital, somente poderá ser utilizada para aumentar o capital, absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações ou pagamento de dividendos cumulativos a ações preferenciais.

20. Receita

	Consolidado	
	30 de setembro de 2020	2019
Serviços prestados	356.614	563.629
Royalties	18.835	3.003
Taxa de franquia	2.685	6.983
Total receita	378.134	573.615
Impostos sobre vendas	(39.746)	(65.296)
Cancelamentos	(23.333)	(7.634)
Total da receita operacional líquida	315.055	500.685

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita--Continuação

20.1. Informações desagregadas da receita

	Consolidado	
	30 de setembro de	
	2020	2019
Tipo de bens e serviços		
Prestação de serviço de depilação	355.011	528.058
Royalties de licenciadas	18.835	35.230
Taxa de franquia	2.686	6.984
Prestação de serviço de estética	1.602	3.343
Total receita	378.134	573.615
Mercados geográficos		
Norte	11.486	13.262
Nordeste	29.597	46.595
Centro-Oeste	16.335	23.237
Sudeste	250.319	407.643
Sul	70.397	82.878
Total receita	378.134	573.615
Época do reconhecimento da receita		
Serviços transferidos ao longo do tempo	357.696	535.041
Serviços transferidos em momento específico do tempo	20.438	38.574
Total receita	378.134	573.615

20.2. Ativos e passivos do contrato

	Consolidado	
	30/09/2020	31/12/2019
Contas a receber (nota 4)	385.379	416.946
Receita diferida	262.583	180.485

As contas a receber não estão sujeitas a juros e geralmente são negociadas em termos de pagamento que giram em torno de 14 meses.

O valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviço serão prestados ao longo do contrato, porém que em 30 de setembro de 2020 ainda não foram executadas pelos clientes.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Receita--Continuação

20.3. Obrigações de performance

A obrigação de desempenho dos contratos firmados pela Companhia e suas controladas refere-se à prestação dos serviços aos clientes. Dessa forma, para cada tipo operação há um preço estipulado no contrato - preço de venda individual estabelecido em contrato, não havendo previsão de valores variáveis a serem considerados. O preço de venda individual é estabelecido no início do contrato, caracterizando o preço pelo qual as entidades prestam serviços aos clientes. A obrigação de performance é satisfeita ao longo do tempo, e a contraprestação é devida no momento que cliente assina o contrato de prestação de serviço.

21. Custo dos serviços prestados

	Consolidado	
	30 de setembro de	
	2020	2019
Pessoal	(136.522)	(142.817)
Aluguel	(11.918)	(16.138)
Custos diretos	(20.584)	(18.787)
Depreciação e amortização	(27.413)	(28.289)
Crédito de PIS/COFINS sobre imobilizado		
Total custo dos serviços prestados	(196.437)	(206.031)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de		30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com propaganda e publicidade	-	-	(15.171)	(4.202)
Despesas com serviço de telemarketing	-	-	(3.751)	(3.782)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(2.037)	(438)	(30.764)	(26.558)
Despesas com aluguel	-	-	(290)	(5.193)
Comissões cartões de crédito	-	-	(7.492)	(10.899)
Despesas com consultoria e assessorial	(646)	(214)	(11.516)	(12.662)
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	-	(20.772)	(28.320)
Despesas com backoffice	-	-	(9.266)	(3.908)
Despesas com locação de equipamentos	-	-	(1.919)	(1.534)
Despesas com manutenção e conservação	-	-	(1.456)	(3.389)
Despesas com material de consumo	-	-	(627)	(1.336)
Despesas com patrocínios	-	-	-	(119)
Despesas com taxas	(25)	(3)	(1.878)	(937)
Despesas com telefonia e internet	(1)	(1)	(35)	(1.894)
Despesas com viagens e estadias	(264)	-	(815)	(1.282)
Despesas/Reversões legais e judiciais	(15)	-	(1.269)	(827)
Despesas operacionais	(268)	(282)	(3.074)	(6.281)
Despesas com depreciação e amortização	(28)	(24)	(8.320)	(25.187)
Outros	(58)	(300)	(11.740)	(7.757)
Total despesas gerais e administrativas	(3.342)	(1.262)	(130.155)	(146.067)
Despesas com vendas	-	-	(37.053)	(7.983)
Despesas gerais e administrativas	(3.342)	(1.262)	(93.102)	(138.084)
Total	(3.342)	(1.262)	(130.155)	(146.067)

23. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de		30 de setembro de	
	2020	2019	2020	2019
Despesas com juros	(91)	-	(43.684)	(22.148)
Despesas com IOF	(4)	(4)	(416)	(344)
Despesas bancárias	(2)	(1)	(7.232)	(5.180)
Ajuste a valor presente	-	-	2.160	5.620
Variação cambial	(3)	-	(3)	-
Perda em opções de compra e venda de participações de não controladores	(8.044)	(10.026)	(23.811)	(18.081)
Outros	(24)	-	885	(195)
Total despesas financeiras	(8.168)	(10.031)	(72.101)	(40.328)
Rendimentos s/ aplicação financeira	28	6	3.596	2.580
Variação cambial	-	-	(524)	318
Ganho em opções de compra e venda de participações de não controladores	10.551	269	29.624	7.483
Outros	-	-	9.808	(24)
Ajuste a Valor Presente	-	-	(5.130)	2.310
Total receitas financeiras	10.579	275	37.374	12.667
Resultado financeiro líquido	2.411	(9.756)	(34.727)	(27.661)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Lucro (prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado dividindo-se o lucro (prejuízo) atribuível aos detentores de ações ordinárias da Companhia (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador) durante o período.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e a média ponderada das ações ordinárias em circulação utilizadas para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada período apresentado:

Lucro (prejuízo) básico por ação - trimestre	30/09/2020		30/09/2019	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores	(2.828)	(1.395)	32.030	15.800
Média ponderada da quantidade de ações	5.894.122	2.907.461	5.894.122	2.907.461
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	(0,4798)	(0,4798)	5,4342	5,4342

Lucro (prejuízo) básico por ação - período de nove meses	30/09/2020		30/09/2019	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro (prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores	(37.588)	(18.541)	46.384	22.880
Média ponderada da quantidade de ações	5.894.122	2.907.461	5.894.122	2.907.461
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	(6,3771)	(6,3771)	7,8695	7,8695

Em 30 de setembro de 2020, o único instrumento financeiro que proporcionaria diluição se refere ao plano de remuneração baseado em ações, cujos detalhes estão descritos na Nota 15. Não há instrumentos financeiros que proporcionariam diluição em exercícios anteriores.

Considerando o valor justo das ações ordinárias da Companhia, o plano de remuneração proporcionaria um efeito anti-dilutivo, e por isso não foi considerado no cálculo acima demonstrado.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros (reapresentado)

Todos os instrumentos financeiros em aberto pela Companhia e suas controladas são classificados como sujeitos à atualização por custo amortizado, e, de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias. Os principais instrumentos financeiros da Companhia em aberto em cada data-base são os seguintes:

Classificação	Hierarquia Valor justo	Controladora		Consolidado		
		30/09/2020	31/12/2019	30/09/2020	31/12/2019	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	Nível 2	863	1.510	217.084	55.109
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	Nível 2	-	-	385.379	416.946
Adiantamento a fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	-	165	56	1.588
Contas a receber com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	11.335	10.515	5.738	6.076
	Valor justo por meio					
Instrumentos derivativos	do resultado	Nível 2	-	-	38.047	820
Opções de compra de acionistas não controladores	Valor justo por meio					
	do resultado	Nível 3	5.882	3.987	121.859	35.068
			18.080	16.177	768.163	515.607
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	2.678	1.046	23.771	24.418
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	487.514	140.713
Debentures	Custo amortizado	Nível 2	-	-	-	109.146
Passivo de arrendamento	Custo amortizado	Nível 2	-	-	48.409	68.515
Contas a pagar com partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	17.156	17.112	18.413	3.896
Contas a pagar a ex-acionistas	Custo amortizado	Nível 2	619	619	56.338	37.685
Opções de compra de acionistas não controladores	Valor justo por meio					
	do resultado	Nível 3	62.103	62.714	64.634	125.753
	Valor justo por meio					
Instrumentos derivativos	do resultado	Nível 2	-	-	2.387	2.684
			82.556	81.491	701.466	512.810

Os saldos contabilizados em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão próximos dos valores justos nas respectivas datas. Não houve alteração entre os níveis de hierarquia para determinação do valor justo durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Gerenciamento de riscos

As atividades da Companhia a expõe a diversos tipos de risco: (a) risco de mercado, incluindo o risco de moeda e o risco de preço; (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

A gestão de risco é realizada segundo políticas elaboradas pela Diretoria de Finanças e aprovadas pela Administração da Companhia. Essa Diretoria é responsável pelas políticas à exposição aos riscos, bem como pela elaboração de processos, controles internos e a estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Desse modo a Diretoria Executiva de Finanças mantém a Companhia protegida contra eventuais riscos financeiros.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

A gestão de risco dos instrumentos financeiros é compartilhada pelo corpo Diretivo da Companhia e considera o acompanhamento permanente das taxas contratadas e as taxas de mercado.

A Companhia não efetua aplicações de cunho especulativo em derivativos ou outros ativos de risco.

a) *Risco de mercado*

Risco de moeda

A Companhia possui um passivo em moeda estrangeira composto de de empréstimo para capital de giro (operação estruturada 4131) junto ao Banco Itáu (conforme Nota 10).

Risco de preço dos serviços e receitas da Companhia

O acirramento da concorrência pode levar as controladas a reverem seus preços de serviços, tendo impacto direto sobre os resultados. A Companhia e suas controladas monitoram as práticas da concorrência e estabelece cenários avaliando os resultados futuros em relação à mudança de preços.

b) *Risco de crédito*

Incorre em risco de crédito, os valores de caixa e equivalentes de caixa, representados por depósitos e aplicações financeiras de curtíssimo prazo em instituições financeiras no país. Este risco é gerido na Diretoria de Finanças. A Companhia tem a política de somente manter valores em instituições financeiras de primeira linha, não mantendo investimentos concentrados em qualquer conglomerado financeiro.

A Companhia tem estabelecida uma política de crédito na qual avalia o risco de cada cliente ou contraparte não cumprir as obrigações contratuais assumidas. Baseada nessa política, a Companhia provisiona créditos para liquidação duvidosa, caso ocorra inadimplência de um cliente por mais de 30 dias.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros--Continuação

Gerenciamento de riscos--Continuação

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez origina-se da falta de recursos no fluxo de caixa para atender às necessidades operacionais. A previsão do fluxo de caixa é efetuada pela área financeira, na Diretoria de Finanças da Companhia. Esta área monitora as previsões contínuas das

26. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

	Importância segurada	
	Controladora	Consolidado
Multirrisco patrimonial	-	321.000
Responsabilidade cível dos diretores e administradores	20.000	-

27. Segmentos operacionais

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos.

Um segmento operacional é definido como um componente da Companhia que atua em atividades comerciais a partir das quais pode gerar receita e incorrer em despesas. Cada segmento operacional é diretamente responsável pelas receitas e despesas relacionadas às suas operações. Os principais tomadores de decisões operacionais avaliam o desempenho de cada segmento operacional usando informações sobre sua receita e margem bruta (lucro bruto), e não avalia as operações usando informações de ativos e passivos por segmento. As transações entre os segmentos são eliminadas, e a Companhia aloca despesas administrativas e de vendas, receitas e despesas financeiras e imposto de renda e contribuição social para os segmentos operacionais.

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Segmentos operacionais--Continuação

Para fins de análise e gerenciamento das operações, a Companhia é dividida em três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

- (i) Espaçolaser: Espaçolaser inclui a operação de mais de 360 lojas de depilação a laser no Brasil, sendo elas de capital próprio ou misto. O segmento operacional inclui também a estrutura corporativa necessária para a gestão dessas lojas.
- (ii) Estudioface: Estudioface inclui a operação da loja própria localizada no bairro dos Jardins, em São Paulo, a qual é focada no segmento de estética facial e possui atualmente nove unidades em operação.
- (iii) EL Franchising (Franqueadora das Redes Espaçolaser e Estudioface): A EL Franchising inclui a franqueadora das unidades da Espaçolaser e da Estudioface, situada no município de Barueri no Estado de São Paulo. As atividades principais da EL Franchising referem-se a gestão de mais de 190 franquias, assim como da cobrança de *royalties* pelos serviços prestados e licenciamento da marca Espaçolaser e da marca Estudioface.

Em 30 de setembro de 2020 e 2019, as informações por segmento operacional estão abaixo demonstradas:

Nove meses findo em 30 de setembro de 2020	EL			Eliminação	Consolidado
	Espaçolaser	Estudioface	Franchising		
Receita líquida de vendas	293.918	1.442	37.827	(18.132)	315.055
Custo dos serviços prestados	(194.409)	(1.388)	(450)	(190)	(196.437)
Lucro bruto	99.509	54	37.377	(18.322)	118.618
Despesas com vendas	(36.692)	(7)	(331)	(23)	(37.053)
Despesas gerais e administrativas	(112.450)	(1.158)	(3.273)	23.779	(93.102)
Outras receitas operacionais, líquidas	10.209	16	323	(8.981)	1.567
(Prejuízo) lucro antes do resultado financeiro	(39.424)	(1.095)	34.096	(3.547)	(9.970)
Receitas financeiras	26.716	66	13	10.579	37.374
Despesas financeiras	(63.594)	(28)	(311)	(8.168)	(72.101)
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(76.302)	(1.057)	33.798	(1.136)	(44.697)
Imposto de renda e Contribuição social	(16.328)	(162)	(4.381)	(1)	(20.872)
(Prejuízo) lucro do período	(92.630)	(1.219)	29.417	(1.137)	(65.569)

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Segmentos operacionais--Continuação

Nove meses findo em 30 de setembro de 2019	EL			Eliminação	Consolidado
	Espaçolaser	Estudioface	Franchising		
Receita líquida de vendas	483.983	3.031	43.271	(29.600)	500.685
Custo dos serviços prestados	(202.495)	(2.820)	(464)	(252)	(206.031)
Lucro bruto	281.488	211	42.807	(29.852)	294.654
Despesas com vendas	(37.470)	(27)	(83)	29.597	(7.983)
Despesas gerais e administrativas	(113.820)	(562)	(3.869)	(19.833)	(138.084)
Outras receitas operacionais, líquidas	4.550	-	93	3.806	8.449
Lucro antes do resultado financeiro	134.748	(378)	38.948	(16.282)	157.036
Receitas financeiras	12.268	-	124	275	12.667
Despesas financeiras	(29.961)	(114)	(215)	(10.038)	(40.328)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	117.055	(492)	38.857	(26.045)	129.375
Imposto de renda e contribuição social	(36.605)	(343)	(6.641)	1	(43.588)
Lucro líquido do período	80.450	(835)	32.216	(26.044)	85.787

28. Transações que não afetam caixa (reapresentado)

As transações listadas a seguir afetaram as demonstrações financeiras de forma relevante, contudo não impactaram o caixa:

	Consolidado	
	30/09/2020	30/09/2019
Contas a pagar a ex-acionistas por aquisição de controladas	70.233	68.726
Adição de imobilizado pela aquisição de controladas	1.384	16.385
Adição de intangível pela aquisição de controladas	6.321	68.134
Adoção inicial arrendamentos (CPC 06 R2)	-	65.172
Arrendamentos contratados	11.847	11.075
Remensuração dos arrendamentos	(5.703)	5.943
Marcação a valor justo dos derivativos contratados pela Companhia	38.047	-

MPM Corpóreos S.A.

Notas explicativas às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas--Continuação
30 de setembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Eventos subsequentes

29.1. Colômbia

Em 09 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a remessa para integralização do Capital Social Corpóreos Colômbia SAS, localizada em Bogotá, Colômbia no montante de US\$ 250 (duzentos e cinquenta mil dólares), equivalente a aproximadamente R\$1.318 naquela data.

29.2. Argentina - DEFINIT

Em 02 de Outubro de 2020, a MPM celebrou com a HR-ARG ("Definit") acordo de capitalização mediante transferência de 11.879.950 ações que representam a aquisição de uma participação de 51% na Companhia.

29.3. Outras aquisições

No dia 03 de novembro de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A assinou termo de fechamento efetivando a aquisição de 100% das quotas da empresa A3 Beleza e Saúde Ltda no montante de R\$3.690 e da empresa BJL Clínica Estética Ltda no montante de R\$ 1.963, ambas franquias da marca EspaçoLaser.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MPM Corporeos S/A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da MPM Corporeos S/A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Reapresentação das informações trimestrais intermediárias

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.2 às informações trimestrais intermediárias individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à correção de erros descritos na referida nota explicativa. Em 5 de novembro de 2020 emitimos relatório de revisão sem modificações, sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa conclusão continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as informações financeiras intermediárias foram ajustadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de janeiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
MPM Corporeos S/A
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da MPM Corporeos S/A. (“Companhia”) contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase - Reapresentação das informações trimestrais intermediárias

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2.2 às informações trimestrais intermediárias individuais e consolidadas, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para aprimorar certas divulgações em notas explicativas e reapresentar saldos contábeis devido à correção de erros descritos na referida nota explicativa. Em 5 de novembro de 2020 emitimos relatório de revisão sem modificações, sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 30 de setembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa conclusão continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as informações financeiras intermediárias foram ajustadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 6 de janeiro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO 3T20

Atendendo às disposições legais, a Administração da MPM Corpóreos S.A. e controladas – “Espaçolaser” ou “Companhia” – apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019. As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das informações trimestrais.

Sobre a Espaçolaser

A Espaçolaser é a maior empresa de depilação a laser do Brasil em termos de faturamento, número de lojas e clientes atendidos¹. Em atuação há 16 anos e presente em todos os estados brasileiros, nossa ambição é democratizar o bem-estar por meio da oferta da melhor tecnologia para todos, rompendo com soluções tradicionais. Possuímos um modelo de negócios disruptivo, baseado na satisfação de nossos clientes e colaboradores, e que permite rápida expansão para capturar as oportunidades de mercado. Em 30 de setembro de 2020, contávamos com 554 lojas (próprias e franquias) de depilação a laser no Brasil, 6 lojas de depilação a laser na Argentina (através da marca parceira Definit) e 10 lojas da Estudioface, nossa marca para a oferta serviços de estética facial.

Mensagem da Administração

O ano de 2020 foi bastante desafiador para o mundo como um todo, com restrições na movimentação de pessoas e nos níveis de consumo, impactando praticamente todos os setores e indústrias. Não obstante, foi um ano também de aprendizagem, do cuidado com si mesmo e com o próximo e do fortalecimento de um espírito de comunidade.

Com a Espaçolaser, não foi diferente. Antes de tudo, buscamos assegurar a saúde de todos os nossos 3.000 funcionários e clientes, migrando nossos colaboradores para um sistema de *home-office* e fechando nossas lojas no período mais agudo da pandemia. Nesse meio tempo, fomos buscando também nos manter próximos de funcionários e clientes, mostrando que estamos juntos nesse momento de adversidade.

Desenvolvemos cursos de treinamento teórico e de reciclagem na modalidade à distância, ampliando de maneira relevante a quantidade de funcionários sendo treinados. Estabelecemos rotinas de conversas e palestras com a diretoria, intensificando nossa cultura corporativa e nosso coração azul. Mantivemos contato com todos os nossos clientes, e inclusive fomos capazes de continuar vendendo nossos pacotes mesmo com as lojas fechadas, comprovando a confiança e lealdade de nossa base de clientes com nossa marca. Investimentos em nosso e-

¹ Segundo informações públicas coletadas dos sites da Companhia e suas competidoras

commerce e aplicativo para tornar a vida de nossos clientes ainda mais fácil e prática. E assim atravessamos esse momento desafiador com ainda mais segurança em nossa resiliência, robustez e capacidade de entrega.

Desempenho Operacional

Em 30 de setembro de 2020, contávamos com 554 lojas da EspaçoLaser, considerando lojas próprias, *joint-ventures* e franquias, distribuídas por todos os estados brasileiros, um aumento de 8% na quantidade de lojas quando comparado com 2019. Em relação às demais operações da Companhia, tínhamos 10 lojas da Estudioface e 6 lojas de depilação a laser na Argentina, através da marca parceira Definit.

Desempenho Financeiro

Receita Líquida

Nos 9M20, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia diminuiu 37,1%, passando de R\$500,7 milhões nos 9M19 para R\$315,1 milhões nos 9M20. Em decorrência das medidas restritivas, associadas à disseminação da pandemia de COVID-19, tivemos que encerrar temporariamente as operações de nossas lojas, a partir do dia 23 de março de 2020. Ao longo dos meses posteriores, fomos reabrindo gradualmente nossas lojas até o mês de setembro, quando nossa operação foi totalmente restabelecida. Durante esses meses, apesar de estarmos realizando vendas de novos contratos e contarmos com clientes ativos e pagantes dos serviços previamente contratados, não foi possível realizar as sessões nas unidades que estiveram fechadas. Consequentemente, nesse período, conforme práticas contábeis definidas pela Companhia, não ocorreu o reconhecimento de receita sobre serviços, dado a impossibilidade destes serem prestados. Os respectivos valores foram mantidos momentaneamente em uma conta do Passivo Circulante denominada “Receita a Diferir”. Com a reabertura das unidades e restabelecimento de nossos serviços, nossos clientes poderão ser atendidos novamente seguindo o curso normal de suas sessões, conforme previsto em nossa estimativa de reconhecimento em receita. A nossa melhor estimativa sobre o montante da receita contratada e não reconhecida durante o período, em que as unidades estavam temporariamente suspensas, em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 100,4 milhões. Esse efeito tenderá a se compensar nos meses seguintes, no momento em que conseguirmos concluir a prestação dos serviços previamente contratados, normalizando esse efeito do encerramento intempestivo de nossa atividade.

Custo dos Serviços Prestados

Nos 9M20, os custos dos serviços prestados da Companhia diminuíram 4,7%, passando de R\$206,0 milhões nos 9M19 para R\$196,4 milhões nos 9M20, seguindo o fechamento de nossas unidades. Além disso, em linha com as medidas de resposta e enfrentamento à pandemia anunciadas pelo Governo Federal na Medida Provisória 936 (MP936), parte das consultoras e a totalidade das fisioterapeutas da Companhia tiveram seus contratos de trabalho temporariamente suspensos, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 15,0 milhões.

Adicionalmente, a Companhia renegociou certos contratos de aluguel durante o período em que as unidades estiveram fechadas, gerando assim uma economia nesta linha. Importante ressaltar que, durante o período de pandemia, focamos na reestruturação e otimização dos quadros de funcionários de nossas lojas, aumentando o nível de eficiência de nossa operação.

Lucro e Margem Bruta

Nos 9M20, o lucro bruto da Companhia diminuiu 59,7%, passando de R\$294,7 milhões nos 9M19, para R\$118,6 milhões nos 9M20.

Despesas com Vendas

As despesas com vendas da Companhia aumentaram 364,1%, alcançando R\$37,1 milhões nos 9M20, comparado a R\$8,0 milhões nos 9M19. Esta variação decorreu, principalmente, dos maiores esforços e incentivos voltados ao time comercial, visando manter a proximidade com nossa base de clientes atuais e potenciais, gerando vendas mesmo no período em que nossas unidades estavam fechadas.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia reduziram 32,6%, alcançando R\$93,1 milhões nos 9M20, comparado a R\$138,1 milhões nos 9M19. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos esforços da Companhia em gerar eficiências na operação e renegociar contratos com determinados provedores de serviço, de forma a proteger a rentabilidade da Companhia. Entre essas negociações temos, principalmente, a redução nos serviços de call center, seguindo os investimentos realizados em nosso aplicativo, que permitiu que este absorvesse parte da demanda dos call centers.

Resultado Financeiro

As receitas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de 195,1%, representando uma receita financeira de R\$37,4 milhões nos 9M20, comparado a R\$12,7 milhões nos 9M19. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à variação positiva na linha de ganho em opções de compra e venda de participações de não controladores, além do desconto de arrendamento de imóveis resultante do fechamento de lojas devido a pandemia da COVID-19.

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de 78,8%, representando uma despesa financeira de R\$72,1 milhões nos 9M20, comparado a R\$40,3 milhões nos 9M19. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao break-up fee referente à quitação antecipada das debêntures de emissão da Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A., controlada da Companhia, durante o 2T20, bem como a renegociação e alongamento de algumas dívidas e a variação negativa na linha de perda em opções de compra e venda de participações de não controladores.

Lucro Líquido do Exercício

Nos 9M20, o lucro líquido da Companhia diminuiu R\$151,4 milhões, passando de um lucro de R\$85,8 milhões nos 9M19 para um prejuízo de R\$65,6 milhões nos 9M20. Esta redução é explicada pelas demais variações comentadas acima.

Geração de Caixa

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de 3,8% nos 9M20 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$77,1 milhões para R\$80,0 milhões. Esse aumento deu-se, principalmente, em decorrência da redução no saldo de contas a receber e do incremento no saldo de receita diferida, os quais compensaram o maior pagamento de empréstimos, juros e de imposto de renda, além do prejuízo apresentado no período encerrado em 30 de setembro de 2020. A redução no contas a receber foi consequência dos pagamentos de clientes que haviam contratados nossos serviços a uma redução temporária de vendas uma vez que tivemos que fechar parte de nossas unidades em consequência das medidas restritivas para evitar a disseminação do COVID 19. Em relação ao saldo de receita diferida, tal incremento foi decorrente da alteração temporária no critério de reconhecimento de receita que postergou a apropriação de um montante de Receitas estimado em R\$100,4 milhões que permaneceu na conta de receita diferida. Tais impactos compensaram a redução de R\$174,1 milhões do resultado no mesmo período.

Investimentos

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou uma redução de 21,8% nos 9M20 comparado ao mesmo período de 2019, passando de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$112,8 milhões para um caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$88,2 milhões. Essa redução deu-se, principalmente, em decorrência da menor abertura de lojas no período, decorrente da pandemia da COVID-19, além de uma menor quantidade de aquisições de franquias.

Endividamento

O endividamento da Companhia aumentou 95,1%, passando de R\$249,9 milhões em 2019 para R\$487,5 milhões nos 9M20. Esse aumento deu-se, principalmente por conta da captação de cerca de R\$ 370 milhões no primeiro semestre de 2020, os quais foram utilizados para quitar dívidas antigas e enfrentar a recessão da COVID-19.

Declaração da Diretoria Estatutária

Em conformidade com o artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a Diretoria Estatutária da MPM Corpóreos S.A. declara que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes; e (ii) com as informações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA NOS TERMOS DA INSTRUÇÃO CVM 480

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores	4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores	5
2.3 - Outras Informações Relevantes	6

3. Informações Financ. Seleccionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições Não Contábeis	8
3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras	17
3.4 - Política de Destinação Dos Resultados	18
3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido	20
3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas	21
3.7 - Nível de Endividamento	22
3.8 - Obrigações	23
3.9 - Outras Informações Relevantes	24

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco	27
4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado	63
4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes	69
4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores	74
4.5 - Processos Sigilosos Relevantes	76
4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto	77
4.7 - Outras Contingências Relevantes	78

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados	80
5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos	
5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos	81
5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado	87
5.3 - Descrição Dos Controles Internos	90
5.4 - Programa de Integridade	92
5.5 - Alterações significativas	94
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	95
6. Histórico do Emissor	
6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm	96
6.3 - Breve Histórico	97
6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial	98
6.6 - Outras Informações Relevantes	99
7. Atividades do Emissor	
7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas	100
7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista	119
7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais	120
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais	121
7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total	135
7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades	136
7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior	142
7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades	143
7.8 - Políticas Socioambientais	146
7.9 - Outras Informações Relevantes	147
8. Negócios Extraordinários	
8.1 - Negócios Extraordinários	150
8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor	151

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais	152
8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.	153
9. Ativos Relevantes	
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros	154
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados	155
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis	156
9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades	164
9.2 - Outras Informações Relevantes	166
10. Comentários Dos Diretores	
10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais	167
10.2 - Resultado Operacional E Financeiro	202
10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras	205
10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor	206
10.5 - Políticas Contábeis Críticas	213
10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	219
10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras	220
10.8 - Plano de Negócios	221
10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante	223
11. Projeções	
11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas	225
11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas	226
12. Assembléia E Administração	
12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa	227
12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais	233
12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração	237
12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem	239

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal	240
12.7/8 - Composição Dos Comitês	244
12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores	247
12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros	251
12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores	256
12.12 - Outras informações relevantes	258

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária	262
13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	266
13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal	270
13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária	273
13.5 - Remuneração Baseada em Ações	276
13.6 - Opções em Aberto	279
13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues	280
13.8 - Precificação Das Ações/opções	281
13.9 - Participações Detidas Por Órgão	283
13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários	284
13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal	285
13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria	286
13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores	287
13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam	288
13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor	289
13.16 - Outras Informações Relevantes	290

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos	291
---------------------------------------	-----

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos	293
14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados	294
14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos	296
14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos	299
15. Controle E Grupo Econômico	
15.1 / 15.2 - Posição Acionária	300
15.3 - Distribuição de Capital	310
15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico	311
15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte	313
15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor	323
15.7 - Principais Operações Societárias	324
15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico	346
16. Transações Partes Relacionadas	
16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas	349
16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas	351
16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado	370
16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas	374
17. Capital Social	
17.1 - Informações Sobre O Capital Social	376
17.2 - Aumentos do Capital Social	377
17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações	378
17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social	379
17.5 - Outras Informações Relevantes	380
18. Valores Mobiliários	
18.1 - Direitos Das Ações	381

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública	382
18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto	384
18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados	385
18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil	386
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	387
18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação	388
18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros	389
18.8 - Títulos Emitidos no Exterior	390
18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição	391
18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas	392
18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição	393
18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários	394
19. Planos de Recompra/tesouraria	
19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor	395
19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria	396
19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria	397
20. Política de Negociação	
20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários	398
20.2 - Outras Informações Relevantes	399
21. Política de Divulgação	
21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações	400
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	401
21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações	406
21.4 - Outras Informações Relevantes	407

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Paulo José Iász de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário

Leonardo Moreira Dias Correa

Cargo do responsável

Diretor de Relações com Investidores

1.1 - Declaração do Diretor Presidente


Nome do responsável pelo conteúdo do formulário Paulo José Iász de Moraes

Cargo do responsável

Diretor Presidente

O Diretor Presidente acima qualificado declara que:

- (a) reviu o Formulário de Referência;
- (b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480/2009, em especial aos artigos 14 a 19; e
- (c) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Paulo José Iász de Moraes

1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário **Leonardo Moreira Dias Correa**

Cargo do responsável **Diretor de Relações com Investidores**

O Diretor de Relações com Investidores acima qualificado declara que:

- (a) reviu o Formulário de Referência;
- (b) todas as informações contidas no Formulário de Referência atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480/2009, em especial aos artigos 14 a 19; e
- (c) o conjunto de informações contido no Formulário de Referência é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.



Leonardo Moreira Dias Correa

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

1.3 - Declaração do novo ocupante do cargo de Diretor Presidente / Relações com Investidores

Não aplicável, considerando que não há novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	471-5		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Ernst & Young Auditores Independentes S.S.		
CPF/CNPJ	61.366.936/0001-25		
Data início	28/12/2017		
Descrição do serviço contratado	Os auditores independentes prestaram os seguintes serviços para a Companhia: (i) revisão das informações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com o "CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária" e a norma internacional "IAS 34 – Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos períodos findos em 31 de março de 2020, 30 de junho de 2020 e 30 de setembro de 2020; (ii) auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017; (iii) revisão de documentos da oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia e emissão de carta conforto em conexão com a oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia; e (iv) trabalho de seller due diligence contratado pela empresa no quarto trimestre de 2019.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante total da remuneração paga aos auditores independentes no último exercício social foi de R\$569 mil referente à auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.		
Justificativa da substituição	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.		
Razão apresentada pelo auditor em caso de discordância da justificativa do emissor	Não aplicável, tendo em vista que não houve substituição dos auditores independentes.		
Nome responsável técnico	DATA INICIO ATUACAO	CPF	Endereço
Alessandra Aur Raso	28/12/2017	304.987.448-17	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Norte, Via Olímpia, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-907, Telefone (11) 25733000, e-mail: alessandra.aur@br.ey.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

2.3 - Outras Informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)	Exercício social (31/12/2019)	Exercício social (31/12/2018)	Exercício social (31/12/2017)
Patrimônio Líquido	224.328.000,00	223.178.000,00	203.136.000,00	171.033.000,00
Ativo Total	1.386.214.000,00	1.125.252.000,00	775.453.000,00	418.826.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	315.055.000,00	647.595.000,00	336.291.000,00	193.668.000,00
Resultado Bruto	118.618.000,00	362.211.000,00	177.817.000,00	112.222.000,00
Resultado Líquido	-65.569.000,00	65.380.000,00	38.579.000,00	40.683.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	8.801.583	8.801.583	8.418.248	7.584.609
Valor Patrimonial da Ação (Reais Unidade)	25,487233	25,356575	24,130440	22,550010
Resultado Básico por Ação	-6,380000	5,800000	3,920000	4,720000
Resultado Diluído por Ação	-6,38	5,80	3,92	4,72

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) valor das medições não contábeis

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para LAJIDA (Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012 ("**Instrução CVM 527**"), consiste no lucro (prejuízo) líquido da Companhia acrescido do resultado financeiro líquido, do imposto de renda e contribuição social (corrente e diferida) e dos custos e despesas de depreciação e amortização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019, o resultado da Companhia foi impactado pela adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2). Os principais efeitos trazidos pela nova norma são: (i) aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e (ii) juros pela atualização do passivo de arrendamento. A Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado em 1º de janeiro de 2019, não representando exercícios anteriores. Não obstante o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado considerado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527 por companhias que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527.

Para os períodos de doze meses findos em 30 de setembro, o EBITDA LTM (*Last Twelve Months*, ou últimos doze meses) foi calculado subtraindo o (a) EBITDA do período de nove meses findo em 30 de setembro do ano anterior do (b) EBITDA do exercício social do ano anterior, com a posterior adição de (c) EBITDA do período de nove meses findo em 30 de setembro do ano anterior. O EBITDA LTM não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida. A Margem EBITDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA ajustado pela: (i) eliminação de gastos com consultores, assessores e afins relacionados aos nossos projetos de M&A; (ii) eliminação dos efeitos de ganho por compra vantajosa relacionado às aquisições de franqueados, e (iii) eliminação dos efeitos relacionados ao IFRS-16. Para mais detalhes sobre os ajustes contemplados no EBITDA Ajustado, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo. Adicionalmente, o EBITDA Ajustado não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA Ajustado não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA Ajustado utilizado por outras companhias.

O EBITDA Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

3.2 - Medições Não Contábeis

O EBITDA Ajustado LTM (*Last Twelve Months*, ou últimos doze meses) foi calculado subtraindo o (a) EBITDA do período de nove meses findo em 30 de setembro do ano anterior do (b) EBITDA Ajustado do exercício social do ano anterior, com a posterior adição de (c) EBITDA Ajustado do período de nove meses findo em 30 de setembro do ano anterior. O EBITDA Ajustado LTM não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado, dividido pela receita líquida. A Margem EBITDA Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

O Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao Lucro (Prejuízo) Líquido ajustado por: (i) pela eliminação de gastos com consultores, assessores e afins relacionados aos nossos projetos de M&A; (ii) pela eliminação dos efeitos de ganho por compra vantajosa relacionado às aquisições de franqueados, e (iii) pela eliminação do impacto contábil referente à evolução da marcação a mercado das opções de compra e venda que a Companhia possui com os acionistas não controladores de determinadas controladas referente a participação remanescente não detida pela Companhia. Adicionalmente, os ajustes (i) e (ii) acima (gastos com consultores, assessores e afins relacionados aos nossos projetos de M&A e ganho por compra vantajosa, respectivamente) foram considerados líquidos de imposto de renda e contribuição social. O efeito de imposto de renda e contribuição social foi calculado a uma taxa de 34,0% (sob o regime fiscal de "Lucro Real").

Para mais detalhes sobre os ajustes contemplados no Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo. Adicionalmente, o Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não deve ser considerado com base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional ou como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado não tem uma definição padronizada e pode não ser comparável ao Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado utilizado por outras companhias.

A Margem Líquida Ajustada consiste no Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado, dividido pela receita líquida. A Margem Líquida Ajustada não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

NOPLAT Ajustado

O NOPLAT (*Net Operating Profits Less Adjusted Taxes*) Ajustado consiste no EBITDA Ajustado deduzido da depreciação e amortização e do efeito de imposto de renda e contribuição social, sendo este último calculado a taxa de 34,0% (sob o regime fiscal de "Lucro Real"). Acreditamos que o NOPLAT Ajustado é uma importante ferramenta comparativa para mensurar, periodicamente, o desempenho operacional da Companhia, para embasar determinadas decisões de natureza administrativa e cálculo de indicadores. O NOPLAT Ajustado não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido e não poderá ser considerado para o cálculo de distribuição de dividendos.

O NOPLAT Ajustado não possui significado padrão e a nossa definição pode não ser comparável com a definição de lucro líquido operacional de outras companhias. Para maiores detalhes, vide tabela de reconciliação constante do item (b) abaixo.

ROIC Ajustado – Retorno sobre o Capital Investido Ajustado

O ROIC (*Return on Invested Capital*) Ajustado é o NOPLAT Ajustado do período/exercício dividido pela média do capital empregado total da Companhia, sendo este último a soma do capital de terceiros e o capital próprio. A média do capital empregado total consiste na média entre o capital empregado total no período e o capital empregado total no período anterior.

3.2 - Medições Não Contábeis

O ROIC Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pela IFRS, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC Ajustado de maneira diferente da Companhia.

Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado consiste no caixa líquido gerado pelas atividades operacionais acrescido dos juros pagos (empréstimos e financiamentos), visando expurgar os efeitos do custo de capital na geração operacional de caixa da Companhia. Este ajuste é feito pois o fluxo de caixa operacional da Companhia considera o efeito negativo de juros pagos (empréstimos e financiamentos).

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado é a divisão do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado pelo EBITDA Ajustado.

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado de maneira diferente da Companhia. O mesmo vale para o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado.

A tabela abaixo apresenta os valores do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustada, do Lucro Líquido Ajustado, da Margem Líquida Ajustada, do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado, o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado, do NOPLAT Ajustado e do ROIC Ajustado para os três últimos exercícios sociais e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

Medições não contábeis	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
(R\$ mil, exceto %)					
EBITDA	33.501	201.014	217.771	104.684	64.215
Margem EBITDA	10,6%	40,1%	33,6%	31,1%	33,2%
EBITDA Ajustado	11.646	180.137	190.638	93.759	64.215
Margem EBITDA Ajustada	3,7%	36,0%	29,4%	27,9%	33,2%
Lucro Líquido Ajustado	(71.581)	96.989	82.867	44.529	40.683
Margem Líquida Ajustada	(22,7%)	19,4%	12,8%	13,2%	21,0%
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	125.659	91.358	80.693	53.685	24.985
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado	1.079,0%	50,7%	42,3%	57,3%	38,9%
NOPLAT Ajustado	(21.005)	89.865	86.749	47.330	36.720
ROIC Ajustado	(5,0%)	N/A	24,3%	20,4%	N/A

Impacto contábil durante pandemia da COVID-19

Em decorrência das medidas restritivas, associadas à disseminação da pandemia de COVID-19, tivemos que encerrar temporariamente as operações de nossas lojas, a partir do dia 23 de março de 2020. Ao longo dos meses posteriores, fomos reabrindo gradualmente nossas lojas até o mês de setembro, quando nossa operação foi totalmente restabelecida. Durante esses meses, apesar de estarmos realizando vendas de novos contratos e contarmos com clientes ativos e pagantes dos serviços previamente contratados, não foi possível realizar as sessões nas unidades que estiveram fechadas. Consequentemente, nesse período, conforme práticas contábeis definidas pela Companhia, não ocorreu o reconhecimento de receita sobre esses serviços vendidos, dado a

3.2 - Medições Não Contábeis

impossibilidade destes serviços serem prestados. Os respectivos valores foram mantidos momentaneamente em uma conta do Passivo Circulante denominada “Receita a Diferir”. Com a reabertura das unidades e restabelecimento de nossos serviços, nossos clientes poderão ser atendidos novamente seguindo o curso normal de suas sessões, conforme previsto em nossa estimativa de reconhecimento em receita. A nossa melhor estimativa sobre o montante da receita contratada e não reconhecida durante o período, em que as unidades estavam temporariamente suspensas, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 era de R\$ 100,4 milhões. Esse efeito tenderá a se compensar nos meses seguintes, quando conseguirmos concluir a prestação dos serviços previamente contratados, normalizando esse efeito do encerramento intempestivo de nossa atividade.

Este momento demandou um aumento na nossa eficiência operacional e o fortalecimento da nossa capacidade de venda, de maneira a minimizar os impactos da pandemia. Mesmo com as lojas fechadas, fomos capazes de manter o nível médio de system-wide sales em aproximadamente 50%, considerando os meses de abril e maio, dos níveis normais durante o referido período, principalmente devido (i) à nossa omnicanalidade, plataforma digital e capacidade de manter contato recorrente com nossa base atual de clientes, e também à força de nossa marca e da nossa capacidade de vender pacotes para uso futuro (com a promessa de entrega do serviço após a reabertura de lojas e shoppings centers); e (ii) à intensa dedicação de nossas equipes, tanto de suporte quanto comerciais e operacionais. Acreditamos que, mesmo diante das adversidades dos últimos meses, conseguimos nos fortalecer e ainda aumentar a nossa capacidade de revenda, bem como estreitamos nosso relacionamento com a nossa base de clientes.

Dívida Bruta, Dívida (Caixa) Líquida e Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA (LTM)

A Dívida Bruta é representada pela soma (i) dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), e (ii) debêntures (circulante e não circulante).

A Dívida (Caixa) Líquida corresponde à Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa e do efeito contábil resultante do swap cambial das operações de empréstimos 4131.

A Dívida (Caixa) Líquida/ EBITDA (LTM) corresponde à divisão da Dívida (Caixa) Líquida pelo EBITDA dos últimos doze meses do período em questão.

A Dívida Bruta, a Dívida (Caixa) Líquida e Dívida (Caixa) Líquida/EBITDA (LTM) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB e não possuem significado padrão. Outras Companhias podem calcular a Dívida Bruta, Dívida (Caixa) Líquida e Dívida (Caixa) Líquida/EBITDA (LTM) de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A tabela abaixo apresenta valores da Dívida Bruta, Dívida (Caixa) Líquida, do EBITDA (LTM) e da Dívida (Caixa) Líquida/EBITDA (LTM) para os períodos de doze meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e para os três últimos exercícios sociais:

Medições não contábeis	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
(R\$ mil, exceto %)				
Dívida Bruta ⁽¹⁾	487.514	249.859	162.344	15.789
Dívida (Caixa) Líquida ⁽²⁾	232.383	194.750	93.092	(4.214)
EBITDA ⁽³⁾	50.258	217.771	104.684	64.215
Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA	4,6	0,9	0,9	(0,1)

⁽¹⁾ A Dívida Bruta é a soma (i) dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e de (ii) debêntures (circulante e não circulante).

⁽²⁾ A Dívida (Caixa) Líquida corresponde à Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa e do efeito contábil resultante do swap cambial das operações de empréstimos 4131.

⁽³⁾ Para o saldo do EBITDA em 30 de setembro de 2020 é aplicável o conceito de *Last Twelve Months* (“LTM”), ou últimos doze meses, o qual compreende o período de 01 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada, Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, do EBITDA Ajustado, da Margem EBITDA Ajustada, do Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado, da Margem Líquida Ajustada para os três últimos exercícios sociais e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019:

(R\$ mil, exceto %)	Período de doze meses findo em 30 de setembro de	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2020	2019	2019	2018	2017
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	(85.976)	(65.569)	85.787	65.380	38.579	40.683
(+) Resultado financeiro líquido	53.418	34.727	27.661	46.352	24.479	(288)
(+) Depreciação e amortização	58.693	43.471	43.978	59.200	22.047	8.579
(+) Imposto de renda e contribuição social	24.123	20.872	43.588	46.839	19.579	15.241
EBITDA	50.258	33.501	201.014	217.771	104.684	64.215
(+) Despesas relacionadas a fusões e aquisições ⁽¹⁾	838	-	4.723	5.560	5.721	-
(-) Ganho por compra vantajosa ⁽²⁾	(302)	(302)	(3.807)	(3.807)	(16.646)	-
(-) Impacto do IFRS 16 ⁽³⁾	(28.646)	(21.553)	(21.793)	(28.886)	-	-
EBITDA Ajustado	22.148	11.646	180.137	190.638	93.759	64.215
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício ⁽⁸⁾	(85.976)	(65.569)	85.787	65.380	38.579	40.683
(+) Despesas relacionadas a fusões e aquisições ⁽⁴⁾	553	-	3.117	3.670	3.776	-
(-) Ganho por compra vantajosa ⁽⁵⁾	(199)	(199)	(2.513)	(2.513)	(10.986)	-
(+/-) Variação no valor de opções de Compra e Venda ⁽⁶⁾	(81)	(5.813)	10.598	16.330	13.160	-
Lucro (Prejuízo) Ajustado	(85.703)	(71.581)	96.989	82.867	44.529	40.683
Receita líquida	461.965	315.055	500.685	647.595	336.291	193.668
Margem EBITDA	10,9%	10,6%	40,1%	33,6%	31,1%	33,2%
Margem EBITDA Ajustado	4,8%	3,7%	36,0%	29,4%	27,9%	33,2%
Margem Líquida Ajustada	(18,6%)	(22,7%)	19,4%	12,8%	13,2%	21,0%

(1) Despesas gerais no contexto de fusões e aquisições, como gastos com assessoria financeira, assessoria jurídica, auditoria, força de trabalho temporária para esforços de integração e consultoria de recrutamento para empresas adquiridas.

(2) Ganho por compra vantajosa em fusões e aquisições feitas pela Companhia.

(3) Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/CPC 06 (R2) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado. Conseqüentemente, as informações financeiras para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram ajustadas para refletir a adoção do IFRS 16/CPC 06 (R2) e, por isto, algumas informações financeiras não são comparativas com aquelas apresentadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, e informações trimestrais referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 e 2020, as quais refletem os efeitos da adoção desta norma com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso relativo ao arrendamento mercantil e juros pela atualização do passivo de arrendamento.

(4) Exatamente as mesmas despesas descritas na Nota 1 desta tabela, líquidas de imposto de renda e contribuição social, sendo estes últimos calculados a uma taxa de 34,0% (sob o regime fiscal de "Lucro Real").

(5) Exatamente o mesmo ganho por compra vantajosa descrito na Nota 2 desta tabela, líquido de imposto de renda e contribuição social, sendo estes últimos calculados a uma taxa de 34,0% (sob o regime fiscal de "Lucro Real").

(6) Variação no valor justo das opções de compra e venda firmadas junto a acionistas não controladores referente a participação remanescente não detida pela Companhia em determinadas controladas.

3.2 - Medições Não Contábeis

EBITDA LTM

(R\$ mil, exceto %)	A	B	C	A-B+C
	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	Período de doze meses findo em 30 de setembro de 2020
Lucro líquido (prejuízo) do período / exercício	65.380	85.787	(65.569)	(85.976)
(+) Resultado financeiro líquido	46.352	27.661	34.727	53.418
(+) Depreciação e amortização	59.200	43.978	43.471	58.693
(+) Imposto de renda e contribuição social	46.839	43.588	20.872	24.123
EBITDA	217.771	201.014	33.501	50.258

NOPLAT Ajustado e ROIC Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do NOPLAT Ajustado e do ROIC Ajustado para os três últimos exercícios sociais e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

(R\$ mil, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
EBITDA Ajustado	11.646	180.137	190.638	93.759	64.215
(-) Depreciação e amortização	(43.471)	(43.978)	(59.200)	(22.047)	(8.579)
Lucro operacional ajustado antes do resultado financeiro ⁽¹⁾	(31.825)	136.159	131.438	71.712	55.636
(-) IRPJ/CSLL corrente e diferido ⁽²⁾	10.821	(46.294)	(44.689)	(24.382)	(18.916)
NOPLAT Ajustado	(21.005)	89.865	86.749	47.330	36.720
(+) Capital de terceiro ⁽³⁾	232.383	171.124	194.750	93.092	(4.214)
(+) Capital próprio ⁽⁴⁾	224.328	212.672	223.178	203.136	171.033
Capital empregado total (do período) ⁽⁵⁾	456.711	383.796	417.928	296.228	166.819
Capital empregado médio ⁽⁶⁾	420.252	N/A	357.078	231.524	N/A
ROIC Ajustado	(5,0%)	N/A	24,3%	20,4%	N/A

⁽¹⁾ EBITDA Ajustado menos depreciação e amortização.

⁽²⁾ Efeito do imposto de renda e contribuição social, calculados a uma taxa de 34,0% (sob o regime fiscal de "Lucro Real").

⁽³⁾ O Capital de terceiro considera a soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) e de debêntures (circulante e não circulante) deduzido do caixa e equivalentes de caixa e do efeito contábil resultante do swap cambial das operações de empréstimos 4131.

⁽⁴⁾ Considera o patrimônio líquido

⁽⁵⁾ Considera a soma do capital de terceiro com o capital próprio.

⁽⁶⁾ Média entre o capital empregado total no período e o capital empregado total no período anterior.

3.2 - Medições Não Contábeis

Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado para os três últimos exercícios sociais e para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019.

	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
(R\$ mil, exceto %)					
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	79.999	77.058	55.823	47.583	23.038
(+) Juros pagos (empréstimos e financiamentos)	45.660	14.300	24.870	6.102	1.947
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	125.659	91.358	80.693	53.685	24.985
EBITDA Ajustado	11.646	180.137	190.638	93.759	64.215
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado	1.079,0%	50,7%	42,3%	57,3%	38,9%

Dívida Bruta, Dívida (Caixa) Líquida e Dívida (Caixa) Líquida/EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação da Dívida Bruta, Dívida (Caixa) Líquida e da Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA em 30 de setembro de 2020 bem como em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

R\$ mil	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (circulante)	142.703	74.600	80.796	10.261
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	344.811	66.113	27.935	5.528
Debêntures (circulante)	–	–	314	–
Debêntures (não circulante)	–	109.146	53.299	–
Dívida Bruta	487.514	249.859	162.344	15.789
Caixa e equivalentes de caixa	(217.084)	(55.109)	(69.252)	(20.003)
Efeito swap cambial das operações de empréstimos 4131	(38.047)	–	–	–
Dívida (Caixa) Líquida	232.383	194.750	93.092	(4.214)
EBITDA ⁽¹⁾	50.258	217.771	104.684	64.215
Dívida (Caixa) Líquida/EBITDA	4,6	0,9	0,9	(0,1)

⁽¹⁾ Para o saldo do EBITDA em 30 de setembro de 2020 é aplicável o conceito de *Last Twelve Months* ("LTM"), ou últimos doze meses, o qual compreende o período de 01 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.

(c) motivo pelo qual tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA e EBITDA (LTM)

O EBITDA, o EBITDA LTM e a Margem EBITDA são utilizados como medida de desempenho pela administração da Companhia, por ser uma medida prática para aferir o desempenho operacional da Companhia, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de

3.2 - Medições Não Contábeis

sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos. O EBITDA, o EBITDA LTM e a Margem EBITDA são informações adicionais às demonstrações financeiras e não deve ser utilizado em substituição às nossas informações financeiras auditadas ou revisadas pelos nossos auditores.

O EBITDA, o EBITDA LTM e a Margem EBITDA não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), IFRS e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros. O EBITDA, o EBITDA LTM e a Margem EBITDA apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar as despesas de depreciação e amortização, receitas e despesas financeiras e impostos que afetam os lucros da Companhia.

Não obstante o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado considerado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527 por companhias que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527. Os mesmos pontos listados anteriormente valem também para o EBITDA LTM. Adicionalmente, a Margem EBITDA não possui uma definição padrão, e as definições aqui utilizadas pode não ser comparável com títulos semelhantes utilizados por outras sociedades.

A administração da Companhia acredita que o EBITDA retrata o seu desempenho sem a influência de fatores ligados, dentre outros: (i) à estrutura de capital, como despesas com juros de dívidas, flutuações de taxas de juros e outros resultados financeiros, (ii) à estrutura tributária, como imposto de renda e contribuição social, e (iii) às despesas com depreciação e amortização. Estas características tornam o EBITDA e o EBITDA LTM um tipo de medida mais prática para fins de avaliação do desempenho da Companhia, pois aferem de forma mais precisa o resultado advindo exclusivamente do desenvolvimento de suas atividades.

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, por sua vez, funcionam como indicadores não contábeis para medir o desempenho operacional, facilitando a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar seus resultados, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros e outros impactos. A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são mais apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, já que funcionam como ferramentas comparativas para mensurar, periodicamente, o seu desempenho operacional e para embasar decisões de natureza administrativa. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA Ajustado oferece aos investidores uma melhor compreensão de sua estrutura financeira em termos de performance, ao remover impactos pontuais, como ganho por compra vantajosa, despesas relacionadas a fusões e aquisições e os impactos da IFRS16.

O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros. O EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado apresentam limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em função de desconsiderar itens como ganho por compra vantajosa, despesas relacionadas a fusões e aquisições e impactos da IFRS16. O EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem uma definição padrão, e as definições aqui utilizadas podem não ser comparáveis com títulos semelhantes utilizados por outras sociedades.

Lucro (Prejuízo) Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada

A Companhia entende que o Lucro Líquido Ajustado e Margem Líquida Ajustada funcionam como indicadores de lucratividade, e mostram o lucro dos períodos sem os impactos de itens pontuais, como ganho por compra vantajosa, despesas relacionadas a fusões e aquisições e impactos

3.2 - Medições Não Contábeis

contábeis relacionados às opções de compra e venda firmados junto a acionistas não controladores referente a participação remanescente não detida pela Companhia em determinadas controladas. O Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada são informações adicionais às demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados.

O Lucro Líquido Ajustado e a Margem Líquida Ajustada não são medidas de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros.

NOPLAT Ajustado

O NOPLAT Ajustado funciona como um indicador operacional contábil para medição do resultado antes das receitas e custos gerados pela estrutura de capital da Companhia.

O NOPLAT Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como alternativas ao lucro líquido ou como medidas de desempenho operacional, fluxo de caixa operacional ou liquidez, dentre outros.

Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e Fluxo de Caixa Operacional Ajustado/EBITDA Ajustado

A Companhia entende que os indicadores de Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e Fluxo de Caixa Operacional Ajustado/EBITDA Ajustado são úteis para mensurar a geração de caixa das atividades operacionais antes do custo gerado por sua respectiva estrutura de capital, servindo como importantes medidas da performance operacional da Companhia.

O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e Fluxo de Caixa Operacional Ajustado/EBITDA Ajustado não são medidas contábeis reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado/EBITDA Ajustado de maneira diferente da Companhia.

ROIC Ajustado– Retorno sobre o Capital Investido Ajustado

O ROIC Ajustado funciona como indicador da eficiência da Companhia em usar capital e gerar lucro operacional. A Companhia entende que o ROIC Ajustado é um indicador importante para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações porque representa a geração de lucro operacional a partir do capital investido, sendo utilizado internamente como medidas para avaliar a produtividade, a eficiência e o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o ROIC Ajustado oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua eficiência em alocar capital e gerar resultado.

O ROIC Ajustado não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas, e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular o ROIC Ajustado de maneira diferente da Companhia.

Dívida Bruta, Dívida (Caixa) Líquida e Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA (LTM)

A Dívida Bruta, a Dívida (Caixa) Líquida e Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA (LTM) não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou dívidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas IFRS, emitidas pelo IASB, e não possuem significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida (Caixa) Líquida de maneira diferente da utilizada pela Companhia.

A Companhia entende que as medições de Dívida (Caixa) Líquida e Dívida (Caixa) Líquida / EBITDA (LTM) são métricas úteis na avaliação do grau de dívidas em relação à sua posição de caixa e a sua capacidade de geração de caixa operacional. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Eventos subsequentes às informações contábeis divulgadas em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Colômbia

Em 09 de outubro de 2020 a Companhia efetuou a remessa para integralização do Capital Social da Corpóreos Colômbia SAS, sociedade constituída pela Companhia em 19 de agosto de 2020, em Bogotá, Colômbia no montante de US\$250 mil, equivalente a aproximadamente R\$1.318 mil naquela data.

Argentina – DEFINIT

Em 02 de outubro de 2020, a MPM celebrou com a HR-ARG (“Definit”) acordo de capitalização mediante transferência de 11.879.950 ações para a Companhia, que representam a aquisição de uma participação de 51% da Companhia na Definit.

Outras aquisições

No dia 03 de novembro de 2020 a controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A assinou termo de fechamento efetivando a aquisição de 100% das quotas da empresa A3 Beleza e Saúde Ltda no montante de R\$3.690 mil e da empresa BJL Clínica Estética Ltda no montante de R\$ 1.963 mil, ambas franquias da marca EspaçoLaser.

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

3.4 - Política de destinação dos resultados

	2019	2018	2017
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Adicionalmente, qualquer retenção de lucros do exercício pela Companhia deverá ser obrigatoriamente acompanhada de proposta de orçamento de capital previamente aprovado pelo conselho de administração.</p>
a.i. valores das retenções de lucros	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, considerando o lucro líquido da Companhia no valor de R\$65,4 milhões, (i) R\$2,6 milhões foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$38,5 milhões foram destinados à reserva para investimentos da Companhia; e (iii) R\$10,0 milhões foram destinados aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, considerando o lucro líquido da Companhia no valor de R\$38,6 milhões, (i) R\$1,6 milhão foi destinado à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$13,7 milhões foram destinados à reserva para investimentos da Companhia; (iii) R\$7,6 milhões foram destinados à reserva para futuro aumento de capital; e (iv) R\$10,0 milhões foram destinados aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, considerando o lucro líquido da Companhia no valor de R\$40,7 milhões, (i) R\$1,9 milhão foi destinado à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) R\$34,5 milhões foram destinados à reserva para investimentos da Companhia; e (ii) R\$0,4 milhão foi destinado aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.</p>
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,0% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 58,9% foram destinados à reserva para investimentos da Companhia; e (iii) 15,3% foram destinados aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,0% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 35,6% foram destinados à reserva para investimentos da Companhia; (iii) 25,9% foram destinados à reserva para futuro aumento de capital; e (iv) 19,6% foram destinados aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.</p>	<p>No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, os percentuais das retenções em relação ao lucro total declarado foram os seguintes: (i) 5,0% foram destinados à reserva legal de que trata o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; (ii) 82,3 % foram destinados à reserva para investimentos da Companhia; e (iii) 1,0% foram destinados aos acionistas em forma de dividendo mínimo obrigatório.</p>

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2019	2018	2017
b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2019, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.</p> <p>Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, o montante de R\$2.120 mil correspondente a diferença entre dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido a destinar e o já efetivamente pago durante o exercício foi destinado à reserva de lucros nos termos da Lei das S.A,</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2018, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.</p> <p>Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2017, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 25% do lucro líquido anual.</p> <p>Conforme descrito no subitem 3.4.a.i acima, houve distribuição de dividendos obrigatórios referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2019, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2018, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2017, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos.</p> <p>Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar dividendos intermediários, trimestralmente ou em períodos mais longos, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais, os quais seriam considerados antecipação do dividendo obrigatório previsto no estatuto social. O conselho de administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços mensais ou trimestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros então apurados, observadas as limitações legais.</p>
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>	<p>Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.</p>
e. política de destinação de resultados	<p>Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.</p>

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

(Reais)	Últ. inf. Contábil	Exercício social 31/12/2019	Exercício social 31/12/2018	Exercício social 31/12/2017
Lucro líquido ajustado	0,00	48.481.000,00	31.285.000,00	33.878.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado (%)	0,000000	21,000000	32,000000	1,000000
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor (%)	0,000000	23,000000	16,000000	21,000000
Dividendo distribuído total	0,00	10.000.000,00	10.000.000,00	400.000,00
Lucro líquido retido	0,00	41.033.000,00	22.932.000,00	35.385.000,00
Data da aprovação da retenção		05/11/2020	05/11/2020	05/11/2020

Lucro líquido retido		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório		Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Ordinária	837.082,50	13/02/2020	3.348.330,00	25/02/2019	400.000,00	03/04/2018	
Preferencial	412.917,50	13/02/2020	1.651.670,00	25/02/2019			
Ordinária	428.921,25	13/03/2020					
Preferencial	412.917,50	13/03/2020					
Ordinária	408.161,25	23/03/2020					
Ordinária	1.674.165,00	03/08/2020					
Preferencial	825.895,00	03/08/2020					
Ordinária	837.082,50	13/08/2020					
Preferencial	412.917,50	13/08/2020					
Ordinária	837.082,50	14/09/2020					
Preferencial	412.917,50	14/09/2020					
Ordinária	736.231,25	13/10/2020					
Preferencial	412.917,50	13/10/2020					
Ordinária	100.851,25	22/10/2020					
Ordinária	837.082,50	13/11/2020					
Preferencial	412.917,50	13/11/2020					
Ordinária	837.082,50	26/06/2019	837.082,50	26/06/2019			
Preferencial	412.917,50	26/06/2019	412.917,50	26/06/2019			
Ordinária	837.082,50	25/07/2019	837.082,50	25/07/2019			
Preferencial	412.917,50	25/07/2019	412.917,50	25/07/2019			
Ordinária	837.082,50	26/08/2019	837.082,50	26/08/2019			
Preferencial	412.917,50	26/08/2019	412.917,50	26/08/2019			
Ordinária	837.082,50	26/09/2019	837.082,50	26/09/2019			
Preferencial	412.917,50	26/09/2019	412.917,50	26/09/2019			
							0,00

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não foram declarados dividendos à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios anteriores.

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2020	1.161.886.000,00	Índice de Endividamento	5,17940694	
31/12/2019	902.074.000,00	Índice de Endividamento	4,04194858	

3.8 - Obrigações

Últ. Inf. Contábil (30/09/2020)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		58.393.000,00	176.754.000,00	70.675.000,00	0,00	305.822.000,00
Empréstimo	Garantia Real		62.624.000,00	71.147.000,00	2.805.000,00	0,00	136.576.000,00
Empréstimo	Quirografárias		21.683.000,00	23.369.000,00	61.000,00	0,00	45.113.000,00
Total			142.700.000,00	271.270.000,00	73.541.000,00	0,00	487.511.000,00

Observação

As informações acima referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os saldos apresentados acima referem-se à soma das linhas de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante) apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Exercício social (31/12/2019)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Financiamento	Garantia Real		22.363.990,00	125.247.672,00	0,00	0,00	147.611.662,00
Empréstimo	Garantia Real		27.600.488,00	17.492.036,00	0,00	0,00	45.092.524,00
Títulos de dívida	Quirografárias		24.635.522,00	32.519.292,00	0,00	0,00	57.154.814,00
Total			74.600.000,00	175.259.000,00	0,00	0,00	249.859.000,00

Observação

As informações acima referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Os saldos apresentados acima referem-se à soma das linhas de Empréstimos e Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante) apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

3.9 - Outras Informações Relevantes

3.9 - Outras informações relevantes

Para mais informações sobre empréstimos, financiamentos e outras obrigações da Companhia, incluindo a existência de disposições sobre *cross-default* nos contratos e valores mobiliários representativos de dívida da Companhia ou de suas controladas, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

Aquisição de Franqueados

Em 1 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. ("**Corpóreos**"), celebrou nove memorandos de entendimento tendo por objeto estabelecer os termos e condições de mecanismos de opções de compra da totalidade das participações societárias das sociedades franqueadas, detentoras de 60 lojas localizadas em todo o território nacional. As opções de compra poderão ser exercidas pela Corpóreos a qualquer momento a partir de 01 de janeiro de 2021, a seu exclusivo critério, em até 18 meses contados da data de assinatura dos memorandos. A Corpóreos já manifestou sua intenção de exercer a totalidade das opções após a data de início do exercício, observado que o efetivo exercício das opções de compra dependerá da negociação e celebração de contratos definitivos para efetivar as referidas aquisições. Cada memorando prevê exclusividade da Corpóreos pelo período de 18 meses. O preço de exercício de cada opção de compra considerará um fator de multiplicação de cinco vezes o EBITDA dos últimos 12 meses das lojas sendo adquiridas, este sendo contratualmente calculado como 35,0% da receita líquida exclusivamente para fins do cálculo do valor da opção do instrumento, deduzido da Dívida (Caixa) Líquida de cada sociedade. A Companhia ressalta que, apesar de sua intenção e exercer as opções, em relação a aquisição de sociedades franqueadas ainda não há uma posição definida sobre essas potenciais transações, nem quanto tempo as negociações junto a tais sociedades levarão para ser concluídas, não tendo sido celebrado qualquer contrato definitivo para efetivar referidas aquisições.

Além disso, em 17 de outubro de 2020, a Companhia, também por meio da Corpóreos, celebrou um aditamento a um contrato de investimento celebrado com a EL Bahia, constituída por um grupo de franqueados que possui 18 lojas localizadas nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Referido aditamento prevê a outorga de uma opção de compra sobre as ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da sociedade franqueada (detentora da totalidade do capital social das demais sociedades do grupo de franqueados), a qual poderá ser exercida caso seja aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia ou de sua controlada, a realização de um processo de oferta IPO, no prazo de 3 meses contados da liquidação do IPO.

O preço de exercício, sujeito a ajuste, considera: (i) Valor da Firma, ajustado pela variação do CDI, menos a Dívida (Caixa) Líquida estimada; (ii) valor adicional calculado com base no CAPEX desembolsado pelos vendedores em duas das sociedades do grupo entre 25 de setembro de 2019 e a data de exercício, reajustado pela variação positiva do CDI; e (iii) valor do EBITDA dos últimos 12 meses, considerando as últimas demonstrações financeiras auditadas disponíveis, o múltiplo a ser definido nos termos do contrato e a Dívida (Caixa) Líquida estimada.

#	Lojas	Lojas Maduras	Venda bruta dos últimos 12 meses (em R\$ milhões)
1	15	12	35,1
2	7	6	13,9
3	3	3	8,6
4	8	6	18,6
5	2	1	2,7
6	6	5	9,9
7	13	6	22,1
8	3	2	4,5
9	3	1	5,6
10	18	14	28,5
Total	78	56	149,8

⁽¹⁾ Assim consideradas as lojas com mais de 24 meses de funcionamento desde a sua inauguração.

⁽²⁾ Até setembro de 2020.

3.9 - Outras Informações Relevantes

Considerando tais premissas de precificação de referidas aquisições bem como premissas de rentabilidade observadas em lojas próprias, a Companhia estima o montante total de R\$250 milhões para a aquisição das participações de sociedades franqueadas descritas acima, incluindo a EL Bahia. A Companhia utilizará parte dos recursos de sua potencial oferta pública inicial de distribuição de ações (“Oferta”) para arcar com a integralidade de tais aquisições.

Caso tais aquisições sejam concluídas, a Companhia passará a deter cerca 80% do total de lojas da rede, ficando aproximadamente 20% de lojas como franqueadas.

Para fins deste item, os seguintes termos utilizados possuem os significados abaixo:

“**Caixa**” significa, na data a que se refere, de forma consolidada, sem duplicidade e observados os princípios contábeis, o saldo de caixa, depósitos bancários, bem como quaisquer aplicações financeiras de disponibilidade imediata da pessoa em questão, em qualquer caso disponíveis e livres de todo e qualquer ônus, sem levar em consideração quaisquer depósitos em garantia, depósitos judiciais ou outros depósitos relacionados a quaisquer contingências;

“**CAPEX**” significa toda e qualquer despesa comprovadamente incorrida ou suportada pelas sociedades com a finalidade de abertura de novas lojas, discriminadas por cada loja;

“**CDI**” significa a variação da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia (Certificado de Depósitos Interbancários) “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, na base de 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário;

“**Dívida (Caixa) Líquida**” significa a diferença entre a Dívida Bruta e o Caixa e equivalente de caixa, na data a que se referem;

“**EBITDA**” significa, com relação ao período a que o cálculo se referir, o lucro líquido do período em questão, auferido antes (i) das despesas e receitas financeiras líquidas, (ii) do imposto de renda e contribuição social, (iii) de depreciação e amortização, e (iv) de despesas não-recorrentes, apurado de acordo com as normas contábeis aplicáveis;

“**Dívida Bruta**” significa o somatório dos seguintes itens, na data a que se refere, de forma consolidada, sem duplicidade e observados os princípios contábeis: (i) todas as dívidas de natureza financeira, com instituições financeiras ou qualquer pessoa; (ii) todas as outras dívidas de longo ou curto prazo, vencidas e não pagas; (iii) todas as dívidas repactuadas, mesmo que estejam contabilizadas sob a rubrica de “contas a pagar”; (iv) todos os recebíveis descontados; (v) todos os valores devidos a empregados e prestadores de serviços que não tenham sido pagos no prazo originalmente avençado; (vi) contratos de swap para a proteção de taxa de câmbio, de moeda ou contratos semelhantes; (vii) todos os valores de tributos vencidos, incluindo, sem limitação, todo e qualquer saldo de parcelamento de tributos; (viii) todas as contas a pagar em atraso; (ix) todos os adiantamentos de terceiros, inclusive clientes; (x) todas as operações de leasing operacional e/ou financeiro; (xi) todos os valores devidos em decorrência de sentenças judiciais ou arbitrais transitadas em julgado; (xii) cheques emitidos e que ainda não tenham sido compensados e saldos negativos em contas correntes; (xiii) quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio, outras vantagens pecuniárias e/ou qualquer outra forma de distribuição de lucros, em dinheiro ou em espécie, declarados e não pagos; (xiv) dívidas pendentes ou vencidas relacionadas aos direitos de uso (luvas) cobrados por shoppings centers; (xv) mútuos com partes relacionadas; e (xvi) as despesas de capital sendo pagas em parcelas; e (xvii) qualquer garantia ou indenização em favor de terceiros, para pagamento de obrigações mencionadas nos itens (i) à (xvi) (inclusive) desta definição; (xviii) todos e quaisquer valores acessórios aos acima descritos, incluindo multa e juros incidentes até a data de levantamento da dívida bruta, independentemente de estarem contabilizados nas demonstrações financeiras da pessoa em questão ;

“**Valor da Firma**” significa o valor de firma atribuído às sociedades do grupo, no montante de R\$ 59.000.000,00.

Desdobramento de Ações

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 7 de janeiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, o desdobramento de ações, sem modificação do valor do capital social da Companhia, à razão de 20 ações para 1

3.9 - Outras Informações Relevantes

ação de emissão da Companhia, ordinária, nominativa e sem valor nominal, na forma do artigo 12 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de que o capital social da Companhia resultasse no total de 176.031.660 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme descrito no item 17.3 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as Demonstrações Financeiras e Informações Trimestrais – ITR da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão parte perder substancial ou a totalidade do seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

(a) à Companhia

A extensão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde em razão da disseminação da COVID-19, a percepção de seus efeitos, ou a forma pela qual tal pandemia impactará os negócios da Companhia depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, podendo resultar em um efeito adverso relevante em seus negócios, condição financeira, resultados operacionais e fluxo de caixa.

Surtos ou potenciais surtos de doenças podem ter um efeito adverso nas operações da Companhia. Historicamente, algumas epidemias e surtos regionais ou globais, como a provocada pelo zika vírus, a provocada pelo vírus ebola, pelo vírus H5N5 (popularmente conhecida como gripe aviária), a febre aftosa, pelo vírus H1N1 (influenza A, popularmente conhecida como gripe suína), a síndrome respiratória do oriente médio (MERS) e a síndrome respiratória aguda grave (SARS) afetaram determinados setores da economia dos países em que essas doenças se propagaram. Em 11 março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (“OMS”) declarou o estado de pandemia em razão da disseminação global da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Tal disseminação gerou incertezas macroeconômicas, volatilidade e perturbação significativas. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à livre circulação e até mesmo o isolamento social, sendo que essas medidas podem permanecer em vigor por um período significativo e incerto.

No Brasil, os estados e os municípios, incluindo as localidades em que a Companhia opera, adotaram diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde para controlar a propagação da COVID-19, como restrição à circulação e o isolamento social, que resultaram no fechamento e restrições de funcionamento de lojas, restaurantes, hotéis, *shopping centers*, áreas de grande circulação, parques e demais espaços públicos. Em 30 de setembro deste ano, 63% das lojas da Companhia estavam funcionando de maneira restrita, sendo que em tal data 15% das lojas da Companhia estavam funcionando por menos de 70% do tempo regular de funcionamento. Não é possível garantir se as lojas não serão novamente fechadas em razão da COVID-19, ou que o fluxo de pessoas irá retornar e/ou quando irá retornar aos níveis pré-COVID-19, o que pode impactar significativamente as receitas da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

As operações da Companhia, bem como as operações das sociedades que controle direta ou indiretamente, sofreram um impacto relevante, especialmente durante os meses de março a junho de 2020, considerando que as lojas de rua e de *shoppings centers* estiveram fechadas durante este período de com gradual reabertura conforme determinações locais e podem continuar a sofrer um impacto relevante enquanto durarem as restrições de circulação e funcionamento de lojas nos locais em que a Companhia opera, conforme descrito no item 10 deste Formulário de Referência.

A disseminação da COVID-19 levou a Companhia a modificar suas práticas de negócios (incluindo práticas adicionais de higienização de locais de trabalho e dos funcionários, além do cancelamento de participação física em reuniões, eventos e conferências) e reduzir seu quadro de funcionários durante a pandemia. A Companhia pode vir a tomar outras ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração, considerando o melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios. A Companhia não pode garantir que essas medidas serão suficientes para atenuar os riscos apresentados pela pandemia do vírus ou, de outra forma, serão satisfatórias para as autoridades governamentais.

A extensão em que o surto da COVID-19 afetará os negócios, condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa da Companhia, dependerá de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, entre outros, a duração e a distribuição geográfica do surto, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou minimizar seu impacto e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais normais podem ser retomadas. Mesmo após a contenção do surto da COVID-19, a Companhia pode continuar a ser adversa e materialmente impactada em seus negócios, em razão do impacto econômico global ou brasileiro, incluindo recessão, desaceleração econômica ou aumento nos níveis de desemprego, que poderá afetar o poder de compra de seus clientes.

Adicionalmente, a Companhia não consegue garantir que outros surtos regionais e/ou globais não acontecerão. Além disso, novas ondas da COVID-19 já começaram a surgir em algumas regiões e poderão se alastrar. A Companhia não consegue garantir que será capaz de tomar as providências necessárias para impedir um impacto negativo nos seus negócios de dimensão igual ou até superior ao impacto provocado pela pandemia da COVID-19 caso haja novos surtos regionais e/ou globais ou mesmo caso novas ondas da COVID-19 se confirmem em larga escala.

Qualquer surto de uma doença que afete o comportamento da população ou que demande políticas públicas de restrição à circulação de pessoas e/ou de contato social pode ter um impacto adverso nos negócios da Companhia, bem como na economia brasileira. Surtos de doenças também podem impossibilitar que os funcionários e clientes da Companhia se dirijam às suas instalações (incluindo por prevenção ou por contaminação em larga escala), o que prejudicaria o regular desenvolvimento dos seus negócios.

Como inexistem eventos recentes comparáveis que possam fornecer orientação à Companhia quanto ao efeito de uma pandemia global severa, o impacto final do surto da COVID-19 é incerto e sujeito a alterações que a Companhia não é capaz de estimar. Por fim, o impacto da pandemia da COVID-19 também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência. Para maiores informações sobre os efeitos da pandemia sobre as atividades da Companhia, vide itens 7.1 e 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode ser prejudicada se não conseguir abrir e instalar suas lojas em condições economicamente eficientes ou obter autorizações, licenciamentos ou credenciamentos necessários de forma tempestiva. Se a Companhia não for capaz de executar seu plano de expansão por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, isso poderá afetar adversamente a Companhia.

O crescimento da Companhia depende, principalmente, da capacidade de abrir e operar, com êxito, novas lojas, por meio da identificação e contratação de pontos comerciais que a Companhia acredita serem adequados para a abertura de novas lojas próprias além da abertura de novas franquias, ampliando, assim, a rede da Companhia. Tal estratégia gera demandas crescentes sobre os recursos operacionais, gerenciais e administrativos da Companhia, o que poderá impactar adversamente a gestão dos negócios da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O crescimento da Companhia também depende da abertura de novas lojas, próprias e por franqueados, da Estudioface, da comercialização dos produtos cosméticos pela Companhia e da expansão almejada pela Companhia no Brasil e na América Latina.

A abertura e operação de novas lojas, bem como a expansão no Brasil e na América Latina, estão sujeitas a diversos riscos e incertezas, incluindo inúmeros fatores alheios ao controle da Companhia, tais como: (i) a expansão de competidores, com o aumento da competição da busca por locais estratégicos e o surgimento de novos concorrentes nos mercados em que atua; (ii) dificuldades em encontrar locais apropriados para a abertura de novas lojas; (iii) conhecimento baixo sobre as novas regiões geográficas em que a Companhia planeja ter novas lojas; (iv) condições de locação, aquisição ou os investimentos necessários para adequação do imóvel ou construção em condições desfavoráveis; (v) a abertura de novas lojas próprias ou franqueadas poderá não ser concluída ao custo e no momento em que considera apropriado; (vi) dificuldades na contratação e treinamento adequado de empregados; (vii) dificuldades em contratar, treinar e transmitir a sua cultura a franqueados qualificados para atender apropriadamente os seus clientes; ou (viii) não obtenção das autorizações exigidas para iniciar e desenvolver suas atividades.

As lojas que a Companhia planeja abrir, bem como aquelas recém-inauguradas e atualmente em maturação (lojas com menos de 24 meses contados da inauguração), poderão apresentar desempenho abaixo dos padrões de venda e de lucratividade em relação às lojas que operam há mais de 24 meses, inclusive apresentando perdas durante os primeiros anos de operação, o que pode afetar o desempenho financeiro e operacional da Companhia. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 554 lojas, sendo que 182 lojas (ou 33%) foram abertas nos últimos 2 anos, e, portanto, ainda estão em processo de maturação. Os resultados das lojas novas ou de lojas recentemente abertas podem afetar negativamente os resultados da Companhia, bem como a rentabilidade da Companhia. Não há garantia de que lojas recentemente abertas, mesmo ao se tornarem maduras, gerarão retornos positivos ou cumprirão suas metas, o que poderá levar ao fechamento dessas lojas e a perda dos investimentos feitos pela Companhia em referidas lojas. Para maiores informações sobre as operações das lojas da Espaçolaser, vide item 7.1 deste Formulário de Referência.

Além disso, a capacidade da Companhia de abrir novas lojas pode ser impactada pela pandemia da COVID-19 bem como outras pandemias que venham a surgir, tendo em vista a possível paralisação de atividades comerciais, industriais, econômicas e de locomoção, além do atraso na obtenção de licenças necessárias para a operação, o que pode afetar adversamente os resultados e operações da Companhia.

A Companhia pode não ter sucesso com a sua estratégia de crescimento por meio de aquisições ou parcerias, as quais envolvem riscos.

É possível que a Companhia venha a adquirir outros negócios correlacionados no âmbito de seu plano de crescimento inorgânico. Para atingir o objetivo traçado na estratégia de crescimento inorgânico, a Companhia precisa identificar, avaliar e adquirir empresas e concluir tais aquisições em condições atrativas, bem como ter ou obter os recursos necessários para realizar tais aquisições e conduzir apropriadamente o processo de integração de tais negócios adquiridos.

O sucesso de referidas aquisições ou investimentos se baseia na capacidade da Companhia de estabelecer premissas precisas relativas à avaliação, às operações, ao potencial de crescimento, à integração e outros fatores relacionados aos respectivos negócios. Além disso, as novas aquisições podem resultar em dificuldades na integração das empresas adquiridas, bem como no desvio de capital e da atenção da administração da Companhia para outras oportunidades de negócios. A integração de qualquer uma das empresas adquiridas e seus impactos financeiros podem afetar os resultados operacionais da Companhia de maneira adversa.

Adicionalmente, como parte da estratégia da Companhia de expandir sua atuação na América Latina, a Companhia não pode assegurar que conseguirá uma total adaptação regulatória e econômica nos países em que iniciar as suas atividades, bem como se conseguirá desenvolver uma base de clientes sólida e rentável nestes países.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A estratégia de crescimento da Companhia envolve diversos riscos, dentre os quais se incluem:

- avaliação e estruturação de plano de crescimento com base em premissas que não venham a se concretizar;
- necessidade de recursos adicionais no âmbito de um processo de aquisição e demanda de tempo substancial durante o processo de aquisição;
- aquisição de negócios que não contribuam para a estratégia de crescimento da Companhia;
- aquisição de negócios por valor acima do seu valor real;
- aquisições podem não resultar o aumento previsto em suas receitas advindo de uma aquisição por razões exógenas ao seu controle;
- o processo de auditoria (*due diligence*) conduzido antes de concluir a aquisição poderá não identificar todos os potenciais passivos contingentes da adquirida, tais como processos administrativos ou judiciais cíveis, fiscais, criminais trabalhistas e previdenciárias, irregularidades na condução dos negócios, contingências relacionadas a propriedade intelectual e a Companhia pode não conseguir cobrar, total ou parcialmente, dos vendedores das respectivas empresas adquiridas as indenizações pactuadas (quando houver) por tais passivos;
- as demonstrações financeiras das empresas adquiridas podem ter sido preparadas em desacordo com as práticas contábeis vigentes ou deficiências significativas de controles internos, ainda que não materializadas podem, por estes ou por outros fatores, não refletir de forma verdadeira e adequada a condição financeira de referida empresa;
- não conclusão das aquisições nas condições que a Companhia vislumbra ou que atendam suas expectativas de retorno;
- a Companhia pode não ser capaz de aproveitar o ágio das sociedades adquiridas, incluindo a aquisição da totalidade do capital social das suas controladas conforme informado no item 15.7 deste Formulário de Referência, e esse aproveitamento pode ser questionado por autoridades fiscais;
- aquisições poderão gerar ágio, cuja amortização poderá reduzir o lucro da Companhia e, conseqüentemente, reduzir os dividendos a serem distribuídos aos acionistas;
- eventual não cumprimento de condições precedentes para o fechamento da aquisição;
- a integração de sistemas e de outros recursos pode ser substancialmente mais demorada e custosa do que o planejado e desviar a atenção da administração da Companhia; e
- riscos conjunturais macroeconômicos a outros países da América Latina, especialmente Argentina, Chile e Colômbia nos quais a Companhia atua ou poderá atuar.

A ocorrência de quaisquer destes fatores ou outros fatores que a administração da Companhia não consiga prever com relação à sua estratégia de crescimento poderá ocasionar um efeito adverso e relevante nos resultados de seus negócios, reputação e na sua condição financeira.

A Companhia pode não ser capaz de cumprir com os índices financeiros ou outras disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) previstos em contratos que compõem o endividamento atual.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tinha, respectivamente, um total de R\$487,5 milhões e R\$140,7 milhões em empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante), sendo que alguns dos contratos firmados estabelecem o compromisso de manutenção de determinados índices financeiros. Esse compromisso pode afetar a capacidade da Companhia de reagir a mudança na economia ou no setor de atuação ou a capacidade de aproveitar novas oportunidades de negócios lucrativos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Alguns dos contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas restritivas. Em especial, algumas dessas cláusulas a impedem de incorrer em dívida adicional ou de efetuar pagamentos, caso alguns índices e testes financeiros não sejam cumpridos. Esses índices e testes financeiros têm como base o atingimento de certos níveis de EBITDA (calculado de acordo com os critérios contidos em seus instrumentos de dívida) e dívida bruta. Esses índices e testes financeiros são testes de manutenção, o que significa que a Companhia deve cumprí-los anualmente para não descumprir suas obrigações de dívida. A capacidade da Companhia de cumprir com esses índices e testes financeiros pode ser afetada por eventos além do seu controle e a Companhia não pode garantir que irá cumprir com esses índices e testes financeiros.

Em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento líquido da Companhia era de 4,6x. Caso, em 31 de dezembro de 2020, este índice continue superior a 2,5x, ou em qualquer outro período de aferição os índices financeiros em questão sejam descumpridos e, conseqüentemente, ocorra qualquer evento de inadimplemento previsto em tais contratos, as dívidas a eles vinculadas poderão ser vencidas antecipadamente pelos respectivos credores de acordo com as disposições aplicáveis de referidos contratos, e o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia poderá ser afetada de maneira relevante e adversa. Em 31 de dezembro de 2020, a dívida total da Companhia sujeita a *covenant* financeiro representava um total de R\$383.085.543,64.

Além disso, alguns dos contratos financeiros celebrados contêm cláusulas que estabelecem o seu vencimento antecipado caso ocorra um evento de inadimplemento em outros contratos ou o vencimento antecipado de outros contratos seja declarado (*cross-default* ou *cross-acceleration*), o que também pode vir a afetar de maneira adversa e relevante o fluxo de caixa e a condição financeira da Companhia. A Companhia pode não conseguir cumprir com tais ou outras cláusulas aplicáveis e ser obrigada a solicitar anuências, para as respectivas instituições financeiras, as quais poderão não ser obtidas. Nesse sentido, a ocorrência de um evento de inadimplemento nos termos de tais contratos pode resultar no vencimento antecipado e vencimento cruzado dos instrumentos financeiros da Companhia, o que, por sua vez, pode representar uma obrigação de antecipação de pagamentos no montante de até R\$391.793.329,67, em 31 de dezembro de 2020.

Para maiores informações sobre os contratos financeiros da Companhia, incluindo sobre *covenants* financeiros e operacionais, ver seção 10.1(f)(iv) deste Formulário de Referência.

Uma das estratégias de negócios da Companhia é entrar em novos mercados e implementar novos negócios, como instalação em outros países na América Latina e desenvolvimento de outros procedimentos e produtos estéticos. A Companhia pode não ser bem-sucedida em explorar essas oportunidades, o que pode ter um efeito adverso em suas operações.

A Companhia planeja operar em mercados e setores nos quais não possui experiência, por exemplo, o desenvolvimento de outros procedimentos e produtos estéticos, e a implantação de lojas em outros países na América Latina. Ainda, a Companhia pode ter estimado de maneira incorreta o tamanho desses novos mercados e setores, bem como sua habilidade de penetrar em tais mercados ou ingressar em novos negócios. Além disso, a Companhia pode enfrentar competição de participantes atuais ou novos ingressantes nesses mercados, sendo que tais competidores podem ter mais recursos e experiência do que a Companhia ou podem oferecer produtos e serviços mais atrativos.

Se a Companhia não for bem-sucedida em ingressar em novos mercados ou em desenvolver novos negócios, a Companhia pode incorrer em custos que seja incapaz de recuperar, e a imagem e reputação da Companhia podem ser adversamente afetadas, o que pode gerar um efeito adverso nos resultados e na posição financeira da Companhia.

A Companhia não possui controle operacional total sobre os negócios dos seus franqueados e, ainda, eventuais problemas de relacionamento com a rede de franqueados podem impactar adversamente as operações e os resultados da Companhia.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía 192 unidades franqueadas e a Companhia depende de seus franqueados para manter os seus padrões de qualidade, serviço e limpeza, de modo que a incapacidade dos franqueados de manter tais padrões poderá afetar negativamente as marcas EspaçoLaser, Estudioface e Definit e, portanto, as atividades, negócios e resultados da Companhia. No âmbito dos contratos de franquia, os franqueados possuem certa flexibilidade em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

suas operações, incluindo a competência para estabelecer os preços em suas lojas, contratar funcionários e selecionar determinados prestadores de serviços, assim, é possível que determinados franqueados não operem suas lojas de acordo com os padrões de operação e gestão da Companhia.

A Companhia pode não conseguir identificar e corrigir problemas relacionados aos padrões de qualidade de suas unidades franqueadas adequadamente em tempo hábil e, como resultado, a imagem, reputação e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados negativamente.

Ainda, poderão ocorrer problemas inerentes ao próprio negócio de franquias, dentre os quais destacam-se a possibilidade de atrasos e inadimplência nos pagamentos por parte dos franqueados, a rescisão antecipada dos contratos de franquia e a quebra do contrato, incluindo a contratação irregular de funcionários, oferta de serviços além daqueles homologados pela Companhia, venda de serviços sem contratos formalizados com a Companhia, entre outros, o que pode afetar negativamente e de forma relevante as atividades, negócios e resultados da Companhia. A Companhia não pode garantir que conseguirá manter um bom relacionamento com os todos os seus franqueados, o que pode impactar adversamente a expansão do modelo de franquia e os resultados da Companhia.

O surgimento de novas tecnologias de depilação a laser ou o desenvolvimento de tratamentos alternativos de depilação definitiva podem afetar os negócios da Companhia.

A Companhia acredita que parte do seu diferencial se deve aos resultados superiores e permanentes da máquina *GentleLase* da Candela, a qual é atualmente utilizada nas lojas da Companhia, o que permite que a Companhia, na sua visão, opere de forma mais eficiente em relação aos seus competidores. O aparecimento de novas tecnologias de depilação a laser ou de tratamentos alternativos de depilação permanente pode reduzir diferencial competitivo da Companhia, afetando o resultado financeiro da Companhia e a expectativa futura de expansão de sua rede.

Caso a Companhia não seja capaz de renovar os contratos de locação das lojas, as suas operações serão adversamente afetadas.

A totalidade dos imóveis em que as lojas estão localizadas são alugados de terceiros, sendo que parte dos locadores são partes relacionadas da Companhia. Assim, todas as lojas são sujeitas a contratos de locação que oferecem riscos que não dependem da atividade da Companhia e não podem ser controlados pela Companhia. Por exemplo, se as locações forem extintas, a Companhia pode não conseguir renová-las ou se a renovação implicar em condições desfavoráveis aos negócios, a Companhia poderá ser obrigada a alterar a localização dessas lojas. As novas localizações podem não apresentar a mesma visibilidade que possuem atualmente ou não serem frequentadas pelo público-alvo. A não renovação dos contratos de locação, ou a renovação em termos menos favoráveis do que os atuais, reduzirá a rentabilidade das lojas e afetará adversamente suas receitas operacionais.

De acordo com a Lei nº 8.245/1991, findo o prazo contratual estabelecido nas locações comerciais é garantido à Companhia, na qualidade de locatária, o direito à renovação compulsória dos contratos com prazo igual ou superior a cinco anos por meio de ação judicial própria caso as negociações para renovação dos contratos não sejam bem-sucedidas, desde que a ação seja proposta no prazo legal e desde que a locatária atenda às demais condições previstas na Lei nº 8.245/1991. Adicionalmente, parte dos contratos de locação não garantem à Companhia o direito de renovar compulsoriamente a locação por meio de propositura de ação renovatória, por estarem vencidos e vigorando atualmente por prazo indeterminado. Caso tais contratos sejam rescindidos, a Companhia terá que buscar novos imóveis, o que acarretará custos de transição e poderá implicar na interrupção das atividades das lojas. Adicionalmente, caso o valor de aluguel destes novos imóveis seja superior ao valor anteriormente pago, a rentabilidade das lojas poderá ser reduzida e afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

A maior parte dos contratos de locação não contém cláusula de vigência prevista no artigo 8º da Lei nº 8.245/1991, conforme alterada (Lei de Locação), e/ou não estão devidamente registrados junto aos cartórios de registro de imóveis competentes. Sendo assim, na hipótese de os respectivos proprietários decidirem vender os imóveis durante a vigência dos contratos de locação, os novos proprietários poderão solicitar a sua desocupação no prazo de 90 dias contados da aquisição, ainda

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

que o prazo locatício esteja em vigor por prazo determinado, livre de qualquer penalidade. Adicionalmente, em caso de alienação dos imóveis locados, caso futuros contratos de locação celebrados pela Companhia não sejam averbados nas respectivas matrículas, a Companhia não terá direito de adjudicar judicialmente os respectivos imóveis caso o direito de preferência não seja observado, o que poderá afetar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Ainda, tendo em vista a pandemia da COVID-19, diversos governos impuseram políticas de isolamento, que resultaram no fechamento do comércio em diversas localidades, além da redução de circulação de pessoas, o que impactou e pode continuar a impactar as atividades da Companhia. Na hipótese de a Companhia não conseguir arcar com o pagamento de seus respectivos alugueis, e caso tente negociar com os respectivos locadores uma redução do valor do aluguel mensal ou uma forma diferenciada de pagamento neste período e não obtenha sucesso na negociação, é possível que a falta de pagamento dos alugueis na forma ajustada nos contratos seja considerada um inadimplemento contratual, capaz de ensejar a sua rescisão antecipada e a consequente necessidade de desocupação, o que poderá afetar negativamente as operações da Companhia.

Atualmente, dos 390 contratos de locação celebrados pela Companhia: (i) 2 contratos foram celebrados com partes relacionadas, ambos na cidade de São Paulo, referente ao escritório corporativo, celebrado com a MPM, cujo sócio é o Sr. Paulo José Iász de Moraes, atual CEO e membro do Conselho de Administração da Companhia, e referente ao escritório da EL Franchising, sociedade controlada da Companhia, celebrado com a Corpóreos; (ii) 24 contratos estão em processo de renovação; e (iii) 5 contratos possuem prazo indeterminado e, portanto, não contém cláusula de vigência prevista no artigo oitavo da Lei nº 8.245/1991.

A Companhia ocupa imóveis localizados em shopping centers. Em decorrência disso, a atividade da Companhia é diretamente afetada pelo funcionamento regular destes centros de compras.

Em 30 de setembro de 2020, cerca de 70% de nossas lojas estavam localizadas em *shopping centers*, e essas lojas responderam por 67% de nossas vendas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. O faturamento da Companhia é diretamente afetado pelas vendas efetivamente geradas pelas lojas instaladas nos *shopping centers*. Desta forma, as atividades da Companhia dependem do funcionamento regular destes centros de compras.

O setor de *shopping centers* está exposto a diversos riscos, incluindo, sem limitação, aos níveis de atividade do ambiente macroeconômico (incluindo os efeitos da pandemia da COVID-19, taxas de juros, recessão, níveis de desemprego, entre outros), a disposição da população em consumir, a capacidade de locação dos espaços disponíveis nos *shopping centers* em condições favoráveis, preços de locação, custos operacionais, tributos incidentes, riscos ambientais, legislação e regulamentação aplicáveis, níveis de concorrência, dificuldade de aquisição de terrenos, entre outros. Além disto, com a pandemia da COVID-19 a maior parte dos *shopping centers* tiveram seu funcionamento suspenso ou tiveram que reduzir seus horários de funcionamento.

O aumento das receitas da Companhia e o aumento dos lucros operacionais resultante do investimento em lojas localizadas em *shopping centers* dependem do constante crescimento da demanda por produtos oferecidos pelas demais lojas localizadas nos *shopping centers* em que a Companhia possui lojas.

Qualquer interrupção ou imposição de restrições aos horários de funcionamento dos *shoppings centers*, uma eventual queda nos gastos pelos consumidores em períodos de desaquecimento econômico geral ou, ainda, o cancelamento, não obtenção e não renovação tempestiva das licenças ambientais emitidas para os *shopping centers* podem causar prejuízos à Companhia. Condições econômicas adversas na área que cada *shopping center* está localizado também podem afetar adversamente os níveis de ocupação e locação e, conseqüentemente, os seus resultados operacionais, afetando os resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os negócios da Companhia estão concentrados na região Sudeste do Brasil. Em decorrência disso, sua atividade é influenciada significativamente pelas condições econômicas e demais características desta região.

Em 30 de setembro de 2020, mais de 60% das lojas da Companhia, incluindo unidades franqueadas estavam localizadas na região Sudeste do Brasil, sendo que, durante o período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020, aproximadamente 60% do faturamento da Companhia decorreu das unidades localizadas em tal região. Dessa forma, os negócios da Companhia são sensíveis às condições econômicas e demais fatores que afetam a região Sudeste, tais como mudanças nos níveis de desemprego, renda da população, custo de energia, nível de concorrência, preço de locação ou de compra de imóveis, preço de contratação de seguros, impostos, fatores demográficos e disponibilidade de mão de obra. Caso haja desaceleração da economia da região Sudeste ou ocorram mudanças em quaisquer condições relativas aos fatores acima mencionados, inclusive, mas não se limitando, na redução da renda populacional e da força de trabalho, as atividades da Companhia e seus resultados poderão ser afetados adversamente.

A incapacidade da Companhia em reter membros da alta administração e contratar colaboradores poderá afetar adversamente seus resultados operacionais e financeiros.

A capacidade em manter uma posição competitiva e a execução da estratégia da Companhia depende significativamente da alta administração e das gerências regionais da Companhia. Contudo, a Companhia não pode assegurar que conseguirá reter os atuais membros do conselho de administração e da diretoria e os gerentes regionais ou atrair novos profissionais qualificados. A perda de qualquer dos membros da alta administração e de um número significativo dos profissionais que comandam as gerências regionais, aliada à eventual incapacidade de atrair e reter substitutos ou profissionais que deem suporte à estratégia de expansão poderá causar efeito adverso relevante nas atividades, resultados operacionais e financeiros da Companhia, afetando seus resultados operacionais e financeiros.

Se a Companhia não puder gerenciar adequadamente o crescimento de suas operações, seus resultados podem ser adversamente afetados.

A Companhia está passando, atualmente, por um período de expansão (incluindo a expansão das atividades para outros países) e enfrentando diversos desafios decorrentes de tal crescimento, como a aquisição e retenção de pessoal experiente e qualificado, manutenção da cultura corporativa e implementação de controles internos adequados considerando esse crescimento. A resolução dessas questões e o dispêndio de tempo necessário para tanto podem resultar em um desvio da atenção da administração da Companhia de outras questões relevantes e oportunidades. Se a Companhia falhar em preservar sua cultura corporativa e valores, sua habilidade de recrutar, treinar e desenvolver pessoal e efetivamente implementar seus planos estratégicos pode ser prejudicada.

Adicionalmente, a Companhia não pode ter certeza de que suas estimativas, qualitativas ou quantitativas, são corretas, e que estimou adequadamente os custos e riscos associados com a sua expansão, incluindo a expansão para novos mercados e que as plataformas, sistemas, produtos, serviços, procedimentos e controles da Companhia, assim como, seus funcionários, relacionamentos com terceiros atuais e planejados serão adequados para sustentar o crescimento da Companhia. Além disso, a Companhia pode e poderá entrar em novas linhas de negócios, que podem envolver complexidades associadas a novos produtos, serviços e regulamentos, o que pode colocar pressão sobre a administração da Companhia, seus recursos operacionais e financeiros no futuro. Se a Companhia não for capaz de gerenciar com sucesso a expansão, os resultados de suas operações podem ser adversamente afetados.

Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

As políticas e procedimentos para identificar, monitorar e gerenciar riscos e os controles internos da Companhia podem ser insuficientes para a verificação de possíveis violações. Muitos dos métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia são baseados no histórico do comportamento

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

de mercado ou em estatísticas derivadas de modelos históricos e podem não prever exposições futuras, as quais poderão ser significativamente maiores do que aquelas indicadas pelas medidas históricas.

Outros métodos de gerenciamento de riscos adotados pela Companhia que dependem da avaliação das informações relativas a mercados, clientes ou outros assuntos disponíveis ao público podem não ser precisos, completos, atualizados ou adequadamente avaliados.

Podem ocorrer falhas nos mecanismos de controles internos das sociedades do grupo, das transações realizadas e do ambiente informatizado da Companhia, o que pode expor a Companhia a riscos que podem afetar adversamente seus negócios. Além disso, a expansão da Companhia para outros países da América Latina pode gerar falhas nos controles internos de tais projetos tendo em vista o maior distanciamento físico da operação, o que dificulta o monitoramento e adoção de medidas para gerenciar tais riscos.

Ademais, a Companhia não tem, na data deste Formulário de Referência, um sistema que combine e consolide os balancetes individuais das sociedades do grupo automaticamente, o que pode gerar maior risco de erros no processo de consolidação dos dados, podendo, assim, gerar eventuais falhas nas informações fornecidas. As informações em que a Companhia se baseia, ou com que alimenta ou mantém modelos históricos e estatísticos pode ser incompleta ou incorreta, o que poderá gerar um efeito adverso relevante sobre os negócios da Companhia.

Os auditores independentes da Companhia identificaram deficiências significativas de controles internos na Companhia e, se não conseguirmos estabelecer e manter controles internos adequados e eficazes sobre relatórios financeiros, nossos resultados operacionais e nossa capacidade de operar nossos negócios podem ser prejudicados.

De acordo com a carta de recomendações emitida por nossos auditores independentes em 16 de julho de 2020, foram identificadas certas deficiências significativas em nossos controles internos, relacionadas à (i) governança corporativa e formalização de controles internos; e (ii) melhorias no processo de consolidação de informações contábeis. Se a Companhia não for capaz de suprir tais deficiências e manter seus controles internos operando de maneira efetiva, poderá não ser capaz de reportar seus resultados de maneira precisa ou prevenir a ocorrência de fraudes, podendo ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado de ações da Companhia.

A falha ou a ineficácia nos controles internos poderá ter um efeito adverso significativo em seus negócios. Para maiores informações sobre as deficiências apontadas pelos auditores independentes, vide item 5.3(d) deste Formulário de Referência.

A Companhia pode gerar receitas mais baixas decorrentes de uma demanda reduzida pelos serviços prestados nas lojas da Companhia em uma desaceleração do mercado ou em uma eventual redução nos gastos com itens e serviços não essenciais.

As crises econômicas normalmente afetam negativamente os gastos dos consumidores, os valores dos produtos, o endividamento dos consumidores e as taxas de desemprego, que são fatores que podem impactar negativamente os negócios da Companhia. As receitas da Companhia derivam dos serviços de depilação a laser (incluindo *royalties* dos franqueados) e dos tratamentos de estética facial e dependem da demanda do mercado por serviços de depilação a laser e de tratamentos de estética facial nos locais em que as lojas da Companhia estão localizadas. A Companhia não tem outras fontes de receita diversificadas para compensar eventual redução significativa nas receitas resultantes de tais atividades. A maior parte das receitas da Companhia são em reais e provenientes de suas operações no Brasil, que está atualmente enfrentando uma recessão, inclusive em decorrência da pandemia da COVID-19. Conseqüentemente, qualquer redução significativa nos gastos do consumidor com esses serviços pode resultar em uma redução correspondente na receita gerada pelas lojas da Companhia. Assim, um declínio na demanda pelos serviços da Companhia pode resultar em uma redução nas suas receitas, o que poderia prejudicar de maneira relevante a condição financeira, os resultados operacionais e fluxos de caixa da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disso, uma desaceleração econômica geral pode resultar na diminuição da disposição dos clientes em comprar pacotes dos tratamentos administrados durante um período ou na decisão de estender o período entre os tratamentos. As lojas da Companhia podem ser forçadas a responder a uma redução nos gastos não essenciais dos consumidores baixando os preços dos serviços prestados pela Companhia. Conseqüentemente, a Companhia pode ter que enfrentar uma queda na demanda pelos serviços prestados em suas lojas, bem como ciclos de vendas mais longos, preços mais baixos e vendas reduzidas, o que podem afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia. Tais conseqüências decorrentes da redução da disposição dos clientes em contratar pacotes de serviços prestados pela Companhia ou da extensão do período entre os tratamentos podem, ainda, impactar adversamente os resultados da Companhia na medida em que um dos critérios de reconhecimento de receita adotados pela Companhia leva em consideração estimativas que podem não se confirmar em relação a sessões de tratamento de depilação contratadas pelos clientes. Caso tais estimativas não se concretizem, os valores inicialmente registrados, nas demonstrações e informações financeiras da Companhia, no saldo de receita diferida do passivo circulante, não poderão ser reconhecidos como receita e deverão ter sua expectativa de realização revisados para refletir utilização das sessões de tratamento.

No passado, o crescimento do setor varejista brasileiro foi impulsionado pelo aumento do poder aquisitivo dos grupos de média e baixa renda e a Companhia não pode garantir que o poder de compra desses grupos continuará a aumentar ou que não diminuirá. Uma desaceleração econômica e o crescimento negativo do PIB podem impactar negativamente os grupos de média e baixa renda de forma desproporcional em relação a outros grupos, afetando negativamente a renda disponível e o poder de compra, com possibilidade de redução significativa nas receitas da Companhia. A continuação ou aprofundamento da recessão atual no Brasil podem intensificar e agravar ainda mais o efeito adverso nos negócios, resultados operacionais e situação financeira da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir que em razão de fatores como limitações ou restrição de circulação de pessoas provocados em razão da pandemia da COVID-19, não haverá alteração de hábitos dos consumidores. Caso haja alteração de hábitos dos consumidores, a Companhia não pode garantir que conseguirá se adaptar a esses novos hábitos de forma eficiente e ágil.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e pode ser adversamente afetada pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei nº 13.709/2018, conforme alterada, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (“**LGPD**”), regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, inclusive quanto à publicidade digital, gerando custos adicionais para a Companhia, em virtude da necessidade de adequação de tais práticas às disposições da LGPD.

Criando um sistema de regras que impacta todos os setores da economia, a LGPD estabelece um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, altera determinadas disposições da Lei nº 12.965/2014 (“**Marco Civil da Internet**”) e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e os requisitos relativos a incidentes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como prevê sanções para o descumprimento de suas disposições, que variam de uma simples advertência e determinação de exclusão dos dados pessoais tratados de forma irregular à imposição de multa. Ainda, a LGPD autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“**ANPD**”), autoridade responsável por elaborar diretrizes acerca das disposições da LGPD e aplicar suas sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

No contexto da pandemia da COVID-19, foi aprovada a Lei nº 14.010/2020, que, entre outras medidas, adiou a aplicabilidade das sanções administrativas previstas na Lei nº 13.709/2018 (LGPD) para 1º de agosto de 2021. No dia 26 de agosto de 2020, após votação na Câmara dos Deputados que havia aprovado a conversão em lei da Medida Provisória nº 959 com algumas alterações e adiando a entrada em vigor da LGPD para 31 de dezembro de 2020 com exceção das sanções, o Senado votou a medida, mas considerou o artigo que tratava da prorrogação da entrada em vigor da LGPD prejudicado em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

razão do tema já ter sido discutido pelo Plenário quando da tramitação da Lei nº 14.010/2020. Desse modo, após o Presidente da República sancionar o Projeto de Lei de Conversão 34/2020 tratando dos demais dispositivos da MP nº 959, a LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, com exceção das sanções administrativas ainda previstas para agosto de 2021.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD anteriormente à entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas também, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados vigente, como o Código de Defesa do Consumidor e o Marco Civil da Internet; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, uma vez que estes já têm atuado neste sentido, antes mesmo da vigência da LGPD e da efetiva estruturação da ANPD, especialmente em casos de incidentes de segurança que resultem em acessos indevidos a dados pessoais.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia poderá estar sujeita às seguintes penalidades, de forma isolada ou cumulativa: (i) de advertência, com indicação do prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (iii) bloqueio temporário até a sua regularização e/ou eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (iv) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; (v) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas ao tratamento de dados. Além disso, a Companhia poderá ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos por ela causados ou por suas subsidiárias, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD ou em legislações específicas

Cabe observar que, na data deste Formulário de Referência, as atividades da Companhia ainda não estão integralmente adaptadas às disposições da LGPD. A exposição da Companhia à LGPD deve-se, principalmente, à privacidade e proteção de dados pessoais de clientes e colaboradores, uma vez que a Companhia possui acesso aos dados pessoais de cada cliente logo após o seu primeiro contato com a Companhia, e que tais dados são armazenados nos sistemas de tecnologia utilizados pela Companhia. Desta forma, a Companhia terá de adaptar suas práticas comerciais às disposições da LGPD. Se a Companhia não for capaz de se adaptar à LGPD, ficará sujeita, dentre outros, a incidentes de segurança cibernética, que poderão acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão de suas atividades de tratamento de dados pessoais, o que poderá impedir a Companhia de desenvolver as suas atividades regularmente e, portanto, afetar negativamente e de forma relevante a reputação, os resultados e, conseqüentemente, o valor das ações da Companhia.

Os clientes da Companhia podem sofrer intercorrências quando estão se submetendo a serviços de depilação a laser ou de estética facial.

Os clientes da Companhia poderão sofrer intercorrências como queimaduras, alergias e outros acidentes durante as sessões de depilação a laser e de estética facial, causados por, dentre outros, falha dos funcionários da Companhia, falha dos equipamentos utilizados pela Companhia ou outras questões biológicas do cliente. A Companhia não pode garantir que seus empregados prestarão os serviços corretamente ou que as máquinas não falharão durante as sessões. Em caso de intercorrências, os clientes podem interpor ações judiciais contra a Companhia buscando responsabilizar a Companhia por tais intercorrências. A existência de processos judiciais e reclamações contra a Companhia, bem como uma eventual responsabilização da Companhia em razão de intercorrências ocorridas durante a prestação de seus serviços podem afetar negativamente a imagem e reputação da Companhia, bem como podem ocasionar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia. Para mais informações sobre processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, ver itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Interrupções ou falhas nos sistemas de informações ou incidentes de segurança cibernética, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter sistemas de TI, poderão afetar adversamente e de forma significativa a Companhia.

As operações da Companhia dependem da funcionalidade, disponibilidade, integridade e estabilidade operacional dos sistemas de informação da Companhia, incluindo o sistema de pontos de venda nas lojas, sistemas de logística e de comunicação, e outros vários aplicativos usados para gerar relatórios de desempenho comercial e financeiro. Adicionalmente, a plataforma de e-commerce da Companhia é um importante canal de vendas, para apresentar o negócio, identidade e marcas da Companhia para seus consumidores, além de ser uma fonte de informação dos produtos e serviços e meio de interação com os consumidores. Conseqüentemente, a Companhia conta com os seus sistemas de tecnologia da informação para processar, transmitir e armazenar dados eletrônicos, bem como para se comunicar com consumidores e fornecedores. O sucesso na operação dos negócios depende significativamente do desempenho dos sistemas de informações gerenciais.

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como, por exemplo, na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no funcionamento corporativo, comercial e operacional da Companhia, o que pode afetar os negócios e resultados operacionais da Companhia de forma negativa, além de afetar adversamente a imagem e confiabilidade da Companhia junto ao mercado.

A Companhia será adversamente afetada caso esses sistemas sejam interrompidos, danificados por eventos imprevistos ou apresentem falhas durante um longo período de tempo, inclusive em razão da ação de terceiros, desastres naturais, ataques de *hackers*, problemas de telecomunicações, vírus, entre outros fatores. A falha desses sistemas pode afetar adversamente a disponibilidade e precisão no processamento de transações da Companhia, contabilidade, relatórios comerciais e financeiros, assim como a capacidade de gerenciar o negócio e, adequadamente, projetar os resultados operacionais e necessidade de caixa. Adicionalmente, a Companhia pode perder dados, ficar sujeita à violação de dados ou não conseguir realizar transações comerciais e, dessa forma, deixar de ganhar receitas de vendas, o que pode ocasionar um efeito adverso relevante na Companhia. A Companhia não possui seguro contra ataques cibernéticos.

Interrupções significativas ou repetidas em qualquer desses sistemas poderão impedir o acesso de clientes aos produtos e serviços da Companhia, e fazer com que tais clientes decidam utilizar os serviços de concorrentes da Companhia. Ademais, cabe destacar que sistemas de tecnologia estão sujeitos a constantes atualizações e se a Companhia não conseguir atualizá-los, por qualquer motivo, como por impedimentos técnicos, financeiros, entre outros, as operações da Companhia poderão ser prejudicadas. Qualquer um desses eventos pode afetar adversamente os negócios e resultados da Companhia. Além disso, a Companhia enfrenta riscos associados à segurança cibernética e acesso não autorizado aos seus sistemas, inclusive por *hackers* e devido a falhas de suas medidas de segurança eletrônica. Eventuais incidentes podem resultar em apropriação indevida de informações exclusivas ou confidenciais da Companhia e/ou das informações de seus clientes, bem como, conseqüentemente, no vazamento de dados de suas operações e/ou de seus clientes, o que pode afetar material e adversamente a reputação da Companhia.

Ainda, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros que a Companhia possui contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros ou cujas coberturas contratadas sejam eventualmente insuficientes podem impactar adversamente a sua situação financeira e os resultados operacionais da Companhia. Para maiores informações acerca dos riscos associados às coberturas de seguro, veja o fator de risco "A Companhia está exposta a riscos e perdas que podem não ser cobertos adequadamente pelas apólices de seguro ou cuja cobertura não seja suficiente, o que pode afetar adversamente os negócios e condições financeiras da Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar todas as suas apólices atuais" abaixo.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia está sujeita a riscos associados a incapacidade ou falha na proteção de seus ativos de propriedade intelectual ou, ainda, a eventual violação aos direitos de propriedade intelectual de terceiros.

Os ativos de propriedade intelectual da Companhia, são importantes para o seu sucesso, de modo que o sucesso da Companhia depende significativamente da capacidade de proteger os ativos de propriedade intelectual, tais como marcas, nomes de domínio, segredos comerciais e *know-how* e, quaisquer problemas relacionados a tais ativos podem afetar a Companhia negativamente.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“**INPI**”) ou o uso indevido ou não autorizado das marcas registradas da Companhia ou, ainda, o reconhecimento de nulidade administrativa dos seus registros marcários podem diminuir o valor das marcas da Companhia ou afetar adversamente sua reputação ou ainda interferir no sistema de franquias estruturada pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar o registro de alguma marca em tempo hábil ou que os seus concorrentes contestem ou invalidem quaisquer marcas existentes ou futuras solicitadas ou licenciadas pela Companhia. Além disso, litígios dispendiosos e demorados podem ser necessários para impor e determinar o escopo de direitos de propriedade intelectual da Companhia, e se não obtiver êxito em defesa, os negócios da Companhia podem ser impactados adversamente de forma significativa.

Ainda, cabe ressaltar, que o monitoramento de uso não autorizado de propriedade intelectual demanda esforços significativos e não há como garantir que terceiros não tenham registrado ou adquirido direitos sobre marcas idênticas ou similares para produtos ou serviços que atendam ao mesmo mercado de atuação da Companhia.

Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações da Companhia pode afetar negativamente os resultados financeiros da Companhia.

Por fim, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

Decisões desfavoráveis em processos administrativos, judiciais ou arbitrais envolvendo a Companhia e/ou seus administradores podem causar um efeito adverso significativo.

A Companhia é e poderá vir a ser ré em processos administrativos, judiciais e arbitrais envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, criminais e regulatórias. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que os critérios e valores de provisionamento adotados pela Companhia (quando houver) serão adequados e suficientes para responder por todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Caso as decisões sobre os processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte sejam contrárias aos seus interesses, a Companhia poderá ser afetada negativa e materialmente. Ainda, decisões contrárias aos interesses da Companhia, que impeçam a realização de negócios, como inicialmente planejados, ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado e suficiente podem causar um efeito adverso significativo nos negócios, na situação financeira e na reputação da Companhia.

Além disto, a Companhia não pode assegurar que qualquer pessoa, direta ou indiretamente ligada à Companhia, sejam acionistas, empregados, diretores, conselheiros, fornecedores, prestadores de serviços, subcontratados ou outros colaboradores não sejam envolvidos em processos judiciais, arbitrais, procedimentos de investigação ou inquéritos policiais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos, no âmbito de órgãos reguladores tais como o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (“**CREFITO**”), Agência Nacional de Vigilância Sanitária, órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, CVM, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Processos dessas naturezas contra pessoas ligadas à Companhia podem impactar adversamente a imagem e reputação da Companhia perante seus clientes, fornecedores e investidores, bem como causar um efeito adverso relevante nos negócios e resultados da Companhia. No caso específico de eventuais processos de natureza criminal envolvendo um ou mais

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

dos administradores da Companhia, decisões desfavoráveis podem impossibilitá-los de exercer suas funções na Companhia, bem como impactar a capacidade de a companhia celebrar contratos com o poder público e/ou receber incentivos/benefícios fiscais. Para mais informações sobre processos judiciais e administrativos relevantes em que a Companhia é parte, veja o item 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

A Companhia pode ser responsabilizada por eventos que possam ocorrer em suas lojas próprias e, o que pode causar danos materiais e à imagem das lojas, além de causar eventual responsabilidade civil da Companhia.

As lojas da Companhia, por serem espaços de uso público, estão sujeitas a uma série de incidentes em suas dependências, que podem fugir do controle da administração das respectivas lojas e podem causar danos aos seus frequentadores. A Companhia pode ser responsabilizada por atos de funcionários em suas lojas próprias ou franqueadas, cometidos contra clientes ou terceiros. No caso da ocorrência de quaisquer incidentes, lesões ou outros danos a clientes ou a terceiros dentro das dependências das lojas próprias ou franqueadas da Companhia, a Companhia pode ser envolvida em ações judiciais sob a alegação de que foi negligente, realizou supervisão inadequada de seus funcionários ou franqueados ou foi, de modo direto ou indireto, responsável pela lesão ou dano causado, o que poderá vir a sujeitar a Companhia à responsabilidade civil e/ou obrigação de ressarcimento às vítimas e/ou pagamento de indenização.

A Companhia pode ser envolvida em alegações de que funcionários de lojas próprias ou franqueadas cometeram assédio moral ou outros atos ilícitos contra clientes ou terceiros, incluindo questões relacionadas a violações ao direito de imagem. A Companhia pode enfrentar ações judiciais movidas por clientes, alegando eventuais lesões a direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor e/ou ações judiciais promovidas por clientes, pleiteando indenização em razão de responsabilidade civil, decorrente dos danos descritos acima. A ocorrência de tais incidentes pode sujeitar a Companhia à imposição de responsabilidade civil e/ou à obrigação do ressarcimento às vítimas, inclusive por meio do pagamento de indenizações. A existência dessas ações pode causar danos à imagem da Companhia, afetando negativamente seus resultados e negócios. Adicionalmente, qualquer decisão desfavorável em tais processos poderá afetar a reputação da Companhia e prejudicar seus resultados financeiros. Para mais informações sobre processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, ver itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

A Companhia está sujeita a regras trabalhistas, incluindo regras trabalhistas e previdenciárias de terceirizados, e ao cumprimento estrito da legislação trabalhista brasileira. Além disto, uma paralisação ou greve significativa da força de trabalho da Companhia pode afetar as suas operações.

A Companhia depende do uso intensivo da força de trabalho nas suas atividades. A maioria dos trabalhadores é representada por sindicatos, e seus contratos de trabalho são regulamentados por convenções e acordos coletivos de trabalho. Novos acordos coletivos podem ter prazos mais curtos do que os anteriormente firmados e, se não for possível negociar acordos coletivos em termos aceitáveis para a Companhia, esta pode suportar um aumento significativo nos custos trabalhistas, deterioração das relações com trabalhadores, diminuição do ritmo de trabalho ou interrupções no trabalho, que podem gerar um efeito adverso relevante nos resultados financeiros e operacionais da Companhia.

Adicionalmente, segundo as leis e os regulamentos trabalhistas existentes, é dever da Companhia prover e assegurar o uso adequado de equipamentos de segurança para os seus funcionários e outros indivíduos realizando atividades em seus locais de trabalho. No caso de omissão da Companhia em prover todos os equipamentos de segurança necessários ou de assegurar o seu uso adequado, ou caso a Companhia venha a trabalhar com empresas que não estejam suficientemente comprometidas em assegurar a segurança de seus próprios empregados, a Companhia pode ser responsabilizada por quaisquer acidentes que venham a ocorrer em seus locais de trabalho. Qualquer acidente nos locais de trabalho pode expor a Companhia ao pagamento de indenizações, multas e penalidades. Além disso, qualquer alteração nos atuais regulamentos de segurança pode submeter a Companhia a obrigações adicionais e acarretar o aumento das despesas relativas a equipamentos e procedimentos de segurança. A título de exemplo, alterações que imponham uma jornada de trabalho diária reduzida por razões de segurança podem resultar na redução da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

produtividade, forçando a contratação de empregados adicionais. Da mesma forma, disposições legais que requeiram a instalação ou a compra de equipamentos de segurança adicionais poderiam aumentar os custos da Companhia relativos à mão de obra e afetar adversamente seus resultados operacionais.

Os empregados da Companhia são representados por sindicatos trabalhistas e estão protegidos por acordos coletivos ou contratos de trabalho semelhantes que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei. Greves e outras paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das suas instalações, ou movimentos trabalhistas relacionados em qualquer um dos fornecedores terceirizados da Companhia, podem ter um efeito adverso relevante sobre suas operações e seus negócios.

Além dos empregados contratados diretamente pela Companhia, a Companhia contrata empresas terceirizadas que prestam para a Companhia serviços de logística, segurança, serviços de limpeza, transporte de valores, construção, dentre outros. A inexistência de vínculo empregatício entre a Companhia e os terceirizados não garante que a Companhia não seja considerada solidária ou subsidiariamente responsável por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir as exigências da legislação trabalhista. Neste sentido, o Senado Federal aprovou no ano de 2017 a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017 (“**Lei da Terceirização**”), regulando os serviços prestados por meio de mão de obra terceirizada, permitindo a terceirização para qualquer tipo de trabalho, central ou não, para os serviços da empresa (tanto as “atividades de apoio” quanto as “atividades principais”).

Em algumas circunstâncias, a Companhia também pode ser considerada responsável com tais prestadores de serviços pela recomposição e/ou indenização dos danos ambientais e trabalhistas por eles causados. Além disso, a Companhia e suas controladas poderão ser responsabilizadas e envolvidas em processos judiciais nesse sentido, inclusive com eventual inclusão na Lista “A” da Secretaria do Trabalho, prevista no artigo 2º da Portaria Interministerial MTPS/MMIRFG nº 4/2016, o que pode impactar a sua reputação, sua capacidade de obtenção de novos financiamentos além de colocar em risco os benefícios fiscais atuais.

Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia, estão em fase de implementação para fins de adequação às regras do Novo Mercado, podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação podendo sujeitar a Companhia à responsabilização cível e administrativa e ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos de gestão de riscos e *compliance*, ainda estão em fase de implementação. Uma vez implementados, estes podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita, sendo exemplos dessas normas, no Brasil, o Decreto-Lei nº 2.848/1940, a Lei nº 8.137/1990, a Lei nº 8.429/1992 (“**Lei de Improbidade Administrativa**”), a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 9.613/1998, a Lei nº 12.846/2013 (“**Lei Anticorrupção**”), Decreto nº 8.420/2015, o Decreto nº 3.678/2000, o Decreto nº 4.410/2002, o Decreto nº 5.687/2006, a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, as diretrizes emitidas pela Controladoria Geral da União, assim como outras normas relacionadas.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir ou detectar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte dos administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio ou terceiros contratados para representar a Companhia, ou (iii) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações ordinárias.

Adicionalmente, a estrutura envolvida no gerenciamento de riscos, *compliance* e controles internos da Companhia, tal como descrito na seção 5 deste Formulário de Referência, foi formalmente aprovada pelo Conselho de Administração apenas em 9 de novembro de 2020, no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no Novo Mercado, sendo que a vigência dos normativos que regulam está condicionada à entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser firmado entre a Companhia e a B3.

Além disso, a Companhia pode não ser capaz de assegurar que todos os seus administradores, funcionários, representantes ou fornecedores atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos aplicáveis voltados à prevenção e combate à corrupção. Deste modo, a Companhia poderá estar sujeita a violações de seu Programa de Compliance (que está em fase de implementação), das leis e regulamentos listados acima e legislação correlata, em decorrência de conduta nos negócios e ocorrências de comportamento fraudulento e ilícito por parte de seus administradores, empregados, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome ou em benefício da Companhia.

A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade objetiva às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou inspeções pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ao da instauração do processo administrativo ou, se essa receita bruta anual não puder ser estimada, tais multas podem variar entre R\$6.000,00 e R\$60.000.000,00.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer das leis acima referidas, contra a Companhia, administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio ou terceiros que atuam em nome da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente e/ou (vii) a dissolução da entidade. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas, consorciadas ou, no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

Os clientes e as parcerias da Companhia podem interromper o pagamento das parcelas relativas aos serviços contratados em um cenário de deterioração de crédito. Um aumento em pagamentos em atraso e/ou inadimplência nos montantes devidos à Companhia por seus clientes pode afetar adversamente os resultados e fluxo de caixa da Companhia.

Os clientes da Companhia podem enfrentar dificuldades financeiras e, em certos casos, insolvência ou falência. Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da pandemia da COVID-19. A deterioração do cenário de crédito, uma piora na situação financeira dos clientes da Companhia e um aumento dos níveis de pagamentos em atraso e/ou inadimplência podem afetar os resultados e o fluxo de caixa da Companhia, bem como comprometer a habilidade da Companhia de cumprir com suas obrigações.

Aproximadamente 80% das vendas da Companhia são efetuadas por meio de uma modalidade que se chama recorrência, que permite o parcelamento, pelo cliente, do valor dos serviços em até 18 vezes, sem a necessidade de bloquear no limite do cartão de crédito a totalidade do valor necessário

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

para a quitação dos serviços a serem prestados. Os clientes podem não ter condições financeiras para quitar as parcelas ou o valor total dos serviços contratados. Nestas ocasiões os clientes têm seus tratamentos interrompidos imediatamente e ficam passíveis ao pagamento de multas. Caso os clientes não paguem tempestivamente as parcelas dos serviços contratados, as operações, negócios e resultados da Companhia poderão ser negativamente afetadas.

Adicionalmente, a Companhia tinha uma parceria com a plataforma Pago Livre, a qual foi descontinuada para novos clientes em abril de 2020, (observado que ainda existem pagamentos a receber no âmbito da parceria com a Pago Livre), e tem atualmente uma parceria com a Elos Gate, as quais permitem os clientes da Companhia a receber e fazer pagamentos online. Caso a Pago Livre ou a Elos Gate enfrentem dificuldades financeiras que levem a uma eventual recuperação judicial ou decretação de falência, a Companhia pode ter dificuldade em receber os valores em aberto de ambas as sociedades, tendo que assumir a operação que hoje é prestada por tais sociedades e/ou incorrer em custos adicionais para viabilizar tais serviços o que pode ter um efeito adverso na condição financeira da Companhia. Para maiores informações sobre a parceria com a Elos Gate, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia está exposta a riscos e perdas que podem não ser cobertos adequadamente pelas apólices de seguro, o que pode afetar adversamente os negócios e condições financeiras da Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode não conseguir renovar todas as suas apólices atuais ou a condições favoráveis.

A Companhia não pode garantir que as apólices de seguro por ela contratadas e respectivas coberturas estarão sempre atualizadas ou serão suficientes para cobrir os possíveis sinistros ocorridos em suas atividades, sendo certo que também há sinistros que não estão cobertos pelas apólices de seguro (tais como guerra, casos fortuitos e força maior ou interrupção de certas atividades). Ademais, a Companhia não possui na presente data seguro relacionado à indenização proveniente de responsabilidade civil da conduta de seus profissionais (E&O) e riscos de natureza de tecnologia digital, incluindo ataques cibernéticos.

Além disso, a Companhia não pode garantir que conseguirá manter ou renovar as apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis, ou contratadas com as mesmas companhias seguradoras ou com companhias seguradoras similares. Caso qualquer desses riscos se materialize e não sejam cobertos por apólices de seguro, a Companhia incorrerá em custos adicionais para a reparação ou substituição de ativos danificados ou para indenização terceiros, o que afetará adversamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia. Caso não seja capaz de renovar as apólices de seguro ou caso venha a incorrer em prejuízos que não sejam integralmente cobertos por essas apólices, a Companhia poderá ser adversamente afetada de forma relevante. Ainda, no caso dos eventos segurados, a cobertura das apólices de seguro está condicionada ao pagamento do respectivo prêmio. A falha da Companhia em pagar esses prêmios cumulada com a ocorrência de um sinistro poderá colocar a Companhia em uma situação de risco dado que danos, mesmo que segurados, não estariam sujeitos à cobertura pela seguradora.

Os negócios da Companhia dependem do reconhecimento das marcas e da eficiência dos programas de vendas, marketing e publicidade da Companhia para captação de novos clientes.

A Companhia acredita que o reconhecimento do mercado em relação às suas marcas contribui significativamente para os negócios da Companhia. Se os consumidores e clientes perceberem ou experimentarem uma redução na qualidade dos serviços, do ambiente das lojas e/ou de qualquer forma acreditarem que a Companhia não proporciona uma experiência consistentemente positiva, o valor de suas marcas pode ser impactado, o que pode afetar adversamente os negócios e resultados financeiros da Companhia. Dessa forma, manter e aprimorar as marcas da Companhia é crucial para reter e aumentar sua base de clientes.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Além disto, a Companhia possui um contrato de cessão de imagem com a apresentadora Xuxa Meneghel, que é uma das acionistas da SMZXP Participações Ltda. (“**SMZ**”), sociedade integrante do bloco de controle da Companhia, bem como diversas campanhas de *marketing* junto com a apresentadora. Caso o contrato de cessão de imagem deixe de vigorar, a SMZ deixe de ser acionista da Companhia, ou caso a Companhia não consiga renovar o contrato com a apresentadora, em condições equiparáveis as que mantém na presente data, tal situação poderá impactar de forma adversa as suas campanhas de *marketing* vinculadas à apresentadora e, conseqüentemente, impactar adversamente a sua geração de resultado.

Adicionalmente, para manter e aumentar suas receitas e margens, a Companhia deve continuar atraindo novos clientes por meio dos times de vendas e marketing, incluindo publicidade online, mídias sociais e indicações. Se a Companhia não conseguir anunciar ou divulgar seus produtos e serviços com sucesso, sua capacidade de atrair novos clientes poderá ser prejudicada e, conseqüentemente, o desempenho financeiro da Companhia será afetado negativamente. Entre os fatores que podem impedir a Companhia de divulgar e anunciar seus serviços e produtos com sucesso estão eventuais falhas nas ferramentas de *marketing* e/ou na adequação de estratégia para atingir potenciais clientes, bem como aumento da concorrência nos segmentos em que a Companhia atua.

Ainda, a Companhia pode ser alvo de publicidade negativa. Publicações ou comentários negativos sobre a Companhia, seus negócios, suas operações, seus Diretores ou membros do Conselho de Administração em qualquer rede social podem prejudicar gravemente a sua reputação. Eventual publicidade negativa poderá ter um efeito negativo sobre o valor de todas as marcas da Companhia, o que poderá impactar adversamente as vendas da Companhia. A boa reputação e a atratividade das marcas e lojas da Companhia são fatores chaves para o sucesso do seu negócio e quaisquer incidentes que reduzam a confiança do consumidor e dos clientes ou a afinidade deles com as marcas da Companhia, bem como o uso indevido por terceiros das marcas caso não consigamos protegê-las, poderiam reduzir de forma significativa o seu valor. Desta maneira, na hipótese de perda de alguma de suas marcas, as atividades da Companhia seriam afetadas de maneira adversa, uma vez que elas são reconhecidas nas regiões de atuação e, na opinião da Companhia, desempenham importante papel no processo decisório de compra dos consumidores.

A falha em manter e aprimorar o reconhecimento das marcas da Companhia pode ter um efeito adverso relevante na sua imagem, negócios, resultados operacionais e condição financeira. A capacidade da Companhia de atrair novos clientes e reter os existentes depende dos investimentos em qualidade, da melhoria da experiência do cliente, das marcas, dos esforços de marketing, do sucesso da equipe e do valor percebido dos serviços e produtos da Companhia em comparação com os concorrentes. Se os clientes da Companhia não conseguirem diferenciar as marcas e o serviço que a Companhia oferece em comparação aos concorrentes, as vendas de serviços e produtos da Companhia poderão ser reduzidas, gerando margens mais baixas ou um declínio na participação de mercado das marcas, afetando, assim, os resultados da Companhia.

Os interesses dos administradores e executivos da Companhia podem ficar vinculados à cotação das ações de emissão da Companhia em curto prazo, uma vez que sua remuneração se baseia também em planos de opção de compra de ações.

O fato de uma parcela relevante da remuneração dos administradores e executivos da Companhia estar ligada à geração de resultados pela Companhia e à performance das ações de emissão da Companhia pode levar a sua administração a dirigir os negócios da Companhia e seus executivos a conduzir as atividades da Companhia com maior foco na geração de resultados no curto prazo, o que poderá não coincidir com os interesses dos demais acionistas da Companhia que tenham uma visão de investimento de médio ou longo prazo. Adicionalmente, os acionistas da Companhia podem sofrer diluição de suas participações no capital social e no valor de seus investimentos caso ações adicionais sejam emitidas para honrar planos de remuneração baseados em ações para a administração e os funcionários da Companhia. Em assembleia geral extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“**Plano**”), o qual prevê uma diluição total de 10% aos acionistas da Companhia considerando as ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

No exercício social encerrado em 2020, 100% da remuneração recebida pelos membros do Conselho de Administração será decorrente do Plano. Já com relação à remuneração da Diretoria da Companhia, o Plano de 2020 representará 3,15% da remuneração da Diretoria em 2020. Os participantes do Plano terão o direito de exercer suas respectivas opções durante o prazo de, no máximo, 30 dias, contados da data em que o Conselho de Administração notificar tais participantes sobre a ocorrência de um evento de liquidez, após o qual restarão automaticamente extintas as opções não exercidas, independentemente de qualquer comunicação prévia do Conselho de Administração. Desta forma, caso os participantes exerçam a totalidade de suas respectivas opções após a oferta pública inicial de ações da Companhia, a Companhia sofrerá um impacto financeiro no valor total de R\$5,1 milhões no exercício social corrente.

Para informações adicionais sobre o Plano, vide itens 13.4 ao 13.8 deste Formulário de Referência.

A captação de recursos por meio de uma oferta de ações, ou de títulos conversíveis em ações, poderá diluir a participação acionária dos acionistas da Companhia, bem como o valor econômico do investimento dos acionistas.

A Companhia poderá, no futuro, captar recursos por meio da emissão pública ou privada de ações, títulos de dívida ou outros valores mobiliários, conversíveis ou não em ações. A captação de recursos por meio da emissão de ações ou de títulos conversíveis em ações poderá, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), ser feita com exclusão do direito de preferência dos acionistas e poderá, portanto, diluir a participação acionária dos acionistas no capital social da Companhia. Adicionalmente, nos casos em que haja direito de preferência, investidores podem não considerar o preço de emissão vantajoso e deixar de subscrever as ações ou títulos conversíveis em ações objeto da emissão, o que também pode levar à sua diluição.

Adicionalmente, os acionistas poderão sofrer pela alteração no preço das ações de emissão da Companhia, e imediata e substancial diluição de seus investimentos, caso a Companhia tenha necessidade de captar recursos, no futuro, para suas atividades por meio de operações de emissão pública ou privada de novas ações de emissão da Companhia ou de valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia ou permutáveis por elas. A Companhia poderá ainda realizar emissão de novas ações ordinárias, ou valores mobiliários conversíveis em ações ordinárias ou permutáveis por elas, por valor inferior ao valor contábil das ações ordinárias de sua emissão na data em questão. Tais emissões podem resultar na alteração do preço das ações de emissão da Companhia e na diluição da participação dos investidores no capital social, além de ter um efeito adverso na cotação nos valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é parte em determinadas transações com partes relacionadas incluindo, mas não se limitando ao contrato de compartilhamento de despesas entre determinadas empresas do grupo econômico e a contratação da parceria com a Elos Gate, para o desenvolvimento, manutenção e customização de *software* com abrangência de escopo comercial para dar suporte à operação das lojas, por meio da empresa Elogate Portal de Serviços Financeiros Ltda., empresa detida em conjunto pelos Srs. Paulo José Iász de Moraes e Ygor Alessandro Moura, que também são acionistas controladores da Companhia. A Companhia poderá contratar novas transações com partes relacionadas, em particular, contratos de mútuos e compartilhamento de custos e despesas. As partes relacionadas à Companhia podem ter interesses que não sejam alinhados aos interesses da Companhia.

Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, os mecanismos de governança existentes para lidar com estas situações poderão ser insuficientes, levando a potenciais impactos negativos para os negócios da Companhia, afetando adversamente suas atividades, reputação, situação financeira e resultados, bem como seus acionistas. Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja o item 16 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os titulares das ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos ou juros sobre capital próprio.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, e com o Estatuto Social, os acionistas fazem jus a dividendo mínimo de pelo menos 25% do lucro líquido anual, conforme determinado e ajustado. A distribuição de dividendos e de juros sobre capital próprio depende, principalmente, da existência de lucro líquido ajustado e da compensação do saldo de prejuízos acumulados. Esses ajustes do lucro líquido para fins de cálculo da base dos dividendos incluem contribuições a diversas reservas que efetivamente reduzem o valor disponível para o pagamento de dividendos. A despeito da exigência do dividendo obrigatório, a Companhia poderá optar por não pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio aos acionistas em qualquer exercício fiscal, se o Conselho de Administração determinar que essas distribuições não seriam aconselháveis em vista da condição financeira da Companhia. O risco de não receber dividendos também está relacionado às deduções das subvenções do lucro líquido. O não recebimento de dividendos ou juros sobre capital próprio pode frustrar expectativas de retorno de caixa por parte dos investidores, podendo levar à queda na cotação das ações de emissão da Companhia no mercado.

O crescente endividamento da Companhia pode gerar um efeito material adverso e limitar sua habilidade de obter recursos adicionais para financiar suas operações, limitar suas habilidades de reagir às mudanças da economia e afetar adversamente a Companhia.

O crescimento do endividamento e o aumento das despesas com os custos do endividamento da Companhia podem vir a afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019 e em 30 de setembro de 2020, a dívida bruta da Companhia era de R\$15.789 mil, R\$162.344 mil, R\$249.859 e R\$487.514 mil, respectivamente.

A capacidade de pagar e refinarçar a dívida da Companhia e financiar seus investimentos planejados e seu desenvolvimento dependerão da capacidade dos negócios da Companhia de gerar receita e resultados no futuro. Assim, a Companhia poderá não conseguir implementar sua estratégia de crescimento, no todo ou em parte, devido a limitações para a captação de recursos adicionais, impactando adversamente seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados operacionais.

Ademais, a Companhia não pode garantir que suas atividades gerarão fluxo de caixa operacional suficiente ou que terá condições de acesso a financiamentos com valor e taxas razoáveis para permitir o pagamento de sua dívida ou o financiamento ou refinanciamento de outras necessidades de caixa. A Companhia poderá incorrer em endividamento adicional de tempos em tempos para financiar aquisições, investimentos ou associações estratégicas, ou para capital de giro, sujeito às restrições aplicáveis à sua dívida existente.

O nível de endividamento da Companhia pode resultar em consequências negativas, tais como:

- implicar o uso de uma parcela maior dos fluxos de caixa operacionais da Companhia para realizar os pagamentos correspondentes, reduzindo o caixa disponível para financiar o capital de giro e os investimentos da Companhia;
- aumentar a vulnerabilidade da Companhia a condições econômicas ou setoriais adversas;
- limitar a sua flexibilidade no planejamento ou na reação a mudanças no negócio ou no setor de atuação da Companhia;
- limitar a capacidade de levantar novos recursos no futuro ou aumentar o custo de seu capital;
- restringir as possibilidades de realizar aquisições estratégicas ou de explorar novas oportunidades de negócio; e
- posicionar a Companhia em uma desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes que tenham menor nível de endividamento.

Cumprir destacar que, em 30 de setembro de 2020, cerca de R\$370 milhões dos empréstimos e financiamentos bancários da Companhia eram denominados em dólares norte-americanos, o que intensifica os riscos descritos acima, uma vez que a instabilidade cambial e a desvalorização da

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

moeda brasileira podem impulsionar a incapacidade da Companhia de pagar e/ou refinar suas dívidas. Para mais informações a respeito dos impactos da instabilidade cambial e da exposição da Companhia ao risco de moeda, veja, respectivamente, o fator de risco “*A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia*” deste item 4.1, bem como o item “*Risco de Mercado – Risco de Moeda*” do item 4.2 deste Formulário de Referência.

(b) aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia

Caso a Companhia e seus controladores tenham êxito na realização da oferta pública inicial de ações, a Companhia poderá deixar de ter um acionista controlador definido, o que poderá tornar a Companhia suscetível a alianças entre acionistas, conflitos entre acionistas e outros eventos decorrentes da ausência de acionista controlador ou um grupo de controle.

Em razão da realização da oferta pública inicial de distribuição de ações ordinárias de emissão da Companhia (“**Oferta**”), os atuais acionistas controladores da Companhia poderão deixar de deter, em conjunto, mais do que 50% do capital votante da Companhia. Neste sentido, caso a Companhia tenha êxito na realização da Oferta, a Companhia poderá deixar de ter um grupo de acionistas detentores, em conjunto, da maioria absoluta do seu capital votante.

Assim, a Companhia estará mais suscetível ao surgimento de um grupo de acionistas agindo conjuntamente que passe a deter o poder decisório das atividades da Companhia e, como consequência, exercer controle. Além disso, a Companhia poderá ficar mais vulnerável a tentativas hostis de aquisição de controle e a conflitos daí decorrentes e certas deliberações que exigem quórum mínimo poderão não ser atingidas, dificultando o procedimento decisório no âmbito das atividades sociais da Companhia.

Qualquer mudança repentina ou inesperada na administração da Companhia, no seu plano de negócios e direcionamento estratégico, tentativa de aquisição de controle ou qualquer disputa entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem afetar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

Os interesses dos atuais acionistas controladores da Companhia podem ser conflitantes com os interesses dos acionistas minoritários.

Os atuais acionistas controladores da Companhia são signatários de um acordo de acionistas e têm poderes para, entre outras matérias, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado final das matérias cuja deliberação seja de competência dos acionistas, incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares que excederem o dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Esse controle limita o poder dos acionistas minoritários de influenciar em questões corporativas e, dessa forma, os interesses dos acionistas controladores podem conflitar com os interesses dos acionistas minoritários. Para maiores informações sobre os termos e condições previstos nos acordos de acionistas, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

Eventual conflito entre os acionistas controladores da Companhia poderia prejudicar a condução estratégica de seus negócios, afetando inclusive o seu resultado operacional.

Os acionistas controladores da Companhia são signatários de um acordo de acionistas que garante o poder para condução estratégica de seus negócios e controle substancial de todas as questões submetidas à aprovação de seus acionistas. Dessa forma, caso os acionistas controladores da Companhia tenham interesses conflitantes entre si ou haja quaisquer discussões em tribunal arbitral acerca dos termos e condições do acordo de acionistas vigentes ou acordo que venham a ser celebrados no futuro pelos acionistas controladores, estes poderão retardar ou não implementar medidas fundamentais e significativas para a Companhia. Portanto, eventual discordância entre os seus acionistas controladores poderá prejudicar a condução estratégica da Companhia, em particular quando se tratar de matérias que dependem da aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. Para mais informações acerca do acordo de acionistas da Companhia atualmente vigente, ver item 15.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(c) aos acionistas da Companhia

A Companhia acredita não estar exposta a quaisquer riscos em que a fonte do risco sejam os seus acionistas.

(d) às controladas e coligadas da Companhia

A Companhia depende em grande parte dos resultados de suas controladas, que podem não vir a ser distribuídos.

A capacidade da Companhia de distribuir dividendos (inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio) e de cumprir com suas obrigações financeiras depende, em grande parte, do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das obrigações da Companhia e para a distribuição de dividendos a seus acionistas. Qualquer alteração adversa na condição financeira ou nos resultados operacionais de suas controladas pode afetar o negócio da Companhia, sua condição financeira ou seus resultados operacionais.

Eventual processo de liquidação da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de outras sociedades do seu grupo econômico pode ser conduzido em bases consolidadas.

O judiciário brasileiro pode determinar que eventual processo de liquidação da Companhia, de suas subsidiárias e/ou de outras sociedades de seu grupo econômico seja conduzido considerando que a Companhia, suas subsidiárias e/ou outras sociedades do seu grupo econômico fossem uma única sociedade. Caso isso aconteça, os acionistas da Companhia poderão ser negativamente impactados pela perda de valor da Companhia em caso de destinação de seu patrimônio para pagamento dos credores de suas subsidiárias e de outras sociedades do seu grupo econômico.

A participação da Companhia em sociedades com outros sócios cria riscos adicionais, incluindo possíveis problemas no relacionamento financeiro e comercial com seus parceiros nessas sociedades.

A Companhia investe em sociedades em conjunto com outros parceiros. Os riscos inerentes às tais sociedades incluem a potencial falência dos seus sócios em tais sociedades e interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre a Companhia e os referidos sócios. Caso um sócio não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários nessas sociedades, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar investimentos adicionais em tais sociedades ou prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes do seu sócio. A Companhia não pode assegurar que as suas investidas serão bem-sucedidas e produzirão os resultados esperados, tampouco, que a Companhia será capaz de manter o bom relacionamento com qualquer um de seus sócios. Ainda, os sócios de uma sociedade da qual a Companhia faça parte poderão ser responsabilizados por obrigações em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, criminais, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos poderão impactar adversamente e de forma relevante a reputação e os negócios da Companhia, bem como sua capacidade de obter linhas de crédito e financiamentos.

A Companhia espera reconhecer um valor considerável de ágio como resultado das aquisições de suas controladas, o que pode estar sujeito no futuro, em determinadas circunstâncias, à depreciação prevista na regulamentação contábil aplicável.

Com base no *International Financial Reporting Standards* (IFRS), ágio com vida útil indefinida não está sujeito à amortização e é testado anualmente para identificar uma possível necessidade de depreciação, ou mais frequentemente se qualquer evento ou circunstância indica que a Companhia incorreu em prejuízo por depreciação. Ainda, com base nas regras do IFRS a Companhia é obrigada a realizar uma análise para depreciação de ativos com vida útil indeterminada quando o valor contábil dos ativos líquidos exceder sua capitalização de mercado. Como resultado, a Companhia pode ser obrigada a reconhecer uma depreciação no valor do ágio no futuro, se for exigido pelo IFRS, o que pode afetar adversamente sua condição financeira e resultado ou preços de negociação de seus valores mobiliários.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia pertence a um grupo econômico no qual participam outras sociedades operacionais, inclusive franqueados, que podem ser parte em processos judiciais nos quais a Companhia poderá ser solidária ou subsidiariamente responsável.

A Companhia pertence a um grupo econômico do qual participam outras sociedades operacionais. No curso de suas atividades, essas sociedades, inclusive os franqueados, podem vir a ser parte em processos judiciais nos quais, caso condenadas, o resultado da condenação poderá afetar a Companhia de forma solidária ou subsidiária. Isso inclui processos de diversas naturezas, em especial questões cíveis e trabalhistas. Caso alguma das sociedades do grupo econômico da Companhia sofra condenação judicial e a Companhia seja chamado a responder subsidiária ou solidariamente por tal condenação, a Companhia poderá ser adversamente afetada, inclusive em sua reputação.

(e) aos fornecedores da Companhia

O fornecimento das máquinas utilizadas pela Companhia é atualmente concentrado em um único fornecedor, a Candela Corporation.

A Companhia, por meio de sua franqueadora EL Franchising Ltda. mantém, desde 2016, um contrato de exclusividade com a Skintec Comercial Importadora e Exportadora Ltda. (“**Skintec**”), distribuidora exclusiva da Candela Corporation em todo o território brasileiro, para a aquisição da linha *GentleLase* e do insumo de uso obrigatório, o cilindro criogênico, de modo que a Skintec somente poderá vender máquinas da Candela Corporation para a Companhia no Brasil.

Atualmente, todas as máquinas de depilação a laser e de tratamentos estéticos utilizadas pela Companhia, bem como o criogênio utilizado em tais máquinas são produzidos pela Candela e adquiridos por meio da importadora Skintec. A Skintec poderá perder a exclusividade para a distribuição do equipamento em questão. Caso, por qualquer razão, seja interrompida a contratação que a Companhia possui com a Skintec, a Companhia não poderá assegurar que conseguirá uma contratação em termos e condições equiparáveis aos que possui atualmente com a Skintec com um eventual novo importador dos equipamentos da Candela ou mesmo com um novo fornecedor de equipamentos, o que poderá afetar adversamente seus custos operacionais e, conseqüentemente, os resultados operacionais da Companhia. Ainda, a Candela Corporation pode deixar de fornecer a máquina ou deixar de operar por qualquer motivo. Nesse caso, a Companhia também não pode assegurar que conseguirá contratação em termos e condições equiparáveis com um novo fornecedor de equipamentos.

Foram estabelecidos indicadores mínimos trimestrais de compra a serem cumpridos pela franqueadora, sob pena de perda da exclusividade. Caso a Companhia não seja capaz de cumprir as condições estabelecidas no contrato, poderá perder a exclusividade firmada com a Skintec. Adicionalmente, a Skintec poderá perder a exclusividade para a distribuição do equipamento em questão. Em ambas as hipóteses, a Companhia pode não conseguir negociar termos equiparáveis com um eventual novo importador da Candela Corporation, o que poderá ter impacto adverso sobre os seus negócios.

O contrato de exclusividade tem abrangência nacional apenas. Caso a Companhia pretenda adquirir o equipamento da Candela Corporation em outros países além do Brasil, terá que negociar com a Skintec ou outros importadores desta tecnologia fora do Brasil. A Companhia não pode assegurar que terá a exclusividade de aquisição do equipamento da Candela Corporation nas mesmas condições do contrato com a Skintec no Brasil ou que não terá problemas na coordenação de sua estratégia de logística de aquisição e distribuição em outros países, o que poderá prejudicar sua estratégia de expansão na América Latina.

Além disto, os termos e condições de referido contrato de exclusividade com a Skintec podem ser interpretados pelos órgãos de regulação de atividades concorrenciais como favorecimento a práticas anticoncorrenciais e/ou violação à ordem econômica e eventualmente ser objeto de anulação por parte de referidas autoridades, o que poderá impactar as atividades da Companhia de forma adversa.

Para maiores informações sobre o contrato de exclusividade entre a EL Franchising Ltda. e a Skintec, vide item 7.9 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não pode garantir que os fornecedores da Companhia não se envolvam com práticas irregulares.

Dada a descentralização e terceirização das cadeias produtivas dos fornecedores da Companhia, não se pode garantir que os fornecedores não terão problemas com relação às condições de trabalho, sustentabilidade, quarteirização da cadeia produtiva e condições de segurança impróprias, ou que eles não usarão práticas irregulares para reduzir os custos dos produtos. Se os fornecedores da Companhia se envolverem com práticas irregulares, a reputação da Companhia poderá ser prejudicada e, como consequência, a percepção dos consumidores poderá ser afetada adversamente, causando, assim, uma redução na receita líquida de vendas e serviços da Companhia e nos resultados operacionais, bem como no preço de negociação das ações de emissão da Companhia. Adicionalmente, caso venha a ser solidária ou subsidiariamente responsável por tais atos, a Companhia poderá ser incluída em listas do ministério do trabalho, afetando sua imagem e, entre outros, sua capacidade de contrair dívidas e gozar de benefícios fiscais.

(f) aos clientes da Companhia.

A Companhia pode ser responsabilizada por perdas causadas por seus serviços ou produtos aos consumidores, o que pode afetar adversamente seus resultados.

As leis brasileiras de proteção ao consumidor são rigorosas e atribuem o ônus da prova aos fornecedores. No âmbito do Código de Defesa do Consumidor, a Companhia está sujeita a uma série de regras relacionadas à defesa do consumidor, que incluem, dentre outras, proteção contra publicidade enganosa e ilusória, proteção contra práticas comerciais coercitivas, irregulares ou injustas e proteção na redação e interpretação de contratos, normalmente sob a forma de responsabilidade civil e aplicação de sanções administrativas por eventuais violações. A Companhia pode violar ou ser acusada de violar o Código de Defesa do Consumidor e incorrer em multas, e eventualmente não conseguir contestar essas multas.

Pleitos de defesa do consumidor podem ser deduzidos em ações individuais ou coletivas. Estas últimas podem ser propostas em favor do consumidor pelas autoridades estaduais ou federais, por intermédio de órgãos da administração pública direta ou indireta, em particular a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON) e pelo Ministério Público, ou por associações de proteção ao consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos podem alegar, por exemplo, que nossos serviços não foram adequadamente prestados por funcionários da Companhia, serviços financeiros de terceiros foram incorretamente vendidos ou indevidamente cobrados, os serviços da Companhia sejam insatisfatórios e outros motivos.

No caso de a Companhia ser responsabilizada em um processo judicial, essa pode ter um efeito adverso relevante em seus negócios, reputação, marca, condição operacional e financeira, fluxos de caixa e lucratividade.

Ademais, a defesa da Companhia em tais procedimentos legais podem exigir custos adicionais e tempo e atenção substanciais de nosso pessoal administrativo e técnico. Além disso, publicidade negativa associada a nossos serviços ou produtos, incluindo defeitos, erros, falhas (incluindo acidentes) e qualidade, pode afetar adversamente a reputação com consumidores atuais e futuros, a imagem corporativa da Companhia e suas marcas, o que pode ter um efeito adverso nos seus negócios e condição financeira. Para mais informações sobre processos judiciais e administrativos envolvendo a Companhia, ver itens 4.3 e seguintes deste Formulário de Referência.

(g) aos setores da economia nos quais a Companhia atua

A Companhia enfrenta concorrência no setor de depilação a laser, estética facial e indústria de cosméticos.

Existem diversos concorrentes no setor de depilação a laser, estética facial e indústria de produtos cosméticos. As vendas de depilação a laser, estética facial e produtos cosméticos da Companhia competem com uma variedade de outras marcas e prestadores dos mesmos serviços, ou alternativas a custos menores. O sucesso da Companhia depende do apelo de seus produtos e serviços a uma ampla gama de clientes, cujas preferências não podem ser previstas com certeza e estão sujeitas a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

mudanças, e de sua capacidade de desenvolver novos produtos e serviços por meio de inovações e extensões de linhas de produtos e de outros serviços. A Companhia pode incorrer em despesas relacionadas ao desenvolvimento de produtos ou novos serviços, *marketing* e publicidade que não serão, subseqüentemente, suportadas por um nível suficiente de vendas, o que poderá afetar negativamente os resultados das operações da Companhia.

A indústria de serviços de depilação é fragmentada com diversos concorrentes no Brasil. O sucesso da Companhia depende do apelo dos seus serviços a uma ampla gama de clientes, cujas preferências não podem ser previstas com certeza e estão sujeitas a mudanças, e da sua capacidade de desenvolver novos serviços ou inovar os serviços existentes. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de continuar a expandir os serviços prestados de forma suficiente para atender as demandas dos consumidores.

Alguns dos concorrentes da Companhia oferecem os mesmos serviços, incluindo por preços menores e em locais que podem ser mais convenientes por também oferecerem outros serviços, como salões e espaços de beleza. Outros concorrentes oferecem serviços diferentes que são mais baratos que os procedimentos estéticos oferecidos pela Companhia, incluindo depilação com cera, por exemplo.

Adicionalmente, a Companhia, por meio de sua franqueadora EL Franchising Ltda. mantém, desde 2016, um contrato de exclusividade com a Skintec, distribuidora exclusiva da Candela Corporation em todo o território brasileiro, para a aquisição da linha *GentleLase* e do insumo de uso obrigatório, o cilindro criogênico. Caso, por qualquer razão, a Companhia deixe de ter a exclusividade de adquirir a máquina, seus concorrentes poderão passar a adquiri-la e, desta forma, oferecer a tecnologia da Candela Corporation aos seus clientes. Se a Companhia não for capaz de responder às pressões de concorrentes de modo imediato e adequado, a demanda por seus serviços pode diminuir, prejudicando de maneira relevante a sua situação financeira e resultados operacionais.

A Companhia pode não ser capaz de se adaptar rapidamente às transformações digitais do setor e atender às novas tendências e preferências dos seus clientes.

A tecnologia empregada no *e-commerce* está em constante evolução. A Companhia pode não ser capaz de se adaptar de forma suficientemente rápida para atender às exigências dos clientes, bem como preferências e padrões do setor. A Companhia pode, ainda, se deparar com alguns obstáculos em busca de uma transformação digital relacionados à complexidade organizacional e à falta de processos que viabilizem a colaboração e inserção dos funcionários. Caso a Companhia não consiga atualizar a tecnologia empregada no seu *e-commerce* ou implementar a transformação digital planejada, as operações e resultados da Companhia podem ser negativamente afetados.

O perfil e hábitos dos clientes da Companhia podem mudar repentinamente, exigindo que sejam prestados serviços adicionais aos atualmente prestados, o que depende da capacidade da Companhia de articulação com novos fornecedores e parceiros ou a mudança de estratégia para atendimento às novas demandas. As demandas dos consumidores quanto a novos serviços e produtos evolui constantemente, de modo que a depilação a laser e os serviços de estética facial prestados poderão não ter no futuro a demanda usual e projetada pela Companhia. A prestação de serviços adicionais e de outros produtos de beleza e estética que os clientes possam exigir, ou ainda a mudança de estratégia corporativa quanto aos serviços atualmente prestados, podem aumentar a exposição da Companhia à responsabilização por eventuais danos aos clientes, tal como pela ausência de seguro com cobertura para determinados tratamentos, e riscos financeiros adicionais.

A capacidade da Companhia de fornecer determinados serviços depende da sua capacidade de encontrar fornecedores e parceiros necessários para prestação dos referidos serviços. A Companhia não pode garantir que será capaz de encontrar tais fornecedores ou parceiros ou, ainda, negociar termos e condições favoráveis com tais fornecedores e arcar com os respectivos custos de contratação. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de continuar a expandir os serviços prestados de forma suficiente para atender as demandas dos consumidores. Caso a Companhia não consiga expandir seus serviços de forma a atender às demandas dos seus clientes ou adaptar-se a novas demandas, seus clientes podem optar pelos serviços de concorrentes da Companhia que prestem serviços mais completos, o que pode afetar negativamente as operações e resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(h) à regulamentação dos setores em que a Companhia atua.

A regulamentação vigente exige a obtenção de autorizações específicas para cada uma das lojas da Companhia, o que pode aumentar o custo de operação das lojas ou, caso tais normas sejam descumpridas, acarretar a aplicação de multa ou interdição de algumas delas.

As atividades desenvolvidas pela Companhia estão sujeitas à legislação e às regulamentações federais, estaduais e municipais que impõem a obtenção de licenças, autorizações, permissões, alvarás, certificados ou registros para matrizes e filiais. Dentre as quais estão, especialmente, o licenciamento sanitário e o registro da Companhia e de seus Responsáveis Técnicos no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (“**CRFITO**”) e no Conselho Regional de Biologia e Biomedicina (“**CRBM**”) competentes. A Companhia deve ainda utilizar equipamentos devidamente certificados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“**ANVISA**”), classificados como de alto risco, no desenvolvimento de suas atividades, sob pena de descumprimento da regulamentação federal. Os Alvarás Sanitários também são expedidos pela vigilância Sanitária de cada município, que obedecem à Anvisa (Agência Nacional da Vigilância Sanitária). Para a obtenção dos Alvarás de Funcionamento, ainda é realizado o licenciamento eletrônico, para obtenção do CLI (Certificado de Licenciamento Integrado).

Além disso, eventuais alterações, bem como exigências adicionais por parte dos órgãos reguladores na legislação atualmente vigente podem afetar de forma adversa os negócios da Companhia.

Há, portanto, a necessidade de interação frequente da Companhia com autoridades governamentais, de modo que alterações nas regulamentações aplicáveis, atrasos dos órgãos na emissão de licenças ou descumprimento alegado ou efetivo de referidas normas podem afetar de modo adverso e relevante as atividades desenvolvidas. A Companhia está sujeita, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em suas lojas para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

Licenças como o alvará sanitário municipal, por exemplo, possuem prazo de validade e devem ser renovadas de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação. A Companhia pode não conseguir obter todas as licenças necessárias (inclusive em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, inclusive no cenário da pandemia da COVID-19, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação das licenças poderá, caso a caso, resultar em autos de infração, sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, impedi-la de abrir e operar as lojas, resultar na interdição ou fechamento das lojas e, eventualmente, em responsabilização criminal em caso de abertura de lojas em descumprimento das restrições de funcionamento estabelecida.

Por fim, a Companhia não pode assegurar a regularidade da situação cadastral dos Imóveis perante as Prefeituras locais, bem como a inexistência de débitos que possam afetar as ocupações exercidas. Considerando que débitos tributários imobiliários possuem natureza *propter rem*, ou seja, recaem sobre o próprio bem, eventual perda dos Imóveis oriunda de decisão de execução fiscal afetaria as ocupações atualmente exercidas, gerando óbice à permanência das Companhia em tais Imóveis, podendo afetar as atividades.

Além disso, o Poder Público pode editar normas mais rigorosas ou adotar interpretações mais restritivas de leis e regulamentos existentes, o que pode implicar em gastos adicionais para que a Companhia se adequa a estas regras. Qualquer ação nesse sentido por parte do Poder Público poderá afetar adversamente as atividades da Companhia.

A estratégia de negócios da Companhia poderá ser substancial e adversamente afetada se não conseguir abrir e operar novas lojas, se precisar suspender o funcionamento ou fechar algumas de suas lojas existentes em consequência da sua incapacidade de obter ou renovar as licenças.

Para informações adicionais sobre os efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades da Companhia, consulte o item 7.5 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia enfrenta riscos relativos aos cadastros, autorizações, licenças e alvarás para instalação e operação das suas atividades.

As atividades dependem de licenças de responsabilidade da Prefeitura local, destacando-se o Habite-se (Auto de Conclusão de Obras) e a Licença de Instalação e Funcionamento (“LIF”). O Habite-se atesta que as edificações realizadas nos imóveis foram concluídas de acordo com os projetos aprovados perante as autoridades competentes e em conformidade com a legislação municipal, não possuindo prazo de validade. A LIF, é o documento hábil para autorizar o desenvolvimento de atividades empresariais nos imóveis, sendo certo que a operação de atividades não residenciais sem as respectivas licenças imobiliárias implica no risco de interdição do estabelecimento, com aplicação de multas cumulativas. Ainda, a interdição pode ser determinada pelo período necessário à obtenção da licença, ou, em caso de impossibilidade, pode haver a lação definitiva.

No tocante ao documento de responsabilidade do Corpo de Bombeiros, trata-se do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (“AVCB”). A inexistência de AVCB, por seu turno, pode ensejar na autuação pelo referido órgão, com a aplicação das penalidades gradativas e/ou cumulativas, que podem ser desde notificações, multas e até, em casos mais extremos, interdição do estabelecimento. A Companhia não pode assegurar que atualmente possui, para o exercício de suas atividades, todas as licenças válidas para operar e/ou que obterá e/ou renovará, no futuro, estas licenças, ou que as obterá e/ou renovará sempre em prazos adequados, sendo certo que reconhece que a ausência de regularização poderá gerar óbices às ocupações atualmente exercidas e, por conseguinte, eventuais prejuízos financeiros advindos por multas, bem como procedimentos de realocação de suas lojas.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita à regulação e controle de outras autoridades públicas, além daquelas hoje entendidas como sendo as competentes, vez que não se pode garantir que tais autoridades públicas não tenham um entendimento contrário ao da Companhia quanto à necessidade de obtenção de outras licenças, alvarás, autorizações e demais cadastros adicionais aos que a Companhia entende atualmente necessário ao desenvolvimento das atividades. A estratégia comercial da Companhia pode ser afetada negativamente caso ocorra (i) a impossibilidade de abertura e operação de novas lojas; e/ou (ii) a interdição ou o fechamento de atuais lojas, em decorrência da não obtenção ou renovação (conforme o caso) de cadastros, alvarás e licenças exigidos, o que poderá impactar negativamente e de forma relevante os resultados operacionais da Companhia.

Este cenário pode vir a ser agravado pelos efeitos decorrentes da decretação de calamidade pública devido a pandemia da COVID-19, o qual resultou em adoção de medidas de redução de funcionamento de órgãos públicos pelo Governo Federal, bem como pelos governos estaduais e municipais, o que pode dificultar a obtenção e/ou renovação das licenças, registros, alvarás e autorizações necessárias para as atividades da Companhia.

Por fim, a Companhia não pode assegurar a regularidade da situação cadastral dos Imóveis perante as Prefeituras locais, bem como a inexistência de débitos que possam afetar as ocupações exercidas. Considerando que débitos tributários imobiliários possuem natureza *propter rem*, ou seja, recaem sobre o próprio bem, eventual perda dos Imóveis oriunda de decisão de execução fiscal afetaria as ocupações atualmente exercidas, gerando óbice à permanência da Companhia em tais Imóveis, podendo afetar as atividades.

Alterações na legislação tributária brasileira e conflitos em sua interpretação podem impactar adversamente a Companhia, aumentando impostos que a Companhia é obrigada a pagar.

A legislação tributária brasileira é alterada regularmente pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Tais alterações incluem criação de novos tributos, alterações nas alíquotas e, por vezes, criação de tributos temporários destinados a determinados propósitos governamentais específicos, bem como alterações na interpretação de tal legislação por tribunais brasileiros. Essas medidas poderão resultar em aumento da carga tributária devida pela Companhia e a carga tributária devida pelos clientes e fornecedores, o que, conseqüentemente, terá impactos na lucratividade e até nos preços dos serviços prestados no setor de atuação da Companhia. A Companhia não pode garantir que, diante de alterações que aumentem a carga tributária, será capaz de manter o preço de seus

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

serviços, seu fluxo de caixa projetado ou sua lucratividade, o que poderá impactar negativamente nos negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia pode estar sujeita a fiscalizações da Receita Federal de tempos em tempos. Como resultado de tais fiscalizações, as posições fiscais podem ser questionadas pelas autoridades fiscais, gerando procedimentos e processos fiscais. A Companhia não pode garantir que os provisionamentos de seus procedimentos e processos serão suficientes, que não haverá identificação de exposição fiscal adicional nem que não será necessária constituição de reservas fiscais adicionais para qualquer exposição fiscal. Qualquer aumento no montante da tributação como resultado das contestações às posições fiscais da Companhia pode afetar adversamente os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia.

Quaisquer processos relacionados a assuntos fiscais perante os tribunais, incluindo o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), podem afetar negativamente a Companhia.

Atualmente, o Congresso brasileiro está analisando propostas para a implementação de uma reforma tributária, as quais incluem um potencial consumo tributário, eliminando os impostos federais IPI, PIS e COFINS, o imposto estadual ICMS e o imposto municipal ISS, para criar um novo imposto único, o Imposto sobre Transações de Bens e Serviços (IBS), ser aplicado sobre o consumo.

A pandemia da COVID-19 e a decretação do estado de calamidade podem resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível queda da arrecadação no país e uma elevação da demanda por gastos públicos em setores fundamentais. Nesse cenário, os Governos Federal, Estadual e Municipal poderão promover alterações legislativas para impor, ainda que temporariamente, tratamento tributário mais oneroso às atividades da Companhia, podendo tais medidas afetar adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia não pode garantir que o governo brasileiro não implementará uma reforma tributária ou mudanças nas leis e regulamentos aplicáveis, alterando o sistema tributário ao qual está sujeita atualmente, bem como que eventuais incentivos fiscais serão mantidos ou renovados em condições favoráveis para a Companhia. Se essas mudanças aumentarem direta ou indiretamente a carga tributária devida pela Companhia, a sua margem bruta poderá diminuir e, conseqüentemente, impactar adversamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

A regulamentação da Internet e do comércio eletrônico pelo Governo Federal está em constante mutação e mudanças desfavoráveis poderão prejudicar os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita às regulamentações e leis comerciais gerais, assim como a regulamentações e leis regendo especificamente a Internet. Não há atualmente na legislação brasileira distinção entre as leis relativas ao *e-commerce* e ao comércio em geral. Essas leis e regulamentações atuais, bem como leis e regulamentações futuras, incluindo leis e regulamentações específicas sobre *e-commerce* poderão impedir o crescimento do *e-commerce* ou de outros serviços online disponibilizados pela Companhia. Adicionalmente, leis e regulamentações futuras específicas sobre *e-commerce* podem englobar regras específicas relativas à tributação, privacidade do usuário, proteção de dados, precificação, conteúdo, direitos autorais, distribuição, contratos eletrônicos e outras comunicações, proteção ao cliente, prestação de serviços de pagamento online e características e qualidade de produtos e serviços. Caso tais leis e regulamentos futuros sejam restritivos ou onerosos para a Companhia, suas atividades e resultados podem ser afetados negativamente. Adicionalmente, existem discussões a respeito de como as leis existentes que regem questões tais como propriedade, vendas e tributos se aplicarão à Internet e ao *e-commerce*. Caso a interpretação da Companhia a respeito da forma de aplicação de tais regras ao *e-commerce* seja diferente da adotada pelas autoridades governamentais, a Companhia pode ser atuada e objeto de processos administrativos ou judiciais em decorrência do descumprimento de tais regras, o que pode afetar negativamente as operações e resultados da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Os resultados da Companhia poderão ser adversamente impactados por modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como nas normas internacionais de relatório financeiro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil são emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") são emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). O CPC e o IASB possuem calendários para aprovação de pronunciamentos contábeis e IFRS, os quais poderão sofrer alterações a qualquer momento e sobre os quais a Companhia não possui qualquer ingerência. Assim, a Companhia não consegue prever quais e quando serão aprovados novos pronunciamentos contábeis ou novas IFRS que possam de alguma forma impactar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia. Portanto, existe o risco de que as futuras demonstrações financeiras sejam alteradas em razão de novos pronunciamentos contábeis previstos pelo CPC e normatizados pela CVM, bem como do IFRS emitidos pelo IASB, o que poderá afetar as futuras demonstrações financeiras elaboradas pela Companhia.

(i) aos países estrangeiros em que a Companhia atua

As operações internacionais estão sujeitas a riscos econômicos, políticos e sociais dos países estrangeiros em que a Companhia atua ou venha a atuar. Adicionalmente, e a Companhia pode enfrentar dificuldades no que diz respeito à expansão de suas operações em novos mercados.

A Companhia pode enfrentar desafios relacionados à expansão para novas regiões geográficas no Brasil e para outros países da América Latina, sendo que a Companhia atualmente já possui operações na Argentina e na Colômbia (sendo a primeira loja da Colômbia aberta em dezembro de 2020). Considerando a incorporação da Definit Argentina pela Companhia em 02 de outubro de 2020, apresentada como eventos subsequentes nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020, conforme indicado no item 3.3 deste Formulário de Referência, as receitas auferidas por esta sociedade passarão a ser consolidadas nos resultados da Companhia a partir das demonstrações financeiras o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Para maiores informações sobre as atividades da Definit Argentina, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

Oferecer produtos existentes em novas regiões geográficas ou países pode exigir gastos substanciais e levar um tempo considerável. Não há garantia de que a Companhia conseguirá recuperar os investimentos em novos mercados ou se conseguirá recuperá-los em tempo hábil. Caso a Companhia não consiga atrair um número suficiente de clientes em novas regiões ou países, seus resultados podem ser negativamente afetados.

A Companhia pode enfrentar dificuldades relacionadas aos mercados estrangeiros ou aos mercados em que atualmente opera ou operará no futuro, por exemplo: (i) sujeição à nova regulação; (ii) mudanças regulatórias imprevistas; (iii) incapacidade de atrair pessoal e gerir operações fora do Brasil; (iv) mudança da legislação tributária; (v) mudanças das políticas e regulamentos comerciais e de investimento; (vi) dificuldades no registro e proteção de marcas e softwares; (vii) adoção de medidas de proteção, subsídio e outras formas de favorecimento governamental a concorrentes originários de tais mercados estrangeiros; (viii) barreiras culturais e linguísticas; e (ix) condições econômicas e/ou políticas desfavoráveis.

Caso um ou mais desses riscos se materializem, e a Companhia não for capaz de superar essas dificuldades, a Companhia poderá ficar incapacitada de implementar sua estratégia de expansão e as operações internacionais existentes da Companhia poderão ser negativamente afetadas.

(j) questões socioambientais

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações ambientais cujo descumprimento poderá afetá-la adversamente.

A Companhia está sujeita a leis e regulamentações federais, estaduais e municipais referentes à preservação e proteção do meio ambiente. A Companhia não pode garantir que a regulamentação ambiental não ficará mais restritiva no decorrer do tempo, seja pela aprovação de novas normas ou

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

pela aplicação de interpretações mais rígidas das leis existentes, bem como pela aplicação de interpretações divergentes àquelas da Companhia. Caso a Companhia fique sujeita a leis ambientais mais restritivas, os custos para cumprimento dessas leis e regulamentações ambientais poderão aumentar significativamente, o que pode afetar adversamente seus resultados financeiros e operacionais.

Qualquer falha no cumprimento das leis e regulamentações ambientais aplicáveis pode submeter a Companhia a sanções administrativas e penais, além da obrigação de remediar ou compensar os danos causados ou indenizar terceiros.

Para mais informações sobre a regulação socioambiental a qual a Companhia está sujeita, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem resultar em um aumento de custos para cumprimento destas regulações.

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa ("GEE"), seja através de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

(k) fatores macroeconômicos

O surto de doenças transmissíveis em todo o mundo, como a COVID-19, pode levar a uma maior volatilidade no mercado de capitais global e resultar em pressão negativa sobre a economia mundial e a economia brasileira, e os negócios da Companhia.

Surtos de doenças que afetem o comportamento das pessoas, como a COVID-19, o Zika, o Ebola, a gripe aviária, a febre aftosa, a gripe suína, a Síndrome Respiratória no Oriente Médio ou MERS e a Síndrome Respiratória Aguda Grave ou SARS, podem ter um impacto adverso relevante no mercado de capitais global, nas indústrias mundiais, na economia mundial e brasileira, nos resultados da Companhia e nas ações de sua emissão.

Em 11 de março de 2020, a OMS decretou a pandemia decorrente da COVID-19, cabendo aos países membros estabelecerem as melhores práticas para as ações preventivas e de tratamento aos infectados. Como consequência, o surto da COVID-19 resultou em medidas restritivas relacionadas ao fluxo de pessoas impostas pelos governos de diversos países em face da ampla e corrente disseminação do vírus, incluindo quarentena e *lockdown* ao redor do mundo. Como consequência de tais medidas, os países impuseram restrições às viagens e transportes públicos, fechamento prolongado de locais de trabalho, interrupções na cadeia de suprimentos, fechamento do comércio e redução de consumo de uma maneira geral pela população, o que pode resultar na volatilidade no preço de matérias-primas e outros insumos, fatores que conjuntamente exercem um efeito adverso relevante na economia global e na economia brasileira.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários de emissão da Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e também pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e financiamento das operações da Companhia no futuro em termos aceitáveis.

Por fim, o impacto destes surtos também pode precipitar ou agravar os outros riscos descritos neste item 4.1 do Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

O Governo Federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente as atividades e os resultados da Companhia e o preço de mercado de suas ações.

O Governo Federal intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas na política, nas normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e seus regulamentos diversos. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, limites sobre importações e outras medidas.

Com os acontecimentos políticos e econômicos recentes, e o aumento da pressão sobre o Governo Federal por modificações e reformas na economia nacional por meio de mudanças nas políticas e normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias, podem ser realizadas mudanças com impactos adversos que a Companhia não pode prever no momento. Frente ao momento imprevisível, não é possível antever o impacto das reformas nos negócios da Companhia. Os negócios da Companhia, a sua posição financeira, o resultado de suas operações, as suas perspectivas de negócios, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão podem ser impactados negativamente por novas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores como:

- instabilidade social, econômica e política;
- expansão ou contração da economia brasileira;
- controles cambiais e restrições de remessas ao exterior;
- inflação;
- taxas de juros;
- flutuação cambial;
- disponibilidade de crédito;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- política fiscal, política monetária e alterações na legislação tributária;
- racionamento de água e energia, bem como variação nos preços da energia;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor no qual a Companhia atua;
- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias;
- aumento da taxa de desemprego; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro, agravada pelos impactos da pandemia da COVID-19 no ano de 2020, pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade no mercado de capitais brasileiro. Além disso, a economia brasileira foi afetada por eventos políticos recentes que também afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, prejudicando assim o desempenho econômico brasileiro. Assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão afetar negativamente as atividades e resultados operacionais da Companhia e, conseqüentemente, a cotação das ações de emissão da Companhia.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A inflação e os esforços do Governo Federal de combate à inflação, inclusive aumentando as taxas de juros, podem afetar adversamente a economia brasileira e os negócios, operações e condição financeira da Companhia.

O Brasil já experimentou, no passado, índices de inflação extremamente elevados. Durante esse período, a economia brasileira foi negativamente impactada por medidas adotadas pelo Governo Federal com o intuito de controlar a inflação ou até mesmo por receio e especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas. Esse cenário contribuiu diretamente para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Governo Federal tem adotado medidas de controle da inflação que, frequentemente, têm incluído a manutenção de política monetária restritiva, com histórico de altas taxas de juros, o que pode restringir a disponibilidade de crédito e reduzir o crescimento econômico. Por outro lado, políticas mais brandas do governo e do Banco Central e quedas nas taxas de juros podem desencadear aumentos da inflação e, conseqüentemente, a volatilidade do crescimento econômico e a necessidade de aumentos repentinos e significativos da taxa de juros. A taxa de inflação brasileira, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - IPCA, medido pelo IBGE, para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, foi de 4,31%, 3,75% e 2,95% respectivamente. Uma das conseqüências deste combate à inflação é a variação significativa das taxas de juros oficiais no Brasil, que variaram de 13,75% a.a. em 31 de dezembro de 2016, 7,00% a.a. em 31 de dezembro de 2017, 6,50% a.a. em 31 de dezembro de 2018 e 4,50% em 31 de dezembro de 2019, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (COPOM), sendo que na data deste Formulário de Referência está em 2,00% a.a.

Nesse sentido, o Brasil continua sujeito a um aumento de inflação como conseqüência da intervenção do Governo Federal, inclusive mediante a redução ou aumento das taxas de juros e a intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do real. O risco para a Companhia é o de que caso o Brasil volte a experimentar índices de inflação elevada, a Companhia não seja capaz de reajustar os preços que cobra de seus clientes para compensar os efeitos do aumento da inflação sobre a sua estrutura de custos, o que poderá desencadear em um aumento nos custos e redução da margem operacional líquida da Companhia.

Além disso, em 7 de novembro de 2020, Joseph Biden venceu a eleição presidencial dos Estados Unidos da América e assumirá o cargo como o 46º Presidente dos Estados Unidos da América em 20 de janeiro de 2021. A Companhia não tem controle e não pode prever o efeito da administração de Biden ou de suas políticas. Tais acontecimentos, bem como potenciais crises e outras formas de instabilidade política deles decorrentes ou quaisquer outros acontecimentos não previstos, podem afetar adversamente a Companhia e o valor de mercado de suas ações. O Presidente dos Estados Unidos da América tem poder considerável para determinar políticas e ações governamentais que podem gerar um efeito adverso relevante na economia global e na estabilidade política global. A Companhia não pode assegurar que o novo governo implementará políticas destinadas a promover a estabilidade macroeconômica, a disciplina orçamental e os investimentos nacionais e estrangeiros, o que pode ter um efeito adverso relevante no mercado financeiro e no mercado de valores mobiliários no Brasil, bem como nas empresas brasileiras, incluindo a Companhia, e nos valores mobiliários de titularidade de emissores brasileiros.

A economia brasileira e o preço de mercado dos valores mobiliários brasileiros estão sujeitos a acontecimentos e percepções de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente e nos Estados Unidos.

O mercado de valores mobiliários brasileiro sofre grande influência de fatores e percepções externas, incluindo os Estados Unidos, países europeus, bem como outros países latino-americanos e de mercados emergentes. As condições econômicas e de mercado de países da América Latina, Ásia, América do Norte, Europa e outros, exercem, em diferentes escalas, impacto no valor de mercado dos valores mobiliários negociados no Brasil e nos títulos de empresas brasileiras negociados em mercados estrangeiros. Embora as condições econômicas na Europa e nos Estados Unidos possam diferir significativamente das condições econômicas do Brasil, as reações dos investidores a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

acontecimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o preço de mercado de valores mobiliários de emissores brasileiros.

Os preços das ações negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), por exemplo, foram historicamente sensíveis a flutuações nas taxas de juros nos Estados Unidos, bem como a variações das principais bolsas de valores dos Estados Unidos. Além disso, as crises em outros países de mercados emergentes podem diminuir o interesse de investidores em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo as ações da Companhia. Esses eventos podem afetar negativamente o preço de mercado das ações de emissão da Companhia, restringir o acesso da Companhia aos mercados de capitais e comprometer a capacidade de financiar as suas operações no futuro com termos favoráveis ou independentemente dos termos.

Além disso, a crise financeira e a instabilidade política nos Estados Unidos, Europa e outros países, inclusive em decorrência dos efeitos da pandemia da COVID-19, afetaram a economia global, produzindo diversos efeitos que, direta ou indiretamente, impactaram o mercado de capitais e a economia brasileira, como as flutuações no preço de títulos emitidos por empresas listadas, reduções na oferta de crédito, deterioração da economia global, flutuação das taxas de câmbio e inflação, entre outras, que podem, direta ou indiretamente, afetar a Companhia adversamente. Em junho de 2016, o Reino Unido convocou um referendo em que a maioria de sua população votou pelo Reino Unido para sair da União Europeia. A Companhia não tem controle e não pode prever o efeito da saída do Reino Unido da União Europeia nem sobre se e até que ponto outros estados membros decidirão sair da União Europeia no futuro, bem como o impacto que isso poderia ter na cotação das ações da Companhia.

Estes desenvolvimentos, bem como potenciais crises e formas de instabilidade política daí decorrentes ou qualquer outro desenvolvimento imprevisto, podem afetar negativamente a Companhia e o valor de mercado das ações de sua emissão.

A instabilidade política e econômica no Brasil pode afetar adversamente os negócios da Companhia, resultados de suas operações e o preço de negociação de suas ações.

O ambiente político brasileiro influenciou historicamente e continua influenciando o desempenho da economia do país. As crises políticas afetaram e continuam afetando a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e aumento da volatilidade dos títulos emitidos por empresas brasileiras.

A recente instabilidade econômica no Brasil contribuiu para a redução da confiança do mercado na economia brasileira e para o agravamento da situação do ambiente político interno. Além disso, os mercados brasileiros tiveram um aumento na volatilidade devido às incertezas decorrentes de várias investigações em andamento sobre acusações de lavagem de dinheiro e corrupção conduzidas pela Polícia Federal brasileira e pelo Ministério Público Federal, incluindo a maior investigação conhecida como “Lava Jato”. Tais investigações tiveram um impacto negativo na economia e no ambiente político do país. Os efeitos da Lava Jato, assim como outras investigações relacionadas à corrupção, resultaram em um impacto adverso na imagem e na reputação das empresas envolvidas, bem como na percepção geral do mercado sobre a economia brasileira, o ambiente político e dos mercados de capitais. A Companhia não tem e não pode prever se tais investigações ou denúncias em andamento levarão a uma maior instabilidade política e econômica ou se novas alegações contra funcionários do governo e/ou empresas surgirão no futuro.

Adicionalmente, durante o mês de abril de 2020, o Presidente da República se envolveu em discussões políticas que culminaram na exoneração do então Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e do pedido de exoneração do então Ministro da Justiça, Sergio Moro. Mencionados ex-Ministros eram considerados nomes fortes do atual Governo Federal e as ocasiões em que as alterações ministeriais ocorreram provocaram ainda mais instabilidade na economia brasileira e no mercado de capitais. A Companhia não pode garantir que o desenrolar desses eventos terá o condão de provocar impactos adversos adicionais à situação político-econômica do Brasil. Além disso, a Companhia não pode garantir que outros eventos políticos não provocarão ainda mais instabilidade na economia brasileira, no mercado de capitais e na cotação de suas ações.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Até a data deste Formulário de Referência, o presidente Jair Bolsonaro está sendo investigado pelo STF pela suposta prática de atos impróprios alegados pelo ex-ministro da Justiça, Sr. Sergio Moro. Segundo o ex-ministro, o presidente teria solicitado a nomeação de funcionários da polícia federal brasileira. Caso o presidente tenha cometido tais atos, quaisquer consequências resultantes, incluindo uma potencial abertura de processo de impeachment, poderiam ter efeitos adversos relevantes no ambiente político e econômico no Brasil, bem como em negócios que operam no Brasil, inclusive nos negócios da Companhia.

Além disso, qualquer dificuldade do Governo Federal em conseguir maioria no Congresso Nacional poderia resultar em impasse, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo da Companhia. Não é possível prever quais políticas o Presidente irá adotar, muito menos se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais poderão ter um efeito adverso sobre a Companhia ou sobre a economia brasileira. A incerteza política e econômica e quaisquer novas políticas ou mudanças nas políticas atuais podem ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas da Companhia. A incerteza sobre se o governo brasileiro implementará mudanças na política ou regulamentação que afetem esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade dos títulos emitidos no exterior por empresas brasileiras, incluindo a Companhia.

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a economia brasileira e sobre a Companhia.

A moeda brasileira flutua em relação ao dólar norte-americano e outras moedas estrangeiras. No passado, o Governo Federal adotou diferentes regimes cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variava de diária para mensal), controles cambiais, mercados com caixa de câmbio dupla e um sistema de taxa de câmbio flutuante. Desde 1999, o Brasil adota um sistema de taxa cambial flutuante, com intervenções do Banco Central do Brasil na compra ou venda de moeda estrangeira. De tempos em tempos, ocorrem flutuações significativas na taxa cambial entre o real e o dólar norte-americano e outras moedas. Em 29 de dezembro de 2017, a taxa de câmbio Real/Dólar estava R\$3,31, passando para R\$4,03 ao final de 2019. Já em 30 de setembro de 2020, a taxa de câmbio Real/Dólar atingiu R\$5,64, desvalorização de 39,9% frente à taxa de 31 de dezembro de 2019. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente com relação ao dólar norte-americano no futuro. A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia. A desvalorização do real frente ao dólar norte-americano pode criar pressões inflacionárias no Brasil e provocar aumentos nas taxas de juros, o que poderia afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo. Em 30 de setembro de 2020, cerca de R\$ 370 milhões em empréstimos e financiamentos bancários da Companhia eram denominados em dólares norte-americanos.

O equipamento de depilação a laser da Companhia é produzido pela Candela nos Estados Unidos, sendo importado através da Skintec, que é o distribuidor exclusivo da Candela no Brasil, com seu preço atrelado ao dólar. Tendo em vista que a aquisição das máquinas de depilação a laser representa aproximadamente 69% do investimento de instalação das unidades da Companhia, a desvalorização cambial do real frente ao dólar e a volatilidade do Real podem aumentar o custo de aquisição das máquinas de depilação a laser pela Companhia e afetar o retorno esperado das lojas da Companhia. O consumível das sessões de depilação a laser, criogênio, que atua para resfriar a pele e proporcionar uma experiência mais indolor, também é precificado em dólar, e, portanto, uma desvalorização do real frente ao dólar pode elevar os custos e afetar os resultados da Companhia adversamente. A desvalorização também reduziria o valor dos dividendos distribuídos em dólar norte-americano e o equivalente ao preço de negociação das ações da Companhia em dólares norte-americanos.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

Adicionalmente, a desvalorização do real pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo e os nossos resultados, por conta da retração no consumo e do aumento dos nossos custos. Por outro lado, a valorização do real pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Não exercemos quaisquer influências sobre a política cambial adotada no Brasil e nem dispõe da capacidade de prevê-la. O negócio, a situação financeira, os resultados operacionais e as nossas perspectivas poderão ser afetados negativamente por mudanças em tais políticas cambiais

Um mercado ativo e líquido para as ações ordinárias da Companhia pode não se desenvolver. A volatilidade e falta de liquidez dos mercados de capitais brasileiros podem limitar substancialmente a capacidade de vender as ações ordinárias de emissão da Companhia pelo preço e no momento desejados.

Investir em valores mobiliários brasileiros, tais como as ações ordinárias de emissão da Companhia, frequentemente envolve riscos maiores do que investir em valores mobiliários de emissores de outros países, com condições políticas e econômicas mais estáveis, além de que investimentos em valores mobiliários brasileiros são geralmente considerados mais especulativos por natureza. Esses investimentos estão sujeitos a:

- mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar sua capacidade de total ou parcial de receber recursos relacionados aos seus investimentos; e
- restrições sobre investimentos estrangeiros e repatriação do capital investido.

O mercado de capitais brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e pode ser mais volátil do que os principais mercados de capitais estrangeiros, tais como o dos Estados Unidos da América ou da Europa e não são tão rigorosamente supervisionados quanto esses mercados. A falta de liquidez relativa e a menor capitalização do mercado acionário brasileiro podem limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender seus valores mobiliários pelo preço e no momento em que desejarem.

Ainda, o preço de ações após a realização de uma oferta está frequentemente sujeito a volatilidade. Se um mercado de negociação ativo e líquido de ações ordinárias emitidas pela Companhia não for desenvolvido e mantido, o preço de negociação das ações ordinárias poderá ser negativamente afetado. Além disso, fatores fora do controle da Companhia, como recomendações de analistas ou eventos afetando o setor de varejo e mudanças nas condições dos mercados financeiros podem ter um impacto relevante no preço de mercado das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Qualquer desvalorização adicional da classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço das ações da Companhia.

A classificação de risco de crédito afeta a percepção de risco dos investidores e, em consequência, o preço de negociação de valores mobiliários e rendimentos necessários na emissão futura de dívidas nos mercados de capitais. Agências de rating avaliam regularmente o Brasil e seus ratings soberanos, que se baseiam em uma série de fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições fiscais e orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de alterações em qualquer um desses fatores. O Brasil perdeu grau de classificação da sua dívida soberana nas três principais agências de classificação de risco baseadas nos EUA: Standard & Poor's, Moody's e Fitch, conforme descrito abaixo:

- em fevereiro de 2016, a Standard & Poor's rebaixou o rating de crédito do Brasil de BB+ para BB, e manteve sua perspectiva negativa sobre o rating, citando uma piora na situação de crédito desde 2015. Em janeiro de 2018, a Standard & Poor's reduziu seu rating para o BB com uma perspectiva estável, e em dezembro de 2019, a agência elevou sua perspectiva para positiva. Entretanto, em abril de 2020, a perspectiva foi novamente rebaixada para estável, como resultado da desaceleração no PIB por conta da pandemia, do aumento de

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

gastos pelo governo para enfrentar a pandemia e do aumento no nível de incerteza no avanço da agenda de reformas estruturais quando a pandemia se dissipar.

- em fevereiro de 2016, a Moody's rebaixou os ratings do Brasil para abaixo do grau de investimento, para Ba2 com perspectiva negativa, citando a perspectiva de deterioração adicional no serviço da dívida do Brasil em um ambiente negativo ou de baixo crescimento, além de desafiar a dinâmica política. Em abril de 2018, a Moody's manteve o rating de crédito do Brasil em Ba2, mas mudou sua perspectiva de negativa para estável, o que manteve em setembro de 2018, citando expectativas de novos cortes nos gastos do governo. O rating e perspectiva estável foram reafirmados em maio de 2020.
- em fevereiro de 2018, a Fitch rebaixou a nota de risco de crédito soberano do Brasil para BB negativo, nota essa que foi reafirmada em agosto de 2018, com uma perspectiva estável, citando as fraquezas estruturais nas finanças públicas, alto endividamento do governo, fracas perspectivas de crescimento, ambiente político e questões relacionadas à corrupção. O rating BB negativo de risco de crédito soberano do Brasil foi reafirmado em maio de 2019, bem como em maio de 2020, com perspectiva negativa, citando a deterioração dos cenários econômico e fiscal brasileiro e de riscos da piora para ambas dimensões, diante da renovada incerteza política, além das incertezas sobre duração e intensidade da pandemia da COVID-19.

A classificação de crédito soberana do Brasil atualmente é avaliada abaixo do grau de investimento pelas três principais agências de rating acima mencionadas. Consequentemente, os preços dos títulos emitidos por empresas brasileiras foram afetados negativamente. A continuação ou o agravamento da atual recessão brasileira e a contínua incerteza política, entre outros fatores, podem levar a novos rebaixamentos. Qualquer nova degradação das classificações de crédito soberano do Brasil poderá aumentar a percepção de risco dos investidores e, como resultado, aumentar o custo futuro da emissão de dívida e afetar adversamente o preço de negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia.

Potenciais oscilações das taxas de juros poderão provocar efeito prejudicial nos negócios da Companhia e nos preços de mercado das ações de emissão da Companhia.

Oscilações do cenário prospectivo para as principais taxas de juros tanto da economia brasileira quanto das principais taxas de referência dos mercados desenvolvidos, podem impactar o resultado financeiro da Companhia. O impacto direto de alta de juros se dá na parcela da carteira de investimentos prefixada, impactando negativamente a marcação à mercado destes ativos sensíveis a variação das taxas de juros. Analogamente, reduções expressivas das taxas de juros eventualmente podem impactar o resultado financeiro, vide menor rentabilidade da parcela indexada às taxas flutuantes como CDI e SELIC, podendo em casos de grandes oscilações nas taxas de juros refletir nos preços de mercado das ações de sua emissão.

Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice das taxas médias do CDI foi de 5,96%, 6,42% e 9,93%, respectivamente. Oscilações nas principais taxas de juros da economia brasileira podem ter os seguintes efeitos, diretos ou indiretos: (i) impacto na demanda por produtos vendidos pela Companhia, (ii) mudança nas taxas de juros de crédito ao consumidor, (iii) diminuição da rentabilidade dos produtos financeiros oferecidos pela Companhia, (iv) mudanças nos termos comerciais com fornecedores e prestadores de serviços (v) impacto na capacidade da Companhia de obter empréstimos, (vi) aumento do custo do endividamento, resultando em maiores despesas financeiras, entre outros. Estes efeitos podem causar tanto queda nas vendas como diminuição da rentabilidade, e assim, podem impactar adversamente as atividades da Companhia e seus negócios.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

4.2 - Descrição dos principais riscos de mercado

As atividades da Companhia a expõe a diversos tipos de risco, dentre os quais se destacam: (i) risco de mercado, incluindo o risco de moeda e o risco de preço; (ii) risco de crédito; (iii) risco de liquidez; (iv) risco de taxa de juros; e (v) risco de gestão de capital.

Risco de mercado

Risco de moeda

A moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes em relação ao dólar norte-americano e outras moedas fortes ao longo dos últimos anos. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (nas quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar norte-americano, assim como entre o real e outras moedas fortes. Entre 2010 e 2019, o real sofreu recorrentes desvalorizações frente ao dólar.

Ao final de 2017, 2018 e 2019, as cotações do dólar em relação ao real foram de R\$3,31, R\$3,87 e R\$4,03, respectivamente, o que representou uma desvalorização do real frente ao dólar de 17,1% em 2018 e uma desvalorização de 4,0% em 2019, em relação aos anos imediatamente anteriores. Em 30 de setembro de 2020, a cotação do dólar em relação ao real foi de R\$5,64, uma desvalorização de 39,9% frente à cotação de 31 de dezembro de 2019. Em razão disso, não se pode garantir que o real não será desvalorizado em relação ao dólar novamente. As desvalorizações do real com relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo.

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a variações na taxa de câmbio do dólar norte-americano considerando que o custo da máquina utilizada nos procedimentos de depilação a laser é precificada em dólar, de modo que tais oscilações podem fazer com que o investimento da Companhia em novas máquinas varie, podendo impactar o retorno das lojas a serem inauguradas.

Em 30 de setembro de 2020, cerca de R\$ 370 milhões dos empréstimos e financiamentos bancários eram denominados em dólares norte-americanos.

Para os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*), a Companhia considera como cenário provável (Cenário I) as taxas de câmbio futuras do Real em relação ao dólar norte-americano obtidas na B3 para o vencimento dos instrumentos, e calculada sobre o valor nominal do contrato.

A Companhia adotou os cenários equivalentes -25% (Cenário II), -50% (Cenário III), 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação do cenário provável.

Dívida – Citibank	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Varição da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 83359134	9.978	7.483	4.989	12.472	14.967
Efeito nos derivativos					
Swap	(9.978)	(7.483)	(4.989)	(12.472)	(14.967)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Dívida – Citibank	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Variação da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 83278488	19.669	14.752	9.835	24.586	29.504
Efeito nos derivativos					
Swap	(19.669)	(14.752)	(9.835)	(24.586)	(29.504)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

Dívida – Citibank	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Variação da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 82996568	7.335	5.501	3.667	9.168	11.002
Efeito nos derivativos					
Swap	(7.335)	(5.501)	(3.667)	(9.168)	(11.002)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

Dívida – Citibank	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Variação da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 83380813	10.110	7.583	5.055	12.638	15.166
Efeito nos derivativos					
Swap	(10.110)	(7.583)	(5.055)	(12.638)	(15.166)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Dívida – Citibank	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Varição da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 83549308	10.729	8.047	5.365	13.412	16.094
Efeito nos derivativos					
Swap	(10.729)	(8.047)	(5.365)	(13.412)	(16.094)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

Dívida – Citibank	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Varição da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 83579773	11.116	8.337	5.558	13.895	16.674
Efeito nos derivativos					
Swap	(11.116)	(8.337)	(5.558)	(13.895)	(16.674)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

Dívida – Citibank	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Varição da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 82996568-1	1.840	1.380	920	2.300	2.760
Efeito nos derivativos					
Swap	(1.840)	(1.380)	(920)	(2.300)	(2.760)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Dívida – Itaú	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Varição da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 1109820030016300	126.216	94.662	63.108	157.770	189.324
Efeito nos derivativos					
Swap	(126.216)	(94.662)	(63.108)	(157.770)	(189.324)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

Dívida – Itaú	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Varição da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 87896061	21.535	16.151	10.767	26.919	32.302
Efeito nos derivativos					
Swap	(21.535)	(16.151)	(10.767)	(26.919)	(32.302)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

Dívida – Santander	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Varição da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 1025923	113.480	85.110	56.740	141.850	170.220
Efeito nos derivativos					
Swap	(113.480)	(85.110)	(56.740)	(141.850)	(170.220)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Dívida – Santander	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Variação da taxa de câmbio	5%	(25%)	(50%)	25%	50%
Desvalorização do US\$ (taxa em R\$)	-	4,2305	2,8204	-	-
Valorização do US\$ (taxa em R\$)	5,6407	-	-	7,0509	8,4611
Efeito no passivo					
Empréstimo 4131 - Contrato 1023819	37.633	28.225	18.817	47.042	56.450
Efeito nos derivativos					
Swap	(37.633)	(28.225)	(18.817)	(47.042)	(56.450)
Efeito líquido	-	-	-	-	-

Risco de preço dos serviços e receitas da Companhia

O acirramento da concorrência pode levar a Companhia e suas controladas a reverem seus preços de serviços, tendo impacto direto sobre os resultados.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de mudanças nas taxas de juros que pode impactar o retorno sobre seus ativos de curto prazo. Adicionalmente, parte dos empréstimos e financiamentos têm suas taxas atreladas substancialmente à variação do CDI.

No caso dos empréstimos, o risco associado decorre da possibilidade de aumento nas taxas de CDI que resultem em acréscimo das despesas financeiras. Já para as aplicações financeiras, o risco decorre da possibilidade de redução nas taxas de CDI que diminuam as receitas financeiras. A análise de sensibilidade abaixo demonstrada foi desenvolvida considerando a exposição ao CDI:

	Resultado financeiro					
	Risco	2020	Taxa	Cenário provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Ativos				(i)		
Aplicações financeiras	Alta do CDI	91.324	CDI	2.493	3.116	3.740
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	190.484	CDI	(5.199)	(6.499)	(7.799)

(i) Para o cenário provável do CDI, foram consideradas as projeções da taxa anual conforme site B3 na data base de 30 de setembro de 2020 (2,73% a.a.) para 365 dias.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de crédito

Incorre em risco de crédito, os valores de caixa e equivalentes de caixa, representados por depósitos e aplicações financeiras de curtíssimo prazo em instituições financeiras no país.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é demonstrada na tabela abaixo:

	(em milhares de Reais)			
	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	217.084	55.109	69.252	20.003
Instrumentos financeiros derivativos	38.047	820	2.243	-
Contas a receber de clientes (circulante e não circulante)	385.379	416.946	250.070	134.745
Total	640.510	472.875	321.565	154.748

Risco de liquidez

O risco de liquidez origina-se da falta de recursos no fluxo de caixa para atender às necessidades operacionais.

O total do passivo era de R\$1.161,9 milhões em 30 de setembro de 2020, R\$902,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, R\$572,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 e R\$247,8 milhões em 31 de dezembro de 2017.

O índice de liquidez geral da Companhia, medido pela soma do ativo circulante e não circulante, dividido pela soma do passivo circulante e não circulante era de 1,2x em 30 de setembro de 2020, 1,2x em 31 de dezembro de 2019, 1,4x em 31 de dezembro de 2018 e 1,7x em 31 de dezembro de 2017.

Gestão de capital

Este risco está relacionado à capacidade de investimento da Companhia, que por sua vez influencia o processo de crescimento e retorno aos seus investidores. Dessa forma, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de endividamento (representado pela soma do passivo circulante e do passivo não circulante dividido pelo patrimônio líquido) era de 4,0x, 2,8x e 1,5x, respectivamente, sendo que no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, esse indicador atingiu 5,2x.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Para os fins deste item 4.3 foram considerados como processos individualmente relevantes (i) processos com valor individual igual ou superior a R\$1 milhão; e (ii) processos que individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia. A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza.

Processos de natureza tributária

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 45 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária. Estes processos versam, principalmente, sobre a exclusão do ISS da base de cálculo PIS e COFINS.

De acordo com a análise da Companhia, assessorada por seus advogados externos, em 30 de setembro de 2020, o valor total envolvido nos processos em andamento era de aproximadamente R\$9,7 milhões, sendo R\$ 4,5 milhões com chance de perda remota, R\$2,3 milhões com chance de perda possível e R\$2,8 milhões com chance de perda provável, dos quais R\$10,6 milhões foram provisionados.

Processo número 121740/2016 (AIIM 430.564)	
a. juízo	Prefeitura de São José dos Campos.
b. instância	Junta Municipal de Recursos de São José dos Campos.
c. data de instauração	17/10/2016
d. partes no processo	Autor: Lasercorp Serviços Estéticos Ltda. Réu: Prefeitura de São José dos Campos
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$533.923,00
f. principais fatos	A Lasercorp emitia as notas fiscais utilizando o código de fisioterapia (4.8). A Prefeitura autou a empresa, pois ela entende que o código correto para a operação é o de estética (6.2) e com isso queria que recolhêssemos a diferença entre as alíquotas (de 2% para 5%).
g. chance de perda	Causa perdida
h. análise do impacto em caso de perda	Em 13/12/2019 o recurso ordinário foi julgado e improvido por votação unânime. A decisão final foi desfavorável a Lasercorp e a Companhia terá que realizar o recolhimento do ISS devido do período de dezembro de 2011 a julho de 2016. Foi estipulado o montante a pagar no valor de R\$184.666,93. A Companhia optou pelo parcelamento da dívida em 75 meses e o desembolso financeiro atualizado (multa e juros) será de aproximadamente R\$533.923,00.

Ação Declaratória nº 1003462-74.2019.8.26.0068	
a. juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Vara da Fazenda Pública do Foro de Barueri/SP.
b. instância	Supremo Tribunal Federal e Supremo Tribunal de Justiça.
c. data de instauração	18/03/2019
d. partes no processo	Autor: EL Franchising Ltda Réu: Município de Barueri
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.437,67 – valor da causa atualizado em 30/09/2020. Amparados por uma liminar, de abril de 2019 a maio de 2020, não efetuamos depósito judicial, portanto, teremos desembolso financeiro para esse período no valor de R\$1.943.861,26 corrigido ao longo do tempo (equivalente a R\$2.162.728,64 em 30 de setembro de 2020). A partir de junho de 2020, realizamos depósito judicial, totalizando o valor de R\$403.797,87 corrigido ao longo do tempo (equivalente a R\$404.651,77 em 30 de setembro de 2020).

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Declaratória, distribuída em 18/03/2019, pleiteando a inexistência de relação jurídico tributária para discussão da impossibilidade de exigência de ISS sobre valores oriundos do contrato de franquia</p> <p>A ação declaratória teve sentença favorável em primeira instância (08/08/2019), confirmada pela segunda instância em 05/11/2019, para declarar a inexistência de relação jurídico tributária para exigência de ISS sobre valores oriundos dos contratos de franquia celebrados pela EL Franchising Ltda.</p> <p>O Município de Barueri interpôs tanto Recurso Especial quanto Recurso Extraordinário em função do acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça.</p> <p>Atualmente o Superior Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos para o Tribunal de origem a fim de aguardar a decisão do tema que foi afetado pela repercussão geral (Tema 300/STF).</p> <p>O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo determinou o sobrestamento do Recurso Extraordinário apresentado em razão da repercussão geral reconhecida sobre o tema em discussão.</p>
g. chance de perda	Provável.
h. análise do impacto em caso de perda	<p>Em caso de decisão final desfavorável, a EL Franchising Ltda. terá que realizar o recolhimento do ISS devido de 2% da receita, referente ao período de abril de 2019 até a presente data. Amparados por uma liminar, de abril de 2019 a maio de 2020, não efetuamos depósito judicial, portanto, teremos desembolso financeiro para esse período no valor de R\$1.943.861,26, corrigido ao longo do tempo (equivalente a R\$2.162.728,64 em 30 de setembro de 2020). A partir de junho de 2020, realizamos depósito judicial, totalizando o valor de R\$403.797,87 corrigido ao longo do tempo (equivalente a R\$404.651,77 em 30 de setembro de 2020). Para esse período não teremos desembolso financeiro. Em ambos os casos a multa não é aplicável, pois trata-se de imposto com exigibilidade suspensa.</p>

Parcelamento de débitos tributários

A Corpóreos, subsidiária da Companhia, aderiu a um programa de parcelamento ordinário abrangendo débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL com saldo devedor consolidado em dezembro de 2017 de R\$ 5.632.501,80 (cinco milhões seiscientos e trinta e dois mil quinhentos e um reais e oitenta centavos). O fato gerador deste parcelamento está associado à mudança do critério de reconhecimento de receita no período. Adicionalmente, a Corpóreos aderiu a um outro programa de parcelamento simplificado abrangendo também débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, com saldo devedor consolidado em dezembro de 2018 de R\$ 4.227.631,80 (quatro milhões duzentos e vinte e sete e seiscientos e trinta e um reais e oitenta centavos). Caso a Companhia descumpra os termos do parcelamento o valor total devido pode vir a ser cobrado em uma única parcela, o que poderá afetar adversamente a condição financeira da Companhia.

Processos de natureza trabalhista e previdenciária

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 60 processos judiciais de natureza trabalhista e previdenciária. Estes processos versam, principalmente, sobre pagamento de horas extras, adicional de insalubridade, diferenças salariais, indenização por danos morais e recebimento de verbas contratuais e rescisórias. De acordo com a análise da Companhia, assessorada por seus advogados externos, em 30 de setembro de 2020, o valor total envolvido nos processos em andamento era de aproximadamente R\$ 3,2 milhões, sendo R\$0,2 milhão com chance de perda remota, R\$2,9 milhões com chance de perda possível e R\$0,1 milhão com chance de perda provável, dos quais R\$6,6 milhões foram provisionados.

Dentre os processos de natureza trabalhista e previdenciária, a Companhia e suas subsidiárias não são parte em qualquer ação judicial ou procedimento administrativo que possa ser considerada como relevante em virtude do valor envolvido ou da matéria em discussão.

Processos de natureza cível e outros

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas figuravam como parte em 360 processos cíveis judiciais e nenhum processo cível administrativo. Os objetos dos referidos processos envolvem (i) indenização por danos materiais e/ou moral, cumulada com rescisão de contrato; (ii) revisional de aluguel (como autora, ações distribuídas recentemente em função da pandemia; (iii) obrigação de fazer combinada com danos morais. De acordo com a análise da

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Companhia, assessorada por seus advogados externos, em 30 de setembro de 2020, o valor total envolvido nos processos com chance de perda remota, possível e provável era de aproximadamente R\$0,8 milhão, R\$8,0 milhões e R\$0,7 milhão, respectivamente, e sendo que desses processos, R\$1,4 milhão foi provisionado.

Dentre os processos de natureza cível e outros individualmente relevantes para a Companhia, em 30 de setembro de 2020, destacam-se em razão do valor e/ou de seu objeto o seguinte:

Processo nº 14.0473.000048/2019-7	
a. juízo	Promotoria de Justiça de Votorantim.
b. instância	Não aplicável.
c. data de instauração	5 de fevereiro de 2019
d. partes no processo	Representado: ATM Corp Serviços Estéticos Ltda. ("ATM"); Representante: Sociedade Brasileira de Dermatologia – SBD
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Não aplicável.
f. principais fatos	Trata-se de inquérito civil que tramitou perante a Promotoria de Justiça de Votorantim que visava a apurar eventual defeito de serviço de depilação prestado pela ATM na comarca de Votorantim. O objeto do inquérito civil era avaliar se (i) a depilação a laser apresenta riscos à saúde de quem a ela se submete; (ii) esses riscos, se existentes, são altos ou baixos; e (iii) a avaliação médica prévia ou posterior das pessoas que se submetem ao procedimento é necessária para evitar ou atenuar esses riscos. A ATM apresentou esclarecimentos informando que (i) não há legislação específica sobre a aplicação de laser para a retirada de pelos em tratamento estético, tampouco qualquer norma que obrigue ou afirme ser necessária análise médica prévia ou posterior à realização do procedimento estético; (ii) a aplicação do laser é realizada por fisioterapeutas habilitados com Certificados de Fisioterapia em Dermato funcional, que realizam avaliações médicas antes e depois do procedimento, conforme normas estabelecidas pelos Conselhos Regional e Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; e (iii) o estabelecimento possui Declaração de Regularidade para Funcionamento emitido pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Terceira Região. O PROCON também prestou esclarecimentos, informando que, entre 2016 e 2019, não houve qualquer reclamação em relação à ATM por efeitos prejudiciais decorrentes de procedimentos de depilação a laser. Em 29 de setembro de 2020, o Promotor de Justiça responsável pelo Inquérito promoveu seu arquivamento (até a data deste Formulário de Referência ainda pendente de homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo), por entender " <i>não haver, ao menos por ora, razão jurídica ou fática para que o Ministério Público venha a buscar, pela via administrativa consensual ou pela via judicial contenciosa, o estabelecimento de qualquer de condição ou restrição técnica, incluindo a imposição de avaliação médica anterior, concomitante ou posterior, à realização dos aludidos procedimentos</i> ". O Promotor de Justiça ressaltou que eventual lesão a direitos de consumidores pela falta de fornecimento de informações adequadas sobre os riscos dos procedimentos da depilação a laser nos estabelecimentos poderá ser analisada em procedimento apartado. Até a data deste Formulário de Referência, a ATM não tinha conhecimento de qualquer ação civil pública envolvendo o tema do Inquérito Civil.
g. chance de perda	Não aplicável
h. análise do impacto em caso de perda	Na hipótese de reversão do arquivamento já determinado pelo Promotor de Justiça responsável pelo Inquérito, o Ministério Público poderá (i) propor um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser firmado com a ATM; ou (ii) ajuizar uma ação civil pública caso entenda pela ocorrência de lesão a direitos transindividuais por fatos objeto do Inquérito Civil, a qual poderia sujeitar a Companhia a prejuízo financeiro e/ou impacto operacional/reputacional na Companhia.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Processo nº 1044363-51.2020.8.26.0100	
a. juízo	7ª Vara Cível do Foro Central da Capital de São Paulo.
b. instância	1ª instância
c. data de instauração	29/059/2020
d. partes no processo	Autora: Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (" Corpóreos "); Réu: Sul América Companhia de Seguro Saúde S/A (" Sul América ")
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.895.716,68
f. principais fatos	Trata-se de ação de rescisão contratual cumulada com pedido de tutela de urgência ajuizada pela Corpóreos para obter a rescisão do "Contrato de Seguro SulAmérica Saúde Empresarial", celebrado com a Sul América em 18 de maio de 2016 para o fornecimento de serviço de seguro saúde aos funcionários da Companhia. Em março de 2020, as partes deram início a negociações sobre a renovação do contrato, e, dois meses depois, a ré informou que o valor mensal do prêmio seria reajustado em 49,84%. A Companhia notificou formalmente a ré por duas vezes, nos moldes exigidos pela seguradora, para solicitar a rescisão e negociar o pagamento da multa, mas teve que buscar a via judicial diante da recusa da seguradora. A Corpóreos, então, requereu a concessão da tutela provisória de urgência para suspender as cobranças relativas ao aviso prévio e à multa rescisória e, ao final, a declaração de (i) nulidade das cláusulas contratuais que impunham o pagamento de multa rescisória, de observância de aviso prévio ou período mínimo de manutenção do contrato, e (ii) rescisão do contrato. A ação foi interposta em 29 de maio de 2020 e até a data deste Formulário Referência, está pendente decisão sobre tutela antecipada, com prazo aberto para que a Corpóreos se manifeste sobre a contestação apresentada pela Sul América em 25 de setembro de 2020.
g. chance de perda	Possível.
h. análise do impacto em caso de perda	Em caso de eventual indeferimento da ação, a Companhia deverá quitar com o valor da multa de rescisão estipulada no contrato no montante de R\$1.895.716,68 que corresponde a dois meses à título de aviso prévio, somados a média das 6 últimas faturas e honorários advocatícios.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

4.3.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.3

Em 30 de setembro de 2020, o valor total envolvido nos processos descritos no item 4.3 deste Formulário de Referência era de aproximadamente R\$4,7 milhões, dos quais R\$2,0 milhões foram provisionados.

As provisões da Companhia são registradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), sendo constituída provisão para os processos com provável futuro desembolso de caixa, conforme avaliação da Companhia, assessorada por seus consultores jurídicos, e levam em consideração a fundamentação dos pedidos, jurisprudência aplicada em processos e tribunais semelhantes e avaliação e interpretação dos temas envolvidos.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4

Não aplicável, tendo em vista que, na data de apresentação deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos nos quais a Companhia ou controladas fossem parte, tendo como partes contrárias administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas.

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

4.5 - Processos sigilosos relevantes

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas não figuravam como partes em processos sigilosos relevantes que não tenham sido divulgados nos itens anteriores.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia apresenta a seguir uma breve descrição dos processos repetitivos ou conexos mais relevantes em que figura como parte, segregados por sua natureza:

Processos conexos de natureza trabalhista	
a. Natureza	A Companhia é parte em 60 processos de natureza trabalhista que tratam sobre (i) verbas rescisórias; (ii) horas extras; (iii) assédio moral; (iv) adicional de insalubridade; (v) acúmulo de função; (vi) reflexos nas verbas rescisórias; (vii) dano moral; e (viii) diferenças de comissão.
b. valores envolvidos	Valor envolvido agregado (atualizado em set/20) de tais processos é de R\$ 3.934.138,84, somados todas causas possíveis, prováveis e remotas.
c. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, teremos impacto material relacionado ao valor da causa e eventual risco reputacional.

Processos conexos de natureza cível	
a. Natureza	A Companhia é parte em 299 processos de natureza cível que tratam sobre (i) intercorrências oriundas do laser por eventual má execução do serviço; (ii) insatisfação do cliente com o serviço contratado; e (iii) discordância do consumidor com multa expressa no contrato de serviço para rescisão.
b. valores envolvidos	Valor envolvido agregado (atualizado em set/20) de tais processos é de R\$5.055.279,44 somados todas causas possíveis, prováveis e remotas.
c. análise do impacto em caso de perda	Em caso de perda, teremos impacto material relacionado ao valor da causa e eventual risco reputacional.

4.6.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.6

De acordo com a análise da Companhia, assessorada por seus advogados externos, em 30 de setembro de 2020, o valor total envolvido nos processos trabalhistas conexos em andamento era de aproximadamente R\$ 3,2 milhões, sendo R\$0,2 milhão com chance de perda remota, R\$2,9 milhões com chance de perda possível e R\$0,1 milhão com chance de perda provável, dos quais R\$6,6 milhões foram provisionados.

De acordo com a análise da Companhia, assessorada por seus advogados externos, em 30 de setembro de 2020, o valor total envolvido nos processos cíveis conexos com chance de perda remota, possível e provável era de aproximadamente R\$0,3 milhão, R\$4,0 milhões e R\$0,7 milhão, respectivamente, e sendo que desses processos, dos quais R\$1,3 milhão foi provisionado.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

4.7 - Outras contingências relevantes

O Sr. Paulo José Iász Moraes, diretor presidente e acionista da Companhia, figura como réu na ação civil pública nº 0000709-49.2008.8.26.0424, distribuída em 2008, e atualmente em curso na vara única do foro Pariquera-Açu. A ação discute a ausência de licitação e nulidade dos contratos de advocacia cujo serviço contratado é o de: “revisão e levantamento das declarações de dados e informações para a apuração dos índices de participação do município de Pariquera-Açu no produto da arrecadação do ICMS”.

Durante o curso do processo, foi realizada perícia técnica nos arquivos do Município em que restou comprovado que os réus cumpriram adequadamente o contrato e tiveram sua contratação justificada por sua expertise. Até o momento deste Formulário de Referência, o processo encontrava-se em fase de apresentação de memoriais.

Ação Civil Pública nº 0000709-49.2008.8.26.0424	
a. juízo	Vara Única do Foro Distrital de Pariquera-Açu da Comarca de Jacupiranga/SP.
b. instância	Não aplicável.
c. data de instauração	28 de abril de 2008
d. partes no processo	Ministério Público do Estado de São Paulo X Paulo José Iász de Moraes e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Valor da causa (não atualizado): R\$ 197.476,43. Valor estimado de perda, exclusivamente, em relação ao corrêu Paulo Moraes: R\$ 44.594,62
f. principais fatos	<p>Trata-se de Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo contra Zildo Wach, Orlando Milan; ORPAM – Organização Paulista de Assessoria aos Municípios S/C Ltda; Paulo José Iász de Moraes e Humberto Antônio Lodovico.</p> <p>No caso em questão, o Ministério Público do Estado de São Paulo alegou a ausência de licitação e, por conseguinte, nulidade dos contratos cujo “serviço contratado é o de revisão e levantamento das declarações de dados informativos para a apuração dos índices de participação do Município de Pariquera-Açu no produto da arrecadação do ICMS”. Tais contratos celebrados com a ORPAM e com o escritório de Paulo José Iász de Moraes se deram por dispensa de licitação e se confundiriam no objeto.</p> <p>De acordo com a defesa, o contrato de Paulo José Iász de Moraes com a prefeitura Pariquera-Açu teria objeto distinto e estaria relacionado a promover ação judicial contra a Fazenda do Estado de São Paulo, para o fim de evitar a (alegadamente ilegal) retenção de 4,50914688% do ICMS devido pelo Estado de SP ao Município de Pariquera-Açu.</p> <p>Foi deferida realização de perícia técnica e apresentados quesitos pelo corrêu Paulo Moraes. Na sequência, foi realizada, pelo perito judicial acompanhado do assistente técnico do corrêu Paulo Moraes, busca nos arquivos do Município de Pariquera-Açu, tendo sido encontrados documentos da época dos fatos, possibilitando a realização de perícia com a emissão de laudo técnico.</p> <p>O laudo técnico confirmou a defesa do corrêu Paulo Moraes, no sentido de que (i) os serviços jurídicos prestados NÃO se confundem com os realizados pela ORPAM; (ii) foi integralmente cumprido o contrato firmado entre a Municipalidade e o corrêu Paulo Moraes; (iii) foi restituído à Municipalidade de Pariquera-Açu o valor de R\$ 85.250,25 (oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta reais e vinte e cinco centavos) e (iv) pago aos patronos PAULO MORAIS e HUMBERTO LODOVICO a quantia de R\$17.050,04 (dezessete mil e cinquenta reais e quatro centavos).</p> <p>Na data deste Formulário de Referência, o processo está no prazo para apresentação de memoriais, após encerrada a fase instrutória.</p>

4.7 - Outras Contingências Relevantes

g. chance de perda	Remota.
h. análise do impacto em caso de perda	Risco de ordem reputacional para a Companhia e eventual perda de benefícios fiscais.

Termo de Ajuste de Conduta

A ACLO Serviços Estéticos S.A. (CNPJ nº 10.830.241/0001-11) (“**ACLO**”) firmou em 01/07/2020, Termo de Ajuste de Conduta (“**TAC**”) com o Ministério Público do Trabalho (“**MPT**”), no qual foi determinado obrigações de fazer e não-fazer, bem como penalidades em caso de descumprimento pela Companhia, conforme descrito abaixo:

TAC Nº IC000378.2019.15.005/3

Origem: Ministério Público do Trabalho da 15ª Região.

Abrangência: irrestrita.

Objeto: (i) cumprir com a realização de exames admissionais, bem como demissionais com a competente elaboração do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO); (ii) realizar exames de forma periódica; (iii) realizar exames complementares descritos no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Penalidades: R\$10.000,00 em cada caso de descumprimento.

Vigência: indeterminado.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

(a) restrições impostas ao exercício de direitos políticos e econômicos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(b) restrições à circulação e transferência dos valores mobiliários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(c) hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(d) hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

(e) outras questões do interesse dos investidores

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e seus valores mobiliários encontram-se custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

5.1 - Descrição da política de gerenciamento de riscos

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos

A Companhia adota uma política de gerenciamentos de riscos (“**Política de Gerenciamento de Riscos**”), a qual foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, realizada em 9 de novembro de 2020, conforme atualizada em 7 de janeiro de 2021.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de risco da Companhia com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar riscos. A política vincula todos os departamentos e empregados da Companhia. As subsidiárias da Companhia também deverão cumprir as disposições da Política de Gerenciamento de Riscos.

(i) riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os seguintes riscos:

- Risco de Compliance: risco de estar sujeito a quaisquer sanções legais de cunho reputacional ou regulatórias, ou prejuízo financeiro que a Companhia possa sofrer em decorrência de sua falha em cumprir as leis e regulamentos aplicáveis, políticas internas, códigos de conduta e padrões de boas práticas;
- Risco de Crédito: risco relativo à inadimplência de clientes devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas, falhas de comunicação entre a Companhia e seus devedores, desavenças entre a Companhia e seus devedores acerca dos montantes devidos e outras;
- Risco de Informação: risco relacionado à perda, ao mau uso ou à divulgação não autorizada de dados pessoais sensíveis ou informações confidenciais de acionistas internos ou externos que possam causar danos ou transtornos a qualquer indivíduo, ameaçar os negócios da Companhia ou prejudicar sua reputação;
- Risco de Liquidez: risco de falta de capacidade financeira da Companhia para pagar suas dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, sem afetar suas operações do dia a dia e sem incorrer em perdas significativas;
- Risco de Mercado: risco de prejuízo devido à variação em operações que envolvam flutuações na taxa de câmbio, taxas de juros e preços de commodities;
- Risco Estratégico: risco de implementação de uma estratégia errada, inadequada ou ineficaz que deixe de atingir os objetivos da Companhia; e
- Risco Operacional: risco de prejuízo devido a falhas, deficiências ou inadequação de processos, pessoal e sistemas internos ou eventos externos, incluindo, mas não se limitando, a risco de *compliance* associado à inadequação ou deficiência em contratos, assim como sanções devidas ao não cumprimento de leis e regulamentos e indenizações de danos causados a terceiros resultantes das atividades da Companhia. Também inclui fraudes internas e externas.

(ii) instrumentos utilizados para proteção

A Companhia possui os seguintes instrumentos para gerenciamento de seus principais riscos:

- Risco de Compliance: monitoramento contínuo pelo Departamento de Compliance e Controles Internos de novas leis e regulamentos aos quais a Companhia está ou possa vir a estar sujeita, além de monitorar as denúncias recebidas por meio do Canal Confidencial. Quando da identificação de fatos relevantes que podem influenciar as operações da Companhia, o Departamento de Compliance e Controles Internos compartilha tais fatos em reunião da diretoria, para definição de plano de ação da Companhia, se necessário;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- **Risco de Crédito:** o gerenciamento é realizado por meio de análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, bem como adoção de formas eficazes de cobrança. Com relação ao risco de crédito relacionado às instituições financeiras, a Companhia prioriza a contratação de instituições financeiras de primeira linha;
- **Risco de Informação:** a Companhia promove treinamentos e repassa orientações a seus colaboradores acerca de manipulação de dados. Adicionalmente, a Companhia conta com área de TI própria cuja função é a de efetuar a revisão dos controles internos relacionados a TI com o objetivo de aumento da segurança dos sistemas de informação;
- **Risco de Liquidez:** o gerenciamento é realizado por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e pela manutenção de relacionamento próximo com instituições financeiras, com frequente divulgação de informações para suportar decisões de crédito, quando da necessidade de recursos externos. Além disso, a Companhia não efetua aplicações financeiras de caráter especulativo e com alto risco financeiro;
- **Risco de Mercado:** o departamento financeiro monitora as oscilações de taxas de juros e do câmbio que possam impactar os resultados financeiros e operacionais da Companhia, bem como contrata operações de derivativos com instituições financeiras de primeira linha com a finalidade de proteção patrimonial (hedge);
- **Risco Estratégico:** todo final de exercício, a Companhia reúne todos os seus executivos e profissionais chave para definição do planejamento estratégico do ano seguinte, assim como seu orçamento previsto. Para suporte à execução da estratégia, a Companhia possui programa de participação nos lucros e resultados para as pessoas-chave de sua administração com o objetivo de alinhar os interesses destas pessoas-chave com as metas da Companhia; e
- **Risco Operacional:** a Companhia possui auditoria interna que, no decorrer do exercício, efetua testes nos controles internos para assegurar sua eficiência e eficácia. Dentre as funções da auditoria está julgar se a forma como os controles internos foram desenhados é suficiente para mitigação dos riscos operacionais até um nível aceitável pela Companhia. Quando identificadas fragilidades nos controles internos, são recomendadas melhorias que são validadas pelo comitê de auditoria e implementadas pelos gestores dos processos. A auditoria interna acompanha o andamento dos planos de ação para correção das falhas nos controles até a sua conclusão, e se reporta ao comitê de auditoria ou diretamente ao conselho de administração.

A Companhia garantirá que haja suficiente flexibilidade para reagir rapidamente e para mitigar adequadamente os riscos. A Companhia reconhece que os riscos podem ser efetivamente gerenciados se essa gestão estiver incutida na cultura da Companhia. O processo de gerenciamento do risco será realizado por meio de auditoria interna e externa visando a minimizar as consequências da ocorrência de um risco com base em impacto e probabilidade, reconhecendo-se que o risco propriamente dito pode não ser eliminado.

(iii) estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, em funcionamento desde 2017 e cujo mandato atual iniciou-se em 9 de novembro de 2020, será responsável por:

- determinar o **Apetite por Riscos** (assim entendido o nível de risco associado à consecução dos objetivos da Companhia) e estabelecer a cultura da gestão do risco dentro da Companhia, especialmente com relação a novas iniciativas e riscos emergentes;
- tomar as decisões principais com relação ao processo de gestão de riscos da Companhia, incluindo os que possam afetar o perfil de risco ou exposição da Companhia;
- aprovar quaisquer mudanças na Política de Gerenciamento de Riscos; e

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- revisar, monitorar e aprovar as estratégias gerais da Companhia para a gestão do risco e os papéis e relatórios elaborados pelo Comitê de Auditoria e pelas divisões de controles internos e *Compliance*;
- definir e gerir o nível de exposição ao risco na condução dos negócios da Companhia;
- assegurar ao Comitê de Auditoria, autonomia operacional, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento; e
- receber por meio do Comitê de Auditoria o reporte das atividades da Auditoria Interna, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento desta área são suficientes ao desempenho de suas funções.

Diretoria

A Diretoria da Companhia, cujo mandato atual iniciou-se em 9 de novembro de 2020, será responsável por:

- implementar as estratégias da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração com relação à Gestão do Risco;
- propor ao Conselho de Administração o Apetite por Risco da Companhia;
- conduzir uma revisão periódica da Política de Gerenciamento de Riscos e apresentar quaisquer sugestões ao Conselho de Administração;
- avaliar periodicamente a Avaliação de Risco (assim entendida a avaliação quantitativa ou qualitativa da natureza e da magnitude do risco relativos aos objetivos da Companhia, a qual é baseada nas vulnerabilidades e ameaças conhecidas ou contingentes, assim como na probabilidade de concretização das ameaças e no potencial impacto sobre a Companhia), relatando quaisquer descobertas ao Conselho de Administração;
- avaliar e monitorar o Risco Estratégico;
- identificar quaisquer Riscos antecipadamente e conduzir o Gerenciamento de Risco correlata; e
- auxiliar na elaboração dos relatórios relacionados ao Gerenciamento do Risco.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Companhia, em funcionamento desde 9 de novembro de 2020, estará encarregado de:

- rever o cumprimento pela Companhia das leis, padrões e regulamentos aplicáveis;
- avaliar e analisar o uso e a confiabilidade dos controles internos, riscos de *compliance* e corporativos;
- fiscalizar o desempenho de terceiros contratados para dar suporte ao staff designado para desempenhar funções de *compliance*, controles internos e risco corporativo;
- revisar as principais políticas da Companhia, incluindo as políticas internas e o Código de Conduta Ética, propondo quaisquer mudanças ao Conselho de Administração;
- coordenar e monitorar as atividades de canal de denúncias (*whistleblower*) e ouvidoria (*ombudsman*), assegurando a autonomia, sigilo, confidencialidade e um ambiente livre de retaliações;
- avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- investigar e monitorar eventos que possam prejudicar os controles internos e a política de *compliance* da Companhia;
- fornecer treinamento recorrente ao pessoal da Companhia com vistas a assegurar que sejam capazes de identificar, evitar, avaliar, monitorar e mitigar riscos; e
- acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Compliance e Controles Internos.

Departamento de Controladoria

O Departamento de Controladoria se reporta para o Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, e será responsável por:

- estudar, controlar e registrar o patrimônio das entidades com base nas informações contábeis;
- prover informações financeiras para a tomada de decisões; e
- atender as políticas, práticas e normas contábeis vigentes.

Departamento de Compliance e Controles Internos

O Departamento de Compliance e Controles Internos, em funcionamento desde janeiro de 2020, se reporta para o Vice-Presidente Financeiro e de Relações com Investidores, e será responsável por:

- mapear e gerenciar os riscos aos quais a Companhia é exposta;
- realizar auditorias independentes nas áreas de negócios;
- aplicar todas as práticas de *compliance* por meio de políticas, normas e procedimentos; e
- gerenciar e apurar relatos realizados por meio de nosso canal confidencial.

Auditoria Interna

A área de auditoria interna da Companhia, como terceira linha de defesa, vinculada ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria, é responsável por:

- administrar o sistema de gerenciamento de Risco;
- fornecer apoio metodológico aos departamentos operacionais e funcionais da Companhia por meio de ferramentas e serviços sob demanda;
- fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem de Riscos;
- apresentar percepção quanto à exposição ao Risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado;
- propor limites para exposição aos Riscos e sugerir, avaliar, implantar e monitorar as ações com o objetivo de reduzir a exposição ao Risco;
- supervisionar o processo de avaliação de Riscos em conjunto com a Diretoria e assegurar monitoramento constante de Riscos de fontes externas, com visão prospectiva sobre os Riscos emergentes;
- acompanhar a Diretoria na implantação desta Política por meio da disseminação de ferramentas e boas práticas;

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

- avaliar os Riscos associados a certos projetos estratégicos, parcerias ou transações de fusões e aquisições;
- cumprir os limites de Riscos aprovados pelo Conselho de Administração;
- comunicar, tempestivamente, os eventos de Risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas;
- assegurar as informações disponibilizadas à Diretoria sobre Riscos ou incidentes, bem como coordenar o sistema de gerenciamento dos Riscos em momentos de crises em caso de grandes acontecimentos;
- aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos da Companhia, sugerindo alterações ao Conselho de Administração e à Diretoria, quando necessário;
- fornecer, quando solicitado, informações precisas, íntegras e suficientes para a modelagem;
- apresentar, quando solicitado, sua percepção quanto à exposição ao risco (magnitude de impacto e probabilidade de ocorrência), se possível, pautada também em indicadores de mercado; e
- propor limites para exposição aos riscos à Diretoria.

As atribuições da área de auditoria interna são aprovadas pelo Conselho de Administração, sendo as atividades da área reportadas ao Comitê de Auditoria.

A estrutura envolvida no gerenciamento de riscos da Companhia, tal como acima descrito, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de novembro de 2020. A implementação desta estrutura se dá no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”) denominado Novo Mercado.

A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos. De todo modo, cumpre destacar que, embora tal estrutura já esteja pronta para entrar em funcionamento, a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia entrará em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser firmado entre a Companhia e a B3.

Para mais informações, veja o fator de risco “*Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia, recentemente implementados para fins de adequação às regras do Novo Mercado, podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação podendo sujeitar a Companhia à responsabilização cível e administrativa e ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia*” no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

O gerenciamento do risco é um elemento crucial das estratégias da Companhia, já que fornece um processo sistemático para identificar riscos relacionados a atividades comerciais novas e correntes. Tal processo envolve a categorização e a avaliação de cada risco e a aplicação de controles gerenciais para mitigar o risco, baseados em um julgamento acerca do impacto provável caso nenhuma medida seja tomada, combinado com uma avaliação da probabilidade de nova ocorrência do risco.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

A estrutura operacional da Companhia conta com o Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Auditoria, que são responsáveis por controlar os riscos, conforme acima indicado, e verificar a efetividade da política adotada, realizando quaisquer alterações necessárias e mantendo contato constante com os empregados e demais funcionários da Companhia a fim de gerenciar riscos e proteger a Companhia.

O Comitê de Auditoria possui orçamento próprio destinado a cobrir as despesas próprias ao seu funcionamento e aprovado pelo Conselho de Administração. O reporte das atividades de auditoria interna deverá ser enviado, no mínimo anualmente, ao Conselho de Administração e deverá especificar se a estrutura e orçamento do Comitê de Auditoria são suficientes para o desempenho de suas funções.

Sem prejuízo da divisão de competências acima descrita, o Comitê de Auditoria tem por função estruturar a Companhia para que todos os principais envolvidos possam ser capazes de identificar, antecipar, mensurar, monitorar e/ou mitigar os riscos. Para tanto, deve propor os papéis e responsabilidades dos agentes (pessoas) responsáveis pela governança corporativa de tratativa dos riscos, os sistemas de controles, a composição e alçadas desses fóruns, bem como a definição das políticas necessárias. Ademais, cabe ao Comitê de Auditoria a comunicação e a forma de interação dos eventos com os diversos públicos.

Os riscos na etapa de identificação, são categorizados por natureza (*compliance*, crédito, informação, liquidez, mercado, estratégico ou operacional) e origem (interna ou externa).

Na etapa de avaliação e mensuração, os riscos são classificados pela respectiva relevância com ênfase no impacto tangível e intangível e sua probabilidade de ocorrência, devendo ser considerados os objetivos estratégicos e a cultura da Companhia, a sua aptidão aos riscos econômicos, mercadológicos e setoriais, não só de natureza financeira, mas também de natureza qualitativa relacionada ao reconhecimento de marca, reputação, imagem, ambiente de trabalho, responsabilidade socioambiental, transparência, idoneidade, etc.

Os riscos são tratados, buscando eliminá-los, preveni-los, transferi-los, mitigá-los ou aceita-los. Para tanto, o Comitê de Auditoria deve ter uma postura proativa. Para cada risco ou conjunto de riscos semelhantes, são adotadas medidas e planos estruturados de resposta aos riscos, com a respectiva priorização, classificação e severidade, estimativa de custos (com a maior acuidade possível), o cronograma e as responsabilidades, para se atingir respostas adequadas.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

(a) política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 9 de novembro de 2020, inclui o gerenciamento de riscos de mercado.

(b) objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios e parâmetros a serem observados com relação ao processo de gerenciamento de risco da Companhia com vistas a identificar, avaliar, priorizar e gerenciar riscos. A referida política vincula todos os departamentos e empregados da Companhia. As subsidiárias da Companhia também deverão cumprir as disposições da Política de Gerenciamento de Riscos.

(i) os riscos de mercado para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos de taxa de juros e de câmbio, conforme qualitativa e quantitativamente descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência. Além disto, a Companhia busca proteção para os riscos financeiros, cabendo destacar os seguintes:

- Risco de flutuação das taxas de juros: risco de a Companhia sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros, especialmente em relação aos empréstimos e financiamentos que a Companhia e suas controladas contratam junto a instituições financeiras para necessidade de caixa para investimentos e para crescimento.
- Risco de moeda: risco de que a desvalorização da moeda brasileira e as alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras, especialmente do dólar americano, possam fazer com que a Companhia incorra em perdas não esperadas, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores dos passivos. A Companhia está especialmente exposta ao risco de variação da taxa de câmbio do dólar norte-americano, uma vez que as máquinas utilizadas nos procedimentos são precificadas em dólar;
- Risco de crédito: risco da Companhia sofrer perdas em razão da inadimplência de clientes, de franqueados em relação às suas obrigações periódicas, ou de instituições financeiras depositárias de recursos de caixa e equivalentes de caixa, devido à falta de capacidade financeira para honrar suas dívidas, falhas de comunicação entre a Companhia e seus devedores, e desavenças entre a Companhia e seus devedores acerca dos montantes contratados;
- Risco de liquidez: eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para pagar dívidas previstas e imprevistas, efetivas e futuras, incluindo operações com garantias, em função dos diferentes prazos de realização e/ou liquidação de suas obrigações. Está atrelado a possibilidade de não cumprir com as obrigações associadas aos passivos financeiros que serão liquidados com caixa e equivalentes de caixa ou aplicações financeiras, tais como saldo de fornecedores, salários a pagar, tributos e encargos sociais a recolher, além de empréstimos e financiamentos, debêntures e outros passivos.

(ii) a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia possui derivativos pontuais para proteção de passivos sujeitos à variação cambial. As demais exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelos instrumentos normativos aprovados por meio da utilização de contratos futuros de moeda. A Companhia não aplica a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) prevista no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

(iii) os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*)

A Companhia possui contratos de empréstimo na modalidade 4131 junto ao Banco Itaú, Citibank e Santander denominados em US\$ e, para mitigar o risco de variação cambial, celebrou contratos de

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

swap para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados e pós fixados em moeda local.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps para a proteção de taxa de câmbio, para proteger-se contra seus riscos de taxa de câmbio. Estes instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, mensurados ao valor justo.

(iv) os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Risco de Juros. Para o gerenciamento do risco de juros, a Companhia utiliza como parâmetro a relevância da exposição líquida. Para a avaliação do grau de exposição em relação às taxas contratadas, a Companhia realiza uma constante comparação entre financiamentos alternativos. Além disso, os recursos disponíveis no caixa devem ser investidos em instrumentos financeiros de renda fixa, tendo instituições financeiras de primeira linha como emissoras (preferencialmente instituições que já tenham relacionamento com a Companhia em outros serviços financeiros). Além disso, linhas de endividamento como leasing e capital de giro são realizadas com taxas pré-fixadas, limitando a volatilidade das taxas de juros.

Risco de Moeda. No tocante ao gerenciamento do risco de moeda, a Companhia utiliza como parâmetro para proteção o descasamento líquido em moeda estrangeira, com destaque para os contratos de empréstimo na modalidade 4.131 junto ao Banco Itaú, Citibank e Santander, que são denominados em US\$. Para mitigar o risco de variação cambial, a Companhia celebrou contratos de swap para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados e pós fixados em moeda local.

Risco de Crédito. No gerenciamento do risco de crédito, a Companhia tem como política aceitar títulos de dívida somente de entidades que possuam operações de reciprocidade com a Companhia, bem como avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração a sua posição financeira e experiência passada. A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimento apropriado ou liquidez suficiente para fornecer uma margem adequada, sendo os recursos alocados em fundos de investimentos e instituições financeiras de primeira linha, com ratings AAA, AA e A.

Risco de Liquidez. A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos a fim de cumprir suas obrigações nos prazos acordados. A prática de tesouraria da Companhia é de estabelecer um valor mínimo, que fica em média em 10% da dívida bruta da Companhia, que deve estar disponível em caixa e, seguindo essa mesma proporção mínima, parte de seus investimentos deve ser de liquidez diária.

A Companhia constantemente conduz uma verificação sobre as sobras de caixa e faz aplicações em CDB, à curto prazo, com liquidez diária e sem risco. Em relação ao caixa, a equipe de planejamento financeiro faz um levantamento do fluxo de 13 semanas, em que é possível visualizar a necessidade de caixa e eventualmente contratar uma linha de crédito com a antecedência adequada caso haja a necessidade.

Em geral, no âmbito do gerenciamento de riscos de mercado a que está exposta, tendo em vista que a Política de Gerenciamento de Riscos foi aprovada recentemente, a Companhia ainda está em processo de aprimoramento dos parâmetros objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos e limites mínimos e máximos em relação a tais parâmetros. A Companhia está comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade e acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação.

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimento apropriado ou liquidez suficiente para fornecer uma margem adequada.

No âmbito do gerenciamento de riscos de mercado, a Companhia ainda não definiu os parâmetros objetivos às variáveis analisadas para gerenciamento de tais riscos e limites mínimos e máximos em relação a tais parâmetros. A Companhia está completamente comprometida com o gerenciamento dos riscos inerentes à sua atividade. A Companhia acredita que o gerenciamento efetivo destes riscos auxilia na preservação e desenvolvimento de seus valores e ativos, além de proteger a sua reputação.

Para mais informações sobre os riscos relativos às políticas e às estruturas adotadas pela Companhia para gerenciamentos de riscos vide item 4.1 deste Formulário de Referência – Fatores de Riscos – *“Falhas nos sistemas, políticas e procedimentos de gestão de riscos e relatórios internos poderão expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, o que poderá afetar adversamente os negócios da Companhia”*.

(v) se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia possui derivativos somente para proteção de passivos sujeitos à variação cambial (hedge) e, portanto, não opera outros instrumentos financeiros com objetivo diverso.

(vi) a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

Conforme descrito no item 5.1 acima.

A estrutura envolvida no gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, tal como acima descrito, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de novembro de 2020. A implementação desta estrutura se dá no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado.

A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos de mercado. De todo modo, cumpre destacar que, embora tal estrutura já esteja pronta para entrar em funcionamento, a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia entrará em vigor na data de entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser firmado entre a Companhia e a B3.

Para mais informações, veja o fator de risco *“Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia, recentemente implementados para fins de adequação às regras do Novo Mercado, podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação podendo sujeitar a Companhia à responsabilização cível e administrativa e ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia”* no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(c) adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A efetividade das práticas de gestão de riscos de mercado é avaliada pela controladoria, em conjunto com os departamentos de tesouraria e crédito, áreas subordinadas à Diretoria Financeira. A estrutura financeira é centralizada e todas as decisões financeiras, contratos e os fluxos de caixa passam pelo departamento de tesouraria. A efetividade do gerenciamento dos riscos financeiros é acompanhada pela Auditoria Interna, a qual monitora os controles existentes pelos departamentos responsáveis. A Companhia acredita que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para o gerenciamento dos riscos.

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

5.3 - Descrição controles internos

(a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria da Companhia acredita na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, as demonstrações financeiras da Companhia apresentam adequadamente o resultado de suas operações e sua situação patrimonial e financeira nas respectivas datas. Ainda, os Diretores não identificaram quaisquer tipos de imperfeições que possam comprometer as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura composta pela Auditoria Interna, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, além do Departamento de Compliance e Controles Internos e do Departamento de Controladoria. Todas as áreas envolvidas na estrutura são responsáveis pelo monitoramento e controle, bem como na implementação das práticas de melhoria contínua nos controles internos da Companhia. Para mais informações, ver itens 5.1 e 12.1 deste Formulário de Referência.

A estrutura envolvida nos controles internos da Companhia, tal como acima descrito, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 9 de novembro de 2020. A implementação desta estrutura se dá no contexto das atividades preparatórias para a abertura de capital da Companhia e admissão das ações ordinárias de sua emissão para negociação no segmento especial da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) denominado Novo Mercado.

A Companhia entende que está vivenciado, neste momento, um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas na gestão dos controles internos. De todo modo, cumpre destacar que, embora tal estrutura já esteja pronta para entrar em funcionamento, a vigência dos normativos que regulam tal estrutura está condicionada à entrada em vigor do Contrato de Participação do Novo Mercado, a ser firmado entre a Companhia e a B3.

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internos pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A administração da Companhia é responsável por estabelecer e manter um controle interno eficaz das informações financeiras e pela avaliação da eficácia dos controles internos.

A estrutura de controles internos mencionada, aliada às revisões e trabalho conjunto da Diretoria, do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria, do Departamento de Compliance e Controles Internos e do Departamento de Controladoria, asseguram à administração da Companhia a eficiência dos seus controles.

Ademais, a eficiência dos controles internos é supervisionada pelo Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, pelo Diretor Presidente, pela Gerente de Controladoria, pelo Gerente de Compliance e Controles Internos e pelos membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, por meio dos procedimentos elencados nos itens acima.

Ainda, são executados testes periódicos para avaliar a eficácia e a efetividade dos controles internos, que são realizados pela área de Auditoria Interna da Companhia, cujas atribuições estão descritas no item 5.1 deste Formulário de Referência.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

O relatório circunstanciado mais recente foi emitido em 16 de julho de 2020, pelos auditores independentes da Companhia, com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, apontou deficiências significativas em relação aos controles internos que podem gerar impactos negativos nas atividades da Companhia, com o objetivo de determinar a natureza, período

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. As deficiências classificadas como significativa pelos auditores independentes no relatório circunstanciado foram as seguintes:

(i) **Governança Corporativa e formalização de controles internos:** “embora a Companhia venha investindo em melhorias no ERP, melhoria de determinadas transações e controles, existem ainda deficiências importantes a serem tratadas e corrigidas. Nesse sentido, como boa prática de aprimoramento dos controles internos da Companhia, faz-se necessário um diagnóstico aprofundado no ambiente geral de controles no nível da entidade, bem como no nível da transação e ambiente geral informatizado”; e

(ii) **Melhoria no processo de consolidação:** “a estrutura corporativa da Companhia possui várias entidades, cada qual com seu balancete próprio; no entanto, o sistema contábil não consegue combinar e/ou consolidar os balancetes individuais automaticamente. A Administração usa uma planilha de Excel para fins de combinação e/ou consolidação. Há pouca documentação para os lançamentos e falta evidência de revisão para esse processo. O processo de consolidação manual aumenta o risco de erro, uma vez que os dados são extraídos manualmente do sistema e formatados para o modelo em Excel. Além disso, esse processo consome tempo, podendo resultar em cronogramas mensal e anual para relatórios financeiros mais extensos do que o necessário. A Administração deve revisar o processo de consolidação e considerar sua automatização, investindo em um relatório de consolidação ou um pacote de expansão de software para melhorar a eficiência do processo de elaboração interno do relatório consolidado”.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A administração da Companhia avaliou as deficiências significativas apontadas na carta de controles internos dos auditores independentes. Visando à remediação de tais deficiências, a Companhia continua fazendo a revisão dos trabalhos de gestão dos acessos dos sistemas mencionados pelos auditores. A Companhia está fortalecendo sua governança corporativa e a formalização dos seus controles internos, bem como aprimorando seus sistemas operacionais para combinar e consolidar os balancetes individuais das sociedades do grupo automaticamente.

5.4 - Programa de Integridade

5.4 – Mecanismos e procedimentos internos de integridade

(a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

A Companhia aprimorará suas práticas e procedimentos de integridade como objetivo de : (i) promover uma cultura de ética e conformidade; (ii) implementar as melhores práticas de acordo com os mais altos padrões éticos; (iii) assegurar que as políticas e os procedimentos de cada área estejam devidamente formalizados e cumpridos por todos os colaboradores da Companhia; e (iv) estabelecer uma cultura de gestão de riscos a fim de mitigá-los por meio de procedimentos de prevenção, detecção e remediação.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor

Os mecanismos e procedimentos de integridade da Companhia serão regulados pelo Código de Ética e Conduta, o qual refletirá a ideologia organizacional da Companhia e buscará estabelecer as condutas que orientam o negócio e os relacionamentos da Companhia, por meio de sua governança corporativa e de seus colaboradores, de forma ética, transparente, profissional e de respeito mútuo.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade

A Companhia possui uma estrutura sólida composta pelo Departamento de Compliance e Controles Internos, pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. Todas as áreas envolvidas na estrutura são responsáveis pelo monitoramento e controle, bem como na implementação das práticas de melhoria contínua dos procedimentos internos de integridade da Companhia.

(iii) código de ética ou de conduta

O Código de Ética e Conduta da Companhia reflete sua cultura organizacional e busca formalizar práticas que orientarão a condução de seus negócios e relacionamentos, por meio de implementação de estruturas de governança corporativa e pela conduta ética, transparente e profissional de seus colaboradores.

O Código de Ética e Conduta traz regras relativas a segurança do trabalho e qualidade de vida, prevenção ao assédio moral e sexual, atividade política, sindical e religiosa, propriedade intelectual, proteção de dados pessoais, utilização de mídias sociais, proteção de ativos e recursos, confidencialidade das informações, conflitos de interesse, (incluindo a indicação de profissionais por colaboradores, relações com familiares, relações afetivas, oferta e recebimento de brindes, presentes e convites de entretenimento, eventos e viagens patrocinados por terceiros,. Além disso, o Código de Ética e Conduta aborda temas ligados à prevenção à lavagem de dinheiro, relacionamento com clientes, franqueados, fornecedores e parceiros, investidores e acionistas, concorrentes, sindicatos e setor público, estruturação de um comitê de ética e dos canais de comunicação, entre outros temas de integridade corporativa.

Todos os novos colaboradores da Companhia passarão por treinamento para que tenham conhecimento das práticas de integridade a serem observadas. No mesmo sentido, os franqueados se comprometerão a fornecer treinamentos de integridade adequados para todos os seus colaboradores em observância ao Código de Ética e Conduta da Companhia. Ademais, os destinatários do Código de Ética e Conduta da Companhia participam de atividades e treinamentos quanto ao conteúdo do código e às normas internas da Companhia, realizados anualmente ou sempre que a Companhia entender necessário.

Os colaboradores e/ou franqueadores que venham a ser contratados, antes de iniciarem as suas atividades vinculadas à Companhia, deverão receber, obrigatoriamente, uma cópia do Código de Ética e Conduta da Companhia e assinar um termo de ciência e acordo.

5.4 - Programa de Integridade

O Código de Ética e Conduta da Companhia pode ser acessado nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050 – São Paulo, SP; e (ii) internet: *website* da Companhia (ri.espacolaser.com.br).

(b) canal de denúncia

A Companhia possui um Canal de Denúncias ativo administrado por uma empresa externa independente, que permite que seus colaboradores, quaisquer terceiros, fornecedores, clientes, franqueados e público em geral, encaminhem denúncias através do site <https://canalconfidencial.com.br/espacolaser/> ou do telefone 0800 591 1896.

Adicionalmente, a Companhia possui uma Política de Apuração de Denúncias, que orienta sobre a apuração de desvios de conduta ou atos ilegais reportados ao canal de denúncias ou quaisquer outros meios de contato. A apuração das denúncias resguarda a segurança e a confidencialidade das informações tratadas e de eventuais testemunhas que auxiliarem na elucidação dos fatos. A Política de Apuração de Denúncias é aplicável a todos os colaboradores da Companhia, independentemente de sua posição hierárquica, parceiros comerciais, agentes intermediários, representantes, prestadores de serviços ou quaisquer outros terceiros que atuem em nome da Companhia.

Ademais, os relatos podem ser realizados de forma anônima, garantindo assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, de forma que nenhum colaborador, fornecedor ou terceiro que reportem de boa-fé uma suspeita ou efetiva violação de lei, regulamento, política ou do Código de Ética e Conduta, sofrerá qualquer retaliação, sanção ou ação negativa.

As denúncias recebidas através do Canal de Denúncia, ou recebidos por outros meios e posteriormente registrados no Canal de Denúncia devem ser apuradas e durante todo o processo, devem ser resguardadas a segurança e a confidencialidade das informações tratadas, assim como de eventuais testemunhas.

Os relatos podem ser realizados de forma anônima, garantindo assim, a confidencialidade, o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação, de forma que nenhum colaborador, fornecedor ou terceiro que reportem de boa-fé uma suspeita ou efetiva violação de lei, regulamento, política ou do Código de Ética e Conduta, sofrerão qualquer retaliação, sanção ou ação negativa.

(c) procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares

Em eventuais processos de fusão, aquisição e reestruturação societárias, a Companhia atua de forma a resguardar os seus melhores interesses, sendo que a contratação de assessores legais e financeiros e os procedimentos de diligência legal são os principais mecanismos utilizados para identificar potenciais vulnerabilidades e riscos nas transações.

(d) razões pelas quais o emissor não adotou regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Cumpra ainda destacar que, embora não fossem formalmente aprovados pelo Conselho de Administração, previamente ao início dos preparativos para a abertura de capital, a Companhia já possuía um Código de Ética e Conduta e órgãos internos voltados à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, os quais foram estruturados desde 2020.

Para mais informações, veja o fator de risco *“Os processos de governança, gestão de riscos e compliance da Companhia, recentemente implementados para fins de adequação às regras do Novo Mercado, podem falhar em detectar comportamentos contrários à legislação e regulamentação podendo sujeitar a Companhia à responsabilização cível e administrativa e ocasionar impactos materiais e adversos nos negócios, situação financeira, resultados operacionais e cotação de mercado das ações da Companhia”* no item 4.1 deste Formulário de Referência.

5.5 - Alterações significativas

5.5 - Alterações significativas

Não houve nenhuma alteração significativa nos riscos aos quais a Companhia está exposta, nem alterações no gerenciamento de seus riscos, exceto pelos riscos relacionados à pandemia da COVID-19, descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Não há, atualmente, expectativas com relação à redução ou ao aumento relevante na exposição aos principais riscos descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

5.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 5.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	04/11/2016
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve Histórico

6.3 - Breve histórico

A Companhia foi fundada em 2004, a partir da união de três empreendedores, os Srs. Ygor Moura, Paulo Moraes e Tito Pinto, que tinham o objetivo de democratizar a depilação a laser no Brasil e montar um negócio que poderia ser replicável ao longo do tempo.

Em busca de proporcionar saúde e bem-estar através da utilização da melhor técnica para a remoção de pelos indesejados em mulheres e homens, a Companhia acredita ter desenvolvido modelo de negócio de depilação a laser único e escalável, com proposta de valor clara e foco na satisfação dos seus clientes. Esse modelo se mostrou eficaz no desenvolvimento de um mercado pouco explorado, levando à substituição gradual das metodologias convencionais de depilação como a cera e lâmina de barbear.

No final de 2014, a Companhia já somava 30 clínicas e iniciou sua expansão em escala nacional. Em 2015, a Companhia associou-se com a rede de franquias SMZTO, Holding de Franquias e à apresentadora de televisão Xuxa Meneghel, iniciando sua operação de franquias, a EL Franchising, o que possibilitou sua expansão pelo território nacional. No primeiro ano de operação, a Companhia vendeu cerca de 120 unidades de franquias EspaçoLaser, ampliando, desta forma, a base de lojas em mais de quatro vezes, tornando-se, na visão da Companhia, uma referência no mercado de franquias.

Em 2016, a Companhia recebeu um aporte de capital da L Catterton, gestora de investimentos em *private equity* especialista no desenvolvimento de empresas de varejo e de bens consumo. A entrada da L Catterton permitiu um avanço para a Companhia em termos de governança, além da captura da experiência que a L Catterton possui na construção de marcas de consumo em todo o mundo.

Com os recursos aportados pela L Catterton, a Companhia pôde reforçar sua estrutura corporativa e iniciar um novo ciclo de expansão. Em 2017 e 2018, a Companhia abriu cerca de 290 novas lojas e adquiriu o controle de grupos de franquias que se destacaram, na visão da Companhia, como os melhores operadores, internalizando o resultado destas operações e gerando valor para a Companhia.

Em 2017 inaugurou a sua primeira unidade da Estudioface (marca da Companhia para atuar em tratamentos faciais), marcando a sua estreia no segmento de estética facial. Em 2018, a Companhia abriu sua primeira loja fora do país, localizada em Buenos Aires (Argentina), e este ano também foi marcado pelo desenvolvimento do *Espacolaser Operating System* (ELOS), uma arquitetura de TI que permite uma integração de todos os processos operacionais e fornece maior controle sobre a operação de todas as lojas, sejam elas próprias ou franquias.

O ano de 2019 foi marcado pela integração dos grupos de franqueados recém adquiridos e criação da estrutura necessária para uma operação de larga escala dado o crescimento da Companhia. Em tal ano, a Companhia atingiu R\$1 bilhão de reais em system-wide sales, inaugurou a “Universidade do Laser”, um centro de treinamento que permite o treinamento de mais de 3.000 consultoras e fisioterapeutas por ano, bem como ampliou a sua presença digital através do lançamento do e-commerce e desenvolvimento de novas funcionalidades do seu aplicativo.

A criação de uma cultura de engajamento no ecossistema da Companhia (clientes, colaboradores e franqueados) se traduziu em diversos prêmios como Excelência em Franchising da ABF, em 2019 e 2020, ficando em 6º lugar no prêmio Época Reclame Aqui em 2018 e *Great Place to Work* (GPTW) Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar em 2019. Entretanto, na visão da Companhia, seu maior reconhecimento é ter atingido em agosto de 2020 um *Net Promoter Score* (“NPS”) entre seus clientes de 82. O NPS é uma metodologia que mede de maneira simples o grau de lealdade dos clientes, buscando entender quais deles indicariam a Companhia a um amigo ou colega.

Em 2020, a pandemia mundial da COVID-19, permitiu que a Companhia evoluísse de forma significativa no caminho da digitalização e desenvolvimento do omnichannel (vendas virtuais, chat, e-mail e aplicativo). Essas ferramentas permitiram à Companhia manter os níveis de system-wide sales em patamares próximos a 50% dos níveis pré-COVID-19 nos meses de abril e maio (a maior parte das lojas fechadas), além de garantir ganhos de eficiência importantes para a sua operação. Ao longo de pouco mais de 16 anos, a EspaçoLaser, na visão da Companhia, se consolidou como líder em serviços de depilação no Brasil e, atualmente, encontra-se presente em todos os estados brasileiros, com 554 lojas e uma base crescente de clientes, contabilizando mais de 3,6 milhões de clientes em sua história.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

6.5 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve qualquer pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

6.6 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 6.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

7.1 - Descrição das atividades principais do emissor e suas controladas

VISÃO GERAL DO NEGÓCIO

Somos a maior empresa de depilação a laser do Brasil em termos de número de lojas e clientes atendidos¹ e, conseqüentemente, acreditamos ser a maior do Brasil em termos de faturamento. Ao longo de nossos 16 anos de atuação, construímos nossa posição de liderança de forma disruptiva, na visão da Companhia, no mercado de depilação brasileiro, um mercado com faturamento de R\$36 bilhões em 2019². Acreditamos ser também a maior empresa especializada no setor de serviços estéticos no país, em 30 de setembro de 2020 constituída por uma rede de 554 unidades interligadas, localizadas em todos os estados brasileiros, número que representa um crescimento de 18,5 vezes o número de lojas da Companhia em 31 de dezembro de 2014.

Durante a nossa trajetória, conquistamos uma base sólida de mais de 3,6 milhões de clientes e nos tornamos a segunda marca *top-of-mind* no setor de depilação no Brasil, com *recall* superior à principal marca de lâmina de barbear reconhecida mundialmente³. Buscamos oferecer a todas as classes sociais o bem-estar gerado pela depilação a laser, proporcionando a comodidade de nossa rede interligada de lojas e de nossa plataforma omnicanal e digital, nossa dedicação pela excelência na qualidade do atendimento e pela flexibilidade nas opções de financiamento. Assim, acreditamos ser pioneiros e disruptivos na recente evolução do mercado de depilação no país, ocasionando a gradual substituição dos métodos convencionais de depilação, como a cera e a lâmina de barbear, pela tecnologia a laser.

O mercado brasileiro de estética e *personal care* é o 4º maior do mundo, movimentando o valor de US\$30 bilhões em 2019⁴, sendo os gastos com estética prioridade para a população do país. O mercado de depilação no Brasil se destaca pela sua relevância em termos de valor somando R\$36 bilhões em 2019. No entanto, quando olhamos para a depilação a laser, estimamos que a penetração da tecnologia no Brasil ainda é pouco representativa, correspondente a, aproximadamente, 4,9% da população que utiliza métodos de depilação em 2019, enquanto a penetração em outros países costeiros como Estados Unidos da América e Espanha, correspondem a, aproximadamente, 20% e 50% respectivamente⁵, evidenciando assim um grande potencial de crescimento deste mercado no país.

Nosso modelo de negócios, neste mercado com grande potencial resultou em um crescimento expressivo no número de lojas EspaçoLaser e em system-wide sales nos últimos quatro anos, que pode ser verificado também nos períodos de adversidade no cenário econômico, conforme o gráfico abaixo, que apresenta o crescimento de 2014 em relação a 30 de setembro de 2020. Entre 2014 e 2019, período em que o PIB do Brasil apresentou crescimento anual ponderado de -0.6%, de acordo com o IBGE, a evolução do número de lojas apresentou um crescimento anual ponderado de 77% e as system-wide sales apresentaram um crescimento anual ponderado de 84%.

¹ De acordo com pesquisa de mercado por nós contratada com fonte nos *websites* das companhias e *Way-back Machine*.

² Segundo a pesquisa *Way Back Machine*.

³ Segundo pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e em entrevistas realizadas por sites de lojas *online* e IBGE.

⁴ Segundo informações da Euromonitor.

⁵ Segundo pesquisa de mercado por nós contratada baseada em entrevistas e fontes públicas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Fonte: Companhia.

Nota: Inclui lojas próprias, *joint-ventures* e franquias.

Escalamos nosso negócio através de um modelo padrão de loja de rápida implementação em qualquer região do país, com dimensões médias entre 25 e 60m² e que não tem a necessidade de estocagem de produtos. Esse modelo único nos proporciona uma flexibilidade para operar tanto em *shopping centers*, como em ruas ou centros comerciais, sendo também adequado a diferentes tipos de operação, como franquias, lojas próprias ou *joint-ventures*, possibilitando que a Companhia escolha as melhores estratégias de crescimento, na forma mais benéfica a cada região. Tais fatores nos permitiram atingir uma capilaridade relevante em todo território nacional, com presença em todos os estados do país.

Ao longo dos últimos anos, atingimos uma combinação de crescimento de venda e expansão da rentabilidade. Nesse sentido, as vendas de todo o sistema ("**System-wide Sales**") e EBITDA Ajustado da Companhia apresentaram, respectivamente, crescimento anual composto ("**CAGR**") de 50% e 72% no período de 2017 e 2019, respectivamente, alcançando R\$191 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o que representa uma margem de EBITDA Ajustado de 29,4% sobre a receita líquida. No mesmo período, nosso fluxo de caixa operacional apresentou um CAGR de 80%.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A tabela a seguir apresenta os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Medições não contábeis (R\$ mil, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Número de Lojas EspaçoLaser	554	497	514	415	282
System-wide Sales EspaçoLaser ⁽¹⁾	638.249	729.063	1.042.751	776.279	461.887
Receita Líquida	315.055	500.685	647.595	336.291	193.668
Lucro Bruto	118.618	294.654	362.211	177.817	112.222
Margem Bruta	37,6%	58,9%	55,9%	52,9%	57,9%
EBITDA ⁽²⁾	33.501	201.014	217.771	104.684	64.215
Margem EBITDA ⁽³⁾	10,6%	40,1%	33,6%	31,1%	33,2%
EBITDA Ajustado ⁽⁴⁾	11.646	180.137	190.638	93.759	64.215
Margem EBITDA Ajustada ⁽⁵⁾	3,7%	36,0%	29,4%	27,9%	33,2%
Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado ⁽⁶⁾	(71.581)	96.989	82.867	44.529	40.683
Margem Líquida Ajustada ⁽⁷⁾	(22,7%)	19,4%	12,8%	13,2%	21,0%
Lucro Líquido (Prejuízo)	(65.569)	85.787	65.380	38.579	40.683
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado	125.659	91.358	80.693	53.685	24.985
Fluxo de Caixa Operacional Ajustado / EBITDA Ajustado ⁽⁹⁾	1.079,0%	50,7%	42,3%	57,3%	38,9%
Dívida Bruta ⁽¹⁰⁾	487.514	N/A	249.859	162.344	15.789
Dívida (Caixa) Líquida ⁽¹¹⁾	232.383	N/A	194.750	93.092	(4.214)
ROIC Ajustado ⁽¹²⁾	(5,0%)	N/A	24,3%	20,4%	N/A

⁽¹⁾ O System-wide Sales corresponde às vendas totais das unidades EspaçoLaser, como se a participação detida pela Companhia fosse de 100% em todas as lojas EspaçoLaser (incluindo franquias e joint-ventures). O System-wide Sales não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS.

⁽²⁾ O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. Para reconciliação do Lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA, vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

⁽³⁾ A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.

⁽⁴⁾ O EBITDA Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao EBITDA ajustado pela: (i) eliminação das despesas não recorrentes, com destaque para gastos com consultores e assessores relacionados aos nossos projetos de M&A; (ii) eliminação dos efeitos de ganho por compra vantajosa, e (iii) eliminação dos efeitos relacionados ao IFRS-16.

⁽⁵⁾ A Margem EBITDA Ajustado corresponde à divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida.

⁽⁶⁾ O Lucro Líquido Ajustado consiste em uma medição não contábil elaborada pela Companhia que corresponde ao Lucro Líquido ajustado por: (i) pela eliminação das despesas não recorrentes, com destaque para gastos com consultores e assessores relacionados aos nossos projetos de M&A; e (ii) pela eliminação dos efeitos de ganho por compra vantajosa, (ii) pelo pela eliminação do impacto contábil referente à evolução da marcação a mercado das opções de compra e venda que a Companhia possui com os acionistas não controladores de determinadas controladas referente a participação remanescente não detida pela Companhia.

⁽⁷⁾ A Margem Líquida Ajustada corresponde à divisão entre o Lucro Líquido Ajustado e a receita líquida.

⁽⁸⁾ O Fluxo de Caixa Operacional Ajustado é calculado baseado na conta de caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades operacionais, deduzido do impacto do resultado financeiro do exercício. O Fluxo de Caixa Operacional não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e não possui significado padrão.

⁽⁹⁾ É a divisão entre o Fluxo de Caixa Operacional Ajustado e o EBITDA Ajustado.

⁽¹⁰⁾ A Dívida Bruta é representada pela soma (i) dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), (ii) debêntures (circulante e não circulante), e (iii) contas a pagar a ex-acionistas (circulante e não circulante), referente à valores devidos pela aquisição de lojas franqueadas então detidas por Acionistas da Companhia.

⁽¹¹⁾ A Dívida (Caixa) Líquida corresponde à Dívida Bruta deduzida do caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras vinculadas e do efeito contábil resultante do swap cambial das operações de empréstimos 4131.

⁽¹²⁾ O ROIC (Return on Invested Capital) Ajustado é o NOPLAT Ajustado dividido pelo capital empregado total da Companhia, sendo o capital empregado total calculado pela média entre as somas do capital de terceiros e o capital próprio dos últimos dois exercícios sociais.

Oferecemos o tratamento de depilação a laser para homens e mulheres, em até 29 e 35 diferentes áreas do corpo, respectivamente, por meio de até dez sessões a depender da área do corpo. Dado o alto crescimento nos últimos anos, os clientes da Companhia possuem relacionamento com a EspaçoLaser, em média, há 17 meses e apenas realizaram o tratamento com a Companhia em 2,1 áreas do corpo. O público feminino ainda compõe a maioria da base de clientes da Companhia, equivalente a aproximadamente 91% do total, sendo que o consumo pelo público masculino vem crescendo de forma contínua em nossa base, de 4,6% em 2017 para 9% do total em setembro de 2020, representando um CAGR de 41% no período, o que acreditamos evidenciar uma importante

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

tendência do setor. Os gráficos abaixo apresentam o *breakdown* de nossos clientes por idade, gênero e classe social:



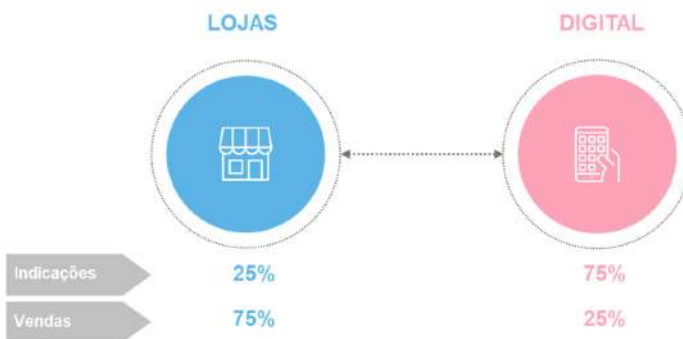
Fonte: Companhia e IBGE. *Breakdown* de clientes e gênero de 2015 a setembro de 2020. *Breakdown* de classes sociais baseado na quebra de nossas unidades próprias em São Paulo no ano de 2019.

Acreditamos que a nossa missão totalmente centrada na satisfação e alto engajamento de nossos clientes representa um importante catalisador de crescimento ao longo dos últimos anos. Temos conseguido atingir níveis de avaliação considerados como patamares de excelência pela metodologia *Net Promoter Score* (“NPS”), equivalente a 82 pontos (sendo o patamar máximo 100 pontos), o que evidencia nosso compromisso com a excelência na prestação dos nossos serviços. Esse fator é fundamental para a geração de novos clientes, uma vez que mais de 80% de nossos *leads*, em setembro de 2020, vieram por meio de indicações de nossos clientes e apenas 2% por meio do fluxo passante por nossas lojas.

Visando a excelência de nossos serviços, investimos continuamente no treinamento e capacitação de nossos profissionais técnicos e de atendimento. Neste sentido, desenvolvemos a “Universidade do Laser”, um centro de treinamento focado em transmitir as melhores práticas e capacitar nossos colaboradores para proverem aos clientes atendimento e serviços de alta qualidade. Em 2019, 3,3 mil colaboradores foram treinados pela “Universidade do Laser”, sendo que nosso curso de formação inicial de fisioterapeutas abrange 100 horas de treinamento, entre aulas teóricas, práticas e ambientação em loja, preparando-as para atenderem seus clientes com a qualidade e excelência da EspaçoLaser. Por meio do nosso sistema de ensino à distância (“EAD”), também mantemos o contato com nossos colaboradores, visando fortalecer nossa cultura, manter o alto engajamento, bem como promover o aperfeiçoamento constante de todos. Treinamos os franqueados e os colaboradores das franquias sobre o nosso modelo de negócio e sobre a condução das lojas, visando a excelência e padronização no atendimento de toda a rede.

Nosso constante relacionamento com nossos clientes se dá por meio de nossa plataforma omnicanal e digital, que gera comodidade aos nossos clientes pois viabiliza a compra de um serviço, o agendamento de uma sessão ou contato direto para dúvidas e reclamações das formas mais eficientes e com a mais alta disponibilidade, seja via nosso aplicativo exclusivo, nosso *website*, nosso *call center*, via WhatsApp com atendentes, ou diretamente nas lojas. Acreditamos que nossa plataforma omnicanal customizada contribui para o estreitamento do relacionamento com os nossos clientes atuais, gerando a recorrência de compras de serviços adicionais, bem como possibilita o início da construção de confiança com os novos clientes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas



Fonte: Companhia.

Nota: Inclui vendas pelo site, aplicativo e mensagens por SMS e *WhatsApp*.

Nossa plataforma tecnológica foi totalmente customizada para nosso modelo de negócio único, consolidando todos os canais de comunicação com nossos clientes e estruturada para gerar alta eficiência em nossas operações, em especial no que tange à otimização de agendamento, opções de pagamento e análise de dados via inteligência de negócios (*business intelligence*). Desta maneira, conseguimos conhecer os perfis individualizados dos nossos clientes o que, por sua vez, fortalece nossa capacidade de *upselling* de novos serviços. Adicionalmente, nossa plataforma permite a distribuição de metas e atividades diárias para todos os níveis operacionais da nossa organização.



Fonte: Companhia.

Por fim, promovemos valores e propósitos claros para todos nossos *stakeholders*, desde clientes e colaboradores a franqueados, buscando promover sólidos conceitos de governança e responsabilidades social e ambiental. Possuímos uma política inclusiva de contratação de nossos colaboradores, com 96% do nosso quadro formado por mulheres, inclusive 50% do *C-Level*, e fomos reconhecidos como uma das Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar, segundo o GPTW (*Great Place to Work*). Além disso, acreditamos que nossa oferta de serviços evita, de forma material, os resíduos gerados anualmente pelas metodologias de depilação como a cera e lâmina de barbear, que consideramos serem as principais alternativas de depilação com as quais concorreremos, gerando um impacto positivo e responsável ao meio ambiente.

Nossa política inclusiva de contratação ainda compreende critérios de diversidade, contando com 25% dos nossos cargos de liderança ocupados por negros e os programas internos “Etnias EL” e “LGBTQ+”.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

HISTÓRICO RECENTE

No intuito de acelerar o crescimento da marca no território nacional, em 2015 implementamos o modelo de franquia, de forma complementar ao modelo de lojas próprias. A Companhia possui 192 lojas franqueadas da marca “Espaçolaser”, representando 35% das vendas das lojas da marca “Espaçolaser”, nos nove meses findos em 30 de setembro de 2020. Todas as demais lojas são próprias, incluindo as lojas próprias detidas por meio de nossas *joint ventures*. Suportamos integralmente nossa base de franqueados, auxiliando-os na implantação de nosso sistema de gestão exclusivo, o ELOS, além do treinamento de colaboradores por meio através da Universidade do Laser, e seleção da localização e benfeitoria das lojas, visando sua adequação aos nossos clientes. Adicionalmente, investimos constantemente em *marketing* por meio de campanhas na mídia nacional.

Em 2016 recebemos um aporte de capital da L Catterton, um dos maiores fundos globais de *private equity* focado em consumo e varejo, associado ao grupo internacional LVMH Moët Hennessy Louis Vuitton, que passou a deter uma participação minoritária da Companhia. Este aporte foi importante não apenas para acelerar o crescimento da Companhia por meio da abertura de lojas próprias, mas também para elevar os nossos padrões de governança, para atrair um time de executivos de primeira linha, para enriquecer o nosso debate estratégico, e para aperfeiçoar as nossas práticas, processos e sistemas.

Em 2017, considerando a relevante dimensão do mercado de beleza e estética na América Latina, nossa marca consolidada e nossa base de clientes, criamos a marca “Estudioface” para atuar em tratamentos faciais, como parte da nossa missão de democratizar o bem-estar gerado por serviços estéticos com alta tecnologia. A confiança gerada pela marca “Espaçolaser” é transmitida para a marca “Estudioface”, que possuía em 30 de setembro de 2020 nove lojas franqueadas e uma loja própria. Segundo estudo realizado pela Companhia em 2020, cerca de 85% dos clientes da Espaçolaser possuíam interesse nos serviços da Estudioface, dos quais 45% eram ou foram também clientes da Espaçolaser, revelando a força da nossa marca e elevada capacidade de expansão para outros serviços estéticos. Nosso objetivo é ser o maior provedor de serviços de beleza e estética do Brasil, por meio do nosso modelo de negócio que acreditamos ser único e nossa experiência no setor.

Nos anos de 2018 e 2019, além de seguir no ritmo constante de abertura de novas lojas, tendo em vista a alta rentabilidade das lojas próprias, adquirimos o controle de certos grupos de franqueados da marca “Espaçolaser” que considerávamos estratégicos em nossa base, levando em conta suas respectivas regiões de atuação, tamanhos e potenciais de crescimento. Esse processo culminou com a aquisição de 51,0% de 13 diferentes grupos, equivalente a 111 lojas franqueadas, hoje totalmente integradas com nossas plataformas tanto de *back-office*, tecnológicas e comerciais.

A Companhia detém o controle acionário destes grupos de franqueados estratégicos (cerca de 51% em média do capital social), bem como opção de compra das participações acionárias remanescentes, sujeito a um evento de liquidez da Companhia e com metodologia de precificação já estabelecidas. A Companhia utilizará parte dos recursos de sua potencial oferta pública inicial de distribuição de ações para exercer as opções de compra de referidas participações acionárias remanescente. Para maiores detalhes sobre as aquisições societárias em referência, bem como os termos e condições do exercício das opções de compra de ações, vide o item 15.7 do Formulário de Referência da Companhia.

RECONHECIMENTOS E AÇÕES SOCIAIS

Ao longo de nossos anos de atuação, fomos reconhecidos por meio de diversos prêmios que nos foram atribuídos. Nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, recebemos os seguintes prêmios e reconhecimentos:

- Prêmio Top of Wellness da revista Boa Forma em 2018;
- Prêmio Época Reclame Aqui em 2018 (6º lugar);
- Prêmio Lojista Alshop em 2018 e 2019;

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

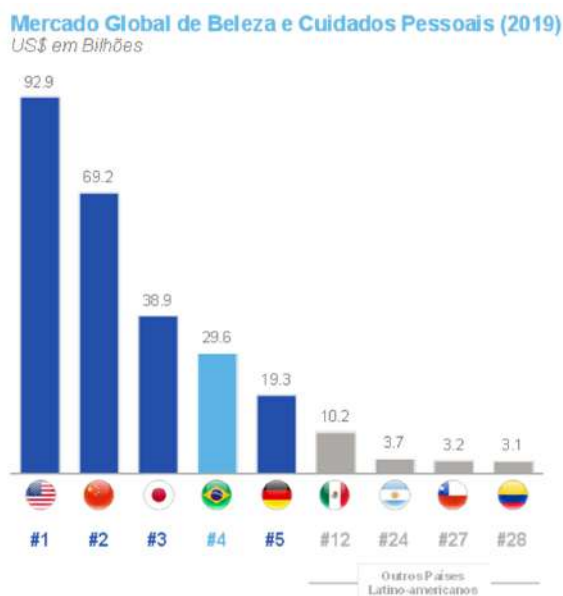
- Prêmio Great Place to Work⁶- Melhores Empresas para a Mulher Trabalhar em 2019;
- Prêmio de Excelência em Franchising da ABF em 2019 e 2020; e
- Prêmio de Franquias Internacionais da ABF em 2019 e 2020.

Nós acreditamos que a atitude em construir uma sociedade melhor deve ser de todos. Desta forma, temos responsabilidade social e consciência dos nossos deveres e obrigações como cidadãos em relação à nossa comunidade. Por isso, buscamos realizar ações simples, organizadas e assertivas que contribuam para a formação de uma sociedade mais justa.

Na EspaçoLaser, valorizamos a inclusão e o acolhimento, pois acreditamos que a promoção da igualdade é o caminho para o crescimento de nossa sociedade. A importância da inclusão dentro de uma empresa significa aprendizado, responsabilidade social e evolução. Seguimos firmes no nosso propósito de transformar vidas e promover o bem-estar em diversas esferas da sociedade. Para maiores informações sobre as nossas iniciativas sociais e projetos de responsabilidade social, vide itens 7.8 e 7.9 do Formulário de Referência.

MERCADO DE ATUAÇÃO

Segundo a *Euromonitor International* o Brasil é o quarto maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo, totalizando aproximadamente US\$30 bilhões em 2019. Este mercado está posicionado após países como Estados Unidos, China e Japão, e é o maior da América Latina, sendo três vezes maior que o México, segundo maior mercado da região⁷.



Fonte: Edição 2020 de "*Beauty and Personal Care*" da Euromonitor International Limited; o valor de varejo refere-se ao preço de venda no varejo incluindo imposto sobre vendas e preços constantes; utilizam taxas de câmbio fixas, as classificações representam apenas os mercados pesquisados.

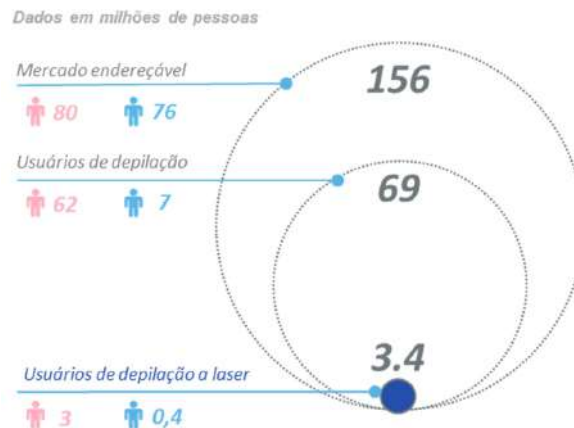
⁶ As exigências para o selo do prêmio GTPW envolve a satisfação de 70% dos funcionários.

⁷ Euromonitor International Limited, *Beleza e Cuidados Pessoais in the World 2021*, vendas ao consumidor final incluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD de 2019, termos atuais de 2019.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

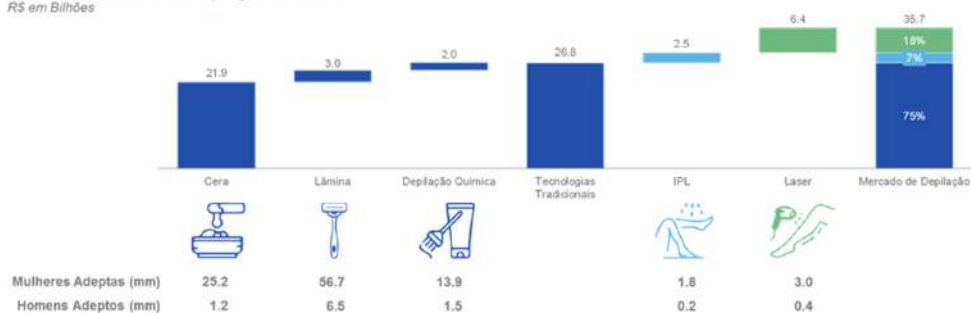
Depilação a Laser

Em relação ao mercado de depilação, em 2019, aproximadamente 78% da população feminina brasileira entre 12 e 65 anos e 9% da população masculina⁸ na mesma faixa etária utiliza algum método de depilação, totalizando 69 milhões de usuários, de acordo com Informações de Pesquisa Primária⁹. Nesse contexto, a depilação a laser destaca-se como o método com o mais alto potencial de adoção por novos consumidores dentre as diferentes tecnologias disponíveis no mercado.



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com assessoria de consultora internacional especializada e dados do IBGE.

Tamanho do Mercado de Depilação em Valores
R\$ em Bilhões



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com assessoria de consultora internacional especializada, dados do IBGE e IPC. Dados referentes ao ano de 2019.

A Companhia acredita que uma experiência diferenciada de atendimento aliado a tecnologias avançadas, menos dolorosas e efeitos prolongados, tais como depilação a laser, e estruturas de financiamento ao consumidor que as tornem acessíveis a diversas classes sociais, podem influenciar positivamente o mercado de depilação, incrementando a base de consumidores endereçáveis e explorando um universo de potenciais novos usuários. A Companhia acredita que o crescimento do mercado de depilação a laser no Brasil deverá ser impulsionado por três principais fatores:

- i) **Aumento da Penetração da Tecnologia a Laser:** o mercado de depilação a laser no Brasil ainda tem uma baixa penetração, equivalente a 4,9%¹ em 2019, especialmente quando comparada a países costeiros como os EUA e Espanha, com 20% e 50%¹⁰ de penetração, respectivamente.

⁸ Para homens, não considera aqueles cujo único procedimento utilizado é barbear-se com lâmina ou aparar o cabelo.

⁹ Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada, e dados do IBGE

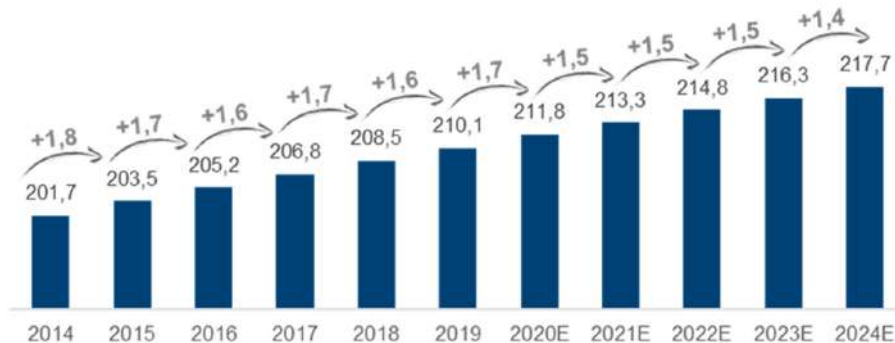
¹⁰ Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- ii) **Crescimento Populacional:** o crescimento médio da população no Brasil é de 1,7 milhão a cada ano, conforme ilustra o gráfico abaixo, sendo que em média 44% da população realizam algum método de depilação:

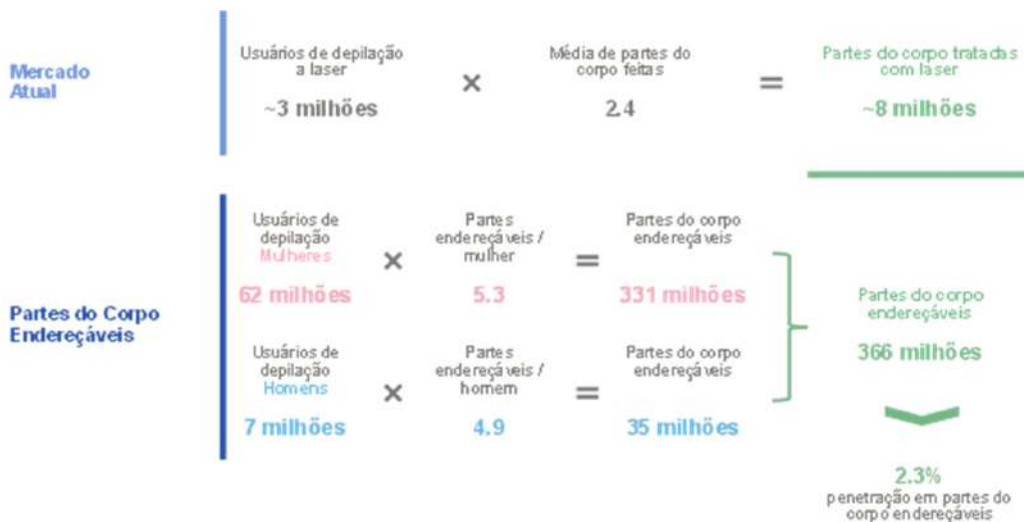
População brasileira histórico e projetado

Milhões de pessoas



Fonte: IBGE, consulta em outubro de 2020.

- iii) **Aumento de Penetração em Outras Partes do Corpo.** De acordo com informações de Pesquisa Primária¹¹, a média de áreas tratadas por usuários de depilação a laser é atualmente de 2,5 partes entre mulheres e 2,1 partes entre homens. Ainda de acordo com informações da Pesquisa Primária¹², essa média tende a alcançar 5,3 partes entre mulheres e 4,9 partes entre homens.



Dados da Companhia referente ao ano de 2019.

¹¹ Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada.

¹² Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

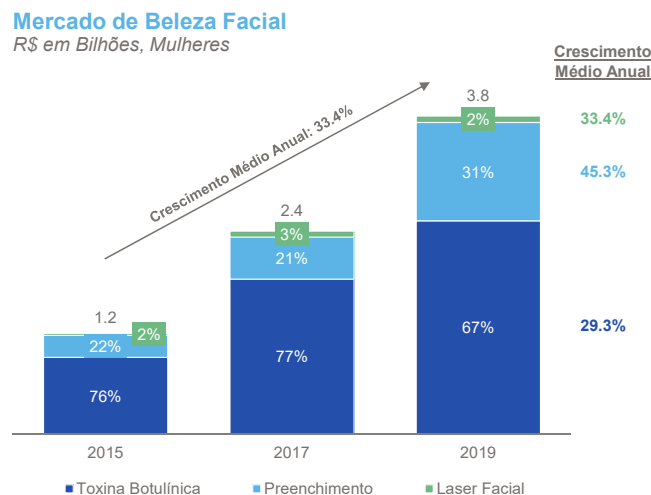
Aumento da Penetração no Público Masculino: Com penetração inferior na base de usuários, o público masculino representa importante alavanca de crescimento para o mercado de depilação a laser. Apesar da baixa penetração, quase 45% dos homens considera fazer uso de algum método de depilação e quase 37% daqueles que fazem uso de depilação considera fazer uso da tecnologia a laser e/ou IPL de acordo com informações de Pesquisa Primária¹³ representando um importante potencial de conversão para a tecnologia.

- iv) **Substituição por Metodologias Ambientalmente Sustentáveis:** A Companhia acredita que a crescente tendência para consumo consciente aos impactos ambientais impulsionará positivamente o segmento de depilação a laser uma vez que a tecnologia evita, de forma material, os resíduos gerados anualmente pelas metodologias de depilação como a cera e lâmina de barbear, as quais consideramos serem as principais alternativas de depilação atualmente, gerando um impacto positivo e responsável ao meio ambiente.

Estética Facial

De acordo com informações de Pesquisa Primária¹⁴ no Brasil, 12% das mulheres acima de 16 anos faz ou já fez uso de algum procedimento de estética facial (totalizando quase 10 milhões de mulheres), sendo que, nos últimos 12 meses, findo em 31 de dezembro de 2019, destas mulheres 1,4 milhão realizaram procedimentos relacionados a toxina botulínica, 0,7 milhão realizaram procedimentos de preenchimento facial e 0,02 milhão realizaram procedimentos de laser facial.

Ainda que em estágios iniciais, o mercado brasileiro de procedimentos estéticos faciais relacionados à toxina botulínica, preenchimento facial e laser facial registrou crescimento médio anual de quase 35% entre 2015 e 2019, representando R\$3,8 bilhões em 2019.



Fonte: pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e entrevistas em dados internos da Companhia e IBGE.

PONTOS FORTES E VANTAGENS COMPETITIVAS

A Companhia é líder de mercado, com uma marca top-of-mind no Brasil, oferece um serviço ainda sub-penetrado e com amplo espaço para crescimento.

A Companhia é líder no mercado de depilação a laser no Brasil em número de lojas e clientes atendidos e, conseqüentemente, a Companhia acredita que é líder em termos de faturamento, de acordo com pesquisa de mercado contratada¹⁵. Além disto, acreditamos ser a maior plataforma de serviços de beleza e estética do país e da América Latina.

¹³Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com assessoria de consultora internacional especializada e dados do IBGE.

¹⁴ Fonte: pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e em dados internos da companhia e IBGE.

¹⁵ Fonte: pesquisa de mercado por nós contratada com fonte nos *websites* das companhias e *Way-back Machine*.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Além da relevante abrangência e capilaridade, a Companhia também possui a segunda marca mais lembrada do Brasil, no que se refere à depilação. Em pesquisa contratada com a *Opinion Box* em outubro de 2019, 8% dos entrevistados apontaram a marca EspaçoLaser como a preferida entre àquelas relacionadas à depilação no país, o que qualifica nossa marca como a segunda marca *top-of-mind* em depilação em geral.

O mercado de depilação a laser no Brasil apresenta baixa penetração, quando comparado a países desenvolvidos. De acordo com estudo realizado por consultoria internacional especializada contratada pela Companhia¹⁶, estima-se que, em 2019, das 69 milhões de pessoas que se depilavam no país (62 milhões de mulheres e 7 de milhões de homens), apenas 3,0 milhões de mulheres sejam usuárias dos serviços de depilação a laser (4,8% de penetração) e 0,4 milhão de homens (5,6% de penetração), enquanto a penetração em outros países costeiros como Estados Unidos da América e Espanha, correspondem a, aproximadamente, 20% e 50% respectivamente¹⁷, evidenciando assim um grande potencial de crescimento deste mercado no país. Além disso, o mercado de depilação a laser continua crescendo no Brasil, suportado pela conversão de usuários de metodologias de depilação convencionais como a cera e lâmina de barbear para a tecnologia a laser, do aumento do número de áreas depiladas dos atuais clientes e pelo aumento da penetração da população masculina, especialmente considerando as novas gerações. Para ilustrar esse ponto, cabe ressaltar que, enquanto o crescimento populacional adiciona em torno de 1,5 milhão de pessoas ao mercado por ano, estima-se que a quantidade de usuários de depilação a laser cresça a aproximadamente 2,5 milhões por ano, conforme é possível observar nos gráficos abaixo.



Fonte: IBGE.



Fonte: Pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário do IBGE.

¹⁶ Fonte: pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e entrevistas realizadas em sites de lojas *online* e IBGE.

¹⁷ Segundo pesquisa de mercado por nós contratada baseada em entrevistas e experiência internacional e fontes públicas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia acredita que, entre outros fatores, a combinação de sua escala com a força da sua marca sejam vantagens competitivas relevantes em um mercado ainda sub-penetrado e com alto potencial de crescimento. De acordo com a pesquisa realizada pela consultoria internacional especializada¹⁸, o mercado de depilação a laser apresentou um CAGR de 58% entre 2015 e 2019, tendo encerrado o ano fiscal de 2019 com um tamanho estimado de R\$6,4 bilhões.

Somos focados na experiência e satisfação dos nossos clientes, suportados pela nossa plataforma omnicanal e digital, além de oferecer flexibilidade para nossos clientes serem atendidos em qualquer uma de nossas lojas.

Em setembro de 2020, mais de 80% de nossos *leads* foram captados por meio da indicação de clientes. Acreditamos que isso é consequência de nosso compromisso total com a excelência de nosso serviço e satisfação de nossos clientes, evidenciado também pelo nosso alto nível de NPS (*Net Promoter Score*), que atingiu 82 pontos em agosto de 2020, em uma escala de 0 a 100. Nossa estrutura é orientada, e nossos colaboradores compensados, também pelo parâmetro do NPS, criando um ciclo virtuoso e uma experiência muito positiva para os clientes.



Ainda quanto ao engajamento dos clientes, em 2019, de acordo com estimativas internas, atingimos em torno de 25 milhões de pessoas através de influenciadores digitais, temos mais de 1 milhão de seguidores nas plataformas Facebook e Instagram. Nossas iniciativas levaram a um crescimento de 88% nos *leads* digitais entre 2018 e 2019, entretanto, aproximadamente 80% dos nossos clientes vieram via publicidade direta entre consumidores.

Nosso modelo de negócio baseado na experiência do usuário é escalável dado as funcionalidades de nossa plataforma omnicanal e digital. Facilitamos o contato e comunicação com nossos clientes de variadas maneiras. Desde a compra de um serviço, o agendamento de uma sessão ou o contato direto para dúvidas e reclamações, todos podem ser feitos por meio do nosso aplicativo exclusivo, nosso website, nosso *call center*, via WhatsApp com atendentes das lojas ou diretamente e presencialmente nas lojas. Acreditamos que essa plataforma omnicanal e digital contribui com o estreitamento do relacionamento com os nossos clientes e traz uma comodidade diferenciada a nossos clientes, fator considerado crítico para a prestação de um serviço.

Essa plataforma tecnológica, que foi totalmente customizada para nosso modelo de negócio, é integrada com nossas operações, para o aperfeiçoamento contínuo da gestão do nosso negócio. O sistema, chamado de "ELOS" (*Espaçolaser Operating System*), é *Cloud-based* e possui infraestrutura altamente escalável, e é integrado em todas as lojas, constituindo nossa principal ferramenta de gestão das tarefas do dia-a-dia, nos permitindo acompanhar de perto nossas lideranças e colaboradores, fornecendo de maneira confiável e eficiente todo o suporte em termos de dados necessário ao nosso rápido crescimento.

¹⁸ Pesquisa de mercado por nós contratada baseada em um questionário e em entrevistas realizadas por IBGE

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Por fim, nossa rede de lojas interligada e crescente capilaridade oferece, na nossa visão, mais flexibilidade e comodidade aos nossos clientes, ampliando de maneira relevante os locais e horários de atendimento, facilmente consultados através do nosso aplicativo exclusivo. Isso faz com que o excesso de demanda de uma loja seja escoado para outra loja próxima e que os níveis de satisfação dos clientes permaneçam elevados, dado a comodidade em poderem escolher a melhor localização e horário para serem atendidos. Na cidade de São Paulo, por exemplo, 51% de nossos clientes realizaram sessões de seus tratamentos em mais de 1 loja, quando olhamos dados de janeiro de 2016 até 30 de setembro de 2020.

Oferecemos uma solução de depilação de ponta, aspiracional e acessível para todas as classes sociais.

Aliado a uma experiência de depilação, na visão da Companhia, disruptiva e ao alto engajamento com a marca, oferecemos também uma das melhores tecnologias de depilação a laser atualmente disponíveis no mercado, proporcionando aos nossos clientes maior bem-estar, eficiência, conforto e agilidade. Dado nossa escala e relevância no mercado, acreditamos que somos os primeiros a terem acesso às tecnologias mais avançadas, o que, na visão da Companhia, a coloca em vantagem em termos de proposta de valor. Atualmente, a Companhia utiliza uma tecnologia que acreditamos possuir maior eficiência e eficácia do que as demais máquinas disponíveis no mercado, da qual possuímos exclusividade de aquisição dentro do mercado brasileiro.

Financiamos a oferta desse serviço de ponta aos nossos clientes em até 24 parcelas, por meio da estrutura de pagamentos recorrentes e nosso cartão de crédito, EspaçoLaser, em conjunto com a operadora Credz, possibilitando também que as classes B, C e D também sejam amplas consumidoras do serviço, ao mesmo tempo que mitigamos nosso risco de inadimplência. A Companhia preza pela universalidade dos seus serviços, com lojas aspiracionais em bairros de todas as classes sociais, incluindo regiões que a Companhia entende ser de renda familiar mais alta, como o bairro da Vila Olímpia (dentro do Shopping Vila Olímpia), na cidade e estado de São Paulo e regiões que a Companhia entende ser de renda familiar mais baixa como a cidade de Taboão da Serra, no estado de São Paulo. Em São Paulo, os nossos clientes das classes A, B1, B2, C1, C2 e D representaram, respectivamente, 0,6%, 15,8%, 24,7%, 12,4%, 35,4% e 11,2% de nossos clientes no ano de 2019. Acreditamos que a experiência dos clientes da Companhia é disruptiva em seu segmento e que estamos transformando de maneira positiva a forma de consumo do público brasileiro no mercado de beleza, levando consumidores a substituírem métodos convencionais de depilação pela tecnologia à laser que, no Brasil, ainda possui penetração imaterial.

Possuímos um modelo de loja altamente escalável e rentável, permitindo o crescimento em todas as regiões do Brasil.

A Companhia desenvolveu um modelo flexível de abertura de lojas, o qual acreditamos que possibilitou uma expansão consistente da plataforma desde 2004. O *layout* da loja é padrão, no formato “loja box” e com dimensões médias entre 25 m² e 60 m². A Companhia entende que, além de adaptável a qualquer localização, público alvo e escalável para qualquer região do país, tal modelo demonstrou ser, na opinião da Companhia, e até a presente data, eficiente e altamente rentável, com capacidade de produzir retornos atrativos. Ao serem comparadas com outras operações varejistas com elevada eficiência no país, as lojas da EspaçoLaser produzem um dos maiores indicadores de venda por metro quadrado do Brasil, de aproximadamente R\$53 mil por ano em 2019, que se converte em uma contribuição bruta média por loja de R\$1,2 milhão no mesmo ano, de acordo com estimativa da Companhia¹⁹.

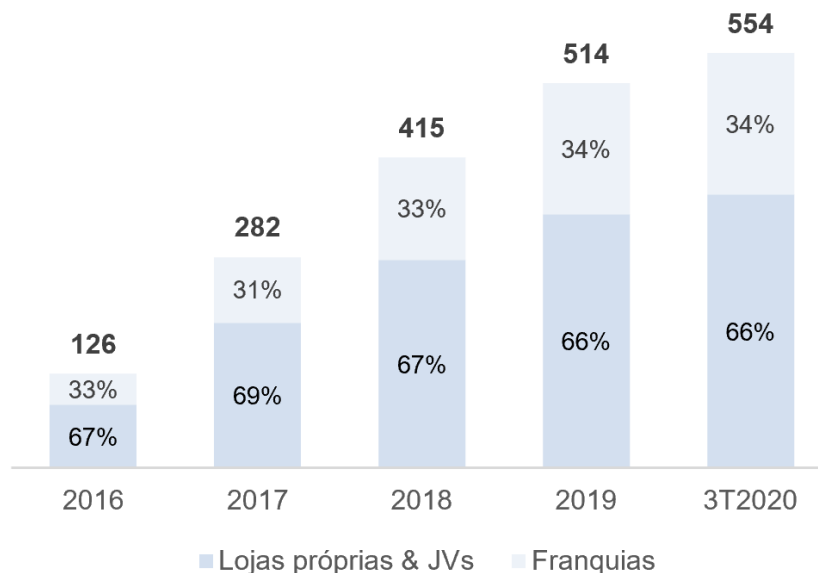
A performance das lojas localizadas em *shoppings centers* é similar a das lojas em rua ou em outros centros comerciais, e pouco depende do movimento dos *shoppings*, pois as lojas são classificadas como loja-destino para 98% dos clientes da Companhia, em setembro de 2020. A Companhia mantém um modelo também flexível à operação via franquia, loja própria ou via *joint-ventures*, dependendo da estratégia de crescimento para a região. Além disto, a Companhia oferece

¹⁹ Calculado conforme as demonstrações financeiras da Companhia, considerando (i) o lucro bruto do segmento operacional de Laser no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, de R\$ 326,0 milhões, somado à (ii) depreciação e amortização total que consta no custo dos serviços prestados pela Companhia nesse mesmo período, de R\$ 37,9 milhões, e dividido pelo (iii) número médio de 309 lojas entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 (de 278 e 339 lojas, respectivamente). Tal métrica é utilizada pela Companhia como uma referência e estimativa da contribuição bruta por loja, e não deve ser considerada como alternativa ao lucro bruto ou a nenhum outro número contábil, nem tampouco como garantia de receita gerada individualmente por cada loja.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

treinamento extensivo no conceito “*one company concept*” e suporte total e integrado de tecnologia da informação e *back-office* para todas as lojas, próprias, *joint-ventures* e franquias.

Em 30 de setembro de 2020, a rede EspaçoLaser (incluindo franquias) conta com 554 lojas em operação, sendo 374 (68%) lojas em *shopping centers*, 139 (25%) em ruas e 41 (7%) em centros comerciais. O gráfico abaixo demonstra o crescimento de cada um dos modelos descritos, de 2016 ao terceiro trimestre de 2020:



Fonte: Companhia.

Nota: Lojas próprias incluem também as *joint ventures*.

Acreditamos que para a manutenção de nossa qualidade de atendimento e engajamento com nossos clientes, nosso sistema ELOS é fundamental. O sistema foi totalmente customizado para nosso modelo de negócio único, consolidando todos os canais de comunicação com nossos clientes e estruturado para gerar alta eficiência em nossas operações, em especial no que tange à otimização de agendamento, opções de pagamento e análise de dados via inteligência de negócios (*business intelligence*).

Geramos uma cultura de alto engajamento com nossos clientes, franqueados e colaboradores.

Acreditamos que o engajamento de nossos clientes com nossa marca é um atributo da EspaçoLaser, considerando o alto patamar de novos *leads* originados pela indicação de clientes existentes, superando 80% em setembro de 2020. De modo a sustentar esse engajamento de nossos clientes, investimos esforços contínuos em nossa capacidade de recrutar, desenvolver, capacitar e engajar nossos próprios colaboradores, mantendo programas de treinamento e capacitação contínua de nossos profissionais técnicos. De acordo com a pesquisa *Great Place to Work*, 79% dos funcionários da EspaçoLaser recomendariam a Companhia. Como prestadores de serviço, acreditamos que esse engajamento é fundamental para a relação de nossos clientes com nossa marca.

O zelo por nossos franqueados também é matéria igualmente importante para nós. Temos apoiado nossa rede de franqueados ao longo dos 5 anos do início da operação de franquias. Como reconhecimento do trabalho prestado, fomos eleitos Selo de Excelência em Franchising pela Associação Brasileira de Franchising (ABF) em 2019 e 2020. Embora concedido pela ABF, o Selo de Excelência em Franchising só é entregue à franqueadora após pesquisa interna feita com sua própria rede de franqueados, que avalia a qualidade da prestação de serviços e apoio de fato entregue naquele ano.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Somos orientados por uma cultura de propósito, fundamentada em um modelo de gestão voltado à eficiência operacional, crescimento e geração de valor para nossos acionistas, em observância a práticas de governança, responsabilidade social e responsabilidade ambiental.

Acreditamos que nosso desenvolvimento sempre observou e valorizou conceitos de governança e responsabilidades social e ambiental. Engajados em iniciativas ambientais e projetos de responsabilidade social, acreditamos sermos referência em sustentabilidade e atuamos para buscar um alto grau de responsabilidade em nossas atividades, com uma baixa geração de resíduos, especialmente quando comparado aos métodos convencionais de depilação. De acordo com nossas estimativas internas, nossas atividades são capazes de substituir cerca de 600kg de cera e 3.000 lâminas de depilação que são descartadas como resíduos no meio ambiente em média por pessoa, ao longo de sua vida.

Além disto, a Companhia acredita possuir uma equipe de administradores profissionalizada e comprometida, com experiência em seu setor de atuação. Em 2015, com o ingresso da SMZTO Holding de Franquias, e em 2016, com o ingresso da L Catterton em nossa base acionária, aprimoramos nossas práticas de governança corporativa, especialmente com a implementação de diversas políticas e procedimentos internos. O Conselho de Administração tem um profundo conhecimento da Companhia e sua cultura, além de experiência no setor de consumo e varejo.

Nossa cultura corporativa é focada em resultados, baseada em sólidos valores, metas objetivas e transparentes. Além disso, nossa cultura é fundamentada em um modelo de gestão voltado à eficiência operacional, crescimento e geração de valor para nossos acionistas. Acreditamos que o trabalho de nosso time de gestão sob esses pilares tem sido fundamental no forte crescimento da nossa receita líquida e no controle de despesas gerais e administrativas observado nos últimos anos.

ESTRATÉGIA

Crescimento orgânico em um mercado ainda muito pouco penetrado, por meio da abertura de lojas no Brasil.

Pretendemos expandir a nossa rede de lojas por todo país e atingir todas as classes sociais, por meio de uma abertura seletiva de novas lojas, observado o nosso criterioso método de avaliação de localização e público-alvo. Esta estratégia está em linha com o nosso histórico de crescimento acelerado nos últimos anos, que teve uma média de abertura de 133 lojas por ano nos três últimos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020, no mercado de depilação, que ainda é pouco penetrado e tem significativo espaço de crescimento, na visão da Companhia.

Considerando a demanda por nossos serviços observada em nossas lojas atuais, a estratégia de abertura de novas lojas tem como finalidade também acomodar os clientes das lojas atuais, que hoje estão operando no limite de sua capacidade, em outras lojas, atendendo aos nossos clientes de forma satisfatória. Desta forma, o objetivo é de que mais clientes possam ser atendidos, aumentando proporcionalmente o nosso faturamento total.

Acreditamos que temos capacidade de gestão e a infraestrutura necessária para suportar o crescimento orgânico de abertura de novas lojas, principalmente, mas não se limitando ao sistema de vendas ELOS, nosso rigoroso treinamento e capacitação de nossos profissionais pela Universidade do Laser e pelo nosso sistema operacional e de gestão comercial de nossas lojas.

Além disto, a Companhia entende que tem um modelo padrão de loja, escalável e de fácil implementação em qualquer região do país, com dimensões médias entre 25 e 60m², que não tem a necessidade de estocagem de produtos. A abertura de lojas é conduzida por meio de estudos de viabilidade elaborados por nossa equipe de expansão, após a realização de visitas e análise técnica nos locais potenciais. Quando aprovada, é realizada a negociação com os proprietários dos locais desejados para a instalação das lojas, firmado o contrato e realizado o *kick-off* do projeto, dando início às fases de licenciamento e construção. Esta fase de implementação dura em torno de três meses. Após implementada a loja, os funcionários são selecionados e treinados, e após receberem seus certificados de aprovação nos cursos oferecidos pela Companhia, a loja pode ser aberta e iniciar o atendimento aos clientes.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

Estratégia de aquisição de lojas franqueadas, de modo a capturar valor e acelerar o crescimento em regiões estratégicas.

Ao longo dos últimos anos, a Companhia realizou aquisições e *joint-ventures* que entendeu serem estratégicas de lojas franqueadas da Espaçolaser, que, na nossa visão, agregaram valor à Companhia e levaram à expertise da Companhia na geração de sinergia durante a integração das lojas adquiridas. Pretendemos continuar crescendo por meio da estratégia de consolidação do resultado das lojas franqueadas pela compra de grupos estratégicos de franqueados, em operações mutualmente benéficas e com determinados termos e condições pré-estabelecidos, por meio de opções de compra.

Acreditamos que temos capacidade de integrar as operações das lojas franqueadas estratégicas, que possuem rentabilidade relevante e grande potencial de crescimento nas regiões em que estão localizadas, em linha com a nossa capacidade de gerir de forma integrada as operações de nossas lojas à nível nacional, por meio da nossa plataforma avançada de *back-office* e gestão regional, capazes de suportar a absorção das operações das lojas franqueados. Para maiores informações sobre as aquisições societárias da Espaçolaser já realizadas ou em andamento, vide itens 3.3 e 15.7 do Formulário de Referência da Companhia.

Upselling na base atual de clientes, com o aumento na quantidade de áreas do corpo por cliente.

Pretendemos aumentar as nossas vendas dentro da nossa atual base de clientes, oferecendo serviços de depilação para uma maior quantidade de áreas do corpo, alinhada à nossa estratégia de continuar satisfazendo nossos clientes, oferecendo novos tratamentos ao longo dos próximos anos, uma vez que estes já experimentaram e aprovaram a qualidade do nosso serviço, conforme comprovado pelo nosso NPS de 82 pontos atingido em setembro de 2020.

Nossa rápida expansão ao longo dos últimos anos resultou em uma base de clientes ainda incipiente, com uma média atual de consumo de depilação de apenas 2,1 áreas do corpo por cliente, sendo que oferecemos serviços de depilação para até 29 e 35 diferentes áreas do corpo, tanto para homens como para mulheres, respectivamente. Estimativas indicam que seis áreas do corpo são depiladas por cerca 2/3 (dois terços) das pessoas que utilizam qualquer forma de depilação. Considerando a comodidade que acreditamos gerar com nossos serviços de depilação a laser, visamos o aumento do *life time value* de nossos clientes, ou seja, um aumento no montante total que um cliente gasta com nossos tratamentos durante o seu relacionamento com a Espaçolaser, para que depilem seis áreas do corpo, ou mais. Desta forma, acreditamos no crescimento orgânico da Espaçolaser por meio do *upselling* de vendas dentro da nossa base sólida de clientes.

Ampliação da nossa atuação no mercado de beleza e estética, por meio da expansão de nosso portfólio de produtos e serviços, em benefício da sinergia com a oferta atual de serviços oferecidos pela Espaçolaser.

O mercado de beleza e estética no Brasil é altamente fragmentado. Acreditamos que possuímos a experiência e dados para continuar a ampliar nossos negócios por meio de uma estratégia de expansão do nosso portfólio de serviços de estética. Em decorrência da nossa sólida base de clientes e do nosso modelo único de aquisição de clientes, acreditamos que alguns serviços de estética são complementares aos serviços de depilação a laser, demonstrando o elevado potencial de *cross selling* na nossa crescente base de clientes.

Uma dessas frentes de diversificação foi executada por meio do lançamento da marca “Estudioface”, focada em serviços e tratamentos faciais, como botox, tratamentos faciais com laser, preenchimento, entre outros, sendo assim um *one-stop-shop* para tratamentos faciais. A Estudioface está em operação desde 2017, sendo o modelo de franquia lançado em 2019, e possui, atualmente, 10 lojas em funcionamento. De acordo com pesquisas internas conduzidas junto aos nossos clientes, aproximadamente 85% dos clientes da Espaçolaser possuem interesse em tratamentos faciais. Considerando que, atualmente, 45% dos clientes da Estudioface são oriundos da Espaçolaser, acreditamos no forte potencial de *cross selling* entre as nossas marcas.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia estuda atualmente a introdução de novos produtos e serviços no mercado de estética e beleza, para ampliação de seu portfólio, por meio de parcerias, aquisições ou pelo próprio desenvolvimento de tais produtos e serviços. Por meio da oferta de novos produtos e serviços, buscamos estar presentes no dia-a-dia de nossos clientes, estreitando ainda mais o nosso relacionamento com os consumidores de nossos serviços.

Crescimento em outros mercados também pouco penetrados, por meio da expansão internacional.

Buscamos avançar a nossa estratégia de crescimento internacional em países da América Latina, por meio da abertura de lojas próprias, franquizadas ou por aquisições de sociedades e *joint ventures* com parceiros locais, tendo em vista as oportunidades de mercado que a Companhia acredita serem oferecidas pela baixa penetração da tecnologia de depilação utilizada pela Espaçolaser nestes mercados.

Em 2018, inauguramos nossa primeira unidade na Argentina sob a denominação Definit e por meio de um modelo de *joint venture*, atualmente, já contamos com seis lojas naquele país. Adicionalmente, considerando nossa experiência positiva na Argentina, amparada pela expertise da Espaçolaser, iniciamos estudos de investimento para viabilizar a abertura de outras unidades em diferentes localidades da América Latina, com perspectivas próximas de abertura de novas lojas na Colômbia e Chile, bem como perspectivas de médio prazo de abertura de novas lojas no México. O gráfico abaixo demonstra a estimativa do mercado endereçável de depilação a laser nos países da América Latina em que a Companhia atua ou planeja atuar²⁰:



Impactos da pandemia da COVID-19 em nossas atividades

A Companhia está enfrentando um período de incertezas relacionado ao impacto contínuo da pandemia da COVID-19 sobre suas atividades e sobre as atividades de seus principais prestadores de serviços e fornecedores. Devido a esta situação sem precedentes, a Companhia acredita ter atribuído como prioridade máxima e imediata a segurança e a saúde de nossos funcionários e clientes.

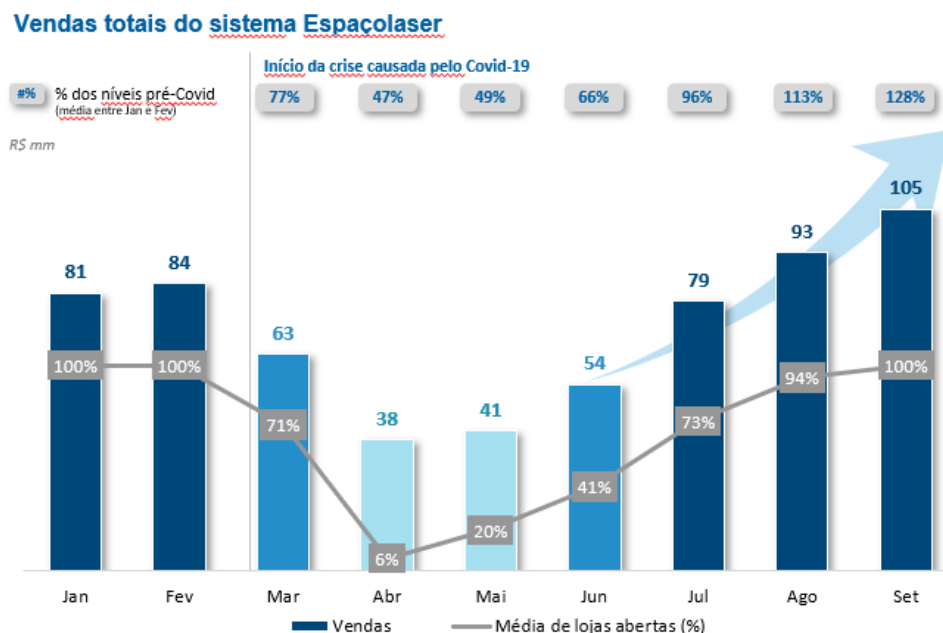
A disseminação da COVID-19 gerou incertezas macroeconômicas, volatilidades e perturbações significativas no Brasil e no mundo. Como forma de minimizar os impactos, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da doença, tais como a restrição à livre circulação e até mesmo o isolamento social, que influenciaram nosso comportamento, de nossos clientes e da população em geral. Como resultado de tais restrições, houve uma acentuada queda ou até mesmo paralisação da prestação de nossos serviços e das atividades de empresas de diversos setores. Conseqüentemente, as nossas receitas das operações

²⁰ Estimativa calculada com a aplicação da média da população brasileira que realiza algum método de depilação (44%) aos países da América Latina que a Companhia atua ou planeja atuar.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

sofreram um declínio em decorrência dos impactos das restrições de circulação impostas nas jurisdições em que operamos. Além disso, nós fechamos temporariamente parte das lojas neste período de isolamento, principalmente as nossas lojas localizadas em *shoppings*, o que causou um grande impacto financeiro e no dia a dia da Companhia.

Este momento demandou um aumento na nossa eficiência operacional e o fortalecimento da nossa capacidade de venda, de maneira a minimizar os impactos da pandemia. Mesmo com as lojas fechadas, fomos capazes de manter o nível médio de system-wide sales em aproximadamente 48%, considerando os meses de abril e maio, dos níveis normais durante o referido período, principalmente devido (i) à nossa omnicanalidade e capacidade de manter contato recorrente com nossa base atual de clientes, (ii) à força de nossa marca, da nossa capacidade de vender pacotes para uso futuro (com a promessa de entrega do serviço após a reabertura de lojas e *shoppings centers*), o que reforça a confiança dos nossos clientes; e (iii) à intensa dedicação de nossas equipes, tanto de suporte quanto comerciais e operacionais. Acreditamos que, mesmo diante das adversidades dos últimos meses, conseguimos nos fortalecer e ainda aumentar a nossa capacidade de revenda, bem como estreitamos nosso relacionamento com a nossa base de clientes. Na imagem abaixo é possível observar que em setembro de 2020, a marca EspaçoLaser alcançou o patamar de system-wide sales equivalente a 128% da média do faturamento atingido entre janeiro e fevereiro de 2020 o que constata que já superamos o patamar de system-wide sales pré-COVID, com 100% de nossas lojas abertas:



A disseminação da COVID-19 nos levou a modificar nossa prática de negócios (incluindo práticas de higienização de locais de trabalho dos funcionários e cancelamento de clientes agendados), e podemos precisar adotar ações adicionais, conforme exigido pelas autoridades governamentais ou conforme determinado pela administração, considerando o melhor interesse de seus funcionários, clientes e parceiros de negócios.

O escopo e a natureza desses impactos estão em constante evolução. A seguir, apresentamos um resumo de nossas ações recentes e previstas em resposta à pandemia da COVID-19 e seus impactos em nossos negócios:

- em função da pandemia da COVID-19, tendo em vista as normas e orientações governamentais, a Companhia fechou temporariamente lojas e escritórios administrativos, adotando uma política de *home office* para seus funcionários administrativos;

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

- as nossas unidades intensificaram seus processos de higiene e limpeza, que já eram rigorosos, com as seguintes medidas para qualquer procedimento: (i) álcool gel disponível no balcão e salas de procedimento para assepsia das mãos; (ii) higienização de maca com álcool 70% a cada troca de cliente e uso de lençóis descartáveis; (iii) todo profissional da saúde passa a usar máscaras, luvas e toucas descartáveis; (iv) obrigatoriedade de uso de máscaras por todos dentro das lojas, incluindo clientes; (v) óculos de proteção higienizados a cada paciente com papel interfolhado, evitando o contato direto com os olhos; e (vi) ponteiros de laser higienizadas seguindo as recomendações do fabricante e validadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- implementamos, em nossa visão, rígidos protocolos em nossas lojas de esterilização e higienização de todos os equipamentos, materiais e locais com maior frequência, implementamos sinalização de distanciamento, organização de filas para entrada nas lojas e divulgação de informações em nossas lojas e redes sociais, com o objetivo de manter distância segura entre os clientes e evitar aglomerações;
- identificação e afastamento dos funcionários no grupo de risco;
- negociação com fornecedores, de modo a repactuar valores ou prazos de pagamento, para equilibrar e conter os aumentos de despesas causados pela implantação de protocolos de segurança da pandemia da COVID-19;
- desenvolvimento acelerado de nosso no *e-commerce* rapidamente nossas capacidades no e-commerce, para o qual houve expressivo crescimento da procura; e
- realização de pacotes promocionais de venda durante a pandemia da COVID-19 para serem utilizados pelos clientes após a normalização das lojas.

Para maiores detalhes sobre os impactos da COVID-19 sobre os negócios da Companhia e sobre seu resultado financeiro, vide o item 10.9 deste Formulário de Referência da Companhia.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

7.1.A - Sociedade de economia mista

(a) interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

(a) produtos e serviços comercializados

Os segmentos operacionais da Companhia divulgados nas suas demonstrações e informações financeiras, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 22, são: (i) Laser; (ii) Estética Facial; e (iii) Franquias (contempla franquias das marcas Espaçolaser e Estudioface). Nestes segmentos são comercializados os seguintes produtos e serviços

Espaçolaser (Laser)	Inclui a operação de 362 lojas de depilação a laser no Brasil, sendo elas pertencentes a subsidiárias integrais ou sociedades controladas pela Companhia. O segmento operacional inclui também a estrutura corporativa necessária para a gestão dessas lojas.
Estudioface (Estética Facial)	Inclui a operação de uma loja própria localizada no bairro da Bela Vista, em São Paulo.
Franquias (incluindo franquias das marcas Espaçolaser e Estudioface)	Inclui franquias das marcas Espaçolaser e da Estudioface, que somavam 192 franquias da Espaçolaser e 9 franquias da Estudioface em 30 de setembro de 2020. A rentabilidade desse segmento se dá substancialmente pela cobrança de <i>royalties</i> pelos serviços prestados, além do licenciamento das marcas Espaçolaser e Estudioface.

(b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Apresenta-se abaixo a representatividade de cada segmento operacional na receita líquida da Companhia:

(em milhares de reais, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020	%	2019	%	2019	%	2018	%	2017	%
Laser	293.918	93%	483.983	97%	606.967	94%	303.197	90%	169.010	87%
Franquias	37.827	12%	43.271	9%	66.078	10%	45.042	13%	26.774	14%
Estética Facial	1.442	0%	3.031	1%	3.892	1%	2.760	1%	-	0%
Eliminações⁽¹⁾	-18.132	-6%	-29.600	-6%	-29.342	-5%	-14.708	-4%	-2.116	-1%
Receita líquida de vendas	315.055	100%	500.685	100%	647.595	100%	336.291	100%	193.668	100%

⁽¹⁾ Compreendem eliminações de transações entre os segmentos.

(c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Apresenta-se abaixo a representatividade de cada segmento operacional no lucro (prejuízo líquido) da Companhia:

(em milhares de reais, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de				Exercício social encerrado em 31 de dezembro de					
	2020	%	2019	%	2019	%	2018	%	2017	%
Laser	-92.630	141%	80.450	94%	49.607	76%	16.582	43%	24.884	61%
Franquias	29.417	-45%	32.216	38%	53.728	82%	37.631	98%	20.468	50%
Estética Facial	-1.219	2%	-835	-1%	-856	-1%	-1.032	-3%	-	0%
Eliminações	-1.137	2%	-26.044	-30%	-37.099	-57%	-14.602	-38%	-4.669	-11%
Lucro (prejuízo) líquido	-65.569	100%	85.787	100%	65.380	100%	38.579	100%	40.683	100%

⁽¹⁾ Compreendem eliminações de transações entre os segmentos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

(a) características do processo de produção

Espaçolaser

Na Espaçolaser, oferecemos aos clientes serviços de depilação a laser, vendidos em pacotes por área do corpo (de um total de até 29 áreas para homens e 35 áreas para mulheres). Os pacotes contemplam até 10 sessões, porém a média de sessões usadas por nossos clientes varia de 5 a 6 até concluírem seu tratamento, com a eliminação definitiva dos pelos daquela área específica, sendo que os clientes podem notar os resultados iniciais desde sua primeira sessão. O tempo médio entre uma sessão e outra é de 45 dias, de forma que o tratamento completo para cada área do corpo possui duração média de 8 meses.

Os procedimentos da Companhia são realizados exclusivamente por fisioterapeutas, conforme o requerimento de qualificação técnica do CREFITO, que passam por um treinamento intensivo de mais de 100 horas na Universidade do Laser, e com isso apresentam profundo conhecimento técnico, tanto sobre pele quanto sobre remoção de pelos e aplicação do laser. As lojas Espaçolaser possuem em média entre 6 a 8 empregados, sendo de 2 a 4 profissionais de depilação, entre 2 a 3 profissionais de vendas e 1 gerente.

A Companhia tem um contrato de exclusividade com a Skintec Comercial Importadora e Exportadora Ltda. (“Skintec”), distribuidora exclusiva da Candela Corporation em todo o território brasileiro, para a aquisição da linha de equipamento GentleLase e do insumo de uso obrigatório cilindro criogênio.

EL Franchising (sociedade franqueadora da rede Espaçolaser)

A EL Franchising, realiza a gestão de toda sua rede de franqueados Espaçolaser. A Companhia preza pela observância dos ditames legais e das boas práticas de governança corporativa, possuindo um sistema operacional que oferece suporte aos seus franqueados desde a assinatura do contrato de franquia até o término da vigência do mesmo visando qualidade, padronização, planejamento estratégico e crescimento, com a finalidade de oferecer uma experiência única aos clientes, com a mesma cultura, sistemas, treinamentos e processos que as unidades próprias, buscando elevados níveis de satisfação e NPS.

Para garantir o mesmo nível de qualidade que as lojas próprias, a EL Franchising adota uma postura proativa convocando os franqueados e suas equipes para treinamentos e capacitações exclusivos e recorrentes, transferindo aos franqueados nosso *know-how* e processo padrão. Os treinamentos são ministrados por profissionais capacitados, que abordam todos os temas que envolvem a gestão da unidade franqueada.

O franqueado tem autonomia de gerir sua unidade, sendo ele o responsável por definir e executar as políticas de recursos humanos, incluindo as tarefas de contratação e demissão de funcionários. O percentual de royalties é padrão para todas as franquias, e cobrado do valor total das vendas efetuadas para os respectivos clientes.

Estudioface

Na Estudioface, as atividades concentram-se em prevenção, rejuvenescimento e estética facial, oferecendo tratamentos a valores acessíveis e que previnem o envelhecimento cutâneo. Dentre os principais tratamentos realizados, oferecemos os seguintes:

- *Laser Dermablade*: um equipamento que possui tecnologia Erbium YAG 2940. Na visão da Companhia, é um laser que produz resultados positivos com menor impacto térmico sob a pele e que exige menor tempo de recuperação do que outros lasers do mercado.
- *Toxina Botulínica*: na visão da Companhia, a aplicação é ideal para a testa e rugas da região dos olhos. O procedimento também pode ser utilizado no tratamento da disfunção de sudorese, que provoca o suor excessivo nas axilas; e

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

- *Preenchimento facial*: técnica usada para suavizar rugas e esculpir a face. O ácido hialurônico preenche rugas e sulcos, e pode ser realizado nas regiões de olheiras, bigode chinês e lábios (aumento e contorno).

Definit

A Definit é sociedade que atua na Argentina. As atividades da Definit consistem em serviços de depilação a laser.

Considerando a incorporação da Definit Argentina na Companhia em 02 de outubro de 2020, apresentada como eventos subsequentes nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020, conforme indicado no item 3.3 deste Formulário de Referência, as receitas auferidas por esta sociedade passarão a ser consolidadas nos resultados da Companhia a partir das demonstrações financeiras o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(b) características do processo de distribuição

Espaçolaser

Atualmente, a Companhia conta com 362 lojas próprias, localizadas em 16 estados brasileiros e contemplando todas as regiões do país. Os locais escolhidos para a implantação das lojas apresentam, na visão da Companhia, grande movimentação de pessoas, além de altas densidades populacionais e bom potencial de consumo. Os canais de venda dos serviços prestados pela Companhia são as lojas, tele vendas, aplicativo exclusivo, WhatsApp e *website*, de modo que, atualmente, cerca de 25% das vendas da Companhia são realizadas remotamente. O modelo comercial da Companhia é focado na experiência e satisfação de seus clientes, que são o início de seu ciclo virtuoso.

As unidades da Companhia são implantadas em imóveis alugados que são adaptados para as necessidades dos negócios. Estas unidades contam com infraestrutura adequada e enxuta, garantindo elevados níveis de rentabilidade, na visão da Companhia.

Franquias (Considerando franquias da Rede Espaçolaser e Estudioface)

A Companhia conta com 192 franquias Espaçolaser, além de nove franquias Estudioface. A Companhia oferece aos franqueados toda a expertise e know-how para a prestação de serviços de alto padrão. O processo de distribuição da Companhia é praticamente idêntico ao segmento de lojas próprias, com o mesmo nível de cobrança, preocupação e apoio aos franqueados.

Estudioface

Atualmente, a Companhia conta com uma loja própria da Estudioface, localizada no bairro Bela Vista, no estado de São Paulo.

(c) características dos mercados de atuação

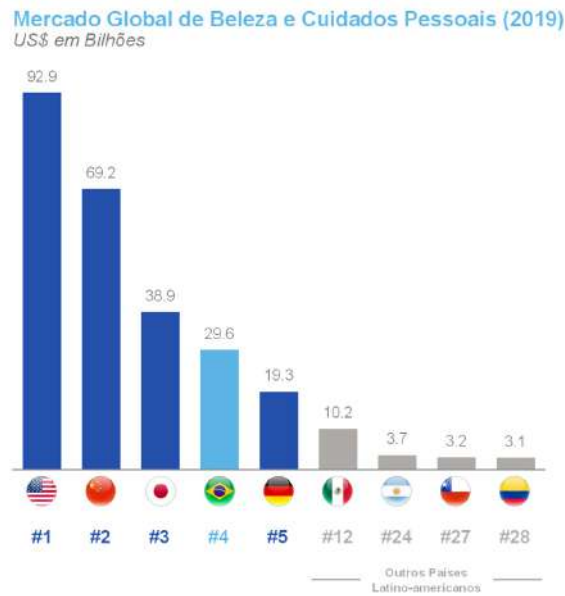
Visão geral da indústria

Mercado de beleza, cuidados pessoais e estética

Segundo a Euromonitor International o Brasil é o quarto maior mercado de beleza e cuidados pessoais do mundo, totalizando aproximadamente US\$30 bilhões em 2019. O Brasil está posicionado após países como Estados Unidos, China e Japão, e é o maior da América Latina, sendo três vezes maior que o México, segundo maior mercado da região¹.

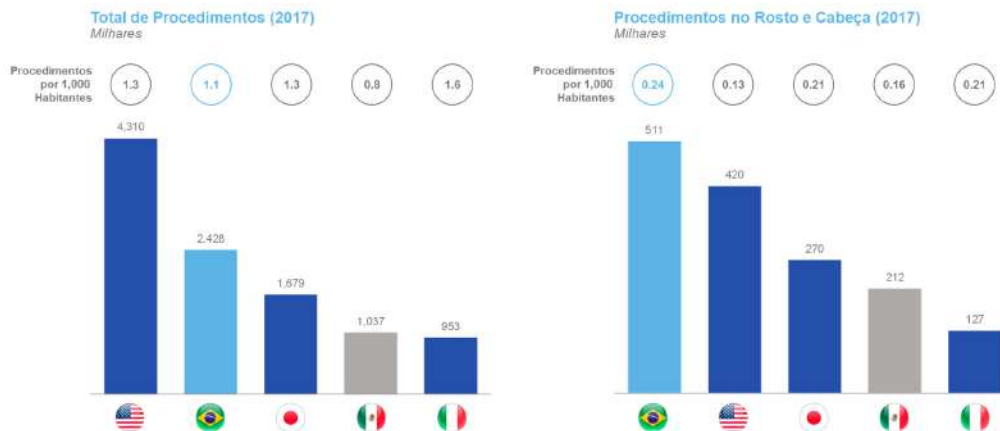
¹ Euromonitor International Limited, Beleza e Cuidados Pessoais in the World 2021, vendas ao consumidor final incluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD de 2019, termos atuais de 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Edição 2020 de “Beauty and Personal Care” da Euromonitor International Limited; o valor de varejo refere-se ao preço de venda no varejo incluindo imposto sobre vendas e preços constantes; utilizam taxas de câmbio fixas, as classificações representam apenas os mercados pesquisados.

Não obstante a posição de quarto mercado mundial no segmento de beleza e cuidados pessoais, o Brasil ocupa também posição de destaque no mercado de estética, sendo o segundo maior em termos de procedimentos totais e o primeiro em procedimentos faciais e na cabeça.



Fonte: International Society of Aesthetic Plastic Surgery, IBGE.

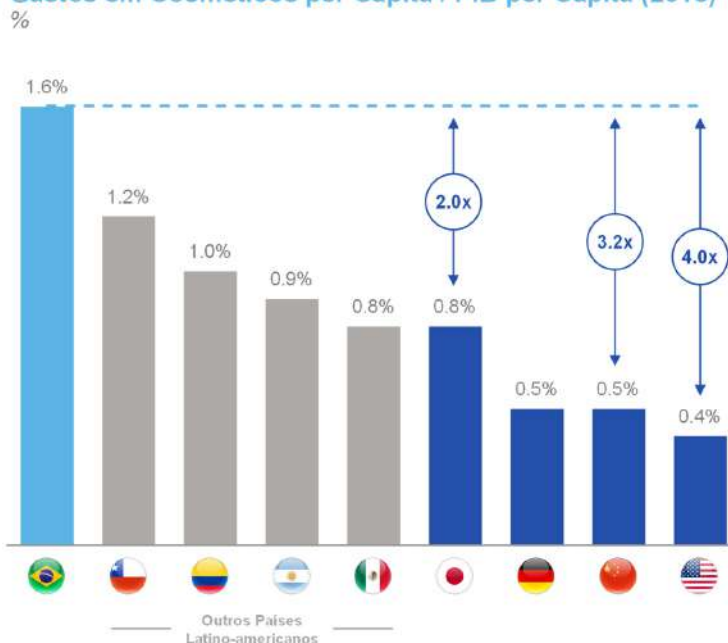
O tamanho relativo do mercado brasileiro de beleza, cuidados pessoais e estética frente a economias maiores, mais desenvolvidas e com renda per capita superior aponta para a alta importância atribuída pelo consumidor brasileiro a tais segmentos, impulsionado sobretudo por claras tendências de consumo e questões culturais da população. Segundo levantamento realizado pelo Serviço de Proteção ao Crédito em conjunto com a CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), 70% da população brasileira considera tratamento cosmético como gasto essencial e não despesas com tópicos supérfluos, demonstrando a importância que os brasileiros atribuem a beleza e cuidados pessoais de forma geral no seu dia-a-dia.

Nesse sentido, quando analisado o percentual de despesas com cosméticos *per capita* em relação ao PIB *per capita*, o Brasil possui uma posição de destaque em relação a mercados desenvolvidos, com uma relação 4 vezes, 3,2 vezes e 2 vezes superior aos Estados Unidos, China e Japão

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

respectivamente, os três maiores mercados de beleza e cuidados pessoais do mundo, evidenciando o componente cultural da população brasileira, que apesar do menor nível de renda per capita em relação a países mais desenvolvidos, possui elevada propensão a gastos dessa natureza, fator relevante que possibilita o crescimento do setor no qual a Companhia atua. Importante destacar também os demais mercados da América Latina, que apesar de serem inferiores em tamanho, demonstram sólidos fundamentos de crescimento potencial com elevada penetração em termos de seus respectivos PIB *per capita*.

Gastos em Cosméticos per Capita / PIB per Capita (2018)

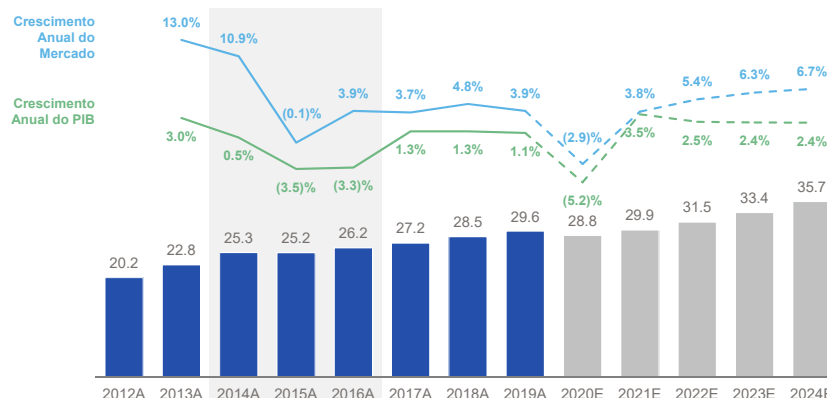


Fonte: Calculado pela a Companhia de acordo com estimativas da Euromonitor International Limited, Beleza e Cuidados Pessoais in the World 2021, vendas ao consumidor final incluindo impostos, taxas de câmbio fixas em USD de 2019, termos atuais de 2019.

Adicionalmente ao seu enorme potencial de crescimento, o mercado de beleza e cuidados pessoais brasileiro é altamente resiliente. De 2012 a 2017, período com ambiente macroeconômico desafiador com baixo crescimento e em alguns anos com variação negativa de PIB, tal mercado cresceu em média 6,2% por ano.

Mercado Brasileiro de Beleza e Cuidados Pessoais

US\$ em Bilhões, %



Fonte: Edição 2020 de "Beauty and Personal Care" da Euromonitor International Limited; o valor de varejo refere-se ao preço de venda no varejo incluindo imposto sobre vendas e preços correntes; utilizam taxas de câmbio fixas; Banco Central do Brasil.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Importante destacar os elementos culturais, climáticos e socioeconômicos que direcionam o mercado brasileiro de beleza, cuidados pessoais e estética:

- (i) clima tropical, quente e úmido, que a Companhia acredita que favorece o maior uso de produtos de higiene pessoal e beleza desenvolvidos para esse mercado;
- (ii) expansão de renda da população brasileira, principalmente induzindo o aumento de poder aquisitivo da classe média presenciado nos últimos anos (notadamente um forte crescimento do percentual de brasileiros pertencentes à classe C desde o início dos anos 2000);
- (iii) uso constante e recorrente de produtos e serviços de beleza e estética. De acordo com pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas - CNDL e pelo Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, consumidores tem elevada propensão de curto prazo (em um horizonte de três meses) para adquirirem produtos e serviços de beleza e estética:
 - (a) 51% têm propensão em adquirir cosméticos de forma geral;
 - (b) 42% têm propensão em adquirir cuidados relacionados a cabelo, unha, barba e pelos;
- (iv) assim como em outros mercados, consumidores estão cada vez mais conectados com produtos e serviços que tenham um apelo sustentável. Em estudo realizado pela Abihpec e Perception, 74% dos consumidores se declararam preocupados de alguma maneira com o meio ambiente, e 45% dos entrevistados afirmaram pagar até 10% a mais por produtos considerados sustentáveis.

Dimensionando o mercado de depilação no Brasil

Preâmbulo

Com o objetivo de melhor mensurar seus principais mercados de atuação, bem como explorar em maiores detalhes suas principais tendências de crescimento de tais mercados, a Companhia conduziu pesquisa de mercado, tendo apoio de empresa internacional de consultoria especializada independente para obtenção e tratamento dos dados primários. Informações aqui utilizadas com base nos dados acima mencionados serão referenciadas como “**Informações da Pesquisa Primária**”.

Visão geral do mercado

De acordo com as Informações da Pesquisa Primária, aproximadamente 78% da população feminina brasileira entre 12 e 65 anos e 9% da população masculina² na mesma faixa etária utiliza algum método de depilação regularmente, somando um mercado de 69 milhões de brasileiros, o que resulta em vendas anuais de R\$ 36 bilhões. Entre os métodos mais utilizados estão lâmina, cera, produtos químicos, IPL (Luz Intensa Pulsada) e, finalmente, depilação a laser, utilizada por apenas 4,8% entre as mulheres usuárias de métodos de depilação no Brasil e por aproximadamente 5,7% dos homens³, representando 4,9% do total de pessoas que utilizaram métodos de depilação em 2019, destacando-se como o método com o mais alto potencial de adoção por novos consumidores dentre as diferentes tecnologias disponíveis no mercado. Isso pode ser evidenciado comparando a penetração brasileira com outros países costeiros como Estados Unidos da América e Espanha, que atingiram, aproximadamente, 20% e 50% respectivamente⁴, evidenciando assim um grande potencial de crescimento deste mercado no país. Ainda segundo as Informações da Pesquisa Primária, 45% das mulheres e 37% dos homens entre 12 e 65 anos que utilizam algum método de depilação consideram realizar depilação a laser e/ou IPL.

² Para homens, não considera aqueles cujo único procedimento utilizado é barbear-se com lâmina ou aparar o cabelo.

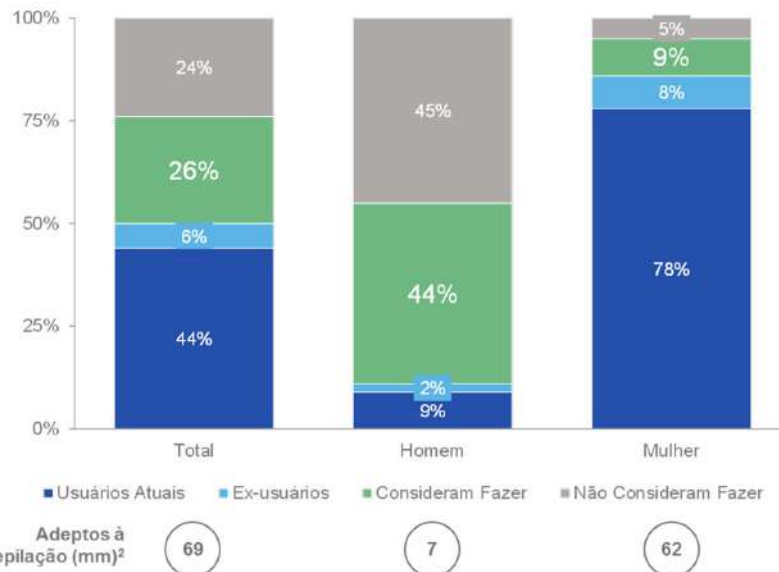
³ Considerando somente usuários que utilizam a tecnologia atualmente.

⁴ Segundo pesquisa de mercado por nós contratada baseada em entrevistas e experiência internacional e fontes públicas.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Penetração da Depilação na População Brasileira¹

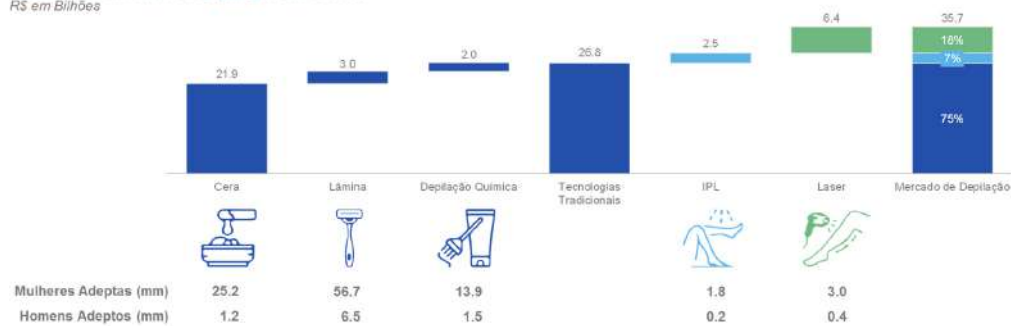
% , 12 a 65 anos



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5962 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada; IBGE; IPCmaps.

Tamanho do Mercado de Depilação em Valores

R\$ em Bilhões

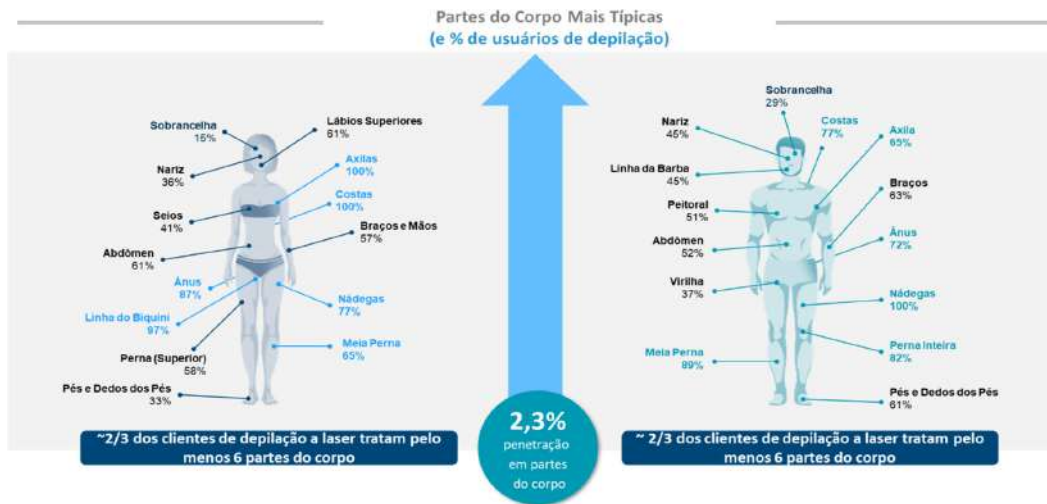


Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, por meio da contratação de consultoria internacional especializada. Dados do IBGE, IPC. Dados referentes ao ano de 2019.

Sob a ótica de regiões e cidades, ainda que algumas delas apresentem maior penetração de usuários de depilação a laser, tal fato é sobretudo relacionado à maior oferta presente nestas, não indicando barreiras relevantes para adoção da tecnologia por novos usuários em qualquer das regiões do Brasil.

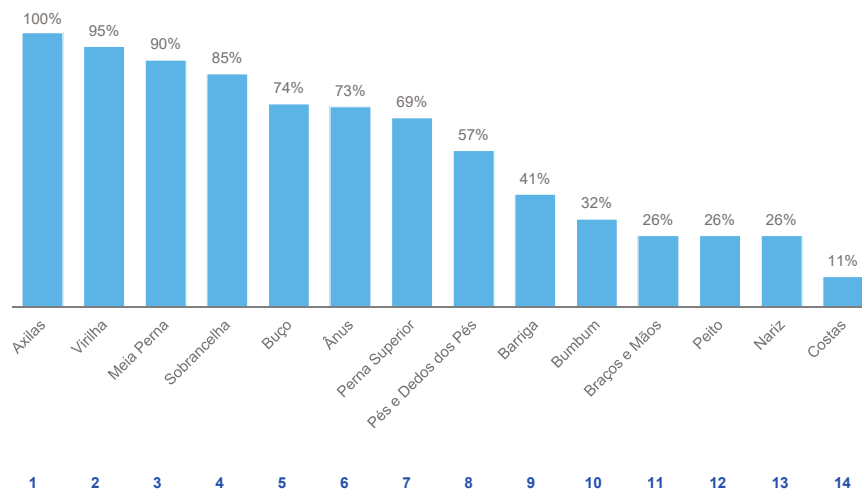
De acordo com as Informações da Pesquisa Primária, no Brasil, atualmente, a média de áreas tratadas por depilação a laser entre os usuários da tecnologia é de 2,5 áreas do corpo entre as mulheres e 2,1 entre os homens, resultando em uma média geral de 2,4 áreas. Em termos absolutos, tal penetração representa 7,4 milhões de áreas tratadas por depilação a laser entre a população feminina e 0,9 milhões entre a população masculina (8,3 milhões no total).

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com assessoria de consultora internacional especializada. Dados referentes ao ano de 2019.

Penetração da Depilação por Área do Corpo %, Mulheres Adeptas à Depilação



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada

Finalmente, de acordo com as Informações da Pesquisa Primária, dentre as principais razões apontadas por aqueles que não fazem uso de quaisquer métodos de depilação atualmente destacam-se aversão à potencial dor causada pelo processo e os altos custos associados.

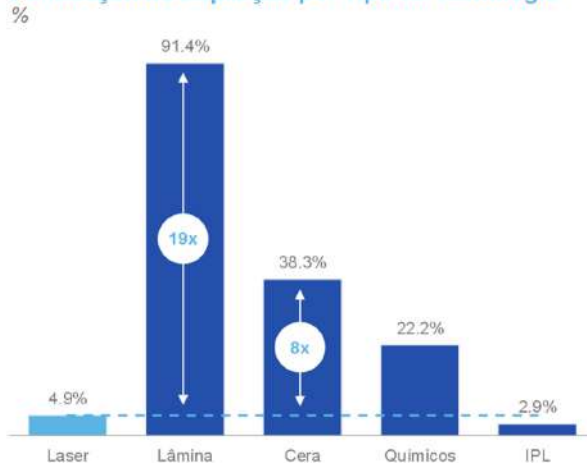
7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Principais alavancas de crescimento para o mercado de depilação a laser no Brasil

1) Aumento de penetração na base de usuários endereçáveis

De acordo com as Informações da Pesquisa Primária, tecnologias mais avançadas, menos dolorosas e permanentes⁵, tais como depilação a laser, aliadas a estruturas de financiamento ao consumidor/métodos de pagamento parcelado que as tornem acessíveis a um maior número de pessoas, aumentam a base de consumidores endereçáveis.

Penetração da Depilação por Tipo de Tecnologia



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada, IBGE, IPC. Dados referentes ao ano de 2019.

O mercado brasileiro de depilação a laser apresenta crescimento ainda em estágios iniciais. Outras experiências e referências internacionais indicam potenciais oportunidades de expansão aplicáveis ao cenário nacional.

Entre as referências de mercados em estágios superiores de desenvolvimento e maturidade, destacam-se os Estados Unidos da América, onde, entre as mulheres pertencentes à faixa etária entre 18 e 55 anos, aproximadamente 20% fazem uso de depilação a laser, de acordo com estimativas calculadas por empresa internacional de consultoria especializada independente com apoio do time de gestão da Companhia. Segundo este mesmo estudo, estima-se que a penetração da depilação a laser no Brasil atinja em torno de 29% na maturidade.

Entre os principais fatores para a adoção da tecnologia, destacam-se:

- pressão pela manutenção de uma aparência jovem, sobretudo motivada pelo crescente uso de mídias sociais; e
- avanços tecnológicos, traduzidos em melhorias como aumento na eficácia dos tratamentos, diminuição de dor e duração do tratamento.

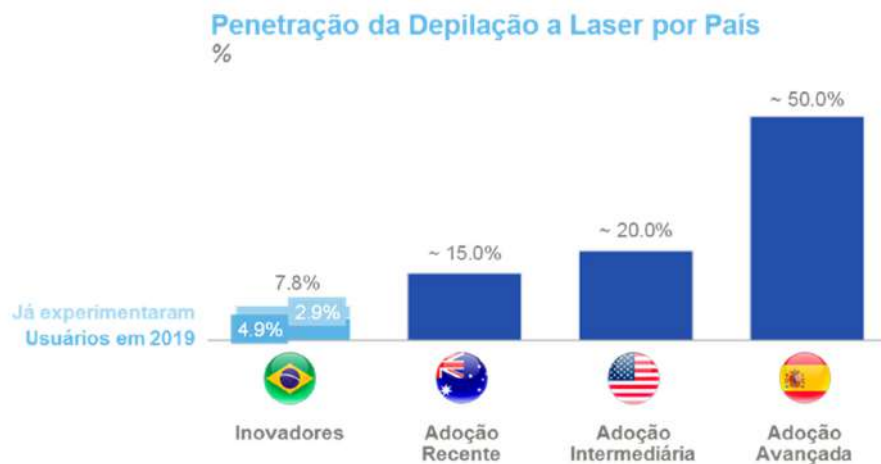
Ainda entre as referências internacionais, o mercado de depilação a laser australiano tem registrado uma penetração em torno de 15%, segundo dados referentes a 2019, sendo a tecnologia a laser a principal alavanca de crescimento para a categoria de depilação permanente como um todo. Espera-se que o mercado australiano atinja aproximadamente 24% de penetração entre a população endereçável em 2022, de acordo com estimativas calculadas por empresa internacional de consultoria especializada independente com apoio do time de gestão da Companhia.

⁵ A depilação a laser destaca-se pelo seu caráter permanente, quando comparada a outros métodos que exigem constante manutenção, como cera e lâmina, ou mesmo tecnologias semipermanentes, como IPL.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

No caso da Espanha, de acordo com consultoria especializada contratada pela Companhia, a penetração do laser já está em um estágio mais maduro, tendo apresentado um rápido crescimento nos últimos anos. Da mesma forma que o mercado brasileiro, os consumidores espanhóis possuem uma forte cultura de depilação, sendo que as gerações mais novas iniciam sua remoção de pelos já diretamente com o laser. No país, essa tecnologia também está se democratizando por meio de opções de pagamento parcelado e com financiamento aos consumidores.

De acordo com consultoria especializada contratada pela Companhia, a aceleração no crescimento do uso da tecnologia a laser indica um ganho de participação no mercado de depilação permanente australiano em detrimento do uso de Luz Intensa Pulsada (IPL). Em termos comparativos, em relação ao IPL, o laser apresenta-se como uma tecnologia mais avançada e eficaz, resultando em um tratamento com mais conforto.



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada, realizada com uma amostra de 5.946 respondentes realizado por consultoria internacional especializada.

Nota: Penetrações calculadas com base na população que já utiliza algum tipo de tecnologia para depilação.

2) Aumento de penetração em outras áreas do corpo endereçáveis

De acordo com as Informações da Pesquisa Primária, no Brasil, atualmente, a média de áreas tratadas por depilação a laser entre os usuários da tecnologia é de 2,5 áreas do corpo entre as mulheres e 2,1 entre os homens, resultando em uma média geral de 2,4 áreas. Em termos absolutos, tal penetração representa 7,4 milhões de áreas tratadas por depilação a laser entre a população feminina e 0,9 milhões entre a população masculina (8,3 milhões no total).

Ainda segundo as Informações da Pesquisa Primária, a quantidade de partes do corpo endereçáveis a serem tratadas por depilação poderia alcançar na média 5,3 entre as mulheres e 4,9 entre os homens. Considerando tal penetração potencial, se aplicada ao total atual de usuários de diferentes métodos de depilação (sem considerar a penetração adicional na base de usuários), o total potencial de áreas do corpo endereçáveis totalizaria 331 milhões entre a população feminina e 35 milhões entre a população masculina, resultando em um total geral de 366 milhões de partes endereçáveis, representando um enorme potencial quando comparado aos atuais 8,3 milhões de partes tratadas por depilação a laser.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada.

3) Aumento de penetração entre o público masculino

Finalmente, com baixa penetração de depilação em geral entre os homens, se comparada àquela entre as mulheres, o público masculino representa importante alavanca de crescimento para o mercado de depilação a laser. Apesar do baixo alcance entre o público masculino, quase 45% dos homens considera fazer uso de algum método de depilação e quase 37% daqueles que fazem uso de depilação considera fazer uso da tecnologia a laser e/ou IPL (maior potencial de adoção entre os principais métodos), percentuais que crescem com as novas preferências das novas gerações por corpos com menos pelos através de métodos duradouros e sustentáveis, representando um importante potencial de conversão para a tecnologia, de acordo com as Informações da Pesquisa Primária.

4) Substituição por Metodologias Ambientalmente Sustentáveis

A Companhia acredita que a crescente tendência para consumo consciente aos impactos ambientais impulsionará positivamente o segmento de depilação a laser uma vez que a tecnologia evita, de forma material, os resíduos gerados anualmente pelas metodologias de depilação como a cera e lâmina de barbear, as quais consideramos serem as principais alternativas de depilação atualmente, gerando um impacto positivo e responsável ao meio ambiente.

Projeções de crescimento para o mercado de depilação a laser no Brasil

De acordo com estimativas calculadas por empresa internacional de consultoria especializada independente com apoio do time de gestão da Companhia, espera-se que o mercado de depilação no Brasil saia dos atuais R\$36 bilhões em 2019 para R\$46 bilhões em 2024, crescimento sobretudo impulsionado pela depilação a laser.

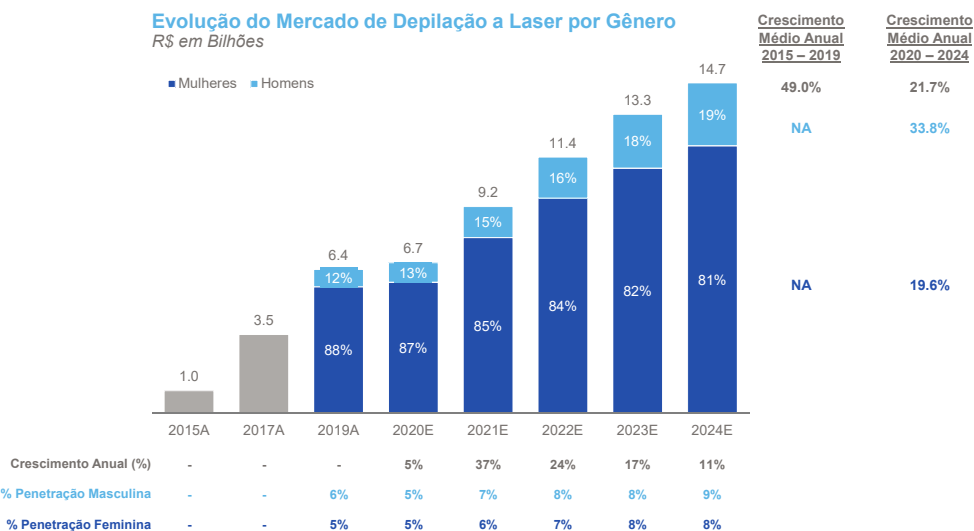
Apesar de ainda encontrar-se em estágios iniciais de crescimento, ao longo dos últimos anos o mercado brasileiro de depilação a laser registrou taxa de crescimento expressivo, com taxa de crescimento anual composta de aproximadamente 60% entre 2015 e 2019, representando um total de R\$6,4 bilhões em 2019.

Especificamente em relação à depilação a laser, espera-se que o mercado brasileiro atinja aproximadamente R\$15 bilhões em 2024, com uma taxa anual de crescimento acima de 20% entre 2020 e 2024.

Espera-se ainda que em 2024 a tecnologia laser represente 32% do mercado total de depilação (em termos de volume financeiro), ganhando *share* sobretudo de usuários de depilação a cera. Destaca-se que o público feminino ainda deve comandar o mercado, com mais de 80% de participação. Nota-se, entretanto, uma crescente contribuição do público masculino, com crescimento médio anual de quase 35% entre 2020 e 2024.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

De uma perspectiva geográfica, a tecnologia deve ainda aumentar sua presença em regiões atualmente menos penetradas, todavia tendo maior parte do crescimento ainda proveniente da região Sudeste.



Fonte: Informações da Pesquisa Primária, realizada, realizada com uma amostra de 5946 respondentes, com auxílio de consultora internacional especializada, consultoria especializada; Dados da EspaçoLaser; Benchmark da Espanha; IBGE; IPCMaps; LCA.

Nota: Penetração em homens, mulheres e por classe social calculada com base em usuários atuais de tecnologias de depilação (não considera ex-usuários).

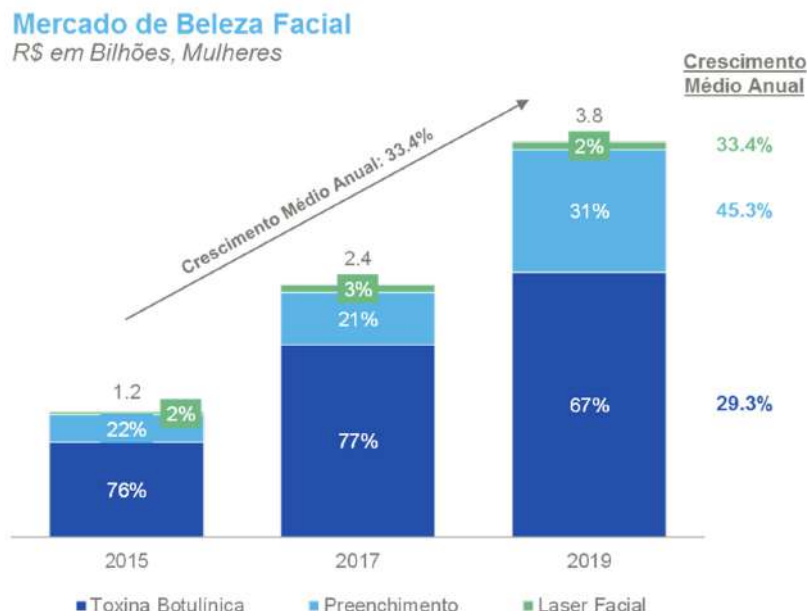
Dimensionando o mercado de estética facial no Brasil

Visão geral do mercado

De acordo com as Informações da Pesquisa Primária, no Brasil 12% das mulheres entre 16 e 65 anos faz ou já fez uso de algum procedimento de estética facial (totalizando quase 10 milhões de mulheres), sendo que, nos últimos 12 meses, destas mulheres 1,4 milhão realizaram procedimentos relacionados à toxina botulínica, 0,7 milhão realizaram procedimentos de preenchimento facial e 0,02 milhão realizaram procedimentos de laser facial.

Ainda que em estágios iniciais, o mercado brasileiro de procedimentos estéticos faciais relacionados à toxina botulínica, preenchimento facial e laser facial registrou crescimento médio anual de quase 35% entre 2015 e 2019, representando R\$3.8 bilhões em 2019.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais



Fonte: Informações da Pesquisa Primária realizada com uma amostra de 5152 respondentes, com auxílio de consultoria internacional especializada; Dados da Espaçolaser; IBGE; IPCMaps.

De acordo com as Informações da Pesquisa Primária, apesar de ainda baixa penetração entre o público endereçável, todos esses tipos de procedimentos apresentam um alto potencial de conversão, sendo que 34% das mulheres consideram fazer uso de toxina botulínica em algum momento, enquanto 46% consideram utilização de preenchimento facial e 66% o laser facial.

Finalmente, a principal razão contrária apontada por não-usuários de procedimentos estéticos faciais é o alto custo associado, barreira de entrada comum para as 3 tecnologias (toxina botulínica, preenchimento e laser facial). A segunda razão mais importante está relacionada à preocupação com possíveis efeitos colaterais (além de muitos indicarem não ver necessidade especificamente para a toxina botulínica).

As expectativas/objetivos associados à busca por procedimentos estéticos faciais estão principalmente relacionadas à melhoria de imperfeições estéticas e prevenção de sinais de idade, de acordo com as Informações da Consultoria Especializada.

Em termos regionais, são pequenas as barreiras para a adoção de procedimentos relacionados à toxina botulínica, preenchimento e laser facial, dado que a maior penetração em determinadas regiões está associada à maior oferta nessas, notadamente a região Sudeste do Brasil.

Principais alavancas de crescimento para o mercado de estética facial no Brasil

Penetração na base de usuários endereçáveis

Grande parte do potencial de crescimento futuro do mercado de procedimentos estéticos faciais no Brasil está relacionada à grande quantidade de não-usuários que apresentam disposição para realizar algum tipo de tratamento. Assim como no mercado de depilação a laser, uma política de precificação e/ou métodos de pagamento que tornem tais procedimentos acessíveis a uma parcela maior de potenciais usuários poderia trazer um incremento significativo à base de clientes endereçáveis.

Em adição aos novos usuários de procedimentos faciais, uma importante alavanca de crescimento baseia-se ainda no aumento da penetração na base de clientes existente, considerando um aumento na quantidade de tratamentos e tecnologias utilizadas pelos mesmos.

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Frequência de tratamentos

Entre os 3 tipos de procedimentos faciais mencionados, o laser facial é aquele que possui maior frequência nos tratamentos, em média mais de 3 por ano, enquanto toxina botulínica e preenchimento demandam em média 2 e 1 tratamentos ao ano respectivamente.

Dada a complementaridade entre diferentes procedimentos estéticos faciais, há um potencial significativo para aumento da frequência de tratamentos junto a uma mesma base de clientes

Projeções de crescimento para o mercado de estética facial no Brasil

Procedimentos estéticos faciais mais sofisticados, tais como toxina botulínica, preenchimento e laser facial, deverão representar um mercado de quase R\$9 bilhões em 2024, segundo estimativas calculadas por empresa internacional de consultoria especializada independente com apoio do time de gestão da Companhia, resultando em um crescimento médio implícito anual de aproximadamente 22% entre os anos de 2020 e 2024.

Informações obtidas pela Companhia junto a consultoria especializada independente também sugerem um crescimento potencial para o mercado brasileiro de estética facial, baseado sobretudo em performance histórica e potencial de médio prazo. Neste sentido, projeta-se uma curva de penetração atingindo cerca de 2,7% para toxina botulínica em 2024, ao passo que aproximadamente 1,9% para preenchimento e 0,2% para laser facial, percentuais bem abaixo do potencial de médio-prazo para cada uma das tecnologias, sobretudo para o laser facial, com potencial de saturação estimado em mais de 50 vezes acima da penetração projetada para 2024.

(i) participação em cada um dos mercados

Depilação a laser

A Companhia acredita que é o maior *player* de depilação a laser no Brasil, com uma rede de 554 lojas, incluindo lojas próprias e franquias. Considerando o estudo da consultoria especializada independente, o mercado de depilação a laser totalizou R\$6,4 bilhões em 2019. Comparando a receita da Companhia com o tamanho do mercado, a Companhia estima uma participação de cerca de 16%. A Companhia acredita que tem amplo espaço de crescimento com base no aumento de áreas depiladas por nossos clientes atuais, aumento na penetração de depilação a laser entre o público masculino e migração de pessoas que se depilam com outros métodos mais antigos para a depilação a laser.

Estética facial

Considerando que a Companhia iniciou as atividades da Estudioface em 2017, a Companhia acredita que ainda tem uma penetração muito baixa e com amplo espaço de crescimento. Considerando o estudo da consultoria especializada independente, o mercado de estética facial totalizou R\$3,8 bilhões em 2019. Comparando a receita da Companhia com o tamanho do mercado, a Companhia estima uma participação de cerca de 0,1%.

(ii) condições de competição nos mercados

Depilação a laser

No mercado de depilação em geral, os principais concorrentes da Companhia são outros métodos de depilação, mais especificamente, a cera e a lâmina de barbear, que concentram 38,3% e 91,4% do mercado de depilação, respectivamente (há dupla contagem no caso de pessoas que utilizam mais de um método).

Temos o contrato de exclusividade com a Skintec para aquisição do equipamento da Candela Corporation, que em nossa visão é a melhor tecnologia disponível atualmente de depilação a laser.

Ainda a título de comparação, em relação aos custos associados ao tratamento de depilação a laser em nossas unidades, considerando um *ticket* médio próximo de R\$1.800 por cliente para um tratamento típico de duas áreas do corpo, com pagamento via parcelamento em 18 vezes, a despesa

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

mensal resultante para o consumidor seria de cerca de R\$100 mensais. Tal valor apresenta-se próximo do nível de gastos mensais para realização de depilação das mesmas áreas utilizando a cera como método.

Adicionalmente, ao longo dos anos, a Companhia acredita ter construído um conjunto robusto de fatores que a deixam muito bem posicionada para competir nesse mercado. Esses fatores incluem: (i) uma base de clientes muito satisfeita e leal, medida através de seu NPS de 82; (ii) uma marca que é *top-of-mind*, medida por uma pesquisa independente realizada pela Opinion Box em outubro de 2019; (iii) uma plataforma digital exclusiva, beneficiando tanto os seus clientes quanto o seu processo de gestão; (iv) opções acessíveis de financiamento para o cliente, incluindo o cartão Espaçolaser; (v) localizações que a Companhia entende ser muito convenientes; e (vi) grande capilaridade e efeito rede de suas lojas em todo o Brasil. Sobre o efeito rede, em 30 de setembro de 2020, 51% dos clientes da Espaçolaser na cidade de São Paulo realizaram seus tratamentos em mais de uma loja.

Estética facial

No mercado de estética facial, há uma grande fragmentação, e a Companhia concorre com outros salões de beleza, centros de estética, consultórios médicos, entre outros. A Companhia acredita que está muito bem posicionados para concorrer nesse mercado, considerando o grande potencial de *cross-sell* que a Companhia tem com sua base de clientes da Espaçolaser, parcelamentos acessíveis e o fato de que a Companhia conta com médicos especializados para a realização dos procedimentos.

(d) eventual sazonalidade

A Companhia acredita que o setor de depilação a laser possui uma baixa sazonalidade, de modo que os seus resultados trimestrais não costumam sofrer grandes variações ao longo do ano. No entanto, costuma-se verificar um maior número de vendas durante o mês de outubro, impulsionado pelas iniciativas e ações comerciais de *marketing* da Companhia, acompanhando a tendência do setor de varejo, com promoções e preços diferenciados oferecidos neste mês como “Black Friday”.

(e) principais insumos e matérias primas, informando:

(i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia possui um contrato de exclusividade com a Skintec, importadora exclusiva da Candela no Brasil. A Skintec fornece à Companhia a máquina de depilação a laser, da linha, *GentleLase*, o criogênio que é usado para resfriar a pele dos clientes e tornar o procedimento mais confortável e a máquina Dermablate, usada nos procedimentos de laser na Estudioface. Para maiores informações sobre o contrato de exclusividade, vide item 7.3 deste Formulário de Referência.

(ii) eventual dependência de poucos fornecedores

Conforme descrito acima, a Companhia depende da Candela para o fornecimento de máquinas e criogênio. Não obstante, considerando que a Companhia é a maior empresa de depilação a laser no Brasil em número de lojas, fornecedores de novas tecnologias que estão surgindo sempre a procuram primeiro, e habitualmente a Companhia avalia e testa outras tecnologias na Universidade do Laser.

(iii) eventual volatilidade em seus preços

Os preços dos serviços prestados pela Companhia são determinados pelo time de precificação, na estrutura comercial da Companhia, e usam como base principalmente o tamanho da área a ser depilada, e a Companhia não tem elevada volatilidade. Importante também destacar que, no âmbito de depilação a laser, para cada área que o cliente deseja depilar, ele contrata com a Companhia um pacote de dez sessões, parcelado em até 24 vezes, conforme negociado entre o cliente e a Companhia, e não há qualquer reajuste no preço das parcelas.

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

(a) montante total de receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

(b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui clientes responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

(a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Aspectos regulatórios gerais

A Companhia desenvolve atividades que estão sujeitas às regulamentações federais, estaduais e municipais que impõem a obtenção de licenças, autorizações, permissões, alvarás, certificados ou registros para matrizes e filiais. Disto decorre a necessidade de interação frequente da Companhia com autoridades governamentais, de modo que está sujeita, ainda, à fiscalização ou inspeção dessas entidades em suas lojas para verificar o cumprimento das normas e regulamentações vigentes.

Para o funcionamento das unidades onde são prestados serviços pela Companhia, é necessária a obtenção de licenciamento sanitário municipal.

As atividades de fisioterapia, estética e outros cuidados com a beleza desenvolvidas pela Companhia dependem também, em geral, da obtenção de alvará sanitário, emitido pela autoridade sanitária local (“**VISA Local**”). As licenças sanitárias possuem prazo de validade e devem ser renovadas periodicamente de tempos em tempos, com ou sem o pagamento de taxas de renovação.

Em razão das dificuldades e lentidão de alguns órgãos administrativos, principalmente no cenário da pandemia de COVID-19, a Companhia pode não conseguir obter todas as licenças necessárias, ou ainda não obter as suas renovações de forma tempestiva. A não obtenção ou a não renovação das licenças poderá, caso a caso, resultar em autos de infração, sujeitar a Companhia ao pagamento de multas, impedi-la de abrir e operar as lojas e resultar na interdição ou fechamento das lojas.

A Companhia também se encontra sujeita à fiscalização do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, criados pela Lei Federal nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975, devendo as empresas que prestam tal atividade estarem registradas perante o CREFITO, assim como estão obrigadas ao pagamento de anuidade. O mesmo se aplica em relação ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, criados pela Lei Federal nº 6.684, de 3 de setembro de 1979. Assim, além do registro de pessoa jurídica junto aos respectivos conselhos, é obrigatória a presença de responsável técnico, devidamente inscrito no CREFITO e/ou no CRBM, de acordo com as atividades efetivamente realizadas em cada uma das unidades. A Companhia está em processo de regularização de seus estabelecimentos perante o CREFITO e o CRBM.

Finalmente, a Companhia deve ainda utilizar equipamentos devidamente certificados pela ANVISA, classificados como de alto risco, no desenvolvimento de suas atividades, sob pena de descumprimento da regulamentação federal, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 27, de 21 de junho de 2011, e da Instrução Normativa – IN nº 49, de 22 de novembro de 2019. A Companhia utiliza apenas equipamentos devidamente certificados no desenvolvimento de suas atividades.

O funcionamento das lojas da Companhia sem as autorizações ou licenças aplicáveis, bem como sem a presença de fisioterapeuta responsável, poderão sujeitar não apenas às sanções cíveis e penais cabíveis, como também às sanções aplicáveis em caso de descumprimento da legislação sanitária federal, conforme disciplinado na Lei nº 6.437/1977, dentre as quais: (i) advertência, (ii) apreensão e inutilização, (iii) interdição, (iv) cancelamento do registro, e/ou (v) multa de R\$2.000,00 a R\$1.500.000,00, a depender da classificação da gravidade da infração.

Licenciamento ambiental

De acordo com a Lei nº 6.938/1981 (“**Política Nacional do Meio Ambiente**”), a construção, instalação, ampliação e operação de estabelecimentos ou atividades que utilizem recursos naturais ou que possam ser consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou, ainda, passíveis de causar degradação ambiental, estão sujeitas ao licenciamento ambiental, que pode vir a ocorrer em âmbito federal, estadual ou municipal. A competência para a supervisão do processo de licenciamento ambiental é prevista, principalmente, pela Lei Complementar nº 140/2011.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Conforme definido pela Resolução nº 237/1997 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), o processo de licenciamento ambiental engloba, em regra, três diferentes licenças, cada uma correspondendo a uma fase particular do projeto: (i) a Licença Prévia, concedida na fase preliminar e que avalia as condições básicas de localização, instalação e operação do empreendimento e/ou atividade; (ii) a Licença de Instalação, que autoriza a sua efetiva instalação e implementação, conforme as condições estabelecidas na fase preliminar; e, por fim, (iii) a Licença de Operação, que autoriza o início de seu funcionamento ou das operações do empreendimento e/ou atividade licenciada.

A depender das especificidades do empreendimento e/ou projeto, do âmbito de seus impactos ambientais e dos critérios de exigibilidade estabelecidos pelo órgão ambiental competente, o processo de licenciamento ambiental pode ocorrer de forma simplificada, ao invés do sistema trifásico previamente descrito, ou pode, inclusive, ser dispensado pelo órgão ambiental responsável.

As licenças ambientais e/ou dispensa de licenciamento ambiental possuem validade limitada, de modo que deverão ter sua renovação periódica e tempestivamente requeridas perante os órgãos ambientais licenciadores, sob pena de perda de sua validade e irregularidade da atividade e/ou empreendimento. Ainda, as licenças ambientais podem conter condicionantes técnicas estabelecidas pela autoridade ambiental, cujo cumprimento também condiciona a sua validade.

A Companhia entende que suas unidades, pela natureza e baixo impacto das atividades desenvolvidas, não estão sujeitas a licenciamento ambiental. Em relação a unidades inseridas em *shopping centers*, licenças ambientais podem ser aplicáveis aos operadores dos *shopping centers* e não aos lojistas diretamente.

Responsabilidade ambiental

Em caso de descumprimento de quaisquer normas ambientais, a Companhia pode ser responsabilizada em três esferas: (i) civil; (ii) administrativa; e (iii) criminal.

Na esfera civil, aquele que causar dano ao meio ambiente é responsável por reparar ou indenizar o dano causado, independentemente de culpa. Aplica-se a responsabilidade de forma objetiva e solidária em relação a todas as partes direta ou indiretamente envolvidas na geração do dano. Nesse cenário, tendo mais de uma empresa contribuído para um dano ao meio ambiente, ou tendo o dano sido cometido por um prestador de serviço ou fornecedor, poderá ser demandada a remediação ou pagamento de indenização a qualquer desses agentes, cabendo-lhe, posteriormente, direito de regresso contra as demais empresas envolvidas. Não existe, na legislação brasileira, previsão de teto ou limitação no valor a ser fixado a título de indenização pelo dano ambiental, o qual será proporcional ao dano causado.

Na esfera administrativa, as multas por infração ambiental podem chegar a R\$ 50 milhões, sendo que a multa máxima é aplicada, geralmente, em casos de grande impacto ambiental ou risco à saúde humana. Outras penalidades administrativas incluem, por exemplo, a suspensão de atividades e o embargo de obras. Penalidades severas, contudo, normalmente só são aplicadas quando há um risco ou dano grave ao meio ambiente.

A Lei nº 9.605/1998 (“**Lei de Crimes Ambientais**”) prevê a responsabilização de todos aqueles que, de qualquer forma, concorrem para a prática de crimes contra o meio ambiente, sendo cada qual penalizado na medida de sua culpabilidade. Tal lei prevê, ainda, a responsabilidade da pessoa jurídica, caracterizada se a infração for cometida (i) por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado; ou (ii) no interesse ou benefício da pessoa jurídica que representa. A responsabilidade da pessoa jurídica não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes, o que estende a responsabilidade de tais atos ao diretor, administrador, membro de conselho e de órgão técnico, auditor, gerente, preposto ou mandatário das pessoas jurídicas que tenham participado de tais decisões ou tenham se omitido, quando poderiam evitar os prejuízos delas advindos.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

A Lei de Crimes Ambientais prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nessa situação, acionistas podem ser pessoalmente responsáveis por recuperar os danos ambientais causados.

Regulação relativa à privacidade e proteção de dados no Brasil

As normas sobre privacidade e proteção de dados no mundo têm evoluído nos últimos anos, de modo a estabelecer regras mais objetivas sobre como os dados pessoais (toda e qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável) podem ser utilizados pelas organizações.

No Brasil, especificamente, até o ano de 2018, o tema era tratado pelo judiciário, de forma casuística e pontual, por meio da interpretação de uma série de dispositivos legais esparsos e setoriais, quais sejam:

- a Constituição Federal Brasileira, que estabeleceu como direitos constitucionais o direito à intimidade, à vida privada e à imagem;
- a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), que trouxe contornos mais objetivos para a abertura de bancos de dados de consumidores e cadastro de maus pagadores, estabelecendo, inclusive, que o consumidor deve ter acesso aos dados pessoais que constam em tais bancos de dados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes;
- a Lei nº 12.414/11 (Lei do Cadastro Positivo), alterada em abril de 2019, que estabeleceu regras específicas para a criação de bancos de dados de bons pagadores, determinando que é direito do cadastrado, dentre outros, ser informado, previamente, sobre a identidade do gestor e sobre o armazenamento e o objetivo do tratamento dos seus dados pessoais e, ter os seus dados pessoais utilizados somente de acordo com a finalidade para a qual eles foram coletados;
- a Lei nº 12.965/14 (Marco Civil da Internet), que tratou em diversos artigos sobre a proteção da privacidade e dos dados pessoais das pessoas no ambiente online, mas, não definiu o conceito de dados pessoais; e
- o Decreto nº 8.771/16 (“**Decreto regulamentador do Marco Civil da Internet**”), que definiu dados pessoais como aqueles relacionado à pessoa natural identificada ou identificável, tais como números identificadores, dados locais ou identificadores eletrônicos, quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.

No entanto, em agosto de 2018, foi promulgada a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada (a Lei Geral de Proteção de Dados, definida como “**LGPD**”), que regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no país de forma geral (e não mais apenas setorial), criando um microsistema de regras sobre o tema que impacta todos os setores da economia.

A LGPD tem como objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade, privacidade e livre desenvolvimento da personalidade das pessoas naturais, criando um ambiente de maior controle dos indivíduos sobre os seus dados e de maiores responsabilidades para as organizações que tratam tais dados pessoais, trazendo novas obrigações a serem observadas. A título exemplificativo, a LGPD estabelece uma série de princípios que devem ser observados no tratamento de dados pessoais, quais sejam, finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

O âmbito de aplicação da LGPD abrange todas as atividades de tratamento de dados pessoais inclusive em ambiente online, e se estende a pessoas físicas e entidades públicas e privadas, independentemente do país onde estão sediadas ou onde os dados são hospedados, desde que (i) o tratamento de dados pessoais ocorra no território nacional; (ii) a atividade de tratamento de dados pessoais destine-se a oferecer ou fornecer bens ou serviços a ou tratar dados de indivíduos localizados no Brasil; ou (iii) os titulares dos dados estejam localizados no Brasil no momento em que seus dados pessoais são coletados.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Além disso, a LGPD estabelece (a) diversas hipóteses autorizadoras do tratamento de dados pessoais; (b) dispõe sobre uma gama de direitos dos titulares de dados pessoais; (c) prevê sanções para o descumprimento de suas disposições; e (d) autoriza a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (“ANPD”), autoridade responsável por garantir a observância das normas sobre proteção de dados pessoais.

Relevante esclarecer que, em que pese a publicação do Decreto nº 10.474/2020, em 26 de agosto de 2020, até o presente momento a ANPD não foi efetivamente estruturada pelo poder público tendo em vista que, apesar dos membros de seu Conselho Diretor terem sido recentemente nomeados pelo Presidente da República, os mesmos ainda estão em processo de aprovação, conforme estabelecido pela Lei.

Sobre a vigência da LGPD, relevante esclarecer que a LGPD entrou em vigor no dia 18 de setembro de 2020, mas, a aplicabilidade de suas sanções administrativas poderá ser feita apenas a partir do dia 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020, sancionada em meio à pandemia da COVID-19, numa tentativa de mitigar os efeitos negativos do distanciamento social causado por tal pandemia nas organizações.

Neste cenário, o descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD, anteriormente a entrada em vigor de suas sanções administrativas, tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e Marco Civil da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, em razão da não efetiva estruturação da ANPD.

Ademais, quando da entrada em vigor das sanções administrativas da LGPD, em agosto de 2021, caso a Companhia não esteja adequada às suas disposições, a Companhia estará sujeita, dentre outras sanções, à (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (b) divulgação da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (c) bloqueio dos dados pessoais correspondentes à infração até a sua regularização; (d) eliminação dos dados pessoais correspondentes à infração; (e) multa de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (f) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (g) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (h) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.

Logo, antes mesmo da entrada em vigor das sanções administrativa da LGPD, a Companhia deve observar os requisitos de segurança previstos na legislação vigente e aplicável quanto à proteção de dados, de modo a garantir conformidade com os requisitos legais e minimizar situações de risco, como indisponibilidade do serviço ou acesso ou uso não autorizado de dados pessoais, posto que eventual não conformidade com a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, segurança da informação e outras regulamentações governamentais no setor de tecnologia da informação, atualmente, podem resultar, também, em indenizações e na perda da confiança de clientes na segurança dos serviços, afetando adversamente a Companhia.

(b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Até a data de fechamento do presente Formulário de Referência, a Companhia ainda não havia aderido a um padrão internacional de práticas ambientais.

Embora ainda não tenha uma política socioambiental formalizada, a Companhia busca adotar ações voltadas a práticas e/ou iniciativas socioambientais, conforme item 7.8 deste Formulário de Referência.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

(c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas

No Brasil, marcas são sinais distintivos visualmente perceptíveis que identificam e distinguem produtos e/ou serviços, não abarcando, portanto, sinais sonoros, gustativos e/ou olfativos. Em alguns casos, as marcas também possuem a função de certificar a conformidade de produtos e/ou serviços com determinadas normas e/ou especificações técnicas.

A Lei nº 9.279/1996 (“**Lei da Propriedade Industrial**”) dispõe que a propriedade de determinada marca somente pode ser adquirida por meio do registro concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“**INPI**”), autarquia federal responsável pelo registro de marcas e patentes, e outros direitos de propriedade industrial no Brasil.

Relevante mencionar que, durante o processo de registro, aquele que requereu o registro de determinada marca (denominado “depositante”) possui apenas uma expectativa de direito de propriedade desta para identificação de seus produtos ou serviços e o direito de zelar pela integridade material e/ou reputação do sinal requerido.

Após a aprovação do registro de marca pelo INPI, o titular da marca passa a deter a propriedade desta em conjunto com o direito de uso exclusivo em todo o território nacional, por um período 10 anos, prorrogável por períodos iguais sucessivos, mediante o pagamento de taxas adicionais ao INPI. Tal requisição precisa ser realizada no último ano de validade do registro, ou nos seis meses subsequentes ao término do período de vigência do registro.

Ainda, relevante destacar que o registro de determinada marca se extingue pela (i) expiração do prazo de vigência (quando da não renovação no prazo adequado); ou (ii) renúncia (abandono voluntário do titular ou pelo representante legal); ou (iii) caducidade (falta de uso da marca); ou (iv) inobservância do disposto no artigo 217 da Lei de Propriedade Industrial (necessidade da pessoa domiciliada no exterior manter procurador no Brasil), sendo, portanto, um requisito de manutenção do registro de marca a continuidade de seu uso, nos termos do pedido de registro depositado junto ao INPI.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia é titular de 19 pedidos de registro de marca e marcas registradas junto ao INPI, em nome próprio ou em nome de outras sociedades empresárias integrantes de seu grupo econômico, destacando-se as marcas “ESPAÇOLASER” e “ESPAÇOLASER DEPILAÇÃO”. A Companhia acredita que o reconhecimento do mercado em relação às suas marcas contribui significativamente para os seus negócios. Ademais, a Companhia é titular de alguns nomes de domínio associados a tais marcas, destacando-se <espacolaser.com.br>.

Adicionalmente, a Companhia acredita que grande parte do diferencial da Companhia se deve aos resultados superiores e permanentes das máquinas da marca Candela Corporation. Para mais informações a esse respeito, vide item 7.3(e) acima, bem como o fator de risco “*A Companhia pode perder a exclusividade de utilização da marca Candela no Brasil.*” no item 4.1 deste Formulário de Referência.

Nomes de Domínio

Um nome de domínio é uma identificação de autonomia, autoridade ou controle dentro da internet. Os nomes de domínio seguem as regras e procedimentos do *Domain Name System* (“**DNS**”), de modo que qualquer nome registrado no DNS é um nome de domínio. No Brasil, o responsável pelo registro de nomes de domínio, bem como pela administração e publicação do DNS para o domínio “.br”, a distribuição de endereços de sites e serviços de manutenção é o Registro.br.

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Franquias

Relevante informar, ainda, que, atualmente, a Companhia possui 192 unidades franqueadas em funcionamento, espalhadas pelo país, principalmente em sua região Sudeste.

No Brasil, a franquia empresarial é o sistema pelo qual uma sociedade empresária (denominado “franqueador”) autoriza, por meio de contrato, um terceiro (denominado “franqueado”) a usar as suas marcas e outros objetos de propriedade intelectual, sempre associados ao direito de produção ou distribuição exclusiva ou não exclusiva de produtos ou serviços e também ao direito de uso de métodos e sistemas de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvido ou detido pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem caracterizar relação de consumo ou vínculo empregatício em relação ao franqueado ou a seus empregados, nos termos da Lei nº 13.966/2019 (Lei de Franquias).

Para mais informações sobre os ativos de propriedade intelectual de titularidade da Companhia vide item 9.1(b) deste Formulário de Referência.

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

(a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Em relação ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a receita proveniente de clientes no Brasil, país sede da Companhia, representou a totalidade da receita líquida da Companhia.

(b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Considerando a incorporação da Definit Argentina na Companhia em 02 de outubro de 2020, apresentada como eventos subsequentes nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020, conforme indicado no item 3.3 deste Formulário de Referência, as receitas auferidas por esta sociedade passarão a ser consolidadas nos resultados da Companhia a partir das demonstrações financeiras o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

(c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Considerando a incorporação da Definit Argentina na Companhia em 2 de outubro de 2020, apresentada como eventos subsequentes nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020, conforme indicado no item 3.3 deste Formulário de Referência, as receitas auferidas por esta sociedade passarão a ser consolidadas nos resultados da Companhia a partir das demonstrações financeiras o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

Considerando a incorporação da Definit Argentina na Companhia em 02 de outubro de 2020, apresentada como eventos subsequentes nas demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2020, conforme indicado no item 3.3 deste Formulário de Referência, os resultados desta sociedade passarão a ser consolidados nos resultados da Companhia a partir das demonstrações financeiras o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia identifica os seguintes efeitos de regulação argentina sobre as atividades em tal país:

Autonomia da Administração Nacional de Medicamentos, Alimentos e Dispositivos Médicos ("ANMAT") que é um órgão descentralizado da Administração Pública Nacional criado pelo Decreto 1490/92. Cooperando na proteção da saúde humana garantindo a qualidade dos produtos que regula: medicamentos, alimentos, medicamentos, produtos, diagnósticos, produtos cosméticos, suplementos alimentares e produtos de limpeza domiciliar com jurisdição nacional, foi criada em agosto de 1992 e, desde então, seu grupo de profissionais e técnicos tem trabalhado com tecnologia moderna para cumprir eficientemente o processo de autorização, registro nacional, padronização, monitoramento de produtos utilizados nas áreas de medicina humana, alimentos e cosméticos. Concedida com uma regulação econômica autônoma e financeira, no campo técnico-científico está sob a autoridade do Ministério da Saúde as normas e diretrizes dos Institutos. Nesse contexto, o principal objetivo da ANMAT é garantir que, em medicamentos, alimentos, e dispositivos médicos disponíveis ao público estejam em conformidade em termos de eficácia (cumprimento objetivo terapêutico, nutricional ou diagnóstico), segurança (alto benefício/risco de relacionamento) e qualidade (atendendo às necessidades e expectativas dos cidadãos), cabendo a este órgão as seguintes funções:

- (i) Autorizar e registrar a fabricação e comercialização de medicamentos, diagnósticos e cosméticos, bem como suas atualizações e modificações de cumprir as adições e comercializações devem ser mencionados, antes dos regulamentos e especificações técnicas nos locais determinados a fabricação, importação e fracionamentos para o monitoramento das instalações dedicadas à fabricação e ou comercialização dos produtos acima mencionados, além de estabelecer as normas e especificações técnicas que devem cumprir;
- (ii) Controlar a composição, qualidade, eficácia e segurança dos produtos acima mencionados. Autorizar, registrar, monitorar e controlar a qualidade e a saúde dos alimentos, incluindo suplementos alimentares e quaisquer materiais em contato com os alimentos. Tudo isso é feito como uma tarefa conjunta, juntamente com as jurisdições federais de saúde e escritórios do INAL. Participa da criação e atualização dos regulamentos;
- (iii) Autorizar, registrar, monitorar e monitorar a qualidade e a saúde dos produtos de limpeza domiciliar, de bem como o material em contato com eles. Autorizar dispositivos médicos, bem como os materiais e equipamentos a serem utilizados na medicina humana;
- (iv) Formular e aplicar regulamentos que garantam a qualidade dos processos de fabricação, importação e armazenamento de dispositivos médicos. Para isso, desenvolve a informação e recorrem as redes National Systems a Periodical Food Vigilance publicações periódicas e no Techno Vigilance, Pharma covigilance que desenvolve redes de informação que coletam notificações feitas por profissionais, instituições e usuários por meio da Farmacovigilância, Tecno vigilância e Food Vigilance National Systems; e
- (v) Comunicar e disseminar informações significativas relacionadas à saúde entre profissionais e público em geral, por meio de publicações periódicas e não periódicas. Promover pesquisas clínicas sobre novos medicamentos na Argentina baseia-se nos "Good Practices for Clinical Pharmacology Studies", em conformidade com as normas clínicas éticas internacionais e com um programa de inspeção específico; e

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Esse processo de avaliação e o consequente reconhecimento da ANMAT como Referência da OPAS DRA foi um poderoso incentivo para toda a agência que manteve um exigente cronograma de atividades por vários meses. Diante do exposto, os profissionais, técnicos e administrativos estavam profundamente comprometidos com o objetivo de saber que alcançar esse resultado seria um prêmio significativo para o nosso país. As equipes apresentaram excelente desempenho técnico e profissional refletido na classificação final obtida.

O público-alvo de seus serviços são os cidadãos que devem garantir que os produtos que regulam estejam em conformidade em termos de eficácia (cumprimento do objetivo terapêutico, nutricional ou diagnóstico), segurança (alta relação benefício/risco) e qualidade (atendendo às necessidades e expectativas dos cidadãos). Outro público-alvo de seus serviços são as empresas regulamentadas pelas regulamentações vigentes em seu escopo (empresas farmacêuticas, importadoras, etc.) que requerem sua participação, principalmente em termos de registro de instalações e produtos. Além disso, associações científicas e técnicas, bem como organizações comunitárias relacionadas ao seu trabalho diário, são beneficiárias de seus serviços.

7.8 - Políticas Socioambientais

7.8 - Políticas socioambientais

A Companhia possui projetos no âmbito de responsabilidade social e ambiental, tanto para os seus colaboradores como para a comunidade, conforme divulgado no item 7.9 deste Formulário de Referência. A Companhia atualmente divulga informações sociais e ambientais em seu website, na seção “Mel Acolhe”. Além disso, como práticas socioambientais, a Companhia participa de iniciativas como a realização da semana do meio ambiente (junho de 2020) e realização de eventos de plantação de árvores com crianças (dezembro de 2018). As informações acerca dos projetos e programas são disponibilizadas no website corporativo da Companhia (<https://www.espacolaser.com.br/blogdamel>).

(a) se o emissor divulga informações sociais e ambientais

A Companhia possui projetos no âmbito de responsabilidade social e ambiental, tanto para os seus colaboradores como para a comunidade, conforme divulgado no item 7.9 deste Formulário de Referência. A Companhia atualmente divulga informações sociais e ambientais em seu *website*, na seção “Mel Acolhe”. Além disso, a Companhia participa de iniciativas como a semana do meio ambiente (junho de 2020) e realiza eventos de plantação de árvores com crianças (dezembro de 2018).

Apesar da Companhia estar ciente da importância do tema e da necessidade de divulgação dessas informações para a sociedade, a Companhia ainda não aderiu a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

A Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade.

(b) a metodologia seguida na elaboração dessas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade.

(c) se essas informações são auditadas ou revisadas por entidade independente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade.

(d) a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas essas informações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga informações socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade.

As informações acerca dos projetos e programas são disponibilizadas no website corporativo da Companhia (<https://www.espacolaser.com.br/blogdamel>).

(e) se o relatório leva em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela ONU e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga relatórios socioambientais por meio de relatório anual de sustentabilidade.

(f) se o emissor não divulga relatório anual, de sustentabilidade ou integrado que leve em conta os ODS, explicar o motivo

A Companhia entende que a legislação atual não exige a divulgação de relatório anual de sustentabilidade que leve em conta os ODS para suas atividades. A Companhia é engajada em temas sustentáveis, começando com seu foco de atuação, que é a depilação a laser, um método na visão da Companhia, mais sustentável quando comparado aos métodos mais comuns de remoção de pelos como cera e lâmina. Entretanto, a Companhia está trabalhando no diagnóstico e na definição de temas críticos, por meio da análise de materialidade, de modo que pretende, posteriormente, divulgar relatórios de sustentabilidade, evidenciando a correlação dos seus temas materiais com os ODS.

7.9 - Outras Informações Relevantes

7.9 - Outras informações relevantes

Parceria Elos Gate

A Companhia mantém uma parceria para o desenvolvimento, implantação e operação do seu sistema exclusivo ELOS.

A Companhia, por meio da Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A, celebrou contrato de prestação de serviços com a Elosgate Portal de Serviços Financeiros Ltda., a qual posteriormente cedeu seus direitos à EVUP Tecnologia da Informação Ltda., tendo por objeto: (i) a prestação de serviços para o desenvolvimento, manutenção e customização de software com abrangência de escopo comercial para dar suporte à operação das lojas, além de BI dos dados transacionados em referido software, aplicativo (IOS/Android) de agendamento para clientes e aplicativo para assinatura digital (Android); (ii) a licença de uso exclusiva, sem limitação de território, do software; (iii) a instalação e implementação do software nas unidades próprias e mistas do grupo da Companhia; e (iv) o suporte técnico e treinamento aos usuários do software nas unidades da Companhia. O contrato firmado entre as partes tem duração de 5 anos, até 2024, podendo tal prazo ser prorrogado. A Elosgate Portal de Serviços Financeiros Ltda. é uma empresa detida em conjunto pelos Srs. Paulo José Iász de Moraes e Ygor Alessandro de Moura, que também são acionistas controladores da Companhia.

A Companhia paga à contratada uma remuneração em contrapartida pelo sistema de desenvolvimento e a customização do software, uma remuneração a título de licença mensal pelo uso do software, uma remuneração a título de suporte (por cada unidade no qual o sistema for instalado até o limite de 200 unidades, sendo que a partir da 201ª unidade não haverá cobrança), uma remuneração pelo serviço de instalação, implementação, manutenção e treinamento do software e também uma remuneração a título de reembolso de despesas incorridas com a realização dos serviços.

Ainda, consta do contrato uma cláusula de confidencialidade, de modo que todas as informações referentes à Companhia ou suas controladas às quais a contratada tenha acesso em razão do sistema implementado, não podem ser por ela divulgadas, o que assegura a manutenção de todos os dados da Companhia. Além disso, o software é exclusivo da Companhia em seu ramo de atuação, uma vez que a contratada se comprometeu a não desenvolver, licenciar, ceder, comercializar, transferir ou de qualquer outra forma autorizar ou permitir o uso do software desenvolvido nos segmentos de beleza, estética e saúde a outras pessoas, empresas ou entidades atuantes em referidos segmentos.

Cartão Espaçolaser – Parceria Credz

A Companhia mantém uma parceria com a Credz Administradora de Cartões S.A. para disponibilizar aos clientes da Espaçolaser um cartão de crédito denominado “Espaçolaser Credz” com a bandeira Visa, cuja adesão e utilização pelos clientes oferece determinadas vantagens, como o pagamento em mais parcelas.

A parceria foi firmada mediante a celebração de um Acordo Operacional em 2 de maio de 2019 e engloba a adesão, pelos franqueados da Companhia, ao referido sistema de parceria, mediante a indicação, pela Companhia (e sua franqueadora) da Credz à sua rede de franqueados.

O contrato prevê o pagamento, pela Companhia e seus franqueados de taxas de administração por estabelecimento comercial, bem como uma remuneração a ser paga pela Credz à Companhia com base em indicadores de desempenho da parceria firmada e uma remuneração baseada em performance. Ademais, são estabelecidas metas de produção de cartões a serem cumpridas.

O contrato tem prazo de vigência de 60 meses, contados da data de celebração, de modo que terá fim em 2024, podendo ser renovado de comum acordo entre as partes. Consta do contrato cláusula de confidencialidade, de modo que o acordo celebrado, bem como seus termos e condições, deve ser mantidos em caráter confidencial, a qual subsistirá não apenas no período de vigência do acordo celebrado, mas também por cinco anos após seu término.

7.9 - Outras Informações Relevantes

Contrato de Exclusividade com a Skintec

A Companhia, por meio de sua franqueadora EL Franchising Ltda., mantém, desde 2016, um contrato de exclusividade com a Skintec Comercial Importadora e Exportadora Ltda. ("**Skintec**"), distribuidora exclusiva da Candela Corporation em todo o território brasileiro, para a aquisição da linha *GentleLase* e do insumo de uso obrigatório cilindro criogênio. Referida exclusividade é unilateral da Skintec fornecer estes dois itens à Companhia.

Por meio do contrato, a EL Franchising se comprometeu a indicar a Skintec, com exclusividade, aos seus franqueados para a aquisição das máquinas e insumos necessários para a atividade de depilação a laser, enquanto perdurar a condição da Skintec de distribuidora exclusiva da Candela Corporation.

O contrato tem cláusula de confidencialidade, de modo que informações estratégicas referentes ao negócio devem ser mantidas em sigilo e não divulgadas a terceiros, exceto se previamente autorizado. O contrato foi celebrado por prazo indeterminado, podendo ser denunciado por qualquer das partes mediante comunicação prévia. Além disso, foram estabelecidos indicadores mínimos trimestrais de compra a serem cumpridos pela franqueadora, sob pena de perda da exclusividade. Em outubro de 2020 foi celebrado o quarto aditivo do contrato de exclusividade, o qual estendeu o prazo de exclusividade unilateral até o final de 2025, sendo automaticamente renovável a cada ano, desde que seja adquirida a quantidade mínima de máquinas a cada trimestre, renovável por mais cinco anos, conforme estabelecido no contrato.

Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

A Companhia busca realizar ações que contribuam para a formação de uma sociedade mais justa.

A Companhia valoriza a inclusão e o acolhimento, adotando assim práticas que visam transformar vidas e promover o bem-estar em diversas esferas da sociedade. Abaixo são listadas algumas das principais iniciativas da Companhia:

- **Patrocínio de atletas.** A Companhia patrocina a carreira de vários atletas brasileiros de diferentes modalidades, entre eles, o medalhista paraolímpico Phelipe Rodrigues, o esgrimista Paulo Morais, o recordista mundial de base jump Sabiá, os surfistas Sophia Medina e Herbert Moreno e o tenista Thiago Monteiro.
- **Projeto Mel Acolhe.** A Companhia criou um programa de apoio às suas colaboradoras vítimas de violência doméstica, através de um canal para apoio às mulheres. O Mel Acolhe oferece acolhimento e orientação jurídica, psicológica, socioassistencial e médica às mulheres em situação de vulnerabilidade. O atendimento é sigiloso e sem nenhum tipo de interferência da Companhia, apenas de especialistas. Com esse projeto, a Companhia almeja que todas as colaboradoras que precisarem de ajuda encontrem o suporte adequado e sintam-se amparadas.
- **Projeto EspaçoLaser Abraça.** O EspaçoLaser Abraça é um projeto de inclusão social e acolhimento de pessoas com deficiência intelectual. Com atenção, carinho e treinamento adequado, a Companhia oferece qualificação para a inserção desses novos profissionais no mercado de trabalho, formando pessoas capacitadas para integrar as equipes das unidades da Companhia e atuar no atendimento ao público. Os alunos são selecionados com a ajuda do **Instituto Jô Clemente**, antiga APAE-SP, organização pioneira no Brasil em promover a saúde das pessoas com deficiência intelectual, apoiando sua inclusão social, a defesa de seus direitos e produzindo e disseminando conhecimento. Já em parceria com a **UDiversidade**, a Companhia criou o curso de capacitação em atendimento ao cliente voltado para pessoas com deficiência intelectual. Após dois meses de curso, os alunos recebem diploma de conclusão e podem **ser** contratados por uma das unidades da Companhia. Além disso, são promovidos treinamentos para os atuais colaboradores e parceiros, para receberem os novos profissionais da Companhia.

7.9 - Outras Informações Relevantes

- **ONU Mulheres.** A Companhia é signatária da **ONU Mulheres**. A Companhia se juntou a essa importante entidade na defesa dos direitos da mulher, firmando o compromisso com os **Princípios de Empoderamento das Mulheres** (ou **Women's Empowerment Principles - WEPs**). O propósito da Companhia com esse pacto é contribuir com o empoderamento das mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia. A título exemplificativo, dentro do quadro de funcionários da Companhia, dos 5.000 funcionários, 96% são do sexo feminino, sendo que 93% ocupam cargos de gestão, incluindo 50% cargos *C-Level*.
- **Projeto Gestantes EspaçoLaser.** Programa que assegura acompanhamento às funcionárias durante a gestação e retorno seguro ao trabalho para as mães que integram as equipes da Companhia.

8.1 - Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios extraordinários

Todos os eventos ocorridos que importem aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante se enquadram dentro da operação normal dos negócios da Companhia e já foram devidamente descritos no item 15.7 deste Formulário de Referência.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

8.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

8.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, não foram celebrados contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados às atividades operacionais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

8.4 - Outras inf. Relev. – Negócios extraord.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 8.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes – outros

Além dos ativos discriminados nos itens a seguir, não existem outros bens do ativo não circulante que a Companhia julgue relevantes.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
SP - BARUERI - EL	Brasil	SP	Barueri	Alugada
SP - SÃO PAULO - MOEMA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SP - SÃO PAULO - SHOPPING WEST PLAZA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
PR - FOZ DO IGUAÇU - SHOPPING J.L	Brasil	PR	Foz do Iguaçu	Alugada
SP - SÃO PAULO - SHOPPING ARICANDUVA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SP - SÃO PAULO - SHOPPING METRÔ SANTA CRUZ	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SP - SANTOS - SHOPPING PRAIAMAR	Brasil	SP	Santos	Alugada
DF - BRASÍLIA - SHOPPING TERRAÇO	Brasil	DF	Brasília	Alugada
SP - SÃO PAULO - SHOPPING METRÔ TUCURUVI	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SC - SAO JOSE - SHOPPING ITAGUAÇU	Brasil	SC	São José	Alugada
RJ - RIO DE JANEIRO - SHOPPING BOTAFOGO PRAIA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SP - SÃO PAULO - SHOPPING BOURBON	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
RJ - RIO DE JANEIRO - SHOPPING METROPOLITANO BARRA	Brasil	RJ	Rio de Janeiro	Alugada
SP - SÃO PAULO - SHOPPING METRÔ TATUAPÉ	Brasil	SP	São Paulo	Alugada
SP - SÃO PAULO - SHOPPING VILA OLIMPIA	Brasil	SP	São Paulo	Alugada

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 901105600 para a marca nominativa "DEPICENTER" na classe NCL (9) 44	Até 04.01.2021	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 900812133 para a marca mista "ESPAÇOLASER" na classe NCL (9) 44	Até 19.10.2030	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 903767589 para a marca mista "ESPAÇOLASER DEPILAÇÃO" na classe NCL (9) 44	Até 19.08.2024	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914270974 para a marca nominativa "ESPAÇOLASER" na classe NCL (11) 35	Até 07.05.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca a condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 914320319 para a marca nominativa "ESPAÇOLASER" na classe NCL (11) 03	Até 07.05.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 914321226 para a marca mista "E SPAÇOLASER" na classe NCL (11) 03	Até 07.05.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914321269 para a marca mista "E ESPAÇO LASER" na classe NCL (11) 35	Até 07.05.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 914322249 para a marca nominativa "ESPACOLASER" na classe NCL (11) 05	Até 07.05.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 914322273 para a marca nominativa "ESPACOLASER" na classe NCL (11) 08	Até 07.05.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 914322320 para a marca mista "E ESPAÇOLASER" na classe NCL (11) 05	Até 07.05.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 914322370 para a marca mista "E ESPAÇOLASER" na classe NCL (11) 08	Até 07.05.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais a esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 916672247 para marca figurativa na classe NCL (11) 44	Até 17.09.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916672441 para marca figurativa na classe NCL (11) 35	Até 17.09.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca a condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 916672565 para marca figurativa na classe NCL (11) 03	Até 17.09.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar na impossibilidade de usar a marca a condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Registro nº 916672689 para marca figurativa na classe NCL (11) 05	Até 17.09.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	Registro nº 916672786 para marca figurativa na classe NCL (11) 08	Até 17.09.2029	No âmbito judicial, os registros de marcas já concedidos podem ser contestados por terceiros, através de processo de nulidade, na hipótese de (i) a marca não estar sendo utilizada tal e qual concedida; (ii) a marca não estar sendo utilizada para assinalar todos os produtos ou serviços contidos no certificado de registro; (iii) o registro ter sido concedido em desacordo com a Lei 9.279/96; ou (iv) por requerimento de caducidade parcial ou total, caso a marca esteja sendo utilizada de forma adversa da autorizada. Há, ainda, a possibilidade de o titular sofrer demandas judiciais na esfera penal e cível, por uso indevido de direitos de terceiros o que pode acarretar a impossibilidade de usar a marca na condução de suas atividades.	A eventual perda dos direitos sobre as marcas registradas acarretaria o fim do direito de uso exclusivo sobre as mesmas e a Companhia enfrentaria dificuldades para impedir terceiros de utilizar marcas idênticas ou semelhantes, inclusive para identificar produtos ou serviços concorrentes. Existe, ainda, a possibilidade de a Companhia sofrer demandas judiciais nas esferas penal e cível, por uso indevido em casos de violação de direitos de terceiros, podendo resultar na impossibilidade de utilizar as marcas na condução de suas atividades.
Marcas	Pedido de Registro nº 917623975 marca UNIVERSIDADE DO LASER FORMANDO COM EXCELÊNCIA classe NCL(11)41	N/A	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei nº 9.279/96, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou similares e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes do registro ser concedido pelo INPI.	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, a Companhia possui mera expectativa de direito.
Marcas	Pedido de Registro nº 917624483 marca UNIVERSIDADE DO LASER FORMANDO COM EXCELÊNCIA classe NCL(11)35	N/A	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca que ainda pode ser indeferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei nº 9.279/96, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou similares e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes do registro ser concedido pelo INPI.	Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, a Companhia possui mera expectativa de direito.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Marcas	<p>Pedido nº 917624297 UNIVERSIDADE DO LASER FORMANDO COM EXCELÊNCIA BY ESPAÇOLASER DEPILAÇÃO NCL(11) 35</p>	N/A	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro de marca que ainda pode ser inferido pelo INPI. De acordo com a legislação brasileira, o uso exclusivo de uma marca para distinguir produtos ou serviços em todo o território nacional, com a prerrogativa de impedir quaisquer terceiros não autorizados de utilizá-la, somente é assegurado ao titular do registro validamente concedido pelo INPI. Contudo, de acordo com a Lei nº 9.279/96, a Companhia tem direito de precedência de registro sobre outras marcas idênticas ou similares e ainda tem assegurado o direito de zelar pela integridade material e reputação da marca, mesmo antes do registro ser concedido pelo INPI.</p>	<p>Não aplicável. Trata-se de pedido de registro, a Companhia possui mera expectativa de direito.</p>
Marcas	<p>Registro nº 3637673 p/a marca mista DENIFIT DEPILACION LASER, classe internacional 44. – Argentina</p>	Até 29/10/2030.	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas em classes diferentes; e (v) por ordem judicial, ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda dos direitos do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e não poderá mais ser utilizado pela Companhia.</p>
Marcas	<p>Registro nº 3637672 para a marca mista DENIFIT, na classe internacional 44. – Argentina.</p>	Até 29/10/2030	<p>A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas em classes diferentes; e (v) por ordem judicial, ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.</p>	<p>Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda dos direitos do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e não poderá mais ser utilizado pela Companhia.</p>

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Nome de domínio na internet	<espacolaser.com.br>	Até 29.09.2021	A perda dos direitos relativos a tais ativos está relacionada à (i) falta de pagamento da taxa de manutenção do domínio; (ii) constatação no ato do registro ou posteriormente, da utilização de CNPJ, CPF, razão social ou nome falso, inválido, incorreto ou desatualizado; (iii) não atendimento, em tempo hábil, da apresentação de documentos; (iv) pedido de registro formulado por detentor de pedido de marca ou marca registrada relacionada ao domínio, com direito de preferência ao antigo titular do domínio em caso de disputa entre detentores de pedidos de marcas ou marcas registradas em classes diferentes; e (v) por ordem judicial, ou expressa solicitação do requerente do registro do domínio.	Não há como quantificar o impacto, sendo certo, contudo, que com a perda dos direitos do nome de domínio, este poderá ser registrado por terceiros e não poderá mais ser utilizado pela Companhia.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Data	Valor (Reais)		
APL Participações Societárias S.A.	29.807.802/0001-90	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Prestação de serviços terapêuticos de depilação a laser e tratamento a laser e atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza	51,000000
30/09/2020	-0,084234	0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2019	0,008857	0,000000		0,00	30/09/2020	54.761.000,00		
31/12/2018	0,000000	0,000000		0,00				
31/12/2017	0,000000	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão das atividades da Companhia.								
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	-	Controlada	Brasil	SP	São Paulo	Serviços terapêuticos de depilação a laser e tratamento a laser, atividades de estética e outros serviços de cuidados com a beleza e serviços administrativos.	82,000000
30/09/2020	0,043220	0,000000		0,00		Valor mercado		
31/12/2019	-0,366613	0,000000		5.003.000,00	30/09/2020	34.468.000,00		
31/12/2018	5,865491	0,000000		4.170.000,00				
31/12/2017	1,721347	0,000000		0,00				
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Expansão das atividades da Companhia.								
EL Franchising Ltda.	22.525.673/0001-06	-	Controlada	Brasil	SP	Barueri	Concessão, administração, supervisão de franquias empresariais, incluindo atividades de consultoria e apoio administrativo, envolvendo licenciamento e/ou sublicenciamento de know-how, segredos industriais, comerciais ou de negócios, marcas e outros direitos de propriedade intelectual, compra e venda de marcas e ativos intangíveis e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista.	99,990000
30/09/2020	0,179954	0,000000		9.712.000,00		Valor mercado		
31/12/2019	1,206172	0,000000		38.500.000,00	30/09/2020	149.053.000,00		
31/12/2018	0,101878	0,000000		13.600.000,00				
31/12/2017	0,091681	0,000000		0,00				

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Denominação Social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			

Razões para aquisição e manutenção de tal participação

Expansão das atividades da Companhia.

9.2 - Outras Informações Relevantes

9.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os valores constantes neste item 10.1 foram extraídos das demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 e das informações contábeis intermediárias referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019. A informações contábeis intermediárias consolidadas de 30 de setembro de 2019 foram elaboradas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas especialmente para fins do inciso VIII, do artigo 1º, do Anexo III, da Instrução CVM 480, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovadas pela CVM, convergentes às IFRS.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras e/ou Informações Trimestrais – ITR ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

Impactos da COVID-19

Atendendo às determinações das autoridades competentes, a Companhia e suas controladas fecharam temporariamente lojas em várias cidades do Brasil. Desde que teve início a crise estabelecida pela pandemia COVID-19 (coronavírus), foi adotado pela diretoria um plano de contingenciamento através da prevenção e contenção da proliferação da doença, adotando medidas mais restritivas implementadas pela Companhia visando também a continuidade do negócio.

A Companhia segue monitorando tais restrições e medidas e vem acompanhando estritamente as recomendações das autoridades de saúde do país, estados e prefeituras onde possui lojas. Como forma de atenuar os impactos mencionados, a Companhia criou um comitê de crise e vêm trabalhando fortemente em ajustes de gastos recorrentes e revisão dos planos de investimento, visando a preservação dos resultados e geração de caixa.

Seguindo as orientações dos Ofícios Circulares/CVM/SNC/SEP nº 02/20 e nº 03/20, e levando em consideração o cenário econômico e os riscos e incertezas advindos dos impactos da Covid-19, a Companhia revisou as estimativas contábeis relacionadas abaixo:

- (i) perdas estimadas do contas a receber;
- (ii) valor justo dos instrumentos financeiros;
- (iii) taxas de juros utilizadas para descontos a valor presente;
- (iv) avaliação de não recuperação dos ativos imobilizados, intangíveis e direitos de uso;
- (v) identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19; e
- (vi) revisão da satisfação das obrigações de performance para reconhecimento da receita de serviços prestados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes que deveriam ser reconhecidos nas informações financeiras intermediárias do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020. Os efeitos dos descontos obtidos nos contratos de arrendamento estão descritos na Nota 9, e os efeitos do diferimento do reconhecimento da receita de serviços prestados estão descritos na Nota 20 das Demonstrações Financeiras.

Em decorrência das medidas restritivas, associadas à disseminação da pandemia de COVID-19, a Companhia precisou interromper temporariamente as operações das unidades, a partir do dia 23 de março de 2020. Ao longo dos meses posteriores, foi feita a reabertura gradual das lojas até o mês de setembro, quando a operação foi totalmente restabelecida. Durante esses meses, apesar da Companhia estar realizando vendas de novos contratos e contar com clientes ativos e pagantes dos serviços previamente contratados, não foi possível realizar as sessões nas unidades que estiveram fechadas. Consequentemente, nesse período, conforme práticas contábeis definidas pela Companhia, não ocorreu o reconhecimento de receita sobre serviços, dado a impossibilidade destes serem prestados. Os respectivos valores foram mantidos temporariamente em uma conta do Passivo Circulante denominada “Receita a Diferir”. Com a reabertura das unidades e restabelecimento dos serviços, os clientes poderão ser atendidos novamente seguindo o curso normal de suas sessões, conforme previsto na estimativa de reconhecimento em receita. Esse efeito tenderá a se compensar nos meses seguintes, no momento em que a Companhia concluir a prestação dos serviços previamente contratados, normalizando esse efeito do encerramento intempestivo das atividades.

Nenhum ajuste foi efetuado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

(a) comentários dos Diretores sobre as condições financeiras e patrimoniais gerais

A tabela a seguir apresenta, para os períodos indicados, uma seleção de nossas informações financeiras e operacionais:

R\$ milhares, exceto lojas e margens	Período de nove meses findo em 30 de setembro de		Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2019	2018	2017
Quantidade de Lojas EspaçoLaser	554	497	514	415	282
Receita Líquida de vendas	315.055	500.685	647.595	336.291	193.668
EBITDA ⁽¹⁾	33.501	201.014	217.771	104.684	64.215
Margem EBITDA ⁽²⁾	10,6%	40,1%	33,6%	31,1%	33,2%
Lucro/prejuízo do exercício	(65.569)	85.787	65.380	38.579	40.683
Margem Líquida	-20,8%	17,1%	10,1%	11,5%	21,0%

⁽¹⁾ O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, e consiste no lucro (prejuízo) líquido ajustado pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida contábil reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS e não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como substituto ou alternativa ao lucro (prejuízo) líquido, indicador de desempenho operacional, medida de liquidez, tampouco como base para a distribuição de dividendos. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da Companhia. Para reconciliação do Lucro (prejuízo) líquido para o EBITDA, vide seção 3.2 do Formulário de Referência.

⁽²⁾ A Margem EBITDA corresponde à divisão entre o EBITDA e a receita líquida.

Indicadores Financeiros

A Diretoria da Companhia entende que, baseando-se no planejamento de longo prazo, possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para (i) implementar o seu plano de negócios; e (ii) cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo. Ademais, a Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para atender o financiamento de suas atividades atuais e auxiliar a execução do seu plano de negócios.

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$731,9 milhões, e era superior em R\$81,6 milhões ao passivo circulante, que era de R\$650,3 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,13x.

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$485,8 milhões, e era inferior em R\$61,2 milhões ao passivo circulante, que era de R\$547,0 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 0,89x, superior ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018,

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

principalmente como resultado de aquisições de novas empresas, assim como pelo crescimento de vendas das lojas existentes, que consequentemente gerou um aumento no contas a receber de 67,6% na comparação com o exercício findo de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia era de R\$333,0 milhões, e era superior em R\$8,3 milhões ao passivo circulante, que era de R\$324,7 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,03x, inferior ao se comparar com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em decorrência do incremento do contas a pagar, referente a empresas adquiridas em 2018, assim como de empréstimos e financiamentos investidos na expansão da rede de lojas e aquisição de máquinas de depilação a laser.

Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante da Companhia era de R\$153,6 milhões, e era superior em R\$15,3 milhões ao passivo circulante, que era de R\$138,3 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,11x.

Em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de Dívida (Caixa) Líquida (Empréstimos, Financiamentos, Debêntures Circulantes e Não Circulantes menos o Caixa do período e equivalente de caixa dos exercícios) sobre o EBITDA era de 0,9x, 0,9x e 0,1x, representando um patamar de alavancagem bastante confortável. Entretanto, em 30 de setembro de 2020, o índice de Dívida (Caixa) Líquida sobre o EBITDA atingiu 4,6x, uma vez que o EBITDA do período está temporariamente afetado pelo impacto da COVID-19 no reconhecimento de receita do período e a Dívida (Caixa) Líquida da Companhia em 30 de setembro de 2020 é superior a Dívida (Caixa) Líquida de 31 de dezembro de 2019 devido à aquisição de participação de alguns grupos de franqueados, dos quais já erámos acionistas.

Considerando a elevada geração de caixa operacional da Companhia, a administração acredita que possui condições de gerar e/ou captar recursos no mercado de modo a implementar os seus planos de negócios e investimentos e cumprir com suas obrigações financeiras de curto e longo prazo, como já vem realizando nos últimos anos.

(b) comentários dos Diretores sobre a estrutura de capital

Os diretores entendem que a Companhia possui uma estrutura de capital adequada ao cumprimento das suas obrigações de curto e longo prazo para a condução de suas operações. Cabe destacar que a Companhia possui uma robusta geração de caixa operacional, que tem impulsionado seu crescimento orgânico por meio da abertura de novas unidades ao longo destes anos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 30 de setembro de 2020, nossa relação de Dívida (Caixa) Líquida (Empréstimos, Financiamentos, Debêntures Circulantes e Não Circulantes menos o Caixa e equivalente de caixa do período) sobre o EBITDA dos últimos doze meses atingiu 4,6x, com um perfil de Dívida Bruta adequado, com 71% de nossas amortizações no longo prazo. A Dívida Bruta da Companhia em 30 de setembro de 2020 é superior à Dívida Bruta de 31 de dezembro de 2019 devido à aquisição de participação de alguns grupos de franqueados, dos quais já éramos acionistas, além do EBITDA estar pressionado em decorrência do impacto da COVID-19 no reconhecimento de receita do período.

Em R\$ mil	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos (circulante)	142.703	74.600	80.796	10.261
Empréstimos e financiamentos (não circulante)	344.811	66.113	27.935	5.528
Debêntures (circulante)	–	–	314	–
Debêntures (não circulante)	–	109.146	53.299	–
Dívida Bruta	487.514	249.859	162.344	15.789
Caixa e equivalentes de caixa	(217.084)	(55.109)	(69.252)	(20.003)
Efeito swap cambial de empréstimos 4131	(38.047)	–	–	–
Dívida (Caixa) Líquida	232.383	194.750	93.092	(4.214)
EBITDA LTM	50.258	217.771	104.684	64.215
Dívida (Caixa) Líquida/EBITDA	4,6	0,9	0,9	(0,1)

(1) Para o saldo do EBITDA em 30 de setembro de 2020 é aplicável o conceito de *Last Twelve Months* ("LTM"), o qual compreende o período de 01 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$224,3 milhões, praticamente em linha com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2019, que era de R\$223,2 milhões.

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$223,2 milhões, valor superior em R\$20,1 milhões ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que era de R\$203,1 milhões. Este aumento decorreu principalmente pelo lucro do exercício apurado.

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$203,1 milhões, valor superior em R\$32,1 milhões ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$171,0 milhões. Este aumento decorreu do lucro do exercício apurado.

A Companhia apresentou, nos últimos anos, uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, na visão da Diretoria, com as atividades e projetos da Companhia, na proporção apresentada na tabela abaixo:

em R\$ milhares, exceto %	Em 30 de setembro de	Em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Capital de terceiros (passivo total)	1.161.886	902.074	572.317	247.793
Capital próprio (patrimônio líquido)	224.328	223.178	203.136	171.033
Capital total (capital de terceiros + capital próprio)	1.386.214	1.125.252	775.453	418.826
Parcela de capital de terceiros	84%	80%	74%	59%
Parcela de capital próprio	16%	20%	26%	41%

(c) comentários dos Diretores em relação a capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os diretores entendem que a Companhia tem cumprido com as obrigações referentes a seus compromissos financeiros e, até a data deste Formulário de Referência, tem mantido a assiduidade dos pagamentos referidos a esses compromissos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A administração da Companhia entende que seus níveis de geração de caixa operacional e de endividamento a permitem conduzir suas atividades operacionais, bem como implementar sua estratégia de expansão e crescimento, mediante o uso de recursos próprios e a contratação de empréstimos e financiamentos para esses fins. Os diretores da Companhia acreditam ter condições de contratar e capacidade para honrar os empréstimos e financiamentos contratados no curso normal das atividades da Companhia. Os índices de liquidez e da dívida da Companhia em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 estão demonstrados na tabela abaixo.

- **Índice de liquidez corrente:** em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante da Companhia era de R\$731,9 milhões, e era superior em R\$81,6 milhões ao passivo circulante, que era de R\$650,3 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,13x. Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia era de R\$485,8 milhões, e era inferior em R\$61,2 milhões ao passivo circulante, que era de R\$547,0 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 0,89x, superior ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, principalmente como resultado de aquisições de novas empresas, que consequentemente gerou um aumento no contas a receber de 67,6% em comparação ao exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia era de R\$333,0 milhões, e era superior em R\$8,3 milhões ao passivo circulante, que era de R\$324,7 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,03x, inferior ao se comparar com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, principalmente como resultado do incremento do contas a pagar referente às aquisições realizadas em 2018, bem como do aumento de empréstimos e financiamentos para aquisição de máquinas de depilação a laser e da emissão de debêntures. Em 31 de dezembro de 2017, o ativo circulante da Companhia era de R\$153,6 milhões, e era superior em R\$15,3 milhões ao passivo circulante, que era de R\$138,3 milhões, representando um índice de liquidez corrente de 1,11x.
- **Índice de Dívida (Caixa) Líquida:** em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de Dívida (Caixa) Líquida (calculado como a soma de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures Circulantes e Não Circulantes menos o Caixa e equivalente de caixa do período e o efeito contábil resultante de swap cambial das operações de empréstimos 4131 dividido pelo EBITDA) era de 4,6x, 0,9x, 0,9x e -0,1x, respectivamente.

Em R\$ milhões	Período de nove meses findo em 30 de setembro de	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018	2017
Ativo Circulante	731,9	485,8	333,0	153,6
Passivo Circulante	650,3	547,0	324,7	138,3
Índice de Liquidez corrente	1,13	0,89	1,03	1,11
Dívida (Caixa) líquida	232,4	194,8	93,1	(4,2)
EBITDA ⁽¹⁾	50,3	217,8	104,7	64,2
/Dívida líquida / EBITDA	4,6	0,9	0,9	(0,1)

⁽¹⁾ Para o saldo do EBITDA em 30 de setembro de 2020 é aplicável o conceito de Last Twelve Months ("LTM"), o qual compreende o período de 01 de outubro de 2019 a 30 de setembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, com base em demonstrações financeiras preliminares e não auditadas referentes a tal exercício, o índice de dívida líquida / EBITDA da Companhia era de 2,2x e, portanto, abaixo do limite de 2,5x previsto em determinados contratos financeiros da Companhia, conforme indicadas na Seção 10.1(f)(iv) deste Formulário de Referência. A verificação do cumprimento do índice financeiro se dará com base nas demonstrações financeiras devidamente auditadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Caso seja verificado, com base nas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, eventual descumprimento de referido índice, a Companhia iniciará tratativas para obtenção de dispensa da obrigação de adimplir com referidos covenants (*waivers*) junto a cada instituição financeira credora de suas dívidas que contenham tais restrições, a fim de evitar o vencimento antecipado de tais dívidas que preveem restrições por inadimplemento das obrigações contratuais. Para mais informações a esse respeito vide fator de risco "A Companhia pode não ser capaz de cumprir com os índices financeiros ou outras disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) previstos em contratos que compõem o endividamento atual.", na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Apesar da elevação no índice da dívida (Caixa) líquida, a administração da Companhia entende que a geração crescente de caixa operacional alinhada a um perfil da dívida (Caixa) líquida alongado assegura a liquidez e recursos de capital suficientes para financiar seus investimentos e honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Não obstante, a administração não pode garantir que tal situação permanecerá assim no futuro, considerando o cenário instável do país, especialmente em meio às incertezas oriundas dos impactos da COVID-19 na economia.

(d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Na data deste Formulário de Referência, as principais fontes de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais e a utilização de financiamentos de terceiros, tais como operações de arrendamento para fazer frente às aquisições de máquinas de depilação a laser, bem como operações estruturadas e de capital de giro para auxiliar a expansão das suas operações.

Nossos administradores entendem que estamos em uma posição confortável, e que podemos acessar novas fontes de recursos para suprir eventuais deficiências em caso de falta de crédito e aprofundamento do cenário político-econômico, incluindo aportes de capital de seus acionistas e capital de terceiros, como empréstimos e financiamentos.

Para maiores informações sobre os empréstimos e financiamentos da Companhia, vide item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

(e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia e por suas controladas são adequadas para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, de forma que a Diretoria não vislumbra necessitar de fontes de financiamento adicional para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes.

No entanto, caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou junto a instituições financeiras.

(f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 30 de setembro de 2020, a dívida bruta total da Companhia atingiu o montante de R\$487,5 milhões, representado um aumento de 95,1% quando comparado com a dívida bruta total em 31 de dezembro de 2019, em decorrência das novas linhas de crédito contratadas. O arrefecimento da crise possibilitou o investimento desses recursos no aumento da participação societária de empresas controladas e na abertura de novas unidades. Mesmo assim, a Companhia ainda conseguiu manter parte dos recursos em Caixa.

Em 31 de dezembro de 2019, a dívida bruta total da Companhia atingiu o montante de R\$249,9 milhões, representando um aumento de 53,9% quando comparado com a dívida bruta total em 31 de dezembro de 2018, em decorrência, principalmente, da integralização completa das debêntures, cujos recursos foram destinados à aquisição de franqueados e à expansão orgânica.

Em 31 de dezembro de 2018, o endividamento bruto total da Companhia atingiu o montante de R\$162,3 milhões, representando um aumento de 928,2% quando comparado com a dívida bruta total em 31 de dezembro de 2017, principalmente em decorrência do recebimento da 1ª tranche das debêntures, cujos recursos foram destinados à aquisição de franqueados e à expansão orgânica da rede.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta total da Companhia atingiu o montante de R\$15,8 milhões.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

A tabela abaixo apresenta as principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante) vigentes em 30 de setembro de 2020, bem como seus respectivos saldos devedores em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017:

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Encargos financeiros	Saldo (em R\$ mil)			
				30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
ABC	Capital de Giro	mar/21	0,96% a.m.	1.636	5.113	5.000	-
Astral	Capital de Giro	abr/19	2,8% a.m.	-	-	87	-
Aymoré	Leasing Financeiro	out/20	1,48% a 2,21% a.m.	10	228	619	432
BNDES	Capital de Giro	jun/18	0,73% a 1,14% a.m.	-	-	-	43
Bradesco	Capital de Giro	mar/23	1,06% a 2,73% a.m.	8.880	2.499	4.461	-
Bradesco	Leasing Financeiro	fev/24	0,96% a 2,73% a.m.	14.595	12.591	577	-
Caixa	Leasing Financeiro	mai/21	0,45% a.m.	81	170	179	-
Citibank	Leasing Financeiro	nov/23	0,78% a.m.	-	10.591	-	-
Citibank	Empréstimo 4131 (i)	mar/24	0,75% a.m.	83.100	-	-	-
Daycoval	Capital de Giro	mar/23	1,19% a 1,28% a.m.	2.796	3.324	125	240
Itaú	Capital de Giro	out/21	0,73% a 2,84% a.m.	28.629	2.460	16.735	1.769
Itaú	Empréstimo 4131 (i)	mar/23	0,86% a 0,99% a.m.	173.475	79.007	26.100	5.000
Outros	Capital de Giro	jun/20	2,3% a.m.	-	-	297	-
Safra	Capital de Giro	jan/22	1,17% a 1,25% a.m.	927	1.379	1.868	-
Santander	Capital de Giro	dez/22	0,85% a 2,65% a.m.	-	17.091	52.683	205
Santander	Leasing Financeiro	ago/23	0,95% a 2,32%	17.712	-	-	8.100
Santander	Empréstimo 4131 (i)	mar/25	CDI + spread	151.154	-	-	-
Votorantim	Leasing Financeiro	jul/22	0,96% a 1,11% a.m.	4.519	6.260	-	-
Santander	Debêntures	dez/22 (ii)	0 81% a.m.	-	109.146	53.613	-
			Total	487.514	249.859	162.344	15.789

(i) A Companhia possui contratos de empréstimo na modalidade 4.131 junto ao Banco Itaú denominados em dólares norte-americanos e, para mitigar o risco de variação cambial, celebrou contratos de swap para proteção de taxa de câmbio com a mesma instituição financeira atrelada aos mesmos prazos e valores da operação original para anular qualquer exposição cambial, convertendo os encargos financeiros em juros pré-fixados de 11,88% ao ano.

(ii) Em 20 de março de 2020 a Companhia, através de sua controlada Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., contratou um novo empréstimo junto ao banco Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$140.000 com vencimento em 20 de março de 2025. Os recursos líquidos obtidos por meio dessa captação foram destinados para a liquidação integral das debêntures. A liquidação ocorreu em 14 de abril de 2020, com pagamento de R\$110.000 de principal e R\$18.905 de juros.

Abaixo são descritas as principais características dos financiamentos e empréstimos relevantes em vigor em 30 de setembro de 2020:

Contratos de Abertura de Crédito com o Citibank N.A.

Em 04 de fevereiro de 2020, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. firmou contrato de empréstimo com o banco Citibank N.A., no valor total agregado de até USD 2.500.000,00, com vencimento em 06 de fevereiro de 2024. Como garantia foi emitida uma Standby Letter of Credit, pelo Banco Citibank S.A., em 06 de fevereiro de 2020. Além disso, a Companhia é interveniente e devedora solidária da Corpóreos Serviços Terapêuticos no âmbito do contrato. Sobre o saldo devedor do principal, incidirão juros calculados na base da taxa LIBOR trimestral apurada dois dias úteis antes da data do desembolso, acrescido de um spread de 1,78% ao ano.

Em 30 de janeiro de 2020, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. firmou contrato de empréstimo com o banco Citibank N.A., no valor total de USD 2.500.000,00, com vencimento em 27 de fevereiro de 2024. Como garantia foi emitida uma Standby Letter of Credit, pelo Banco Citibank S.A., em 31 de janeiro de 2020. Além disso, a Companhia é interveniente e devedora solidária da Corpóreos Serviços Terapêuticos no âmbito do contrato.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 26 de novembro de 2019, a Winners Corp Serviços Estéticos S.A. firmou contrato de empréstimo com o banco Citibank N.A., no valor total agregado de até USD 500.000,00, com vencimento em 28 de novembro de 2023. Como garantia foi emitida uma Standby Letter of Credit pelo Banco Citibank S.A., em 29 de novembro de 2019. Além disso, a Companhia é interveniente e devedora solidária da Winners Corp Serviços Estéticos S.A. no âmbito do contrato. O contrato foi pré pago e não possui saldo devedor em aberto.

Em 26 de novembro de 2019, a Tew Estética Ltda. firmou contrato de empréstimo com o banco Citibank N.A., no valor total agregado de até USD 2.000.000,00, com vencimento em 28 de novembro de 2023. Como garantia foi emitida uma Standby Letter of Credit pelo Banco Citibank S.A., em 29 de novembro de 2019. Além disso, a Companhia é interveniente e devedora solidária da Tew Estética Ltda. no âmbito do contrato. Sobre o saldo devedor do principal, incidirão juros calculados com base na taxa LIBOR trimestral apurada dois dias úteis antes da data do desembolso, acrescido de um spread de 1,76% ao ano.

Contrato para Realização de Operações de SWAP com o Citibank N.A. Filial Brasileira e o Banco Citibank S.A.

Em 18 de dezembro de 2019, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. firmou Contrato para Realização de Operações de Swap e Operações do Mercado de Derivativos com o Citibank N.A. – Filial Brasileira e Banco Citibank S.A. Em 29 de janeiro de 2020 e 31 de janeiro de 2020, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. celebrou as notas de negociação de swap com fluxo de caixa com o Banco Citibank S.A. nº 8338013 e nº 83359134 que preveem que o banco receba a variação do dólar mais juros equivalentes a 8,73% ao ano.

Em 19 de fevereiro de 2020, a Urban Laser Serviços Estéticos S.A. firmou Contrato para Realização de Operações de Swap e Operações do Mercado de Derivativos com o Citibank N.A. – Filial Brasileira e Banco Citibank S.A. Em 04 de março de 2020 e em 09 de março de 2020, a Urban Laser Serviços Estéticos S.A. celebrou as notas de negociação de swap com fluxo de caixa com o Banco Citibank S.A. nº 83549308 e nº 83579773 que preveem que o banco receba a variação do dólar mais juros de 8,73% ao ano.

Em 18 de novembro de 2019, a Tew Estética Ltda. firmou Contrato para Realização de Operações de Swap e Operações do Mercado de Derivativos com o Citibank N.A. – Filial Brasileira e o Banco Citibank S.A. Em 19 de novembro de 2019, a Tew Estética Ltda. celebrou a nota de negociação swap com fluxo de caixa com o Banco Citibank S.A. nº 82996568 que prevê que o banco receba a variação do dólar mais juros de 9,38% ao ano.

Cédula de Crédito Bancário nº 39209945

Em 12 de junho de 2020, a E.L. Rio Serviços de Depilação Estética Ltda. emitiu, em favor do Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 39209945, com vencimento em 07 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 10.000.000,00, a ser pago em 6 parcelas, sendo que o vencimento da primeira parcela se dará em 08 de janeiro de 2021 e o vencimento da última parcela em 15 de junho de 2021. Sobre o valor do principal incidirão juros equivalentes à taxa CDI + 4,32% ao ano. A Companhia e a EL Franchising Ltda. são devedoras solidárias.

Cédula de Crédito Bancário nº 87896061

Em 21 de setembro de 2020, a Urban Laser Serviços Estéticos S.A. emitiu, em favor do Itaú Unibanco S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 87896061, com vencimento em 21 de março de 2023, no valor total de R\$ 21.500.000,00, a ser pago em 30 parcelas, sendo que o vencimento da primeira parcela se dará em 21 de outubro de 2020 e o vencimento da última parcela em 21 de março de 2023. Sobre o valor principal incidirão juros equivalentes a 100% da taxa DI + 4,50% ao ano.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contrato de Empréstimo Internacional com o Itaú Unibanco e Operação de Swap

Em 20 de março de 2020, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. firmou contrato de empréstimo internacional com o Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no valor total agregado de até EUR 25.057.722,25, com vencimento em 20 de março de 2025. Na mesma data, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. celebrou as notas de negociação de swap com fluxo de caixa no valor de R\$ 140.000.000,00, a ser pago em 8 parcelas, sendo que o vencimento da primeira parcela se dará em 20 de setembro de 2020 e o vencimento da última parcela em 20 de março de 2025. Sobre o valor principal incidirão juros equivalentes a 100% da taxa DI + 3,75% ao ano.

Contrato de Empréstimo Internacional com o Itaú BBA e Operações de Swap

Em 12 de junho de 2019, a Urban Laser Serviços Estéticos S.A. firmou contrato de empréstimo internacional com o Itaú BBA International PLC, no valor total agregado de até USD 5.838.393,27, com vencimento em 17 de agosto de 2021. A Companhia é devedora solidária no âmbito do contrato. Em 17 de junho de 2019, a Urban Laser Serviços Estéticos S.A. celebrou as notas de negociação de swap com fluxo de caixa com o Itaú Unibanco S.A. nº 109819060009300, no valor de R\$ 22.500.000,00, nº 109819060009400, no valor de R\$ 45.000.000,00. Em 06 de novembro de 2019, a Urban Laser Serviços Estéticos S.A. celebrou a nota de negociação de swap com fluxo de caixa com o Itaú Unibanco S.A. nº 109819110003900, no valor de R\$ 23.820.644,58. Todas as notas de negociação de swap preveem que o banco receba a variação do dólar mais juros de 7,09% ao ano.

Cédula de Crédito Bancário nº 1025923

Em 07 de abril de 2020, e posteriormente aditada em 12 de junho de 2020, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. emitiu, em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch, a Cédula de Crédito Bancário nº 1025923, com vencimento em 19 de março de 2025, no valor total de R\$ 117.000.000,00, sendo que o vencimento da primeira parcela se deu em 13 de julho de 2020 e da última se dará em 19 de março de 2025. Sobre o valor do principal incidirão juros equivalentes à taxa CDI + 3.41768% ao ano. A Companhia e a EL Franchising Ltda. são avalistas e a Cédula foi garantida por cessão fiduciária de direitos creditórios e pela Standby Letter of Credit T059825.

Cédula de Crédito Bancário nº 1023819

Em 09 de março de 2020, a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. emitiu, em favor do Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch, a Cédula de Crédito Bancário nº 1023819, com vencimento em 02 de março de 2022, no valor total de R\$ 50.000.000,00, a ser pago à vista. Sobre o valor do principal incidirão juros equivalentes à taxa CDI + 2,775% ao ano. A EL Franchising Ltda. é avalista e a Cédula foi garantida por Standby Letter of Credit emitida pelo Banco Santander (Brasil) S.A.

ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras, além daquelas já descritas no item 10.1(f)(i) deste Formulário de Referência.

iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Nenhuma das dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas existentes em 30 de setembro de 2020 possuía cláusula específica contratual de subordinação. Desta forma, o grau de subordinação entre as dívidas financeiras da Companhia e de suas controladas segue o quanto determinado na legislação em vigor, sendo que as dívidas com garantia real contam com preferências e prerrogativas previstas em lei.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Alguns empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia ou suas controladas possuem cláusulas restritivas relacionadas ao vencimento antecipado das dívidas em casos de mudança direta ou indireta do controle societário da Companhia, à realização de reorganizações societárias pela Companhia ou por qualquer sociedades controlada pela Companhia, à alteração do objeto social e ao pagamento de dividendos, lucros ou juros sobre o capital próprio acima do mínimo obrigatório pela Lei das Sociedades por Ações, as quais são consideradas usuais para esses tipos de operações. Mais detalhes sobre tais restrições estão descritos abaixo:

<p>Contratos de Abertura de Crédito com o Citibank N.A.</p>	<p>Os contratos dispõem que enquanto houver valores devidos e em aberto sob o instrumento, o cliente <u>obriga-se a não</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) Alienar, transferir, arrendar ou vender ativos; (ii) Realizar ou participar de reorganizações societárias, incluindo, mas não se limitando a fusões, incorporações, cisões ou consolidações; (iii) Alterar sua natureza e/ou estrutura jurídica, bem como seu controle societário, ainda que indiretamente; (iv) Promover qualquer alteração ao seu objeto social atual; e (v) Efetuar o pagamento de dividendos, lucros, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro contratual ou estatutariamente prevista, acima do mínimo obrigatório, conforme estabelecido por lei ou por seu contrato ou estatuto social em vigor na presente data. <p>Além disso, o Citibank poderá considerar <u>antecipadamente vencido</u> o contrato e exigir imediatamente o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo cliente na hipótese de ocorrer qualquer mudança, direta ou indireta, no controle acionário do cliente.</p> <p>Os contratos exigem que, durante a vigência, o cliente <u>mantenha os seguintes índices financeiros</u> que serão avaliados pelo Citibank, com base nos balanços auditados, caso existam, consolidados do cliente: Endividamento Líquido (Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA): (dívida financeira total, incluindo dívida bancária, subtraído o valor de caixa e aplicações financeiras de curto prazo), dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, inferior ou igual a 2.5x, com base no encerramento de cada exercício social.</p>
<p>Contratos para Realização de Operações de SWAP com o Citibank N.A. Filial Brasileira e o Banco Citibank S.A.</p>	<p>Os contratos dispõem que o Citibank Brasil considerará <u>vencido antecipadamente</u> os contratos e todas as operações representadas pelas notas de negociação celebradas sob a sua égide, se:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) o cliente vender ou dispuser de outra forma da totalidade ou de parte substancial dos seus negócios tal como presentemente conduzidos; (ii) o cliente participar de processo de consolidação societária ou fusão, e a entidade resultante ou sobrevivente não assumir ou ratificar as obrigações sob o contrato ou cada uma das notas de negociação; ou se qualquer garantia prestada não se estender à entidade resultante ou sobrevivente, ou se a capacidade da entidade resultante ou sobrevivente de honrar suas obrigações for inferior à da entidade anterior; (iii) se ocorrer mudança no controle acionário da cliente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

<p>Cédula de Crédito Bancário nº 39209945</p>	<p>A CCB prevê que o Itaú poderá considerar <u>antecipadamente vencidas as obrigações</u> decorrentes da Cédula na ocorrência de qualquer dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) ocorrer qualquer processo de reorganização societária ou alteração de controle, direto ou indireto, em que o cliente esteja envolvido; (ii) alteração do objeto social ou da atividade principal do cliente ou alienação de estabelecimento comercial ou de parcela significativa de bens ou direitos de seu ativo permanente.
<p>Cédula de Crédito Bancário nº 87896061</p>	<p>A CCB prevê que o Itaú poderá considerar <u>antecipadamente vencidas as obrigações</u> decorrentes da Cédula na ocorrência de qualquer dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (iii) ocorrer qualquer processo de reorganização societária ou alteração de controle, direto ou indireto, em que o cliente esteja envolvido; (iv) alteração do objeto social ou da atividade principal do cliente ou alienação de estabelecimento comercial ou de parcela significativa de bens ou direitos de seu ativo permanente.
<p>Contrato de Empréstimo Internacional com o Itaú Unibanco Nassau Branch e Operação de Swap (AGE 1147888)</p>	<p>O contrato prevê que a dívida poderá ser considerada <u>antecipadamente vencida</u> e desde logo exigível, independentemente de qualquer notificação judicial e/ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) mudança ou alteração do objeto social e/ou das atividades realizadas pelo devedor ou por qualquer devedor solidário, de forma a substituir ou a agregar às atividades desenvolvidas novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades desenvolvidas; (ii) se houver alteração ou modificação da composição do capital social do devedor e/ou de qualquer devedor solidário, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão do devedor e/ou de qualquer devedor solidário, sem a prévia e expressa anuência do credor; (iii) se houver a cessão, venda, alienação e/ou qualquer outra forma de transferência, gratuita ou onerosa, pelo devedor ou por qualquer devedor solidário, de bens escriturados no ativo imobilizado (cuja valor corresponda a mais de 10% do valor da rubrica) ou de ativos e/ou participações em subsidiárias e/ou controladas que gerem, de forma individual ou agregada, mais do que 10% da receita líquida do devedor ou do devedor solidário (considerado um período de 12 meses). <p>Além disso, o cliente é obrigado a <u>manter índice</u> resultante do quociente entre sua Dívida Bancária Líquida por sua EBITDA igual ou inferior a 2,5x.</p>
<p>Contrato de Empréstimo Internacional com o Itaú BBA e Operações de Swap</p>	<p>A dívida poderá ser considerada <u>antecipadamente vencida</u> e desde logo exigível, independentemente de qualquer notificação judicial e/ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes casos:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) se houver alteração ou modificação das atividades realizadas pelo devedor ou por qualquer garantidor, ou alteração do objeto social do devedor ou de qualquer garantidor, sem a prévia e expressa anuência do credor, de forma a alterar as atuais atividades principais do devedor e/ou de qualquer garantidor, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas; (ii) se houver alteração ou modificação da composição do capital social do devedor e/ou de qualquer garantidor, ou se ocorrer qualquer mudança, transferência ou a cessão, direta ou indireta, do controle societário/acionário ou na capacidade de dirigir a administração ou as operação do devedor e/ou de qualquer garantidor, ou ainda a incorporação, fusão ou cisão do devedor e/ou de qualquer garantidor, sem a prévia e expressa anuência do credor.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

<p>Cédula de Crédito Bancário n° 1025923</p>	<p>A CCB prevê que o banco terá o direito de considerar a cédula <u>antecipadamente vencida</u> e exigir imediatamente do cliente, dos avalistas e de quaisquer terceiros garantidores, o cumprimento integral das obrigações assumidas, nas seguintes hipóteses:</p> <p>(i) se o cliente, os avalistas e/ou quaisquer terceiros garantidores tiverem o seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer a fusão, ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o banco tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente a cédula, antes de tal transferência;</p> <p>(ii) mudança ou alteração do objeto social do cliente, dos avalistas e/ou de quaisquer terceiros garantidores, de forma a alterar as atuais atividades principais do cliente, dos avalistas e/ou de quaisquer terceiros garantidores, respectivamente, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas.</p>
<p>Cédula de Crédito Bancário n° 1023819</p>	<p>A CCB prevê que o banco terá o direito de considerar a cédula <u>antecipadamente vencida</u> e exigir imediatamente do cliente, dos avalistas e de quaisquer terceiros garantidores, o cumprimento integral das obrigações assumidas, nas seguintes hipóteses:</p> <p>(i) se o cliente, os avalistas e/ou quaisquer terceiros garantidores tiverem o seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer a fusão, ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o banco tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente a cédula, antes de tal transferência;</p> <p>(ii) mudança ou alteração do objeto social do cliente, dos avalistas e/ou de quaisquer terceiros garantidores, de forma a alterar as atuais atividades principais do cliente, dos avalistas e/ou de quaisquer terceiros garantidores, respectivamente, ou a agregar a essas atividades novos negócios que tenham prevalência ou possam representar desvios em relação às atividades atualmente desenvolvidas.</p>

Além disso, nos contratos celebrados com o Citibank N.A., Itaú Unibanco Nassau Branch e Santander é obrigatória a manutenção, pela devedora, do endividamento líquido (dívida bancária líquida/EBITDA), dividido pelo resultado operacional antes dos juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, inferior ou igual a 2,5x, com base no encerramento de cada exercício social.

Em 30 de setembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de dívida (caixa) líquida (calculado como a soma de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures Circulantes e Não Circulantes menos o Caixa e equivalente de caixa e efeito contábil resultante do swap cambial das operações de empréstimos 4131 do período dividido pelo EBITDA) era de 4,6x, 0,9x, 0,9x e -0,1x, respectivamente.

Atendimento aos *covenants* financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia estava em conformidade com todas as restrições e índices financeiros estabelecidos nos contratos financeiros acima descritos. No entanto, em 30 de setembro de 2020, o índice de endividamento líquido (quociente “**Dívida Bancária Líquida Total/EBITDA**”) da Companhia era de 4,6x e, portanto, acima do limite de 2,5x previsto em determinados contratos financeiros da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020, com base em demonstrações financeiras preliminares e não auditadas referentes a tal exercício, o referido índice financeiro era equivalente a 2,2x, ou seja, dentro do limite previsto nos contratos financeiros da Companhia em questão. No entanto, a efetiva verificação do cumprimento do índice financeiro se dará com base nas demonstrações financeiras devidamente auditadas da Companhia referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Caso seja verificado, com base nas demonstrações financeiras auditadas referentes ao exercício

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

encerrado em 31 de dezembro de 2020, eventual descumprimento de referido índice, a Companhia iniciará tratativas para obtenção de dispensa da obrigação de adimplir com referidos covenants (*waivers*) junto a cada instituição financeira credora de suas dívidas que contenham tais restrições, a fim de evitar o vencimento antecipado de tais dívidas que preveem restrições por inadimplemento das obrigações contratuais. No entanto, não há garantia de que, caso solicitados, tais *waivers* serão obtidos. Para mais informações a esse respeito vide fator de risco “A Companhia pode não ser capaz de cumprir com os índices financeiros ou outras disposições restritivas nos contratos financeiros (covenants) previstos em contratos que compõem o endividamento atual.”, na seção 4.1 deste Formulário de Referência.

(g) limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia possuía R\$487,5 milhões de empréstimos, financiamentos e debêntures mencionados no item 10.1(f) acima. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

(h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os números e análises a seguir apresentados derivam das informações contábeis intermediárias consolidadas revisadas referentes aos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019 e das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Comparação do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 com o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

(em R\$ milhares, exceto %)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	AV (%)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	315.055	100,0%	500.685	100,0%	-37,1%
Custo dos serviços prestados	(196.437)	-62,4%	(206.031)	-41,1%	-4,7%
Lucro bruto	118.618	37,6%	294.654	58,9%	-59,7%
Despesas com vendas	(37.053)	-11,8%	(7.983)	-1,6%	364,1%
Despesas gerais e administrativas	(93.102)	-29,6%	(138.084)	-27,6%	-32,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	1.567	0,5%	8.449	1,7%	81,5%
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(9.970)	3,2%	157.036	31,4%	-106,3%
Receitas financeiras	37.374	11,9%	12.667	2,5%	195,1%
Despesas financeiras	(72.101)	-22,9%	(40.328)	-8,1%	78,8%
Resultado financeiro	(34.727)	-11,0%	(27.661)	-5,5%	25,5%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(44.697)	-14,2%	129.375	25,8%	-134,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(25.532)	-8,1%	(33.460)	-6,7%	-23,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	4.660	1,5%	(10.128)	-2,0%	-146,0%
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(65.569)	-20,8%	85.787	17,1%	-176,4%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a receita líquida de vendas e serviços da Companhia diminuiu 37,1% ou R\$185,6 milhões, passando de R\$500,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, para R\$315,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Em decorrência das medidas restritivas, associadas à disseminação da pandemia de COVID-19, tivemos que encerrar temporariamente as operações de nossas lojas, a partir do dia 23 de março de 2020. Ao longo dos meses posteriores, fomos reabrindo gradualmente nossas lojas até o mês de setembro, quando nossa operação foi totalmente restabelecida. Durante esses meses, apesar de estarmos realizando vendas de novos contratos e contarmos com clientes ativos e pagantes dos serviços previamente contratados, não foi possível realizar as sessões nas unidades que estiveram fechadas. Consequentemente, nesse período, conforme práticas contábeis definidas pela Companhia, não ocorreu o reconhecimento de receita sobre serviços, dado a impossibilidade destes serem prestados. Os respectivos valores foram mantidos momentaneamente em uma conta do Passivo Circulante denominada "Receita a Diferir". Com a reabertura das unidades e restabelecimento de nossos serviços, nossos clientes poderão ser atendidos novamente seguindo o curso normal de suas sessões, conforme previsto em nossa estimativa de reconhecimento em receita. A nossa melhor estimativa sobre o montante da receita contratada e não reconhecida durante o período, em que as unidades estavam temporariamente suspensas, em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 100,4 milhões. Esse efeito tenderá a se compensar nos meses seguintes, no momento em que conseguirmos concluir a prestação dos serviços previamente contratados, normalizando esse efeito do encerramento intempestivo de nossa atividade.

Custos dos serviços prestados

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, os custos dos serviços prestados da Companhia diminuíram 4,7% ou R\$9,6 milhões, passando de R\$206,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, para R\$196,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, seguindo o fechamento de nossas unidades, seguindo as orientações do Governo, como forma de evitar a disseminação da COVID-19. Além disso, em linha com as medidas de resposta e enfrentamento à pandemia anunciadas pelo Governo Federal na Medida Provisória 936 (MP936), parte das consultoras e a totalidade das fisioterapeutas da Companhia tiveram seus contratos de trabalho temporariamente suspensos, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 15,0 milhões. Adicionalmente, a Companhia renegociou certos contratos de aluguel durante o período em que as unidades estiveram fechadas, gerando assim uma economia nesta linha. Importante ressaltar que, durante o período de pandemia, focamos na reestruturação e otimização dos quadros de funcionários de nossas lojas, aumentando o nível de eficiência de nossa operação.

Lucro bruto

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro bruto da Companhia diminuiu 59,7% ou R\$176,0 milhões, passando de R\$294,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, para R\$118,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, decorrente da variação negativa da receita, como já explicado anteriormente, e parcialmente compensado pela redução de custos no período.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia aumentaram 364,1%, ou R\$29,1 milhões, alcançando R\$37,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$8,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esta variação decorreu, principalmente, dos maiores esforços e incentivos voltados ao time comercial, visando manter a proximidade com nossa base de clientes atuais e potenciais, gerando vendas mesmo no período em que nossas unidades estavam fechadas.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas da Companhia reduziram 32,6%, ou R\$45,0 milhões, alcançando R\$93,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$138,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos esforços da Companhia em gerar eficiências na operação e renegociar contratos com determinados provedores de serviço, de forma a proteger a rentabilidade da Companhia. Entre essas negociações temos, principalmente, a redução nos serviços de *call center*, seguindo os investimentos realizados em nosso aplicativo, que permitiu que este absorvesse parte da demanda dos *call centers*.

Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro e do imposto de renda e contribuição social da Companhia apresentou uma redução de R\$167,0 milhões, passando de um lucro de R\$157,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um prejuízo de R\$10,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos fatores já descritos nos demais itens acima.

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de 195,1% ou R\$ 24,7 milhões, representando uma receita financeira de R\$37,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$12,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à variação positiva na linha de ganho em opções de compra e venda de participações de não controladores, além do desconto de arrendamento de imóveis resultante do fechamento de lojas devido a pandemia da COVID-19.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$31,8 milhões ou 78,8%, representando uma despesa financeira de R\$72,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$40,3 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esta variação ocorreu, principalmente, devido ao *break-up fee* referente à quitação antecipada das debêntures de emissão da Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A., controlada da Companhia, durante o segundo trimestre de 2020, bem como a renegociação e alongamento de algumas dívidas e a variação negativa na linha de perda em opções de compra e venda de participações de não controladores.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

O lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da Companhia diminuiu R\$174,1 milhões, alcançando um prejuízo de R\$44,7 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$129,4 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Esta redução é explicada pelas variações comentadas acima.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido da Companhia reduziu R\$ 22,7 milhões ou 52,1%, alcançando uma despesa de R\$20,9 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, comparado a uma despesa de R\$43,6 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido à redução no lucro do período.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro líquido do Período

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, o lucro líquido da Companhia diminuiu R\$151,4 milhões, passando de um lucro de R\$85,8 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2019 para um prejuízo de R\$65,6 milhões no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020. Esta redução é explicada pelas demais variações comentadas acima.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	647.595	100,0%	336.291	100,0%	92,6%
Custo dos serviços prestados	(285.384)	-44,1%	(158.474)	-47,1%	80,1%
Lucro bruto	362.211	55,9%	177.817	52,9%	103,7%
Despesas com vendas	(26.920)	-4,2%	(13.205)	-3,9%	103,9%
Despesas gerais e administrativas	(177.334)	-27,4%	(106.436)	-31,6%	66,6%
Outras receitas operacionais, líquidas	614	0,1%	24.461	7,3%	-97,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	158.571	24,5%	82.637	24,6%	91,9%
Receitas financeiras	8.023	1,2%	1.691	0,5%	374,5%
Despesas financeiras	(54.375)	-8,4%	(26.170)	-7,8%	107,8%
Resultado financeiro	(46.352)	-7,2%	(24.479)	-7,3%	89,4%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	112.219	17,3%	58.158	17,3%	93,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(51.695)	-8,0%	(20.349)	-6,1%	154,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	4.856	0,7%	770	0,2%	530,6%
Lucro líquido do exercício	65.380	10,1%	38.579	11,5%	69,5%

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas da Companhia aumentou R\$311,3 milhões ou 92,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, passando de R\$336,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para R\$647,6 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação é explicada pelo aumento das vendas, decorrente da abertura de 232 novas unidades ao longo dos anos de 2018 e 2019, pela maturação das lojas novas, além da realização de aquisições de grupos de franqueados, onde a Companhia passou a registrar 100% de seus resultados e que contribuíram com aproximadamente R\$ 85,0 milhões na receita líquida de 2019.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram 80,1% ou R\$ 126,9 milhões, passando de R\$ 158,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$ 285,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu devido à consolidação de grupos de franqueados que foram adquiridos no ano, os quais totalizavam 56 lojas ao final de 2019.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Não obstante, em uma análise relativa, os custos dos serviços prestados passaram de 47,1% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 44,1% da receita líquida no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, evidenciando os ganhos de eficiência capturados no período, em decorrência dos investimentos realizados para criação de estrutura corporativa centralizada.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro bruto da Companhia aumentou 103,7% ou R\$184,4 milhões, passando de R\$177,8 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$362,2 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, com a margem bruta subindo de 52,9% em 2018 para 55,9% em 2019. Esta variação decorreu dos fatores descritos acima.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia aumentaram 103,9% ou R\$ 13,7 milhões, alcançando R\$ 26,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$ 13,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu pelos investimentos na divulgação da marca além das despesas crescentes com a captação de novos clientes. Como percentual da receita líquida, as despesas com vendas tiveram um aumento de 0,3 p.p., passando de 3,9% em 2018 para 4,2% em 2019.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 66,6% ou R\$70,9 milhões, passando de R\$106,4 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$177,3 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação ocorreu devido ao aumento de nossa estrutura corporativa para suportar o crescimento de vendas e crescimento exponencial da rede, bem como para auxiliar na integração de todos os grupos de franqueados adquiridos. Em termos relativos, as despesas gerais e administrativas apresentaram uma queda de 4,3 p.p., demonstrando os esforços da Companhia em elevar seus níveis de eficiência.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos aumentou 91,9% ou R\$75,9 milhões, passando de R\$82,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$158,6 milhões no exercício social de 2019, tendo representado 24,6% e 24,5%, respectivamente, da receita líquida da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2019. A empresa conseguiu manter uma estabilidade desse indicador em relação à receita líquida, mesmo passando por um crescimento acelerado ao longo do ano.

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de 374,5% ou R\$ 6,3 milhões, representando uma receita financeira de R\$8,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$1,7 milhão no exercício social de 2018. Esta variação ocorreu, principalmente, devido à maior posição de caixa no período, refletindo os recursos captados pela Companhia.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$ 28,2 milhões ou 107,8%, representando uma despesa financeira de R\$54,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$26,2 milhões no exercício social de 2018. Esta variação ocorreu devido ao aumento do endividamento da Companhia no período para financiar o plano de expansão e aquisição de franqueados da rede.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro antes do imposto de renda e contribuição social aumentou 93,0% ou R\$54,1 milhões, passando de R\$58,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$112,2 milhões no exercício social de 2019, tendo representado 17,3% e 17,3% respectivamente, da receita líquida da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e 2019.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido da Companhia aumentou R\$27,3 milhões ou 139,2%, alcançando uma despesa de R\$46,8 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, comparado a uma despesa de R\$19,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento de Lucro operacional, conforme descrito acima.

Lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o lucro líquido da Companhia aumentou 69,5% ou R\$26,8 milhões, passando de R\$38,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$65,4 milhões no exercício social de 2019. Esta variação ocorreu devido aos fatores descritos acima.

Comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	AH (%)
Receita líquida de vendas	336.291	100,0%	193.668	100,0%	73,6%
Custo dos serviços prestados	(158.474)	-47,1%	(81.446)	-42,1%	94,6%
Lucro bruto	177.817	52,9%	112.222	57,9%	58,5%
Despesas com vendas	(13.205)	-3,9%	(5.244)	-2,7%	151,8%
Despesas gerais e administrativas	(106.436)	-31,6%	(52.907)	-27,3%	101,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	24.461	7,3%	1.565	0,8%	1463,0%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	82.637	24,6%	55.636	28,7%	48,5%
Receitas financeiras	1.691	0,5%	2.791	1,4%	-39,4%
Despesas financeiras	(26.170)	-7,8%	(2.503)	-1,3%	945,5%
Resultado financeiro	(24.479)	-7,3%	288	0,1%	-8599,7%
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	58.158	17,3%	55.924	28,9%	4,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(20.349)	-6,1%	(15.241)	-7,9%	33,5%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	770	0,2%	-	-	-
Lucro líquido do exercício	38.579	11,5%	40.683	21,0%	-5,2%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas da Companhia aumentou R\$142,6 milhões ou 73,6%, passando de R\$193,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$336,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação ocorreu principalmente devido às aquisições de quatro grandes grupos de franqueados realizadas ao longo de 2018, que totalizavam 70 lojas ao final de 2018 e que contribuíram com aproximadamente R\$ 66,0 milhões na receita líquida de 2018.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados da Companhia aumentaram R\$77,0 milhões ou 94,6% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, passando de R\$81,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$158,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Esta variação decorre dos mesmos motivos que impactaram a receita líquida. Como percentual da receita líquida, nota-se um aumento no período, com os custos dos serviços prestados passando de 42,1% em 2017 para 47,1%, refletindo o alto volume de abertura de lojas sob nossa gestão (53 no total), as quais possuem uma curva de maturação de 24 meses.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro bruto da Companhia aumentou 58,5% ou R\$65,6 milhões, passando de R\$112,2 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$177,8 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação é explicada pelos fatores listados anteriormente. Já a margem bruta apresentou redução, passando de 57,9% para 52,9%, em função do alto volume de abertura de lojas sob nossa gestão conforme comentado.

Despesas com vendas

As despesas com vendas da Companhia aumentaram 151,8% ou R\$ 8,0 milhões, passando de R\$ 5,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$ 13,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu pelos investimentos na divulgação da marca além das despesas crescentes com a captação de novos clientes.

Despesas gerais e administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 101,2% ou R\$53,5 milhões, passando de R\$52,9 milhões, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, para R\$106,4 milhões, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. O aumento decorreu do fortalecimento das estruturas corporativa e de capital da Companhia para suportar o maior número de lojas, incluindo as novas lojas abertas e as aquisições de franqueados realizadas durante o ano de 2018.

Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos aumentou 48,5% ou R\$27,0 milhões, passando de R\$55,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$82,6 milhões no exercício social de 2018, tendo representado 28,7% e 24,6%, respectivamente, da receita líquida da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2018. Esta variação é explicada pelos itens já descritos anteriormente.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras

As receitas financeiras da Companhia apresentaram uma redução de 39,4% ou R\$ 1,1 milhão, representando uma receita financeira de R\$1,7 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$2,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos descontos a juros recebidos de clientes.

Despesas financeiras

As despesas financeiras da Companhia apresentaram um aumento de R\$23,7 milhões ou 945,5%, representando uma despesa financeira de R\$26,2 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$2,5 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2017. Esta variação ocorreu principalmente devido à perda por opção de compra firmada com franqueados adquiridos para a compra da participação remanescente, além dos encargos financeiros decorrentes do maior endividamento da Companhia, por sua vez refletindo a emissão das debêntures em dezembro de 2018.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro antes dos impostos aumentou 4,0% ou R\$2,2 milhões, passando de R\$55,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$58,2 milhões no exercício social de 2018, tendo representado 28,9% e 17,3%, respectivamente, da receita líquida da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e de 2018. A redução é explicada pelos fatores já listados anteriormente.

Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido da Companhia aumentou R\$4,3 milhões ou 28,5%, alcançando uma despesa de R\$19,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, comparado a uma despesa de R\$15,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é explicada pelo aumento no lucro descrito anteriormente.

Lucro líquido do exercício

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o lucro líquido da Companhia reduziu 5,2% ou R\$2,1 milhões, passando de R\$40,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 para R\$38,6 milhões no exercício social de 2018. Esta variação ocorreu devido aos fatores acima descritos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 30 de setembro de 2020	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	217.084	15,7%	55.109	4,9%	293,9%
Contas a receber de clientes	379.884	27,4%	380.490	33,8%	-0,2%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	820	0,1%	-100,0%
Opções de compra de acionistas não controladores	121.859	8,8%	35.068	3,1%	247,5%
Adiantamento a fornecedores	56	0,0%	1.588	0,1%	-96,5%
Outros ativos	13.036	0,9%	12.689	1,1%	2,7%
Total do ativo circulante	731.919	52,8%	485.764	43,2%	50,7%
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	5.495	0,4%	36.456	3,2%	-84,9%
Contas a receber - partes relacionadas	5.738	0,4%	6.076	0,5%	-5,6%
Instrumentos financeiros derivativos	38.047	2,7%	-	0,0%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.172	0,9%	7.512	0,7%	62,0%
Outros ativos	18.913	1,4%	11.909	1,1%	58,8%
Imobilizado	172.033	12,4%	160.550	14,3%	7,2%
Intangível	347.195	25,0%	348.197	30,9%	-0,3%
Ativos por direito de uso	54.702	3,9%	68.788	6,1%	-20,5%
Total do ativo não circulante	654.295	47,2%	639.488	56,8%	2,3%
Total do ativo	1.386.214	100,0%	1.125.252	100,0%	23,2%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	142.703	10,3%	74.600	6,6%	91,3%
Passivo de arrendamento	15.242	1,1%	28.718	2,6%	-46,9%
Fornecedores	33.072	2,4%	24.418	2,2%	35,4%
Contrato oneroso	8.243	0,6%	8.243	0,7%	0,0%
Receita diferida	262.583	18,9%	180.485	16,0%	45,5%
Salários e encargos sociais	39.106	2,8%	26.971	2,4%	45,0%
Impostos e contribuições a pagar	23.546	1,7%	41.449	3,7%	-43,2%
Parcelamento de impostos	2.731	0,2%	2.733	0,2%	-0,1%
Contas a pagar a ex-acionistas	43.423	3,1%	24.650	2,2%	76,2%
Opções de compra e venda de participação de não controladores	64.634	4,7%	125.753	11,2%	-48,6%
Contas a pagar - partes relacionadas	213	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras contas a pagar	14.768	1,1%	8.995	0,8%	64,2%
Total do passivo circulante	650.264	46,9%	547.015	48,6%	18,9%
Passivo não circulante					
Contrato oneroso	73.466	5,3%	82.369	7,3%	-10,8%
Empréstimos e financiamentos	344.811	24,9%	66.113	5,9%	421,5%
Debentures	-	0,0%	109.146	9,7%	-100,0%
Passivo de arrendamento	33.167	2,4%	39.797	3,5%	-16,7%
Instrumentos financeiros derivativos	2.387	0,2%	2.684	0,2%	-11,1%
Impostos e contribuições a pagar	3.743	0,3%	3.979	0,4%	-5,9%
Contas a pagar a ex-acionistas	12.915	0,9%	13.035	1,2%	-0,9%
Parcelamento de impostos	7.534	0,5%	8.380	0,7%	-10,1%
Provisões para desmantelamento de ativos	6.020	0,4%	5.039	0,4%	19,5%
Provisões para demandas judiciais	18.680	1,3%	20.621	1,8%	-9,4%
Contas a pagar - partes relacionadas	8.899	0,6%	3.896	0,3%	128,4%
Total do passivo não circulante	511.622	36,9%	355.059	31,6%	44,1%
Patrimônio líquido					
Capital social	98.403	7,1%	98.403	8,7%	-
Reserva de capital	89.412	6,5%	85.922	7,6%	4,1%
Ágio/deságio em transação de capital	54.495	3,9%	(26.163)	-2,3%	-308,3%
Reserva de lucros	29.031	2,1%	41.503	3,7%	-30,1%
Prejuízos acumulados	(56.129)	-4,0%	-	-	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	215.212	15,5%	199.665	17,7%	7,8%
Participação de acionistas não controladores	9.116	0,7%	23.513	2,1%	-61,2%
Total do patrimônio líquido	224.328	16,2%	223.178	19,8%	0,5%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.386.214	100,0%	1.125.252	100,0%	23,2%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

ATIVO

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 23,2% ou R\$261,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019.

Ativo Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo circulante da Companhia aumentou 50,7% ou R\$246,2 milhões, passando de R\$485,8 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$731,9 milhões em 30 de setembro de 2020. Essa variação ocorreu principalmente devido à captação de cerca de R\$ 370 milhões no primeiro semestre de 2020, os quais foram utilizados para quitar dívidas antigas e enfrentar a recessão da COVID-19, além da redução de consumo de caixa com a postergação de pagamento dos impostos e suspensão de contratos conforme decreto do governo.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentaram em R\$162,0 milhões ou 293,9%, alcançando R\$217,1 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$55,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido às captações realizadas no 1º semestre de 2020, as quais tinham como objetivo quitar dívidas antigas e enfrentar a recessão da COVID-19. Além disso, a Companhia obteve redução de consumo de caixa com a postergação de pagamento dos impostos e suspensão de contratos de trabalho conforme decreto do governo.

Opções de compra de acionistas não controladores

As opções de compra de acionistas não controladores atingiram R\$121,9 milhões em 30 de setembro de 2020, incremento de R\$ 86,8 milhões comparado a R\$ 35,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Durante o mês de setembro de 2020, os acionistas/quotistas não controladores das controladas Dyelcorp, Verano, ACLO, Alexandrite e Nine renunciaram ao seu direito de exercício das opções de venda de suas participações nessas controladas, conforme distratos assinados entre as partes. Dessa forma, os contratos que anteriormente possuíam emissão simultânea de opções de compra e venda sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios passaram a conter somente uma opção de compra da participação dos acionistas não controladores pela Companhia. Devido ao cancelamento da opção de venda, a Companhia reverteu o passivo contabilizado relacionado a essa opção no montante de R\$ 57,6 milhões, e restabeleceu a apresentação de acionistas / quotistas não controladores no patrimônio líquido no montante de R\$ 6,1 milhões. A diferença entre o valor da baixa das opções e o valor da participação de acionista não controladores foi reconhecida na linha de Lucros acumulados, dentro do patrimônio líquido pertencente aos controladores. Adicionalmente, como os contratos após a renúncia passaram então a conter somente opções de compra, a Companhia aplicou o pronunciamento CPC 48/IFRS 9 e registrou um ativo no montante de R\$ 80,8 milhões, tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Adiantamento a fornecedores

O Adiantamento a fornecedores da Companhia diminuiu em R\$1,5 milhão ou 96,5%, alcançando R\$ 0,1 milhão em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$1,6 milhão em 31 de dezembro de 2019. Essa redução deu-se, principalmente, pela compensação de saldo dos serviços que foram prestados no período.

Ativo Não Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o ativo não circulante da Companhia aumentou 2,3% ou R\$ 14,8 milhões, passando de R\$639,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$654,3 milhões em 30 de setembro de 2020.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia diminuíram em R\$31,0 milhões ou 84,9%, alcançando R\$5,5 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$36,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu principalmente devido à manutenção do prazo médio de recebimento de clientes transferido de longo para curto prazo.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a receber - Partes relacionadas

As contas a receber de partes relacionadas da Companhia reduziram 5,6% ou R\$ 0,3 milhão, alcançando R\$5,7 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$ 6,1 milhões em 31 de dezembro de 2019.

Outros ativos não circulantes

Os outros ativos não circulantes da Companhia aumentaram em R\$7,0 milhões ou 58,8%, alcançando R\$18,9 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deu-se, principalmente, em função da linha de IRPJ saldo negativo, decorrente do prejuízo apresentado no período. A Companhia apresentou, em 30 de setembro de 2020, na rubrica de instrumentos financeiros derivativos (SWAP) o montante de R\$ 38,0 milhões referente a contratação de novos instrumentos financeiros na modalidade 4.131 que combina dívida em moeda estrangeira com swaps cambiais.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia registrou R\$38,0 milhões em instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2020, sendo que não haviam lançamentos nessa linha em 31 de dezembro de 2019.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia aumentou em R\$11,5 milhões ou 7,2%, alcançando R\$172,0 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$160,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deu-se, principalmente, pela expansão da rede que requer investimentos em benfeitorias de imóveis de terceiros, aquisição de equipamentos de depilação a laser e outros investimentos associados às novas unidades.

Intangível

O intangível da Companhia permaneceu praticamente em linha, passando de R\$ 348,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 347,2 milhões em 30 de setembro de 2020, resultado de R\$ 9,9 milhões de adições e aquisições de controle em 31 de dezembro de 2019, conforme descritos na nota explicativa nº 8 das informações financeiras trimestrais – ITR da Companhia referentes a 30 de setembro de 2020, compensados por R\$ 10,8 milhões de amortização do período.

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de 23,2% ou R\$261,0 milhões em relação a 31 de dezembro de 2019. Esse aumento ocorreu principalmente devido, principalmente, aos fatores descritos abaixo.

Passivo Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo circulante da Companhia aumentou 18,9% ou R\$103,2 milhões, passando de R\$547,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$650,3 milhões em 30 de setembro de 2020. Essa variação deu-se em decorrência do aumento na linha de receita diferida, uma vez que a Companhia não pode reconhecer receitas no período em que as lojas estavam fechadas. Tais receitas foram acumuladas na linha de Receita Diferida, e terá seu reconhecimento nos meses subsequentes.

Receita diferida

A receita diferida da Companhia aumentou em R\$82,1 milhões ou 45,5%, alcançando R\$262,6 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$180,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento é totalmente relacionado ao fato de que a Companhia não pode reconhecer receitas de vendas já contratadas no período em que as lojas estavam fechadas, uma vez que o valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviços serão prestados ao longo do contrato. Vale ressaltar que mesmo num cenário adverso, impactado pela COVID-19, nossas vendas continuaram a ocorrer e impactar a referida conta.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia aumentaram em R\$346,8 milhões ou 246,5%, alcançando R\$487,5 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$140,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deu-se, principalmente, pela captação de cerca de R\$ 370 milhões no primeiro semestre de 2020, efetuado para enfrentar a recessão da COVID-19, além de ter o objetivo de refinanciar dívidas antigas a custos inferiores.

Debêntures (circulante e não circulante)

As debêntures (circulante e não circulante) da Companhia apresentaram uma redução de R\$109,1 milhões, uma vez que não houve qualquer saldo nesta conta em 30 de setembro de 2020. Essa redução deu-se pelo *break-up fee* referente à quitação antecipada das debêntures de emissão da Corpóreos – Serviços Terapêuticos S.A., controlada da Companhia, realizada no segundo trimestre de 2020.

Opções de compra e venda de participação de não controladores

As opções de compra e venda de participação de não controladores da Companhia diminuíram em R\$61,1 milhões ou 48,6%, alcançando R\$64,6 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$125,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Durante o mês de setembro de 2020, os acionistas/quotistas não controladores das controladas Dyelcorp, Verano, ACLO, Alexandrite e Nine renunciaram ao seu direito de exercício das opções de venda de suas participações nessas controladas, conforme distratos assinados entre as partes. Dessa forma, os contratos que anteriormente possuíam emissão simultânea de opções de compra e venda sobre a participação de não controladores no momento da combinação de negócios passaram a conter somente uma opção de compra da participação dos acionistas não controladores pela Companhia. Devido ao cancelamento da opção de venda, a Companhia reverteu o passivo contabilizado relacionado a essa opção no montante de R\$ 57,6 milhões, e restabeleceu a apresentação de acionistas / quotistas não controladores no patrimônio líquido no montante de R\$ 6,1 milhões. A diferença entre o valor da baixa das opções e o valor da participação de acionista não controladores foi reconhecida na linha de Lucros acumulados, dentro do patrimônio líquido pertencente aos controladores. Adicionalmente, como os contratos após a renúncia passaram então a conter somente opções de compra, a Companhia aplicou o pronunciamento CPC 48/IFRS 9 e registrou um ativo no montante de R\$ 80,8 milhões, tendo como contrapartida o Patrimônio Líquido.

Contas a pagar ex-acionistas (circulante e não circulante)

O saldo de curto e longo prazo de contas a pagar ex-acionistas da Companhia aumentou R\$18,7 milhões ou 49,9% alcançando R\$56,4 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$37,7 milhões em 31 de dezembro de 2019. O aumento decorre principalmente da adição de R\$73,1 milhões em compromissos assumidos pelos aumentos de participação societária e aquisições de controle em empresas realizados nos primeiros nove meses de 2020, dos quais R\$54,3 milhões já foram pagos aos ex-acionistas no período.

Passivo Não Circulante

Em 30 de setembro de 2020, o passivo não circulante da Companhia aumentou 44,1% ou R\$156,6 milhões, passando de R\$355,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$511,6 milhões em 30 de setembro de 2020. Essa variação deu-se em decorrência principalmente da captação de R\$400 milhões mencionada acima.

Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais da Companhia diminuíram em R\$1,9 milhão ou 9,4%, alcançando R\$18,7 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$20,6 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa redução deu-se, principalmente, pela atuação regular das unidades, não gerando assim intercorrências, bem como contenção dos clientes e reversão de cancelamentos e/ou reclamações junto ao setor de Relacionamento com o Cliente, não ensejando litígios em razão de cancelamento de contratos.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contas a pagar – partes relacionadas

As contas a pagar de partes relacionadas não circulantes da Companhia aumentaram em R\$5,0 milhões ou 128,4%, alcançando R\$8,9 milhões em 30 de setembro de 2020, comparado a R\$3,9 milhões em 31 de dezembro de 2019. Esse aumento deu-se, principalmente, por mútuos realizados entre as empresas da Companhia, conforme detalhado nas notas explicativas e no item 16.2 deste formulário de referência.

Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia permaneceu praticamente em linha, passando de R\$223,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$224,3 milhões em 30 de setembro de 2020, representando um aumento de R\$1,2 milhão.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2019	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	55.109	4,9%	69.252	8,9%	-20,4%
Instrumentos financeiros derivativos	820	0,1%	2.243	0,3%	-63,4%
Contas a receber de clientes	380.490	33,8%	227.086	29,3%	67,6%
Opções de Compra de acionistas não controladores	35.068	3,1%	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	1.588	0,1%	21.574	2,8%	-92,6%
Outros ativos	12.689	1,1%	12.868	1,7%	-1,4%
Total do ativo circulante	485.764	43,2%	333.023	42,9%	45,9%
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	36.456	3,2%	22.984	3,0%	58,6%
Opções de Compra de acionistas não controladores	-	-	30.778	4,0%	100,0%
Contas a receber – partes relacionadas	6.076	0,5%	3.014	0,4%	101,6%
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	128	0,0%	100,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.512	0,7%	2.656	0,3%	182,8%
Outros ativos	11.909	1,1%	3.341	0,4%	256,5%
Imobilizado	160.550	14,3%	114.699	14,8%	40,0%
Intangível	348.197	30,9%	264.830	34,2%	31,5%
Ativos por direito de uso	68.788	6,1%	-	-	-
Total do ativo não circulante	639.488	56,8%	442.430	57,1%	4,5%
Total do ativo	1.125.252	100,0%	775.453	100,0%	45,1%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo circulante					
Empréstimos e Financiamentos	74.600	6,6%	80.796	10,4%	-7,7%
Contrato Oneroso	8.243	0,7%	8.243	1,1%	0,0%
Passivo de arrendamento	28.718	2,6%	-	-	-
Fornecedores	24.418	2,2%	13.514	1,7%	80,7%
Receita Diferida	180.485	16,0%	140.656	18,1%	28,3%
Debêntures	-	0,0%	314	0,0%	-100,0%
Salários e encargos sociais	26.971	2,4%	16.190	2,1%	66,6%
Parcelamento de Impostos	2.733	0,2%	1.031	0,1%	165,1%
Impostos e contribuições a pagar	41.449	3,7%	25.195	3,2%	64,5%
Contas a pagar a ex-acionistas	24.650	2,2%	26.658	3,4%	-7,5%
Opções de compra e venda de participação de não controladores	125.753	11,2%	-	-	-
Outras contas a pagar	8.995	0,8%	12.108	1,6%	-25,7%
Total do passivo circulante	547.015	48,6%	324.705	41,9%	68,5%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	66.113	5,9%	27.935	3,6%	136,7%
Contrato Oneroso	82.369	7,3%	90.673	11,7%	-9,2%
Debêntures	109.146	9,7%	53.299	6,9%	104,8%
Passivo de arrendamento	39.797	3,5%	-	-	-
Opções de compra e venda de participação de não controladores	-	-	42.839	5,5%	-100,0%
Provisões para demandas judiciais	20.621	1,8%	7.106	0,9%	190,2%
Impostos e contribuições a pagar	3.979	0,4%	3.371	0,4%	18,0%
Parcelamento de impostos	8.380	0,7%	4.090	0,5%	104,9%
Contas a pagar a ex-acionistas	13.035	1,2%	874	0,1%	1391,4%
Provisões para desmantelamento de ativos	5.039	0,4%	3.346	0,4%	50,6%
Contas a pagar - partes relacionadas	3.896	0,3%	9.702	1,3%	-59,8%
Instrumentos financeiros derivativos	2.684	0,2%	4.377	0,6%	-38,7%
Total do passivo não circulante	355.059	31,6%	247.612	31,9%	43,4%
Total do passivo	902.074	80,2%	572.317	73,8%	57,6%
Patrimônio líquido					
Capital social	98.403	8,7%	8.403	1,1%	1071,0%
Reserva de capital	85.922	7,6%	84.609	10,9%	1,6%
Ágio/deságio em transação de capital	(26.163)	-2,3%	4.969	0,6%	-626,5%
Reserva de lucros	41.503	3,7%	92.954	12,0%	-55,4%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	199.665	17,7%	190.935	24,6%	4,6%
Participação de acionistas não controladores	23.513	2,1%	12.201	1,6%	92,7%
Total do patrimônio líquido	223.178	19,8%	203.136	26,2%	9,9%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.125.252	100,0%	775.453	100,0%	45,1%

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 45,1% ou R\$349,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018.

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo circulante da Companhia aumentou 45,9% ou R\$152,7 milhões, passando de R\$333,0 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$485,8 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu devido ao aumento do montante de contas a receber dos clientes, que compensou a redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e Equivalentes de caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa diminuiu em R\$14,1 milhões ou 20,4%, alcançando R\$55,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$69,3 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa redução deu-se majoritariamente pelos maiores gastos relacionados às atividades de investimentos, com os pagamentos das aquisições de grupos de franquias realizados em 2018 e 2019.

Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes da Companhia aumentou em R\$153,4 milhões ou 67,6%, alcançando R\$380,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$227,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deu-se, principalmente, pelo incremento de vendas no período. Como a principal característica das vendas da Companhia é o parcelamento, o montante total cresce de acordo com a evolução das vendas.

Adiantamento a fornecedores

O adiantamento a fornecedores da Companhia reduziu em R\$20,0 milhões ou 92,6%, alcançando R\$1,6 milhão em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$21,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa redução deu-se, principalmente, pelo recebimento dos adiantamentos realizados para aquisição de equipamento de depilação a laser.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Opções de Compra de Acionistas Não Controladores

A Companhia possui contratos firmados com os acionistas não controladores de determinadas controladas que incluem opções de compra e venda referente a participação remanescente não detida pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou um valor de R\$35,1 milhões nesta linha em seu ativo circulante, sendo que não haviam lançamentos nessa linha em 31 de dezembro de 2018 em seu ativo circulante. Em contrapartida, a Companhia não possuía lançamentos nessa linha em seu ativo não circulante em 31 de dezembro de 2019, enquanto havia um montante de R\$ 30,8 milhões no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2018.

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o ativo não circulante da Companhia aumentou 44,5%, ou R\$197,1 milhões, passando de R\$442,4 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$639,5 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento registrado no saldo das contas de ativo intangível, imobilizado e de ativos por direito de uso.

Intangível

O intangível da Companhia aumentou em R\$83,4 milhões ou 31,5%, alcançando R\$348,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$264,8 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deu-se, principalmente, pelas aquisições de franqueados realizadas ao longo de 2019. Cabe destacar que a Companhia possui contratos firmados com os acionistas não controladores de determinadas controladas que incluem opções de compra e venda referente a participação remanescente não detida pela Companhia.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia aumentou R\$45,9 milhões ou 40,0%, alcançando R\$160,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$114,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é explicado pelo aumento de equipamentos de depilação a laser, frente às novas aberturas de lojas e aquisições de sociedades realizadas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Ativos por direito de uso

Os ativos por direito de uso da Companhia totalizaram R\$68,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, sendo que não havia nenhum valor registrado nesta linha em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é explicado, principalmente, pelo reconhecimento de contratos de arrendamento de diversos imóveis ocorrido durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Outros Ativos

Os outros ativos não circulantes da Companhia totalizaram R\$11,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de R\$8,6 milhões ou 256,5% frente aos R\$3,3 milhões registrados nesta linha em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é explicado, principalmente, por adiantamentos a fornecedores realizados no ano.

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou um aumento em seus passivos e patrimônio líquido de 45,1% ou R\$349,8 milhões em relação a 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu principalmente devido aos fatores descritos abaixo.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo circulante da Companhia aumentou 68,5% ou R\$222,3 milhões, passando de R\$324,7 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$547,0 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se principalmente devido ao crescimento do saldo de receita diferida e da constituição do passivo de arrendamento

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Receita Diferida

A conta de receita diferida da Companhia aumentou em R\$39,8 milhões ou 28,3%, alcançando R\$180,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$140,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é totalmente relacionado ao aumento de vendas no período, uma vez que o valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviços serão prestados ao longo do contrato.

Impostos e Contribuições a pagar

Os impostos e contribuições a pagar da Companhia aumentaram em R\$16,3 milhões ou 64,5%, alcançando R\$41,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$25,2 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação é explicada pelo melhor resultado da Companhia no exercício de 2019 em comparação ao exercício de 2018.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia aumentou em R\$32,0 milhões ou 29,4%, alcançando R\$140,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$108,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deu-se, principalmente, pela contratação de novas linhas de crédito para sustentar o crescimento da Companhia no período.

Debêntures (circulante e não circulante)

As debêntures (circulante e não circulante) da Companhia apresentaram um aumento de R\$55,5 milhões ou 103,6%, alcançando R\$109,1 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$53,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento ocorreu em decorrência do recebimento, no primeiro trimestre de 2019, de duas das três parcelas dos recursos das debêntures emitidas pela controlada da Companhia em 2018.

Contrato oneroso (circulante e não circulante)

O contrato oneroso da Companhia reduziu em R\$8,3 milhões ou 8,4%, alcançando R\$90,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$98,9 milhões em 31 de dezembro de 2018. Vale ressaltar que se trata do passivo identificado como parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda. referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo.

Passivo de arrendamento (circulante e não circulante)

O passivo de arrendamento da Companhia totalizou R\$68,5 milhões em 31 de dezembro de 2019, frente a não constituição de saldo em 31 de dezembro de 2018. O passivo de arrendamento trata-se do reconhecimento de contratos de arrendamento de diversos imóveis ocorrido durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Contas a pagar ex-acionistas (circulante e não circulante)

A linha de contas a pagar ex-acionistas por aquisição de controladas totalizou R\$37,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, aumento de 36,9%, ou R\$10,2 milhões, frente aos R\$27,5 milhões reportados em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento deve-se às aquisições realizadas ao longo de 2019.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2019, o passivo não circulante da Companhia aumentou 43,4% ou R\$107,4 milhões, passando de R\$247,6 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$355,1 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação deu-se em decorrência principalmente do aumento das linhas de empréstimos e debêntures, como já mencionado anteriormente, além do aumento da linha de opções de compra e venda de participação de não controladores.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Opções de compra e venda de participação de não controladores

As Opções de compra e venda de participação de não controladores totalizaram R\$42,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo que não houve saldo nessa linha em 31 de dezembro de 2019. A variação deu-se, principalmente, pela realocação de valores do não circulante para o circulante.

Provisões para demandas judiciais

As provisões para ações judiciais da Companhia aumentaram em R\$13,5 milhões ou 190,2%, alcançando R\$20,6 milhões em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$7,1 milhões em 31 de dezembro de 2018. Esse aumento é explicado, principalmente, pelas provisões oriundas das aquisições de empresas realizadas ao longo de 2019.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 9,9%, ou R\$20,0 milhões, passando de R\$203,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$223,2 milhões em 31 de dezembro de 2019. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento do capital subscrito, bem como pelo aumento da participação de acionistas não controladores.

Comparação entre os saldos das contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em R\$ milhares, exceto %)	Em 31 de dezembro de 2018	AV (%)	Em 31 de dezembro de 2017	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	69.252	8,9%	20.003	4,8%	246,2%
Instrumentos financeiros derivativos	2.243	0,3%	-	-	-
Contas a receber de clientes	227.086	29,3%	126.810	30,3%	79,1%
Adiantamento a fornecedores	21.574	2,8%	-	-	-
Outros ativos	12.868	1,7%	6.833	1,6%	88,3%
Total do ativo circulante	333.023	42,9%	153.646	36,7%	116,7%
Ativo não circulante					
Contas a receber de clientes	22.984	3,0%	7.935	1,9%	189,7%
Opções de Compra de acionistas não controladores	30.778	4,0%	-	-	-
Imobilizado	114.699	14,8%	50.009	11,9%	129,4%
Intangível	264.830	34,2%	203.046	48,5%	30,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.656	0,3%	-	-	-
Contas a receber - partes relacionadas	3.014	0,4%	2.500	0,6%	20,6%
Instrumentos financeiros derivativos	128	0,0%	-	-	-
Outros ativos	3.341	0,4%	1.690	0,4%	97,7%
Total do ativo não circulante	442.430	57,1%	265.180	63,3%	66,8%
Total do ativo	775.453	100,0%	418.826	100,0%	85,1%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Passivo circulante					
Empréstimos e Financiamentos	80.796	10,4%	10.261	2,4%	687,4%
Contrato Oneroso	8.243	1,1%	8.243	2,0%	0,0%
Fornecedores	13.514	1,7%	5.503	1,3%	145,6%
Receita Diferida	140.656	18,1%	84.813	20,3%	65,8%
Debêntures	314	0,0%	-	-	-
Salários e encargos sociais	16.190	2,1%	6.507	1,6%	148,8%
Impostos e contribuições a pagar	25.195	3,2%	15.001	3,6%	68,0%
Contas a pagar a ex-acionistas	26.658	3,4%	-	-	-
Parcelamento de impostos	1.031	0,1%	105	0,0%	881,9%
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	3.477	0,8%	-100%
Outras contas a pagar	12.108	1,6%	4.345	1,0%	178,7%
Total do passivo circulante	324.705	41,9%	138.255	33,0%	134,9%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Passivo não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	27.935	3,6%	5.528	1,3%	405,3%
Contrato Oneroso	90.673	11,7%	98.914	23,6%	-8,3%
Debêntures	53.299	6,9%	-	-	-
Opções de compra e venda de participação de não controladores	42.839	5,5%	-	-	-
Provisões para demandas judiciais	7.106	0,9%	171	0,0%	4055,6%
Impostos e contribuições a pagar	3.371	0,4%	1.656	0,4%	103,6%
Parcelamento de impostos	4.090	0,5%	506	0,1%	708,3%
Contas a pagar a ex-acionistas	874	0,1%	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	4.377	0,6%	-	-	-
Provisões para desmantelamento de ativos	3.346	0,4%	1.479	0,4%	126,2%
Contas a pagar - partes relacionadas	9.702	1,3%	1.284	0,3%	655,6%
Total do passivo não circulante	247.612	31,9%	109.538	26,2%	126,1%
Total do passivo	572.317	73,8%	247.793	59,2%	131,0%
Patrimônio líquido					
Capital social	8.403	1,1%	8.403	2,0%	0,0%
Reserva de capital	84.609	10,9%	77.059	18,4%	9,8%
Ágio/deságio em transação de capital	4.969	0,6%	(1.187)	-0,3%	-518,6%
Reserva de lucros	92.954	12,0%	80.549	19,2%	15,4%
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	190.935	24,6%	164.824	39,4%	15,8%
Participação de acionistas não controladores	12.201	1,6%	6.209	1,5%	96,5%
Total do patrimônio líquido	203.136	26,2%	171.033	40,8%	18,8%
Total do passivo e patrimônio líquido	775.453	100,0%	418.826	100,0%	85,1%

ATIVO

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou um aumento do ativo de 85,1% ou R\$356,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017.

Ativo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo circulante da Companhia aumentou 116,7% ou R\$179,4 milhões, passando de R\$153,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$333,0 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu principalmente devido ao aumento dos saldos de caixa e equivalente de caixa, do contas a receber de clientes e de adiantamento a fornecedores.

Caixa e Equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa aumentaram em R\$49,2 milhões ou 246,2%, alcançando R\$69,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$20,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse crescimento é explicado pela emissão de debêntures realizada pela controlada da Companhia em dezembro de 2018.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia aumentaram em R\$100,3 milhões ou 79,1%, alcançando R\$227,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$126,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deu-se, principalmente, pelo incremento de vendas no período. Como a principal característica das vendas da Companhia é o parcelamento, o montante total cresce de acordo com a evolução das vendas.

Adiantamento a fornecedores

O adiantamento a fornecedores da Companhia aumentou em R\$21,6 milhões, totalizando R\$21,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo que em 31 de dezembro de 2017 não havido sido registrado qualquer saldo na conta de adiantamento a fornecedores. Esse aumento é explicado pelos adiantamentos financeiros realizados para aquisição de equipamento de depilação a laser.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Ativo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o ativo não circulante da Companhia aumentou 66,8%, ou R\$177,2 milhões, passando de R\$265,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$442,4 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação ocorreu principalmente devido aos incrementos de Imobilizado e Intangível.

Intangível

O intangível da Companhia aumentou em R\$61,8 milhões ou 30,4%, alcançando R\$264,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$203,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deu-se, principalmente, pelas aquisições de franqueados realizadas ao longo de 2018.

Imobilizado

O imobilizado da Companhia aumentou R\$64,7 milhões ou 129,4%, alcançando R\$114,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$50,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento é explicado pelo aumento de equipamentos de depilação a laser, frente às novas aberturas e aquisições realizadas em 2018.

PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou acréscimo na linha de passivos e patrimônio líquido de 85,1% ou R\$356,6 milhões em relação a 31 de dezembro de 2017. Os fatores que levaram a esse aumento serão detalhados a seguir.

Passivo Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante da Companhia aumentou 134,9% ou R\$186,4 milhões, passando de R\$138,3 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$324,7 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deu-se em decorrência principalmente da captação de novas linhas de crédito, do aumento da receita diferida e da constituição de um montante de contas a pagar das aquisições de sociedades realizadas.

Receita Diferida

A conta de receita diferida da Companhia aumentou em R\$55,8 milhões ou 65,8%, alcançando R\$140,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$84,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento é totalmente relacionado ao aumento de vendas no período, uma vez que o valor de receita diferida representa o saldo de contratos assinados cujos serviços serão prestados ao longo do contrato.

Impostos e Contribuições a pagar

Os impostos e contribuições a pagar da Companhia aumentaram em R\$10,2 milhões ou 68,0%, alcançando R\$25,2 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$15,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. Essa variação é explicada pela melhora do resultado e por ter grupos de franqueados adquiridos que operam no lucro real.

Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)

Os empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) da Companhia aumentaram em R\$92,9 milhões ou 588,7%, alcançando R\$108,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$15,8 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento deu-se, principalmente, pela contratação de novas linhas de crédito para sustentar o crescimento da Companhia.

Debêntures (circulante e não circulante)

As debêntures (circulante e não circulante) da Companhia apresentaram um aumento de R\$53,6 milhões, alcançando R\$53,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo que em 31 de dezembro de 2017 não havia sido registrado saldo na conta de debêntures. Esse aumento ocorreu devido à emissão de debêntures de controlada da Companhia ocorrida em dezembro de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Contrato oneroso (circulante e não circulante)

O contrato oneroso da Companhia reduziu em R\$8,2 milhões ou 7,7%, alcançando R\$98,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$107,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Vale ressaltar que se trata ao passivo identificado com parte da combinação de negócios da EL Franchising Ltda. e da TL Franchising Ltda. referente ao acordo de não pagamento de royalties por determinadas empresas do grupo.

Contas a pagar a ex-acionistas

O saldo de contas a pagar a ex-acionistas da Companhia aumentaram em R\$26,7 milhões em 31 de dezembro de 2018, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 nada havia sido lançado nessa conta. Esse aumento deu-se, principalmente, pelo aumento de saldo a pagar relacionado às aquisições de franqueados realizadas ao longo de 2018.

Passivo Não Circulante

Em 31 de dezembro de 2018, o passivo não circulante da Companhia aumentou 126,1% ou R\$138,1 milhões, passando de R\$109,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$247,6 milhões em 31 de dezembro de 2018. Essa variação deu-se em decorrência principalmente da emissão das debêntures por controlada da Companhia e das novas linhas de crédito obtidas pela Companhia, além da constituição da linha de opções de compra e venda de participação de não controladores.

Opções de compra e venda de participação de não controladores

As Opções de compra e venda de participação de não controladores totalizaram R\$42,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, enquanto que em 31 de dezembro de 2017 não havia nada constituído. A variação deu-se, principalmente, pelas aquisições de sociedades ocorridas em 2018.

Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais da Companhia aumentaram em R\$6,9 milhões ou 4.055,6%, alcançando R\$7,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, comparado a R\$0,2 milhão em 31 de dezembro de 2017. O crescimento é explicado pelas provisões oriundas das aquisições de empresas realizadas ao longo de 2018.

Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018, o patrimônio líquido da Companhia aumentou 18,8% passando de R\$171,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$203,1 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um incremento de R\$32,1 milhões. Essa variação ocorreu devido principalmente ao aumento da reserva de lucros da Companhia.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Comparação entre os fluxos de caixa para os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2020 e 2019

(em R\$ milhares)	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020	Período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	80,0	77,1	3,8%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(88,2)	(112,8)	-21,8%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	170,2	36,0	372,4%
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	162,0	0,3	57135,0%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$2,9 milhões ou 3,8% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de R\$77,1 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para R\$80,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Esse aumento deu-se, principalmente, em decorrência da redução no saldo de contas a receber no montante de R\$ 31,6 milhões, e do aumento de R\$82,1 milhões no saldo de receita diferida, os quais compensaram o maior pagamento de empréstimos, juros e de imposto de renda, além do prejuízo apresentado no período encerrado em 30 de setembro de 2020. A redução no contas a receber foi consequência dos pagamentos de clientes que haviam contratados nossos serviços a uma redução temporária de vendas uma vez que tivemos que fechar parte de nossas unidades em consequência das medidas restritivas para evitar a disseminação da COVID 19.

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou uma redução de R\$24,6 milhões ou 21,8% no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 comparado ao mesmo período de 2019, passando de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$112,8 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um caixa líquido aplicado nas atividades de investimento de R\$88,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Essa redução deu-se, principalmente, em decorrência da menor abertura de lojas no período, decorrente da pandemia da COVID-19, além de uma menor quantidade de aquisições de franquias.

Atividades de financiamento

O caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um aumento de R\$ 134,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 quando comparado ao mesmo período de 2019, passando de um caixa líquido gerado de R\$ 36,0 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 para um caixa líquido gerado de R\$ 170,2 milhões no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

Esse aumento é explicado pelas novas captações realizadas pela Companhia visando dar continuidade ao seu plano de expansão, bem como reforçar o seu caixa diante do período de instabilidade gerado pela COVID-19.

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(em R\$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	AH (%)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	55,8	47,6	17,3%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(119,7)	(91,9)	30,3%
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	49,8	93,5	-46,8%
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(14,1)	49,2	-128,7%

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, houve uma redução no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$14,1 milhões, comparado a um aumento no caixa e equivalentes de caixa de R\$49,2 milhões no exercício social de 2018.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$8,2 milhões ou 17,3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social de 2018, sendo que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$47,6 milhões, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$55,8 milhões.

Esse aumento deu-se, principalmente, em decorrência do aumento no lucro antes de imposto de renda e contribuição social, conforme já descrito anteriormente, em R\$ 54,1 milhões, que por sua vez foi compensado pelo aumento de R\$ 44,2 milhões no contas a receber do período devido ao crescimento de vendas no período.

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$27,9 milhões ou 30,3% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, sendo que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$91,9 milhões enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$119,7 milhões.

Esse aumento deu-se, principalmente, em decorrência dos pagamentos das aquisições de grupos de franquias realizados entre 2018 e 2019, no valor de R\$56,7 milhões.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou uma redução de R\$43,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 quando comparado ao gerado no exercício social de 2018, sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$93,5 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$49,8 milhões.

Essa redução deu-se, principalmente, em decorrência do pagamento dos juros das debêntures emitidas em dezembro de 2018, no montante de R\$ 10,7 milhões, além do pagamento das demais linhas de crédito que a Companhia possuía no período, com destaque para a quitação do empréstimo Bridge que estava vinculado às debêntures no montante de R\$ 31,5 milhões e o pagamento de operações 4131 junto ao Itaú, somando R\$ 11,8 milhões.

Comparação entre os fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em R\$ milhares)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017	AH (%)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	47,6	23,0	106,5%
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	(91,9)	(37,6)	144,4%
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	93,5	5,9	1482,1%
Aumento (Redução) no saldo de caixa e equivalentes de caixa	49,2	(8,6)	-670,4%

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, houve um aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia de R\$49,2 milhões, comparado a uma redução no caixa e equivalentes de caixa de R\$8,6 milhões no exercício social de 2017.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais apresentou um aumento de R\$24,5 milhões ou 106,5% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social de 2017, sendo que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$23,0 milhões, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$47,6 milhões.

Este aumento ocorreu em decorrência do crescimento da Receita em 73,6% e respectiva expansão do Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda em 48,5%, reflexo do crescimento da rede e aquisição de grupos de franqueados.

Atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento apresentou um aumento de R\$54,3 milhões ou 144,4% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, sendo que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$37,6 milhões, enquanto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$91,9 milhões.

Essa variação deu-se, principalmente, em decorrência da aquisição de imobilizado que totalizou R\$ 49,8 milhões no período encerrado em 31 de dezembro de 2018, referente à abertura de novas unidades, representando uma elevação de R\$ 16,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior.

Atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento apresentou uma variação de R\$87,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 quando comparado ao exercício social de 2017, sendo que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$5,9 milhões, enquanto no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento foi de R\$93,5 milhões.

Esse aumento deu-se, principalmente, em decorrência da emissão de debêntures pela controlada da Companhia que ocorreu em dezembro de 2018, quando foi recebida a primeira *tranche* no montante de R\$ 55,0 milhões, além do recebimento do empréstimo Bridge no montante de R\$ 30,0 milhões, que também estava vinculado à emissão das debêntures.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

10.2 - Resultado operacional e financeiro

(a) resultados das operações da Companhia

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é gerada a partir dos seus serviços de depilação a laser e estética facial por suas lojas próprias, *royalties* e taxas de franquia pagos pelas franqueadas. Sendo assim, a venda bem-sucedida impacta diretamente o seu resultado. Por esse motivo a Companhia investe tanto na contratação e treinamento adequado de empregados, bem como em contratar, treinar e transmitir a sua cultura a franqueados qualificados para atender apropriadamente os seus clientes.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019, os resultados operacionais foram principalmente afetados pela abertura de novas unidades (156 lojas em 2017, 133 lojas em 2018 e 99 lojas em 2019), pela maturação das lojas novas, pela realização de aquisições de grupos de franqueados em 2018 e 2019 e pelo fortalecimento da estrutura da Companhia para suportar o maior número de lojas, incluindo as novas lojas abertas e as aquisições de franqueados.

Por sua vez, no período findo em 30 de setembro de 2020, os efeitos oriundos da pandemia causada pela COVID-19 afetaram diretamente a operação da Companhia, bem como alteraram o plano de abertura de novas lojas. A postergação da inauguração de novas lojas afetou adversamente o resultado de 2020, e afetará o resultado dos anos seguintes devido ao tempo de maturação das lojas.

Em decorrência das medidas restritivas, associadas à disseminação da pandemia de COVID-19, tivemos que encerrar temporariamente as operações de nossas lojas, a partir do dia 23 de março de 2020. Ao longo dos meses posteriores, fomos reabrindo gradualmente nossas lojas até o mês de setembro, quando nossa operação foi totalmente restabelecida. Durante esses meses, apesar de estarmos realizando vendas de novos contratos e contarmos com clientes ativos e pagantes dos serviços previamente contratados, não foi possível realizar as sessões nas unidades que estiveram fechadas. Consequentemente, nesse período, conforme práticas contábeis definidas pela Companhia, não ocorreu o reconhecimento de receita sobre serviços, dado a impossibilidade destes serem prestados. Os respectivos valores foram mantidos momentaneamente em uma conta do Passivo Circulante denominada "Receita a Diferir". Com a reabertura das unidades e restabelecimento de nossos serviços, nossos clientes poderão ser atendidos novamente seguindo o curso normal de suas sessões, conforme previsto em nossa estimativa de reconhecimento em receita. A nossa melhor estimativa sobre o montante da receita contratada e não reconhecida durante o período, em que as unidades estavam temporariamente suspensas, em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 100,4 milhões. Esse efeito tenderá a se compensar nos meses seguintes, no momento em que conseguirmos concluir a prestação dos serviços previamente contratados, normalizando esse efeito do encerramento intempestivo de nossa atividade.

Esse efeito tenderá a se compensar nos meses seguintes, no momento em que conseguirmos concluir a prestação dos serviços previamente contratados, normalizando esse efeito do encerramento intempestivo de nossa atividade. Não obstante, mesmo com a maior parte de suas lojas fechadas, a Companhia foi capaz de manter seus system-wide sales em 50% dos níveis anteriores à pandemia em abril e maio, meses em que, comparativamente a outros meses, tivemos a maior quantidade de suas lojas fechadas, fruto das atividades bem sucedidas de ferramentas de vendas à distância e promoções direcionadas à sua base de clientes.

(b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

- Inflação

No entendimento da Diretoria, a Companhia, historicamente, tem sido capaz de repassar os efeitos positivos e negativos dos eventos macroeconômicos aos seus clientes inclusive as variações nas taxas de inflação. A inflação impacta o preço médio que cobra por pacote nas unidades da EspaçoLaser e da Estudioface, sendo que o percentual médio de aumento no preço médio por pacote

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

e demais taxas referentes a serviços prestados aos clientes é historicamente alinhado aos principais índices de inflação do setor.

- Alteração do volume de procedimentos realizados

A Diretoria entende que o aumento no volume de procedimentos realizados também é um fator que influencia as receitas da Companhia, por exemplo, de 2017 para 2018, a quantidade de procedimentos aumentou de 4,2 milhões para 7,2 milhões, um aumento de 72,6% e de 2018 para 2019, a quantidade de procedimentos aumentou de 7,2 milhões para 10,4 milhões, o que representa um aumento de 43,4%. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, a quantidade de procedimentos totalizou 5,7 milhões, queda de 23,5% comparado ao mesmo período de 2019, refletindo o impacto da pandemia da COVID-19, que resultou no fechamento de nossas unidades durante certos períodos.

- Novos produtos e serviços

Além disso, a Companhia expandiu sua oferta de serviços e mercados de atuação, com destaque para o lançamento da Estudioface, sua marca de tratamentos estéticos faciais com o uso de tecnologias inovadoras em 2018, atualmente com 10 lojas (sendo 4 destas abertas em 2019 e 4 em 2020). Em 2018, a receita referente ao segmento de estética facial atingiu R\$2,8 milhões, passando para R\$3,9 milhões em 2019 e R\$ 1,4 milhão em 30 de setembro de 2020.

(c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante

A Diretoria da Companhia informa que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são impactados por fatores diversos, como: (i) inflação; (ii) câmbio (e consequentemente os preços dos seus principais insumos); (iii) desenvolvimento macroeconômico brasileiro (incluindo nível de desemprego).

	30/09/2020	2019	2018	2017
Crescimento do PIB (em %) ⁽¹⁾	N/A	1,1	1,3	1,3
Inflação (IGP-M) (em %) ⁽²⁾	17,9	7,3	7,5	-0,5
Inflação (IPCA) (em %) ⁽³⁾	3,1	4,3	3,7	2,9
CDI (em %) ⁽⁴⁾	3,5	6,0	6,5	10,2
TJLP (em %) ⁽⁵⁾	4,9	6,2	6,7	7,1
Taxa SELIC (em %)	2,0	4,5	6,5	7,0
Valorização (desvalorização) do real perante o dólar (em %)	-39,9	-4,0	-17,1	-1,5
Taxa de câmbio (fechamento) – R\$ por US\$ 1,00	5,6	4,0	3,9	3,3

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e Economática

(1) Fonte: Banco Central

(2) Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A inflação (IGP-M) é um Índice Geral de Preços – Mercado, medido pela FGV.

(3) Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017. A inflação (IPCA) é um Índice de Preços ao Consumidor – Amplo, medido pela IBGE.

(4) Acumulado nos períodos de doze meses encerrados em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, e anualizado. O certificado de depósito interbancário, ou CDI, é a taxa média dos depósitos interbancários no Brasil (ao fim de cada período e ano).

(5) Taxa de juros de longo prazo exigida pelo BNDES para financiamentos de longo prazo (dados do fim dos períodos).

- Inflação

Os Diretores da Companhia entendem que a inflação pode impactar os resultados da Companhia, já que influencia seus custos e despesas operacionais, ambos normalmente corrigidos por índices que refletem a oscilações inflacionárias, geralmente indexados ao IGP-M ou IPCA. Da mesma forma, os custos da Companhia e despesas sofrem efeitos da inflação, principalmente em relação à folha, que representam a maior parte dos nossos custos e despesas, e anualmente são reajustados, além de contratos de aluguel, que são corrigidos por índices de inflação ou de mercado (como o CDI). Adicionalmente, cabe ressaltar que um aumento significativo na inflação pode reduzir o poder de consumo dos clientes da Companhia e, consequentemente, sua capacidade de contratação de seus

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

serviços. Não obstante, cabe ressaltar que historicamente a Companhia reajustou os preços médios de seus pacotes e demais taxas acima da inflação, e que os custos e despesas não sofreram alterações significativas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 que pudessem impactar materialmente os resultados da Companhia.

- **Câmbio/Preço dos principais insumos da Companhia**

O equipamento de depilação a laser utilizado em todas as unidades da Companhia é produzido pela Candela nos Estados Unidos, sendo importado através da Skintec, que é o distribuidor exclusivo da Candela no Brasil, com seu preço atrelado ao dólar. Tendo em vista que a aquisição das máquinas de depilação a laser representa 69% do investimento de instalação das unidades da Companhia, a desvalorização cambial do real frente ao dólar e a volatilidade do Real podem aumentar o custo de aquisição das máquinas de depilação a laser pela Companhia. Adicionalmente, o consumível das sessões de depilação a laser, criogênio, que atua para resfriar a pele e proporcionar uma experiência mais indolor, também é precificado em dólar, e, portanto, uma desvalorização do real frente ao dólar pode elevar os custos e afetar os resultados. Não obstante, cabe destacar que o criogênio não é muito representativo na estrutura de custos da operação, de modo que o câmbio não produziu impactos relevantes no custo com esse insumo no período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2020 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017.

- **Ambiente Macroeconômico no Brasil**

Considerando que aproximadamente 60% dos clientes da Companhia são das classes C e D, uma piora no ambiente macroeconômico pode afetar negativamente seus resultados, pois pode reduzir o poder e propensão de compra de seus clientes. Uma forma de avaliar o ambiente macroeconômico é por meio do nível de desemprego, que encerrou o período findo em 30 de setembro de 2020 em 14,4%, impactando 14 milhões de brasileiros.

- **Taxa de Juros**

A maior parcela da dívida da Companhia está sujeita à taxa de juros flutuantes expressa em reais cujo principal indexador é o CDI. Não obstante, cabe ressaltar que em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, o índice de dívida (caixa) líquida (calculado como a soma de Empréstimos, Financiamentos, Debêntures Circulantes e Não Circulantes menos o Caixa e equivalente de caixa do período dividido pelo EBITDA) era de 0,9x, 0,9x e -0,1x, respectivamente. Em 30 de setembro de 2020, a relação dívida (caixa) líquida / EBITDA dos últimos 12 meses ficou temporariamente acima desse patamar (4,6x) devido aos impactos da COVID-19 em nossa operação, conforme já descrito anteriormente.

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores da Companhia informam que não houve no último exercício social, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia.

(b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedade de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 15.7 deste Formulário de Referência. Os efeitos das aquisições realizadas pela Companhia encontram-se descritos no item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

(c) eventos ou operações não usuais

Em 1 de outubro de 2020, a Companhia, por meio de sua controlada Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. (“**Corpóreos**”), celebrou nove memorandos de entendimento tendo por objeto estabelecer os termos e condições de mecanismos de opções de compra da totalidade das participações societárias das sociedades franqueadas, detentoras de 60 lojas localizadas em todo o território nacional. As opções de compra poderão ser exercidas pela Corpóreos a qualquer momento a partir de 01 de janeiro de 2021, a seu exclusivo critério, em até 18 meses contados da data de assinatura dos memorandos. A Corpóreos já manifestou sua intenção de exercer a totalidade das opções após a data de início do exercício. Cada memorando prevê exclusividade da Corpóreos pelo período de 18 meses. O preço de exercício de cada opção de compra considerará um fator de multiplicação de cinco vezes o EBITDA dos últimos 12 meses das lojas sendo adquiridas, este sendo contratualmente calculado como 35,0% da receita líquida exclusivamente para fins do cálculo do valor da opção do instrumento, deduzido da Dívida Líquida de cada sociedade. A Companhia ressalta que, em relação a aquisição de sociedades franqueadas ainda não há uma posição definida sobre essas potenciais transações, nem quanto tempo as negociações junto a tais sociedades levarão para ser concluídas, não tendo sido celebrado qualquer contrato definitivo para efetivar referidas aquisições.

Além disso, em 17 de outubro de 2020, a Companhia, também por meio da Corpóreos, celebrou um aditamento a um contrato de investimento celebrado com a EL Bahia, constituída por um grupo de franqueados que possui 18 lojas localizadas nos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Referido aditamento prevê a outorga de uma opção de compra sobre as ações ordinárias representativas de 100% do capital social total e votante da sociedade franqueada (detentora da totalidade do capital social das demais sociedades do grupo de franqueados), a qual poderá ser exercida caso seja aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia ou de sua controlada, a realização de um processo de oferta IPO, no prazo de 3 meses contados da liquidação do IPO. O preço de exercício, sujeito a ajuste, considera: (i) Valor da Firma, ajustado pela variação do CDI, menos a Dívida Líquida estimada; (ii) valor adicional calculado com base no CAPEX desembolsado pelos vendedores em duas das sociedades do grupo entre 25 de setembro de 2019 e a data de exercício, reajustado pela variação positiva do CDI; e (iii) valor do EBITDA dos últimos 12 meses, considerando as últimas demonstrações financeiras auditadas disponíveis, o múltiplo a ser definido nos termos do contrato e a Dívida Líquida estimada.

Considerando tais premissas de precificação de referidas aquisições bem como premissas de rentabilidade observadas em lojas próprias, a Companhia estima o montante total de R\$250 milhões para a aquisição das participações de sociedades franqueadas descritas acima, incluindo a EL Bahia. A Companhia utilizará parte dos recursos de sua potencial oferta pública inicial de distribuição de ações para arcar com a integralidade de tais aquisições.

Para maiores detalhes sobre as aquisições societárias em referência, bem como os termos e condições do exercício das opções de compra de ações, veja os itens 3.9 e 15.7 deste Formulário de Referência.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Conforme demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, nota explicativa 2.2, a Companhia efetuou uma mudança de prática contábil referente ao reconhecimento dos *royalties*, através da mensuração e reconhecimento dos saldos, sendo assim descrita:

Até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas mensuravam as despesas de *royalties* devidos à parte relacionada EL Franchising com base no recebimento de caixa. Por esse critério, tanto as despesas dos *royalties* quanto a receita, eram contabilizados no momento de recebimento dos valores pagos pelos clientes.

Em 2019, a administração revisou esse critério, e alterou a contabilização para o momento da venda do pacote de serviços. Pelo novo critério, tanto as receitas quanto as despesas de *royalties* são mensuradas e reconhecidas com base nos valores e no momento que as vendas são efetuadas pela Companhia e suas controladas, independentemente do momento de recebimento dos valores devidos pelos clientes. A administração entende que o novo critério está mais alinhado ao que está previsto contratualmente com a franqueadora.

Na controladora, o efeito desta mudança afetou somente os saldos de investimentos, visto que somente as controladas efetuam pagamentos de *royalties* e a EL Franchising reconhece a receita desses *royalties* das franquias.

Segregação de contas a pagar de royalties, classificação no resultado do exercício, eliminação e outros efeitos

Até o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, tanto os *royalties* a pagar para a parte relacionada EL Franchising quando o contas a receber que essa empresa possui com as demais partes relacionadas, estavam apresentados dentro do grupo de outras contas a pagar e contas a receber respectivamente, e a despesa era reconhecida dentro do grupo de despesas administrativas. Em função da revisão do critério mencionado no item acima, a administração decidiu reclassificar os montantes a pagar e a receber para uma linha específica no balanço patrimonial no passivo circulante denominada contas a pagar a partes relacionadas e contas a receber partes relacionadas, bem como reclassificou essas despesas para o grupo de despesas com vendas e efetuou a eliminação no resultado do consolidado as valores de transações entre partes relacionadas. Dada a mensuração dos valores de *royalties* houve alteração o patrimônio líquido da controladora pelo aumento de participação em determinadas controladas ocorrido em 2018. Além disso em função da receita e despesa ser entre partes relacionadas, a administração passou a fazer a eliminação desse saldo no demonstrativo de resultado do exercício consolidado e no balanço patrimonial, visando reconhecer os eventos da mesma natureza na mesma linha.

CPC 06(R2) / IFRS 16

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2) IFRS 16 - Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma são descritos a seguir.

O CPC 06 (R2) IFRS 16 se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor; e
- Resumo das principais políticas contábeis.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) IFRS 16 está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma e, portanto, o CPC 06 (R2) IFRS 16 não apresenta impacto em arrendamentos nos quais a Companhia seja arrendadora.

Efeitos de transição

A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada, a qual não exige a reapresentação dos valores correspondentes, e possibilita a adoção de expedientes práticos. Portanto, a informação comparativa apresentada para 2018 não foi reapresentada, ou seja, é apresentada conforme anteriormente reportado de acordo com o CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas.

Na transição, para arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais segundo o CPC 06(R2), os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, acrescidos dos pagamentos antecipados ou deduzidos dos incentivos recebidos dos arrendadores.

A Companhia optou por utilizar o expediente prático de transição e não reconheceu os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (que tenha valor de até R\$5 mil), bem como com prazos de arrendamento inferiores a 12 meses. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Adicionalmente, a Companhia não considerou custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial. O impacto nos balanços patrimoniais individual e consolidado na data de adoção inicial de 1º de janeiro de 2019 foram como segue:

	Consolidado
Ativo	
Ativos de direito de uso – imóveis	65.172
Passivo	
Valor a pagar de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019	70.155
(-) Ajuste a valor presente	(4.983)
	65.172
Impacto no patrimônio líquido	-

Antes da adoção do CPC 06 (R2) IFRS 16, a Companhia e suas controladas já estimavam e contabilizavam a provisão para desmantelamento das lojas para devolução do imóvel ao final dos contratos. Até 31 de dezembro de 2018, a contrapartida dessa provisão era registrada em uma conta separada do ativo imobilizado. Com a introdução do CPC 06 (R2) IFRS 16, esse ativo foi reclassificado de imobilizado para ativo por direito de uso em 1º de janeiro de 2019.

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. A receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas e interpretações relacionadas.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

(i) Classificação e mensuração de Ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve efeito nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Conforme o CPC 48 / IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 / IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um instrumento patrimonial a escolha é feita investimento por investimento. Se mantido para negociação será mensurado como VJR, ou, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

- Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do Resultado (VJR). O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, possíveis ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Ativos financeiros mensurados ao VJORA (ver nota explicativa 29): Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). No desconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

(b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos elementos de controle, sendo eles: (i) o acordo contratual com outros detentores de voto da investida; (ii) direitos originados de acordos contratuais; e (iii) os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle.

Ativos, passivos e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada diretamente no patrimônio líquido.

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido.

Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a elas).

Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido.

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes controladas:

Controladas	% Participação			
	30 de setembro de 2020		31 de dezembro de 2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
At Corp Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Limeira Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Santa Úrsula Serviços Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

Lasercorp Serv. Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda	-	50,00%	-	50,00%
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda	-	40,00%	-	40,00%
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Laser Rio El Serviços Terapêuticos Ltda.	-	100,00%	-	99,00%
EL Participações S.A.	-	52,50%	-	51,00%
Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
UI - Serviços Estéticos Eireli	-	51,00%	-	51,00%
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Lagos Laser Serviços Terapêuticos Ltda	-	51,00%	-	51,00%
El Rio Serviços De Depilação Estética Ltda	-	52,50%	-	51,00%
Cuiaba Laser Serviços Terapêuticos Ltda	-	100,00%	-	99,00%
Drbm Serviços Estéticos Ltda	-	100,00%	-	100,00%
Jacarei Serv. Estéticos Eireli	-	51,00%	-	-
Gbm Servicos De Estética Ltda	-	51,00%	-	-
El Pedra Selada Servicos De Estética Ltda	-	51,00%	-	-
M3 Servicos Estéticos Ltda	-	51,00%	-	-
Mmc Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
Mm Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
Mpac Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
Mgm Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
Mg Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
M5 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
M2 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
M4 Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
Mt Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
Mtg Corp Serviços Estéticos Ltda	-	51,01%	-	-
Dyel Cuiabá Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	-
Dyel Porto Velho Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	-
Dyel Várzea Grande Clínicas De Estética Ltda	-	100,00%	-	-
Aclo Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	-
Vila Velha Laser Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	-
Alexandrite Estética E Laser S.A.	-	51,00%	-	-
Verano Depilação S.A.	-	51,00%	-	-
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	51,00%	-
TJTM Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	51,00%	-
A Lisa Depilação A Laser S.A.	-	51,00%	51,00%	-
Nine Members Laser - Servicos Estéticos Sa	-	51,00%	-	-
YAM Participações Ltda	-	-	99,99%	-
PIM Serviços Administrativos Ltda	99,99%	-	99,99%	-
EL Franchising Ltda	99,99%	-	50,00%	50,00%
TL Franchising Ltda	99,99%	-	50,00%	50,00%
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	83,00%	17,00%	82,61%	17,39%
APL Participações Societárias S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Tew Estética Ltda	0,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Maфра Centro de Beleza Depilação Ltda	6,00%	51,00%	6,00%	51,00%
Leew Serviços Estéticos Ltda	0,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Clínica de Estética Fortaleza 01 Ltda	0,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Clínica de Estética Fortaleza 02 Ltda	0,00%	51,00%	0,00%	51,00%
Costa & Curvo Estética Ltda.	75,00%	-	51,00%	-
Riocorp Serviços Estéticos Ltda	50,00%	-	-	50,00%
YTP Participações Ltda	-	-	25,00%	75,00%

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

ELCommerce - Plataforma Digital Para Intermediação de Negócios Ltda. ^(*)	100,00%	-	-	100,00%
AUT Estética S.A.	51,00%	-	-	-
ES Laser Serviços Estéticos S.A.	51,00%	-	-	-
Abbruzzese & Moura Estética Ltda	-	51,00%	-	-
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda	75,00%	-	51,00%	-
(*) A entidade "MR Laser Ltda." teve sua razão social alterada para "EL Commerce - Plataforma Digital para Intermediação de Negócios Ltda." durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.				

CPC 06(R2) / IFRS 16

Na transição para o CPC 06 (R2)/ IFRS 16, a Companhia reconheceu ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos adicionais. O impacto na transição está resumido abaixo:

	<u>Consolidado</u>
Ativo	
Ativos de direito de uso – imóveis	65.172
Passivo	
Valor a pagar de arrendamento mercantil em 1º de janeiro de 2019	70.155
(-) Ajuste a valor presente	(4.983)
	65.172
Impacto no patrimônio líquido	-

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros

Com base na revisão realizada pela administração da Companhia, a matriz foi atualizada para incorporar os conceitos de perdas esperadas previstas no CPC 48 / IFRS 9, aumentando os percentuais de provisão sobre contas a receber a vencer e vencidos há menos de 241 dias e, dessa forma, aumentando os montantes de provisão. Como nosso contas a receber é inicialmente reconhecido tendo como contrapartida a conta de receitas diferidas, o ajuste na provisão para perdas de recebíveis teve parte de seu montante reconhecido contra essa conta (reduzindo o passivo circulante) e parte reconhecida no resultado do exercício, relativo às parcelas das receitas cuja obrigação de desempenho foi cumprida. Os ajustes efetuados em cada exercício são como segue:

	<u>Aumento (Diminuição)</u>		
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Provisão para créditos esperada	39.538	24.607	8.343
Receita diferida	(24.607)	(10.044)	(3.634)
Despesas com vendas	8.343	14.564	4.709

CPC 47 / IFRS 15 Receita de contrato com cliente

A Companhia avaliou os impactos e não foi identificado valores materiais para ajuste na adoção inicial.

(c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os relatórios dos auditores independentes sobre as informações contábeis intermediárias referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017 não contêm ressalvas.

Após a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019, 2018 e 2017, a administração da Companhia identificou determinados ajustes e reclassificações que afetam os balanços patrimoniais, demonstrações dos resultados e demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos naquelas datas. Conseqüentemente, a Companhia reapresentou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas compreendendo esses exercícios.

Os ajustes e reclassificações identificadas pela Companhia são as seguintes: (i) ajustes de reconciliação entre os saldos contábeis de caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos a

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

forneecedores, outros ativos, imobilizado e receita de vendas e seus respectivos relatórios analíticos auxiliares; (ii) revisão da prática contábil adotada para constituição de provisões para perdas de créditos esperadas envolvendo o contas a receber dos clientes; (iii) ajustes gerados pela adequação da metodologia de cálculo dos ganhos e perdas pela marcação a valor justo dos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas; (iv) reclassificações efetuadas em compensação de saldos ativos e passivos no qual há o direito contratual de liquidação pelo valor líquido, bem como para melhor apresentação e comparabilidade; (v) efeitos tributários identificados em decorrência da reconciliação das memórias de cálculos dos impostos, bem como, devido aos efeitos fiscais sobre os ajustes identificados na reapresentação; (vi) atualização dos saldos pelos índices de atualização monetária previstos contratualmente; (vii) complemento de provisão para demandas judiciais com base no suporte de advogados externos; (viii) efeito dos ajustes de reapresentação efetuados nas controladas no resultado de equivalência patrimonial; (ix) registro do valor justo das opções de compra e opções de compra e venda de participação de não controladores na data de combinação de negócios; e (x) outras reclassificações para melhor comparabilidade dos fluxos de caixa entre os exercícios conforme a natureza das movimentações.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

Para elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem, portanto, diversas estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões necessárias para passivos contingentes, por exemplo. Para as demonstrações financeiras intermediárias, as políticas contábeis e julgamentos críticos são aplicados de forma consistente com os divulgados nas demonstrações financeiras anuais. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. As estimativas consideradas pela Administração como mais críticas, podendo trazer efeitos significativos nos saldos contábeis, estão descritas a seguir:

Estimativas e Julgamentos Críticos

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo líquido das despesas de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos as despesas de venda. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia tem procedimentos para assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por valores superiores àqueles que possam ser recuperados no tempo por uso das operações da entidade ou em sua eventual venda, de acordo ao CPC 01 Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Nas datas-base de divulgação das demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas possuem como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior. Os critérios de cálculo para uma eventual redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e de ativos intangíveis são discutidos em detalhes nas notas explicativas da Companhia 2 e 9.

(a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

Os itens do imobilizado e do ativo intangível com prazo de vida útil definida que apresentam indicadores de perda de seu valor recuperável, com base em fatores financeiros e econômicos e considerando o prazo de maturação dos investimentos, têm seus valores contábeis anualmente revisados, por meio de estudo detalhado para cada unidade geradora de caixa pelo cálculo do fluxo de caixa futuro descontado e pela utilização de taxa para desconto a valor presente, para assegurar que eventual provisão para perdas do valor contábil seja registrada no resultado do exercício analisado.

(b) Redução ao valor recuperável do ágio

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de combinações de negócios foi alocado às unidades geradoras de caixa, que são agrupadas nos segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: laser e franquias. O segmento de estética facial não possui ágio atribuído.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros. As projeções dos fluxos de caixa realizadas para os períodos de avaliação, tais como crescimento de vendas, custos, despesas, investimentos fixos e em capital de giro são baseadas em orçamento anual aprovado pela Administração. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12.1%, e os fluxos de caixa que excedem o período de cinco anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 3,5%. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

Provisão para perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por região geográfica, tipo de serviço prestado ou tipo de cliente e risco de crédito, entre outras).

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia e controladas. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de encerramento do exercício, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas.

A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

Para determinar o montante com provisão para créditos de liquidação duvidosa que deve ser registrada nas demonstrações contábeis consolidadas do resultado para um determinado crédito ou para uma determinada classe de créditos, a Companhia e suas controladas exercem seus julgamentos quanto à existência de dados observáveis indicando um evento de perda. Dados observáveis que indicam que houve uma mudança adversa em relação aos fluxos de caixas recebidos e esperados da contraparte ou a existência de uma mudança nas condições e fatores econômicos que se correlacionem com as perdas por valor recuperável. A Companhia utiliza estimativas baseadas em experiência histórica de perdas para operações com características semelhantes e evidência objetiva de deterioração. A metodologia utilizada para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 através do expediente prático previsto no CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, para a utilização de uma matriz de provisão baseada na experiência histórica de perdas com inadimplência de seus clientes, a Norma estabeleceu a possibilidade de utilização de uma abordagem simplificada. O expediente prático permite a construção de uma matriz de provisão modelada com base no histórico de perdas da Companhia e suas controladas e baseado neste estudo a Companhia atualizou os montantes a serem provisionados na conta Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), com base na perda histórica conhecida de sua carteira, onde já é provisionada uma perda mesmo sobre o contas a receber a vencer, ou seja, não se espera mais o contas a receber ficar vencido para se provisionar tardiamente a perda adequando-se aos aspectos da norma.

Um exemplo de expediente prático é o cálculo das perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes, utilizando uma matriz de provisões. A entidade deve usar sua experiência de perda de crédito histórica para contas a receber de clientes para estimar as perdas de crédito esperadas para 12 meses ou as perdas de crédito esperadas no ativo financeiro conforme pertinente.

Estão incorporados os conceitos de perdas esperadas previstas no CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros, aumentando os percentuais de provisão sobre contas a receber a vencer e vencidos há menos de 241 dias e, dessa forma, aumentando os montantes de provisão. Como a rubrica de contas a receber da Companhia é inicialmente reconhecida tendo como contrapartida a conta de receitas

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

diferidas, o ajuste na provisão para perdas de recebíveis teve parte de seu montante reconhecido contra essa conta (reduzindo o passivo circulante) e parte reconhecida no resultado do exercício, relativo às parcelas das receitas cuja obrigação de desempenho foi cumprida.

Impostos

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

A administração da Companhia avalia periodicamente, com base na expectativa de lucros futuros, a possibilidade de absorção dos prejuízos acumulados. Com base em tal avaliação é definido o parâmetro e horizonte de amortização dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferido existente, bem como a constituição dos créditos de impostos diferidos.

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Além disso, a Companhia aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras consolidadas à luz dos requerimentos do ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro.

Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas, quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. As contingências são avaliadas com base na melhor estimativa da Administração e revisadas periodicamente com seus assessores legais externos. Considerando a probabilidade dos recursos financeiros que possam ser exigidos para liquidar as obrigações e que tais montantes possam ser estimados com segurança de acordo ao CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com o objetivo que sejam aplicados os devidos reconhecimentos através de critérios e bases de mensuração aplicáveis, apesar de incertezas inerentes aos prazos e valores, os riscos e incertezas que inevitavelmente existem em torno de muitos eventos e circunstâncias devem ser levados em consideração para se alcançar a melhor estimativa da provisão.

Adicionalmente a Companhia efetua o processo de circularização de seus advogados a fim de revisar periodicamente eventuais possíveis alterações nas circunstâncias.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

As provisões para demandas judiciais com base nos suportes externos dos assessores legais podem ser encontradas nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2019 na Nota 14 – Provisões para demandas judiciais.

Ativo imobilizado e intangível

Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação.

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Se necessário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Arrendamento de direito de uso

A norma IFRS16/CPC 06 (R2) exige o reconhecimento de um ativo (o direito de usar o item arrendado) e um passivo financeiro relativo aos de alugueis futuros descontados a valor presente para praticamente todos os contratos de arrendamento.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

A Administração optou em aplicar as duas isenções de reconhecimento propostas pela norma nos seguintes contratos: (i) locações de bens de curto prazo (inferior ou igual a doze meses); e (ii) arrendamentos de propriedade relacionados a ativos de baixo valor ou com valores variáveis.

Aluguéis não incluídos na avaliação inicial do passivo (por exemplo, aluguéis variáveis) são classificados como despesas operacionais, assim como os encargos relacionados a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor ou com valores variáveis.

A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

Vários contratos de arrendamento nos quais a Companhia é arrendatária incluem opções de renovação e rescisão. A Administração aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Mudanças ou reavaliações do prazo de arrendamento podem afetar significativamente os saldos remanescentes de ativo por direito de uso e passivos de arrendamentos.

A Companhia não possui informações disponíveis para determinar prontamente a taxa de juros implícita nos contratos de arrendamentos e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos do grupo da Companhia (como o rating de crédito, spreads históricos em relação ao CDI negociados com instituições financeiras, por exemplo).

Reconhecimento de receita

Para a realização dos serviços, a Companhia celebra contrato com o cliente, no qual são descritos os serviços a serem prestados, formas e condições de pagamento, bem como as cláusulas restritivas e cláusulas atreladas à rescisão do contrato. Os valores atrelados às prestações de serviços são informados ao cliente e mencionados no contrato celebrado entre as partes, sendo que os valores variam de acordo com a opção de tratamento do cliente e conforme as condições de pagamento.

90% do valor do contrato correspondente até a 6ª sessão do cliente. Contabilizamos os 10% remanescentes do contrato, mais 04 sessões remanescentes do cliente, completando as 10 sessões mencionadas no contrato do cliente, sendo 5 destas sessões de tratamento e 5 sessões de manutenção. O contrato de serviço tem seu reconhecimento em 11 meses, contemplando 10 sessões, sendo que 5 sessões são consideradas tratamento e as outras 5 são de manutenção.

Conforme IFRS 15/CPC 47, o método de performance proporcional é geralmente aplicado em contratos de serviços que requerem a realização de mais de um ato de serviço. De acordo com este método, a receita é reconhecida com base no método de performance conforme cada ato é realizado. Os fatos e circunstâncias de cada situação devem ser avaliados para determinar o critério de performance. Em determinados contratos, pode ser difícil para a entidade determinar o método de performance. Uma entidade não deve determinar automaticamente o método proporcional em etapas equivalentes quando da aplicação do método de performance proporcional. Ao invés disso, deve primeiro avaliar se medidas com base em esforço existem e se são mais apropriadas para reconhecimento de receitas. Se o contrato requer a realização de um número específico de

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

atividades similares, então a receita deve ser reconhecida em montantes iguais conforme cada atividade for concluída (entendemos que esta situação se aplica à Corpóreos, onde a entidade adota o procedimento de reconhecer receita de forma sistemática durante o período de prestação do serviço).

Conforme CPC 47.31, a Companhia deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.

Conforme CPC 47.35, a Companhia transfere o controle do bem ou serviço ao longo do tempo e, portanto, satisfaz à obrigação de desempenho e reconhece receitas ao longo do tempo, se um dos critérios a seguir for atendido: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho (ver itens B3 e B4); (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado (ver item B5); ou (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade (ver item 36) e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Dessa forma, concluímos pela razoabilidade do procedimento de reconhecimento de receitas adotados pela Companhia que estes estão à luz do IFRS 15.

Combinação de negócios

A Companhia baseia-se no CPC 15 (Combinação de Negócios), pelo qual foram estabelecidos princípios e exigências da forma como a mesma: (a) reconhece e mensura, em suas demonstrações contábeis, os ativos identificáveis adquiridos, os passivos assumidos e as participações societárias de não controladores na adquirida; (b) reconhece e mensura o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa; e (c) determina as informações que devem ser divulgadas para possibilitar que os usuários das demonstrações contábeis avaliem a natureza e os efeitos financeiros da combinação de negócios.

A Companhia utiliza o método de aquisição e para a contraprestação transferida a mesma é avaliada com base no valor justo na data de aquisição. A Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos classificando-os e alocando-os de acordo aos termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A data em que a Companhia, como adquirente, obtém o controle da adquirida geralmente é a data em que o adquirente legalmente transfere a contraprestação pelo controle da adquirida e também adquire os ativos e assume os passivos da adquirida, considerando como data de fechamento do negócio. A partir da data de aquisição a Companhia reconhece o ágio por rentabilidade futura. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos.

A Companhia está utilizando o período de mensuração previsto no CPC 15 (R1)/IFRS 3 Combinação de Negócios para revisão dos cálculos do valor justo e confirmação do ganho por compra vantajosa.

Recuperabilidade do ágio por rentabilidade futura.

Conforme requerimento do CPC 15 (Combinação de Negócios) e CPC 01 (Redução ao Valor Recuperável de Ativos), a Companhia anualmente calcula o valor recuperável das unidades geradoras de caixa e avalia se o resultado auferido é superior ao valor contábil, incluindo o ágio por rentabilidade futura relacionado à unidade geradora de caixa.

Nesta avaliação, Companhia utiliza premissas equivalentes às utilizadas durante o processo de alocação do preço de compra realizado na combinação de negócios atualizadas para refletir a realidade da Companhia no momento da avaliação.

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)

(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(iv) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

(b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não há outros itens não evidenciados nas informações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

10.7 - Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) natureza e o montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas informações contábeis intermediárias relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020 e nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao último exercício social.

10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

(a) investimentos

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores informam que, no exercício social de 2020, a Companhia pretende incorrer em investimentos no montante aproximado de R\$45,0 milhões. Este investimento será destinado para (i) abertura orgânica de 40 unidades da EspaçoLaser; (ii) aumento de participação em joint-ventures específicas; (iii) aquisição de 4 franquias no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Santa Catarina; e (iv) investimentos na sua estrutura corporativa.

Para os próximos anos, a Companhia irá expandir suas operações em quatro principais frentes:

- Crescimento orgânico, com o aumento das áreas depiladas por clientes atuais e abertura de lojas próprias e franquias no Brasil;
- Crescimento inorgânico, com a compra de franquias, internalizando o valor;
- Expansão das operações na América Latina, impulsionadas pela experiência positiva das operações da Definit na Argentina, através de crescimento orgânico e inorgânico; e
- Expansão dos serviços oferecidos, incluindo pela Estudioface, e produtos vendidos, nos consolidando com um hub no mercado de estética no Brasil.

A Companhia pretende utilizar os recursos líquidos provenientes da oferta pública inicial de distribuição de ações (“Oferta”) Primária da seguinte forma:

- (a) Aproximadamente 79% do volume captado para aquisição de participação societária remanescente em sociedades controladas da Companhia, mediante o exercício das opções de compra de ações que possui em relação à tais sociedades após a Oferta, conforme detalhado no item 15.7 deste Formulário de Referência; e

Aproximadamente 21% do volume captado para aquisição de dez sociedades franqueadas da Companhia, as quais possuem um total de 78 franquias, sobre as quais a Companhia já celebrou memorandos de entendimento vinculantes com a finalidade de estabelecer os termos e condições de mecanismos de opções de compra da totalidade das participações societárias de tais sociedades franqueadas, conforme detalhado no item 15.7 deste Formulário de Referência. A efetiva aplicação dos recursos captados por meio da Oferta Primária depende de diversos fatores que a Companhia não pode garantir que virão a se concretizar, dentre os quais as condições de mercado então vigentes, e se baseia em suas análises, estimativas e perspectivas atuais sobre eventos futuros e tendências. Alterações nesses e em outros fatores podem obrigar a Companhia a rever a destinação dos recursos líquidos da Oferta Primária quando de sua efetiva utilização. Enquanto os recursos líquidos decorrentes da Oferta Primária não forem efetivamente utilizados, no curso regular dos nossos negócios, eles poderão ser investidos em aplicações financeiras que acreditamos estar dentro de nossa política de investimento, visando à preservação do nosso capital e investimentos com perfil de alta liquidez.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia acredita que possui posição de Caixa e de geração de caixa suficientes para seus investimentos previstos. As fontes de financiamento para os investimentos futuros serão determinadas de acordo com a necessidade e condições de financiamento à época do investimento, podendo ser por meio da captação de novas dívidas estruturadas ou da emissão de novas ações, dependendo das condições da economia mundial e do mercado de capitais local ou internacional.

10.8 - Plano de Negócios

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há processos de desinvestimento relevante em andamento/previsto.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, tendo em vista que não houve a aquisição de quaisquer plantas, equipamentos ou outros ativos que possam influenciar de maneira significativa a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou pesquisas.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou pesquisas.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projetos em desenvolvimento.

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulgou projetos em desenvolvimento.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Impactos da COVID-19 nas operações da Companhia

Os impactos decorrentes da pandemia da COVID-19 são contínuos e, portanto, a Companhia avaliará a evolução dos efeitos da atual pandemia em suas receitas, ativos, resultados, negócios e perspectivas, incluindo qualquer possível alteração na capacidade da Companhia de continuar operando seus negócios. As análises serão realizadas em linha com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários, em 10 de março de 2020, que orienta os administradores e auditores independentes de companhias abertas a considerarem cuidadosamente os impactos da COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, em consonância com as normas contábeis aplicáveis.

A pandemia afetou as operações da Companhia, em especial no segundo trimestre de 2020, com o fechamento do comércio, principalmente dos shopping centers. A Companhia identificou ajustes que deveriam ser reconhecidos nas informações financeiras intermediárias do trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2020, e, por isso, a administração da Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade na qual incorporou às projeções anteriormente efetuadas os impactos financeiros já conhecidos no primeiro e segundo trimestre, tais como redução da receita, reduções de jornada previstas, como a redução proporcional de jornada de trabalho e de salário — de forma parcial ou na totalidade dos postos de trabalho da empresa por até 120 dias — uma das medidas criadas pela Medida Provisória 936, de 1º de abril de 2020 (“MP 936”) e posteriormente convertida na Lei 14.020, de 06 de julho de 2020, ocasionando reduções de folha de pagamento baseada em tais medidas anunciadas pelas autoridades federais. Como resultado dessa análise, o valor em uso dos ativos continua acima do valor contábil registrado.

A MP 936 criou Programa Emergencial de Manutenção de emprego e da Renda e representou uma das principais apostas do governo federal para conter os efeitos negativos do avanço da COVID-19 na economia brasileira.

Lojas de rua

As alterações estabelecidas pelo Decreto nº 10.329, de 28 de abril de 2020, também adaptaram a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”), os dispositivos já publicados em outra norma (o Decreto 10.282, de 20 março de 2020, que definiu como essenciais os serviços médicos e hospitalares, de segurança e diversas outras atividades). O STF, em resposta à Ação Direta de Inconstitucionalidade 6341, referendou no mês de abril uma medida cautelar preservando a atribuição de cada esfera de governo (federal, estadual e municipal) sobre serviços públicos e atividades essenciais.

A Companhia se enquadra como prestadora de serviços de fisioterapia e se encontra sujeita à fiscalização do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, criados pela Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975 de acordo aos devidos registros em órgãos competentes. Durante a pandemia os serviços de fisioterapia foram descritos como atividades essenciais e, dessa forma, não houve restrições sob o ponto de vista legislativo em continuarmos as operações de nossas unidades de negócio durante o período da pandemia. Todavia, durante determinados períodos da pandemia, a Companhia fechou suas lojas localizadas em shoppings (na medida em que os mesmos permanecerem fechados) e também algumas lojas de rua em virtude da baixa circulação de clientes conforme detalhado abaixo.

Em março de 2020, todas as lojas de rua da Companhia estavam fechadas, comparado a 54 e 68 lojas de rua abertas em abril e maio (de um total de 180), respectivamente, com a abertura e fechamento das lojas seguindo determinações locais.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Lojas em shoppings

Especificamente no Estado de São Paulo, os shoppings tiveram até dia 23 de março de 2020 para fechar as portas. O fechamento tinha previsão de durar até 30 de abril de 2020, segundo informava a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômica. De acordo com este cenário, a Companhia seguiu a determinação imposta pelo Governo e manteve fechadas as lojas de shoppings até os anúncios de reabertura dos mesmos, sendo 11 de junho de 2020, no caso da cidade de São Paulo.

O Ministério da Saúde publicou em 19 de junho de 2020 portaria com orientações para retomada de atividades no contexto da pandemia de COVID-19, contendo recomendações e outras medidas direcionadas à prevenção, controle e mitigação da transmissão da doença. Medidas restritivas, incluindo o distanciamento social, o uso de máscara, higienização, horários determinados para os estabelecimentos comerciais, além de outras importantes recomendações foram imediatamente implementadas pela Companhia. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia opera com cerca de 40% de todas suas lojas sem restrições de horário e aproximadamente 50% de suas lojas operando entre 70% e 100% do horário habitual, sendo que todas as demais lojas estão abertas, mas com horários mais restritos.

A Companhia está monitorando os desenvolvimentos relacionados à COVID-19 e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos e melhores práticas gerais de resposta a pandemia. Não há como prever quando as medidas de distanciamento social deixarão de ser necessárias, e, no entendimento da Companhia, o retorno às atividades administrativas nos escritórios, deverá acontecer de forma gradual, uma vez que tais medidas de distanciamento social sejam reduzidas e, gradualmente, se tornem inexistentes.

Principais Ações Tomadas

A seguir, apresentamos um resumo de nossas ações recentes e previstas em resposta à pandemia da COVID-19 e seus impactos em nossos negócios:

- fechamento temporário de lojas e escritórios administrativos, seguindo as recomendações governamentais e adotando uma política de *home office* para funcionários administrativos;
- intensificação de processos de higiene e limpeza nas unidades, que já eram rigorosos, com as seguintes medidas para qualquer procedimento: (i) álcool gel disponível no balcão e salas de procedimento para assepsia das mãos; (ii) higienização de maca com álcool 70% a cada troca de cliente e uso de lençóis descartáveis; (iii) todo profissional da saúde passa a usar máscaras, luvas e toucas descartáveis; (iv) obrigatoriedade de uso de máscaras por todos dentro das lojas, incluindo clientes; (v) óculos de proteção higienizados a cada paciente com papel interfolhado, evitando o contato direto com os olhos; e (vi) ponteiras de laser higienizadas seguindo as recomendações do fabricante e validadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- implementação de rígidos protocolos em nossas lojas de esterilização e higienização de todos os equipamentos, materiais e locais com maior frequência, implementamos sinalização de distanciamento, organização de filas para entrada nas lojas e divulgação de informações em nossas lojas e redes sociais, com o objetivo de manter distância segura entre os clientes e evitar aglomerações;
- identificação e afastamento dos funcionários no grupo de risco;
- negociações com fornecedores, de modo a repactuar valores ou prazos de pagamento, para equilibrar e conter os aumentos de despesas causados pela implantação de protocolos de segurança da pandemia da COVID-19;
- desenvolvimento acelerado de nosso e-commerce, para o qual houve expressivo crescimento da procura; e
- realização de pacotes promocionais de venda durante a pandemia da COVID-19 para serem utilizados pelos clientes após a normalização das lojas.

Para maiores informações das medidas adotadas pela Companhia em decorrência da pandemia da COVID-19, vide itens 4.1 e 7.1 deste Formulário de Referência.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas. Desta forma, a Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas a ela ou às suas atividades e às de suas controladas.

(a) objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(d) valores dos indicadores que são objeto da previsão

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

(a) informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(b) quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

(c) quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que a ele se reportam

Conselho de Administração

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração será composto por no mínimo sete membros e no máximo dez membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, para um mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, no mínimo, dois membros ou 20% dos membros do Conselho de Administração, o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, com base nos critérios e requisitos estabelecidos pelo Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização como conselheiro independente ser deliberada pela Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerado(s) como independente(s), enquanto houver acionista controlador, o(s) conselheiro(s) eleito(s) mediante as faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações.

Além de outras matérias previstas em lei e no estatuto social da Companhia, compete ao Conselho de Administração:

- eleger e destituir os membros da Diretoria e de suas subsidiárias e fixar-lhes as atribuições;
- fiscalizar, supervisionar, aconselhar e apoiar a Diretoria no cumprimento do objeto social da Companhia;
- convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações ou no estatuto social da Companhia;
- manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- estabelecer a orientação geral e o direcionamento estratégico dos negócios da Companhia e de suas sociedades controladas, aprovando diretrizes, políticas empresariais e objetivos básicos;
- aprovar o orçamento anual da Companhia e/ou de suas subsidiárias ("**Orçamento Anual**"), bem como qualquer modificação ou aditamento ao mesmo, sendo certo que, caso um Orçamento Anual não seja aprovado pelo Conselho de Administração por qualquer razão em um determinado exercício social, então o último Orçamento Anual será mantido e todos os números contidos em tal Orçamento Anual deverão ser aumentados de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("**IPCA**"), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE no exercício social imediatamente anterior;
- aprovar o plano de negócios da Companhia e/ou de suas subsidiárias ("**Plano de Negócios**") para os próximos cinco anos, conforme aplicável, bem como qualquer modificação ou aditamento ao mesmo, sendo certo que, caso um Plano de Negócios não seja aprovado pelo Conselho de Administração por qualquer razão em um determinado exercício social, então o último Plano de Negócios será mantido;
- deliberar sobre qualquer aquisição ou alienação de ativos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias (exceto por participações societárias em outras companhias), superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) por operação, exceto se estiver previsto no Orçamento Anual;
- aprovar a constituição de qualquer sociedade, bem como qualquer aquisição ou alienação de ações, quotas ou outros valores mobiliários que confirmam ao seu titular direito a participação societária, emitidas por qualquer entidade, associações e/ou joint ventures pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, exceto se estiver previsto no Orçamento Anual;
- deliberar sobre a celebração, aditamento substancial ou término de qualquer acordo de acionistas, acordo de associação ou qualquer acordo de voto similar, em conexão com a participação societária detida pela Companhia em outras entidades;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- aprovar qualquer despesa de capital pela Companhia e/ou suas subsidiárias superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) por transação ou em uma série de transações em um período subsequente de 12 (doze) meses, exceto se previsto no Orçamento Anual;
- aprovar resgate, recompra ou amortização de qualquer valor mobiliário de emissão das subsidiárias da Companhia;
- deliberar sobre a constituição de gravames sobre os valores mobiliários de emissão das subsidiárias detidos pela Companhia;
- aprovar qualquer forma de associação ou parceria da Companhia e/ou de suas subsidiárias com qualquer terceiro, incluindo *joint ventures*;
- aprovar a contratação de qualquer indivíduo, cuja remuneração anual e total, incluindo salário, bônus e outros benefícios, seja superior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por ano;
- nomear e destituir o auditor independente da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- deliberar sobre qualquer decisão ou escolha relevante com respeito a matérias tributária ou contábil, e modificação de qualquer método, prática, procedimento ou política relevante sobre contabilidade tributária, exceto se tal modificação seja obrigatória pela lei aplicável;
- celebrar quaisquer contratos que poderiam limitar ou restringir qualquer direito de propriedade intelectual da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- aprovar o ajuizamento de qualquer litígio ou celebrar acordo sobre qualquer litígio envolvendo valor acima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), em nome da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- declarar dividendos intermediários ou intercalares, observado o disposto em lei;
- autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados pelo estatuto social, fixando as condições de emissão, incluindo o preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para exercício) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da legislação vigente;
- autorizar a emissão pública ou privada de debêntures não conversíveis, notas promissórias e outros títulos e valores mobiliários não conversíveis em ações;
- aprovar o registro de qualquer das subsidiárias da Companhia como companhia aberta ou companhia com permissão para emitir qualquer tipo de valor mobiliário admitido a negociação no mercado de capitais, bem como de qualquer outra oferta pública de ações ou valores mobiliários de emissão de qualquer das subsidiárias da Companhia;
- outorgar opção de compra de ações a seus administradores, empregados e prestadores de serviços, assim como os administradores, empregados e prestadores de serviços de suas controladas e coligadas, sem direito de preferência para os atuais acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;
- autorizar a aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria ou cancelamento, ou posterior alienação, exceto nos casos expressamente previstos na regulamentação vigente;
- independentemente do valor envolvido e exceto se previsto no Orçamento Anual, a celebração ou término de, ou qualquer aditamento a, qualquer contrato envolvendo a marca “Espaçolaser”, fora do escopo normal dos negócios;
- cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas em lei e no estatuto social;
- definir e gerir o nível de exposição ao risco na condução dos negócios da Companhia.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, e que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) as alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado;
- cumprir as demais atribuições que lhe são fixadas em lei e no estatuto social; e
- definir e gerir o nível de exposição ao risco na condução dos negócios da Companhia.

Ainda, poderá o Conselho de Administração criar comitês executivos ou consultivos, permanentes ou não, para analisar e se manifestar sobre quaisquer assuntos, conforme determinado pelo Conselho de Administração, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições. Os membros de tais comitês, sejam ou não acionistas, deverão ter experiência específica nas áreas de competência dos seus respectivos comitês, e ser eleitos e ter eventual remuneração fixada pelo Conselho de Administração.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, enquanto órgão de assessoramento e apoio ao Conselho de Administração, terá as seguintes atribuições e responsabilidades:

- (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- (iv) acompanhar todas as etapas do processo de gerenciamento de exposições a riscos;
- (v) acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da área de Controles Internos da Companhia;
- (vi) avaliar, monitorar e recomendar a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia;
- (vii) possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamento e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;
- (viii) garantir a clareza e a aderência da Companhia à sua missão, visão, valores, diretrizes estratégicas, Código de Conduta Ética da Companhia, políticas internas, procedimentos e processos;
- (ix) checar e acompanhar operações com partes relacionadas, nos termos da Política de Transações com Partes Relacionadas da Companhia;
- (x) identificar conflitos de interesses;
- (xi) identificar oportunidades e de melhoria contínua;
- (xii) coordenar e monitorar o canal de denúncias da Companhia, garantindo o bom funcionamento com independência, sigilo, confidencialidade e livre de retaliações;
- (xiii) investigar e monitorar eventos que coloquem em risco os controles internos ou o *compliance* da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

- (xiv) garantir a grade de treinamento e capacitação de pessoal, habilitando-os na capacidade de identificar, antecipar, mensurar, monitorar e, se for o caso, mitigar riscos;
- (xv) garantir que a estrutura esteja dimensionada para cumprir o papel de uma boa governança corporativa;
- (xvi) zelar pelos interesses da Companhia no âmbito de suas atribuições;
- (xvii) apreciar os relatórios emitidos por órgãos reguladores sobre a Companhia, naquilo que possam impactar a percepção sobre as matérias de sua competência;
- (xviii) proceder, anualmente, à auto avaliação de suas atividades e identificar possibilidades de melhorias na forma de sua atuação; e
- (xix) anualmente elaborar, para divulgação pela Companhia, relatório resumido do órgão contemplando as reuniões realizadas e os principais assuntos discutidos, e destacando as recomendações feitas pelo Comitê de Auditoria ao Conselho de Administração.

(i) regimento interno próprio

O Conselho de Administração é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2020, e estabelece as regras gerais relativas ao seu funcionamento, estrutura, organização, atribuições e responsabilidades.

O Comitê de Auditoria é regido por regimento interno próprio, o qual foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2020.

Os regimentos internos do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria podem ser acessados nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo; e (ii) internet: *website* da Companhia (ri.espacolaser.com.br).

(ii) comitê de auditoria estatutário

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

(iii) avaliação do trabalho da auditoria independente pelo conselho de administração

O Conselho de Administração da Companhia se reúne anualmente com a auditoria independente e o setor de controladoria para avaliar o trabalho da auditoria independente, bem como para discutir eventuais mudanças necessárias e delinear os planos que precisam ser adotados pela Companhia.

(b) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) membros e no máximo 9 membros, acionistas ou não, residentes no país, todos eleitos pelo Conselho de Administração e por ele destituíveis a qualquer tempo, permitida a reeleição, sendo composta pelos seguintes cargos: 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, 1 (um) Diretor Financeiro e os demais serão Diretores sem designação específica, eleitos para um mandato unificado de 2 (dois) anos.

Como regra geral e ressalvadas determinadas exceções descritas em seu estatuto social, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por: (a) dois membros da Diretoria; ou (b) um membro da Diretoria e um procurador com poderes específicos.

Compete à Diretoria, observadas as disposições do estatuto social da Companhia, especialmente as competências específicas descritas no estatuto social, a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou pelo disposto no estatuto social seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo,

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

observadas as disposições no estatuto social quanto à forma de representação, à alçada para a prática de determinados atos, e a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo (i) deliberar sobre e aprovar a aplicação de recursos; (ii) transigir, renunciar, ceder direitos; confessar dívidas; (iii) fazer acordos; (iv) firmar compromissos; (v) contrair obrigações; (vi) celebrar contratos; (vii) adquirir, transferir e onerar bens móveis e imóveis da Companhia; (viii) prestar caução, avais e fianças; (ix) emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral; assim como (x) abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições e limites da lei, bem como aquelas estabelecidas no estatuto social da Companhia.

Compete ao Diretor Presidente: a busca do crescimento, a gestão estratégica da Companhia e de suas controladas, a condução geral dos negócios, a efetivação de novos negócios, a representação institucional, o planejamento estratégico, a promoção de políticas corporativas, a valorização do negócio e a maximização do retorno dos investimentos dos acionistas.

Compete ao Diretor de Relações com Investidores, dentre outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente: (i) responsabilizar-se pela prestação de informações ao público investidor, à CVM e às bolsas de valores ou mercados de balcão, nacionais e internacionais, bem como às entidades de regulação e fiscalização correspondentes, mantendo atualizados os registros da Companhia nessas instituições; (ii) representar a Companhia perante a CVM, as bolsas de valores e demais entidades do mercado de capitais, bem como prestar informações relevantes aos investidores, ao mercado em geral, à CVM e à B3; e (iii) outras funções estabelecidas em lei e na regulamentação vigente.

Compete ao Diretor Financeiro a capitalização e a gestão financeira da Companhia, bem como o relacionamento com o mercado financeiro. Adicionalmente, responde pelas funções corporativas de planejamento econômico-financeiro, finanças e controladoria da Companhia.

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente

O Conselho Fiscal, quando instalado, será composto por três membros efetivos e três membros suplentes, acionistas da Companhia ou não, a ser instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas. Os membros do Conselho Fiscal, pessoas naturais, residentes no país, legalmente qualificadas, serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar a instalação do órgão e exercerão seu mandato até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após sua eleição.

Até a data deste Formulário de Referência, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

(d) mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que a ele se reporta

A Companhia utiliza mecanismos de avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e do(s) comitê(s) que a ele se reporta(m) conforme políticas e práticas adotadas internamente, conforme abaixo indicado.

(i) periodicidade da avaliação e sua abrangência

As avaliações formais da Diretoria, dos Comitês de Assessoramento, do Conselho de Administração e dos órgãos que a ele se reportam devem ser realizadas ao menos uma vez durante a vigência do mandato dos seus membros, ocorrendo costumeiramente com periodicidade anual, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração.

As avaliações abrangem tanto avaliação por órgão quanto individual. O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria realizarão as respectivas autoavaliações de suas atividades e identificarão anualmente possíveis melhorias em sua atuação, nos termos de seus regimentos internos.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

(ii) metodologia adotada e principais critérios utilizados na avaliação

A Companhia utiliza avaliações objetivas e subjetivas como metodologia para avaliação de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, sendo que a avaliação objetiva pode resultar do cumprimento de metas anuais enquanto a avaliação subjetiva é realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme determinado pelo Conselho de Administração.

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, quaisquer alterações na metodologia e critérios utilizados na avaliação dos administradores da Companhia.

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados para aprimorar o funcionamento do órgão

A partir dos resultados das avaliações, o Conselho de Administração implementa planos de ações como, por exemplo, reuniões e treinamentos, para aprimorar o funcionamento dos órgãos.

(iv) contratação de serviços de consultoria ou assessoria externos

A Companhia pode vir a contratar serviços de consultoria ou assessoria externos para realizar as avaliações de desempenho do Conselho de Administração, da Diretoria e dos comitês que a ele se reportam, no entanto, nos últimos três exercícios sociais a Companhia não contratou tais serviços.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

(a) prazos de convocação

A Assembleia Geral será realizada (i) ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social, para deliberação das matérias previstas em lei; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem ou quando as disposições do estatuto social da Companhia ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária podem ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais de acionistas são convocadas pelo Conselho de Administração, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência em primeira convocação, e, pelo menos, com 8 (oito) dias de antecedência em segunda convocação. Independentemente de qualquer formalidade prevista no estatuto social da Companhia e na Lei das Sociedades por Ações, é considerada regularmente instalada qualquer Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas.

(b) competências

Como consta da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras, (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso; e (iv) aprovar a correção da expressão monetária do capital social.

Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembleia Geral, deliberar sobre as matérias indicadas nos artigos 122, 132 e 136 da Lei das Sociedades por Ações e ainda:

- eleger e destituir os membros do Conselho de Administração;
- fixar a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- alterar o estatuto social da Companhia e/ou deliberar acerca do voto a ser proferido pela Companhia, na qualidade de acionista, nas assembleias de sócios das subsidiárias da Companhia, com relação à alteração do estatuto social ou contrato social das referidas sociedades;
- deliberar sobre operações de fusão, incorporação, cisão, consolidação ou outra reorganização societária ou transformação em que a Companhia seja parte, bem como sobre sua dissolução ou liquidação;
- aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações ou quaisquer planos de remuneração baseado em ações aos seus administradores e empregados, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente coligadas ou controladas pela Companhia;
- deliberar sobre falência ou requerer recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades por Ações;
- eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

- aprovar a saída do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”);
- aprovar o fechamento de capital e cancelamento do registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”);
- aprovar a escolha de empresa especializada responsável pela elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM ou saída do Novo Mercado;
- aprovar a venda, disposição, arrendamento, locação ou transferência de todos ou substancialmente todos os ativos da Companhia e/ou de suas subsidiárias;
- aprovar investimento fora do objeto social da Companhia, observado o disposto no artigo 117, parágrafo 1º, alínea (a) da Lei das Sociedades por Ações; e
- deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração.

(c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Todos os documentos pertinentes a Assembleias Gerais, tanto os relacionados à participação dos acionistas, quanto os de suporte para as deliberações, ficam disponíveis nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050 – São Paulo, SP; e (ii) internet: *website* da Companhia (ri.espacolaser.com.br); *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e site da B3 (www.b3.com.br).

(d) identificação e administração de conflito de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

(e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não adota regras, políticas ou práticas para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto em Assembleias Gerais.

(f) formalidades necessárias para a aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Os acionistas poderão ser representados em Assembleias Gerais por procurador constituído na forma do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações.

Quando os acionistas forem representados por procurador, este deverá ser constituído há menos de um ano e, cumulativamente, ser acionista, administrador da Companhia, advogado, representante da instituição financeira ou administrador de fundos de investimentos. Juntamente com o instrumento de procuração deverão ser apresentados os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destes pelos signatários das procurações.

Não há disposição estatutária acerca de prazo mínimo de antecedência para a recepção dos instrumentos de procuração. No entanto, a Companhia orienta seus acionistas a depositar os instrumentos de procuração com uma antecedência de 24 horas da realização da Assembleia Geral.

Nos termos da legislação vigente, os documentos devem ser apresentados com firma reconhecida e, quando provenientes do exterior, devem ser notariados em seu país de origem, consularizados ou legalizados por meio de apostilamento, traduzidos por tradutor público juramentado e registrados em cartório de registro de títulos e documentos no Brasil.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

A Companhia não adota procedimento de outorga de procurações por meio eletrônico.

(g) formalidades necessárias para aceitação do boletim de voto à distância, quando enviados diretamente à Companhia, indicando se o emissor exige ou dispensa reconhecimento de firma, notariação e consularização

O acionista que optar por exercer o seu direito de voto a distância, por meio do envio do boletim de voto a distância diretamente à Companhia, deverá encaminhar os seguintes documentos à sede da Companhia, localizada na Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050 – São Paulo, SP, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores:

Para pessoas físicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo acionista; e (ii) cópia autenticada do documento de identidade do acionista.

Para pessoas jurídicas: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelos representantes do acionista pessoa jurídica; (ii) cópia autenticada do último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e (iii) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do acionista.

Para fundos de investimento: (i) via física do boletim relativo à assembleia geral devidamente preenchido, rubricado e assinado pelo representante do fundo de investimento; (ii) cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo de investimento; (iii) cópia autenticada do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e (iv) cópia autenticada do documento de identidade do representante legal do fundo de investimento.

Nos termos da Instrução CVM nº 481, datada de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“**Instrução CVM 481**”), o boletim de voto a distância deverá ser recebido até 7 dias antes da data da respectiva Assembleia.

A Companhia exigirá o reconhecimento de firma dos boletins de voto à distância assinados no território brasileiro e a notariação e apostilação daqueles assinados fora do país, conforme aplicável.

Observa-se que, antes de seu encaminhamento à Companhia, os documentos societários e de representação das pessoas jurídicas e fundos de investimentos lavrados em língua estrangeira deverão ser traduzidos por tradutor juramentado para a língua portuguesa. As respectivas traduções juramentadas deverão ser registradas no Registro de Títulos e Documentos.

Serão aceitos os seguintes documentos de identidade: RG, RNE, CNH, Passaporte ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas.

(h) sistema eletrônico de recebimento do boletim de voto à distância ou de participação à distância

A Companhia não dispõe de sistema eletrônico de recebimento de boletim de voto a distância ou de participação a distância.

(i) instruções para que acionista ou grupo de acionistas inclua propostas de deliberações, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto à distância

O acionista ou o grupo de acionistas que desejar incluir proposta de deliberação, chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deverá observar o procedimento e as formalidades previstas na Seção IV do Capítulo III-A da Instrução CVM 481, e enviar por correspondência para a sede da Companhia, aos cuidados do Departamento de Relação com Investidores, juntamente com os documentos pertinentes à proposta, ou por meio do endereço eletrônico: dri@espacolaser.com.br.

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Nos termos da Instrução CVM 481, a solicitação de inclusão de proposta de deliberação no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral ordinária e até 45 dias antes da data de sua realização. Enquanto a solicitação de inclusão de proposta de chapas ou candidatos a membros do conselho de administração e do conselho fiscal no boletim de voto a distância deve ser recebida pelo Departamento de Relação com Investidores no período entre (i) o primeiro dia útil do exercício social em que se realizará a assembleia geral e até 25 dias antes da data de sua realização, na hipótese de assembleia geral ordinária; ou (ii) o primeiro dia útil após a ocorrência de evento que justifique a convocação de assembleia geral para eleição de membros do conselho de administração e do conselho fiscal e até 25 dias antes da data de realização da assembleia, na hipótese de assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.

(j) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários de acionistas sobre as pautas das Assembleias Gerais.

(k) outras informações necessárias à participação à distância e ao exercício do direito de voto à distância

Os acionistas detentores de ações de emissão da Companhia que estejam depositadas em depositária central poderão transmitir as instruções de voto para preenchimento do boletim de voto a distância por meio dos seus respectivos agentes de custódia, caso esses prestem esse tipo de serviço.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

12.3 – Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

(a) número de reuniões realizadas no último exercício social

O estatuto social da Companhia prevê que o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, de acordo com cronograma a ser definido pelos membros do Conselho de Administração na primeira reunião de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais da Companhia assim o exigirem.

As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por qualquer outro membro do Conselho de Administração, mediante solicitação e autorização do Presidente do Conselho de Administração. As reuniões serão convocadas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência de cada reunião, e, caso a reunião não seja realizada, nova convocação será enviada com, pelo menos, 3 (três) dias de antecedência da nova data da reunião.

No último exercício social, o Conselho de Administração realizou 14 reuniões, sendo 2 reuniões ordinárias e 12 reuniões extraordinárias.

(b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

A Companhia possui, atualmente, dois Acordos de Acionistas em vigor, que possuem determinadas restrições e vinculações de direito de voto dos membros do Conselho de Administração. Para informações sobre o Acordo de Acionistas da Companhia, vide item 15.5 deste Formulário de Referência.

(c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

A Companhia não adota qualquer política diferenciada de identificação e administração de conflitos de interesses, pois entende que os regramentos legais em relação a esta matéria atualmente em vigor são instrumentos eficientes e suficientes para identificar, administrar e, quando necessário, coibir a tomada de decisões conflitadas pelos administradores.

(d) política de indicação e de preenchimento de cargos do conselho de administração

A Companhia adota uma Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria Estatutária (“**Política de Indicação**”) a qual institui os critérios e procedimentos a serem observados para a composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria.

Os critérios e procedimentos a serem observados para a indicação e composição do Conselho de Administração, os Comitês e da Diretoria estão previstos no acordo de acionistas da Companhia arquivado em sua sede.

(i) órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e local na rede mundial de computadores para consulta

A Política de Indicação da Companhia foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2020, e pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050 – São Paulo, SP; e (ii) internet: *website* da Companhia (ri.espacolaser.com.br).

(ii) principais características

A indicação dos membros do Conselho de Administração, seus Comitês e Diretoria deverá observar o disposto na Política de Indicação, no estatuto social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento do Novo Mercado, na Lei das Sociedades por Ações e nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

A Política de Indicação traz regras específicas para a composição e para a indicação de membros do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria, sendo que, de uma maneira geral, deverão ser indicados profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Cumpramos ressaltar, ainda, que devem ser considerados critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade quando da indicação dos membros para comporem os órgãos da administração da Companhia.

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

12.4 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

Nos termos do estatuto social, a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, efetivos ou suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos do Regulamento de Arbitragem do Mercado, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal e, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das Sociedades por Ações, conforme alterada, no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
Leonardo Moreira Dias Correa	31/07/1976	Pertence apenas à Diretoria	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022	0
080.733.917-24	Economista	19 - Outros Diretores	09/11/2020	Sim	0.00%
O Sr. Leonardo não exerce outras funções na Companhia.		Diretor de Relação com Investidores e Diretor Financeiro			
Ricardo Moor Whitaker de Assumpção	02/03/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	2
216.464.948-65	Administrador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	09/11/2020	Sim	100.00%
O Sr. Ricardo não exerce outras funções na Companhia.					
Julio Andres Babecki	04/10/1967	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	2
000.000.000-00	Empresário	29 - Outros Conselheiros	09/11/2020	Sim	30.00%
O Sr. Julio não exerce outras funções na Companhia.		Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Farah Deebea Khan	20/03/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	2
000.000.000-00	Administradora	29 - Outros Conselheiros	09/11/2020	Sim	30.00%
A Sra. Farah não exerce outras funções na Companhia.		Membro Efetivo do Conselho de Administração			
Tailis Regence Coelho Gomes	23/03/1987	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	0
015.879.696-96	Administrador	29 - Outros Conselheiros	09/11/2020	Sim	0.00%
O Sr. Tallis é membro do Comitê de Auditoria.		Membro Independente do Conselho de Administração (Efetivo)			
Anna Andrea Votta Alves Chaia	04/12/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	07/01/2021	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	0
107.966.418-11	Administradora de empresas	29 - Outros Conselheiros	07/01/2021	Sim	0.00%
A Sra. Anna não exerce outras funções na Companhia.		Membro Independente do Conselho de Administração (Efetivo)			

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor					
José Carlos Semenzato	23/03/1968	Pertence apenas ao Conselho de Administração	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	2
078.956.108-56	Empresário	29 - Outros Conselheiros	09/11/2020	Sim	100.00%
O Sr. José não exerce outras funções na Companhia.					
Ygor Alessandro de Moura	16/07/1974	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	2
651.412.881-53	Médico	39 - Outros Conselheiros / Diretores	09/11/2020	Sim	100.00%
O Sr. Ygor não exerce outras funções na Companhia.					
Paulo José Iász de Morais	08/02/1968	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na AGO de 2022	2
091.195.798-70	Advogado	39 - Outros Conselheiros / Diretores	09/11/2020	Sim	100.00%
O Sr. Paulo não exerce outras funções na Companhia.					
Experiência profissional / Critérios de Independência					
Leonardo Moreira Dias Correa - 080.733.917-24					
Formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1999 e possui MBA em Administração de Empresas pelo Insper. Possui mais de 20 anos de experiência na área financeira, tendo atuado na GP Investments e também em empresas como Mondeléz, Johnson & Johnson e Raia Drogasil, onde desempenhou funções nas áreas de Planejamento Financeiro, Relações com Investidores e Tesouraria. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro da Companhia, sendo apontado recentemente como Diretor de Relações com Investidores da Companhia. Leonardo Moreira Dias Correa não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.					
Ricardo Moor Whitaker de Assumpção - 216.464.948-65					
Formou-se em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Ricardo atuou na divisão de Investment Banking no J.P. Morgan no Brasil e em Nova Iorque, e é atualmente sócio da Vinci Partners, onde atua como Diretor na área de Fusões & Aquisições, além de membro do Conselho de Administração da Companhia. Ricardo não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.					
Julio Andres Babecki - 000.000.000-00					

Passaporte: PA012422. Formou-se em administração de empresas pela ICADE – Madrid e pela Ecole Supérieure de Commerce de Reims (França), além de ser pós-graduado em análises de negócios pela Lancaster University (UK). Atuou por 17 anos na área de Investment Banking e M&A, como no Morgan Stanley, BNP Paribas e Merrill Lynch. Atualmente é sócio diretor da L Catterton e membro do Conselho de Administração da Companhia. Julio Andres Babecki não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Farah Deeba Khan - 000.000.000-00

Passaporte: 520748027. Sra. Khan é sócia na L Catterton, com foco na América Latina. Ela iniciou sua carreira na empresa com foco em capital de crescimento e investimentos de aquisição norte-americanos. Antes de ingressar na L Catterton, Sra. Khan atuou como Vice Presidente na Sandler Capital Management com foco em capital de crescimento, aquisições avançadas e financiamentos de empresas de médio porte. Antes da Sandler, a Sra. Khan trabalhou na Apax Partners, uma empresa global de private equity onde ela seu foco era capital de crescimento e aquisições avançadas nos setores de varejo e produtos de consumo. Antes da Apax, ela atuou na divisão de Investment Banking da Goldman Sachs, onde seu foco era finanças corporativas e cobertura de fusões e aquisições de companhias no setor de consumo, mídia e tecnologia baseadas em New York e Menlo Park. A Sra. Khan é formada pelo Mount Holyoke College com bacharelado em Economia e Matemática e possui um mestrado em Administração de Empresas da Stanford University Graduate School of Business. Ela atualmente é membro do Conselho de Administração da Companhia, além de outras companhias. Farah Deeba Khan não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Tailis Regence Coelho Gomes - 015.879.696-96

Formou-se em Comunicação Social e Marketing pela ESPM, e possui certificação em Gestão Financeira, Contabilidade e Finanças pelo Insper. Iniciou sua carreira na Unilever, atuando como analista de marketing e gerente de conta. Fundou a empresa Techsamurai em 2010 e foi gerente de marketing digital na Ortbom. Fundou e empresa eGenius, além da Easy Taxi, onde atuou como CEO. Atualmente, é CEO da SINGU, empresa que também fundou em 2015, além de ser presidente da Gestão 4.0. Tailis Regence Coelho Gomes não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Anna Andrea Votta Alves Chaia - 107.966.418-11

A Sra. Chaia é membro independente do Conselho de Administração da Companhia, além de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Remuneração da Vivara desde 2019 e do Burger King/ Popeyes desde janeiro de 2020. Anteriormente, atuou como CEO da Samsonte Mercosul pelos últimos 4 anos, onde desenvolveu e implementou um plano de expansão agressivo no Brasil, Argentina e Uruguai. Com 30 anos de experiência, ela possui um longo histórico com companhias globais. A Sra. Chaia também foi CEO da L'Occitane e foi responsável pelo crescimento da companhia francesa no Brasil. Isso incluiu a criação da marca L'Occitane no Brasil, que é atualmente exportada para mais de 10 países. Ela também demonstrou excelentes performances com foco em inovação na Natura, Whirlpool Corporation, Unilever e American Express. Desde 2019, atua como mentora Endeavor para start-ups na América do Sul e é membro do Palmel Consultivo que seleciona companhias potenciais para se juntarem ao Programa de Aceleração (scale Up). A Sra. Chaia é graduada em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, com pós-graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ela também possui especialização em Gerência Geral pela Harvard Business School e em Governança Corporativa pela Columbia University. O critério de determinação da independência é o do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, conforme orientações do Ofício 618/2017-DIRE da B3. Anna Andrea Votta Alves Chaia não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

José Carlos Semenzato - 078.956.108-56

O Sr. José é membro do Conselho de Administração da Companhia. Empresário fundador da Companhia. Empresário fundador da rede de escolas de computação Microlins e outras redes de franquias, como o Instituto Embelleze e a OdontoCompany. É sócio fundador da SMZTO Holding de Franquias Setoriais e atualmente possui 12 marcas investidas que totalizam mais de 2.500 franquias em diversos setores. Por fim, também é jurado do programa Shark Tank Brasil no Sony Channel há duas temporadas. José Carlos Semenzato não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Ygor Alessandro de Moura - 651.412.881-53

Formou-se em medicina pela Universidade de Alfenas, com residência em radiologia médica pela IRHPA e pós-graduação em dermatologia e estética pelo Ibrape. Fundou a Companhia em 2004 e atualmente é Presidente do Conselho de Administração e Diretor sem Designação Efetiva da Companhia. Ygor Alessandro de Moura não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Paulo José Iász de Moraes - 091.195.798-70

Formou-se em Direito pela Universidade de São Paulo - USP em 1991. É pós-graduado pela Universidade Clássica de Lisboa – Instituto de Estudos Europeus, em Direito Comunitário. Especializado em Direito Antitruste Brasileiro, pelo Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP. Especializado na atuação do Direito Penal Econômico. Foi Diretor, Tesoureiro da OAB/Pinheiros na gestão de 2007/2009. Foi Conselheiro do Comitê de Gestão do LIDE 2013/2015. Atualmente é membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo da Companhia. Paulo José de Moraes não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Leonardo Moreira Dias Correa - 080.733.917-24
N/A	Ricardo Moor Whitaker de Assumpção - 216.464.948-65
N/A	Julio Andres Babecki - 000.000.000-00
N/A	Farah Deebea Khan - 000.000.000-00
N/A	Tallis Regence Coelho Gomes - 015.879.696-96
N/A	Anna Andrea Votta Alves Chaia - 107.966.418-11
N/A	José Carlos Semenzato - 078.956.108-56
N/A	Ygor Alessandro de Moura - 651.412.881-53
N/A	Paulo José Iász de Moraes - 091.195.798-70
N/A	

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê		Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
	Descrição outros comitês	Profissão					
Outros cargos/funções exercidas no emissor							
Tallis Regence Coelho Gomes	Comitê de Auditoria			Outros	23/03/1987	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022
015.879.696-96		Administrador	Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)		09/11/2020	0	0.00%
O Sr. Tallis também é membro independente do conselho de administração.							
Érica Monteiro de Almeida	Comitê de Auditoria			Outros	10/04/1974	07/01/2021	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022
180.662.368-40		Advogada	Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)		07/01/2021	0	0.00%
A Sra. Érica Almeida possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária e não exerce outras funções na Companhia.							
Peter Löhken	Comitê de Auditoria			Outros	24/04/1960	09/11/2020	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022
073.291.778-65		Administrador	Membro do Comitê de Auditoria (Efetivo)		09/11/2020	0	0.00%
O Sr. Peter Lohken não exerce outras funções na Companhia.							
Rodolfo Casimiro Costa	Outros Comitês			Outros	15/12/1984	07/01/2021	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022.
321.067.338-10	Comitê de Ética e Conduta – Gerente de Controles Internos	Administrador	Presidente do Comitê de Ética e Conduta		07/01/2021	0	100.00%
O Rodolfo Casimiro Costa exerce a função de Gerente de Controles Internos.							
Marcelo Teixeira da Silva	Outros Comitês			Outros	31/03/1983	07/01/2021	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022.
302.426.028-51	Comitê de Ética e Conduta – Coordenador Jurídico	Advogado	Membro do Comitê de Ética e Conduta (Efetivo)		07/01/2021	0	100.00%
O Marcelo Teixeira da Silva exerce a função de Gerente Jurídico.							
Marcelo de Almeida Marcondes	Outros Comitês			Outros	07/01/1981	07/01/2021	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022.

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Nome	Tipo comitê	Tipo de Auditoria	Cargo ocupado	Data de nascimento	Data posse	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Profissão	Descrição outros cargos ocupados	Data eleição	Número de Mandatos Consecutivos	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos/funções exercidas no emissor						
280.965.158-29	Comitê de Ética e Conduta – Gerente de Recursos Humanos	Administrador	Membro do Comitê de Ética e Conduta (Efetivo)	07/01/2021	0	100.00%
O Marcelo de Almeida Marcondes exerce a função de Gerente de Recursos Humanos.						
Ana Macarena Ruiz Troster	Outros Comitês		Outros	28/11/1987	07/01/2021	2 anos, encerrando-se na RCA subsequente à AGO de 2022.
368.561.038-40	Comitê de Ética e Conduta – Gerente de Relações com Investidores	Administradora	Membro do Comitê de Ética e Conduta (Suplente)	07/01/2021	0	100.00%
A Ana Macarena Ruiz Troster exerce a função de Gerente de Relações com Investidores.						

Experiência profissional / Critérios de Independência

Tallis Regence Coelho Gomes - 015.879.696-96

Formou-se em Comunicação Social e Marketing pela ESPM, e possui certificação em Gestão Financeira, Contabilidade e Finanças pelo Insper. Iniciou sua carreira na Unilever, atuando como analista de marketing e gerente de conta. Fundou a empresa Techsamurai em 2010 e foi gerente de marketing digital na Ortbom. Fundou e empresa eGenius, além da Easy Taxi, onde atuou como CEO. Atualmente, é CEO da SINGU, empresa que também fundou em 2015, além de ser presidente da Gestão 4.0. Tallis Regence Coelho Gomes não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 301, de 16 de abril de 1999, conforme alterada.

Érica Monteiro de Almeida - 180.662.368-40

Érica é formada em direito pela UNESP e possui pós-graduação em direito da empresa e da economia pela FGV. Atuou por 18 anos na Deloitte, com foco na área de impostos. Foi franqueadora da EspaçoLaser de 2017 a 2020.

Érica Monteiro de Almeida não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Peter Löhken - 073.291.778-65

Formou-se em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em 1983 e tem MBA pelo INSEAD. Atuou como consultor na Arthur Andersen e, posteriormente na McKinsey & Co. Foi CFO da Nestlé, diretor da Promon Ventures, sócio da Programa Gestão de Patrimônio e da Janos Holding, e atualmente é diretor executivo regional da L. Catterton. Peter Löhken não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Rodolfo Casimiro Costa - 321.067.338-10

Formou-se em administração de empresas na FECAP em 2007 e especializou-se em Incentivos e gestão de recursos humanos- Incentives and Human Resources Management na UCSB, University of California. Além disso, em 2014, concluiu o MBA executivo no INSPER e atualmente cursa o mestrado profissional em administração na FECAP. Rodolfo Casimiro Costa não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Marcelo Teixeira da Silva - 302.426.028-51

Formou-se em direito na Universidade Cruzeiro do Sul, com pós-graduação em Direito Empresarial pela Escola Paulista de Direito. Atua na Companhia como Coordenador Jurídico desde 2016, sendo promovido a Gerente Jurídico em 2020. Marcelo Teixeira da Silva não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Marcelo de Almeida Marcondes - 280.965.158-29

Formou-se em administração de empresas pela Universidade Paulista, com especialização em Gestão de Pessoas pela Fundação Getúlio Vargas e pós-graduação em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Suas experiências prévias incluem Gerente do Departamento Pessoal na DICICO, Supervisor de Gestão de Pessoas na Editora FTD, Coordenador de Recursos Humanos na Balaska e Consultor de RH na Inovatech. Marcelo exerce a função de Gerente de Recursos Humanos na Companhia de 2016. Marcelo Almeida Marcondes não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Ana Macarena Ruiz Troster - 368.561.038-40

Formou-se em administração de empresas pela Regent's Business School em Londres. Adicionalmente, possui mestrado em Relações Internacionais pela Brunel University, em Londres, e concluiu o Certificado in Financial Management da Inspec. Com 10 anos de experiência em relações com investidores em diversos setores, a Ana trabalhou anteriormente na CSN, GOL e Cognia, onde liderou o processo de abertura de capital da subsidiária Vasta na Nasdaq. Em setembro de 2020, a Ana assumiu a posição de Gerente de Relações com Investidores na Companhia. Ana Macarena Ruiz Troster não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	Tallis Regence Coelho Gomes - 015.879.696-96
N/A	Érica Monteiro de Almeida - 180.662.368-40
N/A	Peter Löhken - 073.291.778-65
N/A	Rodolfo Casimiro Costa - 321.067.338-10
N/A	Marcelo Teixeira da Silva - 302.426.028-51
N/A	Marcelo de Almeida Marcondes - 280.965.158-29
N/A	Ana Macarena Ruiz Troster - 368.561.038-40

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada				
José Carlos Semenzato	078.956.108-56	MPM Corpóreos S.A.	26.659.061/0001-59	Pai ou Mãe (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
Bruno Henrique Pinto Semenzato	361.516.238-27	Verano Depilação S.A.	27.809.989/0001-35	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Ygor Alessandro de Moura	651.412.881-53	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Executivo				
Pessoa relacionada				
Thayssa Christina de Moura	818.391.621-04	At Corp Serviços Estéticos Ltda.	18.121.530/0001-53	
Sócia unidade mista e Diretora Regional				
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo José Iász de Morais	091.195.798-70	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Executivo				
Pessoa relacionada				
Adriana Iász de M Barreto	170.861.218-19	Aclo Serviços estéticos S.A.	10.830.241/0001-11	
Observação				
<hr/>				
Administrador do emissor ou controlada				
Paulo José Iász de Morais	091.195.798-70	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Diretor Executivo				

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Pessoa relacionada Fabio Iász de Moraes	116.397.918-09	Flor do Campo Serviços Estéticos Ltda	08.058.751/0001-70	
Observação				
Administrador do emissor ou controlada Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada Thayssa Christina de Moura Sócia unidade mista e Diretora Regional	818.391.621-04	Atm Corp Serviços Estéticos Ltda.	19.240.294/0001-57	
Observação Não aplicável.				
Administrador do emissor ou controlada Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada Thayssa Christina de Moura Sócia unidade mista e Diretora Regional	818.391.621-04	Limeira Serviços Estéticos Ltda.	22.638.766/0001-39	
Observação Não aplicável.				
Administrador do emissor ou controlada Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Pessoa relacionada Thayssa Christina de Moura Sócia unidade mista e Diretora Regional	818.391.621-04	Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	26.390.469/0002-59	

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradoras do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
<u>Observação</u>					
Não aplicável.					
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>					
Ygor Alessandro de Moura	Diretor Executivo	651.412.881-53	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>					
Thayssa Christina de Moura	Sócia unidade mista e Diretora Regional	818.391.621-04	TJTM Serviços Estéticos S.A.	28.832.875/0001-79	
<u>Observação</u>					
Não aplicável.					
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>					
Ygor Alessandro de Moura	Diretor Executivo	651.412.881-53	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>					
Thayssa Christina de Moura	Sócia unidade mista e Diretora Regional	818.391.621-04	Santa Úrsula Serviços Estéticos Ltda	21.721.875/0001-52	
<u>Observação</u>					
Não aplicável.					
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>					
Paulo José Iász de Moraes	Diretor Executivo	091.195.798-70	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>					
Adriana Iász de M Barreto	Sócia unidade mista	170.861.218-19	Verano Depilação S.A.	27.809.989/0001-35	
<u>Observação</u>					
Não aplicável.					

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradoras E Controladoras do Emissor, Controladas E Controladores

Nome	Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada					
Paulo José Iász de Moraes	Diretor Executivo	091.195.798-70	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	08.845.676/0001-98	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Pessoa relacionada					
Adriana Iász de M Barreto	Sócia unidade mista	170.861.218-19	Alexandrite Estética e Laser S.A.	17.943.129/0001-36	
Observação					
Não aplicável.					

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2019			
<u>Administrador do Emissor</u> Paulo José Iász de Moraes Diretor Executivo	091.195.798-70	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Flor do Campo Serviços Estéticos Ltda Controlada	08.058.751/0001-70		
<u>Observação</u> Paulo possui uma participação de 40% da Flor do Campo			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Paulo José Iász de Moraes Diretor Executivo	091.195.798-70	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Corpóreo Serviços Terapêuticos S.A. Controlada	08.845.676/0001-98		
<u>Observação</u> Paulo possui uma participação de 15,19% na Corpóreo.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u> Corpóreo Serviços Terapêuticos S.A. Controlada	08.845.676/0001-98		
<u>Observação</u> Ygor possui uma participação de 26,97% na Corpóreo.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2018			
<u>Administrador do Emissor</u> Paulo José Iász de Moraes Diretor Executivo	091.195.798-70	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Flor do Campo Serviços Estéticos Ltda Controlada	08.058.751/0001-70		
<u>Observação</u> Paulo possui uma participação de 40% da Flor do Campo			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Dyel Cuiabá Serviços Estéticos Controlada	10.724.315/0001-35		
<u>Observação</u> Ygor possui uma participação de 60% na Dyel Cuiabá			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Dyel Porto Velho Controlada	17.157.404/0001-96		
<u>Observação</u> Ygor possui uma participação de 55% na Dyel Porto Velho			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Dyel Várzea Grande Controlada	23.718.897/0001-99		
<u>Observação</u>			
Ygor possui uma participação de 60% na Dyel Várzea Grande			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Paulo José Iász de Morais Diretor Executivo	091.195.798-70	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. Controlada	08.845.676/0001-98		
<u>Observação</u>			
Paulo possui uma participação de 15,19% na Corpóreos.			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Indireta
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. Controlada	08.845.676/0001-98		
<u>Observação</u>			
Ygor possui uma participação de 26,97% na Corpóreos.			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2017			
<u>Administrador do Emissor</u> Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Dyel Cuiabá Serviços Estéticos Controlada	10.724.315/0001-35		
<u>Observação</u> Ygor possui uma participação de 60% na Dyel Cuiabá			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Dyel Porto Velho Controlada	17.157.404/0001-96		
<u>Observação</u> Ygor possui uma participação de 55% na Dyel Porto Velho			
<hr/>			
<u>Administrador do Emissor</u> Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Direta
<u>Pessoa Relacionada</u> Dyel Várzea Grande Controlada	23.718.897/0001-99		
<u>Observação</u> Ygor possui uma participação de 60% na Dyel Várzea Grande			

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Administrador do Emissor			
Paulo José Iász de Morais Diretor Executivo	091.195.798-70	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. Controlada	08.845.676/0001-98		
Observação			
Paulo possui uma participação de 15,19% na Corpóreos			
Administrador do Emissor			
Ygor Alessandro de Moura Diretor Executivo	651.412.881-53	Controle	Controlada Indireta
Pessoa Relacionada			
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. Controlada	08.845.676/0001-98		
Observação			
Ygor possui uma participação de 26,97% na Corpóreos.			

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

Em linha com a sua política de contratação de seguros, a Companhia contrata, anualmente, apólice de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e/ou administradores (“D&O”), em condições usuais de mercado, visando garantir aos administradores, diretores e conselheiros da Companhia o reembolso de valores pagos a título de indenização, decorrentes da reparação de eventuais danos causados pelo segurado a terceiros ou à própria Companhia, bem como o pagamento parcial de multas e penalidades cíveis e administrativas impostas aos administradores da Companhia enquanto no exercício de suas funções profissionais.

A apólice foi contratada com a AIG Seguros Brasil S.A., em 27 de dezembro de 2020, com validade até 27 de dezembro de 2021. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$53,7 mil, com limite máximo de garantia no valor de R\$20.000.000,00.

A Companhia possui acordo de indenidade com seus administradores (“Acordo de Indenidade”), o qual prevê, dentre outras obrigações e limitações, que a Companhia se compromete, desde que o administrador tenha atuado nos estritos limites de suas funções e dentro dos padrões de mercado, a (i) reembolsar ou realizar o pagamento diretamente ou providenciar o correspondente adiantamento, conforme o caso, desde que previamente informado pelo administrador de forma justificada e com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, com relação a todos e quaisquer prejuízos, despesas, custos ou outros valores de qualquer natureza, que venham a ser efetivamente incorridos pelo administrador; e (ii) indenizar e manter o administrador indene, desde que relacionadas efetivamente ao exercício do cargo estatutário que venha a ocupar e previamente justificadas por escrito, de todas e quaisquer investigações, reivindicações, obrigações, bloqueios financeiros, penhoras, perdas, restrições de direito, gravames, pagamento de condenação e/ou multas, garantia de juízo, cumprimento de obrigação de fazer e de não fazer, danos e despesas razoáveis (inclusive, exemplificativamente, custas judiciais, honorários periciais, contratação de advogados, de pareceres, de laudos, de especialistas técnicos, reconhecimento de firmas, passagem aérea e hospedagem, na hipótese de comparecimento pessoal, ou outros atos/gastos que visem a garantir a melhor defesa de seus direitos, de quaisquer naturezas) que venha a incorrer, ou que lhes seja imposto, em razão de inquéritos, processos administrativos, judiciais ou arbitrais, investigações, demandas extrajudiciais e medidas constritivas que sejam movidos contra ou cujo investigado seja a Companhia, para cobrança de obrigações da Companhia e/ou em razão de qualquer ato ou omissão que decorra diretamente de atos de gestão ou do desempenho de suas funções na Companhia.

Além disso, o Acordo de Indenidade prevê que, no caso de uma perda (prejuízos, perdas, pagamentos, obrigações, bloqueios, penhoras, restrições, gravames e despesas), desde que devidamente materializado e/ou reconhecido por meio de decisão definitiva, seja judicial, administrativa ou arbitral, transitada em julgado e irrecorrível ou pelas boas práticas empresariais, quando a Companhia não efetuar o pagamento e/ou depósito direta e antecipadamente ao recebedor ou cobrador originário e/ou, de outra forma, evitar a ocorrência de qualquer outro tipo de prejuízo de outra natureza para o administrador, a Companhia deverá efetuar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da decisão favorável do órgão competente da Companhia (i) a correspondente reposição do dispêndio ao administrador; e (ii) tomar todas as medidas cabíveis para viabilizar a imediata liberação da parte imposta ao administrador, com a imediata garantia integral do juízo. A obrigação de indenização poderá não decorrer necessariamente do trânsito em julgado da decisão que importará na constrição patrimonial do administrador, mas do efetivo desembolso por este realizado, ainda que por decisão liminar ou provisória.

A eventual assunção de culpa e/ou celebração de acordos judiciais ou extrajudiciais pelo administrador somente terá cobertura sob o Acordo de Indenidade se a Companhia, por meio de decisão favorável dos acionistas e/ou do Conselho de Administração, conforme aplicável, tiver consentido previamente por escrito com os termos de tal acordo ou compromisso. Caso ocorra uma perda, inclusive na hipótese do administrador ter um valor bloqueado em sua conta de investimento e tal medida tenha lhe causado/venha a lhe causar perda financeira, devidamente justificado, a Companhia fica obrigada a indenizá-lo pelas perdas financeiras comprovadamente incorridas, em valor a ser determinado com base em cálculos razoáveis e com documentação de suporte apresentados à Companhia.

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Será excluído o direito à indenidade do administrador nas hipóteses de (i) qualquer conduta ativa ou passiva do administrador de má-fé, culpa grave equiparável a dolo ou fraude, desvio de finalidade, ou fora da esfera de competência do cargo para o qual foi eleito; (ii) por meio de ato doloso ou ato tipificado como crime doloso, com má-fé, culpa grave ou por meio de fraude; (iii) qualquer ato realizado em interesse próprio ou de terceiros e em detrimento do interesse social da Companhia; e (iv) qualquer ato realizado fora do exercício das atribuições de administrador. Além disso, caso o administrador protegido pelo acordo ingresse com qualquer tipo de ação ou procedimento contra a Companhia ou qualquer das empresas do grupo econômico da Companhia, perderá o administrador os direitos assegurados no Acordo de Indenidade, ficando obrigado a devolver todos os valores recebidos ou indenizados.

Recebidos todos os documentos acerca do evento indenizável, caberá ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre o enquadramento (verificação a respeito do evento indenizável, de modo a apurar se ele é passível de indenização nos termos do acordo). O enquadramento será negado na hipótese de verificação da ocorrência de qualquer das excludentes. A decisão do Conselho de Administração, favorável ou contrária, deverá ser formalizada em ata de Reunião do Conselho de Administração e comunicada ao administrador, em no máximo 5 dias úteis, com a indicação das razões que a embasaram. O administrador beneficiado não poderá votar ou de qualquer modo participar, interferir ou influir na decisão.

Caberá, ainda, ao Conselho de Administração, avaliar no caso concreto a existência de conflito de interesses e a necessidade de procedimentos adicionais para proteger a independência das deliberações sobre o enquadramento, bem como garantir que sejam tomadas no interesse da Companhia. Ademais, a aprovação do enquadramento deverá ser submetida à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia caso (i) mais da metade dos administradores da Companhia sejam beneficiários diretos da deliberação sobre o enquadramento e a respectiva indenização; (ii) haja divergência de entendimento sobre o enquadramento do ato do administrador como evento indenizável; ou (iii) a exposição financeira da Companhia se mostre significativa, considerando os valores envolvidos. Cumpre salientar que todas as solicitações para pagamento de perda serão avaliadas pelo Conselho de Administração da Companhia, de modo a confirmar a sua adequação à cobertura prevista.

O Acordo de Indenidade entra em vigor na data de sua assinatura, abrangendo todos os atos praticados pelo administrador durante o exercício do cargo estatutário que ocupa na Companhia e permanecerá vigente até a data dos seguintes eventos, o que acontecer por último: (i) final do 5º ano após a data em que o administrador deixar, por qualquer motivo, de exercer seu mandato; (ii) decurso do prazo necessário ao trânsito em julgado de qualquer evento indenizável no qual o administrador seja parte; ou (iii) no decurso do prazo prescricional previsto em lei para os eventos que possam gerar as obrigações de indenização pela Companhia ou pelo administrador, incluindo, mas não se limitando, ao prazo penal prescricional aplicável, ainda que tal prazo seja aplicado por autoridades administrativas. Os acordos não preveem valor limite para indenização.

Adicionalmente, o artigo 43 do estatuto social prevê que a Companhia poderá indenizar e/ou manter indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "**Beneficiários**"), custeando ou reembolsando diretamente os Beneficiários por quaisquer despesas, danos ou prejuízos eventualmente incorridos a qualquer tempo e que estejam diretamente ou indiretamente relacionados ao exercício de suas funções na Companhia, incluindo mas não limitados a honorários advocatícios, pareceres jurídicos, custas processuais e multas e indenizações nas esferas administrativa, civil ou penal, nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, mediante aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Diante das informações acima, a Companhia entende que o compromisso de indenidade está no melhor interesse da Companhia porque nos casos em que se aplica o acionamento do Acordo de Indenidade, o compromisso de indenidade atua de forma complementar ao seguro D&O, sendo imprescindível para que a administração da Companhia possa contar com um esteio de segurança jurídica que traga estabilidade ao processo decisório e condutor dos negócios, inclusive no que tange à adoção das medidas legalmente cabíveis que sirvam à defesa dos interesses da Companhia.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 - Outras informações relevantes

Diretoria de Operações

Como posição complementar da diretoria estatutária apresentada no item 12.5/6 acima, a Companhia possui o cargo de diretoria de operações não estatutário ("COO") posição que, na data deste Formulário de Referência é ocupada pela Sra. Barbara de Carvalho Fortes. A qualificação e experiência profissional da Sra. Barbara estão apresentadas a seguir:

Barbara de Carvalho Fortes	04/11/1978	Diretora de Operações
254.522.138-48	Economista	Diretora de Operações

A Sra. Barbara é Diretora de Operações.

Barbara Fortes é executiva de carreira em Beleza, Cosméticos e Bens de Consumo com experiência anterior em multinacionais líderes no segmento como Natura, L'Occitane e L'Oreal, tendo liderado projetos importantes de crescimento e operações *greenfield* no Brasil e América Latina. Tem experiência em Estratégia, Gestão, Fusões e Aquisições, Desenvolvimento de Negócios Internacionais, Gestão Global de Marcas, Beleza, Cosméticos e Mercados de Luxo, Marketing Digital, Varejo Omnicanal, Planejamento Financeiro, Controladoria e Tesouraria. A Sra. Barbara é economista formada no IBMEC, com pós-graduação pela McGill University, mentora de mulheres executivas e empreendedoras, voluntária e palestrante ocasional. Barbara de Carvalho Fortes não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicáveis, ou, todavia, a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Instrução CVM nº 617, de 5 de dezembro de 2019, conforme alterada.

Assembleias Gerais da Companhia

A tabela abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três exercícios sociais e no exercício social corrente, (i) resumo das principais matérias aprovadas; (ii) data de sua realização; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Principais Matérias	Data	Quórum
Assembleia Geral Extraordinária	Retificação da ordem cronológica do valor do capital social da Companhia.	24 de julho de 2017	100%
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e transferência do resultado do exercício para a conta de reserva de lucros.	6 de fevereiro de 2018	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Retificação da redação do artigo 5º do estatuto social da Companhia (referente ao capital social); exercício dos direitos de subscrição conferidos pelos bônus de subscrição (emitidos em 27 de dezembro de 2016) pelos acionistas; e aumento do capital social dentro do limite autorizado.	21 de fevereiro de 2018	100%
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e aprovação das contas e atos de gestão da administração.	03 de agosto de 2018	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Autorização para que a Companhia preste aval a terceiros por meio da assinatura de dois diretores em conjunto (qualquer dos Diretores Executivos em conjunto com o Diretor Financeiro).	30 de janeiro de 2019	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Reeleição dos Diretores (Presidente, Executivo e Financeiro) e membros do Conselho de Administração para um mandato de 2 (dois) anos; ratificação do período de vigência e responsabilidades dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração.	12 de março de 2019	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Renúncia do Sr. Fernando Jardim Vargas ao cargo de Diretor Financeiro.	19 de julho de 2019	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e a criação de capital autorizado, com a consequente alteração do Estatuto Social da Companhia.	31 de julho de 2019	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de fechamento de câmbio no importe de até US\$ 100.000,00 para movimentações estrangeiras que envolvam as solicitações da Companhia; envio da remessa na forma de mútuo para empresa HR-ARG S.A., nome fantasia Definit, da qual a Companhia é controladora	10 de setembro de 2019	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do Processo de Incorporação das sociedades YTP Participações Ltda. e YAM Participações Ltda., aprovação para elaboração do protocolo e justificação, escolha do escritório para elaboração dos laudos de avaliação do patrimônio das incorporadas, escolha do critério de avaliação elaboração dos laudos de avaliação do patrimônio das incorporadas e aprovação da conversão das reservas de lucros para aumento do capital social.	21 de outubro de 2019	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do Protocolo e Justificação para incorporação das sociedades YTP Participações Ltda. e YAM Participações Ltda.; aprovação dos Instrumentos Particulares para Incorporação e Extinção; e aprovação de aumento do capital social por meio da capitalização de reservas de lucros, que passou a ser de R\$ 98.403.252,05	11 de novembro de 2019	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação do Protocolo e Justificação para incorporação de sociedade Aspen Road Participações S.A; aprovação do laudo de avaliação; aprovação da incorporação nos termos e condições previstas no Protocolo e Justificação	31 de dezembro de 2019	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Autorizar os diretores Paulo José Iász de Moraes e Ygor Alessandro de Moura assinarem em conjunto contrato de abertura de crédito e instrumentos de garantia, diante da renúncia e extinção do cargo de Diretor Financeiro.	20 de janeiro de 2020	100%
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovação das contas e atos de gestão da administração	26 de junho de 2020	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Extinção do terceiro cargo de diretor da Companhia (Diretor Financeiro)	06 de julho de 2020	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Autorizar prestação de fiança no Contrato de Contragarantia firmado entre a Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (tomador) e a Junto Seguros S.A., celebrado em 30 de julho de 2020.	14 de setembro de 2020	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de fechamento de câmbio no importe de US\$ 250.000,00 para movimentações estrangeiras que envolvam as solicitações da Companhia e envio de remessa desta quantia ou valor menor na forma de mútuo para a Corpóreos Colombia SAS.	15 de setembro de 2020	100%
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e aprovação das contas e atos de gestão da administração	05 de novembro de 2020	100%
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e aprovação das contas e atos de gestão da administração	05 de novembro de 2020	100%
Assembleia Geral Ordinária	Aprovação das demonstrações financeiras da Companhia e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 e aprovação das contas e atos de gestão da administração	05 de novembro de 2020	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação das Informações Trimestrais (ITR) da Companhia.	05 de novembro de 2020	100%

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação da conversão das ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias; alteração da composição do número de membros do Conselho de Administração; conhecimento da renúncia apresentada por membro do Conselho de Administração; ratificação da eleição e prorrogação do prazo do mandato dos demais membros do Conselho de Administração; eleição de membro do Conselho de Administração; e reforma e consolidação do Estatuto Social.	09 de novembro de 2020	100%
Assembleia Geral Extraordinária	Aprovação de (i) desdobramento das 8.801.583 (oito milhões, oitocentas e uma mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias de emissão da Companhia na razão de 1 (uma) ação para formar 20 (vinte) novas ações da Companhia ("Desdobramento"); (ii) a alteração no valor do capital autorizado da Companhia; (iii) a eleição da Sra. Anna Andrea Votta Alves Chaia como membro independente do Conselho de Administração da Companhia; (iv) a reforma global e consolidação do Estatuto Social da Companhia, nos termos do Anexo I desta ata; (v) a rratificação da conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Companhia, em ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para cada ação preferencial; e (vi) autorização aos administradores a realizar todos os atos necessários à implementação e registro das deliberações anteriores.	07 de janeiro de 2021	100%

Governança Corporativa**Código Brasileiro de Governança Corporativa coordenado pelo IBGC**

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC"), governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da Companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeram, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código Brasileiro de Governanças Corporativa, a Companhia adota as seguintes:

- capital social composto somente por ações ordinárias, proporcionando direito de voto a todos os acionistas;
- obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações quando da ocorrência de transações em que se configure a alienação do controle acionário a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle. Todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações pelo mesmo preço e nas mesmas condições. A transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente que não tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há mais de três anos;

12.12 - Outras informações relevantes

- não acumulação do cargo de diretor presidente e presidente do conselho de administração;
- adoção de política de gerenciamento de riscos, código de ética e conduta e política de negociação de valores mobiliários;
- definição de calendário anual com previsão de agenda anual temática com assuntos relevantes e datas de discussão, incluindo as datas das reuniões ordinárias;
- atas de reunião do conselho de administração redigidas com clareza e que registrem as decisões tomadas, as pessoas presentes, os votos divergentes e as abstenções de voto; e
- utilização da assembleia geral de acionistas para comunicar a condução dos negócios da companhia, sendo que as atas permitem o pleno entendimento das discussões havidas na assembleia e trazem a identificação dos votos proferidos pelos acionistas.

Novo Mercado

Em 2000, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão introduziu três segmentos de negociação, com níveis diferentes de práticas de governança corporativa, denominados Nível I, Nível II e Novo Mercado, com o objetivo de estimular as companhias a seguir melhores práticas de governança corporativa e adotar um nível de divulgação de informações adicional em relação ao exigido pela legislação. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a observar práticas de governança corporativa e exigências de divulgação de informações, além daquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e elevam a qualidade das informações fornecidas aos acionistas. O Novo Mercado é o mais rigoroso deles, exigindo maior grau de práticas de governança corporativa dentre os três segmentos.

As regras impostas pelo Novo Mercado visam a conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

(a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Remuneração da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração em 9 de novembro de 2020 possui como princípios, objetivos e diretrizes principais: (i) atrair, recompensar, reter e incentivar os executivos da Companhia; (ii) proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho e permitam o reconhecimento e valorização do desempenho individual e em equipe; (iii) assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos com o mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação da remuneração e dos benefícios administradores da Companhia.

A Política de Remuneração da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050 – São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.espacolaser.com.br), *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br)

(b) composição da remuneração

(i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Apenas os conselheiros independentes fazem jus à remuneração mensal fixa. Adicionalmente, os membros do conselho são elegíveis ao plano de remuneração baseada em ações da Companhia, com o objetivo de alinhar seus interesses para estimular o êxito da consecução dos objetivos sociais da Companhia; alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou de outras sociedades sob o controle da Companhia; e possibilitar à Companhia atrair, motivar e reter administradores, empregados e prestadores de serviços.

Diretoria Estatutária e Não Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria estatutária é atualmente composta por uma remuneração mensal fixa, estabelecida de acordo com os valores praticados pelo mercado e conforme definida em seus respectivos contratos de trabalho, e uma remuneração variável composta por bônus, sujeita ao atingimento de metas individuais e coletivas (incentivo de curto prazo). A remuneração fixa é mensal, a título de pró-labore e benefícios diretos e indiretos, que tem como objetivo remunerar os serviços prestados, em conformidade com as práticas de mercado, como reconhecimento do desempenho individual, experiência e conhecimento.

A remuneração variável compreende o pagamento de bônus, participação nos resultados da Companhia, como forma de premiar o atingimento das metas propostas no orçamento através do planejamento estratégico. Adicionalmente, os diretores são elegíveis ao plano de remuneração baseada em ações, com o objetivo de alinhar seus interesses aos objetivos estratégicos da Companhia, além de visar a atração e retenção de profissionais diferenciados e que agreguem valor aos resultados da Companhia.

Os diretores também têm direito a plano de assistência médica padrão executivo, seguro de vida, estacionamento, vale combustível, vale refeição, vale alimentação e assistência odontológica em seu pacote de benefícios.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado, será fixada na Assembleia Geral que os eleger, respeitando os valores mínimos estabelecidos por lei e os limites da remuneração global fixada em Assembleia Geral.

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Os membros do Conselho Fiscal, uma vez instalado, farão jus apenas à remuneração fixa e poderão ter componentes de remunerações, condições e benefícios diferentes, que serão estabelecidos de acordo com as especificidades relacionadas às responsabilidades do cargo, ao tempo dedicado, conhecimento técnico, experiência, participação em comitês de assessoramento, dentre outros.

Comitê de Auditoria

Os membros do Comitê de Auditoria farão jus apenas à remuneração fixa mensal.

(ii) qual a proporção de cada elemento na remuneração total

A tabela abaixo apresenta a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos três últimos exercícios sociais:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019					
% em relação à remuneração total					
	Salário Base/Pro Labore	Benefícios diretos indiretos	e Remuneração Variável/Bônus	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	100%	100%
Diretoria	63%	4%	33%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018					
% em relação à remuneração total					
	Salário Base/Pro Labore	Benefícios diretos indiretos	e Remuneração Variável/Bônus	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria	69%	5%	27%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017					
% em relação à remuneração total					
	Salário Base/Pro Labore	Benefícios diretos indiretos	e Remuneração Variável/Bônus	Remuneração baseada em ações	Total
Conselho de Administração	0%	0%	0%	0%	0%
Diretoria	61%	6%	33%	0%	100%
Conselho Fiscal	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Comitê de Auditoria	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

(iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração dos Diretores da Companhia é acordada entre o profissional e o Conselho de Administração, considerando os critérios de governança estabelecidos na política de remuneração da Companhia. Anualmente, é aplicado percentual de reajuste sobre o pró-labore base dos profissionais, de acordo com acordos coletivos realizados entre os sindicatos representantes da Companhia e dos trabalhadores, além de índices oficiais de inflação, e de possíveis reajustes conforme melhores práticas de mercado, analisadas através de pesquisas periódicas de mercado, e visando reter colaboradores talentosos, aliando os seus interesses aos interesses da Companhia.

A remuneração variável é baseada no conceito de participação dos resultados, por meio da qual são estabelecidas metas para atingimento de resultados através do orçamento realizado no planejamento estratégico.

Por fim, os Diretores da Companhia também são elegíveis aos planos de opção de compra de ações, como um incentivo de longo prazo para alinhar seus interesses aos objetivos estratégicos da Companhia.

(iv) razões que justificam a composição da remuneração

A razão da composição da remuneração paga aos administradores da Companhia é a busca de um equilíbrio entre a atração e retenção de profissionais qualificados por meio da remuneração fixa e a associação dos objetivos estratégicos da Companhia por meio de metas a curto e longo prazo definidas na remuneração variável.

(v) membros não remunerados e razão para esse fato

A Companhia não remunera os membros do seu Conselho de Administração por decisão conjunta dos acionistas da Companhia, em razão dos membros serem vinculados aos acionistas da Companhia.

(c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A remuneração fixa dos diretores estatutários é determinada com base nas melhores práticas e valores de referência no mercado, por meio de pesquisas salariais.

A remuneração variável dos diretores estatutários está pautada em metas financeiras e comerciais, com destaque para (i) total de vendas da rede (system-wide sales), líquidas de cancelamentos; (ii) total de EBITDA recorrente; e (iii) total de Lucro Líquido, além de metas individuais, baseadas em resultados e projetos pré-acordados. Esses indicadores estão diretamente relacionados com o desempenho operacional e financeiro da Companhia, capturando as metas de crescimento traçadas e garantindo o alinhamento dos diretores às mesmas.

No cálculo da remuneração variável máxima, há previsão de um sistema de incentivo para hipóteses de superação dos resultados estabelecidos para cada administrador, da seguinte forma: a partir de 5% de superação da meta, será aplicado um acelerador sobre o atingimento, totalizando no máximo 150% no caso de uma superação de 25% da meta estabelecida.

Adicionalmente, nota-se que os incentivos atribuídos aos beneficiários do plano de remuneração baseado em ações, pela sua natureza, estão relacionados à valorização futura da Companhia e das ações de sua emissão.

(d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é baseada no conceito de participação dos resultados, por meio da qual são estabelecidas metas para atingimento de resultados através do orçamento realizado no planejamento estratégico, portanto existe a premissa básica de geração de valor para a Companhia

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

e seus acionistas, possibilitando assim, a obtenção de recursos necessários para a remuneração proposta.

(e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A estratégia de remuneração da Companhia é baseada nas melhores práticas do mercado, o que permite a atração, retenção e motivação de profissionais qualificados para a implementação e operacionalização das estratégias de negócios, incentivando os diretores e alinhando seus interesses com os da Companhia.

O plano de remuneração variável anual da Companhia está atrelado ao cumprimento de políticas e metas estratégicas, que viabilizarão o crescimento e aumento de rentabilidade da Companhia, em curto e médio prazo.

O plano de incentivos de longo prazo é baseado no plano de opção de compra de ações, portanto, está diretamente atrelado ao crescimento do valor de mercado da Companhia e à valorização das ações em longo prazo.

(f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração dos membros do Conselho de Administração ou da Diretoria que seja suportada por subsidiárias, controladas ou controladores, diretos ou indiretos, da Companhia.

(g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Os participantes do Plano de Opção descrito no item 13.4 deste Formulário de Referência terão o direito de exercer suas respectivas opções durante o prazo de, no máximo, 30 dias, contados da data em que o Conselho de Administração notificar tais participantes sobre a ocorrência de um evento de liquidez, após o qual restarão automaticamente extintas as opções não exercidas, independentemente de qualquer comunicação prévia do Conselho de Administração.

(h) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria

(i) órgãos e comitês que participam do processo decisório e de que forma participam

A Assembleia Geral fixará, anualmente, a remuneração global dos administradores, sendo que o Conselho de Administração fixará a remuneração global e individual dos Diretores.

O Conselho de Administração é o único órgão da Companhia que participa do processo decisório para definir a remuneração individual dos Diretores, determinando a proporção de cada componente das remunerações. A critério do Conselho de Administração, a Companhia pode contratar empresas especializadas para consultoria de remuneração, a fim de estruturar o arcabouço competitivo de remuneração.

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual

Para definição da remuneração individual dos administradores da Companhia, são consideradas as práticas de mercado usualmente aplicadas em empresas do mesmo porte da Companhia, bem como o grau de responsabilidade do cargo, as experiências e qualificações.

(iii) frequência e forma de avaliação do conselho de administração para adequação da política de remuneração

O Conselho de Administração avalia a adequação das práticas de remuneração com periodicidade anual ou sempre que houver alterações/atualizações nos critérios ou composição da remuneração dos administradores.

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2020 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,17	0,00	9,17
Nº de membros remunerados	1,00	2,17	0,00	3,17
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.474.172,00	0,00	1.474.172,00
Benefícios direto e indireto	0,00	101.040,00	0,00	101.040,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	330.834,40	0,00	330.834,40
Descrição de outras remunerações fixas	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	862.956,00	0,00	862.956,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	176.730,00	90.092,39	0,00	266.822,39
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	176.730,00	2.859.094,79	0,00	2.945.732,40

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,50	0,00	9,50
Nº de membros remunerados	1,00	2,50	0,00	3,50
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.546.665,84	0,00	1.546.665,84

Benefícios direto e indireto	0,00	108.990,00	0,00	108.990,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	309.333,33	0,00	309.333,33
Descrição de outras remunerações fixas	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	800.428,00	0,00	800.428,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	102.905,66	0,00	0,00	102.905,66
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	102.905,66	2.765.417,17	0,00	2.868.327,17

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	3,00	0,00	10,00
Nº de membros remunerados	0,00	3,00	0,00	3,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.841.214,12	0,00	1.841.214,12
Benefícios direto e indireto	0,00	126.840,00	0,00	126.840,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	336.000,00	0,00	336.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	O item "Outros" é a contribuição ao INSS de responsabilidade da Companhia.	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	717.080,00	0,00	717.080,00

Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº02/2020, (i) o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	
Total da remuneração	0,00	3.021.134,12	0,00	3.021.134,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7,00	2,58	0,00	9,58
Nº de membros remunerados	0,00	2,58	0,00	2,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	0,00	1.194.333,24	0,00	1.194.333,24
Benefícios direto e indireto	0,00	108.990,00	0,00	108.990,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	219.200,00	0,00	219.200,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	640.273,98	0,00	640.273,98
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00

Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/N°02/2020, (i) o número de membros do Conselho de Administração foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/N°02/2020, (i) o número de membros da Diretoria Estatutária foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração.	Conforme disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/N°02/2020, (i) o número de membros do Conselho Fiscal foi apurado de acordo com a média anual do número de membros de referido órgão apurado mensalmente, com duas casas decimais; e (ii) os valores registrados na rubrica "outros" se referem aos encargos incidentes sobre a remuneração. -	
Total da remuneração	0,00	2.162.797,22	0,00	2.162.797,22

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Prevista para 31/12/2020	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2,17	0	9,17
Nº de membros remunerados	0	2,17	0	2,17
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	647.217,00	N/A	647.217,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.618.042,50	N/A	1.618.042,50
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	862.956,00	N/A	862.956,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2019	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2,50	N/A	9,50
Nº de membros remunerados	0	2,50	N/A	2,50
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	593.213,25	N/A	593.213,25
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.483.033,13	N/A	1.483.033,13
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	790.951,00	N/A	790.951,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	800.428,00	N/A	800.428,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2018	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	3	0	10
Nº de membros remunerados	0	3	0	3
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	622.803,00	N/A	622.803,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.557.007,50	N/A	1.557.007,50
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	830.404,00	N/A	830.404,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	717.080,00	N/A	717.080,00
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

31/12/2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	2,58	0	9,58
Nº de membros remunerados	0	2,58	0	2,58
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	463.182,00	N/A	463.182,00

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	1.157.955,00	N/A	1.157.955,00
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	617.576,00	N/A	617.576,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	640.273,98	N/A	640.273,98
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

(a) termos e condições gerais

Em assembleia geral extraordinária realizada em 31 de julho de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram o Primeiro Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“**Plano**”), cujo objeto é a concessão de opções de compra de ações de emissão da Companhia aos administradores, empregados e prestadores de serviços, atuais e futuros, da Companhia ou de suas subsidiárias (“**Participantes**”).

Em 31 de julho de 2019, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia o Primeiro Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (“**1º Programa**”). Em 13 de agosto de 2020, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia o Segundo Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia (“**2º Programa**” e, em conjunto com o 1º Programa, os “**Programas**”).

(b) principais objetivos do plano

Os principais objetivos do Plano são: (i) estimular o êxito na consecução dos objetivos sociais da Companhia; (ii) alinhar os interesses dos acionistas da Companhia aos dos administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ou de outras sociedades sob o controle da Companhia; e (iii) possibilitar à Companhia atrair, motivar e reter administradores, empregados e prestadores de serviços.

(c) forma como o plano contribui para esses objetivos

O Plano confere aos seus participantes a possibilidade de se tornarem acionistas da Companhia. Ao possibilitar que os participantes se tornem acionistas da Companhia, espera-se que estes tenham fortes incentivos para comprometer-se efetivamente com a criação de valor e exerçam suas funções de maneira a integrar-se aos interesses dos acionistas, aos objetivos sociais e aos planos de crescimento da Companhia, assim maximizando seus lucros. O Plano estimula os participantes, ainda, por meio do comprometimento de seus recursos próprios, a buscar a valorização imediata das ações de emissão da Companhia, sem, contudo, comprometer o crescimento e a valorização futura das ações, igualmente relevantes em face do modelo adotado. O modelo adotado espera ser eficaz como mecanismo de retenção de administradores, empregados e prestadores de serviços, em face, principalmente, do compartilhamento da valorização das ações da Companhia.

(d) como o plano se insere na política de remuneração do emissor

A Companhia acredita que o Plano se adequa à sua política de remuneração, estimulando seus respectivos beneficiários a perseguirem melhores resultados para a Companhia, o que tem impacto direto na remuneração de diretores, conselheiros, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia ou de suas subsidiárias.

(e) como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano alinha os interesses da Companhia, de seus diretores, conselheiros, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia ou de suas subsidiárias na medida em que visa à otimização da gestão e a manutenção de seus principais diretores, conselheiros, empregados, consultores e assessores individuais, atuais e futuros, da Companhia ou de suas subsidiárias cujo comprometimento e dedicação no desenvolvimento de suas atribuições impactarão positivamente os resultados da Companhia no curto e longo prazo.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(f) número máximo de ações abrangidas

O Plano prevê uma diluição máxima total de 10% aos acionistas da Companhia considerando as ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra (observado que, considerando o capital autorizado aprovado por meio da assembleia geral extraordinária da Companhia realizada em 31 de julho de 2019, o limite global de ações que podem ser emitidas por decisão do conselho de administração, sem necessidade de aprovação em assembleia geral, é de 300.000 ações).

O 1º Programa prevê o limite global de 50.986 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra, representando uma diluição máxima total de 0,6% aos acionistas da Companhia (considerando o número de ações emitidas pela Companhia quando na data de aprovação do 1º Programa). O 2º Programa prevê o limite global de 9.643 ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do 2º Programa, representando uma diluição máxima total de 0,1% aos acionistas da Companhia (considerando o número de ações emitidas pela Companhia quando na data de aprovação do 2º Programa).

(g) número máximo de opções a serem outorgadas

O Plano prevê uma diluição máxima total de 10% aos acionistas da Companhia considerando as ações de emissão da Companhia a serem emitidas em decorrência do exercício das opções de compra. Na data deste Formulário de Referência, considerando o 1º Programa e o 2º Programa, haviam sido outorgadas 60.629 opções, que caso exercidas representarão no máximo 0,7% do capital social total da Companhia (considerando o número de ações emitidas pela Companhia na data de aprovação do Plano).

(h) condições de aquisição de ações

Nos termos do Plano, as opções são inicialmente concedidas ao Participante sem direito de exercício. A aquisição do direito ao exercício das opções pelo Participante estará sujeita ao transcurso dos prazos de carência, de 20% a cada aniversário, e ao pagamento do Prêmio, ou seja, o participante deverá pagar à Companhia um valor a título de prêmio, que será definido nos respectivos contratos.

(i) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício a ser pago pelos Participantes, quando da aquisição das ações, será equivalente ao preço da ação, devidamente corrigido pela variação do IPCA, desde a data de aprovação do respectivo programa até a data do seu efetivo pagamento. O preço da ação foi definido de acordo com os critérios de fixação definidos pelo Conselho de Administração, quando da elaboração de cada programa. Para o 1º Programa, o preço da ação foi calculado com base no valor de avaliação da Companhia (EBITDA de 2016 ajustado), multiplicado por um múltiplo e desse valor reduzida a dívida líquida/caixa e, então dividido pelo número de ações, chegando ao preço de ação R\$ 55,03 por ação. Já no 2º Programa, o mesmo mecanismo de cálculo foi utilizado, porém considerando o EBITDA de 2019 ajustado, resultando no preço de ação de R\$ 209,30.

(j) critérios para fixação do prazo de exercício

Cada Participante terá o direito de exercer suas respectivas opções durante o prazo de, no máximo, 30 dias, contados da data na qual o Conselho de Administração notificar os Participantes sobre a ocorrência de um evento de liquidez, após o qual restarão automaticamente extintas as opções não exercidas, independentemente de qualquer comunicação prévia do Conselho de Administração.

(k) forma de liquidação

O preço de exercício, no âmbito do Plano, será pago pelo Participante nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração, com base no valor justo de mercado das ações subjacentes na data da outorga. Com o propósito de satisfazer o exercício das opções, a Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração: (a) emitir novas ações dentro do limite do capital social autorizado da Companhia; ou (b) vender ações mantidas em tesouraria.

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

(l) restrições à transferência das ações

Na hipótese da ocorrência de qualquer venda privada de parte ou da totalidade das ações da Companhia a terceiro interessado que implique alienação de controle, o Participante, concorda em alienar a totalidade, das ações de sua respectiva titularidade, em favor do terceiro que desejar adquirir o controle da Companhia, comprometendo-se a assumir as obrigações e direitos previstos nos contratos relativos ao referido evento de liquidez, nas mesmas condições de preço aplicáveis aos demais acionistas, salvo na hipótese do Conselho de Administração decidir de modo diverso.

(m) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Nas hipóteses de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, em razão da qual a Companhia deixe de existir, o Plano terminará automaticamente e o Conselho de Administração da Companhia deverá, a seu exclusivo critério, determinar que, no âmbito da estrutura societária remanescente, seja instituído novo plano de opção de compra de ações, que contemple a substituição das opções por novas opções, de emissão da entidade sucessora, suas afiliadas ou subsidiárias.

(n) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Desligamento por Iniciativa do Participante. Na hipótese de o Participante desligar-se da Companhia por vontade própria, pedindo demissão, renunciando ao seu cargo de administrador ou rescindindo seu contrato de prestação de serviços, todas as opções adquiridas e as opções não adquiridas existentes na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou qualquer indenização.

Desligamento por Justa Causa ou Violação de Deveres. Na hipótese de o Participante ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão por justa causa, destituição por violação dos deveres e atribuições do seu cargo de administrador ou rescisão justificada do contrato de prestação de serviços, todas as opções adquiridas e as opções não adquiridas existentes na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou qualquer indenização.

Desligamento por Iniciativa da Companhia. Na hipótese de o Participante ser desligado da Companhia por vontade desta, mediante demissão sem justa causa, destituição sem violação dos deveres e atribuições do seu cargo de administrador ou rescisão imotivada do contrato de prestação de serviços: (i) as opções não adquiridas existentes na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções adquiridas existentes na data do seu desligamento serão mantidas pelo participante.

Desligamento por Aposentadoria. Na hipótese de o Participante desligar-se da Companhia por aposentadoria: (i) as opções não adquiridas existentes na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções adquiridas existentes na data do seu desligamento serão mantidas pelo participante.

Desligamento por Invalidez Permanente. Na hipótese de o Participante desligar-se da Companhia por invalidez permanente: (i) as opções não adquiridas existentes na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções adquiridas existentes na data do seu desligamento serão mantidas pelo participante.

Desligamento por Falecimento. Na hipótese de o Participante desligar-se da Companhia por falecimento, (i) as opções não adquiridas existentes na data do seu desligamento restarão automaticamente extintas; e (ii) as opções adquiridas existentes na data do desligamento serão mantidas pelos herdeiros e sucessores legais do participante.

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

13.5 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Prevista para o Exercício Social findo em 31/12/2020		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2,17
Nº de membros remunerados	1	1
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Julho/2019	Agosto/2020
Quantidade de opções outorgadas	3.197	7.250
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Em 5 anos ou durante o IPO, o que ocorrer antes	Em 5 anos ou durante o IPO, o que ocorrer antes
Prazo máximo para exercício das opções	Exercício Obrigatório em até 30 dias após o IPO	Exercício Obrigatório em até 30 dias após o IPO
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	55,03	209,30
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 77.335	R\$ 585.655
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,05%	0,08%

Exercício Social encerrado em 31/12/2019		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2,50
Nº de membros remunerados	1	0
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	Julho/2019	N/A
Quantidade de opções outorgadas	3.996	N/A
Prazo para que as opções se tornem exercíveis	Em 5 anos ou durante o IPO, o que ocorrer antes	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	Exercício Obrigatório em até 30 dias após o IPO	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:		
Das opções em aberto no início do exercício social	55,03	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Valor justo das opções na data de cada outorga	R\$ 96.663	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	0,05%	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2018		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7	2,58
N° de membros remunerados	0	0
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

Exercício Social encerrado em 31/12/2017		
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
N° total de membros	7	3
N° de membros remunerados	0	0
Outorga de opções de compras de ações		
Data de outorga	N/A	N/A
Quantidade de opções outorgadas	N/A	N/A
Prazo para que as opções se tomem exercíveis	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício:	N/A	N/A
Das opções em aberto no início do exercício social	N/A	N/A
Das opções perdidas durante o exercício social	N/A	N/A
Das opções exercidas durante o exercício social	N/A	N/A

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Das opções expiradas durante o exercício social	N/A	N/A
Valor justo das opções na data de cada outorga	N/A	N/A
Diluição potencial no caso do exercício de todas as opções outorgadas	N/A	N/A

13.6 - Opções em Aberto**13.6 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária**

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2019	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº total de membros	7	2,50
Nº de membros remunerados	1	0
Opções ainda não exercíveis		
Quantidade	3.996	N/A
Data em que se tomarão exercíveis	Em 5 anos ou durante o IPO, o que ocorrer antes	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	Exercício Obrigatório em até 30 dias após o IPO	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	55,03	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 96.663	N/A
Opções exercíveis	N/A	N/A
Quantidade	N/A	N/A
Prazo máximo para exercício das opções	N/A	N/A
Prazo de restrição à transferência das ações	N/A	N/A
Preço médio ponderado de exercício	N/A	N/A
Valor justo das opções no último dia do exercício social	N/A	N/A
Valor justo do total das opções no último dia do exercício	N/A	N/A

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não aplicável, tendo em vista que não houve qualquer exercício de opção de compra de ações pelos administradores da Companhia nos últimos três exercícios sociais.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

13.8 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 - Método de precificação do valor das ações e das opções

(a) modelo de precificação

O modelo empregado na determinação do preço justo da opção do tipo bermuda é uma variação do modelo de Cox-Ross-Rubinstein, mais conhecido como modelo de árvores binomiais.

(b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Preço de exercício

Em 31 de julho de 2019, no âmbito do 1º Programa, o preço de exercício das opções foi fixado em R\$55,03 para cada ação, corrigida pela variação do IPCA, desde a data de aprovação do programa até a data do seu efetivo pagamento.

Em 13 de agosto de 2020, no âmbito do 2º Programa, o preço de exercício das opções foi fixado em R\$209,30 para cada ação, corrigida pela variação do IPCA, desde a data de aprovação do programa até a data do seu efetivo pagamento.

Taxa de juros livre de risco

A taxa de juros livre de risco foi calculada com base na taxa de retorno obtida em um investimento que o investidor típico no mercado considere ser livre de risco. No caso dos Programas, foi considerado o T-Bond americano com vencimento em 5 anos como parâmetro.

Volatilidade

A volatilidade das ações foi determinada com base na volatilidade média de 30% das companhias comparáveis.

Dividendos

A distribuição de dividendos não foi considerada para a análise.

Prazo de vida

O prazo de vida das opções é determinado individualmente em cada contrato celebrado com o respectivo beneficiário, sendo que o prazo de exercício foi estabelecido da seguinte forma: (i) 20% das opções serão exercíveis após o 1º aniversário da data de outorga; (ii) 20% das opções serão exercíveis após o 2º aniversário da data de outorga; (iii) 20% das opções serão exercíveis após o 3º aniversário da data de outorga; (iv) 20% das opções serão exercíveis após o 4º aniversário da data de outorga; e (v) 20% das opções serão exercíveis após o 5º aniversário da data de outorga.

Ademais, as opções têm uma data limite para exercício, de modo que somente poderão ser exercidas pelos Participantes durante um prazo de, no máximo, 6 (seis) anos, contados da data de aprovação do respectivo programa, podendo o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, reduzir referido prazo.

Por fim, na hipótese de o Conselho de Administração informar ao Participante a ocorrência de um evento de liquidez (assim entendido: (i) qualquer oferta pública de ações em bolsa de valores; (ii) qualquer operação ou ato societário, incluindo reorganizações societárias, cujo resultado seja a alienação de controle, mediante a venda privada de parte ou da totalidade das ações a terceiro interessado, com efetivo recebimento do valor, ou de parte do valor, em moeda corrente nacional; e (iii) qualquer alienação de ativos que representem a totalidade, ou substancialmente a totalidade, dos negócios da Companhia), todos os prazos serão imediatamente antecipados, devendo o Participante realizar o pagamento do respectivo prêmio em até 15 dias, contados da notificação, para que suas opções se tornem opções adquiridas.

13.8 - Precificação Das Ações/opções

(c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Na hipótese da ocorrência de um evento de liquidez, todos os prazos de carência serão imediatamente antecipados, devendo o participante realizar o pagamento do prêmio em até 15 dias contados da data da notificação do evento de liquidez, para que suas opções se tornem opções adquiridas. Entende-se por evento de liquidez: (i) qualquer oferta pública de ações em bolsa de valores; (ii) qualquer operação ou ato societário, incluindo reorganizações societárias, cujo resultado seja a alienação de controle, mediante a venda privada de parte ou da totalidade das ações a terceiro interessado, com efetivo recebimento do valor, ou de parte do valor, em moeda corrente nacional; (iii) qualquer alienação de ativos que representem a totalidade, ou substancialmente a totalidade, dos negócios da Companhia (excluídas quaisquer operações que envolvam a venda de participações minoritárias em outras sociedades). Os efeitos esperados do exercício antecipado no modelo de precificação não foram incorporados ao modelo de precificação.

(d) forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade das ações foi determinada com base na volatilidade anual média de 30% das companhias comparáveis à Companhia (medidas no período de 01/08/2016 até 30/07/2019). Por comparáveis à Companhia, entende-se outras companhias de varejo e serviços com faturamento anual superior a R\$250 milhões.

(e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

As características utilizadas foram detalhadas anteriormente.

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

13.9 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

A tabela abaixo apresenta a quantidade de valores mobiliários diretamente detidos por administradores da Companhia na data de encerramento do último exercício social:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Conselho de Administração	4.492.672	76,2%	0	0%
Diretoria	0	0%	0	0%

Os acionistas da Companhia, Paulo Morais e Ygor Moura são ambos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária. Dessa forma, para fins deste item, foram consideradas as ações por eles detidas como membros do Conselho de Administração da Companhia.

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não aplicável, visto que a Companhia não oferece plano de previdência aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários.

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração			Conselho Fiscal			
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Nº de membros	2,50	3,00	2,58	7,00	7,00	7,00	0,00	0,00	0,00
Nº de membros remunerados	2,50	3,00	2,58	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.167.916,92	1.064.639,92	897.999,96	102.905,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor da menor remuneração(Reais)	1.167.574,92	891.854,28	744.000,00	102.905,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor médio da remuneração(Reais)	1.106.166,87	1.007.044,71	838.293,50	102.905,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2019	Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.
31/12/2018	N/A
31/12/2017	Valor mínimo apurado com a exclusão de membros do órgão pois cargo foi exercido por período inferior a 12 meses.

Conselho de Administração	
31/12/2019	Em 2019, apenas um membro do Conselho de Administração foi remunerado.
31/12/2018	N/A
31/12/2017	N/A

Conselho Fiscal	
-----------------	--

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Nos termos da apólice de D&O, foi contratada extensão de cobertura para prazo complementar perpétuo para aposentados. Dessa forma, a seguradora concederá prazo complementar perpétuo para qualquer segurado aposentado na hipótese de: (i) a apólice não ser renovada ou substituída por outra cobertura semelhante; ou (ii) a apólice ser renovada ou substituída por outra apólice ou cobertura semelhante, mas tal apólice de renovação ou substituição não conceder, para tais segurados, um prazo complementar de, no mínimo, 6 anos.

Entende-se por “segurado aposentado” qualquer segurado da sociedade que tenha se aposentado durante o período de vigência do seguro D&O e que não tenha exercido nenhum cargo posterior como segurado em qualquer outra empresa.

A apólice foi contratada com a AIG Seguros Brasil S.A., em 27 de dezembro de 2020, com validade até 27 de dezembro de 2021. O valor total do prêmio do seguro contratado foi de R\$53,7 mil, com limite máximo de garantia no valor de R\$20.000.000,00.

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

A tabela abaixo apresenta o percentual na remuneração total detido por administradores que também são controladores nos três últimos exercícios sociais.

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2019	2018	2017
Conselho de Administração	0%	0%	0%
Diretoria	88%	74%	79%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não foram reconhecidos valores no resultado da Companhia como remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam nos três últimos exercícios sociais.

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Não aplicável, visto que nenhuma remuneração de administradores ou membros do conselho fiscal da Companhia é reconhecida no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, das sociedades sob controle comum e das controladas da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

13.16 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 13.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos

(a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de empregados da Companhia e suas controladas nos períodos indicados:

Número de empregados (Por região)	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Corporativo				
Cargos Administrativos	301	233	210	162
Departamento de Compliance e Controles Internos	4	0	0	0
Auditoria Interna	1	0	0	0
Franqueadora	22	21	14	21
Total	328	254	224	183
Regional São Paulo				
Consultoras de Atendimento	359	375	346	290
Fisioterapeutas	424	424	371	245
Gerentes de Lojas	138	141	142	131
Call Center	1	4	25	25
Auxiliares de Limpeza	2	2	6	6
Biomédicas	4	9	6	0
Total	928	955	896	697
Regional Sul				
Consultoras de Atendimento	155	101	74	16
Fisioterapeutas	171	106	76	15
Gerentes de Lojas	57	33	31	5
Call Center	0	0	0	0
Cargos Administrativos	1	0	1	1
Auxiliares de Limpeza	18	14	12	1
Total	402	254	194	38
Regional RJ/ES				
Consultoras de Atendimento	163	153	119	16
Fisioterapeutas	216	171	145	14
Gerentes de Lojas	65	54	39	6
Call Center	0	1	1	0
Cargos Administrativos	0	12	14	0
Auxiliares de Limpeza	0	0	1	0
Total	444	391	319	36
Regional SPI/MG (unidades fora das capitais dos Estados de São Paulo e Minas Gerais)				
Consultoras de Atendimento	181	161	107	50
Fisioterapeutas	188	166	97	41
Gerentes de Lojas	56	55	40	30
Call Center	0	0	0	0
Cargos Administrativos	4	8	10	3
Auxiliares de Limpeza	19	9	8	2
Total	448	399	262	126
Regional CO/N/NE				
Consultoras de Atendimento	200	99	23	15
Fisioterapeutas	216	99	18	12
Gerentes de Lojas	66	34	11	10
Call Center	0	0	0	0
Cargos Administrativos	1	9	0	0
Auxiliares de Limpeza	5	1	0	0
Total	488	242	52	37
TOTAL	3038	2495	1947	1117

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

(b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

A Companhia apresenta abaixo o número consolidado de terceirizados da Companhia e suas controladas nos períodos indicados:

Número de terceirizados				
	30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
Regional São Paulo				
Manutenção condicionado Ar	6	4	0	0
Manutenção Predial	2	2	0	0
Limpeza	46	43	41	31
Segurança	26	22	0	0
Desenvolvimento de Sistemas	1	0	0	0
Total	81	71	41	31
Regional SPI/MG (unidades fora das capitais dos Estados de São Paulo e Minas Gerais)				
Manutenção condicionado Ar	2	1	0	0
Manutenção Predial	2	1	0	0
Limpeza	45	44	37	25
Segurança	2	2	0	0
Total	51	48	37	25
Regional RJ/ES				
Manutenção condicionado Ar	2	2	0	0
Manutenção Predial	4	2	0	0
Limpeza	19	15	0	0
Segurança	0	0	0	0
Total	25	19	0	0
Regional CO/N/NE				
Manutenção condicionado Ar	0	0	0	0
Manutenção Predial	0	0	0	0
Limpeza	17	0	0	0
Segurança	0	0	0	0
Total	17	0	0	0
SUL				
Manutenção condicionado Ar	0	0	0	0
Manutenção Predial	0	0	0	0
Limpeza	2	2	0	0
Segurança	0	0	0	0
Total	2	2	0	0

(c) índice de rotatividade

A Companhia apresenta abaixo o índice de rotatividade (média mensal) da Companhia e suas controladas nos períodos indicados:

30/09/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017
4,20%	4,12%	3,68%	6,48%

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

14.2 - Alterações relevantes – Recursos humanos

Não houve qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 deste Formulário de Referência.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

(a) política de salários e remuneração variável

A Companhia possui a premissa de valorização dos cargos conforme sua contribuição para o desempenho do negócio, independentemente de exercerem ou não posições de comando, viabilizando também a valorização de cargos técnicos.

Os principais princípios que norteiam a política de remuneração são: **(i)** a aplicação de critérios e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das diferentes estruturas funcionais da Companhia; e **(ii)** assegurar a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

As razões que justificam a composição da remuneração paga aos empregados são incentivos para a melhoria de sua gestão e a retenção de seus funcionários, visando ganho pelo compromisso de resultados de curto e longo prazo.

A remuneração global dos empregados poderá ser constituída pelos seguintes componentes: **(i)** remuneração fixa; **(ii)** remuneração variável; **(iii)** benefícios; **(iv)** remuneração baseada em ações.

A remuneração fixa terá como objetivo a compensação direta pelas atividades desempenhadas, em linha com as práticas de mercado e será baseada nas responsabilidades do cargo e experiência individuais.

A remuneração variável terá como objetivo direcionar as ações dos empregados ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia, visando atender aos interesses de seus investidores, de seus clientes e demais stakeholders da Companhia, sujeitando-se ao atingimento de metas individuais e coletivas.

Os montantes a serem atribuídos no âmbito da remuneração variável deverão resultar de processo de avaliação objetiva e subjetiva do participante, sendo que a avaliação objetiva poderá resultar do cumprimento de metas anuais estabelecidas em contrato de gestão, enquanto a avaliação subjetiva será aquela realizada por superiores, pares e/ou subordinados, conforme venha a ser determinado pelo Conselho de Administração.

A parcela variável estará vinculada ao desempenho da própria Companhia, dependendo dos resultados e do alcance de metas individuais.

O pagamento da remuneração variável será realizado em até 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social avaliado.

(b) política de benefícios

A Companhia oferece aos seus funcionários os seguintes benefícios: plano de saúde, vale alimentação (mercado), vale-refeição (restaurante), vale-transporte, auxílio creche e convênios.

(c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não administradores

(i) grupos de beneficiários

São elegíveis como participantes do plano de remuneração baseado em ações os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia ou outras sociedades controladas da Companhia.

(ii) condições para o exercício

As opções serão concedidas ao participante mediante celebração do contrato, sem direito de exercício. A aquisição do direito ao exercício das opções pelo participante estará sujeita ao transcurso dos prazos de carência (1º aniversário ao 5º aniversário – adquirem direito a exercer 20% de opções a cada aniversário); e ao pagamento do prêmio que será definido nos respectivos contratos. O Conselho de Administração poderá antecipar, flexibilizar ou alterar os prazos de carência, em como definir prazos de carência diferenciados para cada participante.

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Na hipótese de o Conselho de Administração informar ao participante a ocorrência de um evento de liquidez, todos os prazos de carência serão imediatamente antecipados, devendo o participante realizar o pagamento do respectivo prêmio em até 15 dias, contados da data de referida notificação, para que suas opções se tornem opções adquiridas.

As opções adquiridas somente poderão ser exercidas mediante a ocorrência de um evento de liquidez, ou seja: (i) qualquer oferta pública de ações em bolsa de valores; (ii) qualquer operação ou ato societário, incluindo reorganizações societárias, cujo resultado seja alienação de controle, mediante a venda privada de parte ou da totalidade das ações a terceiro interessado, com efetivo recebimento do valor, ou parte do valor, em moeda corrente nacional; e (iii) qualquer alienação de ativos que representem a totalidade, ou substancialmente a totalidade, dos negócios da Companhia (excluídas quaisquer operações que envolvam a venda de participações minoritárias em outras sociedades).

(iii) preços de exercício

O preço de exercício de cada opção será equivalente ao preço da ação (equivalente a R\$ 55,03), devidamente corrigido pela variação do IPCA, desde a data de aprovação do programa até a data do seu efetivo pagamento.

(iv) prazos de exercício

As opções poderão ser exercidas pelos respectivos participantes durante um prazo de, no máximo, 6 (seis) anos, contados da data de aprovação do respectivo programa, sendo que o Conselho de Administração poderá, a seu exclusivo critério, reduzir referido prazo.

Cada participante terá o direito de exercer suas respectivas opções durante o prazo de, no máximo, 30 dias contados da data na qual o Conselho de Administração notificar os participantes sobre a ocorrência de um evento de liquidez, após o qual restarão automaticamente extintas as opções não exercidas.

(v) quantidade de ações comprometidas pelo plano

Cada opção exercida dará ao participante o direito de subscrever 1 (uma) ação.

As ações outorgadas representarão, no máximo, 10% do capital social total da Companhia, já considerados os efeitos de diluição dos demais acionistas da Companhia, decorrente do exercício das opções. Cada programa delimitará o número total de opções a serem concedidas. Exercida a opção, o capital social da Companhia deverá ser aumentado mediante a emissão de novas ações e os acionistas da Companhia não terão direito de preferência na outorga ou no exercício das opções.

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

O relacionamento da Companhia com os sindicatos tem como base a comunicação, compreensão, tolerância, sociabilidade, confiança e respeito. Deste modo, as negociações são sempre conduzidas de forma pacífica, não havendo histórico de greves e/ou paralisações nos últimos três exercícios sociais.

Seguem todos os sindicatos que a Companhia mantém relações e aos quais é filiada:

Relação de Sindicatos	
Regionais	(Por cargo)
Regional SP Capital/ Adm/ Franqueadora	
SINFITO-SP	Fisioterapeutas
SINSAUDE CAMPINAS E REGIÃO	Demais cargos
SINSAUDE-SP	Demais cargos
Regional Sul	
SINCAP - PR	Demais cargos
SIND DOS EMPR DE CAB INST BEL PR	Demais cargos
SIND EST SAUDE CASCAVEL E REGIÃO	Demais cargos
SIND EST SAUDE FOZ DO IGUAÇU E REGIÃO	Demais cargos
SIND EST SAUDE MARINGÁ E REGIÃO (shessmar)	Demais cargos
SIND EST SAUDE PATO BRANCO	Demais cargos
SIND SAUDE FOZ DO IGUAÇU	Demais cargos
SINDESC-PR	Demais cargos
SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇO DE SAÚDE DO SUDOESTE DO PARANÁ	Demais cargos
SINDIFISIO-RS	Fisioterapeutas
SINDISAÚDE BAGÉ	Demais cargos
SINDISAÚDE CAXIAS DO SUL	Demais cargos
SINDISAÚDE IJUÍ	Demais cargos
SINDISAÚDE NOVO HAMBURGO	Demais cargos
SINDISAÚDE PASSO FUNDO	Demais cargos
SINDISAÚDE PELOTAS	Demais cargos
SINDISAÚDE SANTA MARIA	Demais cargos
SINDISAUDE-RS	Demais cargos
SINFITO-PR	Fisioterapeutas

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Regional RJ/ES	
SEMPRIBEL-RJ	Demais cargos
SIND EST SAUDE DO ESPÍRITO SANTO	Demais cargos
SINDIFITO-ES	Fisioterapeutas
SINFITO-RJ	Fisioterapeutas
SINSAUDE - RJ	Demais cargos
SINTRASAÚDE	Demais cargos
Regional SPI/MG	
FENAFITO/SICAFITO	Fisioterapeutas
SEESS CONTAGEM E REGIÃO	Demais cargos
SEESSVARG	Demais cargos
SIND DOS TRAB EM SERV SAUDE CRICIUMA	Demais cargos
SIND EMP SERV SAUDE JOIN E REGIÃO	Demais cargos
SIND EMPR SERV DE SAUDE DE FLORIANOPOLIS	Demais cargos
SIND EST SAUDE CRICIUMA E REGIÃO	Demais cargos
SIND EST SAUDE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO	Demais cargos
SIND EST SAUDE TUBARÃO E REGIÃO	Demais cargos
SIND SAUDE JUIZ DE FORA	Demais cargos
SINDEES RIBEIRÃO PRETO E REGIÃO	Demais cargos
SINDEESS BH E REGIÃO	Demais cargos
SINFITO-MG	Fisioterapeutas
SINFITO-SP	Fisioterapeutas
SINSAUDE ARACATUBA E REGIÃO	Demais cargos
SINSAUDE CAMPINAS E REGIÃO	Demais cargos
SINSAUDE FRANCA	Demais cargos
SINSAUDE JUNDIAÍ E REGIÃO	Demais cargos
SINSAUDE PIRACICABA	Demais cargos
SINSAUDE PRESIDENTE PRUDENTE	Demais cargos
SINSAUDE SJ DO RIO PRETO E REGIÃO	Demais cargos
SINSAUDE SJC E REGIÃO	Demais cargos
SINSAUDE SOROCABA	Demais cargos

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

SINSAUDE-SP	Demais cargos
SINTRASAÚDE	Demais cargos
SINTRASAÚDE-MG	Demais cargos
SITESSCH	Demais cargos
Regional CO/N/NE	
SIMAFISIO-MA	Fisioterapeutas
SIND DOS EMPR SERV SAUDE TO	Demais cargos
SIND DOS TRAB SAUDE EST AM	Demais cargos
SIND SAUDE RONDONIA	Demais cargos
SINDIBELEZA FORTALEZA-CE	Demais cargos
SINDICATO HOSPITAIS CLIN C SAUDE - PE	Demais cargos
SINDISAUDE-MA	Demais cargos
SINDSAUDE-DF	Demais cargos
SINFISIO - MT	Fisioterapeutas
SINFITO - AM	Fisioterapeutas
SINFITO - TO	Fisioterapeutas
SINFITO-CE	Fisioterapeutas
SINFITO-PE	Fisioterapeutas
SINFITO-SP	Fisioterapeutas
SINSAUDE-MT	Demais cargos
SINTASA - SE	Demais cargos
SINTRAFA	Fisioterapeutas
Estudioface	
SINBIESP	Biomédicas
SINDBELEZA	Demais cargos

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

14.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 14.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	CPF/CNPJ	Última alteração	CPF/CNPJ	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Ações preferenciais %		Ações preferenciais %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação									
Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia									
26.290.061/0001-24	Brasileira-SP	Sim		Não	09/11/2020				
Não									
58.149.220		33,030%	0			0,000%	58.149.220		33,030%
SMZXP Participações Ltda.									
22.377.621/0001-21	Brasileira-SP	Sim		Sim	21/02/2018				
Não									
13.826.660		7,860%	0			0,000%	13.826.660		7,860%
Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto									
486.540.197-00	Brasileiro-SP	Sim		Sim	21/02/2018				
Não									
14.202.380		8,070%	0			0,000%	14.202.380		8,070%
Ygor Alessandro de Moura									
651.412.881-53	Brasileiro-SP	Sim		Sim	21/02/2018				
Não									
57.479.380		32,650%	0			0,000%	57.479.380		32,650%
Paulo José Iász de Morais									
091.195.798-70	Brasileiro-SP	Sim		Sim	21/02/2018				
Não									
32.374.020		18,390%	0			0,000%	32.374.020		18,390%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	CPF/CNPJ			
Acionista Residente no Exterior		Ações ordinárias %		Ações preferenciais %		Ações preferenciais %		Ações preferenciais %	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		Ações %		Ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %							
OUTROS	0	0,000%	0	0	0,000%	0	0	0,000%	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:									
	0	0,000%	0	0	0,000%	0	0	0,000%	0,000%
TOTAL	176.031.660	100,000%	0	0	0,000%	176.031.660	176.031.660	100,000%	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
SMZXP Participações Ltda.						
				CPF/CNPJ acionista	22.377.621/0001-21	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
SMZTO PARTICIPAÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA						
11.009.815/0001-58						
Não		Não		Sim		19/06/2017
6.000	60,000	0	0,000	6.000	60,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
TOTAL						
10.000	100,000	0	0,000	10.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)		Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
						Composição capital social
						11.009.815/0001-58
SMZTO PARTICIPAÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
Bruno Henrique Pinto Semenzato						
361.516.238-27		Não	Não		30/10/2019	
Não						
1	1,000	0	0,000	1	1	1,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
SMZTO INVESTIMENTOS LTDA						
10.487.766/0001-04		Não	Sim		30/10/2019	
Não						
2.499.999	99,000	0	0,000	2.499.999	2.499.999	99,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
				CPF/CNPJ acionista		
				11.009.815/0001-58		
SMZTO PARTICIPAÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA						
TOTAL						
2.500.000	100,000	0	0,000	2.500.000	100,000	

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo pessoa		CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
XUXA PROMOÇÕES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000
LUIZ CLÁUDIO LOPES MOREIRA						
722.600.257-49		Não	Não	06/03/2017		
Não						
251.601	10,000	0	0,000	251.601	10,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
MARIA DA GRAÇA XUXA MENEGHEL						
669.384.817-68		Não	Sim	06/03/2017		
Não						
2.264.409	90,000	0	0,000	2.264.409	90,000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000				
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	0,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
XUXA PROMOÇÕES E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA						
TOTAL						
2.516.010	100,000	0	0,000	2.516.010	100,000	
				28.176.667/0001-69		

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA	CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário			Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	Composição capital social
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
SMZTO INVESTIMENTOS LTDA						
CPF/CNPJ acionista						
10.487.766/0001-04						
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0	0,000
BEATRIZ GIOVANA PINTO SEMENZATO						
361.516.208-01	Não	Não	Não	Não	30/10/2019	
Não						
1	1,000	0	0,000	0,000	1	1,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Ações %		
TOTAL	0	0,000				
Bruno Henrique Pinto Semenzato						
361.516.238-27	Não	Não	Não	Não	30/10/2019	
Não						
1	1,000	0	0,000	0,000	1	1,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Ações %		
TOTAL	0	0,000				
José Carlos Semenzato						
078.956.108-56	Não	Não	Sim	Sim	30/10/2019	
Não						
2.499.998	98,000	0	0,000	0,000	2.499.998	98,000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %	Ações %	Ações %		
TOTAL	0	0,000				

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
SMZTO INVESTIMENTOS LTDA				10.487.766/0001-04		
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
TOTAL						
2.500.000	100,000	0	0,000	2.500.000	100,000	

15.3 - Distribuição de Capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	07/01/2021
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	3
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

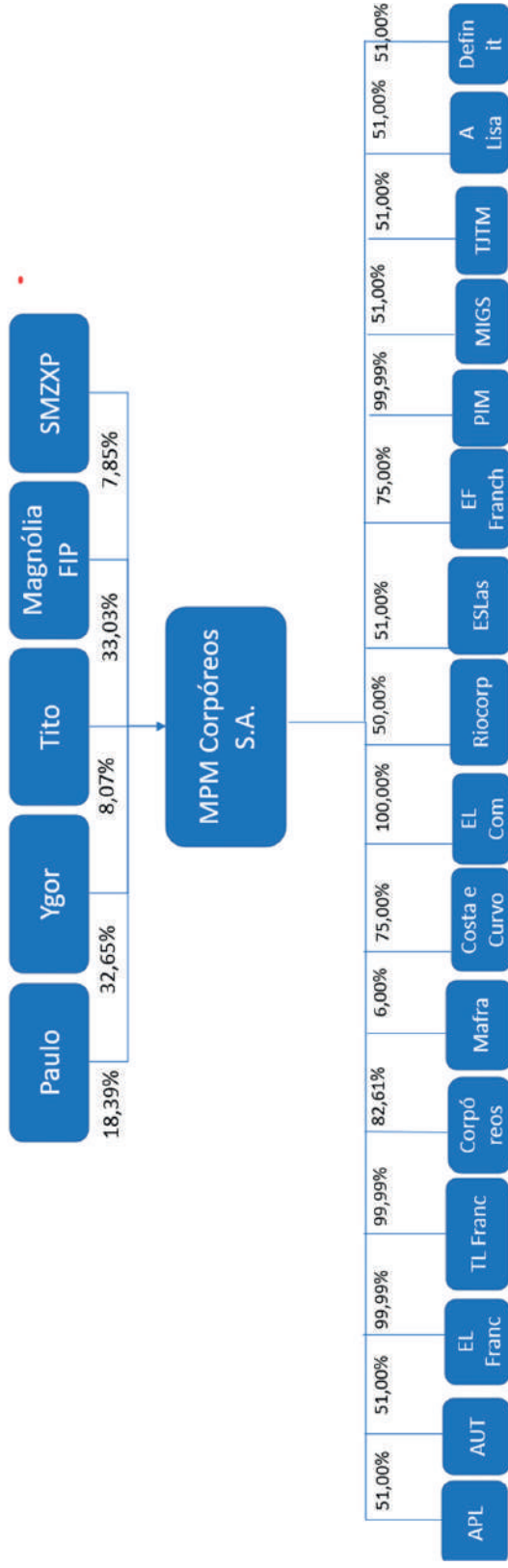
Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	58.149.220	33,030%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	58.149.220	33,030%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



Legenda

- Paulo Paulo José de Iász de Moraes
- Ygor Ygor Alessandro de Moura
- Títo Títo Virgílio Augusto Veiga Pinto
- Magnólia FIP Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia
- SMZXP SMZXP Participações
- APL APL Participações Societárias S.A.
- AUT AUT Estética S.A.
- EL Franc EL Franchising Ltda.
- TL Franc TL Franchising Ltda.
- Corpóreos Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.
- MAFRA Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda.
- Costa Costa & Curvo Estética Ltda.

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico

EL Com EL Commerce - Plataforma Digital Para Intermediação De Negócios Ltda.
Rocorp Riocorp Serviços Estéticos Ltda.
Est. Las ES LASER,
EF Franch EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda.
PMW PIM Serviços Administrativos Ltda.
MGS M.I.G.S Serviços Estéticos S.A.
TJTM Tjm Serviços Estéticos S.A.
A.LISA A. Lisa Depilação A Laser S.A.
DEFINIT HR-ARG

A estrutura societária da Companhia contém Controladas diretas e indiretas, sendo certo que no organograma acima foram mencionadas as controladas diretas. As Controladas indiretas da Companhia encontram-se listadas no item 15.8 deste Formulário de Referência.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Acionistas	
Partes	Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (que passou a incorporar a totalidade dos direitos e obrigações da CMN Solutions A0401 Participações S.A.) (“ Acionista Minoritário ”); Ygor Alessandro de Moura (“ Ygor ”); Paulo José de Iász de Moraes (“ Paulo ”); Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto (“ Tito ”); SMZXP Participações Ltda. (“ SMZXP ”, sendo Ygor, Paulo, Tito e SMZXP, em conjunto, os “ Acionistas Controladores ”) e como intervenientes anuentes MPM Corpóreos S.A. (“ Companhia ”); Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“ Corpóreos ”); EL Franchising Ltda. (“ EL Franchising ”); TL Franchising Ltda. (“ TL ”); YAM Participações Ltda. (“ YAM ”); PIM Serviços Administrativos Ltda. (“ PIM ”) e YTP Participações Ltda. (“ YTP ”).
Data de celebração	O acordo de acionistas (“ Acordo de Acionistas ”) foi celebrado em 27 de dezembro de 2016 e aditado em 31 de dezembro de 2019.
Prazo de vigência	20 (vinte) anos contados da data de celebração (27 de dezembro de 2036), podendo ser automaticamente prorrogado por igual período caso nenhum dos acionistas se manifestar em contrário, por escrito, em até 6 meses antes do fim do prazo inicial. Este Acordo de Acionistas será terminado com a entrada em vigor do Acordo de Acionistas celebrado em 4 de janeiro de 2021, pelo Acionista Minoritário (ou Investidor) e pelos Acionistas Controladores, previsto abaixo.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	A aprovação das matérias em assembleia dependerá do voto afirmativo dos acionistas que representem a maioria simples do capital social da Companhia, exceto quando for necessário quórum qualificado. Será necessário 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social votante da Companhia para a aprovação das seguintes matérias: <ul style="list-style-type: none"> • quaisquer alterações aos estatutos/contratos sociais das Sociedades Relevantes que afetem adversamente os direitos do Acionista Minoritário no âmbito do Acordo de Acionistas, incluindo qualquer mudança no número de Diretores que compõem a Diretoria; • qualquer aumento do capital social da Companhia; • qualquer redução do capital social da Companhia, exceto reduções para compensar perdas acumuladas; • dissolução, liquidação, extinção ou rescisão do status de liquidação da Companhia; • qualquer cisão, fusão, consolidação, <i>drop</i>, <i>down</i>, desdobramento, associação ou outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto por reorganizações internas envolvendo apenas as Sociedades Relevantes; • a venda, disposição, leasing, locação ou transferência de todos ou parcela substancial dos ativos das Sociedades Relevantes; • a aprovação anual do montante global da remuneração da administração; • a implementação de qualquer plano de remuneração baseado em ações (incluindo, sem limitação, planos de ações, ações e bônus de subscrição restritos);

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<ul style="list-style-type: none"> qualquer mudança na política de dividendos das Sociedades Relevantes estabelecidas em seu Estatuto Social ou contrato social, conforme aplicável; e autorização aos administradores das Sociedades Relevantes para solicitar ou declarar falência, requerer a dissolução ou liquidação das Sociedades Relevantes, nomear e destituir liquidantes, bem como encerrar o processo de falência ou liquidação das Sociedades Relevantes, conforme aplicável. <p>Nos termos do Acordo de Acionistas, “Sociedades Relevantes” significam coletivamente a Companhia e suas atuais e futuras Subsidiárias (Corpóreos, El Franchising, YAM, PIM e YTP).</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</p>	<p>O Conselho de Administração da Companhia é composto por até 7 (sete) membros com mandato de um ano, permitida a reeleição.</p> <p>Desde que detenham conjuntamente, pelo menos, 50% + 1 (cinquenta por cento mais uma) ação representativa do capital social da Companhia, os Acionistas Controladores, agindo em conjunto, terão sempre o direito de eleger e substituir, a qualquer momento, 4 (quatro) membros do Conselho de Administração. e seus respectivos suplentes (incluindo o Presidente do Conselho de Administração).</p> <p>Desde que detenha 10% (dez por cento) ou mais do capital social total e votante da Companhia, o Acionista Minoritário terá o direito de eleger e substituir, a qualquer momento, 3 (três) membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes. No entanto, caso o Acionista Minoritário deixe de deter 10% (dez por cento) ou mais do capital social total e votante da Companhia, perderá o direito de eleger e substituir qualquer membro do Conselho de Administração, passando tal direito, automaticamente e sem necessidade de qualquer aviso prévio, aos Acionistas Controladores. Além disso, se o Acionista Minoritário detiver novamente 15% (quinze por cento) ou mais do capital social total e votante da Companhia, será a ele restaurado o direito de nomear os membros do Conselho de Administração de acordo com as disposições acima, conforme aplicável. O mesmo procedimento se aplica para a indicação do CFO. O Acionista Minoritário não poderá exigir voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração.</p> <p>A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) diretores, sendo um deles o Diretor Presidente (CEO), o outro o Diretor Financeiro (CFO) e o terceiro sem designação específico, com mandato de 2 (dois) anos.</p> <p>O CEO será indicado (e substituído quando necessário) pelos Acionistas Controladores.</p> <p>Caso o CEO precise ser substituído por (i) vacância; (ii) remoção por justa causa (de acordo com as hipóteses previstas no Acordo de Acionistas); ou (iii) remoção por baixo desempenho da Companhia; em qualquer hipótese desde que o Acionista Minoritário seja titular de, pelo menos, 10% (dez por cento) do capital social total e votante da Companhia, o Conselho de Administração contratará os serviços de uma agência de recrutamento internacional especializada para a procura e indicação de candidatos potenciais. A agência de recrutamento especializada deverá apresentar uma lista de, no mínimo, 3 (três) candidatos ao Conselho de Administração, para a eleição de um novo CEO, desde que o membro do Conselho de Administração indicado pelo Acionista Minoritário tenha o direito de:</p> <ul style="list-style-type: none"> participar em todas as fases do processo de recrutamento; e

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<ul style="list-style-type: none"> vetar a eleição de candidatos escolhidos pela maioria do Conselho de Administração, situação na qual a agência de recrutamento especializada deverá apresentar uma nova lista de 3 (três) outros candidatos para eleição do Conselho de Administração.
<p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p>	<p>Transferências Permitidas. Nos termos do Acordo de Acionistas, são consideradas “Transferências Permitidas” as transferências de Ações:</p> <ul style="list-style-type: none"> qualquer acionista a seu controlador na data de assinatura do Acordo de Acionistas ou a uma subsidiária controlada por tal acionista e no qual ele detenha a totalidade do capital social total e votante de tal subsidiária, exceto por 1 (uma) ação ou quota, conforme aplicável; desde que a (i) o acionista adquirente se comprometa, a não ser um concorrente; e (ii) o acionista adquirente se comprometa a recomprar imediatamente as ações transferidas caso tal Acionista deixe de deter a totalidade do capital social total e votante da referida subsidiária, exceto por 1 (uma) ação ou quota, conforme o caso; qualquer transferência de ações em virtude da antecipação de herança legítima, a qualquer título, em virtude de sucessão universal, causa mortis, doação ou qualquer outro arranjo entre cônjuges, pais e filhos, ou qualquer determinação unilateral (isto é, testamento); e qualquer transferência de cotas emitidas pela Magnólia FIP entre os cotistas existentes e/ou quaisquer afiliadas do Magnólia FIP, na medida em que tais cotistas e afiliadas do Magnólia FIP não sejam concorrentes e a referida transferência não represente uma transferência indireta de ações para um Acionista da Companhia; e/ou (b) direitos de subscrição de cotas a serem emitidas pela Magnólia FIP para seus cotistas existentes, na medida em que tal transferência não resulte em uma venda secundária envolvendo cotas de propriedade dos cotistas relevantes do Magnólia FIP e não represente uma transferência indireta de ações para um acionista. <p>A Transferência Permitida somente será válida e eficaz se comunicada aos outros acionistas com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência da data em que for ocorrer; se comprovado que a pessoa para quem as ações serão transferidas concorda e adere ao Acordo de Acionistas, assumindo os direitos e obrigações nele elencados; e que o acionista que transferiu as ações assine um instrumento se obrigando solidariamente com o acionista para quem as ações serão transferidas pelo cumprimento de todas as obrigações no âmbito do Acordo de Acionistas.</p> <p>Lock-up. Exceto pelas Transferências Permitidas, os acionistas não poderão transferir nenhuma de suas ações, a qualquer título, para qualquer terceiro, pelo período de 3 (três) anos a contar da data de celebração do Acordo de Acionistas (“Período de Lock-Up”).</p> <p>Quaisquer transferências de ações ou a criação de ônus sobre as ações em desacordo com o disposto no Acordo de Acionistas serão nulas e sem efeito e a Companhia deverá se abster de registrá-las. No caso de ações de propriedade de qualquer dos acionistas serem penhoradas ou sujeitas a ônus involuntário, referido acionista deverá pagar a dívida relacionada ao penhor ou ônus ou substituir as ações oneradas por fiança bancária, caução ou outra garantia aceita pela parte contrária ou autoridade governamental que solicitou tal penhor ou ônus no prazo de 30 dias contados da data de constituição do penhor ou ônus, sob pena de suspensão, independentemente de aviso prévio, de todos os direitos políticos e econômicos do acionista devedor no âmbito do Acordo de Acionistas até a data em que as ações oneradas sejam liberadas.</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>Direito de Primeira Oferta. Após o fim do Período de Lock-Up, caso qualquer acionista deseje transferir a totalidade ou parte de suas ações para um terceiro, deverá enviar notificação por escrito aos demais acionistas, para que tais acionistas, a seu exclusivo critério, exercer o seu direito de primeira oferta para a aquisição de tais ações. Caso o acionista alienante não aceite a(s) oferta(s) realizada(s) pelos demais acionistas, poderá vender suas ações para um terceiro, desde que em condições mais favoráveis.</p> <p>Drag-along. Se, a qualquer momento após o fim do Período de Lock-Up, o Acionista Minoritário optar por iniciar um processo para uma transação de venda total, fica acordado que o Acionista Minoritário terá o direito de exigir que os outros Acionistas vendam a terceiros as ações de sua propriedade na Companhia. O drag along é exercível, entretanto, apenas no caso de venda da totalidade das ações da Companhia.</p> <p>Tag-along. Se os acionistas (agindo em conjunto ou individualmente) receberem uma oferta vinculativa de um terceiro ("Oferta Vinculante") para transferir ações ofertadas que representem mais de 50% (cinquenta por cento) do capital social total e votante da Companhia, tais acionistas devem enviar um aviso por escrito aos outros acionistas informando o recebimento da Oferta Vinculante e anexando tal Oferta Vinculada, de modo que o acionista ofertado possa exigir que tal terceiro adquira todas (e não menos que todas) as ações detidas por eles nos termos, condições e pelo preço por ação pelo qual o acionista transferirá suas ações a tal terceiro. No caso de os Acionistas Controladores receberem uma Oferta Vinculante para transferir ações que representem menos que 50% (cinquenta por cento) do capital social total e votante da Companhia, o ofertado obriga-se a oferecer e transferir suas ações ao terceiro nos mesmos termos, condições e pelo mesmo preço pelo qual o acionista ofertante transferirá as ações de sua titularidade ao terceiro. Nesse caso, o tag along será proporcional à participação de cada acionista ofertado que exerceu seu direito.</p> <p>No caso de registro da Companhia como uma sociedade anônima de capital aberto e o registro de oferta pública de distribuição de valores mobiliários, o Acionista Minoritário terá o direito de incluir todas as ações de sua propriedade na oferta antes da inclusão de quaisquer ações de titularidade dos Acionistas Controladores.</p>
<p>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</p>	<p>O CEO é indicado pelos Acionistas Controladores e o CFO pelo Acionista Minoritário, conforme as regras acima dispostas. Portanto, o voto dos membros do Conselho de Administração para a eleição dos Diretores é vinculado a tais regras de indicação.</p> <p>Ademais, as matérias deliberadas pelo do Conselho de Administração dependerão do voto da maioria simples dos membros do Conselho de Administração, porém as seguintes matérias dependem do voto de, pelo menos, um membro do Conselho de Administração indicado pelo Acionista Minoritário (desde que este detenha 10% (dez por cento) ou mais do capital social total e votante da Companhia):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do orçamento anual das Sociedades Relevantes e quaisquer modificações ou aditamentos a tal orçamento; • Aprovação do plano de negócios das Sociedades Relevantes para os próximos 5 (cinco) exercícios fiscais; • Qualquer aquisição ou disposição de ativos pelas Sociedades Relevantes (exceto por ações detidas em outras companhias) em montante superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por operação (exceto se autorizadas no orçamento anual);

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<ul style="list-style-type: none"> • Constituição de qualquer sociedade, bem como a aquisição ou disposição de quotas, ações ou outros títulos de participação no capital social, associação ou joint ventures por qualquer das Sociedades Relevantes, exceto se previamente autorizadas no orçamento anual; • Celebrar ou rescindir qualquer acordo de acionistas, acordo de sócios ou acordos de voto em relação à participação da Companhia em outras Pessoas; • Gastos superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (por operação ou em um conjunto de operações em um período de 12 (doze) meses, exceto se previamente autorizado no orçamento anual); • Aprovação de qualquer proposta de resgate, recompra ou amortização de garantias da Companhia ou de suas subsidiárias; • Eleição, reeleição ou substituição de diretores das Sociedades Relevantes (caso a administração das Sociedades Relevantes não seja conduzida pelos membros diretores da Companhia); • Aprovação da contratação de qualquer pessoal cuja remuneração anual total ultrapasse R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) por ano; • Gravames sobre a participação da Companhia em qualquer das subsidiárias; • Aprovação de operação, negócio ou contrato com partes relacionadas (exceto se previamente aprovadas no orçamento anual), incluindo a prestação de garantias; • Qualquer forma de associação ou parceria das Sociedades Relevantes com terceiros, incluindo joint ventures (exceto pela preferência para abertura de novas lojas compartilhadas com a participação de determinadas pessoas ou em determinados locais, ou se previamente aprovadas no orçamento anual); • Qualquer decisão material referente a aspectos fiscais ou contábeis, bem como modificação de práticas contábeis relevantes, práticas, políticas e procedimentos (exceto se exigido por lei); • Celebrar contratos que limitem ou restrinjam direitos de propriedade intelectual da Companhia ou suas subsidiárias, incluindo aditivos aos contratos de franquia; • Iniciar processo ou fazer acordos em demandas que envolvam valores acima de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); • Aprovar o registro de qualquer das Sociedades Relevantes como companhia aberta ou companhia que emita valores mobiliários que podem ser negociados no mercado de capitais, uma oferta pública inicial ou qualquer outra oferta de valores mobiliários pelas subsidiárias; • Celebração, rescisão ou alterações aos contratos envolvendo a marca “Espaçolaser” fora do curso normal dos negócios; e • Instalação e manutenção de qualquer comitê.
--	---

Acordo de Acionistas	
Partes	Ygor Alessandro de Moura (“ Ygor ”); Paulo José de Iász de Moraes (“ Paulo ”); Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto (“ Tito ”); SMZXP Participações Ltda. (“ SMZXP ”, e como interveniente-anuente a Companhia.
Data de celebração	27 de dezembro de 2016.

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

<p>Prazo de vigência</p>	<p>20 (vinte) anos contados da data de celebração (equivalente a 27 de dezembro de 2036), podendo ser automaticamente prorrogado por igual período caso nenhum dos Acionistas Controladores se manifestar em contrário, por escrito, em até 6 (seis) meses antes do fim do prazo inicial.</p> <p>Este Acordo de Acionistas será terminado com a entrada em vigor do Acordo de Acionistas celebrado em 4 de janeiro de 2021, pelo Ygor, Paulo, Tito e SMZXP, previsto abaixo.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle</p>	<p>Será necessária a realização de uma reunião prévia antes de qualquer assembleia geral da Companhia ou reunião do Conselho de Administração (“Reunião Societária”), convocadas em até 3 (três) dias úteis anteriores à referida Reunião Societária e realizada até o 2º (segundo) dia útil anterior à realização da respectiva Reunião Societária (“Reunião Prévia”).</p> <p>Cada ação representará um voto e uma matéria para ser aprovada necessitará do voto afirmativo de 70% (setenta por cento) dos Acionistas Controladores presentes na Reunião Prévia (quórum de instalação: presença de 100% (cem por cento) dos Acionistas Controladores em primeira convocação e presença dos Acionistas Controladores que representem 70% (setenta por cento) dos votos em segunda convocação).</p> <p>Na Reunião Prévia os Acionistas Controladores deverão deliberar sobre as matérias objeto da ordem do dia da Reunião Societária, definir e vincular o teor do voto de todos os Acionistas Controladores, bem como decidir sobre a indicação e substituição de quaisquer membros do Conselho de Administração,, da Diretoria, de eventuais comitês ou, ainda, de qualquer outro membro da administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias diretas ou indiretas que os Acionistas Controladores tenham o direito de indicar, para que seus votos sejam exercidos de forma uniforme.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</p>	<p>Com base no Acordo de Acionistas celebrado com o Acionista Minoritário, os Acionistas Controladores podem indicar e substituir 4 (quatro) membros do Conselho de Administração e o CEO, sendo que tais indicações serão definidas em Reunião Prévia, conforme o procedimento descrito acima.</p> <p>Os Acionistas Controladores poderão convocar os membros do Conselho de Administração por eles indicados, previamente à realização de qualquer reunião do Conselho de Administração para alinhar previamente sobre as deliberações a serem realizadas na referida reunião do Conselho de Administração, de modo que eles exerçam seu direito de voto uniformemente.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p>	<p>Não há cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.</p>
<p>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</p>	<p>O direito de voto dos membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle estará restrito ao decidido e acordado em Reunião Prévia pelos Acionistas Controladores.</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Acordo de Acionistas	
Partes	Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (que passou a incorporar a totalidade dos direitos e obrigações da CMN Solutions A0401 Participações S.A.) (" Investidor "); Ygor Alessandro de Moura (" Ygor "); Paulo José de Iász de Moraes (" Paulo "); Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto (" Tito "); SMZXP Participações Ltda. (" SMZXP ", sendo Ygor, Paulo, Tito e SMZXP, em conjunto, os " Acionistas Originais " e, em conjunto com o Investidor, " Acionistas ") e como intervenientes anuentes, a Companhia; Corpóreos Serviços Estéticos S.A. (" Corpóreos "); EL Franchising Ltda. (" EL Franchising "); TL Franchising Ltda. (" TL ") e PIM Serviços Administrativos Ltda. (" PIM ").
Data de celebração	4 de janeiro de 2021.
Prazo de vigência	20 (vinte) anos contados da data de divulgação do anúncio de início da oferta pública de ações da Companhia, podendo ser automaticamente prorrogado por igual período caso nenhum Acionista se manifestar sobre sua intenção de não o renovar, por escrito, em até 6 (seis) meses antes do fim do prazo inicial.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	<p>Reuniões Prévias</p> <p>Será necessária a realização de uma reunião prévia antes de qualquer assembleia geral da Companhia que contenha na ordem do dia qualquer Matéria Reservada da Assembleia Geral (conforme abaixo definido) ou reunião do Conselho de Administração que contenha na ordem do dia qualquer Matéria Reservada da Reunião do Conselho de Administração (conforme abaixo definido) ("Reunião Societária"), convocadas em até 3 (três) dias úteis anteriores à referida Reunião Societária e, caso não seja realizada em primeira convocação, deverá ser realizada no último dia útil antes da data da Reunião Societária ("Reunião Prévia").</p> <p>Matérias Reservadas</p> <p>Enquanto o Investidor detiver ações representando, no mínimo, 10% do capital social total da Companhia, as seguintes matérias a serem deliberadas em Assembleia Geral deverão ser discutidas em Reunião Prévia e sua aprovação dependerá da aprovação do Investidor ("Matéria Reservada da Assembleia Geral"):</p> <p>(a) qualquer alteração no estatuto ou contrato social da Companhia ou de suas subsidiárias que afete materialmente os direitos do Investidor previstos no Acordo de Acionistas;</p> <p>(b) a dissolução, liquidação, extinção ou conclusão do processo de liquidação da Companhia; e</p> <p>(c) autorização aos administradores da Companhia ou de suas subsidiárias para requerer ou decretar falência, pedir dissolução ou liquidação de tais sociedades, nomear e destituir liquidatários, liquidação da Companhia ou de suas subsidiárias, bem como encerrar processo de falência ou liquidação de tais sociedades.</p> <p>Enquanto o Investidor detiver ações representando, no mínimo, 5% do capital social total da Companhia, as seguintes matérias a serem deliberadas em Reunião do Conselho de Administração deverão ser discutidas em Reunião Prévia e sua aprovação dependerá da aprovação do Investidor ("Matéria Reservada da Reunião do Conselho de Administração"):</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>(a) a nomeação, contratação ou substituição dos auditores independentes da Companhia, se não for escolhido dentre a KPMG, PwC, EY ou Deloitte Touche Tohmatsu; e</p> <p>(b) a aprovação de novas transações, negócios ou acordos pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias em partes relacionadas em valor superior a R\$250.000,00, realizadas em uma ou mais transações relacionadas, desde que (i) toda e qualquer transação com Partes Relacionadas em vigor na data do Acordo de Acionistas; e (ii) toda e qualquer transação ou investimentos relativos à expansão das unidades franqueadas atualmente detidas por partes relacionadas; não estarão sujeitos à aprovação do Investidor.</p> <p>Caso o Investidor não compareça uma Reunião Prévia devidamente convocada ou, comparecendo à Reunião Prévia, não exercer expressamente seu veto, a matéria será considerada como se aprovada pelo Investidor.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais</p>	<p>Enquanto o Investidor detiver ações representativas de, no mínimo, 10% do capital social total da Companhia, o Conselho de Administração deverá ser composto por 8 membros, sendo 2 membros independentes em conformidade com o Regulamento do Novo Mercado, sendo que:</p> <p>(a) os Acionistas Originais, agindo em conjunto, terão o direito de eleger e substituir, a qualquer tempo, 4 membros e seus respectivos suplentes, incluindo o Presidente do Conselho de Administração;</p> <p>(b) o Investidor terá o direito de (i) eleger e substituir, a qualquer tempo, 1 membro e seu respectivo suplente; e (ii) ter uma cadeira para um observador nas Reuniões do Conselho de Administração e tal observador deverá ter acesso a todos os documentos apresentados e discutidos em reunião mas não terá direito de voto em qualquer deliberação; e</p> <p>(c) o Presidente do Conselho de Administração indicado pelos Acionistas Originais não terá voto de minerva em nenhuma deliberação a ser discutida em Reunião do Conselho de Administração.</p> <p>Enquanto o Investidor detiver ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social total da Companhia, o Investidor terá o direito, mas não a obrigação, de nomear um membro de qualquer comitê eventualmente criado pelo Conselho de Administração, incluindo Comitê de Auditoria e Comitê de Remuneração.</p> <p>Se o Investidor não detiver ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social total da Companhia, o Investidor perderá permanentemente o direito de eleger e substituir qualquer membro do Conselho de Administração ou a cadeira do observador.</p>
<p>Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las</p>	<p>Não há cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.</p>
<p>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</p>	<p>O direito de voto dos membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle estará restrito ao decidido e acordado em Reunião Prévia pelos Acionistas.</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Acordo de Acionistas	
Partes	Ygor Alessandro de Moura (“ Ygor ”); Paulo José de Iász de Moraes (“ Paulo ”); Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto (“ Tito ”); SMZXP Participações Ltda. (“ SMZXP ”), e como intervenientes-anuentes, a Companhia, a Corpóreos Serviços Estéticos Ltda., EL Franchising Ltda., TL Franchising Ltda. E PIM – Serviços Administrativos Ltda.
Data de celebração	4 de janeiro de 2021, conforme aditado em 23 de janeiro de 2021.
Prazo de vigência	20 (vinte) anos contados da data de divulgação do anúncio de início da oferta pública de ações da Companhia, podendo ser automaticamente prorrogado por igual período caso nenhum Acionista se manifestar sobre sua intenção de não o renovar, por escrito, em até 6 (seis) meses antes do fim do prazo inicial.
Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle	<p>Será necessária a realização de uma reunião prévia antes de qualquer assembleia geral da Companhia ou reunião do Conselho de Administração (“Reunião Societária”), convocadas em até 3 (três) dias úteis anteriores à referida Reunião Societária ou (ii) 1 (um) dia corrido da data em que for realizada uma convocação para uma reunião do Conselho de Administração e realizada até o 2º (segundo) dia útil anterior à realização da respectiva Reunião Societária (“Reunião Prévia”).</p> <p>Cada ação representará um voto e uma matéria para ser aprovada necessitará do voto afirmativo da maioria dos Acionistas Controladores presentes na Reunião Prévia.</p> <p>Na Reunião Prévia, os Acionistas deverão deliberar sobre as matérias objeto da ordem do dia da Reunião Societária e definir e vincular o teor do voto de todos os Acionistas, bem como decidir sobre a indicação e substituição de quaisquer membros do Conselho de Administração, da Diretoria, de eventuais comitês ou, ainda, de qualquer outro membro da administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias diretas ou indiretas que os Acionistas tenham o direito de indicar, para que seus votos sejam exercidos de forma uniforme e indicar ou destituir o Presidente do Conselho de Administração da Companhia.</p>
Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais	Em Reunião Prévia, os Acionistas deverão deliberar sobre a indicação e substituição de quaisquer membros do Conselho de Administração, da Diretoria, de eventuais comitês ou, ainda, de qualquer outro membro da administração da Companhia e/ou de suas subsidiárias diretas ou indiretas que os Acionistas tenham o direito de indicar, para que seus votos sejam exercidos de forma uniforme e indicar ou destituir o Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Os conselheiros independentes da Companhia não terão seu exercício de voto vinculado ao acordo.
Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las	<p>Os Acionistas não poderão transferir ou constituir ônus ou de outra forma negociar, a qualquer título ou por quaisquer meios, no todo ou em parte, suas ações, sem observar as disposições no Acordo de Acionistas. Qualquer negociação ou transferência de ações ou, ainda, a criação de quaisquer ônus sobre as ações em violação ao Acordo de Acionistas não será eficaz perante os Acionistas, a Companhia ou quaisquer terceiros.</p> <p>Direito de Preferência</p> <p>Caso a SMZXP receba uma oferta firme de terceiro (“Potencial Adquirente”) para transferir privadamente (isto é, fora do ambiente de negociação da B3 ou do contexto de uma oferta pública) parte ou a totalidade de suas ações, deverá antes de celebrar qualquer documento vinculativo com o referido terceiro,</p>

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

	<p>notificar por escrito os demais Acionistas (“Acionistas Remanescentes”) para que os Acionistas Remanescentes, a seu exclusivo critério, exerçam o direito de preferência e adquiram as ações ofertadas, pelo mesmo preço e sob as mesmas condições oferecidas pelo Potencial Adquirente, cumprindo os procedimentos de notificações e prazos estabelecidos no Acordo de Acionistas. Caso a SMZXP decida concluir a alienação das ações ofertadas, a SMZXP deverá a informar a Companhia e os Acionistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, para que as ações da SMZXP sejam desvinculadas do Acordo de Acionistas, exceto se os Acionistas Remanescentes, a seu exclusivo critério, decidirem manter as ações da SMZXP transferidas ao Potencial Adquirente vinculadas ao Acordo de Acionistas, hipótese em que o terceiro Potencial Adquirente deverá aderir de forma irrestrita, incondicional e expressa a todos os termos do Acordo de Acionistas. O respectivo termo de adesão deverá ser firmado pelo novo acionista e arquivado na sede da Companhia na data de sua assinatura.</p> <p>Transferência em Bolsa</p> <p>Observado eventual período de restrição à transferência de ações assumido pelos Acionistas contratualmente, cada Acionista, a qualquer tempo, poderá solicitar à Companhia, mediante notificação por escrito à Companhia e aos demais Acionistas, a desvinculação de parte ou da totalidade de suas Ações para o fim exclusivo de aliená-las na B3, inclusive por meio de leilão (<i>block trade</i>) (conforme parâmetros estipulados na Instrução CVM 168 ou em qualquer outra regulamentação aplicável sobre a matéria), permanecendo tais ações, não obstante, sujeitas aos termos do Acordo de Acionistas até o momento de sua efetiva alienação.</p>
<p>Descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto dos membros de conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle</p>	<p>O direito de voto dos membros do Conselho de Administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle estará restrito ao decidido e acordado em Reunião Prévia pelos Acionistas.</p>

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor


As alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos últimos três exercícios sociais foram descritas no item 15.7 deste Formulário de Referência.

15.7 - Principais Operações Societárias

15.7 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Para efeitos deste item, a Companhia utiliza como critério de relevância operações com valor envolvido superior a R\$11,2 milhões, o que representa 5% do Patrimônio Líquido da Companhia (R\$224,3 milhões em 30 de setembro de 2020), bem como eventos societários que prevejam opções de compra.


2020

a. evento	Aquisição da B JL Clínica Estética Ltda. (“BJL”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 04 de setembro de 2020</p> <p>Objeto: Aquisição da totalidade (100%) das quotas representativas do capital social da B JL.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 1.963.169,56.</p> <p>Não Competição: dos vendedores, pelo prazo de 5 anos contados da data de assinatura.</p>
c. sociedades envolvidas	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., B JL Clínica Estética Ltda. e EL Franchising Ltda., além dos vendedores pessoas físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a ser titular da totalidade das quotas do capital social da B JL. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a B JL passou a ser controlada indiretamente pela Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	 <pre> graph TD subgraph Antes C1[Companhia] --> CO1[Corpóreos] end subgraph Depois C2[Companhia] --> CO2[Corpóreos] CO2 -- 100% --> B JL[B JL] end </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição da Lisa a Laser Serviços Estéticos Ltda. (“Lisa a Laser”), da Lisa a Laser Embaré Serviços Estéticos Ltda (“Lisa a Laser Embaré”) e da Lisa a Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda. (“Lisa a Laser Gonzaga”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 21 de agosto de 2020</p> <p>Objeto: Aquisição de (i) 2.650.000 quotas de titularidade dos vendedores, representativas de 50% do capital social da Lisa a Laser; (ii) 215.000 quotas de titularidade dos vendedores, representativas de 50% do capital social da Lisa a Laser Embaré; e (iii) 665.000 quotas de titularidade dos vendedores, representativas de 50% do capital social da Lisa a Laser Gonzaga.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 19.373.360,00, sendo (i) R\$ 6.457.768,67 pelas quotas da Lisa a Laser; (ii) R\$ 6.457.768,67 pelas quotas da Lisa a Laser Embaré; e (iii) R\$ 6.457.768,67 pelas quotas Lisa a Laser Gonzaga, em duas parcelas.</p> <p>Não Competição: 2 anos contados da data de assinatura do contrato.</p>
c. sociedades envolvidas	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., Lisa a Laser Serviços Estéticos Ltda., Lisa a Laser Embaré Serviços Estéticos Ltda., Lisa a Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda. e EL Franchising Ltda., além dos vendedores pessoas físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a ser titular de 50% das quotas representativas do capital social da Lisa a Laser, da Lisa a Laser Embaré e da Lisa a Laser Gonzaga. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a deter participação societária indireta nas sociedades.
e. quadro societário antes e depois da operação	<pre> graph TD subgraph Antes C[Companhia] --> CO[Corpóreos] end subgraph Depois C --> CO CO -- 50% --> LAL[Lisa a Laser] CO -- 50% --> LLE[Lisa a Laser Embaré] CO -- 50% --> LLG[Lisa a Laser Gonzaga] end </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias


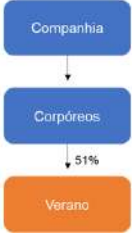
a. evento	Aquisição da A3 Beleza e Saúde Ltda. (“A3”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 11 de agosto de 2020</p> <p>Objeto: Aquisição da totalidade (100%) das quotas representativas do capital social da A3.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 4.150.000,00.</p> <p>Não Competição: dos vendedores, pelo prazo de 5 anos contados da data de assinatura.</p>
c. sociedades envolvidas	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., A3 Beleza e Saúde Ltda. e EL Franchising Ltda., além dos vendedores pessoas físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a ser titular da totalidade das quotas do capital social da A3. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a A3 passou a ser controlada indiretamente pela Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	 <p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois da aquisição. Na seção 'Antes', há uma caixa azul rotulada 'Companhia' com uma seta apontando para uma caixa azul rotulada 'Corpóreos'. Na seção 'Depois', há uma caixa azul rotulada 'Companhia' com uma seta apontando para uma caixa azul rotulada 'Corpóreos', que por sua vez tem uma seta apontando para uma caixa laranja rotulada 'A3' com o rótulo '100%' ao lado da seta.</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias



2019

a. evento	Incorporação da Aspen Road Participações S.A.
b. principais condições do negócio	<p><i>Prática de Atos</i> - praticar todos os atos, registros e averbações que se fizerem necessários para regularização, formalização e efetivação da Operação.</p> <p><i>Custos e Despesas</i> cada parte arcou com as despesas, diretas ou indiretas do protocolo.</p> <p><i>Aprovação</i> dos acionistas de ambas as partes.</p> <p><i>Renúncia de não exercício</i>, ou o atraso no exercício, por qualquer das Partes, não seja interpretado como renúncia em relação a tal direito.</p>
c. sociedades envolvidas	Aspen Road Participações S.A. (“Incorporada”) e MPM Corpóreos S.A. (“Incorporadora”)
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	O principal efeito da operação de incorporação no quadro acionário da Companhia foi a alteração da Incorporada como detentora de 33,03% do Capital Social da Companhia, para Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vez que esta era sua única acionista.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>O diagrama ilustra a mudança na estrutura acionária da Companhia. Na seção 'Antes', cinco blocos laranja representam os acionistas: Paulo, Ygor, Tito, Aspen e SMZXP. Linhas descendentes conectam cada um desses blocos a um único bloco azul na base rotulado 'Companhia'. Na seção 'Depois', os blocos laranja representam Paulo, Ygor, Tito, Magnólia e SMZXP. Novamente, linhas descendentes conectam cada um desses blocos ao bloco azul 'Companhia' na base. Uma linha horizontal separa as duas seções.</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	Racionalização e simplificação da estrutura societária, e, conseqüentemente, a consolidação e redução de gastos e despesas operacionais combinadas; A união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das Partes permanece a melhor gestão de operações, de ativos e de fluxos de caixa, resultando, assim, na otimização do emprego dos recursos operacionais e financeiros e, por conseqüência, na obtenção de maiores benefícios para os acionistas; A maior integração operacional das Partes permitirá um melhor aproveitamento de sinergias já existentes com na criação de novas formas de complementação entre as atividades sociais; A racionalização e simplificação da gestão, de modo a contribuir para a futura expansão dos negócios sociais combinados.

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição da Verano Depilação Ltda. (“Verano”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 04 de fevereiro de 2019</p> <p>Objeto: Aquisição de 127.500 quotas de emissão da Verano, de titularidade dos vendedores pessoas físicas, na proporção da participação detida por cada um deles no capital social da Verano; e como condição resolutiva, a não transformação do tipo jurídico societário da Verano para sociedade por ações de capital fechado, de modo a garantir que, ao final da transação, a Corpóreos seja controladora da Verano e titular de 51% das ações representativas do seu capital social.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 1.187.507,00, a serem pagos aos vendedores pessoas físicas em 2 parcelas.</p> <p>Não Competição: dos vendedores, enquanto acionistas da Verano e pelo prazo de 5 anos após deixarem de ser acionistas.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos e uma opção de venda outorgada aos vendedores, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da Verano. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO” e “Opção de Venda – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., Verano Depilação Ltda. e EL Franchising Ltda., além dos vendedores pessoas físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a ser titular de 51% das ações representativas do capital social da Verano. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da Verano.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes</p>  <pre> graph TD A[Companhia] --> B[Corpóreos] </pre> <hr/> <p>Depois</p>  <pre> graph TD A[Companhia] --> B[Corpóreos] B -- 51% --> C[Verano] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--


15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição da Alexandrite Estética e Laser Ltda. - ME (“Alexandrite”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 04 de fevereiro de 2019</p> <p>Objeto: Aquisição de 150.348 quotas de emissão da Alexandrite, de titularidade dos vendedores pessoas físicas, na proporção da participação detida por cada um deles no capital social da Alexandrite; e (ii) como condição resolutive prevista no contrato, a não transformação do tipo jurídico societário da Alexandrite para sociedade anônima de capital fechado, de modo a garantir que, ao final da transação, a Corpóreos seja titular de 51% das ações representativas do seu capital social.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 1.776.049,00, a serem pagos aos vendedores pessoas físicas em 2 parcelas.</p> <p>Não Competição: dos vendedores enquanto acionistas da Alexandrite e pelo prazo de 5 anos após deixarem de ser acionistas.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos e uma opção de venda outorgada aos vendedores, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da Alexandrite. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO” e “Opção de Venda – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., Alexandrite Estética e Laser Ltda. - ME e EL Franchising Ltda., além dos vendedores pessoas físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a ser titular de 51% das ações representativas do capital social da Alexandrite. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da Alexandrite.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes</p>  <pre> graph TD A[Companhia] --> B[Corpóreos] </pre> <hr/> <p>Depois</p>  <pre> graph TD A[Companhia] --> B[Corpóreos] B -- 51% --> C[Alexandrite] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

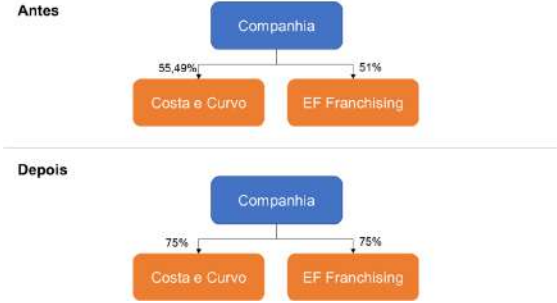
15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição da ACLO Serviços Estéticos Ltda. (“ACLO”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 04 de fevereiro de 2019</p> <p>Objeto: Aquisição de 255.000 quotas de emissão da ACLO de titularidade dos vendedores pessoas físicas e, como condição resolutive prevista no contrato, a não transformação do tipo jurídico societário da ACLO de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, de modo a garantir que, ao final da transação, a Corpóreos seja controladora da ACLO e titular de 51% das ações representativas do seu capital social.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 2.383.942,00, a ser paga em 2 parcelas.</p> <p>Não Competição: dos vendedores, enquanto acionistas da ACLO e pelo prazo de 5 anos após deixarem de ser acionistas.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos e uma opção de venda outorgada aos vendedores, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da ACLO. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO” e “Opção de Venda – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., ACLO Serviços Estéticos Ltda. e EL Franchising Ltda., além dos vendedores pessoas físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a ser titular de 51% das ações representativas do capital social da ACLO. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da ACLO.
e. quadro societário antes e depois da operação	 <p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois da aquisição. Na seção 'Antes', há uma caixa azul rotulada 'Companhia' com uma seta apontando para uma caixa azul rotulada 'Corpóreos'. Na seção 'Depois', há uma caixa azul rotulada 'Companhia' com uma seta apontando para uma caixa azul rotulada 'Corpóreos', que por sua vez tem uma seta apontando para uma caixa laranja rotulada 'ACLO' com o texto '51%' ao lado da seta.</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias

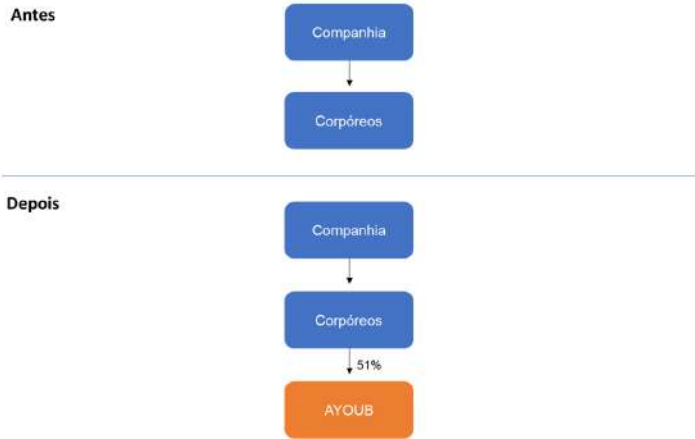
a. evento	Aquisição da Vila Velha Laser Ltda. (“Vila Velha”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 12 de fevereiro de 2019</p> <p>Objeto: Aquisição de 510 quotas de titularidade da vendedora pessoa física de emissão da Vila Velha, representativas de 51% do capital social da Vila Velha e, como cláusula resolutive do contrato, a não transformação do tipo jurídico da Vila Velha de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 757.336,22, a ser pago em 2 parcelas mensais.</p> <p>Não Competição: da vendedora enquanto for sócia da Vila Velha e pelo prazo de 5 anos da data em que deixar de ser sócia.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da Vila Velha. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., Vila Velha Laser Ltda. e EL Franchising Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a ser titular de 51% das ações representativas do capital social da Vila Velha. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da Vila Velha.
e. quadro societário antes e depois da operação	 <p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois da aquisição. Na seção 'Antes', há uma caixa azul rotulada 'Companhia' com uma seta apontando para uma caixa azul rotulada 'Corpóreos'. Na seção 'Depois', há uma caixa azul rotulada 'Companhia' com uma seta apontando para uma caixa azul rotulada 'Corpóreos', que por sua vez tem uma seta apontando para uma caixa laranja rotulada 'Vila Velha' com o rótulo '51%' ao lado da seta.</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição de participação societária adicional da Costa e Curvo Estética Ltda. (“Costa e Curvo”) e de participação societária adicional da EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda. (“EF”) pela Companhia
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 28 de março de 2019</p> <p>Objeto: Aquisição de 479.059 quotas de emissão da Costa e Curvo, representativas de 19,51% do capital social e de .24.000 quotas de emissão da EF, representativas de 24% do capital social, de modo que passará a deter 75% do capital social de cada uma das sociedades.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 1.735.228,00</p> <p>Não Competição: enquanto sócios e pelo período de 5 anos contados da data em que deixarem de ser sócios.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Companhia no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 25% do capital social da Costa e Curvo. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO”, abaixo.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Companhia no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 25% do capital social da EF. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	MPM Corpóreos S.A., Costa & Curvo Estética Ltda. e EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda..
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Companhia, que já era titular de 55,49% do capital social do Costa e Curvo e de 51% do capital social da EF, com a aquisição, passou a deter 75% do capital social da Costa e Curvo e da EF.
e. quadro societário antes e depois da operação	 <p>Antes</p> <pre> graph TD C[Companhia] -- 55,49% --> CC[Costa e Curvo] C -- 51% --> EF[EF Franchising] </pre> <p>Depois</p> <pre> graph TD C[Companhia] -- 75% --> CC[Costa e Curvo] C -- 75% --> EF[EF Franchising] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias


2018

a. evento	Aquisição da AYOUB & AYOUB Ltda. (“AYOUB”) pela Corpóreos Serviços Estéticos Ltda. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 17 de janeiro de 2018</p> <p>Objeto: Aquisição de 510 ações ordinárias, representativas de 51% do capital social total e votante da AYOUB.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 1,577.362,04.</p> <p>Não Competição: dos vendedores, enquanto forem acionistas e pelo período de 5 anos após deixarem de ser acionistas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da AYOUB. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO”, abaixo.
c. sociedades envolvidas	Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. e Ayoub & Ayoub Ltda., além dos sócios pessoas físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a ser titular de 51% das ações representativas do capital social da AYOUB. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da AYOUB.
e. quadro societário antes e depois da operação	 <p>Antes</p> <pre> graph TD C[Companhia] --> CP[Corpóreos] </pre> <hr/> <p>Depois</p> <pre> graph TD C[Companhia] --> CP[Corpóreos] CP -- 51% --> AY[AYOUB] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição da Winners Corp. Serviços Estéticos S.A. (“Winners”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 13 de abril de 2018</p> <p>Objeto: Aquisição da integralidade das 66.000 ações ordinárias e sem valor nominal representativas do capital social da Winners, de titularidade dos vendedores pessoas físicas, representativas de 11% do capital social.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 1.375.000,00, a ser pago em uma parcela.</p> <p>Não Competição: dos vendedores enquanto forem acionistas e pelo período de 5 anos após deixarem de ser acionistas.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da Winners. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., Winners Corp. Serviços Estéticos S.A., Curitiba Laser Participações Ltda., além dos sócios pessoas físicas.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos já era titular de 40% das ações representativas do capital social da Winners, com a aquisição passou a deter 51% das ações representativas do capital social da Winners. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da Winners.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois da aquisição. Antes da operação, a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, que por sua vez detém 40% do capital social da Winners. Depois da aquisição, a Companhia mantém 83% do capital social da Corpóreos, mas a participação da Corpóreos na Winners aumenta para 51%.</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--



15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição da APL Participações Societárias Ltda. (“APL”) e suas subsidiárias pela Companhia
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 13 de julho de 2018</p> <p>Objeto: Aquisição de 6.639.300 quotas representativas de 33,75% do capital social total e votante da APL e transformação da APL em sociedade por ações, com posterior aumento de capital a ser subscrito pela Companhia, correspondente a 3.392.919 novas ações ordinárias, e que, em conjunto com as quotas adquiridas, representarão 51% do capital social e votante da APL.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 16.632.890,14 dividido em 2 parcelas.</p> <p>Preço de Subscrição: R\$ 8.500.000,00</p> <p>Não Competição: dos vendedores enquanto forem acionistas da APL e pelo período de 5 anos após deixarem de ser acionistas.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Companhia e uma opção de venda outorgada aos vendedores, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da APL. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO” e “Opção de Venda – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	APL Participações Societárias Ltda., Leew Serviços Estéticos Ltda., Mafra Centro de Beleza e Depilação Ltda., Tew Estética Ltda., Clínica Estética Fortaleza 01 Ltda., Clínica de Estética Fortaleza 02 Ltda. (como Sociedades Alvo) e MPM Corpóreos S.A. (na qualidade de Compradora)
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Companhia passou a deter 51% do capital social total e votante da APL, que foi transformada em S.A. e a qual, por sua vez, detém 99,99% do capital social das demais Sociedades Alvo.
e. quadro societário antes e depois da operação	 <p>O diagrama ilustra a mudança na estrutura societária. Na seção 'Antes', há um único bloco azul rotulado 'Companhia'. Na seção 'Depois', há um bloco azul rotulado 'Companhia' com uma seta apontando para um bloco laranja rotulado 'APL', com o rótulo '51%' ao lado da seta, indicando o percentual de controle.</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição da Abbruzzese & Moura Estética Ltda. (“Abbruzzese”) e da AUT Estética Eireli (“AUT”) pela Companhia
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 01 de outubro de 2018.</p> <p>Condição Precedente: a eficácia da operação está sujeita a ocorrência de uma série de condições precedentes estipuladas em benefício das partes.</p> <p>Objeto: Aquisição de 30,3% da participação societária a ser detida pelos vendedores na NewCo a ser constituída e, simultânea capitalização da NewCo, mediante a subscrição de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 20,7% do capital social da NewCo, de forma que, ao final, a Companhia seja detentora de 51% do capital social da NewCo.</p> <p>Reorganização: a AUT foi transformada em sociedade anônima, tendo seu capital integralizado por meio da participação detida por Aldo na Abbruzzese, da participação detida por Lucas na Abbruzzese e da subscrição, em moeda corrente por Matheus e pela Companhia. A Abbruzzese, por sua vez, foi transformada em uma EIRELI, tendo a AUT Estética e Participações S.A. como sua única sócia, e a saída de todos os outros sócios pessoas físicas. Não houve a constituição da NewCo, ao invés disso, a AUT passou a deter a participação da Abbruzzese e a Companhia realizou investimento na AUT.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 2.644.000,00, que refletirá a aquisição de 30,3% das ações adquiridas, a ser pago em 3 parcelas.</p> <p>Preço de Subscrição: R\$ 1.800.000,00.</p> <p>Não Competição: dos vendedores enquanto acionistas da AUT e pelo período de 4 anos após a data em que deixarem de ser acionistas.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Companhia e uma opção de venda outorgada aos vendedores, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da AUT. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO” e “Opção de Venda – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	Companhia, Abbruzzese & Moura Estética Ltda, AUT Estética Eireli, EL Franchising Ltda., além dos sócios pessoa física.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Companhia passou a deter 51% do capital social da AUT Estética e Participações S.A., a qual é titular de 100% do capital social da Abbruzzese & Moura Estética Ltda.
e. quadro societário antes e depois da operação	<pre> graph TD subgraph Antes C[Companhia] end subgraph Depois C2[Companhia] -- 51% --> AUT[AUT] AUT -- 100% --> Abbruzzese[Abbruzzese] end </pre>

15.7 - Principais Operações Societárias

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--
a. evento	Investimento na E.L. Participações Ltda. (“E.L.”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 03 de julho de 2018</p> <p>Objeto: Subscrição, pela Corpóreos, de 2.464.430 novas ações ordinárias, representativas de 51% do capital social votante da E.L. e 25,5% do capital social total.</p> <p>Preço de Subscrição: R\$ 12.079.442,84, a ser pago em 5 parcelas.</p> <p>Não Competição: dos vendedores enquanto forem acionistas da E.L. e pelo período de 5 anos após deixarem de ser acionistas da E.L.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos e uma opção de venda outorgada aos vendedores, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da E.L. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO” e “Opção de Venda – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	E.L. Participações Ltda., E.L. Rio Serviços de Depilação Estética Ltda. e Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a deter 25,5% do capital social total da E.L. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a deter participação indireta na E.L.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>Antes</p>  <pre> graph TD A[Companhia] --> B[Corpóreos] </pre> <hr/> <p>Depois</p>  <pre> graph TD A[Companhia] --> B[Corpóreos] B -- 25,5% --> C[E.L. Participações] </pre>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição de Participação Societária da E.L. Participações S.A. (“E.L.”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 15 de outubro de 2018</p> <p>Objeto: Aquisição de 2.464.429 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 25,5% do capital social total da E.L.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 12.956.682,18, a ser pago aos vendedores pessoas físicas em 2 parcelas.</p>
c. sociedades envolvidas	E.L. Participações S.A. e Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos já era titular de 51% do capital social votante e de 25,5% do capital social total da E.L. em razão do investimento acima descrito. Com a aquisição, a Corpóreos passou a deter 51% do capital social total da E.L. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a deter controle indireto da E.L.
e. quadro societário antes e depois da operação	<p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois da aquisição. Antes da aquisição, a Companhia detém 25,5% do capital social total da E.L. Participações, através da Corpóreos, que detém 51% do capital social total da E.L. Participações. Depois da aquisição, a Companhia detém 51% do capital social total da E.L. Participações, através da Corpóreos, que detém 51% do capital social total da E.L. Participações.</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--

15.7 - Principais Operações Societárias

a. evento	Aquisição da DyelCorp Serviços Estéticos Ltda. (“DyelCorp”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 01 de novembro de 2018</p> <p>Objeto: Aquisição de 5,12% das quotas de emissão da DyelCorp e de titularidade dos acionistas pessoas físicas, na proporção da participação detida por cada um deles no capital social da DyelCorp e, simultânea capitalização da DyelCorp, após a transformação do seu tipo jurídico societário, de sociedade empresária limitada para sociedade anônima de capital fechado, mediante a subscrição de ações representativas de 5,88% do capital social da DyelCorp, de forma que ao final da transação, a Corpóreos seja detentora de 51% do capital social da DyelCorp, sendo 40% atualmente detidos pela Corpóreos e 11% adquiridos/subscritos em razão da transação.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 853.738,00, que refletirá a aquisição de 5,12% das quotas de emissão da DyelCorp, paga aos vendedores pessoas físicas em 2 parcelas.</p> <p>Preço de Subscrição: R\$ 2.000.000,00, a ser aportado pela Corpóreos mediante a subscrição de novas ações representativas de 5,88% do capital social da DyelCorp.</p> <p>Não Competição: dos vendedores, enquanto acionistas da DyelCorp e pelo período de 3 anos após deixarem de ser acionistas (exceto em relação às atividades de depilação a laser e tratamentos estéticos para cuidados com a pele realizados com aplicação de toxina botulínica, hipótese em que o prazo será de 5 anos).</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos e uma opção de venda outorgada aos vendedores, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da DyelCorp. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO” e “Opção de Venda – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	DyelCorp Serviços Estéticos Ltda., Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. e EL Franchising Ltda.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos já era titular de 40% do capital social da DyelCorp, com a aquisição passou a deter 51% do capital social da DyelCorp. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da DyelCorp.
e. quadro societário antes e depois da operação	<pre> graph TD subgraph Antes C1[Companhia] --> CP1[Corpóreos] CP1 -- 40% --> DC1[DyelCorp] end subgraph Depois C2[Companhia] --> CP2[Corpóreos] CP2 -- 51% --> DC2[DyelCorp] end </pre>

15.7 - Principais Operações Societárias

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--
a. evento	Aquisição da Dyel Cuiabá Clínica de Estética Ltda. - ME (“Dyel Cuiabá”), Dyel Porto Velho Clínicas de Estética Ltda. (“Dyel Porto Velho”) e Dyel Várzea Grande Clínica de Estética Ltda. (“Dyel Várzea Grande” e, em conjunto com a Dyel Cuiabá e a Dyel Porto Velho, “Grupo Dyel”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 27 de dezembro de 2018</p> <p>Objeto: Aquisição da totalidade (100%) das quotas de emissão da Dyel Cuiabá, da Dyel Porto Velho e da Dyel Várzea Grande.</p> <p>Preço de Aquisição: total de R\$ 25.000.000,00, sendo R\$ 16.944.000,00 para a aquisição da Dyel Cuiabá, R\$ 3.725.000,00 para a aquisição da Dyel Porto Velho e R\$ 4.331.000,00 para a aquisição da Dyel Várzea Grande.</p> <p>Não Competição: dos vendedores, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato.</p> <p>Eventos de liquidez: (i) aprovação definitiva, em sede de Assembleia Geral e/ou Reunião de Sócios da Corpóreos ou de sua controladora, conforme aplicável, da realização de um processo de IPO da Corpóreos ou de sua controladora; (ii) caso a Corpóreos venha a ser objeto de qualquer operação que envolva a transferência, direta ou indireta, de participação societária da Corpóreos pelo grupo de controle. No caso de ocorrência de evento de liquidez, caso o preço de aquisição ainda não tenha sido integralmente pago, ele será automaticamente devido.</p>
c. sociedades envolvidas	Dyel Cuiabá Clínica de Estética Ltda – ME, Dyel Porto Velho Clínicas de Estética Ltda; Dyel Várzea Grande Clínica de Estética Ltda., El Franchising Ltda. e Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A., além dos vendedores pessoa física.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a deter 100% do capital social da Dyel Cuiabá, da Dyel Porto Velho e da Dyel Várzea Grande. Considerando que a Companhia é titular de 83% do capital social da Corpóreos, o Grupo Dyel passou a ser controlado indiretamente pela Companhia.
e. quadro societário antes e depois da operação	<pre> graph TD subgraph Antes C[Companhia] --> Co[Corpóreos] end subgraph Depois C --> Co Co -- 100% --> DPV[Dyel Porto Velho] Co -- 100% --> DC[Dyel Cuiabá] Co -- 100% --> DVG[Dyel Várzea Grande] end </pre>

15.7 - Principais Operações Societárias

f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	--
a. evento	Aquisição da Lasersul Serviços Estéticos Ltda., posteriormente transformada em Nine Members Laser – Serviços Estéticos S.A. (“Lasersul” e “Nine”, respectivamente) e de suas subsidiárias pela Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A. (“Corpóreos”)
b. principais condições do negócio	<p>Data de assinatura: 05 de dezembro de 2018</p> <p>Condições Precedentes: a eficácia da operação está sujeita a ocorrência de uma série de condições precedentes estipuladas em benefício das partes.</p> <p>Objeto: subscrição das quotas da Lasersul pelos vendedores, a serem integralizadas mediante a contribuição das quotas das subsidiárias; subscrição de quotas da Lasersul pela Corpóreos; aquisição de quotas da Lasersul, resultando na titularidade, pela Corpóreos, após a aquisição, a subscrição, e condicionada à transformação da Lasersul em sociedade por ações, de ações ordinárias de emissão da Lasersul (posteriormente transformada em Nine), correspondentes a 4.557.470 ações ordinárias, representativas de 51% do capital social da Nine.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 25.369.811,26, a ser pago em 2 parcelas.</p> <p>Preço de Subscrição: R\$ 9.000.000,00.</p> <p>Não Competição: de todos enquanto acionistas da Nine e pelo período de 3 anos após deixarem de ser acionistas.</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos e uma opção de venda outorgada aos vendedores, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da Nine. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO” e “Opção de Venda – IPO”, abaixo.</p>
c. sociedades envolvidas	Lasersul Serviços Estéticos Ltda., MG Corp Serviços Estéticos Ltda. (“MG”), MM Corp Serviços Estéticos Ltda. (“MM”), MPAC Corp Serviços Estéticos Ltda. (“MPAC”), MMC Corp Serviços Estéticos Ltda. (“MMC”), M5 Serviços Estéticos Ltda. (“M5”), MGM Corp Serviços Estéticos Ltda. (“MGM”), MT Corp. Serviços Estéticos Ltda. (“MT”), MTG Corp Serviços Estéticos Ltda. (“MTG”), M2 Serviços Estéticos Ltda. (“M2”), M4 Serviços Estéticos Ltda. (“M4”) e Corpóreos Serviços Terapêuticos Ltda., além dos vendedores pessoa física.
d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	A Corpóreos passou a deter 51% do capital social da Lasersul (posteriormente transformada em Nine Members Laser – Serviços Estéticos S.A.). Considerando que a Companhia é titular de 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da Nine.

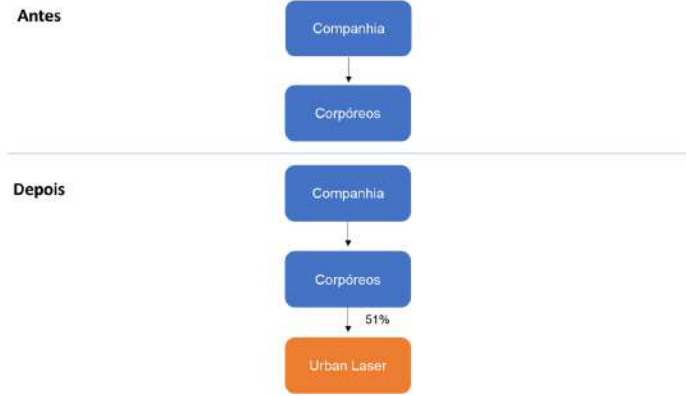
15.7 - Principais Operações Societárias

<p>e. quadro societário antes e depois da operação</p>	<pre> graph TD subgraph Antes A[Companhia] --> B[Corpóreos] end subgraph Depois C[Companhia] --> D[Corpóreos] D -- 51% --> E[Nine Members] D -- 0,01% --> F[M2] D -- 0,01% --> G[M4] D -- 0,01% --> H[MG] D -- 0,01% --> I[M5] D -- 0,01% --> J[MGM] D -- 0,01% --> K[MT] D -- 0,01% --> L[MTG] D -- 0,01% --> M[MM] D -- 0,01% --> N[MMC] D -- 0,01% --> O[MPAC] end </pre>
<p>f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas</p>	<p>--</p>

2017

<p>a. evento</p>	<p>Aquisição da Urban Laser Serviços Estéticos Ltda. (“UL”) pela Corpóreos Serviços Terapêuticos Ltda. (“Corpóreos”)</p>
<p>b. principais condições do negócio</p>	<p>Data de assinatura: 11 de dezembro de 2017</p> <p>Condições Precedentes: a eficácia da operação está sujeita a ocorrência de uma série de condições precedentes estipuladas em benefício das partes.</p> <p>Objeto: Aquisição de 2.111.750 ações ordinárias, representativas de 44,94% do capital social total e votante da UL e posterior aumento de capital a ser subscrito pela Corpóreos, que, em conjunto com as ações adquiridas, representarão 51% do capital social e votante da UL.</p> <p>Preço de Aquisição: R\$ 12.802.550,00.</p> <p>Preço de Subscrição: R\$ 3.520.000,00</p> <p>Não competição: dos vendedores, enquanto acionistas da UL e pelo período de 3 anos após deixarem de ser acionistas (incluindo na hipótese de realização de IPO)</p> <p>Foi celebrado um Acordo de Acionistas que prevê uma opção de compra outorgada à Corpóreos, no caso de aprovação da realização do processo de IPO, em relação às ações representativas de 49% do capital social da UL. Para mais informações sobre o exercício das opções, vide a descrição “Opção de Compra – IPO”, abaixo.</p>
<p>c. sociedades envolvidas</p>	<p>Urban Laser Serviços Estéticos Ltda. e Corpóreos Serviços Terapêuticos Ltda., além dos sócios pessoa física da UL.</p>

15.7 - Principais Operações Societárias

d. efeitos da operação no quadro acionário da Companhia	<p>A UL foi transformada em S.A. e a Corpóreos passou a deter 51% do capital social e votante da UL. Considerando que a Companhia detém 83% do capital social da Corpóreos, a Companhia passou a ser controladora indireta da UL.</p>
e. quadro societário antes e depois da operação	 <p>O diagrama ilustra a estrutura societária antes e depois de uma operação. Antes da operação, a Companhia controla a Corpóreos. Depois da operação, a Companhia continua a controlar a Corpóreos, que por sua vez controla a Urban Laser com 51% de participação.</p>
f. mecanismos utilizados para garantir o tratamento equitativo entre os acionistas	<p>--</p>

Mecanismos para aquisição de participação societária remanescente

No âmbito dos contratos celebrados tendo por objeto a aquisição do controle das sociedades acima listadas (aproximadamente 51% do capital social das sociedades adquiridas), foram assinados acordos de acionistas entre a Companhia e os acionistas minoritários (fundadores das sociedades adquiridas) para estabelecer os termos e condições sobre a aquisição da parcela remanescente do capital social das sociedades adquiridas, de titularidade dos acionistas minoritários, correspondentes a aproximadamente 49% do capital social das sociedades adquiridas, prevendo: (i) opção de compra, exclusivamente, ou em conjunto com (ii) opção de venda, na hipótese de um evento de oferta pública inicial de ações a ser realizada pela Companhia ou por sua controlada (na qualidade de compradora nos contratos celebrados) (“IPO”).

Opção de Compra – IPO

Trata-se de uma opção outorgada pelos acionistas minoritários (fundadores das sociedades adquiridas) à Companhia ou sua controlada (na qualidade de compradora), exercível a critério único e exclusivo desta, de adquirir a parcela remanescente do capital social das sociedades adquiridas, de titularidade dos acionistas minoritários, em geral, correspondentes a aproximadamente 49% do capital social das sociedades adquiridas, mediante o pagamento de um preço, caso, durante a vigência do acordo, seja aprovada em assembleia geral de acionistas da Companhia ou de sua controlada (compradora), a realização de um processo de IPO.

Caso seja aprovada a realização do IPO, a Companhia ou sua controlada terá o direito, mas não a obrigação, de exercer a opção de compra, mediante o envio de uma notificação aos fundadores, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis contados da data de divulgação do aviso ao mercado referente ao IPO, informando: (i) qual será o valor total do IPO pretendido, bem como o percentual de referido valor que será alocado para a realização de uma oferta secundária de ações de emissão da Companhia ou de sua controlada, conforme aplicável; e (ii) a estimativa do preço de exercício com base na faixa de preço por ação da Companhia ou de sua controlada, a ser ofertada ao mercado no âmbito do IPO.

15.7 - Principais Operações Societárias

O preço de exercício para a aquisição das ações deverá ser pago em dinheiro e será calculado considerando os seguintes parâmetros: (i) o percentual de participação no capital social total e votante da sociedade adquirida detido por cada um dos acionistas minoritários multiplicado pelo valor do EBITDA (conforme abaixo definido) auditado da sociedade adquirida nos últimos 12 (doze) meses, considerando as últimas demonstrações financeiras auditadas disponíveis, multiplicado pelo Múltiplo da Sociedade Adquirida (conforme abaixo definido); e (ii) do valor resultado do item (i), subtraída a Dívida Líquida (conforme abaixo definida) da sociedade adquirida, que também deverá ser calculada considerando as últimas demonstrações financeiras auditadas de referida sociedade. Desse resultado ainda serão descontados, caso existam, os valores advindos de obrigações de indenizar dos acionistas minoritários na ocasião da conclusão do IPO, o valor das perdas e o valor correspondente de demandas (conforme a probabilidade de perda).

Caso a Companhia realize o IPO, os acionistas minoritários ficarão responsáveis por reembolsar a Companhia de todos os custos e despesas incorridos com a operação, na proporção da participação de cada acionistas minoritários na referida operação.

O múltiplo da avaliação da Companhia será definido com base no EBITDA e na Dívida Líquida da Companhia indicados nas últimas demonstrações financeiras auditadas disponíveis. Desse múltiplo, será então calculado o múltiplo da sociedade adquirida, que será equivalente a 80% do múltiplo implícito da Companhia ("**Múltiplo da Sociedade Adquirida**"), a depender do disposto no respectivo acordo de acionistas.

Os parâmetros utilizados para o cálculo do preço de exercício de cada uma das opções de compra são os mesmos para todas as sociedades adquiridas, sendo que o EBITDA e Dívida Líquida são métricas variáveis que dependem da performance de cada uma das sociedades.

A tabela abaixo apresenta os valores estimados do preço de exercício do total das participações remanescentes de todas as sociedades adquiridas após o IPO, calculado com base na faixa indicativa de preço por ação do IPO:

Em R\$ milhões	Cenários Estimados para Preço de Exercício das Opções de Compra ¹		
	Piso da Faixa	Ponto Médio da Faixa	Teto da Faixa
EBITDA da Transação ²	75,2	75,2	75,2
Dívida Líquida da Transação ³	70,6	70,6	70,6
Preço de Exercício⁴	863,4	960,1	1.056,7
<i>Número de Lojas Envolvidas</i>	<i>218</i>	<i>218</i>	<i>218</i>
<i>% Médio Sendo Adquirido⁵</i>	<i>47,1%</i>	<i>47,1%</i>	<i>47,1%</i>

(1) Cenários estimados de Preço de Exercício consideram a faixa indicativa de preço das ações da MPM de R\$15,90 ("Piso da Faixa") a R\$19,90 ("Teto da Faixa"), sendo a média portanto R\$17,90 ("Ponto Médio da Faixa").

(2) Soma simples do EBITDA dos últimos 12 meses (Outubro de 2019 a Setembro de 2020), conforme definição não-contábil seguindo os acordos firmados com os Sócios nas subsidiárias, no contexto da Opção de Compra a ser exercida no Evento de Liquidez. O EBITDA está fixo e não variará entre os cenários estimados pela Companhia no contexto da Oferta.

(3) Soma simples do endividamento bruto menos o caixa e equivalentes das subsidiárias em 30 de setembro de 2020, conforme definição não-contábil seguindo os acordos firmados com os Sócios nas subsidiárias. A Dívida Líquida está fixa e não variará entre os cenários estimados pela Companhia no contexto da Oferta.

(4) Os valores de Preço de Exercício são calculados considerando o preço da ação da MPM no IPO, um desconto de 20,0% sobre o múltiplo implícito do Valor da Firma / EBITDA UDM (últimos 12 meses) da MPM, multiplicados pelo EBITDA da Transação de cada subsidiária, descontados de suas respectivas Dívidas Líquidas e multiplicados pelas participações sendo adquiridas pela MPM.

(5) Percentual médio das participações sendo adquiridas nas subsidiárias.

Mesmo na hipótese da realização de um IPO, as obrigações de não contratação e de não competição previstas nos contratos de compra e venda permanecerão em vigor.

Na hipótese da opção de compra – IPO ter sido concedida para controlada da Companhia (na qualidade de compradora), poderá a opção ser exercida diretamente pela Companhia, a qual assumirá a posição da controlada para todos os efeitos da opção.

Além disso, a Companhia detém participação no capital social de outras sociedades mistas, desde suas respectivas constituições. A Companhia também celebrou contratos de outorga de opção de compra com essas sociedades, que poderão ser exercidas pela Companhia (ou por sua controlada) na hipótese de um IPO, e cujo preço de opção será calculado da forma indicada acima. São elas:

- opção de compra de 49% do capital social da ES Laser S.A.;

15.7 - Principais Operações Societárias

- opção de compra de 40% do capital social da AT Corp Serviços Estéticos Ltda.;
- opção de compra de 40% do capital social da ATM Corp Serviços Estéticos Ltda.;
- opção de compra de 50% do capital social da Santa Úrsula Serviços Estéticos Ltda.;
- opção de compra de 50% do capital social da Flor do Campo Serviços Estéticos Ltda.;
- opção de compra de 40% do capital social da Limeira Serviços Estéticos Ltda.;

Opção de Venda – IPO

Trata-se de uma opção outorgada pela Companhia ou sua controlada aos fundadores da sociedade adquirida para que os fundadores, a seu critério único e exclusivo, alienem a totalidade das ações de sua titularidade, mediante o pagamento de um preço, no caso da realização de um processo de IPO da Companhia ou de sua controlada (na qualidade de compradora) e observadas determinadas condições previstas nos acordos de acionistas.

O preço de exercício, a ser pago pela Companhia ou por sua controlada, será determinado nos termos do descrito acima em relação ao preço de exercício da opção de compra IPO.

Em setembro de 2020, os acionistas minoritários da Dyelcorp, Verano, ACLO, Alexandrite e Nine assinaram termos de renúncia às opções de venda previstas nos acordos de acionistas, de forma que somente as opções de compra pela Companhia permanecem válidas e eficazes, nos termos dos acordos.

Definições

Para fins deste item 15.7, os seguintes termos terão os significados abaixo:

“Caixa” significa, na data a que se refere, de forma consolidada, sem duplicidade e observados os princípios contábeis, o saldo de caixa, depósitos bancários, bem como quaisquer aplicações financeiras de disponibilidade imediata da pessoa em questão, em qualquer caso disponíveis e livres de todo e qualquer ônus, sem levar em consideração quaisquer depósitos em garantia, depósitos judiciais ou outros depósitos relacionados a quaisquer contingências.

“Dívida (Caixa) Líquida” significa a diferença entre a Dívida Bruta e o Caixa, na data a que se referem.

“EBITDA” significa, com relação ao período a que o cálculo se referir, o lucro líquido do período em questão, auferido antes (i) das despesas e receitas financeiras líquidas, (ii) do imposto de renda e contribuição social, (iii) de depreciação e amortização, e (iv) de despesas não-recorrentes, apurado de acordo com as normas contábeis aplicáveis.

“Endividamento” significa o somatório dos seguintes itens, na data a que se refere, de forma consolidada, sem duplicidade e observados os princípios contábeis: (i) todas as dívidas de natureza financeira, com instituições financeiras ou qualquer pessoa; (ii) todas as outras dívidas de longo ou curto prazo, vencidas e não pagas; (iii) todas as dívidas repactuadas, mesmo que estejam contabilizadas sob a rubrica de “contas a pagar”; (iv) todos os recebíveis descontados; (v) todos os valores devidos a empregados e prestadores de serviços que não tenham sido pagos no prazo originalmente avençado; (vi) contratos de swap para a proteção de taxa de câmbio, de moeda ou contratos semelhantes; (vii) todos os valores de tributos vencidos, incluindo, sem limitação, todo e qualquer saldo de parcelamento de tributos; (viii) todas as contas a pagar em atraso; (ix) todos os adiantamentos de terceiros, inclusive clientes; (x) todas as operações de leasing operacional e/ou financeiro; (xi) todos os valores devidos em decorrência de sentenças judiciais ou arbitrais transitadas em julgado; (xii) cheques emitidos e que ainda não tenham sido compensados e saldos negativos em contas correntes; (xiii) quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio, outras vantagens pecuniárias e/ou qualquer outra forma de distribuição de lucros, em dinheiro ou em espécie, declarados e não pagos; (xiv) dívidas pendentes ou vencidas relacionadas aos direitos de uso (luvas) cobrados por shoppings centers; (xv) mútuos com partes relacionadas; e (xvi) as despesas de capital sendo pagas em parcelas; e (xvii) qualquer garantia ou indenização em favor de terceiros, para pagamento de obrigações mencionadas nos itens (i) à (xvi) (inclusive) desta definição; (xviii) todos e quaisquer valores acessórios aos acima descritos, incluindo multa e juros incidentes até a data de levantamento do Endividamento, independentemente de estarem contabilizados nas demonstrações financeiras da pessoa em questão.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

15.8 - Outras informações relevantes

FIP Magnólia, fundo de investimento sob gestão da L Catterton

Em complemento às informações apresentadas no item 15.1/15.2 deste Formulário de Referência, a Companhia esclarece que o acionista Magnólia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“**FIP Magnólia**”), é um fundo de investimento em participações multiestratégia, controlado pelas companhias Mamaroneck LLC, Sherbrooke LLC, Saxon Woods LLCs e Catherine LLC, todas pessoas jurídicas constituídas sob a forma de limited company, de acordo com as leis de Delaware, USA, (em conjunto “**Entidades LLC**”). Cada uma das Entidades LLC, por sua vez, tem como acionista uma *limited partnership* da Ontario, que, por sua vez, possui fundos dispersos com uma base ampla e diversificada de investidores. Os procedimentos de governança e de tomada de decisão em relação aos investimentos junto às Entidades LLC e da *limited partnership* da Ontario são realizados e conduzidos pela *Catterton Latin America Management Co.* e suas afiliadas (“**L Catterton**”), que detém todos os poderes para administrar e tomar as decisões estratégicas com relação às Entidades LLC e à *limited partnership* da Ontario. As decisões em relação a investimentos no âmbito do FIP Magnólia são tomadas por um comitê de investimento composto pelo Sr. Dirk Donath e pela Sra. Farah Khan.

A *L Catterton* é uma empresa americana de investimento privado cujas afiliadas gerenciam diversos conjuntos de capital, incluindo *private equity*. A *L Catterton* conta, atualmente, com mais de 250 profissionais dedicados a investir e apoiar as sociedades do seu portfólio. Além disso, cumpre mencionar que a *L Catterton* possui uma estrutura acionária baseada no modelo de *partnership*, por meio do qual nenhum dos sócios detém, individualmente, o poder de controle dos fundos. Em complementação ao organograma do item 15.4 deste Formulário de Referência, apresentamos abaixo a tabela descritiva das participações societárias diretas e indiretas da Companhia nas sociedades por essa Controladas.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Em complementação ao organograma do item 15.4 deste Formulário de Referência, apresentamos abaixo a tabela descritiva das participações societárias diretas e indiretas da Companhia nas sociedades por essa Controladas.

	% Participação			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
Elcorp Rio Serviços Estéticos Ltda. (v)	-	100,00%	-	50,00%
At Corp Serviços Estéticos Ltda. (iv)	-	60,00%	-	50,00%
Flor Do Campo - Serviços Estéticos Ltda.	-	50,00%	-	50,00%
Atm Corp Serviços Estéticos Ltda. (iv)	-	60,00%	-	50,00%
Limeira Serviços Estéticos Ltda. (iv)	-	60,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Serviços Estéticos Ltda. (vii)	-	100,00%	-	50,00%
Lisa A Laser Gonzaga Serviços Estéticos Ltda. (vii)	-	100,00%	-	50,00%
Winners Corp. Serviços Estéticos S.A. (xi)	-	56,00%	-	51,00%
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda. (iv)	-	60,00%	-	50,00%
Lasercorp Serv. Estéticos Ltda. (vi)	-	87,50%	-	50,00%
Lisa A Laser Embaré Serv. Estéticos Ltda. (vii)	-	100,00%	-	50,00%
Mv Corp Serviços Estéticos Ltda. (ix)	-	100,00%	-	40,00%
Dyelcorp Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
EI Participações S.A.	-	52,50%	-	51,00%
Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
UI - Serviços Estéticos Eireli	-	51,00%	-	51,00%
Ayoub & Ayoub Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Lagos Laser Serviços Terapêuticos Ltda.	-	51,00%	-	51,00%
El Rio Serviços De Depilação Estetica Ltda.	-	52,50%	-	51,00%
Cuiaba Laser Serviços Terapêuticos Ltda.	-	100,00%	-	99,00%
Drbm Serviços Estéticos Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Jacarei Serv. Estéticos Eireli	-	52,50%	-	51,00%
Gbm Servicos De Estetica Ltda.	-	52,50%	-	51,00%
EI Pedra Selada Servicos De Estetica Ltda.	-	51,00%	-	51,00%
M3 Servicos Esteticos Ltda.	-	51,00%	-	51,00%
Mmc Corp Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
Mm Corp Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
Mpac Corp Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
Mgm Corp Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
Mg Corp Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
Gavea Servicos Esteticos Ltda.	-	52,50%	-	-
Bdg Clínica Estetica Ltda.	-	51,00%	-	-
Global Laser Mauro Ramos Ltda.	-	51,00%	-	-
Global Laser Benvuta Ltda.	-	51,00%	-	-
M5 Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
M2 Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
M4 Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
Mt Corp Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
Mtg Corp Serviços Estéticos Ltda.	-	51,01%	-	51,01%
Dyel Cuiabá Clínicas De Estética Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Dyel Porto Velho Clínicas De Estética Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Dyel Várzea Grande Clínicas De Estética Ltda.	-	100,00%	-	100,00%
Aclo Serviços Estéticos S.A. (ii)	-	63,00%	-	51,00%
Vila Velha Laser Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
Alexandrite Estética E Laser S.A. (ii)	-	63,00%	-	51,00%
Verano Depilação S.A. (iii)	-	57,00%	-	51,00%

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

	% Participação			
	30/09/2020		31/12/2019	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas				
M.I.G.S Serviços Estéticos S.A. (viii)	-	100,00%	51,00%	-
Tjtm Serviços Estéticos S.A.	-	51,00%	51,00%	-
A Lisa Depilação A Laser S.A.	-	51,00%	51,00%	-
Nine Members Laser - Servicos Esteticos S.A.	-	51,00%	-	51,00%
YAM Participações Ltda.		-	-	-
PIM Serviços Administrativos Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
EL Franchising Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
TL Franchising Ltda.	99,99%	-	99,99%	-
Corpóreos Serviços Terapêuticos S.A.	82,61%	17,39%	82,61%	17,39%
APL Participações Societárias S.A.	51,00%	-	51,00%	-
Tew Estetica Ltda.	-	51,00%	-	51,00%
Mafra Centro de Beleza Depilação Ltda.	6,00%	51,00%	6,00%	51,00%
Leew Serviços Estéticos Ltda.	-	51,00%	-	51,00%
Clínica de Estética Fortaleza 01 Ltda.	-	51,00%	-	51,00%
Clínica de Estética Fortaleza 02 Ltda.	-	51,00%	-	51,00%
Costa & Curvo Estetica Ltda.	75,00%	-	51,00%	-
Riocorp Serviços Estéticos Ltda (x)	50,00%	50,00%	50,00%	-
YTP Participações Ltda.	-	-	-	-
EL Commerce - Plataforma Digital Para Intermediação De Negocios Ltda. (i)	100%	-	-	100,00%
AUT Estética S.A.	51,00%	-	51,00%	-
ES LASER.	51,00%	-	51,00%	-
Abbruzzese & Moura Estetica Ltda.	-	51,00%	-	51,00%
EF Franchising Serviços Terapeuticos Ltda.	75,00%	-	75,00%	-

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota uma Política de Transações com Partes Relacionadas, a qual foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2020, e define de forma objetiva conceitos sobre partes relacionadas, transações com partes relacionadas e situações envolvendo conflitos de interesses, além de estabelecer exigências mínimas de divulgação de informações sobre essas transações. A Política de Transações com Partes Relacionadas tem como objetivo dar transparência aos acionistas da Companhia, investidores e ao mercado em geral e abrange os acionistas e colaboradores que tenham participação ou influência nos processos de identificação, classificação, aprovação e monitoramento de transações com partes relacionadas, aplicando-se em especial ao pessoal chave da administração da Companhia.

A Companhia, quando da celebração de operações com partes relacionadas, adota práticas que têm por objetivo não gerar qualquer benefício ou prejuízo injustificável para a Companhia ou para quaisquer outras partes, com base em termos e condições que seriam aplicáveis a operações semelhantes com terceiros, utilizando-se de cotações e pesquisas de mercado na implementação de seus negócios e contratação de serviços, tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão da realização das transações, independentemente desta ser realizada entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço. As transações com partes relacionadas devem ser analisadas e aprovadas pelo Comitê de Auditoria e/ou pelo Conselho de Administração da Companhia.

Conforme previsto na Política de Transações com Partes Relacionadas, especificamente com relação à celebração de empréstimos/mútuos com partes relacionadas, o Comitê de Auditoria e/ou o Conselho de Administração, conforme o caso, deverão avaliar, para cada da transação, os seguintes critérios e fatores: (i) razões pelas quais a Companhia optou por conceder o referido empréstimo, em lugar de realizar o investimento dos recursos em suas atividades; (ii) análise do risco de crédito do tomador, incluindo avaliações realizadas ou opiniões emitidas por empresa especializada e independente; e (iii) forma de fixação de taxa de juros, considerando a taxa livre de risco do mercado e o risco de crédito do tomador e justificativas para a adoção da forma adotada.

Ainda, competirá ao Comitê de Auditoria atuar de forma a garantir que as transações com partes relacionadas: (i) sejam realizadas por escrito, especificando-se as suas principais características, inclusive acerca da possibilidade de rescisão, pela Companhia, de qualquer transação com parte relacionada que seja de trato sucessivo, em condições equivalentes àquelas disponíveis nos contratos com partes não relacionadas; (ii) sejam realizadas a preços, prazos e taxas usuais de mercado ou de negociações anteriores que representem condições comutativas; e (iii) estejam claramente refletidas nas demonstrações financeiras.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações proíbe conselheiros e diretores de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da Companhia, em detrimento da Companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida por meio de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

Por fim, a Companhia adota um Código de Ética, aplicável a todas as sociedades de seu grupo econômico, que tem como objetivo orientar as ações e a tomada de decisões de todos os colaboradores das empresas do grupo, nos diversos níveis de relacionamento empresarial e operacional.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

A prática recomendada pela Companhia para possíveis conflitos de interesse é baseada no princípio de que o colaborador deverá tomar decisões e agir sempre de maneira idônea, sem se deixar influenciar por questões particulares, de familiares ou de amigos que possam afetar seu julgamento em relação à atividade na qual ele esteja envolvido, ou seja, deve-se recusar a promover qualquer forma de favorecimento ou a agir contra os interesses da Companhia.

A Política de Transações com Partes Relacionadas pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050 – São Paulo, SP; e (ii) internet: site da Companhia (ri.espacolaser.com.br), *website* da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e *website* da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

A Companhia celebrou contratos com Partes Relacionadas, conforme exposto no item 16.2 deste Formulário de Referência, a fim de estabelecer critérios objetivos para o rateio e reembolso de despesas financeiras operacionais relativas às suas atividades, com o intuito de reduzir custos e otimizar seus resultados financeiros, considerando o *know-how* e expertise da gestão dos seus negócios por parte da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo a contratação de serviços estratégicos comuns para rateio. Tais contratos foram celebrados em decorrência da rápida aquisição pela Companhia de sociedades para integrar seu grupo econômico, no entanto, não é do interesse da Companhia que os contratos com Partes Relacionadas sejam renovados ou celebrados, uma vez que sua estrutura organizacional atual está devidamente consolidada e as subsidiárias podem, atualmente, arcar com tais despesas financeiras operacionais.

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Outros sócios/acionistas minoritários de controladas da Companhia	30/09/2020	1.482.536,00	R\$ 1.482.536,00	R\$ 1.482.536,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controladas da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuos celebrados com 45 sócios minoritários, com valores individualmente não materiais que, em conjunto, totalizam R\$1.482.536,00 de crédito para a Companhia. Tais contratos possuem a finalidade de pagamento de montantes assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, objetivando, principalmente, a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. Os contratos foram celebrados em condições de mercado e possuem cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo de 12 a 24 meses e multa de 2% mais correção monetária na ocorrência de atrasos. A data indicada no campo "data da transação", i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação dos contratos. Considerando que a data da repactuação coincide com a data-base do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Outros sócios/acionistas minoritários de controladas da Companhia	30/09/2020	3.802.000,00	R\$ 3.802.000,00	R\$ 3.802.000,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controladas da Companhia.						
Objeto contrato	Mútuos celebrados com 18 sócios minoritários, com valores individualmente não materiais que, em conjunto, totalizam R\$3.802 mil em débito da Cia. Tais contratos possuem a finalidade de pagamento ao acionista minoritário de valores equivalentes a tributos que contratualmente são devidos pela Cia, mas que foram cobrados inicialmente de tal acionista pela Receita Federal e que, por sua vez, receberá a compensação de tais valores por meio do contrato. Os termos contratuais são padronizados e seguem em geral as mesmas condições, com prazo de 12 a 24 meses, com o principal objetivo de liquidação do valor do transacionado, considerando cobrança de 1% de juros ao mês do mutuário e em eventual atraso no pagamento multa de 2% mais correção monetária. A data indicada em "data da transação", i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação dos contratos. Considerando que a data da repactuação coincide com a data-base de seu saldo em aberto, os valores indicados em "montante" e "saldo" são iguais.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
A – Lisa Depilação a Laser	30/09/2020	60.000,00	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas celebrado para estabelecer os termos para reembolso à Companhia dos custos incorridos na administração centralizada das operações para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral). Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Abbruzzese & Moura Estética Ltda.	30/09/2020	383.000,00	R\$ 383.000,00	R\$ 383.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas entre a Companhia e suas controladas tais como treinamentos, despesas administrativas de backoffice, compra de materiais para manutenção de equipamentos. Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
	30/09/2020	95.000,00	R\$ 95.000,00	R\$ 95.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas como folha de pagamento e compra de equipamentos, compartilhamento de despesas administrativas. Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
	30/09/2020	666.000,00	R\$ 666.000,00	R\$ 666.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas administrativas para (i) compartilhamento de recursos materiais e humanos utilizados em comum entre partes; e (ii) rateio de despesas, de acordo com critérios definidos no contrato, de acordo com o recurso compartilhado (ex: treinamentos, manutenção de equipamentos etc). Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
EF Franchising Serviços Terapêuticos Ltda,	30/09/2020	252.000,00	R\$ 252.000,00	R\$ 252.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas dos custos incorridos na administração centralizada das operações para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral). Cumprir ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
ESLaser Serviços Estéticos S.A.	30/09/2020	811.000,00	R\$ 811.000,00	R\$ 811.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas de backoffice, despesas administrativas e compra de peças de manutenção entre as companhias no curso normal dos negócios. Cumprir ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Leew Serviços Estéticos Ltda.	30/09/2020	0,00	R\$ 46.000,00	R\$ 46.000,00	N/A	SIM	0,000000

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada da Companhia Transação financeira a título de quitação de despesas compartilhadas entre a Companhia e suas controladas.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
EL Franchising Ltda.	30/09/2020	2.613.000,00	R\$ 2.316.000,00	R\$ 2.316.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Objeto contrato	Controlada da Companhia Contrato de compartilhamento de despesas como folha de pagamento e compra de equipamentos, compartilhamento de despesas administrativas. Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
MMC Corp Serviços Estéticos Ltda.	30/09/2020	320.000,00	R\$ 320.000,00	R\$ 320.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
	Controlada da Companhia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas celebrado para estabelecer os termos para reembolso à Companhia dos custos incorridos na administração centralizada das operações para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral). Cumpra ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
TI Franchising Ltda.	30/09/2020	130.000,00	R\$ 130.000,00	R\$ 130.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas administrativas celebrado entre a Companhia e a contraparte para estabelecimento dos termos para (i) compartilhamento de recursos materiais e humanos utilizados em comum entre partes; e (ii) rateio de despesas, de acordo com critérios definidos no contrato, de acordo com o recurso compartilhado (ex: treinamentos, manutenção de equipamentos etc). Cumpra ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
TEW Estética Ltda.	30/09/2020	254.000,00	R\$ 254.000,00	R\$ 254.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas para estabelecer os termos para reembolso à Companhia dos custos incorridos na administração centralizada das operações para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral). Cumprir ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
TJTM Serviços Estéticos S.A.	30/09/2020	85.000,00	R\$ 85.000,00	R\$ 85.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas para estabelecer os termos para reembolso à Companhia dos custos incorridos na administração centralizada das operações para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral). Cumprir ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Urban Laser Serviços Estéticos Ltda.	30/09/2020	295.000,00	R\$ 295.000,00	R\$ 295.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juro cobrados
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas como folha de pagamento e compra de equipamentos, compartilhamento de despesas administrativas. Cumpra ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar	Vila Velha Laser Ltda.						
	30/09/2020	52.000,00	R\$ 52.000,00	R\$ 52.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas tais como treinamentos, despesas administrativas de backoffice, compra de materiais para manutenção de equipamentos. Cumpra ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar	Riocorp Serviços Estéticos Ltda.						
	30/09/2020	31.000,00	R\$31.000,00	R\$31.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas como folha de pagamento e compra de equipamentos, compartilhamento de despesas administrativas. Cumpra ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A.	30/09/2020	3.552.000,00	R\$3.552.000,00	R\$3.552.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas administrativas celebrado entre a Companhia e a contraparte para estabelecimento dos termos para (i) compartilhamento de recursos materiais e humanos utilizados em comum entre partes; e (ii) rateio de despesas, de acordo com critérios definidos no contrato, de acordo com o recurso compartilhado (ex: treinamentos, manutenção de equipamentos etc.). Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
PIM - Serviços Administrativos Ltda.	30/09/2020	16.594.000,00	R\$16.594.000,00	R\$16.594.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Cessão não onerosa da participação da PIM na YTP para a MPM. Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrados	Taxa de juros
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Cessão não onerosa.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Limeira Serviços Estéticos Ltda.	30/09/2020	2.000,00	R\$2.000,00	R\$2.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas como folha de pagamento e compra de equipamentos, compartilhamento de despesas administrativas. Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
MPAC Corp Serviços Estéticos Ltda.	30/09/2020	6.000,00	R\$6.000,00	R\$6.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas como folha de pagamento e compra de equipamentos, compartilhamento de despesas administrativas. Cumpre ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
NINE Members Laser - Serviços Estéticos S.A.	30/09/2020	1.000,00	R\$1.000,00	R\$1.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas administrativas celebrado entre a Companhia e a contraparte para estabelecimento dos termos para (i) compartilhamento de recursos materiais e humanos utilizados em comum entre partes; e (ii) rateio de despesas, de acordo com critérios definidos no contrato, de acordo com o recurso compartilhado (ex: treinamentos, manutenção de equipamentos etc.). Cumprir ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Santa Ursula Serviços Estéticos Ltda.	30/09/2020	17.000,00	R\$17.000,00	R\$17.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de compartilhamento de despesas administrativas celebrado entre a Companhia e a contraparte para estabelecimento dos termos para (i) compartilhamento de recursos materiais e humanos utilizados em comum entre partes; e (ii) rateio de despesas, de acordo com critérios definidos no contrato, de acordo com o recurso compartilhado (ex: treinamentos, manutenção de equipamentos etc.). Cumprir ressaltar que a data indicada no campo "data da transação" acima, qual seja 30 de setembro de 2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Yam Participações Ltda.	30/09/2020	60.000,00	R\$60.000,00	R\$60.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato celebrado para estabelecer os termos para reembolso à Companhia dos custos incorridos na administração centralizada das operações para apoiar o seu desenvolvimento (incluindo, mas não se limitando a, atividades administrativas, financeiras, de publicidade, estratégicas, de planejamento e atividades do negócio em geral). Cumpre ressaltar que a data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data de celebração do referido instrumento contratual. Nesse sentido, e considerando que a data de celebração do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sócio Minoritário Luiz Meirelles	30/09/2020	492.956,00	R\$492.956,00	R\$492.956,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócio minoritário da APL Participações Societárias S.A. Luiz Meirelles, com finalidade de pagamento de valores assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado, possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Credor						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Especificar							
Sócio Minoritário Luiz Quirici	30/09/2020	1.103.641,00	R\$1.103.641,00	R\$1.103.641,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócio minoritário da Urban Laser Serviços Estéticos S.A. Luiz Quirici, com finalidade de pagamento de valores assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sócio Minoritário Diego Nicolau Rodrigues	30/09/2020	1.563.434,00	R\$1.563.434,00	R\$1.563.434,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócio minoritário da Urban Laser Serviços Estéticos S.A. Diego Nicolau Rodrigues, com finalidade de pagamento de montantes assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrada	Taxa de juros
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sócio Minoritário Aldo Abruzzese	30/09/2020	318.100,00	R\$318.100,00	R\$318.100,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócio minoritário da Abbruzzese & Moura Estetica Ltda. Aldo Abruzzese, com finalidade de pagamento de montantes assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sócio Minoritário Lucas Abruzzese	30/09/2020	236.950,00	R\$236.950,00	R\$236.950,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócio minoritário da Abbruzzese & Moura Estetica Ltda. Aldo Abruzzese, com finalidade de pagamento de montantes assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Contrato de mútuo.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Sócio Minoritário Matheus Abruzzese	30/09/2020	178.850,00	R\$178.850,00	R\$178.850,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia							
Objeto contrato							
Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócio minoritário da Abbruzzese & Moura Estética Ltda. Matheus Abruzzese, com finalidade de pagamento de montantes assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.							
Garantia e seguros							
N/A							
Rescisão ou extinção							
A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.							
Natureza e razão para a operação							
Contrato de mútuo.							
Posição contratual do emissor							
Credor							
Especificar							
Sócio Minoritário Thiago Ribeiro	30/09/2020	136.200,00	R\$136.200,00	R\$136.200,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor							
Controlada da Companhia							
Objeto contrato							
Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócio minoritário da APL Participações Societárias S.A. Thiago Ribeiro, com finalidade de pagamento de montantes assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.							
Garantia e seguros							
N/A							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e 2021.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sócia Minoritária Michele Slongo	30/09/2020	121.333,00	R\$121.333,00	R\$121.333,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócia minoritária da Nine Members Laser - Serviços Estéticos Ltda. Michele Slongo, com finalidade de pagamento de montantes assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sócio Minoritário Cesar Augusto	30/09/2020	104.000,00	R\$104.000,00	R\$104.000,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com antigo controlador e atual sócio minoritário da Nine Members Laser - Serviços Estéticos Ltda. Cesar Augusto, com finalidade de pagamento de montantes assumidos por tal acionista para viabilizar a antecipação de pagamento e aderência ao programa de parcelamento de determinados tributos devidos por tal sociedade, principalmente objetivando a regularização de certidões e cadastro da sociedade perante a Receita Federal. O contrato foi celebrado em condições de mercado possui cláusulas padronizadas com juros de 1% ao mês, com prazo entre 12 e 24 meses e multa de 2% acrescida de correção monetária na ocorrência de atrasos nos pagamentos. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Contrato de mútuo.						
Posição contratual do emissor	Credor						
Especificar							
Sócios Minoritários da Urban Laser Serviços Estéticos S.A.	30/09/2020	1.518.000,00	R\$1.518.000,00	R\$1.518.000,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com os antigos controladores e atuais sócios minoritários da Urban Laser Serviços Estéticos S.A. com a finalidade de pagamento ao acionista minoritário de valores equivalentes a tributos que contratualmente são devidos pela Companhia, mas que foram cobrados inicialmente de tal acionista minoritário pela Receita Federal e que, por sua vez, receberá a compensação de tais valores por meio do contrato de mútuo. O contrato foi celebrado em condições de mercado e com juros de 1% ao mês e com prazo entre 12 e 24 meses. A data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data de celebração da repactuação do referido contrato. Considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados em "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida cobrada	Taxa de juros
Sócios Minoritários da El Rio Serviços De Depilação Estética Ltda.	30/09/2020	3.029.000,00	R\$3.029.000,00	R\$3.029.000,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Contrato de mútuo celebrado com os antigos controladores e atuais sócios minoritários da El Rio Serviços de Depilação Estética Ltda com a finalidade de pagamento ao acionista minoritário de valores equivalentes a tributos que contratualmente são devidos pela Companhia, mas que foram cobrados inicialmente de tal acionista minoritário pela Receita Federal e que, por sua vez, receberá a compensação de tais valores por meio do contrato de mútuo. O contrato foi celebrado em condições de mercado e com juros de 1% ao mês e com prazo entre 12 e 24 meses. Cumpre ressaltar que a data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data de celebração da repactuação do referido contrato. Nesse sentido, e considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Sócios Minoritários da APL Participações Societárias S.A.	30/09/2020	550.000,00	R\$550.000,00	R\$550.000,00	N/A	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada da Companhia						
Objeto contrato	Objeto contrato Contrato de mútuo celebrado com os antigos controladores e atuais sócios minoritários da APL Participações Societárias S.A. com a finalidade de pagamento ao acionista minoritário de valores equivalentes a tributos que contratualmente são devidos pela Companhia, mas que foram cobrados inicialmente de tal acionista minoritário pela Receita Federal e que, por sua vez, receberá a compensação de tais valores por meio do contrato de mútuo. O contrato foi celebrado em condições de mercado e com juros de 1% ao mês e com prazo entre 12 e 24 meses. Cumpre ressaltar que a data indicada em "data da transação" acima, i.e. 30/09/2020, refere-se à data de celebração da repactuação do referido contrato. Nesse sentido, e considerando que a data da repactuação do contrato coincide com a data-base de apuração do saldo em aberto da transação, os valores indicados nos campos "montante envolvido" e "saldo existente" são correspondentes.						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	A extinção do contrato dar-se-á mediante a quitação dos valores devidos, a ser realizada nos anos de 2020 e, no limite, 2021.						
Natureza e razão para a operação	Compartilhamento de despesas entre as sociedades do grupo econômico da Companhia.						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Elosgate Portal de Serviços Financeiros Ltda.	30/09/2020	213.000,00	R\$213.000,00	R\$213.000,00	N/A	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Participação conjunta em 30% do capital pelos sócios Srs. Paulo José Iász de Morais e Ygor Alessandro de Moura.						
Objeto contrato	Prestação de serviços para o desenvolvimento, manutenção e customização de software com abrangência de escopo comercial para dar suporte à operação das lojas, além de BI dos dados transacionados em referido software, aplicativo (IOS/Android) de agendamento para clientes e aplicativo para assinatura digital (Android).						
Garantia e seguros	N/A						
Rescisão ou extinção	N/A						
Natureza e razão para a operação	Prestação de serviços						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Os procedimentos adotados pela Companhia para identificar conflitos de interesse são aqueles previstos na Lei das Sociedades por Ações e na Política de Transações com Partes Relacionadas. Adicionalmente, a Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação, incluindo aquelas previstas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

As práticas de governança corporativa, recomendadas e/ou exigidas pela legislação, são aplicadas pela Companhia. Segundo estas regras, o acionista não poderá votar nas deliberações da assembleia geral relativas ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social e à aprovação de suas contas como administrador, nem em quaisquer outras que puderem beneficiá-lo de modo particular, ou em que tiver interesse conflitante com o da Companhia. A deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável, respondendo o acionista pelos danos causados e pela restituição à Companhia das vantagens que tiver auferido.

Além disso, nossa Política de Transações com Partes Relacionadas prevê que, ao identificarem uma situação envolvendo partes relacionadas ou outros potenciais conflitos de interesses, os administradores, colaboradores e parceiros da Companhia devem imediatamente manifestar seu conflito de interesses e ausentar-se das discussões sobre o tema, abstendo-se de votar, se for o caso. Tal impedimento deverá constar da ata da reunião do órgão social que deliberar sobre a transação, e a referida pessoa deverá se afastar, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações.

Além disso, a Lei das Sociedades por Ações, prevê que conselheiros e diretores são proibidos de: (i) realizar qualquer ato gratuito com a utilização de ativos da companhia, em detrimento da companhia; (ii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização constante do respectivo estatuto social ou concedida através de assembleia geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais conselheiros.

As transações com Partes Relacionadas previstas nos itens 16.2 e 16.4 deste Formulário de Referência, seguiram os parâmetros e diretrizes previstos neste item.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

As transações realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas são realizadas observando as condições praticadas em mercado à época, tais como preços, prazos e taxas usuais de mercado, e tomando-se como base, ainda, negociações da mesma natureza realizadas anteriormente pela Companhia com terceiros.

Tais transações são realizadas em caráter estritamente comutativo e com pagamento compensatório adequado, similares àquelas que poderiam ser estabelecidas em transações com partes não relacionadas.

As transações com partes relacionadas devem ser formalizadas por meio de instrumento escrito, com a devida indicação do objeto da transação, valores envolvidos no negócio, prazos e taxas cobradas, se aplicáveis, bem como dos demais direitos e responsabilidades das partes envolvidas. Neste sentido, quando da realização de quaisquer transações com partes relacionadas, a Companhia age de forma a garantir que tais transações não venham a gerar quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às sociedades envolvidas.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

A Companhia busca sempre observar as condições praticadas no mercado ao contratar qualquer serviço, celebrar acordos ou estabelecer relações comerciais. Dessa forma, a Companhia entende que os procedimentos acima e outros previstos na Política de Transação com Parte Relacionadas, asseguram a realização de todas as suas transações com partes relacionadas em caráter estritamente comutativo com as condições pactuadas e com pagamento compensatório adequado, inclusive em relação ao contrato de compartilhamento de despesas em vigor entre a Companhia e determinadas sociedades controladas. As condições pactuadas e a forma de pagamento estão apresentadas em maiores detalhes no item 16.4 deste Formulário de Referência. As principais transações com partes relacionadas que a Companhia mantém estão descritas no item 16.2 deste Formulário de Referência.

Especificamente com relação aos contratos de mútuo descritos no item 16.2 deste Formulário de Referência, a Companhia informa que tais mútuos, tanto aqueles em que a Companhia figura como devedora quanto em que figura como credora, foram inicialmente celebrados sem a previsão de incidência de encargos financeiros, conforme descrito na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. No entanto, de forma a melhor compatibilizá-los com as práticas de mercado, os mútuos foram repactuados no exercício social de 2020 para prever a incidência de juros de 1% ao mês e, em eventual atraso no pagamento, de multa de 2% com acréscimo de correção monetária, conforme indicado no item 16.2 deste Formulário de Referência e na nota explicativa nº 17 das informações financeiras intermediárias da Companhia referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020.

A Companhia acredita que os contratos de mútuo referidos acima possuíam taxas remuneratórias em condições competitivas com o mercado de crédito à época em que foram repactuados, observado ainda que tais encargos são aplicáveis a todas as operações, independentemente da posição contratual em que a Companhia figura.

Com o objetivo de apresentar os juros praticados no mercado de crédito e de demonstrar correspondência dos mútuos celebrados pela Companhia às práticas de mercado, elencamos abaixo algumas das principais instituições financeiras atuantes no Brasil e suas respectivas taxas de juros cobradas em 30 de setembro de 2020, data de repactuação de tais mútuos para inclusão da incidência de encargos financeiros – considerando a modalidade de “capital de giro”, ou seja, a que mais se aproxima aos contratos de mútuo celebrados pela Companhia. As informações elencadas abaixo estão disponíveis no *website* do Banco Central do Brasil.

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Capital de giro com prazo de até 365 dias

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 30/09/2020 a 06/10/2020

Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo até 365 dias

Pré-fixado

Tipo de encargo:

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO VOLVO BRASIL S.A.	0,00	0,00
2	BANCO BTG PACTUAL S.A.	0,02	0,24
3	BCO MIZUHO S.A.	0,24	2,90
4	BCO KEB HANA DO BRASIL S.A.	0,25	3,05
5	BCO CITIBANK S.A.	0,32	3,87
6	BCO HSBC S.A.	0,37	4,55
7	BCO ABC BRASIL S.A.	0,41	4,99
8	PLURAL BCO BM	0,41	5,00
9	BCO DO BRASIL S.A.	0,50	6,21
10	BCO XP S.A.	0,53	6,55
11	BCO MCFG BRASIL S.A.	0,56	6,87
12	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	0,68	8,45
13	BCO SAFRA S.A.	0,68	8,46
14	BANCO JOHN DEERE S.A.	0,72	8,99
15	BCO CATERPILLAR S.A.	0,74	9,21
16	BCO HONDA S.A.	0,75	9,42
17	BCO DAYCOVAL S.A.	0,81	10,09
18	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	0,87	10,99
19	BCO DA AMAZONIA S.A.	0,91	11,46
20	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	0,91	11,52
21	ITAU UNIBANCO S.A.	0,92	11,67
22	BCO PINE S.A.	1,00	12,71
23	BCO RODOBENS S.A.	1,04	13,17
24	SANTANA S.A. - CFI	1,05	13,31
25	BCO DO EST. DE SE S.A.	1,07	13,66
26	BCO BRADESCO S.A.	1,09	13,94
27	BANCO BARI S.A.	1,20	15,40
28	BANCO INBURSA	1,30	16,76
29	BCO SOFISA S.A.	1,40	18,16
30	LECCA CFI S.A.	1,48	19,27
31	CADXA ECONOMICA FEDERAL	1,64	21,50
32	BCO VOTORANTIM S.A.	1,65	21,67
33	BCO TRIANGULO S.A.	1,68	22,14
34	BCO ARBI S.A.	2,20	29,84
35	PORTOSEG S.A. CFI	2,35	32,10
36	BCO DIGIMAIS S.A.	2,51	34,62
37	BCO C6 S.A.	2,80	39,29
38	BCO SENFF S.A.	3,20	45,97
39	BRK S.A. CFI	3,33	48,13
40	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	3,36	48,58
41	GOLCRED S/A - CFI	3,44	50,04
42	BCO INDUSCRED DE INVESTIM. S/A	4,67	72,95
43	OMNI BANCO S.A.	4,89	77,30
44	BANCO TOPAZIO S.A.	12,76	322,56

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Capital de giro com prazo superior a 365 dias

Classificadas por ordem crescente de taxa

Período: 30/09/2020 a 06/10/2020

Modalidade: Pessoa jurídica - Capital de giro com prazo superior a 365 dias

Pré-fixado

Tipo de encargo:

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BANCO BTG PACTUAL S.A.	0,02	0,19
2	PORTOCRED S.A. - CFI	0,53	6,60
3	BANCOOB	0,57	7,02
4	BCO XP S.A.	0,59	7,31
5	SCOTIABANK BRASIL	0,62	7,65
6	BCO BOCOM BBM S.A.	0,65	8,03
7	ALS S.A. CFI	0,66	8,16
8	BCO ALFA DE INVESTIMENTO S.A.	0,74	9,25
9	BCO DO BRASIL S.A.	0,75	9,32
10	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	0,78	9,72
11	BCO BS2 S.A.	0,80	10,03
12	BCO FIBRA S.A.	0,82	10,30
13	BCO DO EST. DO PA S.A.	0,87	10,99
14	BCO C6 S.A.	0,90	11,37
15	BCO SAFRA S.A.	0,91	11,42
16	BCO ABC BRASIL S.A.	0,91	11,53
17	BCO VOTORANTIM S.A.	0,92	11,59
18	BCO PAULISTA S.A.	0,94	11,87
19	ITAU UNIBANCO S.A.	0,96	12,08
20	SANTANA S.A. - CFI	0,96	12,09
21	BCO DA AMAZONIA S.A.	0,96	12,15
22	BCO DAYCOVAL S.A.	0,97	12,25
23	BCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.	0,98	12,35
24	BCO PINE S.A.	1,00	12,72
25	LECCA CFI S.A.	1,03	13,07
26	BCO SOFISA S.A.	1,05	13,38
27	CARIJANA SCFI	1,06	13,47
28	BCO TRIANGULO S.A.	1,06	13,50
29	CADIA ECONOMICA FEDERAL	1,07	13,67
30	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	1,10	14,08
31	BCO VOLVO BRASIL S.A.	1,13	14,40
32	BCO BRADESCO S.A.	1,21	15,58
33	BCO BANESTES S.A.	1,25	16,05
34	BCO DO EST. DE SE S.A.	1,36	17,62
35	OMNI BANCO S.A.	1,36	17,65
36	BCO DES. DE MG S.A.	1,37	17,76
37	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	1,40	18,09
38	BCO GUANABARA S.A.	1,48	19,22
39	BCO TRICURY S.A.	1,60	20,98
40	FACTA S.A. CFI	1,63	21,41
41	BCO RNX S.A.	1,64	21,50
42	BANCO TOPAZIO S.A.	1,99	26,74
43	BIDRC FINANCEIRA - CFI S.A.	2,12	28,56
44	SIMPALA S.A. CFI	2,19	29,68
45	GAZINCRED S.A. SCFI	2,32	31,68
46	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	2,67	37,24
47	PORTOSEG S.A. CFI	2,69	37,52
48	BCO MÁXIMA S.A.	3,00	42,58

(Fonte: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/reportxjuros?path=conteudo%2Ftxcred%2FReports%2FTaxasCredito-Consolidadas-porTaxasAnuais-Historico.rdl&nome=Hist%C3%B3rico%20Posterior%20a%2001%2F01%2F2012&exibeparametros=true>)

Considerando as informações acima, a Companhia entende que os encargos financeiros de tais contratos de mútuo se inserem no intervalo praticado pelo mercado e à taxa de captação média da própria Companhia, considerando as taxas indicadas no item 10.1(f) deste Formulário de Referência.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

16.4 – Outras informações relevantes

Contrato de Compartilhamento de Despesas

A Companhia e suas subsidiárias celebraram o Instrumento Particular de Compartilhamento de Custos e/ou Despesas Financeiras Operacionais e Outras Avenças e os respectivos Termos de Adesão ao Instrumento Particular de Compartilhamento de Custos e/ou Despesas Financeiras Operacionais e Outras Avenças, a fim de estabelecer critérios objetivos para o rateio e reembolso de despesas financeiras operacionais relativas às suas atividades, com o intuito de reduzir custos e otimizar seus resultados financeiros, considerando o *know-how* e expertise da gestão dos seus negócios por parte da Companhia e de suas subsidiárias, incluindo a contratação de serviços estratégicos comuns para rateio.

A Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A. assume, de forma exclusiva e integral, a responsabilidade pelos vínculos contratuais, custos e despesas financeiras decorrentes das contratações de tais serviços estratégicos comuns.

Em relação aos custos e despesas incorridos com pessoal, o referido contrato prevê que a alocação entre as sociedades será realizada em função do número de horas trabalhadas pelos colaboradores.

A Companhia e suas subsidiárias compartilham as áreas de (i) Recursos Humanos, composto pelos departamentos de comunicação interna, departamento pessoal, desenvolvimento de talentos, treinamento, recrutamento e seleção; (ii) Suprimentos, composto pelos departamentos de compras, logísticas, manutenção de máquinas e manutenção predial; (iii) Finanças, composto pelos departamentos de contabilidade, fiscal, contas a pagar, contas a receber, planejamento financeiro e tesouraria; (iv) Jurídico, composto pelo departamento de assessoria jurídica; (v) comercial, responsável pela coordenação das vendas diretas e indiretas; (vi) Expansão, departamento responsável pelo planejamento e abertura de novas lojas físicas; (vii) Tecnologia da Informação, departamento responsável pelo desenvolvimento de sistemas, desenvolvimento do sistema ELOS, *helpdesk*, suporte e sistema de comunicação; e (viii) Regionais, uma extensão dos departamentos comercial/administrativo.

Tais contratos vigoram por prazo indeterminado e enquanto as sociedades do grupo compartilharem as despesas e os custos, podendo ser rescindido por qualquer das partes, a qualquer momento e imotivadamente, mediante notificação por escrito. O rateio das despesas objeto do contrato é realizado de forma igualitária entre as sociedades controladas signatárias do contrato.

Parceria Elos Gate

A Companhia mantém uma parceria para o desenvolvimento, implantação e operação do seu sistema exclusivo ELOS.

A Companhia, por meio da Corpóreos - Serviços Terapêuticos S.A., celebrou contrato de prestação de serviços com a Elosgate Portal de Serviços Financeiros Ltda., empresa em que Srs. Paulo José Iász de Moraes e Ygor Alessandro de Moura detém, em conjunto 30% de participação, que também são acionistas controladores da Companhia, a qual posteriormente cedeu seus direitos à EVUP Tecnologia da Informação Ltda., tendo por objeto: (i) a prestação de serviços para o desenvolvimento, manutenção e customização de software com abrangência de escopo comercial para dar suporte à operação das lojas, além de BI dos dados transacionados em referido software, aplicativo (IOS/Android) de agendamento para clientes e aplicativo para assinatura digital (Android); (ii) a licença de uso exclusiva, sem limitação de território, do software; (iii) a instalação e implementação do software nas unidades próprias e mistas do grupo da Companhia; e (iv) o suporte técnico e treinamento aos usuários do software nas unidades da Companhia. Os principais termos e condições do contrato foram indicados no item 7.9 deste Formulário de Referência.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Outras transações entre Partes Relacionadas

Tito Virgílio Augusto Veiga Pinto, acionista da Companhia, Maurício Iasz de Moraes, cujo irmão Paulo José Iasz de Moraes exerce os cargos de diretor presidente e membro do Conselho de Administração e é acionista da Companhia, são sócios da ProntoMed, a qual fornece produtos laboratoriais como álcool gel, lenços, luvas e máscaras as unidades da Companhia desde 2018. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia adquiriu produtos e materiais da ProntoMed no montante de R\$312.000,00. Os produtos são adquiridos conforme a demanda da Companhia, após ser realizada concorrência com os demais fornecedores destes produtos.

Fabio Iasz de Moraes, cujo irmão Paulo José Iasz de Moraes exerce os cargos de diretor presidente e membro do Conselho de Administração e é acionista da Companhia, é sócio da Nova MS Contábil, que é a prestadora de serviços de consultoria societária e paralegal a determinadas sociedades controladas pela da Companhia desde 2018. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia contratou serviços da Nova MS Contábil no montante de R\$199.140,25. Os serviços são prestados conforme a demanda da Companhia, após ser realizada concorrência com os demais prestadores destes serviços.

Informações adicionais ao item 16.2 deste Formulário de Referência

A governança corporativa da Companhia foi aperfeiçoada, no âmbito dos pedidos de registro de emissor de valores mobiliários na categoria "A" da Comissão de Valores Mobiliários, de listagem perante a B3 e de admissão de suas ações para negociação no segmento de listagem da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão denominado Novo Mercado, de forma a compatibilizar-se ao previsto nas regras aplicáveis às companhias abertas e listadas, sendo que todas as transações com partes relacionadas que venham a ser celebradas observarão em todos os aspectos o disposto em tais regras.

Para mais informações adicionais acerca das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, veja o item 16.1 deste Formulário de Referência.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
07/01/2021	98.403.252,05	Totalmente integralizado	176.031.660	0	176.031.660
Tipo de capital	Capital Subscrito				
07/01/2021	98.403.252,05	Totalmente integralizado	176.031.660	0	176.031.660
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/01/2021	98.403.252,05	Totalmente integralizado	176.031.660	0	176.031.660
Tipo de capital	Capital Autorizado				
07/01/2021	0,00		240.000.000	0	240.000.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
21/02/2018	Assembleia Geral Extraordinária	21/02/2018	0,05	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										
11/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	11/11/2019	90.000.000,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão										
Forma de integralização										

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)		Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)	
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais
Desdobramento				
07/01/2021	8.801.583	0	176.031.660	0
			8.801.583	
				176.031.660

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não sofreu reduções do capital social desde no exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais.

17.5 - Outras Informações Relevantes

17.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25,0% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	No caso de liquidação da Companhia, após pagar todas as suas obrigações, os acionistas receberão os pagamentos relativos ao reembolso do capital investido na proporção de suas respectivas participações no capital social. Qualquer acionista dissidente de certas deliberações tomadas em assembleia geral poderá retirar-se do quadro acionário, mediante o reembolso do valor de suas ações, com base no valor patrimonial, nos termos do artigo 45 da Lei das Sociedades por Ações, desde que ocorra qualquer uma das hipóteses expressamente previstas nos incisos I a VI e IX do artigo 136 na Lei das Sociedades por Ações. O direito de retirada deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contados da publicação da ata da assembleia geral que tiver aprovado o ato que deu origem ao recesso, nos termos do artigo 137, inciso IV, da Lei das Sociedades por Ações.
Restrição a circulação	Não
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Pela Lei das Sociedades por Ações, nem o estatuto social da Companhia, nem as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleia Geral da Companhia podem privar seus acionistas dos seguintes direitos: (i) direito a participar da distribuição dos lucros; (ii) direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iii) direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (iv) direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (v) o direito de votar nas assembleias gerais; e (vi) direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não aplicável

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

O estatuto social da Companhia não estabelece hipóteses que limitem o direito de voto de acionistas. Não obstante, há previsão de hipóteses em que há obrigatoriedade de realização de oferta pública, conforme listadas abaixo:

- aquisição direta ou indireta do controle da Companhia (inclusive por meio de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações), nos termos e condições previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**” e “**Novo Mercado**”, respectivamente). Adicionalmente, o adquirente do controle da Companhia deverá ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos seis meses anteriores à data da alienação de controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos seis meses anteriores à data de aquisição do controle da Companhia, devidamente atualizado até o momento do pagamento. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações de emissão da Companhia nos pregões em que o adquirente do controle realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à B3 operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos;
- caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem a saída da Companhia do Novo Mercado, o acionista controlador da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações, se a saída ocorrer (i) para negociação de seus valores mobiliários fora do Novo Mercado, ou (ii) por reorganização societária na qual os valores mobiliários da Companhia resultantes de tal reorganização não sejam admitidos para negociação no Novo Mercado no prazo de 120 dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a operação. O preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação nos termos do estatuto social da Companhia, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- na hipótese de não haver acionista controlador, caso a Assembleia Geral delibere (i) pela saída da Companhia do Novo Mercado, em razão de registro para negociação de seus valores mobiliários fora do referido segmento de listagem, ou (ii) pela reorganização societária da Companhia, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, no prazo de 120 dias contados da realização da Assembleia Geral que aprovou a referida operação; a saída do Novo Mercado estará condicionada à realização de oferta pública nas mesmas condições previstas acima. Nesse caso, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública prevista neste item, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta. Em relação à Assembleia Geral que deliberar pela reorganização societária, na ausência de definição do(s) responsável(is) pela realização da oferta pública, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta pública;
- na hipótese de a saída da Companhia do Novo Mercado ocorrer em razão do descumprimento de obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, caso o descumprimento decorra (i) de deliberação em Assembleia Geral, a oferta pública de aquisição de ações deverá ser efetivada pelos acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implique o descumprimento; e (ii) de ato ou fato da administração, os administradores deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado. Na hipótese (ii) acima, competirá à mesma Assembleia Geral definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública ali indicada, o(s) qual(is), presente(s) na Assembleia Geral, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta; (v) na hipótese de cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia, haverá obrigatoriedade de oferta pública, a ser lançada pelo acionista

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

controlador ou pela Companhia, nos termos da legislação vigente e do estatuto social da Companhia; e

- é facultada a formulação de uma única oferta pública, visando a mais de uma das finalidades previstas nesta seção, no Regulamento de Listagem no Novo Mercado na regulamentação emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável. Após uma operação de alienação de controle da Companhia e da subsequente realização de oferta pública, o adquirente do controle, quando necessário, deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% do total das ações de emissão da Companhia em circulação, dentro dos seis meses subsequentes à aquisição do poder de controle. Nos casos de oferta pública de saída do Novo Mercado e cancelamento de registro de companhia aberta, o preço da oferta pública deverá ser estabelecido em laudo, que deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do artigo 8º, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo. Nesses casos, a escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que (i) se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% do total de ações em circulação; ou (ii) se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação.

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

O estatuto social da Companhia prevê que pode ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo de 30 dias para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações nas emissões de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

A Lei das Sociedades por Ações outorga à Assembleia Geral o direito de suspender o exercício de direitos pelo acionista que deixar de cumprir obrigação imposta por lei ou pelo estatuto social da Companhia, cessando tal suspensão imediatamente após o cumprimento de tal obrigação. O estatuto social da Companhia não prevê qualquer hipótese de restrição de exercício de direitos pelos acionistas.

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários admitidos à negociação. A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários de sua emissão que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Na data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários de sua emissão que não sejam ações e que não tenham vencido ou sido resgatados.

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“**B3**”). Uma vez concedido o registro, as ações ordinárias de emissão da Companhia serão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da B3.

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Até a data de apresentação deste Formulário de Referência, a Companhia não possuía valores mobiliários emitidos no exterior.

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

18.9 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Até a data deste Formulário de Referência, nenhuma oferta pública de distribuição de ações de emissão da Companhia havia sido realizada.

A oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia está sendo requerida junto à Comissão de Valores Mobiliários e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas

(a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável, tendo em vista que, até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não realizou quaisquer ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

(c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável, uma vez que não houve qualquer desvio.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

18.11 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Até a data deste Formulário de Referência, não foram realizadas quaisquer ofertas públicas de aquisição pela Companhia relativas a ações de emissão de terceiros.

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

18.12 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não aprovou planos de recompra de ações de emissão própria no período corrente e nos últimos três exercícios sociais.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, visto que não existem valores mobiliários mantidos em tesouraria no período corrente e nos últimos três exercícios.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

19.3 - Outras inf. Relev. – recompra / tesouraria

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Data aprovação 09/11/2020

Órgão responsável pela aprovação Conselho de Administração

Cargo e/ou função A Companhia, os administradores, os membros do Conselho Fiscal, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária e, conforme identificação realizada pelo Diretor de Relações com Investidores, (a) os funcionários com acesso à informação privilegiada e (b) as pessoas que tenham acesso permanente ou eventual a ato ou fato relevante, em virtude de relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição (“Pessoas Vinculadas”).

Principais características e locais de consulta

Estabelecer as regras para assegurar a observância de práticas de boa conduta na negociação de valores mobiliários, nos termos da Instrução CVM 358. Com o objetivo de assegurar os padrões de negociação com valores mobiliários, todas as negociações por parte da Companhia e das pessoas obrigadas a observar os termos e condições da política, somente serão realizadas com a intermediação de alguma das corretoras credenciadas, conforme relação encaminhada pela Companhia à CVM, a ser atualizada sempre que necessário. A adesão à Política de Negociação é obrigatória por todas as Pessoas Vinculadas, mediante assinatura de Termo de Adesão, o qual ficará arquivado na sede da Companhia.

A Política de Negociação de Valores Mobiliários pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050 – São Paulo, SP; e (ii) internet: website da Companhia (ri.espacolaser.com.br); website da CVM (www.cvm.gov.br); e website da B3 (www.b3.com.br).

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização É vedada a negociação de valores mobiliários pelas Pessoas Vinculadas durante todo e qualquer período em que possa ter conhecimento de informação privilegiada sobre a Companhia, até que esta a divulgue no mercado na forma de ato ou fato relevante. Ademais, será vedada a negociação quando estiver em curso aquisição ou alienação de valores mobiliários pela própria Companhia, suas sociedades controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; ou existir a intenção de promover incorporação, incorporação de ações, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária da Companhia. Mesmo após a divulgação de ato ou fato relevante, continuará prevalecendo a proibição de negociação caso esta possa interferir nas condições dos negócios em questão, de maneira a acarretar dano à própria Companhia ou a seus acionistas, devendo tal restrição adicional ser informada pelo Diretor de Relações com Investidores. Além disso, as Pessoas Vinculadas não poderão negociar valores mobiliários durante os 15 dias que antecedem a divulgação ou publicação, quando for o caso, bem como no próprio dia da divulgação, enquanto a informação não se tornar pública, do formulário de informações trimestrais – ITR da Companhia; e do formulário de demonstrações financeiras padronizadas - DFP da Companhia.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores diligenciar junto aos diferentes departamentos da Companhia para identificar as Pessoas Vinculadas que tenham acesso permanente ou eventual a informações privilegiadas, delas obtendo a adesão à Política de Negociação.

Os termos de adesão devidamente assinados serão arquivados na sede da Companhia e esta manterá, à disposição da CVM, a relação de Pessoas Vinculadas e suas respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e CNPJ/CPF, atualizando-a imediatamente sempre que houver modificação.

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da regulamentação e legislação vigentes, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos na política, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave. Caso a infração seja praticada por terceiros, caracterizará inadimplemento contratual, podendo a Companhia, sem qualquer ônus, resolver o respectivo contrato e exigir o pagamento da multa nele estabelecida, sem prejuízo de perdas e danos. Caso a medida cabível seja de competência legal ou estatutária da Assembleia Geral, deverá o Conselho de Administração convocá-la para deliberar sobre o tema.

20.2 - Outras Informações Relevantes

20.2 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

As normas, regimentos e procedimentos internos relativos à divulgação de informações que a Companhia adota estão descritos na sua Política de Divulgação, conforme disposta no item 21.2 deste Formulário de Referência.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”) disciplina as regras a respeito da divulgação e do uso de informações sobre os atos ou fatos relevantes, inclusive, mas não se limitando, ao que se refere à divulgação de informações relativas à negociação e à aquisição de títulos emitidos pelas companhias de capital aberto.

Tais regras:

- estabelecem o conceito de ato ou fato relevante que origina a obrigatoriedade de divulgação ao mercado. Enquadram-se no conceito de ato ou fato relevante as decisões tomadas pelos acionistas controladores, deliberações de assembleia geral de acionistas ou dos órgãos de administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos políticos, administrativos, técnicos, negociais, financeiros ou econômicos relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação de suas ações ou quaisquer valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de negociarem e/ou manterem tais valores mobiliários; (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados;
- especificam atos ou fatos que são considerados relevantes, tais como a celebração de contratos prevendo a transferência de controle da companhia, a entrada ou retirada de acionistas que mantenham com a companhia qualquer contrato ou colaboração operacional, administrativa, financeira ou tecnológica, a alteração de qualquer acordo de acionistas em que a Companhia seja parte, bem como a ocorrência de qualquer reorganização societária realizada entre as sociedades relacionadas à companhia em questão;
- obrigam a companhia aberta e seu Diretor de Relações com Investidores a enviar atos ou fatos relevantes à CVM, por meio de sistema eletrônico disponível na página da CVM na rede mundial de computadores e à B3;
- exigem que o adquirente do controle de uma companhia de capital aberto divulgue um fato relevante, inclusive sua intenção, ou não, de promover o cancelamento do registro da companhia como companhia aberta, no prazo de um ano;
- exigem que os administradores e os membros do conselho fiscal (ou de qualquer órgão técnico ou consultivo) de uma companhia de capital aberto informem a tal companhia o número, tipo e forma de negociação das ações emitidas pela referida companhia, suas controladas e suas sociedades controladoras, detidas por referidas pessoas, bem como detidas por seus cônjuges, companheiros e dependentes, informando ainda quaisquer mudanças em referidas posições acionárias, informação esta que será transmitida à CVM e à B3 pelo Diretor de Relações com Investidores da companhia aberta;
- estabelecem que, se qualquer acionista controlador, direto ou indireto, ou qualquer acionista elegendo membros do conselho de administração ou do conselho fiscal de uma companhia de capital aberto, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, realize negócio ou conjunto de negócios por consequência do qual sua participação direta ou indireta ultrapasse, para cima ou para baixo, os patamares de 5%, 10%, 15%, e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia, referida pessoa deverá divulgar as informações relacionadas com a referida aquisição ou alienação; e
- proíbem a negociação de valores mobiliários com base em informações privilegiadas.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Em observância às normas da CVM e da B3, em 9 de novembro de 2020, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, a Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante (“**Política de Divulgação**”), cujas regras devem ser observadas por todas aquelas pessoas relacionadas no artigo 13 da Instrução CVM 358 inclusive a Companhia, o Acionista Controlador, os Administradores, os membros do Conselho Fiscal da Companhia, os membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia criados por disposição estatutária, e, conforme identificação realizada pelo Diretor de Relações com Investidores, outras pessoas que tenham acesso, permanente ou eventual, a Ato ou Fato Relevante, em virtude de (i) cargo, função ou posição na Companhia, seu Acionista Controlador, suas sociedades controladas ou Coligadas, incluindo os respectivos empregados, estagiários e outros colaboradores; ou (ii) relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição (“**Pessoas Vinculadas**”).

A Política de Divulgação visa (i) prestar informação completa aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (ii) garantir ampla e imediata divulgação de Ato ou Fato Relevante; (iii) possibilitar acesso equânime às informações públicas sobre a Companhia aos acionistas da Companhia e aos investidores em geral; (iv) zelar pelo sigilo de Ato ou Fato Relevante não divulgado; (v) colaborar para a estabilidade e o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro; e (vi) consolidar práticas de boa governança corporativa na Companhia.

As Pessoas Vinculadas deverão observar, cumprir e zelar pelo cumprimento de todas as disposições da Política de Divulgação. A Companhia manterá em sua sede a relação das Pessoas Vinculadas e suas respectivas qualificações, indicando cargo ou função, endereço e número de inscrição no CPF ou CNPJ, atualizando-a sempre que houver qualquer alteração.

Para alcançar tais objetivos, a Política de Divulgação estabelece que cumpre ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia realizar a divulgação de qualquer informação sobre ato ou fato relevante de modo a preceder ou ser feita simultaneamente à veiculação de tal ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no Brasil ou no exterior, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

O ato ou fato relevante deverá ser divulgado por meio (i) de portal de notícias com página na rede mundial de computadores, que disponibilize, em seção disponível para acesso gratuito, a informação em sua integralidade; (ii) da página na rede mundial de computadores da Companhia (ri.espacolaser.com.br), em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM e às entidades do mercado; e (iii) do sistema de envio de informações periódicas e eventuais da CVM (Sistema Empresas.NET). Cumpre ainda ao Diretor de Relações com Investidores realizar a divulgação de qualquer informação sobre ato ou fato relevante de modo a preceder ou ser feita simultaneamente à veiculação de tal ato ou fato relevante por qualquer meio de comunicação, inclusive informação à imprensa, ou em reuniões de entidades de classe, investidores, analistas ou com público selecionado, no Brasil ou no exterior, na forma estabelecida na Política de Divulgação.

Além disso, as Pessoas Vinculadas que tenham acesso a informações sobre ato ou fato relevante serão responsáveis por comunicar tais informações ao Diretor de Relações com Investidores e deverão verificar se o Diretor de Relações com Investidores tomou as providências necessárias em relação à divulgação da referida informação.

Consta da Política de Divulgação da Companhia lista exemplificativa de modalidades de ato ou fato relevante, conforme Instrução CVM 358, sendo que as Pessoas Vinculadas devem observar que (i) a ocorrência de qualquer dessas modalidades não se constitui necessariamente em um ato ou fato relevante, uma vez que essa ocorrência deve ter a capacidade de influenciar de modo ponderável a decisão de negociação dos investidores em valores mobiliários; e (ii) a lista é meramente exemplificativa, não esgotando ou limitando as possibilidades de ocorrência e caracterização do ato ou fato relevante.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

De acordo com a regulamentação da CVM aplicável e a Política de Divulgação da Companhia, é considerado um “Ato ou Fato Relevante” qualquer decisão de eventual acionista controlador, deliberações de assembleia geral de acionistas ou de órgão da administração da Companhia, ou quaisquer outros atos ou fatos de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorridos ou relacionados aos negócios da Companhia que possam influenciar de modo ponderável (i) na cotação dos valores mobiliários de sua emissão ou a eles referenciados; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários; ou (iii) na decisão dos investidores de exercer quaisquer direitos inerentes à condição de titular de valores mobiliários emitidos pela Companhia ou a eles referenciados.

As Pessoas Vinculadas devem, ainda, preservar o sigilo acerca de ato ou fato relevante sobre os negócios da Companhia aos quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupem, até sua efetiva divulgação ao mercado, devendo sempre respeitar os procedimentos estabelecidos na Política de Divulgação até sua efetiva divulgação ao mercado e zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respeitando-se solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

Quando se tratar de informação sigilosa ou potencialmente relevante, ainda não divulgada ao mercado, as Pessoas Vinculadas devem observar os seguintes procedimentos, sem prejuízo de outras medidas que se mostrem apropriadas diante de cada situação concreta:

- divulgar a informação confidencial estritamente àquelas pessoas que dela imprescindivelmente precisem tomar conhecimento;
- não discutir a informação confidencial na presença de terceiros que dela não tenham conhecimento, ainda que se possa esperar que referido terceiro não possa intuir o significado da conversa;
- não discutir a informação confidencial em conferências telefônicas nas quais não se possa ter certeza de quem efetivamente esteja participando;
- manter documentos de qualquer espécie referentes à informação confidencial, inclusive anotações pessoais manuscritas, em cofre, armário ou arquivo fechado, ao qual tenha acesso apenas pessoas autorizadas a conhecer a informação;
- gerar documentos e arquivos eletrônicos referentes à informação confidencial sempre com proteção de sistemas de senha;
- circular internamente os documentos que contenham informação confidencial em envelopes lacrados, os quais deverão ser sempre entregues diretamente ao respectivo destinatário;
- quando, excepcionalmente, um receptor da informação não seja uma Pessoa Vinculada, antes da entrega da informação deverá ser obtido um termo de confidencialidade, com a ciência da responsabilidade e compromisso de não divulgação;
- não enviar documentos com informação confidencial por e-mail, a não ser quando haja certeza de que apenas pessoa autorizada a tomar conhecimento da informação terá acesso ao aparelho receptor; e
- sem prejuízo da responsabilidade daquele que estiver transmitindo a informação confidencial, exigir de terceiro externo à Companhia que precise ter acesso à informação confidencial a assinatura de um termo de confidencialidade, no qual deve ser especificada a natureza da informação e constar a declaração de que o terceiro reconhece o seu caráter confidencial, comprometendo-se a não divulgá-la a qualquer outra pessoa e a não negociar com valores mobiliários antes da divulgação da informação ao mercado.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Quando a informação confidencial precisar ser divulgada a empregado da Companhia ou a outra pessoa que ocupe cargo, função ou posição na Companhia, em sua controladora, em suas controladas ou em suas coligadas, que não Administrador, a pessoa responsável pela transmissão da informação confidencial deverá certificar-se de que a pessoa que receberá a informação confidencial tem conhecimento das disposições da Política de Divulgação, exigindo, ainda, que esta pessoa assine o termo de conhecimento da Política de Divulgação antes de lhe transmitir a informação confidencial.

As restrições e proibições de transmissão de informações a terceiros consignadas contemplam quaisquer meios ou formas conhecidas, incluindo, mas não se limitando a: (i) meios eletrônicos e digitais, como intranet, extranet, internet, meios de troca de mensagens, redes sociais com qualquer abrangência; (ii) jornais, livros e revistas, notas, comunicados, cartas ou qualquer outra forma escrita de divulgação; (iii) rádio, telefone ou qualquer outra forma de comunicação sonora; e (iv) comunicação por som e imagem, televisão, vídeos, multimídias, exposições, aulas, explicações, dentre outras.

O ato ou fato relevante poderá, em caráter excepcional, não ser divulgado quando os acionistas controladores e/ou os administradores da Companhia entenderem que sua divulgação colocará em risco interesse legítimo da Companhia, observando-se, adicionalmente, o que segue:

- os acionistas controladores ou os administradores deverão solicitar ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia que divulgue imediatamente ato ou fato relevante mantido em sigilo, em qualquer das seguintes hipóteses: (i) a informação ter se tornado de conhecimento de terceiros estranhos à Companhia e ao eventual negócio que caracteriza o ato ou fato relevante; (ii) houver indícios subsistentes e fundado em receio de que tenha havido violação do sigilo do ato ou fato relevante; ou (iii) ocorrer oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos valores mobiliários.
- caso o Diretor de Relações com Investidores da Companhia não tome as providências necessárias para a imediata divulgação, a adoção das devidas providências caberá, conforme o caso, o próprio acionista controlador ou os administradores.
- o Diretor de Relações com Investidores deverá sempre ser informado a respeito de ato ou fato relevante mantido em sigilo, sendo de sua responsabilidade, em conjunto com as demais pessoas que tiverem conhecimento de tal informação, zelar pela adoção dos procedimentos adequados para a manutenção do sigilo; e
- sempre que houver dúvida quanto à legitimidade da não divulgação de ato ou fato relevante, a questão poderá ser submetida à CVM, na forma prevista nas normas aplicáveis.

Cabe ao Diretor de Relações com Investidores, ainda, verificar, diante da ocorrência de ato ou fato relevante, a adequada observância das regras e procedimentos previstos na Política de Divulgação, informando imediatamente qualquer irregularidade ao Conselho de Administração, bem como à área de *Compliance* e Controles Internos da Companhia. Na ocorrência de hipóteses que impliquem a necessidade de divulgação de ato ou fato relevante mantido em sigilo, ou da violação do sigilo de ato ou fato relevante previamente à sua divulgação ao mercado, deverá o Diretor de Relações com Investidores realizar investigações e diligências internas na Companhia, inquirindo as pessoas envolvidas, que deverão sempre responder às suas solicitações de informações, com o propósito de verificar o motivo que provocou a eventual violação do sigilo da informação.

Deverá o Diretor de Relações com Investidores monitorar a negociação de Valores Mobiliários, adotando procedimentos para que lhe sejam informadas as negociações que ocorrerem em períodos que antecedem à divulgação ao mercado de ato ou fato relevante, com o propósito de identificar eventuais negociações vedadas pela legislação vigente por pessoas que tinham conhecimento de tal ato ou fato relevante, comunicando eventuais irregularidades ao Conselho de Administração e à CVM.

Além disso, os administradores da Companhia, membros do Conselho Fiscal da Companhia e membros de órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar a titularidade e as negociações com valores mobiliários, seja em nome próprio ou de pessoas ligadas, bem como eventuais alterações nessas posições.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Por fim, a acionista controlador, direto ou indireto, os acionistas que elegerem membros do Conselho de Administração, bem como qualquer outra pessoa natural ou jurídica, ou grupo de pessoas naturais ou jurídicas, agindo em conjunto ou representando o mesmo interesse, deverão comunicar à Companhia o atingimento, para cima ou para baixo, de participação acionária relevante (participação acionária resultante de negócio ou o conjunto de negócios por meio do qual a participação direta ou indireta do acionista ultrapassa, para cima ou para baixo, os patamares de 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento), 15% (quinze por cento), e assim sucessivamente, de espécie ou classe de ações representativas do capital social da Companhia) ao Diretor de Relações com Investidores imediatamente após ser alcançada referida participação, o qual será responsável por transmitir as informações recebidas à CVM e às entidades do mercado, bem como por atualizar este Formulário de Referência.

A Política de Divulgação é compartilhada com as Pessoas Vinculadas por correspondência registrada, e-mail ou carta entregue em mãos com protocolo, solicitando o retorno à Companhia de termo de adesão devidamente assinado, o qual fica arquivado na sede da Companhia enquanto referidas pessoas mantiverem vínculo e, por 5 anos, no mínimo, após seu desligamento. Cabe ao Diretor de Relações com Investidores diligenciar junto aos diferentes departamentos da Companhia para identificar Pessoas Vinculadas que tenham acesso permanente ou eventual a atos ou fatos relevantes, delas obtendo adesão à Política de Divulgação.

Sem prejuízo das sanções cabíveis nos termos da legislação vigente, a serem aplicadas pelas autoridades competentes, em caso de violação dos termos e procedimentos estabelecidos na Política de Divulgação, caberá ao Conselho de Administração tomar as medidas disciplinares que forem cabíveis no âmbito interno da Companhia, inclusive a destituição do cargo ou demissão do infrator nas hipóteses de violação grave, conforme definidas na regulamentação da CVM, observada, ainda, a competência do Conselho de Administração.

A Política de Divulgação da Companhia pode ser acessada nos seguintes endereços: (i) sede da Companhia: Avenida dos Eucaliptos, nº 763, sala 2, Indianópolis, CEP 04517-050 – São Paulo, SP; e (ii) internet: *website* da Companhia (ri.espacolaser.com.br); *website* da CVM (www.cvm.gov.br); e *website* da B3 (www.b3.com.br).

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

O administrador responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações da Companhia é o Diretor de Relações com Investidores.

21.4 - Outras Informações Relevantes

21.4 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 21.